

MARIA DA GRAÇA FERNANDES PESTANA DOS SANTOS GONZALEZ BRIZ

**A VILEGIATURA BALNEAR MARÍTIMA  
EM PORTUGAL. 1870-1970  
SOCIEDADE, ARQUITECTURA E URBANISMO**

Volume I

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO  
EM HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA  
APRESENTADA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

**2003**

## ÍNDICE GERAL

### VOLUME I

Índice Analítico.....	4
Introdução.....	7
Parte I – A Vilegiatura Contemporânea.....	14
Parte II – Estâncias Balneares Marítimas em Portugal.....	107
Considerações Finais.....	439
Índice Onomástico.....	448
Bibliografia.....	460

### VOLUME II

Documentação Gráfica  
Documentação Fotográfica

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, as facilidades que me concedeu para a investigação e redacção do presente trabalho e, acima de tudo, desejo expressar a minha profunda gratidão à Professora Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito pela sua orientação, pelo seu constante apoio, pedagógico e humano, sem os quais esta dissertação não teria existido.

Agradeço, ainda, a todas as instituições que me prestaram auxílio inestimável para este trabalho, especialmente nas pessoas de: drs. António Carvalho e Clara Pavão Pereira da Biblioteca e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cascais; dra. Alba Temudo do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia; arq. Paulo A. Lima Guerreiro e dra. Sandra Maria de Almeida Nobre da Câmara e Arquivo Municipal de Esposende; engs. Diogo Teixeira e Sílvio Matias, da Sonae Turismo, respectivamente na sede em Lisboa e nos escritórios em Tróia; eng. Armando Moura e sr. Ricardo Soromenho, da Lusotur, em Vilamoura.

Aos meus colegas do Departamento de História da Arte da F.C.S.H., agradeço as suas palavras de estímulo e o seu auxílio em tarefas que permitiram a finalização deste trabalho; ainda aos meus alunos, especialmente à dra. Marta Mestre pela sua colaboração e, finalmente, aos meus filhos, pela preciosa ajuda informática que me prestaram.

# ÍNDICE ANALÍTICO

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>Parte I - A Vilegiatura Contemporânea.....</b>	<b>14</b>
<b>1. Gênese da Vilegiatura Contemporânea.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1. Conceito.</b> Da Antiguidade à Era Contemporânea 15. <b>1.2. Os “inventores” da vilegiatura contemporânea.</b> 1.2.1. A Inglaterra 16. A Revolução Industrial e o pioneirismo britânico. Primeiros modelos de vilegiatura: Bath e Brighton – novas tipologias 17. Bournemouth – a estância romântica 23. Os ingleses escolhem Nice para passar o Inverno 24. 1.2.2. Europa Central. As termas alemãs 25. A cidade de Dresden 26. A Áustria 27. 1.2.3. A França. As “Villes d’Eaux” francesas (Aix, Vichy) 27. As “Villes de Bains” 30 1.2.4. Bélgica, Itália, Espanha e Estados Unidos. Ostende 35. As estâncias italianas 36. O norte de Espana 38. Os Estados Unidos e o primeiro “turismo de massas” 39. <b>1.3. Princípios de urbanismo e arquitectura 39.</b> Evolução de modelos e hierarquia de espaços 40. “contaminação” de tipologias e a ideia de “modernidade” 42. Os transportes 42	
<b>2. A Vilegiatura Contemporânea em Portugal.....</b>	<b>44</b>
<b>2.1. As vilegiaturas tradicionais: climática e termal 44.</b> 2.1.1. O veraneio e o climatismo. A “quinta de regalo” e as cercas conventuais 44. Sintra nos séc. XVIII e XIX 47. A Ilha da Madeira 52. 2.1.2 As termas. Evolução da vilegiatura termal da I. Média ao séc. XX 54. <b>2.2. A vilegiatura balnear marítima.</b> Importação da nova “moda” aristocrática 63. As primeiras praias frequentadas por lisboetas e portuenses 65. 2.2.1. Espinho e Figueira da Foz. 2.2.2. Hábitos dos banhistas. O banho “terapêutico”, a moda e o uso social da praia 75.. <b>2.3. Novos aspectos do século XX.</b> Novas praias no roteiro português 78. O turismo nacional e internacional 79. Medidas do Estado Novo 80. As novidades do pós-guerra e os Planos de Fomento 82. O “milagre dos anos 60 83. O despertar do Algarve 85. 2.3.1. As políticas de turismo.O sul da Europa e a “explosão” do turismo 86. A S.P.P. e os organismos de Estado da 1ª República 87. O Estado Novo e o fenómeno do turismo 90. 2.3.2. Planos de Urbanização. Os “Planos Gerais de Melhoramentos” e os “Planos de Urbanização” 91. Duarte Pacheco e as	

encomendas do Estado; de Gröer e o Plano de Urb. Da Costa do Sol 95. Faria da Costa e o Plano de Urb. Da Costa da Caparica 99. Os CIAM e a “Carta de Atenas” 100.

## **Parte II - Estâncias Balneares em Portugal.....107**

### **3. O século XIX.....108**

**3.1. Lisboa 108.** 3.1.1. **Cascais.** De Belém a Cascais: a escolha de D.Luís 108. A transformação do velho burgo piscatório 110. As primeiras casas de veraneio 115. O Hotel, o Casino e o *Sporting Club* 120. 3.1.1.1. As décadas de 80 e 90 do séc. XIX. Os transportes 123. As casas de 1890 e 1900 126. O banho de mar em Cascais 139. 3.1.2. **Monte Estoril.** 3.1.2.1. O “arrabalde” de Cascais até 1889. Os primeiros “cenógrafos do Monte 144. 3.1.2.2. A Companhia Monte Estoril. O urbanismo e a especulação imobiliária 154. As críticas de R. Ortigão 164. O “Grand Hotel” 165. O novo “bairro” no Monte Palmela 167. Ventura Terra e Raul Lino 168. 3.1.2.3. Os anos de declínio. As obras não realizadas e a atracção do “Parque Estoril” 176. **3.1.3. São João do Estoril.** As termas da Poça 183. Os primeiros “colonizadores” e “beneméritos” 185. O tipo de ocupação urbana 186. Os primeiros *chalets* 188. Os anos 90 do séc. XIX e a ocupação da frente mar 192. Rivalidade entre o Monte e S. João 196. Os primeiros anos do séc. XX e o “biombo” de moradias que esconde o mar 197. A adopção do gosto português depois de 1911 202. Os equipamentos 208.

**3.2. Porto 213.** 3.2.1. **A Foz.** 3.2.1.1. São João da Foz do Douro. Do couto criado em 1519 à praia de banhos da cidade do Porto 213. Os novos transportes e o jardim do Passeio Alegre 218. O “Club da Foz” e os divertimentos 223. A praia dos ingleses 226. Os hotéis 227. 3.2.1.2. “Foz Velha” e “Foz Nova”. A estrada de Carreiros e a expansão para norte 228. A urbanização da Foz Nova 230. As primeiras casas de veraneio da Foz 231. A ocupação da marginal 239. Os primeiros anos do séc. XX 244. **3.2.2. A Granja.** A quinta de recreio dos frades de Grijó 245. A chegada do comboio 246. O novo loteamento 247. Os primeiros “colonizadores” 248. A década de 70 do séc. XIX 249. A Assembleia e o Hotel 250. Os grandes *chalets* dos anos 80 260. Os últimos anos do século e a expansão para o mar 263. A difícil adaptação aos tempos da República 266. O carácter próprio desta instalação 270.

### **4. O Século .XX.....275**

**4.1. Estoril.** 4.1.1. Sobrevivências do século XIX. 4.1.1.2. Santo António do Estoril. O convento, a igreja e as termas 275. 4.1.1.3. O Alto Estoril. A primeira urbanização do futuro “Parque Estoril 278. As casas do dr. José de Lacerda 283. O caos urbano do bairro 286.

4.1.1.4. O Estoril dos “Vianas”. A quinta do Estoril e as primeiras casas de veraneio	287.
4.1.2. O século XX. 4.1.2.1. O “Parque Estoril” de Fausto de Figueiredo. Fausto de Figueiredo e a apresentação do projecto de Martinet	295. O arranque das obras 298. A intervenção do poder central 302. A concessão da linha do caminho de ferro 303. O plano de Martinet 304. O estabelecimento das termas 309. As primeiras moradias do “Parque” 311. O Estado Novo e o projecto do Estoril 313. Os anos 20 e a hegemonia da “casa portuguesa” 314. A chegada de J. Segurado, C. Da Silva, P. Monteiro e C. Ramos 322.
4.1.2.2. O Modernismo no Estoril. A inauguração do casino e os anos 30	325. O Estoril, estância internacional 336.
<b>4.2. Ofir.</b> Os meados do século XX	339. O projecto de uma nova estância e a sociedade do Hotel Ofir. As primeiras construções 340. Os planos de urbanização para Ofir 342. O “bairro dos arquitectos” no Rodízio 351. As novas propostas da arquitectura nos anos 50 352.
<b>4.3. Tróia.</b> 4.3.1. Os anos 60 e o sul do País	360. 4.3.2. O Plano de Urbanização de Keil do Amaral. A “Quinta da Herdade” e a criação da Soltroia. O primeiro plano de urbanismo 363. Princípios fundamentais do plano de Keil do Amaral 367. 4.3.3. O “Plano Andresen”. Novo plano para Tróia 370. Os programas habitacionais 375. A Ponta do Adoxe 377. 4.3.4. A ponta do Adoxe e a chegada de Conceição Silva. Novo plano parcial 379. O novo arquitecto e as primeiras construções 384. O 25 de Abril de 1974 391. As propostas de Tomás Taveira 393. Os projectos recentes 395.
<b>4.4. Vilamoura.</b> 4.4.1. O Algarve até aos anos 60	397. A viragem na política de turismo dos anos 60 399. 4.4.2. A “Quinta da Quarteira” 404. A criação da Lusotur 405. 4.4.3. O Plano da Lusotur para Vilamoura. Princípios gerais 406. O programa de equipamentos 409. Acessos e circulação 411. Plano de desenvolvimento urbano 413. Os vários sectores e suas capacidades 415. O “espírito da arquitectura” 417. O sector do golfe 423. O sector 2 427. O concurso internacional para a marina 428. O projecto escolhido e construído: linhas gerais do programa 432. A 2ª fase de urbanização de Vilamoura 436.

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>439</b>
----------------------------------	------------

<b>Índice Onomástico.....</b>	<b>448</b>
-------------------------------	------------

<b>Bibliografia.....</b>	<b>460</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

*“La prise de possession des rivages marins fut une colonization, imaginée et réalisée comme telle, de lieux inconnus qu’il fallait nommer, distribuer et ordonner, aussi cette conquête n’a pas seulement été une opération immobilière menée à un rythme accéléré, mais bien plus le théâtre de la fondation et l’édification de ‘villes nouvelles’: les stations balnéaires.”*

Dominique Rouillard

*Le Site Balnéaire, 1984*

*“(...) the New World and the Old moved together into the outdoors in the nineteenth and twentieth centuries. The industrial revolution and the revolutions in science and theology touched all continents; while England had preceded the rest of the European world, during the Victorian age both America and Europe were harvesting the fruits and tares of an urban society, and turning to the country much as Imperial Rome had turned to building villas and summer homes and celebrating in verse The pastoral beauties of Italy, when the barbarians were subdued”*

Pomeroy, 1957, p.86, cit. in J.V.N. Soane,  
*Fashionable Resort Regions: Their Evolution and Transformation*, s.l., Cab International, 1993

A escolha e a delimitação do objecto de estudo que nos propomos têm duas motivações fundamentais. Em primeiro lugar o interesse pela temática tratada, nas suas diversas vertentes e, em segundo lugar, a vontade de continuar e aprofundar uma pesquisa já realizada, no âmbito da nossa dissertação de mestrado, que tratava da *Arquitectura de Veraneio – Os “Estoris” (1880/1930)*, apresentada em 1989. O gosto particular que este trabalho nos proporcionou e o desejo de alargar, quer geográfica quer cronologicamente a investigação então feita, justificam os parâmetros que agora se escolhem.

As modas terapêuticas e os ritos sociais determinaram um dos fenómenos mais característicos da época contemporânea – a vilegiatura balnear marítima. Seguindo as prescrições médicas, anunciadas pela primeira vez em Inglaterra nos meados do século XVIII, uma elite culta e viajada vai, por toda a Europa, dar início a um hábito social que terá as mais importantes consequências ao longo dos últimos duzentos anos. Instalando-se, inicialmente, para as suas “curas” de banhos de mar, em sítios já há muito habitados, mas com condições excepcionais, ao longo dos séculos XIX e XX vamos assistir à colonização de pedaços de costa desertos bem como, à transformação profunda de alguns locais já frequentados e que haviam sido eleitos predilectos pelas escolhas dos monarcas ou grandes aristocratas. Casos exemplares são Brighton com as visitas do príncipe regente, Cascais com as estadias de D. Luís I ou de Dieppe pela presença de Madame de Berry.

Concebidas desde a origem para a vilegiatura balnear, ou adaptadas a partir de velhos burgos piscatórias, estas novas estâncias procuram combinar aspectos aparentemente contraditórios. De modo a oferecer uma imagem



diferenciada dos locais de habitação permanente, organizam-se de uma forma “natural”, ou seja, privilegiando o carácter pitoresco do sítio, construindo no meio do verde e orientando-se para o melhor panorama. É o cumprir do ideário romântico, presente também na explosão do lazer, potenciado pelo liberalismo<sup>1</sup>. Por outro lado, como a sua clientela é exigente, é preciso oferecer animação, equipamentos e serviços, próprios da grande cidade e ausentes das pequenas povoações. Os modelos primitivos vão ser adaptados das vilegiaturas tradicionais, tão antigas como as sociedades civilizadas, mas que, na era contemporânea também vão conhecer um desenvolvimento sem paralelo, acabando por existir uma contaminação e uma concorrência entre as diferentes propostas. “Como toda a nova instalação, a estância balnear vai ter necessidade de modelos: de sociedade, com as suas práticas – aristocráticas, burguesas, artísticas, etc. – de arquitectura – tradicional, nacional, exótica, etc. – de urbanismo – pitoresco, empírico, racionalizado...À partida existem os exemplos das vilegiaturas já bem conhecidas – o campo, a montanha e as termas – e sempre a imagem presente da cidade a cujas populações se destinavam, preferencialmente, as novas estações de banhos”<sup>2</sup>. É verdade que as termas têm uma especificidade própria, já que obedecem a localizações determinadas e a um funcionamento centrado no repouso e na terapia, mas não deixa de ser verdade que, tanto em Portugal como no estrangeiro, vemos constantes “contaminações”, quer urbanísticas quer arquitectónicas. Se ao longo de Oitocentos vemos espalhar-se por todo o mundo ocidental o novo hábito dos banhos de mar, ao mesmo tempo que nascem as primeiras instalações urbanas originais, com destino a uma sociedade cada vez mais desejosa de acompanhar esta prática, inicialmente muito elitista, no decorrer de Novecentos, assistimos, gradualmente, ao crescimento do fenómeno de

---

<sup>1</sup> Cf. Luís Paulo Saldanha Martins, *Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal*, 1993, pp. 58-59

<sup>2</sup> M<sup>a</sup> da Graça Briz, *Arquitectura de Veraneio...*, 1989, p.4

forma extraordinário, bem como da sua importância relativa às outras vilegiaturas, afirmada perentoriamente e, ainda, ao alargamento das regiões escolhidas para este tipo de vilegiatura com o nascimento de novas “cidades” cuja razão de ser está neste enorme aumento de procura da praia como destino predilecto das férias de todos. Saudável, lúdica, quase obrigatória socialmente, a temporada de banhos de mar tornou-se, a pouco e pouco, um hábito de massas, absolutamente banalizado e assimilado pela humanidade ocidental.

A penetração em Portugal dos padrões de comportamento dominantes no resto da Europa, combinada com os interesses sociais e económicos da burguesia, vai dar lugar à difusão do gosto por novos espaços e tempos de lazer ao mesmo tempo que propicia processos lucrativos de especulação imobiliária.

Os primeiros capítulos deste trabalho destinam-se, precisamente, a fazer uma breve história das diferentes vilegiaturas, em primeiro lugar na Europa, pela maior influência dos seus modelos, e depois, também em Portugal, percorrendo alguns exemplos interessantes mas que foram excluídos dos locais seleccionados para um estudo mais aprofundado. Este é o tema dos capítulos da segunda parte, onde se procurou realizar uma amostragem diversificada em termos geográficos e temporais para estâncias balneares marítimas em território nacional.

Os limites temporais definidos, entre 1870 e 1970, servem como instrumento operativo, de modo a possibilitar o tratamento de um conjunto de objectos que, no nosso país, demonstram a evolução e afirmação do fenómeno balnear marítimo, desde as mais precoces experiências oitocentistas até à “explosão” do turismo no início dos anos sessenta de Novecentos. Escolheu-se dar atenção privilegiada às estâncias nascidas *ab initio*, por fornecerem matéria mais abrangente dentro dos aspectos que nos

interessam mas, para o século XIX, analisamos dois exemplos de “readaptação” que tiveram a maior importância na divulgação desta vilegiatura, quer para Lisboa, quer para o Porto. São os casos de Cascais e de S. João da Foz do Douro.

Até chegarmos à segunda metade de novecentos, serão as duas maiores cidades do país a determinar a lógica das análises, quer pelo seu maior peso como modelos adaptáveis, quer porque as restantes praias aqui tratadas nascem já depois de 1940.

Para o século XIX, e nas proximidades de Lisboa, além de Cascais, sede de concelho de pescadores pobres, promovido por D.Luís I em 1871<sup>3</sup>, estudamos os casos do Monte Estoril e S. João do Estoril, que à sua sombra nascem, mas resultado de processos muito diferentes. Para o Porto, começamos por abordar a Foz, a primeira praia da cidade e o único caso de uma instalação dirigida por um município importante e, em seguida, a colonização da Granja, que mostra aspectos absolutamente originais dentro desta história da vilegiatura balnear em Portugal. O século XX abre com o mais ambicioso projecto da primeira metade da centúria, o Estoril de Fausto de Figueiredo, empreendimento imobiliário e urbano do maior relevo nas décadas de 20 a 40, e o primeiro a conhecer uma acção concertada por parte do poder político. Os meados do século estão representados pela praia de Ofir, único projecto original destes anos, e um excelente exemplo para a discussão dos problemas da arquitectura e do urbanismo no nosso país. Na segunda metade de Novecentos, e num novo contexto político, económico e social, escolhemos Tróia, na península de Setúbal, e Vilamoura, no Algarve, únicas comparáveis na ambição dos projectos, ao Estoril de Fausto de Figueiredo, mas com resultados bem diferentes, como veremos. A importância destes dois últimos exemplos justifica a escolha do segundo limite temporal, uma vez que, são ambos projectos dos anos 60. Outros

---

<sup>3</sup> Este facto “impôs” o primeiro limite temporal da pesquisa

programas de menor envergadura, mas de características interessantes, que surgiram ao longo do período que nos ocupa, serão referenciados, de modo abreviado, quer no capítulo referente à história da vilegiatura contemporânea em Portugal, quer nos capítulos dedicados às estâncias acima enumeradas.

A caracterização urbanística e arquitectónica dos diferentes sítios, tendo em conta a época em que foram programados ou adaptados, será o objecto central deste trabalho, pois acreditamos que “le littoral, lieu privilégié de la villégiature des XIXe et XXe siècles est un véritable laboratoire d’expérimentations architecturales et urbanistiques dont les réalisations sont peu connues et particulièrement menacées”<sup>4</sup>. Porém, outros aspectos ocuparam igualmente a nossa pesquisa uma vez que, se em todos os processos de “colonização-instalação” existe sempre uma forte componente social e um fundo ideológico, declarado ou não, nos objectos que nos ocupam estes aspectos são fundamentais para a sua compreensão e avaliação.

O conjunto das investigações realizadas em Portugal, dentro da área específica que aqui nos ocupa, é bastante limitado. As obras de referência mais ricas são *Le Site Balnéaire*, de Dominique Rouillard (1984) e *Fashionable Resort Regions: Their Evolution and Transformation*, de J.V.N. Soane (1993). Para os locais escolhidos, e dentro da nossa temática, existem apenas alguns artigos valiosos e duas teses, de âmbito restrito, feitas no Porto. A bibliografia académica que mais nos auxiliou, foram trabalhos, todos da Universidade do Porto, nas áreas de Geografia Humana – Ordenamento do Território, abrangendo as praias da Foz e da Granja. Os acervos dos arquivos municipais, as publicações periódicas, especializadas ou não, o material memorialista, por vezes imensamente rico, e a informação

---

<sup>4</sup> Bernard Toulhier, “Littoral, Villégiature et Patrimoine” in *Trouville – Deauville, société et architectures balnéaires*, 1992, p.13

compulsada nas mais variadas obras, forneceram o restante apoio necessário para a nossa pesquisa.

## **PARTE I**

### **A VILEGIATURA CONTEMPORÂNEA**

# 1.GÉNESE DA VILEGIATURA CONTEMPORÂNEA

## 1.1.Conceito

*“Comme toute «histoire» , celle de la colonisation du litoral a trouvé un commencement, un lieu à partir duquel il était possible de raconter dans un récit continu, l’implantation puis la construction des nouvelles villes de bains”<sup>5</sup>*

Termo de origem itálica o conceito de vilegiatura é, pelo menos, tão antigo como a civilização romana. Então, como na nossa época, a necessidade de uma “temporada passada fora da própria casa, para recreio, repouso ou tratamento”<sup>6</sup> resultava de alguns factores comuns: por um lado, o crescimento desmesurado da cidade, a sua vida demasiado agitada e nem sempre saudável; por outro lado, a existência de um bem estar económico, pelo menos para uma minoria privilegiada, que permita esta prática. Patrício ou cavaleiro enriquecido, querendo emular os hábitos da nobreza, quase todos tinham a sua “villa”<sup>7</sup> fora da cidade, no campo ou à beira-mar, dominando propriedades rurais, onde se instalavam temporariamente, marcando a sua presença como proprietários interessados na gestão dos seus domínios, mas sempre para, ao mesmo tempo, retemperar energias necessárias à vida pública em Roma. Muitas vezes, estas “casas secundárias” eram objecto do maior cuidado estético e dispêndio de dinheiro, encarando-se a habitação na cidade como uma obrigação política da qual não se espera um prazer pessoal.

---

<sup>5</sup> Dominique Rouillard, *Le Site Balnéaire*, 1984, p.44

<sup>6</sup> Neol. do vocábulo *villegiatura*, def. do *Dicionário Prático Ilustrado*, Lello & Irmãos Editores, 1989, p.1246

<sup>7</sup> “Villa: Maison de campagne. Sous l’Empire romain, les villas des riches patriciens étaient aménagés avec somptuosité et prodigalité comme la v. de Pline (...) Quand la maison était située tout près des portes de la ville elle prenait le nom de villa suburbana”... Les Italiens des temps modernes ont conservé de l’Antiquité le nom et le principe”; cit. de uma definição do início do séc.XX, in *Villenarchitektur/Villa Architecture in Dresden*, 1991, p.9

As convulsões do Ocidente, nos séculos seguintes à queda do Império, fizeram esquecer muitas características do mundo clássico e parece ter desaparecido completamente este hábito da vilegiatura. No entanto, mesmo nos tempos mais difíceis da Idade Média, sobrevive o gosto da mudança de residência, sendo bastante comum entre os monges passarem temporadas como hóspedes de outros mosteiros, ou mesmo os senhores terratenentes se “asilarem” nas instituições religiosas que protegiam. Com o renascer das cidades e o início de uma economia capitalista, rapidamente se restabelece a moda da estadia num outro lugar que não a casa habitual na cidade<sup>8</sup>. As cortes reais, cada vez mais poderosas, dão o exemplo, construindo para o lazer das mais belas casas que hoje enriquecem o património arquitectónico europeu. Basta lembrar, como exemplo maior, o caso de Palladio com as suas “villas” para a elite da sociedade de Vicenza<sup>9</sup>. O costume está enraizado, mas ainda muito ligado, como na Antiguidade, às propriedades agrícolas dos encomendadores ou aos interesses políticos do rei.

## **1.2. Os “inventores” da vilegiatura contemporânea**

### **1.2.1. A Inglaterra**

É preciso chegar à época contemporânea para se criar, de facto, um conceito de vilegiatura em termos realmente novos. Esta definição depende também de novos factores que só a época contemporânea vai trazer, entre eles, a Revolução Industrial, os progressos científicos, sobretudo na medicina e na higiene, um acelerado crescimento e caos urbanos das cidades

---

<sup>8</sup> Veja-se, a propósito, a tradução inserida em James S. Ackerman, *The Villa*, de um texto publ. em Veneza, em 1566, com o título “The Advantages of Villa Life. A discussion between The noblemen Messer Giovanni Battista Avogadro and Messer Cornelio Duco in The month of May 1553 on The delights of the villa and how it is better to reside there than in the city” 1985, pp.124-133

<sup>9</sup> “Citons en particulier la Rotonda de Palladio, près de Vicence, qui à partir du XVIIème siècle fut reproduite notamment en Angleterre, puis en France (Château de Marly) et en Hollande et qui, jusqu’au XIXème siècle était considérée comme l’archétype de la belle villa”. *Idem, ibidem*



e ainda, mas não menos importante, uma cultura literária e filosófica que enquadra as opções da nova época.

A primazia inglesa, nalguns destes itens, é com certeza responsável pela precocidade do fenómeno entre as elites britânicas. Na verdade, foram os ingleses que criaram as três grandes vilegiaturas contemporâneas – climática, balnear, termal – ao mesmo tempo que, também primeiro, “inventaram” os modelos novos para essas práticas, quer no seu território, quer no estrangeiro. Vejamos, com mais atenção, três sítios paradigmáticos.

Comecemos por Bath, por razões cronológicas, a antiga *Aquae Sulis* romana, que se transformou na primeira importante cidade de vilegiatura, com a renovada moda dos banhos em águas termais<sup>10</sup>. Desde muito cedo sob o patrocínio real, são a sua abadia e as suas manufacturas os principais motivos de interesse da cidade durante séculos. Ao longo do século XVI fizeram-se reformas nos antigos banhos e no tempo de Shakespeare, as indicações de médicos e farmacêuticos tornam os tratamentos cada vez mais populares. No fim do século XVII já são muitos os que procuram a cura nas águas e aparecem os primeiros estrangeiros, franceses, informados da excelência e da fama das águas de Bath. No entanto, ainda não se trata de uma verdadeira vilegiatura moderna, pois que não oferece qualquer espécie de entretenimento ou de espaço público para outras distrações que não as termas<sup>11</sup>, e as estruturas de alojamento são precárias. No século XVIII, Bath conhece o seu momento mais brilhante, pela acção de homens como Richard “Beau” Nash, amante de festas, mulheres bonitas e jogo, que se torna mestre oficial de cerimónias da cidade, impõe obras ao município e estabelece regras de civilidade que tiveram fama em todo o reino; como Ralf Allen, que

---

<sup>10</sup> Voltaire dizia irónico: “Les voyages des Eaux ont été inventés par les femmes qui s’ennuyant chez elles”, cit. in Armando Narciso, *A Evolução da Crenoterapia e as Águas Medicinais Portuguesas*, s.d., p. 37

<sup>11</sup> Nas palavras de Daniel Defoe (1660-1731), o inesquecível criador de *Robison Crusoe*: “We may now say it is the resort of the sould as well as the sick and a place that helps the indolent and gay to commit The worst of all murders - to kill time”, cit. in *The Pitkin Guide. City of Bath*, 1997, p.10

reforma os serviços postais, melhora a navegação no rio (Avon)<sup>12</sup> e manda construir Prior Park, magnífica residência palladiana, que trouxe o arquitecto John Wood (o velho) (1704-1754) para Bath. É este último que lança os fundamentos da cidade jorgiana, construindo o seu primeiro edifício em Queen Square entre 1728 e 1733, num sistema baseado em exemplos londrinos. O seu filho, John Wood (o novo) (1728-1781)<sup>13</sup>, completou a sua obra fundamental, “the Circus” (1754)<sup>14</sup> e desenhou o “Royal Crescent”, em 1767-75<sup>15</sup>, as “Upper Assembly Rooms”, em 1768-81 e ainda, um novo edifício de banhos, em 1775-78. Utilizando a pedra amarela da região e escolhendo o classicismo palladiano, enraizado no gosto britânico, estes arquitectos, e os seus continuadores, fizeram de Bath um dos modelos urbanístico-arquitectónicos mais notáveis de toda a Europa<sup>16</sup>. Sob o ponto de vista do urbanismo, criaram tipologias novas, de brilhante futuro, numa continuidade de espaços e integração no sítio verdadeiramente extraordinárias. A arquitectura também inova ao construir casas unifamiliares, com os seus jardins nas traseiras, sob uma fachada comum, como se de um palácio se tratasse (bem visível, por exemplo, em Queen Square)<sup>17</sup>. Estes conjuntos de casas, ocupadas sazonalmente pelos seus

<sup>12</sup> É com esta melhoria que se desenvolve o transporte da pedra amarela que caracteriza a cidade, cf. *Idem*, p.13

<sup>13</sup> Publicou, entre outros textos, uma obra intitulada *A Series of Plans, for cottages or Habitations for the Labourer* (1ª edição de 1781) onde “in the latter volume he demonstrated a concerned attitude to housing for the working classes unusual for the time”, in *Dictionary of Architecture*, Oxford, 1999, p. 741

<sup>14</sup> “was an important innovation in English town-planning, with unified façades featuring an assemblage of Orders, the whole resembling the design of The Colosseum in Rome, but on a concave instead of convex plan”, in, *Idem*, p.740

<sup>15</sup> “with its Giants Ionic Order rising from a plinth, was both original and influential, and was widely imitated thereafter”, in *Idem*, p.741

<sup>16</sup> “...la ville de Bath est une des plus jolies villes d’Europe: ses rues sont larges, ses maisons imposantes, ses monuments grandioses. Elle a une pierre à elle, la pierre de Bath, qui donne à ses constructions, un caractère monumental. La brique n’arrive jamais à de pareils effets”; Louis Enault, *Le voyage pittoresque, Angleterre, Ecosse, Irlande*, Paris, 1858; cit in Dominique Rouillard, op. cit., p.19

<sup>17</sup> “molte delle più ammirate sistemazione del tardo ‘700 inglese – il Circus e il Crescent di Bath (J. Hood, 1764 e ‘69), i celebri «squares» londinesi di Bloomsbury 1775-1827), e più tardi Regent’Street a Londra (J. Nash, 1812) – consistono in un’architettura uniforme sopraposta a una multitude di case indipendenti, la simmetria e l’unità prospettica, da mezzi di controllo strutturale diventano mezzi di controllo paesagistico”, in L. Benevolo, *Le Origini della Urbanistica Moderna*, 1976, pp.34-35

proprietários, ou alugadas para a temporada termal<sup>18</sup>, permitiam trazer a Bath a mais selecta sociedade londrina, e não só, estabelecendo definitivamente o prestígio social da cidade. Quanto aos espaços públicos, as Assembly Rooms, criaram o primeiro modelo para aquilo que depois se chamará casino ou *club*, e que se tornará equipamento indispensável para qualquer local de vilegiatura. Com espaços diferenciados para os bailes e a música, o chá ou as cartas, constituía o principal ponto de encontro da sociedade elegante e ritualizada que frequentava Bath, onde a moda e o prazer estavam na ordem do dia. Era um excelente lugar para a contemplação da humanidade e a sua crítica exemplar, como tão bem nos ensinam os romances de Jane Austen<sup>19</sup>. Por outro lado, o magnífico traçado dos “squares” e a absoluta novidade do “crescent”, inspirado na colunata de S. Pedro em Roma, constituem modelos fundamentais para o urbanismo das cidades inglesas, ao longo do século seguinte.

O segundo grande modelo primitivo, de criação britânica, é para a vilegiatura marítima com a cidade de Brighton que, nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, de aldeia piscatória decadente<sup>20</sup> se torna na estância de vilegiatura predilecta da corte do príncipe regente. Os médicos começavam, então, a recomendar a água salgada como meio de cura para algumas doenças, mudando a atitude dos seus contemporâneos em relação ao mar<sup>21</sup>. O indiscutível fundador da Brighton moderna é de facto um médico, o doutor Richard Russel que, desde 1750, começa a recomendar

---

<sup>18</sup> *City of Bath, The Pitkin Guide*, 1997, p.16

<sup>19</sup> “‘Have you benn long in Bath, madam?’

‘ About a week, sir’, replied Catherine, trying not to laugh.

‘Indeed! Have you yet honoured The Upper Rooms?’

‘Yes, sir, I was there last Monday.’

‘And are you altogether pleased with Bath?’

‘Yes – I like it very well.’

‘Now I must give one smirk, and then we may be rationable again.’ *Northanger Abbey*, 1818

<sup>20</sup> É exactamente o caso de Cascais

<sup>21</sup> Apesar deste fenómeno ser caracteristicamente contemporâneo, parece que desde tempos muito antigos se conhecem os benefícios do banho de mar, havendo notícia de que já Theodorico, rei dos Suevos, mandou vir o seu filho ao Porto, em 558, para tratar a lepra com banhos de água salgada. (Cf. L. P. Saldanha Martins, op. cit. p.83)

a aldeia aos seus doentes e, com tal sucesso que, três anos depois, aqui se estabelece permanentemente. Escreve a primeira obra importante sobre a matéria, *Dissertation on the Use of Sea Water in Diseases of the Glands*<sup>22</sup>, é o responsável pelas visitas reais e, em particular, pela vinda do príncipe regente. Em Julho de 1765, chegou o primeiro primeiro visitante real, na pessoa do Duque de Gloucester, mas a resposta da cidade, em termos de alojamento e comodidades, era ainda muito pequena. Surgem os primeiros estabelecimentos de banhos, o mais famoso dos quais pela mão de um indiano, Sake Deen Mahomed, aberto em 1786, e com tanta concorrência que, em 1822, após a publicação do seu manual sobre o banho<sup>23</sup>, ganhou um cargo na corte de Jorge IV<sup>24</sup>. Apesar do sítio não possuir qualquer encanto especial, no fim do século XVIII, Brighton ganha vantagem sobre Bath, sobretudo por causa da sua proximidade de Londres e da presença regular da corte. Esta competição entre as duas estâncias, mostra um outro fenómeno da vilegiatura que tende a acentuar-se – a importância social da estadia é cada vez maior em detrimento do factor terapêutico. Como comenta o historiador Antony Dale, “society in every age has always delighted to be recommended by its medical advisers to resort to just those places which it was determined in any case to visit, with or without the appropriate symptoms”<sup>25</sup>. Aparecem então as primeiras bibliotecas, um teatro e algumas capelas, ou seja, os espaços considerados indispensáveis para gente civilizada. O “vauxhall” (novo termo para casino) surge em 1793<sup>26</sup>. O príncipe de Gales instala-se em casa do seu tio, o duque de Gloucester, e com ele um número crescente de visitantes da alta sociedade inglesa. Novos hotéis e “assembly rooms” recebem esta população elegante, assim como o

---

<sup>22</sup> Publ. pela primeira vez em Oxford, em 1750. Russel recomendava, inclusivamente, que se bebesse a água do mar e Michelet dirá dele que foi “o inventor do mar” (Cf. D. Robert Elleray, *Brighton, A Pictorial History*, 1987, s.p.)

<sup>23</sup> *Shampooing*, ou seja, massagem, publicado em 1822 (Cf. D. Robert Elleray, op. cit., s.p.)

<sup>24</sup> “Shampooing Surgeon to His Majesty King George IV” in *Idem*

<sup>25</sup> *Brighton Old and New*, 1976, p. 43

<sup>26</sup> D. Robert Elleray, op. cit., s.p.

“the Steine”, larga alameda-passeio perpendicular ao mar que, com o crescimento urbano, se transforma no centro nevrálgico da estância, e onde logo se erguem os mais notáveis edifícios, privados ou públicos. No seu extremo sul, sobre o mar, o primeiro “pier” e, finalmente, em 1815, o Royal Pavilion. A história do magnífico edifício começara em 1786, com a aquisição de algumas casas pelo príncipe, logo remodeladas, em 1786-87, por Henry Holland (1745-1806)<sup>27</sup>, e com acrescentos e nova decoração chinesa, entre 1801 e 1804, assim como um picadeiro e estábulos, que trazem, pela primeira vez, o estilo “indiano”<sup>28</sup> à cidade. Por fim, coube a John Nash a encomenda do novo palácio, construído entre 1815 e 1821 e que é um dos modelos mais notáveis da arquitectura de veraneio em toda a Europa<sup>29</sup>. J. Nash (1752-1835)<sup>30</sup>, que se inspirara nas obras de Wood em Bath, utilizando a mesma tipologia e linguagem, para realizar a sua melhor obra londrina (Regent’s Park, 1812-27), opta aqui por “what is called the ‘Picturesque’ style”<sup>31</sup>, obedecendo ao gosto do regente e em continuidade com os edifícios de Purden. Pela escolha real, os dois arquitectos ficaram ligados à construção de Brighton, como os dois Wood, no caso de Bath. Com desenhos seus, ou por sua inspiração, inicia-se um período brilhante de arquitectura Regência, em Brighton, que perdurará até 1860 e que, definitivamente, marcará o carácter da cidade. Projectos como Kemp Town<sup>32</sup> e Brunswick Town<sup>33</sup>, a oriente e a ocidente de “the Steine”,

---

<sup>27</sup> “Leading English Georgian architect (...) He evolved an elegant Neoclassical style to rival that of the Adams, as can be seen at Brook’s Club House (...) The success of this building made his name known in aristocratic circles, and he designed a number of pleasing country-houses”, in *Dictionary of Architecture*, 1997, p. 322

<sup>28</sup> Em 1804 pela mão de William Porden que lhe acrescentou um enorme edifício de estábulos com cobertura em “estilo indiano” ( cf. *Internacional Dictionary of Architects and Architecture*, Detroit, 1993, p.6039)

<sup>29</sup> Aqui, pela primeira vez, em 1818-21, aparece a coluna de ferro numa arquitectura representativa, utilizada, desde 1780 em construções utilitárias (cf. *Idem*, p.602)

<sup>30</sup> “Nash became personal architect to the Regent and remodelled the Royal Pavillion, Brighton, Sussex (1815-21), in the Hindoo and Chinese styles, exotically intermingled”, in *Dictionary of Architecture*, p.445

<sup>31</sup> *Internacional Dictionary of Architects and Architecture*, p.601

<sup>32</sup> Projecto lançado por Lord Kemp em 1823, é desenhado pelo arquitecto Thomas Cibbit, provavelmente imitando o Regent’s Park de Londres e combina um elegante “crescent” curvilíneo com um vasto espaço

respectivamente, com os já característicos “crescents” e “squares”, edifícios decorados a estuque com os arredondados das “bow-windows”, são exemplos perfeitos de planeamento urbano, muito antes deste conceito ter sido definido como hoje o entendemos<sup>34</sup>. Para além destes elementos, o urbanismo de Brighton tem ainda outros aspectos importantes que farão escola, nas estâncias inglesas à beira-mar. Em primeiro lugar, o crescimento urbano faz-se sempre em função do mar e cada novo conjunto de edifícios abre-se sobre a extensa avenida-esplanada marginal. Em segundo lugar, salienta-se a importância que os promotores dão ao jardim e ao parque, ligando-os progressivamente a actividades desportivas ao ar livre. Finalmente a presença de alguns equipamentos, desde o muito britânico “pier”, pontão de madeira ou de ferro sobre o mar, onde se desenrolam as mais diversas actividades lúdicas<sup>35</sup>, até ao mais universal que é o hotel. Com a abertura da linha do caminho de ferro de Londres a Brighton, em 1841, e o enorme aumento do número de visitantes temporários, estes equipamentos ganham uma importância primordial. No terceiro quartel do século XIX, tanto o carácter urbano como cosmopolita de Brighton estão bem estabelecidos e “London-by-the-Sea” obriga a uma lista de entretenimentos normalmente esperados por uma crescente clientela de gente em férias. Os teatros, o “pier”, um aquário, são agora as atracções principais, e a esplanada em frente à praia, o lugar mais frequentado por este “beau-monde”.

Muito menos interessantes que os conjuntos urbanos, para quem hoje visita Brighton, são as casas particulares, quer em número, quer em qualidade arquitectónica. No entanto, são um “mostruário” relativamente exaustivo do gosto da sociedade inglesa, dos finais do século XVIII e ao

---

quadrado, realizando “quella raffinata unità fra architettura e disegno urbano che si realizza a Bath”, in P. Sica, *Storia dell'Urbanistica, L'Ottocento*, 2ºvol., p.976

<sup>33</sup> Projecto de 1825, pretende repetir a feliz experiência de Kemp Town.

<sup>34</sup> O termo urbanismo apareceria, pela primeira vez, em 1910, no Bulletin de la Société Géographique de Neufchatel, citado por P. Clerget. O urbanismo distinguia-se das artes urbanas, suas precedentes, pelo facto de incorporar um carácter reflexivo e crítico e por ter pretensões científicas (Cf. Françoise Choay, *Urbanisme, Utopies et Réalités*, 1965)

longo do século XIX. Predominam aqui os revivalismos, desde a “villa” italiana<sup>36</sup>, passando pelo “gótico”, ou “Tudor”, até ao mais exótico orientalismo, aliás inspirado no próprio pavilhão real de Nash.

Sob este ponto de vista, é muito mais rica a estância de Bournemouth, ainda na costa da Mancha, planificada a partir de 1835 por encomenda de dois promotores privados e dirigindo-se a um mercado sobretudo de classe média. Trata-se aqui, ao contrário de Brighton, de um programa que nasce da iniciativa capitalista da grande burguesia, característica já do século XIX, em todos os países industrializados, e que J. Soane classifica como uma das cinco formas típicas das estâncias à beira-mar, ao longo do tempo, nos seguintes termos: “Non-Exclusive Mid to Late 19th Century Resorts – generally accessible to wide segment of middle, lower-mid and prosperous working classes”<sup>37</sup>. Bournemouth, planificada a partir de 1835, com um projecto da autoria do arquitecto B. Ferry<sup>38</sup>, aproveita as características morfológicas do sítio – um vale bastante apertado junto à praia, entre dois morros sobre o mar – com arruamentos sinuosos, dividindo lotes de diversos tamanho e configuração, sempre para albergar casas unifamiliares. O resultado é um urbanismo de carácter orgânico, sem rasgo excepcional, que deixa livre o vale central para jardins, mas onde a variedade e a qualidade de algumas casas, com um papel de relevo para o arquitecto Decimus Burton (1800-1881)<sup>39</sup>, compõem um conjunto urbano muito interessante. É curioso assinalar que nesta estância, à semelhança de outros exemplos, aliás, como

---

<sup>35</sup> Em Inglaterra o “pier” organizava-se, por vezes, como uma feira popular, com barracas, carrosséis, etc.

<sup>36</sup> “Pendant le siècle qui suivit la Révolution Française, le siècle de la bourgeoisie, la construction d’une villa devint une tâche importante. Elle représentait le type d’habitation qui correspondait au mieux à la philosophie du bourgeois aisé. (...) Dans une certaine mesure la villa avait bien un rapport avec les activités professionnels de son propriétaire, étant donné que le maintien de la vie mondaine était une condition importante pour le bon fonctionnement des relations d’affaires et sociales” in *Villenarchitektur/Villa Architecture*, 1991, pp. 10-11

<sup>37</sup> John Soane, *Fashionable Resorts Regions: Their Evolution and Transformation*, 1993, p. 20

<sup>38</sup> Cf. Paolo Sica, *Storia dell’Urbanistica, L’Ottocento*, vol.II, p.977

<sup>39</sup> Discípulo de Nash, de quem seu pai, James Burton, foi colaborador, fez no seu atelier alguns trabalhos importantes, como os *Cornwal* e *Clarence Terraces*. Teve considerável sucesso como arquitecto de *villas* e casas de campo, utilizando revivalismos clássicos (sobretudo grego) ou o “picturesque”, claramente

Scarborough, e pelo menos até 1856, os desenvolvimentos são controlados exclusivamente pelos proprietários dos solos, ou seja, não há planos urbanísticos de iniciativa pública e, portanto, a qualidade arquitectónica e urbanística é regulada e determinada pelo gosto e pela procura do mercado<sup>40</sup>. Bournemouth é, talvez, a mais “pitoresca” das estâncias marítimas inglesas e, ao contrário de Brigthon, é, sob o ponto de vista das escolhas arquitectónicas, talvez o melhor “mostuário” da tipologia inglesa mais popular para a arquitectura privada, durante a século XIX – o “cottage”<sup>41</sup>. Em Inglaterra a habitação suburbana tem já muitos adeptos na utopia residencial das classes altas no início de oitocentos. Entre 1780 e 1818 publicam-se 38 ensaios sobre casas de campo, vivendas unifamiliares, “cottages”. Ao longo do século esta aspiração generaliza-se traduzindo uma possibilidade concreta para uma parte da classe média. O mais conhecido desses trabalhos, a *Encyclopedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*, de Loudon, publicada em 1832, com uma 2ª edição logo em 1842, é já um completo inventário de formas para o universo não urbano. Os modelos estão, a partir de agora, disponíveis segundo os gostos e as escolhas concretas dos encomendadores.

No caso da vilegiatura climática, são também os ingleses que, primeiro, vão chamar a atenção para a que será conhecida como a “capital de inverno” da Europa, ou seja, a cidade de Nice, na costa mediterrânea francesa. Começam a frequentá-la, nos meses mais frios, a partir dos finais do século XVIII e, a administração, ainda piemontesa, abre o primeiro troço da “Promenade des Anglais”, larga alameda marítima que virá a ter 7 km de extensão. Rapidamente, Nice afirma-se como um centro mundano

---

derivado de Nash Trabalhou em Bournemouth principalmente entre 1827 e 1840 (cf. *International Dictionary of Architects and Architecture*, pp. 137-138)

<sup>40</sup> Cf. Paolo Sica, op. cit., p.978)

<sup>41</sup> “The effects of the Pituresque point of view on the developement of the house in England around 1800 were several. (...) The newly fashionable attitude gave prestige to modest detached dwellings, raising the social status of the «cottage» from an agricultural labouris home to a midle-class habitation or even on



internacional<sup>42</sup>, com uma frequência sempre crescente da aristocracia europeia, e que perdurará até ao século XX. Resultante do crescimento de um velho núcleo urbano, em momentos sucessivos, não é o urbanismo o seu legado mais importante, apesar de alguns aspectos exemplares, como o passeio-marginal, a “Promenade du Paillon”, os jardins ou os “squares”. É, no entanto, no conjunto de equipamentos e nas escolhas arquitectónicas dos edifícios privados, que encontramos o carácter particular da cidade e identificamos a sua principal vocação: igrejas (russa, anglicana, católica), casino, hotéis, a célebre “jetée-promenade” (equivalente ao “pier” mas sem outra função que não o passeio), as casas isoladas e de “raport” que, apesar da inspiração estilística fortemente ecléctica, compõem um conjunto e criam um ambiente de “ville-de-plaisir” que dificilmente se encontra noutro lugar.

Nice consolida-se como o centro de uma cadeia de estâncias, ao longo da “Côte d’Azur”, quer francesa, quer italiana, geralmente ligadas a núcleos urbanos mais antigos, e que se desenvolvem ao longo da segunda metade do século XIX como são os casos mais famosos de Cannes<sup>43</sup>, também descoberta dos ingleses, por volta de 1840, ou de Monte Carlo, centro internacional de jogo com o seu casino de Charles Garnier, a que voltaremos mais adiante.

### 1.2.2. A Europa Central

Se os ingleses são pioneiros na criação e divulgação de novos hábitos de vilegiatura há, no entanto, que dar atenção a outros contributos, igualmente importantes. No que diz respeito às vilegiaturas mais antigas,

---

occasion a holiday «retreat» for upper-classes”; H.R. Hitchcock, *Architecture: nineteenth and twentieth centuries*, 1968, p.253

<sup>42</sup> Reforçada com o prestígio do seu carnaval, inaugurado em 1878, e com o desfile do célebre corso na *Promenade des Anglais*.

<sup>43</sup> Descoberta pelos ingleses por volta de 1840, afirma-se como estância de luxo em torno do velho núcleo de Le Suquet, sobre o Mont Chevalier. O caminho-de-ferro inaugurado em 1863, assinala o início de um

climática e termal, já bem estabelecidas nos últimos decénios do século XVIII, a Alemanha fornece alguns exemplos de grande relevo. Wiesbaden<sup>44</sup> ou Baden-Baden, são estâncias que, afirmando-se muito cedo como centros cosmopolitas internacionais, terão um carácter de modelo para toda a Europa. O primeiro, posto em moda, logo no início do século XIX, com a presença dos príncipes de Nassau<sup>45</sup>, logo constrói os seus primeiros equipamentos, edifícios termais, hotéis e, em 1810, o “Kurhaus” (palavra germânica para casino). Na verdade, os jogos de azar são popularizados sobretudo pelas estâncias alemãs e daí que, o edifício que os abriga, seja um importante contributo destas vilegiaturas. Ao longo das décadas seguintes, Wiesbaden ganha um conjunto notável de residências privadas com jardim, novos estabelecimentos termais, de “estilo inglês”, e um parque público de gosto romântico e também de inspiração inglesa. Sublinhemos, desde já, que esta “contaminação”, que vemos surgir entre as novas estâncias europeias, é uma das constantes do nosso fenómeno.

Baden-Baden, nascida perto de Karsruhe (a velha Aquae Aureliae romana, redescoberta pelos românticos) é, desde 1815, frequentada pela aristocracia local, mas também francesa e russa. O casino é construído em 1844 e, logo a seguir, um teatro, uma sala de exposições, um museu, alguns hotéis e, finalmente, os dois importantes edifícios termais, um para senhoras e outro para cavalheiros. Em território alemão temos um último caso digno de nota, no panorama dos grandes modelos internacionais, que é Dresden, na Saxónia. Pelas suas excepcionais condições a cidade tornou-se, durante o século XIX, um dos grandes centros do cosmopolitismo internacional e uma fonte importante de “modas” arquitectónicas para todo o mundo ocidental.

---

rápido crescimento e determina a estrutura da nova cidade. Ainda durante o 2º Império, traça-se o boulevard de La Croisette com o Club Náutico, o Casino, os estabelecimentos balneares e os hotéis.

<sup>44</sup> Que é o único *spa* alemão a aproximar-se, em tamanho e relativa sofisticação, às mais reputadas estâncias da Europa Ocidental

<sup>45</sup> A relação entre a nova prosperidade económica da burguesia e a difusão das estâncias balneares, não se aplica linearmente ao caso do centro da Europa, onde o impacto cultural do papel das famílias principescas continuou, até tarde, a ter grande importância.

Nela trabalhou longamente o arquitecto Gotfried Semper (1803-1879)<sup>46</sup> que, em parceria com o italiano Nicolai, construiu, entre muitas, a “Villa Rosa”, considerada um dos primeiros modelos “contemporâneos” desta tipologia<sup>47</sup>. A cidade cresceu rapidamente e, os cerca de 10.000 estrangeiros (sobretudo ingleses, russos e americanos) que aí residiam no final do século XIX, obrigam à construção de um novo bairro – Hellerau – onde vai surgir a primeira cidade-jardim da Alemanha.

Ainda um exemplo com algum peso nesta área, mas agora sob o domínio do império austríaco, é Marienbad. Também já frequentada desde o século XVIII, em 1818, é declarada por decreto cidade termal e é ordenada, simultaneamente, a criação de um parque público, concluído em 1824, que servirá de elemento organizativo para o desenvolvimento urbano da cidade. Muito interessante, uma vez que se trata de uma instalação completamente planificada, conhece o seu máximo desenvolvimento na segunda metade do século XIX, período em que também são construídos grande parte dos edifícios públicos mais representativos.

### 1.2.3. A França

Todos estes contributos, no entanto, e apesar da sua irrefutável importância, não diminuem o peso impressionante que constitui o legado da França nesta matéria. A propósito da Inglaterra, já vimos o caso de Nice, seguramente a principal vilegiatura climática da Europa, mas, a qualidade, quantidade e diversidade das estâncias termais e balneares francesas é ainda imensa. As “Villes d’Eaux” (termo criado no período do segundo Império para as estâncias termais, ao mesmo tempo que se passaram a chamar

---

<sup>46</sup> Nomeado professor da Academia de Belas Artes de Dresden, em 1843, onde viveu de 1834 a 1849, aqui realizou “some of his best buildings, including the *Hoftheater* (...), a Cinquecento Revival (...) one of the most beautiful theatres in the world. He also designed the eclectic Synagogue (...) in a mix of Byzantine, Lombardic, Morish, and Romanesque styles (...); the Villa Rosa in a Quattrocento manner (1839-destroyed); the sumptuous Oppenheim Palais in Cinquecento Revival (...); and the *Gemaldegalerie* (Picture Gallery) in *Dictionary of Architecture*, p. 604

<sup>47</sup> Cf. *Villenarchitektur/Villa Architecture*, 1991, p. 31

“Villes de Bains” as estâncias balneares marítimas) francesas de maior notoriedade, no século XIX<sup>48</sup>, são Aix-les-Bains e Vichy, qualquer delas, modelos arquitectónico-urbanísticos da maior importância para todas as vilegiaturas europeias. A atenção dada à natureza e a vontade de integrar na paisagem os novos desenvolvimentos urbanos, como já vimos nos casos citados de Bath ou Marienbad, também aqui estão presentes. As duas estâncias, aliás, beneficiam de localizações geográficas privilegiadas – Vichy numa plataforma em ângulo sobre o rio Allier e, Aix-les-Bains, entre a montanha e o lago. A estância termal, e por extensão a balnear, quer ser um parque, uma verdadeira cidade-jardim “avant la lettre”, em suma, uma cidade ideal. Mas, antes de tudo, ser cidade, numa conotação de riqueza e de luxo, pela construção de equipamentos de escala desproporcionada ao seu tamanho “real” e pela escolha de modelos arquitectónicos urbanos, importados da capital, virando progressivamente as costas aos modelos vernaculares. Em qualquer das duas estâncias, a primeira preocupação é definir a organização do parque e, imediatamente, a localização e o projecto do edifício termal, inicialmente considerado o equipamento fundamental, não só pela sua função específica, mas também porque albergava os espaços de lazer. Só com a permissão dos jogos de azar e pela concorrência, neste campo, das estâncias alemãs, é que o casino passa a ocupar o lugar de edifício mais representativo e a ter o direito à implantação urbana mais favorável. Os primeiros estabelecimentos de banhos em Aix-les-Bains e Vichy são inspirados em modelos da antiguidade, as termas de Caracala ou de Diocleciano, sempre com colunata na fachada e organização à volta de um imenso “hall”. Mais tarde, surgem outros projectos, que fazem apelo à

---

<sup>48</sup> Na verdade, e apesar do exemplo inglês de Bath, “é principalmente em França que esta vida palaciana das termas principia a adquirir maior voga, no tempo dos Valois. Francisco I, Henrique II, Catarina de Medicis e os três últimos Valois frequentaram com certa assiduidade as termas. (...) A resplandecente e escandalosa corte do rei sol brilha e intriga nessa vida das termas, como em Fontainebleu e em Versailles”, in Armindo Narciso, *A Evolução da Crenoterapia e as Águas Medicinais Portuguesas*, 1920, pp.33-34

tradição do banho nos países orientais, como acontece nas “Grands Thermes” de Vichy, inauguradas em 1903.

Em 1863, o autor das *Promenades d’Aix-les-Bains*, escreve: “Si le plaisir et la distraction ne suffisent pas pour guérir, ils y aident sans contredit dans une certaine mesure: le Casino d’Aix est digne de L’Etablissement thermal”<sup>49</sup> A importância crescente do casino, relativamente ao edifício termal, é tão grande que o mesmo autor continua fazendo uma classificação dos hotéis e pensões segundo a sua proximidade das termas e do casino. No caso deste último, cada vez mais complexo, englobando progressivamente teatros, salões de baile, espaços de leitura, salas de chá, de jogo, etc., a escolha da sua arquitectura obedece a outros critérios. O luxo e magnificência que lhe são exigidos, obrigam a escolhas mais flexíveis e, aqui, encontramos sempre as mais elaboradas propostas dos arquitectos, tendo como ponto de partida o casino de Monte Carlo, considerado o projecto-ideal. Com o parque, o estabelecimento termal e o casino aparece, inevitavelmente, o hotel. A sua construção não difere essencialmente do hotel da estância climática e marítima. Ele destina-se a uma clientela cosmopolita, que ganhou o gosto pela viagem e pelo turismo, esperando encontrar acomodação semelhante nos Alpes ou na costa da Normandia. O grande salto qualitativo e quantitativo, deste equipamento, relaciona-se com a construção das linhas de caminho de ferro e a sua promoção estará, desde então, sempre a elas ligada. Tanto em Vichy como em Aix-les-Bains, vemos exemplos dos primeiros hotéis célebres, ainda de dimensões modestas, geralmente exibindo o nome dos seus proprietários, com a sua “table d’hôtes” e albergando visitantes de diferentes extractos sociais. Na segunda metade do século XIX, vemos surgir o característico “Grande Hotel”, para 200 ou 300 hóspedes, múltiplos espaços de convívio e grande cuidado na decoração. Só estes têm salas privadas para as refeições e começam a usar as

---

<sup>49</sup> Cit. in *Villes d’Eaux en France*, cat., 1985, p.83

pequenas mesas nos seus restaurantes. Aix-les-Bains mantém ainda de pé três exemplos magníficos: o Grand Hotel, construído em 1853 e renovado em 1900, o Hotel Splendide, de 1884 e o Hotel Excelsior, de 1906. Para completar o cenário da estância, falta ainda um conjunto de moradias particulares que, nas primeiras décadas, preferem o modelo precário e não citadino do chalet, quase sempre suíço, mas também russo, persa, etc., para, nos decénios à volta de 1900, se tornarem ecléticas, complexas e luxuosas, autênticos retratos do poder económico e do gosto discutível dos seus proprietários, como a “villa” tunisina, em Vichy, ou a moradia “La Roche du Roi”, em Aix.

Se Aix-les-Bains conseguiu enorme notoriedade pela preferência de grandes intelectuais franceses, Lamartine, Chateaubriand, Balzac, etc., e de figuras do século como a rainha Vitória<sup>50</sup>, Vichy teve a enorme vantagem de ser protegida pelo imperador Napoleão III<sup>51</sup>. De facto, é em resultado das campanhas de obras sucessivas, por ele promovidas, que a estância ganha o lugar de rainha das “Villes d’Eaux” francesas e europeias. O empenho real, ou de importantes figuras, vai ter também uma enorme influência no prestígio das estâncias balneares marítimas francesas. O caso paralelo a Vichy, encontramos-lo em Biarritz, na costa atlântica a poucos quilómetros de Espanha, que, pela protecção da imperatriz Eugénia, se torna a “Ville de Bains” da moda durante o Segundo Império.

Apesar da vilegiatura de mar estar ligada desde o início, e ao longo do século XIX, às qualidades terapêuticas da sua prática, é aqui mais evidente o

---

<sup>50</sup> Em 1885, 1887 e 1900. “Elle avait adopté un semi-ingonito, sous le nom de Contesse de Balmoral, mais sa suite nombreuse et surtout le renom qui s’attachait alors à la souveraine de l’Empire britannique faisait de sa présence un événement considérable, extrêmement profitable à la station”, in *Villes d’Eaux en France*, p.184

<sup>51</sup> “Les séjours de l’Empereur à Plombières et à Vichy constituaient certainement la plus efficace des publicités, non seulement pour ses stations, mais aussi pour le thermalisme français en général. (...) Mieux encore, et ce sera en France la dernière manifestation du thermalisme de cour, l’Empereur, après chacune de ses cures, commanda de grands travaux d’urbanisme et d’amélioration des équipements thermaux. A Vichy, que Napoléon III aimait particulièrement, ses travaux revêtirent une importance considérable; en faisant d’un village, une ville, l’Empereur assura l’avenir de la station que l’on devait appeler la reine des villes d’eaux” in *Villes d’Eaux en France*, p.176

acentuar do seu carácter de lazer, de divertimento, de tempo livre. Pela sua expansão mais tardia, as imagens das estâncias climáticas e termais têm um peso considerável na concepção da praia de banhos, mas ela é completada por outros factores, como escreve Dominique Rouillard: “L’image de départ ne procède pas d’une représentation d’une ville unique, et n’est pas non plus un projet de ville idéale, programmée. Elle ne s’élabore que sur des fragments construits, et sur d’autres de l’idéologie urbanistique régnante. Elle rassemble des morceaux épars de France et de l’étranger, de la montanha e de la mer, de la ville et de la campagne, et des éléments d’idéologies, sur le monde moderne, aristocratique, de la villégiature, des voyages, de l’exotisme, etc.. C’est l’image synthétique, d’une ville imaginaire faite de mots, de noms, de tracés, de silhouettes, de coulers, de “styles”, mais aussi de gestes, de rythmes et de rites de la vie du curiste”<sup>52</sup>.

A aproximação necessária às estâncias termais, leva a que, o primeiro edifício identificativo da nova vilegiatura seja o estabelecimento de banhos, nobilitado ainda pela arquitectura neoclássica, como em Dieppe (1822-37), a primeira praia francesa de prestígio internacional pela promoção de Madame de Berry<sup>53</sup>. Mas outros espaços tornar-se-ão indispensáveis para que um pedaço de costa urbanizado seja reconhecido como “ville de bains” e, entre eles, “le casino, l’Hôtel des baigneurs, le quai (ou digue), les cabines (roulantes et fixes), le square, le jardin anglais, et accessoirement: la jetée (ou estacade) et certains types de villas”<sup>54</sup>. Aqui, encontramos também uma série de outros legados: uns, praticados sistematicamente pelas estâncias inglesas, como a praça, o jardim, o “pier”, e outros vindos da vilegiatura climática, como os pontões e esplanadas à beira-mar, herdados do exemplo maior de Nice. Quanto às soluções urbanas, parece, no entanto, afirmar-se um elemento que lhes é específico –a implantação que tenta valorizar a

---

<sup>52</sup> Dominique Rouillard, *Le Site Balnéaire*, 1984, p. 16

<sup>53</sup> Dominique Rouillard, op. cit., p.15

<sup>54</sup> *Idem*, p.18

perspectiva marítima. Também aqui, como nas termas, encontramos uma coabitação dos banhos com os espaços destinados ao jogo e ao convívio e, só a partir dos meados do século XIX, se constroem edifícios próprios para cada actividade. Ainda nos anos 50, vemos aparecer um outro fenómeno da maior importância, que é a extraordinária influência das exposições universais, e até coloniais, iniciadas em Londres em 1851. Como exemplo precoce, podemos citar o novo edifício de banhos de Dieppe, construído em 1857, e que copia o estilo do Palácio de Cristal, de J. Paxton. Uma outra repercussão directa, é a escolha de arquitecturas provisórias, utilizando madeira, tela, vidro e ferro, sobretudo quando os promotores querem construir rapidamente. O caso mais interessante é o de Trouville, cujo “Grand Salon”, desembaraçando-se progressivamente da sua função hidroterapêutica, constitui um modelo arquitectónico para os casinos das estâncias vizinhas. Com a sua decoração interior requintada, e os seus enormes toldos sobre a praia, é o lugar de eleição desta praia, “descoberta” por um grupo de artistas românticos, por volta de 1825<sup>55</sup>. Trouville é a primeira estação de banhos de mar na costa normanda e, sob muitos aspectos, ela é o modelo fundamental para toda a região. De facto, a imagem arquitectónica e social do casino, constrói-se nas estâncias à beira mar, uma vez que, a sua importância nas cidades termais é tardia e os exemplos mais interessantes só aparecem no último quartel do século XIX. O casino, na praia, é um elemento compensatório para o maior prestígio das águas termais, tornando-se um elemento de primeiro plano. Assim, o carácter provisório que vimos em Trouville, e no início de algumas estâncias balneares, tende a desaparecer para dar lugar ao edifício mais elaborado, arquitectonicamente, da nova vilegiatura. Uma estância climática, à beira mar, vai ser responsável pelo “modelo” dos modelos deste equipamento – o casino de Monte Carlo – obra do arquitecto da Ópera de Paris, Charles

---

<sup>55</sup> Cf. Paolo Sica, *op. cit.*, p.979



Garnier (1825-1898), construído durante a Terceira República. É um monumento maior, sumptuosamente decorado, respondendo ao gosto e aspirações do tempo, que se ergue no centro de um conjunto de hotéis e equipamentos de qualidade<sup>56</sup>. Constituindo um termo de comparação por excelência, as estâncias balneares, que pretendem ser centros cosmopolitas importantes, copiam-lhe o estilo e a implantação. Um dos exemplos mais curiosos deste fenómeno é o casino de Deauville. Aproveitando o prestígio da sua vizinha Trouville, esta estância surge na margem oposta do rio Touques, por volta de 1859, pela iniciativa de uma sociedade accionária, criada por dois homens de negócios parisienses. A sua ambição, de se tornar a mais “moderna” estância da Mancha, aliada às condições da sua fundação, fazem dela um dos exemplos mais importantes de planificação urbana, para vilegiatura, em território francês. Foi projectada segundo um esquema de malha quadrangular, com dimensões diversas, e atravessada por uma diagonal e, com o edifício do casino, em posição central, virado ao mar. Combina espaços densamente construídos, na zona envolvente do casino, com avenidas largas, umas arborizadas, outras com passeios cobertos em arcada, e espaços reservados a casas unifamiliares com jardim, numa distribuição harmoniosa, a partir do “square” central. Para completar esta imagem de “modernidade”, envolve-a um parque, onde se situa o hipódromo e se praticam os desportos que começam a estar na moda, como o “lawn-tennis”. O seu casino<sup>57</sup>, como acontecia em Monte Carlo, também se rodeia dos mais importantes hotéis<sup>58</sup> e outros equipamentos indispensáveis, abrindo-se para a avenida marginal, onde irão surgir as mais imponentes residências particulares. Esta característica, a importância dada à fachada

---

<sup>56</sup> “Only one other work of Garnier himself rivals the Opéra, his Casino at Monte Carlo of 1878. The fine site that this occupies somewhat makes up for its tawdry finish in painted stucco, and the two-towered façade towards the bay has a properly festive air”, in Henry-Russell Hitchcock, *Architecture: nineteenth and twentieth centuries*, 1968, p.138

<sup>57</sup> Construído em 1912, com desenho de Georges Wybo (1880-1943) é inspirado no *Petit Trianon* de Versailles (Trouville-Deauville, 1992, p.22)

<sup>58</sup> *Normandy e Royal*

marítima, que já encontramos nas cidades balneares do sul de Inglaterra, está também presente em quase todas as estâncias balneares francesas da Mancha, nas proximidades de Trouville-Deauville, como em Cabourg<sup>59</sup> ou Houlgate, também elas dois exemplos interessantes de ocupação da costa. Mas, quando a geografia se altera radicalmente, como na Bretanha, encontramos exemplos profundamente diferentes. O mais conseguido é Dinard, grande rival das praias inglesas, e que, privilegiando o recorte das suas falésias, realiza uma solução urbana onde, a paisagem de mar proporcionada aos veraneantes, é muito mais importante que a sua fachada marítima. De um pequeno núcleo de equipamentos, junto à praia, parte um conjunto de arruamentos sinuosos, que servem sobretudo casas unifamiliares, pretendendo dar a cada uma delas o melhor enquadramento paisagístico. Os inevitáveis espaços vazios são ocupados com parques e jardins. Salvaguardando a privacidade, o prazer e o lazer individuais e familiares, secundarizando os espaços cosmopolitas, de “exposição” ou ostentação de luxos, Dinard destinava-se, certamente, a um outro tipo de vilegiatura, menos frequente, mas também característico da segunda metade do século XIX.

Apesar da enorme importância deste conjunto de locais de vilegiatura marítima do norte de França, é preciso falar ainda de dois centros, de grande prestígio e influência internacionais, na costa atlântica. Descendo em direcção ao sul, o primeiro que encontramos é Arcachon, que inicia a sua nova vocação em 1823, com a construção de um hotel e de um estabelecimento termal, logo acompanhados de alguns “chalets” particulares. Pela amenidade do seu clima e pela melhoria de acesso, com a ligação ferroviária, a Bordéus, em 1857, Arcachon rapidamente ganha fama

---

<sup>59</sup> Projecto de um advogado parisiense, tornado empresário, e bastante frequentada pela nobreza e alta burguesia francesas no último quartel do século XIX. Proust descreve-a sob o nome de Balbec em *Du Côté de Chez Swann*. O plano geral de Cabourg-les-Bains – uma meia “estrela” cujo centro é uma praça semi-circular junto ao mar, fechada pelo edifício do Grand Hôtel sobre a digue-promenade – é desenhado por P. Larouz, arq. parisiense, em 1855 (Cf. Dominique Rouillard, op. cit., pp. 13 e 64)

de “ville d’hiver” ocupando uma nova zona urbana, com moradias unifamiliares, em lotes consideráveis. O primitivo centro termal, junto ao mar, atrai cada vez mais veraneantes, até se transformar numa verdadeira estância balnear nos anos do Segundo Império. Esta variedade de oferta “turística” (estância climática, termal e marítima) fará, inevitavelmente, de Arcachon, um exemplo fundamental para todos os locais de vilegiatura europeia.

Ainda mais a sul, quase na fronteira espanhola, desenvolve-se o importantíssimo centro que é Biarritz e, também aqui, apresentando-se como balnear, climático e hidromineral. Inicialmente apenas frequentada pelas gentes da região, ganha enorme celebridade pela preferência e protecção da imperatriz Eugénia, criando, à beira mar, um paralelo com Vichy, estância termal mais devedora da atenção de Napoleão III. Aproveitando da melhor maneira o sítio magnífico – duas praias (Grand Plage e Miramar) separadas por um promontório rochoso – desenvolve um urbanismo harmonioso, ao qual se junta um conjunto de equipamentos da melhor qualidade: hotéis, casinos, parque, jardins, “promenades”, etc.. Pelas suas características urbanas e arquitectónicas, basicamente estabelecidas durante o segundo Império, Biarritz é, ainda hoje, um dos principais modelos para o estudo que aqui nos ocupa.

#### 1.2.4. Bélgica, Itália, Espanha e Estados Unidos

Para lá da fronteira francesa, mas agora a norte, a pequena Bélgica constitui um caso importante de vilegiatura que pensamos dever assinalar neste breve resumo. Em primeiro lugar, pela cidade termal de Spa (confundindo-se o seu nome com o próprio conceito de termas), na província de Liège, que, ao longo de todo o século XIX, goza dos favores da aristocracia europeia. Em segundo lugar, pela célebre praia de Ostende, com

o seu enorme areal, o longo passeio marítimo, a galeria coberta e os grandes hotéis. Modelo para muitas estâncias balneares europeias, Ostende oferecia ainda um hipódromo, dois parques urbanos (Leopoldo e Marie-Henriette) e, sobretudo, o seu Kursal (casino), elemento mundano e social por excelência, construído entre 1875 e 1878, pelos arquitectos Lauwereins e Naert, e restaurado em 1905 por M. Cambon. Estância de luxo, prestigiada ainda mais pelo terminus do Expresso do Oriente, Ostende apresenta hoje, uma fachada marítima, quase exclusivamente modernista, de impressionante qualidade.

Por fim, devemos fazer uma breve referência aos países do sul da Europa que, apesar das suas condições privilegiadas, não são os mais importantes para a história da vilegiatura balnear nestes seus primeiros tempos. A explicação deste fenómeno é simples. Até muito tarde, praticamente até ao princípio do século XX, as elites europeias deslocam-se ao Mediterrâneo por outras razões que não o banho de mar. Como vimos, as estâncias que se desenvolvem na Riviera francesa, a partir de Nice, são inicialmente climáticas e só tardiamente balneares. O mesmo acontece na costa italiana, onde algumas localidades ganham fama como vilegiaturas de inverno, paralelamente ao renascer das cidades termais.

Desde muito cedo que os italianos frequentam os banhos terapêuticos de Montecatini, mas, é durante o século XIX que uma nova sociedade concessionária das termas, e o arquitecto Bernardini, documentando-se nas maiores “villes d’eaux” europeias como Vichy, Karlsbad, Aix-les-Bains, etc., transformam Montecatini num dos centros internacionais de maior prestígio<sup>60</sup>. Bagni di Luca, também com uma história antiga, goza de especial favor durante o principado napoleónico e a regência dos Bourbons, quando é visitada e frequentada por Shelley, Byron, Heine, etc.. Tem igreja anglicana desde 1839 e casino em 1840. No fim do século, é a família real

---

<sup>60</sup> Cf. Paolo Sica *op. cit.*, pp. 990-991

que se instala no Grand Hôtel des Thermes. Viareggio é a primeira praia procurada pelas famílias aristocráticas para gozar a brisa marítima e, mais tarde, uma praia de banhos pelas indicações terapêuticas de médicos e higienistas, sobretudo após a publicação, em 1833, do “Guida dei Bagni di mare” de Giuseppe Giannelli di Luca<sup>61</sup>, elogiando as maravilhas da talassoterapia e, alguns anos depois, a campanha para a cura da tuberculose, com a abertura dum primeiro sanatório marítimo, entre 1840 e 1842. Frequentada pelas ricas famílias de Lucca e Florença, Viareggio é, na segunda metade do século XIX, um dos principais centros “turísticos” do território italiano, tendo iniciado, em 1873, o curso carnavalesco, à imitação de Nice. Em Livorno, a presença de uma colônia inglesa importante, influencia a organização do novo subúrbio residencial, perto do mar, onde, na década de 1840, se constrói um edifício em “crescent”, para apartamentos, citando o grande tema sistematizado em Bath, e logo depois em Brighton. Como vimos acontecer na “Côte d’Azur, também aqui o turismo inglês promoveu algumas localidades de vilegiatura. Um outro exemplo é Borgo Marina ou, simplesmente, Bordighera, que nasce como estância climática e turística, em 1860, com a abertura da “Locanda d’Inghilterra”, logo seguida pela construção de casas particulares, onde uma elite britânica vem passar o inverno ou habitar permanentemente. No fim do século, a colônia estrangeira é numerosa, incluindo políticos como Gambetta, ou de artistas como Claude Monet. É aqui que a rainha Margarida de Sabóia faz construir a sua “villa”, bem como Charles Garnier que, além da sua própria casa, é ainda o autor do edifício onde, mais tarde, passa a funcionar a sede da comuna. Os equipamentos acompanharam este desenvolvimento e preferência internacional e, em 1878, foi inaugurado aqui o primeiro campo de ténis em Itália. Na “riviera” italiana, Bordighera só é ultrapassada, em importância, por San Remo, com um desenvolvimento

---

<sup>61</sup> *Idem*, .993

urbano paralelo à linha de costa, de um lado e de outro do núcleo antigo (La Pigna) que conserva o seu carácter medieval. Apesar do maior desenvolvimento destas duas estâncias, todo o conjunto tem características semelhantes que resultam da particular situação orográfica, de relevo acidentado, muito próximo da linha de costa. Por isso, “la struttura di gran parte dei nuovi insediamenti che prendono vitta d’all incremento delle attività turistiche è basata su pochi elementari temi urbani (il viale alberato a palmizi o a platani, la passeggiata a mare, la piazza della stazione, qualche giardino pubblico) e su alcune attrezzature ricettive e di svago (oltre agli alberghi, i bagni, i club sportivi, il casino, ecc.)”<sup>62</sup>. Este último equipamento, o casino, também em Itália ganha uma importância cada vez maior, sobretudo quando, a legislação só permitir os jogos de azar nas estâncias da costa.

No Adriático, a importância turística de Veneza, vai trazer à ilha do Lido, um número cada vez maior de visitantes, sobretudo da Europa central, a partir dos meados do século XIX. Em 1857 constrói-se um primeiro estabelecimento de banhos e, logo depois, Maximiliano de Áustria, faz edificar uma “villa” de férias. Porém, o período de maior prestígio da estância, situa-se nos primeiros anos do século XX, com a inauguração do Hotel Excelsior Palace, em 1907, seguido de uma série de importantes equipamentos, como um *Luna Park*, com montanha russa e um “palazzo del mare”, como lugares de encontro e divertimento<sup>63</sup>.

Em Espanha, e durante o século XIX, o primeiro local de vilegiatura de prestígio, é o velho centro de S. Sebastian, na costa basca, perto da fronteira francesa. A cidade ganha uma nova zona urbana, destinada à função balnear, articulada sobre uma malha ortogonal, em torno da bela praia de “la Concha”, entre os promontórios dos montes Igualdo e Urgull,

---

<sup>62</sup> Paolo Sica, *Storia dell' Urbanistica - L'Ottocento*, 2º vol., 1977, p.999

<sup>63</sup> Com a instituição da mostra de cinema em 1932 e a abertura do casino em 1936, o Lido assegurou nos anos seguintes e no segundo pós-guerra a sua importância.

em frente à ilha de S. Clara. Menos interessante arquitectonicamente, mas igualmente importante sob o ponto de vista social é Santander, nas costas cantábricas. A amenidade do clima e a beleza do sítio, atraíram a família real espanhola para a temporada de banhos de mar. Elegeu-se a península da Magdalena, situada num dos extremos da baía, para construir um palácio de gosto inglês destinado a Afonso XIII e Victória Eugénia. Com o seu luxuoso casino, à imagem dos mais prestigiados modelos franceses, Santander estabeleceu, então, uma tradição turística que se prolonga pelo século XX. A importância das praias do sul, e como já vimos acontecer nos outros países mediterrâneos, é tardia, só se afirmando bem dentro do século XX, quando os hábitos balneares se transformam, valorizando o prazer do banho de mar, em detrimento da sua função terapêutica, e do banho de sol<sup>64</sup>, ou seja, quando surge a moda da pele bronzeada<sup>65</sup>.

Apesar da distância, que torna os seus exemplos marginais, os Estados Unidos têm um papel importante na história do fenómeno balnear. Ao longo do século XIX, e à semelhança da Europa, desenvolvem-se algumas importantes estâncias termais (como Saratoga Springs ou Lenox, no Estado de N.York) e balneares, com especial relevância para Newport, pelo luxo dos seus equipamentos e pela preferência das grandes famílias da costa este, que aí constroem magníficas residências, como os Astor e os Vanderbilt<sup>66</sup>. Porém, o aspecto mais importante da vilegiatura americana, é a transformação precoce do turismo climático-balnear de elitista em fenómeno de massa, particularmente visível no caso da Florida. Inicia-se com a promoção de centros já existentes, como St. Augustine, com a construção de

---

<sup>64</sup> “A partir da década de vinte do nosso século, com o início da moda do facto de banho curto, os corpos na praia começam progressivamente a desnudar-se. O ‘olhar’ os corpos dos outros e o ser ‘olhado’ transforma-se num dos rituais mais importantes dos modelos de elaboração corporal na praia. O contacto do sol com a pele valoriza-se e o ‘bronzado’ transforma-se num sinal de distinção social. A técnica corporal do ‘não fazer nada’, como sinal de lazer ostentatório (...) é agora construído por um abandono do corpo à acção dos raios solares”, in Helena Cristina Ferreira Machado, *A Construção Social da Praia*, 1996, p. 127

<sup>65</sup> Parece ter sido iniciada, na Côte d’Azur, por “Coco” Chanel e o seu grupo de amigos “vanguardistas”

<sup>66</sup> Cf. C. P. B. Jefferys, *Newport – A Short History*, 1992, pp. 47 a 52

grandes hotéis, sempre inspirados na arquitectura colonial espanhola, e depois, com a fundação de Miami, em 1898, e a ocupação contínua da costa até Key West. A especulação fundiária e imobiliária cresce febrilmente até à 1ª Grande Guerra e explode, depois de 1920.

### **1.3. Princípios de urbanismo e arquitectura**

A génese da vilegiatura contemporânea, de que traçámos um breve resumo, exige ainda algumas considerações sobre o fenómeno nos termos que aqui mais nos interessam, ou seja, da arquitectura e do urbanismo. A praia ou, mais correctamente, o banho de mar, modifica os seus contornos ao longo do tempo, começando por responder a uma procura exclusivamente terapêutica, em Brighton ainda na segunda metade do século XVIII e em Dieppe no princípio do século XIX, para, a pouco e pouco, se transformar num sítio de lazer, de distração, de verdadeira vilegiatura contemporânea. Nessa evolução definem-se modelos, hierarquizam-se espaços e criam-se regras de vivência que são comuns a todos os países capitalistas. Neste contexto convém dizer que, se os ingleses criaram a moda dos banhos de mar e lhe deram as suas primeiras cartas de nobreza, são, no entanto, as estâncias francesas que mais influência terão na arquitectura e no urbanismo balneares do continente. Quando se começa a frequentar Brighton, o grande exemplo de vilegiatura é a magnífica cidade de Bath, onde o rigor e a disciplina da arquitectura neoclássica são os traços dominantes. Esta tradição marca o carácter das novas estâncias balneares inglesas da costa sul que, apesar de um novo vocabulário, privilegiam as extensas alamedas de fachadas homogêneas, um grande racionalismo no traçado dos arruamentos, deixando para segundo plano o exótico e o pitoresco, apesar do exemplo maior do Pavilhão Real de Nash. Mas toda a regra tem excepção e, depois de uma série de estâncias de mar, que se desenvolveram à imagem e



semelhança de Brighton, com a sua avenida marginal de fachadas contínuas, os seus “squares” e os seus “crescents”, aparece Bournemouth, onde o traçado aproveita de forma pitoresca os acidentes do terreno, onde a frente de mar praticamente não existe e em que as moradias isoladas, no meio de jardins, predominam, procurando alguma originalidade de soluções e permitindo-se algum exotismo<sup>67</sup>. Em França, e aqui devemos tomar em consideração os dois centros mais importantes, por um lado Biarritz na costa atlântica, por outro as praias da Normandia de Dieppe a Deauville, os modelos são mais flexíveis e as soluções mais variadas. De forma geral, combinam espaços de maior monumentalidade, geralmente de traçado axial, onde se concentram os edifícios de maior importância, com zonas residenciais, onde prevalece um traçado sinuoso e onde se espalham as moradias unifamiliares. Os planos inteiramente regulares são raros e aparecem unicamente quando o terreno a isso quase exige, como em Deauville, que já vimos, ou em Cabourg, com um plano irradiante organizado a partir da praça do “Grand Hôtel”, sobre a praia. No entanto, é curioso verificar que, no caso de Deauville, estas arejadas e modernas avenidas rectas não cativaram os frequentadores da sua vizinha e rival Trouville, aos quais se destinavam. Só no início do século XX, com a construção do novo casino, e, depois de construídos os dois grandes hotéis, Normandy e Royal, Deauville conseguiu chamar a si o “tout monde” europeu e afirmar-se como a grande estância da moda em França. A propósito destes novos hotéis de Deauville, devemos lembrar que eles pertencem a uma terceira geração deste equipamento, os chamados “palaces”, modelo criado em 1898, por César Ritz em Paris, visando um maior conforto que os antecedentes “Grands Hôtels” e introduzindo, pela primeira vez, a casa de banho em todos os quartos. Por outro lado, mesmo

---

<sup>67</sup> Os modelos originais, vindos do séc. XVIII, privilegiam a “tribo” aristocrata; Bournemouth pretende responder aos anseios da nova ideologia burguesa em que a casa é um espaço de intimidade familiar quase sagrado

quando existem fachadas de mar, nem sempre são ocupadas por uma avenida e não possuem fachadas contínuas. O mais comum, principalmente na Normandia, onde o mar não é ameaçador, é estes terrenos, imediatamente contíguos ao areal, serem loteados para a construção de casas particulares, geralmente com acesso directo à praia. Nestes casos, o passeio, a “promenade”, é praticado no próprio areal, com as características pranchas de madeira, e isto, apesar da “Promenade des Anglais” em Nice.

Estas diferenças de tradição, no entanto, são secundárias, relativamente a um conjunto de elementos comuns a todos os sítios de vilegiatura oitocentista, participando aqui também as termas e estâncias climáticas. A contaminação dos modelos, qualquer que seja a sua origem geográfica ou a sua vocação principal, está, desde logo, presente na própria terminologia. Podemos dividir esses elementos, embora artificialmente, nas suas duas vertentes, urbanística e arquitectónica. No primeiro caso, a ideia que preside, à partida, é a de modernidade, “telle qu’elle s’exprime et est lue principalement dans le Paris haussmannien (‘axes’, ‘places’, ‘promenades’, ‘Bois’, ‘Boulevards’, ‘allées’, etc.), dans les villes anglaises avec leurs ‘squares’, ‘crescents’, ‘parades’ ou ‘piers’ en bord de mer”<sup>68</sup>. Em Inglaterra a “promenade” é quase constante, assim como em França, é obrigatório o “jardin anglais”, ou mesmo o “pier”, como em Trouville, que aqui se chama “jetée” e é sempre de madeira. Quanto à arquitectura, encontramos também aspectos que são comuns: o cuidado na escolha de modelos para os equipamentos mais significativos (edifícios balneares, hotéis, casinos), o carácter experimental do desenho arquitectónico, principalmente visível nas casas particulares, onde a influência das exposições universais é importantíssima, bem como a preferência pelo pitoresco, pela variedade, numa autêntica “boulimie de styles et de complicités géographiques ou historiques: néo-classiques, néo-babylonien, néo-égyptien, néo-flamand,

---

<sup>68</sup> Dominique Rouillard, op. cit., p.27

néo-vénitien, exotique, vernaculaire, néo-normand”<sup>69</sup>, aspecto revelador de uma mentalidade e de uma cultura arquitectónica caracteristicamente oitocentistas e que se mostra mais universal.

Por último, ainda um factor, comum a todos os locais de vilegiatura, nos parece importante assinalar. Se as transformações socio-económicas, e até políticas, são fundamentais para explicar a evolução das estâncias balneares, outro tanto é preciso dizer da melhoria dos transportes e das vias de acesso que ao longo do século XIX se realizaram. Antes da chegada do automóvel, a grande revolução foi levada a cabo pelo caminho de ferro e o alargamento progressivo das vias ferroviárias<sup>70</sup>. Todas as estâncias balneares sofreram a sua influência benéfica, conhecendo um novo desenvolvimento, ou aparecendo no “mapa”, a partir de então. Por outro lado, o novo meio de transporte preferencial, obrigou a um novo arranjo urbano, a partir do edifício da estação que, em muitos casos, definiu por muito tempo a lógica do seu funcionamento.

---

<sup>69</sup> *Villes d'Eaux en France*, op.cit., p.9

<sup>70</sup> Em 1848 nem a Bretanha, nem o Sudoeste nem o Midi, estão ligados a Paris pelo caminho-de-ferro. Só com Napoleão III a França se cobre de linhas em todo o território. Os franceses, de todos os níveis, terão, então, aprendido a viajar. A proporção daqueles que tinham visitado Paris ou tinham visto o mar, ínfima até 1870, será várias vezes multiplicada. (Cf. Jean des Cars et Pierre Pinon, *Paris-Haussmann*, 1991, pp.44 a 50)

## 2. A VILEGIATURA CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

### 2.1. As vilegiaturas tradicionais: climática e termal

#### 2.1.1. O veraneio e o climatismo

*“Dantes o costume em Portugal, nos meses de verão, era tomar ares. Quem fosse gente tinha casa no campo e em chegando o mês de Maio emigrava para a quinta, que era como se chamava a isso, e ia espantar com as modas novas os habitantes tranquilos das circunvizinhanças”*<sup>71</sup>.

Assim escrevia Júlio César Machado, na introdução à obra de Ramalho Ortigão sobre estâncias termais portuguesas. Na verdade, entre nós, a mais arraigada tradição, é a da vilegiatura climática, ligada ao campo, à serra ou à beira-mar, mas num sentido inverso ao que encontramos nos países do norte da Europa. Aqui, procura-se uma estadia para os meses de inverno mais frios, em lugares de clima ameno, dando fama a centros como Nice e Arcachon. Em Portugal, anseia-se por refrescar os verões à sombra do arvoredor, em locais de maior altitude ou junto à brisa do mar.

Este característico veraneio nacional, até ao século XIX, está destinado apenas a uma elite privilegiada, que combina os preceitos da sua classe com os seus interesses de proprietários. A quinta de recreio ou de “fresco”<sup>72</sup>, termo que define todo um conceito de vilegiatura, só raramente tinha uma função exclusivamente recreativa, “na maior parte dos casos eram os campos de cultura arvense, os prados, as matas, os pomares, tal como os hortos com as suas fontes e tanques de rega, as servidões carrais e acessos às folhas de cultivo, os estábulos e pombais, armações de vinha e outro

---

<sup>71</sup> Júlio César Machado, Introdução a *Banhos de Caldas e Águas Minerais* de Ramalho Ortigão, 1944, s.p.

<sup>72</sup> Termo aplicado, por extensão, a toda a propriedade a partir de um elemento comum a estes espaços que era a “casa de fresco”, pequena construção aberta sobre uma superfície de água, como vemos, por exemplo,

equipamento, que eram dispostos e concebidos por forma a obter-se, de par com a produção de bens de consumo, um ambiente repousante para o espírito, pela via de uma composição paisagística daqueles elementos (devidamente tratados) em um conjunto de agradável encanto para a vista e para os outros sentidos”<sup>73</sup>.

Esta vilegiatura aristocrática, fechada em altos muros tem, provavelmente, uma origem romana, mas foi durante a dominação muçulmana que nasceram os exemplos mais interessantes que chegaram até nós. Na Andaluzia espanhola o exemplar mais célebre é o Generalif, construído em Granada no princípio do século XIII e, em território português, parece legítimo acreditar que terão origem árabe as quintas da Sempre Noiva, Água de Peixes, Vila Viçosa e Valverde, no Alentejo, bem como a da Penha Longa em Sintra<sup>74</sup>. Nos séculos XVI e XVII, a moda das quintas de recreio adquire grande incremento em Portugal e diversificam-se os locais da sua implantação. Ainda ao sul do Tejo, com exemplos tão importantes como a Bacalhoa, em Azeitão, ou a do Calhariz em Sesimbra, sempre nos arredores de Lisboa, como nos casos maiores de Palhavã ou de Fronteira, mas também nas terras do norte, com a Quinta de Santa Cruz na Maia, ou as cercas conventuais do Buçaco e de Tibães.

No início do período contemporâneo, finais do século XVIII e princípios do século XIX, é este tipo de vilegiatura que, quase exclusivamente, se pratica em Portugal, quando “a sociedade elegante de Lisboa veraneava no Ribatejo, enchendo de rumor e vida as sumptuosas quintas e palácios da região. Em Vila Franca havia caçadas reais, em Salvaterra touradas de fidalgos. Alhandra era, na época de D. Maria II, um ponto de veraneio muito na moda”<sup>75</sup>. O mesmo acontecia no norte do país

---

na Quinta da Bacalhoa em Azeitão. (Cf. Ilídio de Araújo, “Quintas de Recreio”, in *Bracara Augusta*, nº63 (75), 1973, p.324)

<sup>73</sup> Ilídio de Araújo, “Quintas de Recreio”, in *Bracara Augusta*, nº63(75), 1973, p.325

<sup>74</sup> Idem, p.327

<sup>75</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, 1943, pp.17-18

quando, sobretudo a partir das reformas do marquês de Pombal, uma nova elite portuense dava brilho ao seu estatuto veraneando nas recém alindadas quintas vinícolas do Douro. Os actores já não são exclusivamente aristocratas, mas o tipo de vilegiatura é rigorosamente o mesmo que, longamente, fora praticado pela nobreza e clero nacionais<sup>76</sup>. Apesar deste enorme alargamento e difusão, é a vila de Sintra, de tão velhos pergaminhos, que vê reafirmar o seu enorme prestígio, bem como alguns sítios dos concelhos ocidentais de Lisboa, confinantes com o Tejo. Destes últimos assinalamos apenas dois exemplos mais conhecidos. A quinta do marquês de Pombal, em Oeiras, e a Real Quinta de Caxias, ambas do século XVIII. A primeira, foi fundada pelos dois irmãos do primeiro marquês de Pombal, a quem se deve também a construção do palácio, com planta e direcção de obras de Carlos Mardel (c.1695-1763?)<sup>77</sup>. O paço de Caxias, pertença da casa do Infantado, é de modestas dimensões, e teve a sua obra iniciada por D. Francisco, filho de D. Pedro II. Após a sua morte, foi ordenada a sua conclusão pelo infante D. Pedro, mais tarde rei através do seu casamento com D. Maria I. Desde então, o palácio foi temporariamente habitado pelos reis de Portugal até D. Luís. As duas combinam, segundo a velha tradição, espaços de produção (sobretudo pomar e vinha) com os espaços de “regalo” com os seus magníficos jardins, cascatas, pavilhões, etc.. É nesta vertente que a quinta de Caxias é uma das mais famosas do seu género em Portugal, e a descrição que dela faz Vilhena Barbosa<sup>78</sup> é, de certa forma, o resumo destes espaços obrigatórios em qualquer quinta de recreio:

“A parte recreativa da quinta, apesar de estar plantada no gosto antigo, que obrigava a natureza e a arte a sujeitarem-se às regras da symetria, ainda

---

<sup>76</sup> “Seriam os maus ares, os cheiros pestilentos ou o ruído, alguns dos factores que condicionaram estas mudanças, determinantes a partir do liberalismo no arranque do lazer, acompanhando a renovação das elites e a população dos seus hábitos.”; in Luís Paulo Saldanha Martins, *Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal*, 1993, p.58

<sup>77</sup> Engenheiro-arquitecto em Portugal desde 1733, nomeado arquitecto dos Paços Reais em 1747. Com Eugénio dos Santos é responsável pelo plano de urbanização da baixa de Lisboa e principais edificações a construir, após o terramoto de 1755

assim é bella. O jardim principal, e a sua soberba cascata, apresentam uma perspectiva cheia de belleza e majestade. O jardim é, sem dúvida, um dos maiores que há no paiz, e talvez nenhum outro o eguale em extensão. Cercam-no em parte, por dois lados, altas paredes de verdura, sempre mui bem tosquiada, com vários nichos a espaços guarnecidos de estátuas. Adornam-lhe o centro cinco lagos de mármore, se bem estamos lembrados, e no fundo ergue-se, em toda a largura do jardim, a formosa cascata com as suas galerias lateraes, que dá celebridade a esta quinta (...). Eleva-se a cascata a grande altura, rematando em pavilhão oitavado, com três janellas e uma porta, todas de vidraça”<sup>79</sup>.

Ao longo do século XVIII, e ainda nos princípios do século XIX, vemos multiplicarem-se estas quintas de recreio e, muitas delas, escolherem terrenos à beira-mar, por vezes servindo de embrião a futuras estâncias balneares, como as quintas do Viana, no Estoril e a do Bispo, na Granja.

O final de Setecentos e primeira metade de Oitocentos trouxeram à Serra de Sintra, uma atenção renovada para este tipo de vilegiatura tradicional. Do último quartel do século XVIII, são ainda duas importantes obras neste contexto. A primeira é o Palácio de Seteais, encomenda do contratador de diamantes e cônsul holandês, pertencente ao círculo do marquês de Pombal, Daniel de Gildemeester, com projecto neoclássico do architecto José da Costa e Silva (1747-1819)<sup>80</sup> e começado a construir em 1783. Magnificamente implantado, dominando a paisagem da serra e da costa marítima, foi acrescentado com uma fachada cenograficamente simétrica à original e um arco triunfal, em 1802, quando já pertencia ao 5º marquês de Marialva. O segundo, é o primeiro Palácio de Monserrate,

---

<sup>78</sup> *Archivo Pitoresco*, p.379

<sup>79</sup> Note-se a referência ao jardim ao “gosto antigo”, ou seja, o modelo clássico, “à francesa”, valorizando-se o traçado “moderno”, “à inglesa”, com desenho menos rigoroso, mais “natural”, introduzido pela primeira vez em Portugal, em Sintra. O modelo, porém, já existia desde a primeira metade do século XVIII, quando Lord Burlington (e os seus architectos) o imaginaram para a sua *Chiswick House (Landscape Garden)*

construído por Devisme em estilo neogótico, nos mesmos anos oitenta do século XVIII. Por volta de 1820, estava em ruínas por abandono e, em 1856, é comprado por Francis Cook, negociante de tecidos britânico que promoveu a sua reconstrução. Encomenda um projecto ao arquitecto vitoriano James Knowles Jr. (1831-1908)<sup>81</sup> e, entre 1863 e 1865, construiu-se o novo edifício com gosto marcadamente oriental, certamente inspirado no pavilhão real de Brighthon segundo John Nash. Mais ainda que o palácio, importa realçar o belíssimo jardim romântico, também de “invenção” inglesa que enquadra da melhor maneira as fantasias da arquitectura.

O palácio da Pena, que marca definitivamente a escolha de Sintra como local de vilegiatura romântica por excelência, começa a sua história quando, em 1839, D. Fernando, rei consorte de D. Maria II, comprou as ruínas do convento manuelino de Nossa Senhora da Pena com os respectivos terrenos envolventes. Em 1840 começou-se a obra segundo desenho do engenheiro barão Ludwig von Eschwege, sob indicações directas do próprio rei e a colaboração de Possidónio da Silva (1806-1896)<sup>82</sup> e Demetrio Cinatti (1808-1879)<sup>83</sup>. O resultado é um palácio acastelado onde se combinam, com arrojo, elementos portugueses – neogóticos e neomanuelinos, e orientais – neomuçulmanos e indianos, que se insere harmoniosamente no ambiente

---

<sup>80</sup> Estudou e praticou em Itália de 1769 a 1780 e entre os seus projectos mais importantes estão: o novo edifício do Erário Régio, de 1789, nunca concluído, o teatro de S. Carlos, em 1792, e com Fabri (1761-1807) o novo palácio real para a Ajuda

<sup>81</sup> Filho do também arquitecto James Thomas Knowles, Sem. (1806-84) com ele foi responsável pelos projectos do Grosvenor Hotel e Victoria Station, em Londres. Da sua exclusiva autoria contam-se os projectos de Cedars Estate (1860) e Park Town Estate (1863-66), ambos em Londres (cf. *Dictionary of Architecture*, Oxford, 1999, p.363)

<sup>82</sup> Estudou em Lisboa, em Paris (1824-28) com Charles Perier, e em Roma (1829-30). Regressa a Paris onde trabalha nas obras das Tulherias e do Palais Royal. Já em Portugal, definitivamente, ganha o concurso para adaptação do Palácio de S. Bento a Parlamento; é nomeado “Arquitecto da Casa Real”, colaborando no projecto da Pena e na remodelação do P. das Necessidades (1844-46); preocupou-se com a formação profissional dos arquitectos e dedicou-se à arqueologia tendo sido um dos fundadores da «Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses» (1863) e do Museu do Carmo (Cf. J. M. Pedreirinha, *Dicionário de Arquitectos*, 1994, pp. 222-223)

<sup>83</sup> Estudou em Milão e trabalhou como cenógrafo em Lyon; veio para Portugal em 1836 para trabalhar nos cenários de S. Carlos; como arquitecto, esteve ligado a uma série de palacetes neoclássicos que projectou e decorou; foi autor de decorações famosas como as que se fizeram no Rossio pelo casamento de D. Luís mas o seu nome é mais lembrado pelas obras dos Jerónimos que, relizadas em colaboração com Rambois (também cenógrafo), acabaram em 1878 com a derrocada de uma das torres (Cf. *Idem*.p.85-86)



natural. Aqui também se deu a maior atenção ao parque envolvente, mais uma vez da responsabilidade directa do rei consorte, encomendando plantas e árvores exóticas, construindo fontes, pavilhões e sítios para gozar o panorama. Directamente ligado a D. Fernando, está também a construção do *chalet* da condessa d'Edla, segunda esposa morganática do rei, e que este mandou construir dentro de perímetro do parque da Pena. Pequena casa de gosto “romântico-revivalista em que troncos de árvores imaginárias, feitos de cortiça tal como no Convento dos Capuchos, animam os alçados e conferem à pequena casa de habitação um prospecto mimoso e acolhedor”<sup>84</sup>.

O gosto romântico presente na Pena e, logo a seguir, no segundo palácio de Monserrate, como vimos, reflectir-se-á um pouco por todo o país, mas é Sintra, “pelas invulgares potencialidades naturais do éden byroniano, que irá acolher as peças de melhor aprumo, num conjunto de palacetes, villas e quintas enquadradas com felicidade no espírito do local”<sup>85</sup>. Um exemplo precoce, é o edifício neomourisco da quinta do Relógio, encomendado pelo capitalista Pinto da Fonseca, por volta de 1860, ao arquitecto António Tomás da Fonseca (1822/23-1894), junto à estrada de Seteais, com o seu átrio de arcada e portais arabizantes, num edifício de um só piso. Mais tardia e também mais feliz, é a obra do arquitecto Giuseppe Cinatti no palácio Valenças, à entrada da vila velha, com clara influência italiana, e que hoje alberga a Biblioteca Municipal de Sintra. Ou ainda, o palacete Biester, no caminho da Pena, com o seu perfil neogótico, desenhado nos anos oitenta pelo arquitecto José Luís Monteiro (1848-1942) e onde também se devem apreciar os magníficos jardins. A viragem para o século XX, embora seja de desenvolvimento urbano com a expansão do novo bairro da Estefânia, destinado à burguesia, é também de declínio para a vilegiatura aristocrática que, cada vez mais, troca as quintas pela praia,

---

<sup>84</sup> Vítor Serrão, *Sintra*, 1989, p.68

<sup>85</sup> *Idem*, p.72

atraída sobretudo por Cascais e Monte Estoril, locais preferidos do veraneio da corte.

Na verdade, apesar de, para o século XIX, Sintra possuir dos melhores hotéis e hospedarias<sup>86</sup>, sobretudo frequentados pela nova burguesia endinheirada, a velha estrutura de um “sítio de quintas” não propiciava o tipo de lazer, em espaços mais públicos e mais democráticos, que o liberalismo impunha. Em 1906, um artigo da *Ilustração Portuguesa*, intitulado “Sintra – Vilegiatura da Nobreza”, dá-nos claramente esta dimensão:

“Com a saída de sua majestade a Rainha do Castelo da Pena, grande parte dessa população elegante, que há três meses está animando com os seus raouts, as suas garden-parties e os seus pic-nics a formosa vila de Sintra, principia a acudir a Cascais e aos Estoris. Dentro de poucos dias a vilegiatura da corte transfere-se definitivamente para a beira-mar (...) a Lisboa heráldica de S.Carlos e das recepções de gala passará para a paisagem africana do litoral, para entre a poeira do Monte Estoril, em frente à toalha de águas cintilantes, (...) que desde a fortaleza de S.Julião da Barra se desdobra até à cidadela, num arco de círculo imenso, emoldurado de povoações de luxo e de recreio.

A essas duas paisagens diferentes corresponde um modo de vida diverso. Sintra é um centro de reunião tradicionalmente exclusivista. (...) A centenária vila ficou sempre aristocrática, através os tempos e as revoluções. Sintra é ainda hoje, com raras excepções, apanágio de uma casta. (...) Sintra é, hereditariamente, uma propriedade particular: a propriedade de uma classe. A vida de Sintra é ainda uma vida senhorial, uma vida de quinta, ao abrigo de muros heráldicos. (...) Em Cascais nada resta que lembre o passado. (...) esta grande família mundana, que habita Sintra de Julho a Setembro, dando-se o luxo de um exclusivismo que está longe de manter

---

<sup>86</sup> Famosos, no tempo da Regeneração, eram os hotéis Nunes, Victor e o pioneiro Lawrence's Hotel

logo a seguir em Cascais, essa pequena sociedade elegante e formalista, que faz escola de boas maneiras, não é, a bem dizer, uma nata fidalga, que se retrai à convivência do intruso com receio de desmerecer na sua nobreza inacessível. A nobreza, hoje, é mais de educação que de sangue. As sociedades privilegiadas são hoje aglomerações heterogêneas, onde há um pouco de tudo: do fidalgo e do banqueiro, do grande senhor e do parvenu, do janota e do político. (...) Sintra conservou-se, pela sua natureza topográfica, uma vilegiatura de proprietários. Os seus hotéis dão apenas de almoçar aos lisboetas nos domingos e quase só hospedam ingleses. Não há uma praia, um parque, um casino, um club, que favoreça a reunião de elementos estranhos (...) Sintra, como mais parte alguma – a não ser talvez na pretenciosa Granja, onde se reúne um simulacro de grande sociedade, no fundo inofensivamente burguesa, - presta-se, pelo seu regime de propriedade, a essa selecção, impossível de obter hoje em dia pela imposição de preconceitos declaradamente aristocráticos (...) e de que faria parte integrante a ligação eléctrica com os Cascais fluorescente e animado dos bailes, dos concertos e da jogatina. (...) Seria necessário banir as famílias das suas propriedades, entregar a quinta do Duque aos croupiers, o palácio de Seteais a um empresário (etc.) para fazer de Sintra uma colmeia cosmopolita de jouisseurs: espécie de Mónaco de que os Estoris e Cascais seriam a Nice dos gran-duques e dos ingleses, das rainhas destronadas e dos aventureiros”<sup>87</sup>.

Realcemos, para já, apenas três aspectos: a ausência de parque público, as estruturas hoteleiras ultrapassadas pelas modernas unidades que apareciam no Monte Estoril e a inexistência de casino. Três elementos fundamentais para a animação cosmopolita de qualquer sítio de vilegiatura e que, em Sintra, jamais tiveram lugar, ou só muito tardiamente como é o caso

---

<sup>87</sup> “Sintra – Vilegiatura da Nobreza”, in *Ilustração Portuguesa*, nº31, 24 de Setembro de 1906

do casino, construído entre 1922 e 1924, com projecto de Norte Júnior (1878-1962), na avenida principal do novo bairro burguês da Estefânia.

As características *sui generis* de Sintra como estância de vilegiatura, continuando, afinal, uma tradição que vinha de outras épocas, e não obstante a inegável importância que tem para o século XIX, não produziu nenhum modelo urbano ou qualquer exemplo de equipamento importantes para as estâncias que veremos nascer na segunda metade do século. O único contributo, este de assinalável relevo, é o das casas particulares (e alguns dos seus jardins), sobretudo as construídas depois da Pena.

Mesmo preterida em favor da praia e da sua maior animação, no final do século XIX e princípios do século XX, Sintra viu ainda construírem-se casas particulares de algum valor arquitectónico. Para o exemplificar, basta citarmos o palacete Regaleira, encomenda do capitalista Carvalho Monteiro<sup>88</sup> ao arquitecto-cenógrafo Luigi Manini (1848-1936)<sup>89</sup>, com a sua decoração neomanuelina, ou ainda, as obras de Raul Lino (1879-1974), donde se destacam a “Casa do Cipreste”, construída em 1912 para si próprio e a “Casa dos Penedos”, de 1922, ambas magníficos exemplares da arquitectura “nacionalizada” defendida pelo seu autor.

A vilegiatura climática em Portugal, teve ainda um centro importante internacionalmente, e muito precoce, na Ilha da Madeira que “foi a primeira região do Mundo onde houve turismo viajando no alto mar, quando no século XV se iniciaram estas viagens com minúsculas embarcações – barineis e caravelas – que transportavam vinho e açúcar da Madeira para Inglaterra e outros países europeus e regressavam com mercadorias para serem transaccionadas na Ilha”<sup>90</sup>. Estes estrangeiros aproveitavam as

---

<sup>88</sup> Erudito e bibliófilo (especialmente de Camões), era mais conhecido por “Monteiro dos Milhões”

<sup>89</sup> Veio para Lisboa, em 1879, suceder a Cinatti como cenógrafo do Teatro S. Carlos. Fez trabalhos de decoração importantes como no Palácio Foz, no Teatro S. João do Porto e no Pav. Português da Exposição de 1900, em Paris. Como arquitecto, e também com gosto neomanuelino, é autor do Palace-Hotel do Buçaco (1888-1907) onde trabalhou com Nicola Bigaglia (J. M. Pedreirinha, op. cit., p.160)

<sup>90</sup> César Figueiredo César, *Ilha da Madeira «Paraíso Terrestre»*, 1985, 118

viagens comerciais para visitar a Ilha e gozar a amenidade do seu clima, inicialmente sobretudo no verão, mas descobrindo um “turismo atlântico que se desenvolveu gradual e progressivamente até aos nossos dias”<sup>91</sup>. Alguns forasteiros, cativados pelas belezas do lugar, e acreditando nas suas potencialidades económicas, instalaram-se permanentemente na Madeira, o que explica a existência de uma numerosa colónia britânica, flamenga e alemã. Nos finais do século XVIII e princípios do XIX, o comércio do vinho da Madeira<sup>92</sup> conheceu uma grande expansão e, em 1836<sup>93</sup>, com a fundação da Associação Comercial do Funchal, vieram para a Ilha novas e importantes companhias inglesas. Estes interesses comerciais, aliados à intensificação das viagens transatlânticas<sup>94</sup>, permitiram que a Madeira se tornasse um destino predilecto para a vilegiatura climática (nos meses mais frios) e também sanatorial. Até 1836 o alojamento destes hóspedes sazonais era feito em residências particulares<sup>95</sup> mas, em 1867, já o Funchal contava com sete hospedarias de 1ª ordem<sup>96</sup> e pelo menos outras cinco de categoria mais modesta. Destes primeiros hotéis da Madeira alguns fizeram história como o Holloway, instalado numa “bella casa e quinta de recreio na Camacha”<sup>97</sup> e, sobretudo, o Reid, cujo primeiro edifício foi construído em 1836, na Rua do Carmo, logo seguido de um outro volumoso imóvel situado na Rua Direita<sup>98</sup>. Instalado, mais tarde, no magnífico sítio que hoje ocupa, mantém ainda aquele charme insuperável da sua tradição e, no pequeno

---

<sup>91</sup> *Idem*, pp.118-119

<sup>92</sup> Feito a partir de mistura de castas (malvasia, boal, sercial, verdelho e tinta), começou a produzir-se logo após a colonização da Ilha, (segundo a tradição com bacelos vindos de Creta por ordem do Infante D. Henrique), “esta indústria é, sem dúvida, a mais representativa da Madeira, cujo vinho generoso, deste mesmo nome, gozou durante séculos de largo prestígio em todo o Mundo e ainda hoje pode considerar-se, a par do clima privilegiado e das afamadas belezas naturais da ilha, o seu melhor cartaz de propaganda” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.XV,1948, p.835

<sup>93</sup> César Figueiredo César, op. cit., p. 135

<sup>94</sup> Sobre tudo para o Índico e África, no caso de Inglaterra, mas também Américas Central e do Sul. Todas estas rotas passavam pela Madeira contribuindo, e muito, para a divulgação dos seus atractivos

<sup>95</sup> “Espaçosas casas solarengas foram adaptadas para receber os visitantes, dispondo dos requisitos necessários para, comodamente, lhes facultar boa hospedagem” in César Figueiredo César, op. cit. p.136

<sup>96</sup> *Gervis, Giulietti, Holloway, Freitas, Miles, Nial e Reid*. Nestas, o preço era de 10 L. 10 Sh. ou 50\$000 mensais (cf. *Almanak para a Madeira*, Funchal, 1867)

<sup>97</sup> *Idem, Ibidem*

caleidoscópio dos hotéis portugueses famosos, é talvez o único que pode colocar-se num roteiro mítico mundial ao lado de exemplos tão excepcionais como o *Raffles* de Singapura ou o *Old Catarats* de Assuão.

Nas últimas décadas do século XIX, a Madeira era uma das mais cosmopolitas vilegiaturas climáticas internacionais, para repouso ou por razões de saúde e, “antes e depois da Primeira Guerra Mundial era vulgar, no fim de cada ano, ver reunidos às mesas do “Reid’s Palace Hotel”, do “Atlantic Hotel” ou do “Savoy” ministros de Estado britânicos, homens de letras e jornalistas nacionais e estrangeiros, “estrelas” de Hollywood, financeiros da City e de Broadway e outras figuras do chamado ‘grande mundo’, atraídas à ilha pela singular amenidade do seu inverno e irresistível sedução das suas vistas panorâmicas”<sup>99</sup>.

Pelas suas características especiais, a Madeira não é um modelo válido para a nossa pesquisa uma vez que, esta vilegiatura, não contempla grandes transformações urbanas ou importantes casas secundárias; no entanto, o peso económico crescente da indústria turística obrigou a um cuidado de arranjo urbano muito raro em Portugal para épocas tão precoces e, por outro lado, o quase exclusivo alojamento em hotéis permitiu aqui uma qualidade, quantidade e tradição também inéditas em outros locais de vilegiatura nacionais.

### **2.1.2. As termas**

Os outros tipos de vilegiatura – termal e balnear – têm, em Portugal, um percurso curiosamente diferente do que acontece nos países do norte da

---

<sup>98</sup> César Figueiredo César, op. cit., p.136

<sup>99</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, p.838

Europa. Júlio César Machado<sup>100</sup>, ao resumir as mudanças de hábitos introduzidos na vilegiatura tradicional, durante o século XIX, diz o seguinte:

“Foi preciso criar moda nova; e, há poucos anos, principiou toda a gente a ir para um canto qualquer, alugado, e meter ali a família toda. Primeiro tratou-se só de banhos de mar; a pouco e pouco a população sentiu-se cada vez mais agoniada, e veio no conhecimento de que os remédios são grãos de trigo que os médicos semeiam no corpo dos doentes, e em lhes caindo alguma água mineral no tempo próprio, dão colheita certa e magnífica”<sup>101</sup>. O primeiro aspecto a reter é de que as termas eram vistas como locais unicamente para doentes, ideia que persistirá pelo século XX, dificultando o desenvolvimento das nossas estâncias de águas no sentido que vimos acontecer por quase toda a Europa desde o século XVIII. O segundo, e que agora mais nos interessa, é o da aparente incongruência de situar o banho de mar como o primeiro dos nossos hábitos de vilegiatura, e a que tentaremos encontrar uma razão.

Como por toda a Europa, pelo menos a que conheceu a ocupação romana, também em Portugal se conheciam, desde a Idade Média, as qualidades medicinais de algumas águas, existindo vestígios de termas romanas um pouco por todo o país. Praticamente esquecidas, ou apenas utilizadas pelos habitantes locais, durante o século XVIII ganham uma nova divulgação, aliás, no sentido do que acontece no resto da Europa. Este movimento geral de renovação resulta de um conjunto importante de estudos científicos sobre a composição e benefícios das águas minero-medicinais. Em Portugal, por exemplo, Vandelle publicou um trabalho sobre as águas do Estoril, em 1778, no mesmo ano, Cunha Pessoa escreve sobre as Caldas da Rainha, Furnas de S Miguel, Cabeço de Monchique e Venda Seca e, no princípio do século XIX (1807-1808), Fonseca Benevides um outro sobre as

---

<sup>100</sup> (1835-1890) É escritor de títulos como *A Vida em Lisboa* ou *Cenas da Minha Terra*, mas sobretudo conhecido pelas suas crónicas jornalísticas e folhetins

<sup>101</sup> Júlio César Machado, introdução a *Banhos de Caldas e Águas Minerais* de Ramalho Ortigão, 1944, s.p.

Caldas de S. Gemil (Beira Alta). Além desta propaganda entre elites culturais, a corte e com ela a aristocracia, começou a frequentar com nova assiduidade as Caldas da Rainha, dando a esta estância um lugar à parte que longamente perdurará.

“Em Portugal foram as Caldas da Rainha a estância da corte. A sua frequência porém só começou a ser grande com D. João V.(...) Só quando a paz com Espanha e o ouro do Brasil, trouxeram uma vida dourada de prazer, as Caldas principiaram a ter, com mais persistência, entre os seus frequentadores, reis rainhas e cortesãos. D. João V foi ali 6 anos seguidos (...). Foi ele que mandou reconstruir, no que gastou 154 contos, o velho hospital, destruído em 1744 por um incêndio, e ofereceu ao município uma casa para a câmara e vários chafarizes. Foi ainda D. João V quem mandou construir uma ermida no Gerez, algumas piscinas e um hospital que ficou nos alicerces”<sup>102</sup>.

Ao longo do século XVIII, o interesse dos reis pelas Caldas da Rainha e, marginalmente por outras termas, não diminuiu. Durante o reinado de D. José, o marquês de Pombal regulamentou a administração do estabelecimento balnear das Caldas e fundou as primeiras termas do Estoril, onde levou muitas vezes o rei, alojando-o no seu palácio de Oeiras. D. Maria I e D. João VI continuaram a visitar as Caldas da Rainha e, este último, mandou construir um balneário nas Caldas de S. Jorge e mostrou interesse pela recuperação das termas romanas de Chaves.

Como vemos, no princípio do século XIX, as vantagens de uma temporada nas águas minerais estavam perfeitamente definidas. Mas, à excepção das Caldas da Rainha, nenhuma estância termal em território português possuía condições mínimas para receber os fidalgos e burgueses endinheirados que conheciam as maravilhas das termas francesas e alemãs. As instalações balneares são muito rudimentares, só tarde e raramente se

---

<sup>102</sup> Armindo Narciso, *A Evolução da Crenoterapia e as Águas Medicinais Portuguesas*, 1920 (?), p.35



introduziram processos clínicos actualizados, as estruturas de alojamento são inexistentes ou muito precárias<sup>103</sup>, o mesmo acontecendo com os espaços de divertimento e as necessárias melhorias urbanas (parque, alamedas, etc.). “Com a Revolução e as Guerras Napoleónicas, as termas novamente caíram em decadência, mas não caíram no esquecimento”<sup>104</sup> porém, após a vitória liberal e a consequente extinção dos conventos, as águas termais, que quase exclusivamente àqueles pertenciam, passaram para as mãos do Estado (caso, já anterior das Caldas da Rainha e agora de Monchique) ou, na maioria das vezes, para as corporações municipais, sem recursos ou competência para explorar tais estabelecimentos. Uma legislação eficaz continuava também a faltar e, após várias tentativas sem resultados<sup>105</sup>, só no reinado de D. Carlos se estabeleceram princípios para o nascimento de “verdadeiras” estâncias de veraneio termal. Em 1867 Andrade Corvo conseguiu nomear uma comissão para o estudo, por distrito, sobre as águas minerais existentes e, a este projecto sucedeu o do Duque de Ávila e Bolama em 1870<sup>106</sup>. Em 1890, uma nova comissão é nomeada, a qual finalmente elabora o trabalho que levará à assinatura do decreto de 1892<sup>107</sup> sobre o aproveitamento e exploração das nossas termas. Entre outras coisas, este decreto estipulava a necessidade da concessão de alvará para exploração e, só a partir daqui apareceram as companhias capitalistas interessadas em investir em programas de maior vulto. Segundo Armindo Narciso, “as termas que passaram para a administração particular ganharam incontestavelmente com a mudança. Algumas dessas termas foram instaladas segundo a ciência do tempo e entregue a sua direcção clínica a médicos que iniciaram entre nós o estudo das propriedades terapêuticas

---

<sup>103</sup> “Duma maneira geral, as suas condições higiénicas deixam a desejar, como a desejar deixam as suas instalações termais e habitacionais” in Armindo Narciso, *As Termas na guerra e na paz*, 1944, p.5

<sup>104</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>105</sup> “A nossa primeira tentativa de legislação termal do século XIX foi a do Barão de Mollelos, que apresentou, em 1822, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei para o governo mandar analisar e catalogar todas as nossas águas medicinais” in Armindo Narciso, *A Evolução da Crenoterapia...*, p.45

<sup>106</sup> *Idem, Ibidem*

daquelas águas medicinais que o empirismo assinalava notáveis virtudes”<sup>108</sup>. Basta citarmos algumas datas, referentes às nossas mais importantes termas, para percebermos quão tardia foi esta organização, em termos modernos, das nossas estações de cura termal:

Caldelas foi concessionada, por alvará de 2 de Março de 1893 à Empresa das Águas Minero-Medicinais de Caldelas; Vidago e Pedras Salgadas, recebem alvará em 1893, a que se reuniram Vidago 2, Vidago 3 e Melgaço, numa nova Companhia em 1920; as termas do Estoril tiveram o primeiro alvará em 12 de Abril de 1894, transmitido, em 1921 para a Sociedade Estoril-Plage; Caldas de Vizela é concessionada à Companhia de Banhos de Vizela, em 1894; Caldas de S. Jorge, em 1895; as Caldas das Taipas, Caldas do Gerez e as Águas Santas do Vimeiro, tiveram alvará em 1896, entregue às respectivas empresas exploradoras; e, já nos primeiros anos do século XX, formaram-se as companhias e receberam o respectivo alvará, a Fonte Santa de Monfortinho (1900), a Curia (1902) ou Monte Real (1916). As áreas reservadas, que a maioria destas estâncias viria a obter, aparecem todas já bem dentro do século XX, sendo a mais antiga a da Curia, de 1910<sup>109</sup>.

Nestes anos, também a melhoria dos meios de comunicação ajudou ao sucesso de algumas estâncias, trazendo inclusivamente alguns espanhóis, sobretudo o caminho de ferro<sup>110</sup>, que beneficiou decerto termas como a Curia, o Luso ou as Caldas da Rainha, mas também a abertura de novas

---

<sup>107</sup> Decreto de 30 de Setembro de 1892 (cf. *Idem, Ibidem*)

<sup>108</sup> Armindo Narciso, *A Evolução da Crenoterapia...*, p.41

<sup>109</sup> Dados recolhidos em Luiz Acciaiuoli, *Águas de Portugal em 1940*, 1942

<sup>110</sup> Em 1856 começaram a circular os primeiros comboios (Lisboa –Carregado). “A rede ferroviária cresceu de 36 km (1856) para vinte vezes mais em 1864, atingindo um número superior a 1500 km nos meados da década de 1880, 1888 km em 1892, 2381 em 1902 e 2974 em 1912. Por volta de 1894, Portugal detinha um honroso décimo lugar entre as nações do mundo no que respeitava à densidade ferroviária por km<sup>2</sup>, estando à frente de países como a Espanha, a Roménia, a Noruega, a Grécia e outras nações europeias. Vinte anos depois, conservava aproximadamente o mesmo lugar.” in A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 1981, p.90

estradas<sup>111</sup> que facilitaram o acesso a estâncias como, Vidago, Pedras Salgadas, Gerez ou Caldelas, por exemplo. Não admira, portanto, que o auge do nosso termalismo se situe nos princípios do século XX e que, muitas antigas instalações tenham sido substituídas por equipamentos modernos, destinados quer ao alojamento, quer aos tratamentos hidrominerais. Nesta conjuntura, melhor compreendemos as palavras de Júlio César Machado, acima citadas, uma vez que, ao contrário do que acontece por toda a Europa, em Portugal as estâncias balneares, de facto mais recentes, tiveram atenções, equipamentos e acessibilidades bem antes da esmagadora maioria das nossas termas.

Ao folhearmos os periódicos destes anos, da viragem do século XIX para o século XX, podemos avaliar a importância relativa das nossas termas, como também as deficiências que, a maioria delas, continuava a apresentar.

As Caldas da Rainha continuavam a ocupar um lugar à parte por um conjunto de razões que as destacavam: o facto de, desde sempre pertencerem à coroa, o prestígio da tradição aristocrática, o fácil acesso, a importância relativa da urbe, os belos arredores e, sobretudo, um conjunto de espaços e objectos que se desejavam numa estância de cura mas também de lazer, como o magnífico parque (D. Carlos I), um casino, nos terrenos deste, instalações hoteleiras de alguma qualidade, um estabelecimento balnear de primeira categoria e, finalmente, alguns “chalets” particulares, de complicada volumetria como mandava o gosto de então, como o do sr. Visconde de Sacavém. Em relação às outras estâncias, o seu poder de atracção oscila na razão directa da qualidade das suas estruturas hoteleiras. O mais aclamado destes equipamentos é o Palace Hotel de Vidago<sup>112</sup>, cujo

---

<sup>111</sup> Também neste capítulo se deve a Fontes Pereira de Melo um incremento notável: “em 1852, quando Fontes toma posse como primeiro ministro das Obras Públicas, não havia em Portugal mais de 218 km de estradas modernas, macadamizadas. Quatro anos depois, ao largar o cargo, estavam prontos 678 km e 120 km mais em construção. Em 1884 esses números haviam decuplicado (9155 km) e, em 1900, Portugal orgulhava-se de possuir uma rede de estradas com 14230 km.” In *Idem*, pp. 89-90

<sup>112</sup> É o primeiro “Palace” construído em Portugal Continental

primeiro projecto, de 1907, da autoria de Ventura Terra (1866-1919), foi publicado na *Ilustração Portuguesa*, com um programa que ali se descrevia da seguinte maneira:

“No cimo da encosta há um morro do qual se disfructa o mais formoso e variado panorama que pode conceber-se. É ahi, por signal, que ficará o novo e grandioso hotel, dotado das mais aperfeiçoadas e modernas condições de commodidades, que a Empresa das águas mandou construir, e cuja comunicação com as nascentes situadas na base da montanha será feita por meio de tramways eléctricos que devem funcionar permanentemente. (...).

O Grande Hotel de Vidago era já um dos melhores e mais sumptuosos estabelecimentos do género existentes no paiz; mas o edificio que vae ser agora construido, e que ficará correspondendo ao que de melhor se tem feito nas grandes e mais ricas e luxuosas estâncias thermaes estrangeiras, será sem dúvida, único e sem rival no paiz. (...) O novo hotel do Vidago será, como se vê, um edificio realmente monumental, sóbrio nas suas linhas architectónicas, mas de uma elegância de bom gosto, que difficilmente poderia ser excedida”<sup>113</sup>. Mas os capitais foram insuficientes para tal projecto, e o Palace do Vidago só virá a ser construído mais tarde, com um novo desenho do architecto Silva Júnior (1868-1937) de 1908-1910, também ele amplamente fotografado e publicitado na *Ilustração Portuguesa*. Na sua área circundante, plantam-se o grande parque com lago, os jardins com fontes e repuxos, abre-se a alameda que liga o hotel às estruturas balneares e levantam-se novas “buvettes”. Então, “a palavra ‘Vidago’ repete-se de um a outro extremo do paiz, como o da mais bela estância de águas da península hispanica, como possuindo as maravilhosas águas a quem milhares de enfermos, sobretudo dos que têm longa

---

<sup>113</sup> *Ilustração Portuguesa*, 2 de Setembro de 1907

residência nos paizes quentes devem a vida”<sup>114</sup>. A pequena aldeia, rude e pobre de Trás-os-Montes, dos finais do século XIX, reanimada pelo caminho de ferro e pela acção da Empresa das Águas de Vidago, que ali investira 600 contos desde 1908, tornara-se uma bela estância, “que um alto espírito e professor notável, o actual ministro da Instrução pública designou de ‘mundial’”<sup>115</sup>. O mesmo fenómeno, raro entre nós, acontecerá com a Curia em 1916 quando, um projecto urbano e architectónico, desta vez da autoria de Deolindo Vieira e Rafael Duarte Melo, publicado em *A Construção Moderna*<sup>116</sup>, derem à estância condições mínimas de desenvolvimento. Um exemplo importante, que ainda devemos incluir neste conjunto excepcional, é o das termas do Estoril, com um edifício balnear desenhado por Silva Júnior (1868-1937) em 1916-17, que veio substituir o projecto inicial de Martinet<sup>117</sup>.

Nos outros locais de termas, o panorama é bastante decepcionante, mesmo contando apenas aquelas que, nos finais do século XIX, já estavam bem estabelecidas no itinerário do termalismo português. Senão, vejamos alguns exemplos. As Caldas do Gerez, já conhecidas pelos romanos e, como vimos, dignas da atenção de D. João V, até aos anos oitenta do século XIX<sup>118</sup>, não tinham qualquer vida própria; até então, “no Gerez não ficava ninguém de inverno, retirando no fim da temporada, oficialmente considerada do S. João ao S. Miguel, todos quantos aqui vinham no verão fazer o seu negócio, e os edifícios, alguns menos do que medíocres casas de hóspedes e outros, miseráveis casebres, eram deixados ao abandono, até

---

<sup>114</sup> *Idem*, 21 de Agosto de 1914

<sup>115</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>116</sup> *A Construção Moderna*, Ano XVI, nº 8, 25 de Abril de 1916

<sup>117</sup> Destes projectos nos ocuparemos, mais adiante, no ponto 4.1. dedicado ao Estoril

<sup>118</sup> “Desenha-se, também, uma forte concorrência entre as estâncias balneares termais e litorais, o que parece sublinhar igualmente a grande penetração dos banhos de mar. Embora possa constituir uma mera coincidência, em 1888, Ricardo Jorge, lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, desenvolve um estudo das termas do Gerês, o que constitui um notável trabalho de divulgação destas termas”; in J. P. Saldanha Martins, op. cit., p.126

chegar a época do outro anno.”<sup>119</sup> Em 1882 construiu-se o primeiro hotel, por iniciativa de um homem da região, que deu o seu nome ao estabelecimento – Ribeiro – e que, em 1908, ainda funcionava junto ao hotel do Parque. Em 1888 o governo do reino submetia ao regime florestal uma grande parte da serra e mandava abrir concurso para a exploração das águas, com a exigência de construir edifícios condignos. Como vimos atrás, a concessão à Empresa ainda tardou e, só em 1897, se iniciaram os trabalhos de melhoramentos: construiu-se um estabelecimento termal de 1ª classe, abriu-se uma nova avenida, onde se ergueram novos hotéis e equipamentos e iniciou-se o arranjo do pequeno parque. Finalmente, abriu-se uma nova estrada, que ligava as termas do Gerez a Braga, melhorando consideravelmente o acesso aos visitantes, mas a estância continuava pacata, sem um único hotel de luxo e com estruturas de divertimento inexistentes ou mesquinhas. Um exemplo extremo é o de Caldelas, pertença do mosteiro de Rendufe e que passou para a Câmara de Amares com a extinção das ordens religiosas. Em 1887, a edilidade arrendou as águas, por 19 anos, ao visconde de Semelhe. Quanto ao que nelas podíamos encontrar, citemos Paulo Osório, em 1908:

“Para te dizer, amigo leitor, que espécie de commodidades e de prazeres encontrarás n’essa estância eu não saberia nada melhor que pôr diante de teus olhos curiosos, alguns trechos d’uma página do *Album de Caldelas*, subscritos em 1902 por um veraneante agradecido:

«Caldelas é uma bela estância thermal – mas é também uma linda aldeia do Minho. Aqui tudo ajuda a esta aclimação ao campo e à paz do espírito: a paisagem encantadora, o hotel com a sua larga fachada massiça e sóbria, com a sua cozinha portuguesa, com o seu regulamento que obriga a levantar de madrugada e a viver longe de todas as distrações –

---

<sup>119</sup> Tude de Sousa, *Ilustração Portuguesa*, 27 de Julho de 1908

propositadamente afastadas - a vida em pleno ar, natural e simples, humana e tranquila!

E assim nós, os cidadãos, n'esta linda Caldelas, isolados, cercados de montes, somos, durante um bello mez, uma pitoresca colónia de exilados da civilização, digerindo e contemplando!»<sup>120</sup>. Como vemos, Caldelas oferecia, como única infraestrutura turística, um pacato hotel que fornece todos os serviços necessários aos aquistas, menos alguma distracção...

De uma forma geral, era este o panorama da nossa vilegiatura termal, apesar de o seu número ter sempre aumentado, ao longo da época contemporânea, bem como a quantidade de visitantes. Ainda em 1944, Armindo Narciso, historiando o nosso termalismo, constatava o seguinte:

“Mas, apesar de tal desenvolvimento, a nossa indústria termal tem continuado rudimentar, se a compararmos à do resto da Europa. E isto apesar da nossa prodigiosa riqueza de águas medicinais, (...) Assim, as nossas estâncias termais continuam modestas. (...). É certo que se têm formado empresas, dirigidas por pessoas cheias de boa vontade. Mas estas empresas têm fracos recursos monetários e sem capitais não é possível desenvolver a indústria termal, como não é possível desenvolver nenhuma indústria. (...) A frequência de todas as nossas termas não chega ainda a atingir 40.000 banhistas. Este número é o da frequência de qualquer estância de águas de segunda categoria, da França ou da Alemanha. Os nossos frequentadores de termas são portanto poucos, são geralmente pobres e raramente estrangeiros. É nisto que está a principal origem da pobreza e deficiência das nossas termas”<sup>121</sup>.

Naturalmente que, algumas das queixas aqui levantadas, sobretudo a falta de dinheiro e de estrangeiros, são comuns aos promotores das nossas estâncias balneares marítimas, mas o interesse que estas despertam nas

---

<sup>120</sup> *Ilustração Portuguesa*, 10 de Agosto de 1908

<sup>121</sup> Armando Narciso, *As Termas na guerra e na paz*, 1944, pp.5-6

classes mais endinheiradas, parece ser bastante maior. O dinheiro vai atrás do prestígio, mas também das melhores condições - de alojamentos, de animação cultural, de diversão, de desporto, etc.. Ora, tudo isto faltou à esmagadora maioria das nossas termas até aos princípios do século XX.

## **2.2. A Vilegiatura balnear marítima**

A afirmação de Júlio César Machado, sobre a primazia do banho de mar, começa a ganhar sentido. Na verdade, a divulgação do uso da água do mar com fins terapêuticos, circulando entre as elites culturais, chega a Portugal sensivelmente ao mesmo tempo que ao resto da Europa continental, ou seja, nos últimos anos do século XVIII e princípios do século XIX. Quem, inicialmente, pratica esta vilegiatura, são os aristocratas mais informados, que arrastarão no seu exemplo os burgueses com pretensões sociais e, a pouco e pouco, todos os grupos da sociedade, até à “democratização” da praia, fenómeno de massas já do século XX<sup>122</sup>. Desde muito cedo também, parece ser comum em Portugal, encarar este tipo de terapia como uma forma simultânea de lazer, dando-se bastante importância à vida social destes lugares. Um testemunho precoce e elucidativo, encontramos-lo nas Memórias do marquês de Fronteira e d’Alorna, elemento da alta aristocracia portuguesa, e que recorda uma estadia à beira mar, em 1806, nos seguintes termos:

“No verão de 1806 tomou a minha família a casa do Conde de Lumiares, a S. José de Ribamar, para irmos aos banhos de mar. Era nosso vizinho meu amigo e tutor, o Marquez de Bellas, que residia no seu forte e,

---

<sup>122</sup> “O processo desencadeado, começando por ser um acto da vida privada passado em espaços privados, numa quinta ou numa casa senhorial, cedo conquista novos espaços para a fruição do tempo de lazer, primeiro de forma incipiente e tímida, depois a um ritmo mais vivo e concertado. A moda chega também com as constantes entradas de estrangeiros no país, derramando novos comportamentos e posturas entre grupos sociais sôfregos de novidade. O dinheiro também existe em abundância entre uma burguesia sem laços nobiliárquicos, muita da qual aspira a títulos, que exterioriza riqueza e procura novos lugares sociais



segundo as recordações que tenho, foram contínuos os divertimentos e festas. Todas as tardes íamos merendar ao forte, e os bailes, concertos, ceias, pescas ao candeio, e passeios no rio, nas tardes serenas, com bandas de música militar, eram uma ocupação dominante dos habitantes d'aquelle sítio”<sup>123</sup>.

A apropriação da natureza marítima e do banho como prática civilizada, é feita, de facto, pela aristocracia apoiada nas teorias de um número cada vez maior de médicos e, em Portugal ela parece fazer-se de uma maneira bastante natural. O climatismo tradicional que procurara lugares frescos e arejados, escolhera o campo (margens do Douro ou do Tejo, por exemplo), a montanha (Sintra ou Buçaco), mas também com bastante frequência, as terras perto do mar, onde a brisa fresca e as largas perspectivas ofereciam condições excepcionais de veraneio.

Nas numerosas quintas de recreio e palácios que, no caso de Lisboa, se estendiam ao longo da margem do rio, de Pedrouços a Paço de Arcos, beneficiando de areais próximos, desde cedo, se começou a introduzir o hábito do banho de mar, muito antes de existirem verdadeiras estâncias balneares. Na verdade, “antes dos transportes colectivos de Lisboa e da linha férrea de Cascais, o ‘campo’ começava em Pedrouços, arrabalde aristocrático com propriedades da nobreza com cargos na corte e na política, que impediam afastamentos prolongados da capital”<sup>124</sup>. No início do século XIX, veraneavam aqui os duques de Cadaval, de Loulé, os marqueses de Viana e a filha do rei D. José; um pouco mais longe, em S. José de Ribamar, situavam-se os palácios e quintas do conde de Cabral, da marquesa da Foz, do marquês de Castelo-Melhor. Em 1870, veraneavam na Cruz Quebrada os marqueses de Nisa, as condessas de Murça e da Azinhaga, o conde de

---

onde possa ser posto de manifesto um estatuto recém adquirido ou a que pretende aceder.” In Luís Paulo Saldanha Martins, *Lazer, Férias e Turismo...*, 1993, p.5

<sup>123</sup> Alorna, 1861, Parte I, p.19

<sup>124</sup> Carminda Cavaco, *A Costa do Estoril*, 1983, p. 20

Tomar, etc.<sup>125</sup>. Em Caxias, nobilitada pelo palácio real, atraía famílias fidalgas que aí mandaram construir importantes moradias, como os palácios da casa de Bragança e dos condes de Carvalhal.

“A dispersão de quintas senhoriais continuava por Paço de Arcos, onde sobressaem o palácio dos Arcos, com capela senhorial e extensos jardins, construído nos princípios do século XV, frequentado por D. Manuel, remodelado no século XVIII, e que pertenceu aos condes de Alcáçovas; os palacetes dos condes de Azarujinha e de Porto Covo; as quintas do Relógio, com palacete moderno – 1869 – do visconde de Bessone, da Terrugem, que remonta ao século XVI, do Jardim e do Torneio, com residências setecentistas. (...)”

Um balanço dos fluxos de turismo aristocrático, emitidos no Estio por Lisboa, permite evidenciar a posição da zona litoral que se estende até Cascais na área da dispersão sazonal periférica da elite da capital. Era uma posição relativamente secundária, menos prestigiosa do que a de Sintra mas não apagada, sobretudo a do sector Pedrouços – Caxias – Paço d’Arcos. Os palácios em que se apoiava continuariam funcionais quando se atribuiu ao ar marítimo, ao banho de mar e à permanência na praia valores preventivos terapêuticos ou apenas sociais<sup>126</sup>. O mesmo faziam os cónegos regantes do convento de Grijó na sua quinta de regalo na Granja ou os ingleses do Porto na “sua” praia da Foz.

Na verdade, apesar das cadeirinhas e carros levarem estes fidalgos ao banho de mar, trata-se ainda de uma vilegiatura climática tradicional, usufruída exclusivamente em espaços privados, onde se introduzira uma novidade prestigiada pelas elites europeias. Serão precisos ainda muitos anos para que o banho de mar leve ao aparecimento de um novo tipo de vilegiatura, com características próprias, e em espaço preferencialmente

---

<sup>125</sup> Cf. Carmina Cavaco, op. cit., pp.21-22

<sup>126</sup> *Idem*, p.22

organizados para a sua prática. Esta transformação deve-se também à “ascensão social da burguesia comercial, num reino decapitado de muitos dos seus mais ‘nobres’ elementos da aristocracia e do clero (o que) constitui um dos vectores de explicação a par de processos de afirmação desencadeados que passam, também, pela adopção de formas de lazer que despontam em outros países da Europa, como a fruição da ‘praia’”<sup>127</sup>.

Nestes primeiros tempos, em que o banho de mar era tido como um remédio, e não como prazer, surgiram estações de banhos para utilização das populações urbanas, mas que também serviram a príncipes e princesas. Em Lisboa, no Terreiro do Paço e no Cais do Sodré, “os banhistas tomavam lugar numas barcaças ancoradas na corrente do rio, providas dum sistema de alagamento interno permitindo a entrada de água nos compartimentos privativos em que eles mergulhavam para a panaceia milagrosa dos banhos de mar. Eram a *Deusa do Mar*, a *Flor do Tejo*, a *Estrela de Alva*, etc.”<sup>128</sup>. Em Belém também havia uma destas estações, mas aqui ancorava uma barcaça particular para o banho de suas magestades. Este sistema é, com certeza, uma variante aos carros de cavalos ou de bois, completamente fechados, que entravam na água para o banho recatado dos seus ocupantes que se utilizavam em Brighton, por exemplo. Quando os banhos se passaram a tomar aos olhos de todos, na praia, Belém tornou-se, de facto, na primeira praia dos lisboetas, prestigiada temporariamente pela presença da barcaça real, mas rapidamente abandonada à gente mais modesta da capital. Em 1868, D. José Coutinho de Lencastre fala de Belém nestes termos:

“Belém é sítio lindíssimo e com muitas outras condições que o tornam recomendável e convidativo; e mais seria se houvera bom gosto, melhor inteligência e mais dinheiro. Saindo da ponte dirigi-me a passear ao largo, hoje de D. Fernando, e depois de frente com a linda e vistosa posição que

---

<sup>127</sup> J. P. Saldanha Martins, op. cit., p. 114

<sup>128</sup> Branca de Gonta colação e Maria Archer, op. cit., p. 20

lhe fica sobranceira e ocupada por uma pequena casa, de acanhadas proporções, pertença da corôa, mas que apesar de sua mesquinhez para habitação de reis, suas magestades e altezas ali residiram nesta época de banhos. (...)

A feira é igualmente o passeio ou antes pasmatório constante e favorito da elegância que se banha naquelas plagas, e de bastantes concorrentes que vêm de Lisboa comer queijadas e divertir-se com semelhante sensaboria”<sup>129</sup>. O lugar, cada vez mais espaço de passeio de lisboetas ao domingo, estava condenado a perder os seus pergaminhos para praias mais distantes. Mas, por volta de 1876, ainda se tomava banho junto à Torre como escreve Ramalho Ortigão<sup>130</sup>:

“Passamos em frente da praia da Torre. É animadíssimo o seu aspecto. As barracas dos banhistas, brancas, pontiagudas, dão-lhe o ar de um acampamento de ópera cómica.

Junto da água, barracões de madeira, embandeirados, ostentam as suas varandas cobertas com toldos recortados, debaixo dos quais ondeiam os véus e se agitam os leques das senhoras.

Dos barracões saem para o mar pranchas, em que uns esperam, pitorescamente *drappés* nos seus lençóis turcos, e de que outros se precipitam de mergulho na vaga”<sup>131</sup>. Este último texto é também muito curioso pela descrição que nele é feita das instalações balneares que se resumiam às barracas de lona no areal e uns barracões de madeira, com varanda e pranchas para a água. Este equipamento rudimentar é o melhor que tiveram, mesmo as nossas principais estâncias balneares, até bem entrado o século XX. Os toldos recortados e as bandeiras, como se usavam nas esplanadas das praias francesas, por exemplo, animavam uma estrutura que devia ser provisória mas que, entre nós, raramente se tornou definitiva.

---

<sup>129</sup> D. J. Coutinho de Lencastre, *Passeio de Lisboa a Cascais*, 1868, pp.4-5

<sup>130</sup> Descrição feita durante uma viagem de barco a vapor de Lisboa a Cascais

<sup>131</sup> Ramalho Ortigão, *Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, 1943, p.63

Belém vai sendo esquecido, regressando à pacatez de outros tempos e de que, o mesmo D. José Coutinho, num outro opúsculo sobre praias, de 1871<sup>132</sup>, nem sequer já fala. Passa directamente à descrição de Pedrouços que, nesta transferência sucessiva para areais cada vez mais distantes, se tornara, na primeira metade do século XIX, na primeira praia aristocrática nos arredores da capital. Como Algés, Dafundo ou Cruz Quebrada, todas estas praias mantiveram o seu prestígio pela existência das belas quintas de recreio, onde veraneavam famílias distintas. À medida que estas propriedades se loteavam, para dar lugar a urbanizações sempre mesquinhas, e os velhos palácios se dividiam em pequenas casas de aluguer, a boa sociedade lisboeta abandonou estes sítios, e escolheu outros areais mais distantes e menos concorridos. Com o desenvolvimento dos transportes públicos ao longo da zona ribeirinha, primeiro os carros americanos, depois o eléctrico e, finalmente, o comboio, todo este conjunto de praias ficou ao alcance das classes médias da cidade e foi para elas que nasceram, de forma modesta, as posteriores urbanizações.

Foi assim que ganhou fama Paço de Arcos, ainda dentro do Tejo: “Paço de Arcos foi, há cinquenta anos, a rainha das praias do Tejo. (...) Veraneavam ali, desde os meados do último século, as famílias aristocráticas que não transigiam com a promiscuidade social...”<sup>133</sup> e, em 1871, escrevia D. José Coutinho de Lencastre: “Paço d’Arcos, é, tem sido, e será sempre, o Eden, o Paraíso, ou encantado jardim das praias, por muitas e variadas circunstâncias. (...) o fino, o belo, e o sublime deste agradável sítio pela concorrência de pessoas finas e belas a tomar banhos nas águas cristalinas das suas plagas, dando uma feição toda especial, a esta sociedade, tão fina e tão luzida”<sup>134</sup>.

---

<sup>132</sup> D. J. Coutinho de Lencastre, *Digressão Recreativa – Passeio Alegre*, 1871

<sup>133</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.135

<sup>134</sup> D. J. Coutinho de Lencastre, *Digressão Recreativa...*, p.27

Apesar da sua adaptação a estância balnear ser mais conforme às exigências de uma nova sociedade, com o seu belo jardim e um pitoresco conjunto de casas de veraneio, bem como pela presença de figuras ilustres, como o rei D. Fernando e sua segunda esposa ou do marquês de Fronteira, Paço de Arcos acabará por perder o seu brilho a favor de Cascais. Mas desta escolha mais adiante nos ocuparemos. Fenómeno semelhante encontramos, também, no veraneio balnear das famílias portuenses. À medida que S. João da Foz se tornava uma extensão do Porto, e o seu acesso se facilitava, a boa sociedade da capital do norte, escolhia locais para o seu banho de mar, mais exclusivos ou mais sossegados. “O processo evolutivo que caracteriza o aparecimento e a expansão dos aglomerados de vocação balnear no litoral é caracterizado por um sentido dominante centro – periferia a partir do núcleo urbano mais importante do Noroeste – o Porto. A confirmar esta asserção encontra-se o facto de a Foz do Douro constituir um dos aglomerados balneares com mais longa evolução e de, posteriormente, terem surgido outros, entre os de maior importância, com uma localização não muito afastada como a Póvoa do Varzim, Granja ou Espinho”<sup>135</sup>. No Porto, como em Lisboa, até aos meados do século XIX, “a fachada atlântica não detinha grande notoriedade nem como área de passeio, nem mesmo do ponto de vista terapêutico”<sup>136</sup>, já que as primeiras praias frequentadas eram, de facto, ainda fluviais (em Lisboa até Paço d’Arcos e no Porto, a Foz Velha). Para lá deste conjunto, que se desenvolve sobretudo em função das duas cidades mais importantes do país, as praias de Espinho e Figueira da Foz, para o norte e centro do país, são exemplos precoces importantes no contexto da vilegiatura balnear marítima desde os meados de oitocentos e, por isso, delas devemos falar mais detalhadamente.

---

<sup>135</sup> L. P. Saldanha Martins, op. cit., p.113

<sup>136</sup> *Idem, ibidem*

### 2.2.1. Espinho e Figueira da Foz

Espinho teve a sua primeira população permanente no último quartel do século XVIII, quando algumas famílias aí começaram a passar o inverno. Mas até 1830, “era uma povoação habitada única e simplesmente por pobres pescadores que se abrigavam em casas de madeira a que d’ali até ao cabo Mondego se dá o nome de palheiros”<sup>137</sup>. Entre 1830 e 1864, a moda dos banhos de mar atraiu a Espinho algumas famílias, sobretudo do concelho da Feira, que construíram ainda palheiros, se bem que maiores e mais cómodos que os dos pescadores. A primeira figura socialmente importante a escolher Espinho para veranejar foi o bispo de Viseu, D. António Alves Martins e, a partir de então, a miserável povoação piscatória vai transformar-se num dos centros balneares mais importantes do norte do país: “os velhos palheiros, de varandas esbeiçadas, feios e imundos, levantados a esmo e sem alinhamento em vielas e encruzilhadas às vezes sem saída começaram a desaparecer para dar lugar a construções mais elegantes e mais cómodas, construções que se multiplicaram dum modo espantoso dentro em poucos anos”<sup>138</sup>. Porém, quando em 1865, foi aberta a linha férrea entre Ovar e Gaia, Espinho não foi contemplada com estação ou apeadeiro e os seus visitantes tinham de utilizar a estação da Granja ou a de Esmoriz, fazendo o resto do percurso de carro<sup>139</sup>. De 1873 a 1890, os terrenos entre a linha férrea e o mar enchem-se de novas casas, construídas por veraneantes de muitos concelhos do norte

---

<sup>137</sup> Pe. André de Lima, “Espinho – Breves apontamentos para a sua história”, *Gazeta de Espinho*, nº153 e seguintes (iniciado em 6 de Dezembro de 1903), p.27

<sup>138</sup> Pe. André de Lima, op. cit., p.30

<sup>139</sup> Pouco depois, pela intervenção de Anselmo Bramcamp e de Joaquim Sá Couto “perante a companhia (esta) apressou(-se) a transformar a casa da guarda da passagem de nível fronteira à nossa praia num apeadeiro” in *Idem*, 31. Em 1873 já era estação (cf. *idem, ibidem*). Joaquim Sá Couto, grande industrial, proprietário da fábrica de Oleiros, “foi o primeiro a construir uma casa de pedra e cal, na Praça Velha, perto do mar. (...) A sua casa, situada no melhor local da praia (...) era bastante grande para o tempo, com salas amplas e bem mobiladas, recebendo aliás pessoas gradas do tempo, e que frequentavam Espinho na época do Verão” in Álvaro Pereira, *Espinho – Monografia*, 1970, p.15

mas também já espanhóis<sup>140</sup>. Este novo “bairro”, separado das vielas de pardieiros dos pescadores, é o que Júlio César Machado chama “Espinho novo, povoação exclusivamente de banhistas”<sup>141</sup>. Segundo o mesmo escritor, esta nova instalação “consta apenas de duas (...) largas ruas, onde ostentam lojas de boa aparência, pela maior parte sucursais de estabelecimentos do Porto, e casas construídas à moda das cidades, alinhadas, e munidas de fachadas perfeitamente lisbonenses”<sup>142</sup>. Esta escolha merece uma crítica feroz do autor, nostálgico das grandes varandas de madeira, sobre as dunas, que eram uma constante nos velhos palheiros de Espinho e que tinha um entendimento diferente da arquitectura de veraneio:

“Já se vê que a varanda é suprimida, porque os nossos architectos fazem casas à moda de Paris, sem atenderem nem às diversas condições do clima, nem às condições do pitoresco, essenciais na arquitectura, se a arquitectura ainda conserva o desejo de ser uma arte, e essenciais sobretudo à arquitectura forçosamente ligeira de habitação destinada aos prazeres da *vilegiatura*. Se numa destas ruas largas do Espinho novo houvesse um architecto que, abandonando a fachada completamente lisa, não recuasse diante da pitoresca varanda, tão essencialmente portuguesa, e tão cómoda, tão agradável nas manhãs e nas tardes de verão, fazia umas casas lindíssimas: assim limita-se aos *clichés* conhecidíssimos e faz uma sensaboria”<sup>143</sup>. Ainda a poente da linha do comboio, mas em terrenos mais desafogados, construíram-se moradias “duma certa grandiosidade burguesa”<sup>144</sup> e era nesta zona que existiam os melhores hotéis: *Particular*, *Bragança* e *Nova Estrela*. “Era neste bairro que se levantava o edificio da Assembleia, que se registavam os melhores cafés – alguns deles, os mais

---

<sup>140</sup> Principalmente de Zamora, Salamanca, Burgos e Madrid (cf. Sousa Costa, *Espinho; Praia das Nossas Avós, Praia das nossas Netas*, 1949, p.93)

<sup>141</sup> Júlio César Machado, “Espinho” in *Fora de Terra* (com Pinheiro Chagas), 1878, p.77

<sup>142</sup> *Idem, ibidem*

<sup>143</sup> Júlio César Machado, op. cit., p.77

<sup>144</sup> Ramalho Ortigão, cit. in Sousa Costa, *Espinho, A Praia das Nossas Avós...*, p.87



frequentados com suas roletas e seus baralhos anexos”<sup>145</sup>. O primeiro plano de urbanização de Espinho, então chamado “Plano de Melhoramentos da Praia de Espinho”, foi realizado por Bandeira de Melo, engenheiro natural de Vouzela e frequentador da praia, por volta de 1870<sup>146</sup>, num esquema rigorosamente reticulado, que abrangia a faixa de terreno quase plano entre a linha férrea e o mar. Em 1876 a Câmara da Feira aprovava esta planta, já em grande parte realizada, e decidia novos melhoramentos importantes, como a arborização das vias paralelas ao caminho de ferro, plantar sebes nas ruas a abrir e já marcadas, a iluminação das principais ruas nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, colocar bancos de ferro em lugares autorizados e deliberar sobre as expropriações necessárias ao novo ordenamento<sup>147</sup>.

A Figueira da Foz, vila por decreto pombalino<sup>148</sup> e cidade desde 1882<sup>149</sup>, era a praia do terceiro centro urbano do país, Coimbra, da qual dista 42 km.. Desenvolveu-se a partir do século XVIII com o movimento crescente do seu porto e consequente crescimento da indústria de construção naval<sup>150</sup>. Desde o início do século XIX que é procurada por veraneantes e banhistas, a partir de 1858 esta afluência acentua-se<sup>151</sup> e, no final da centúria, começaram a chamar-lhe a “rainha das praias de Portugal”. Crescera sobretudo à beira do rio Mondego, onde se erguiam “os armazéns, as lojas para o comércio portuário, as pensões, os edifícios de grandes dimensões de carácter burguês, que refletem a riqueza dos seus proprietários

---

<sup>145</sup> *Idem, ibidem*

<sup>146</sup> Cf. Álvaro Pereira, *Espinho – Monografia*, 1970, p.50

<sup>147</sup> Cf. *idem*, p.53

<sup>148</sup> 12 de Março de 1771 (cf. Maurício Pinto e Raimundo Esteves, *Figueira da Foz Praia da Claridade*, 1959, p.5)

<sup>149</sup> A 20 de Setembro de 1882, por D. Luís I, um mês depois de ter visitado a Figueira, por ocasião da abertura da linha de caminho de ferro da Beira Alta (cf. *idem*, p. 20)

<sup>150</sup> Desde 1835 era considerada a terceira praça comercial e marítima de Portugal “quando se organizou na Figueira a 3ª Associação Comercial do país”, in *idem*, p.9

<sup>151</sup> Cf. *idem*, p.19

ligados à navegação e ao grande comércio de importação e exportação”<sup>152</sup> mas, em 1860, a concorrência de banhistas foi tão elevada que “muitas famílias tiveram de ir veranejar para outras praias por falta de alojamentos”<sup>153</sup>. É então que começam a nascer dois bairros novos, de traçado regular, o Bairro da Estação, a oriente, e o Bairro Novo de Santa Catarina, a ocidente<sup>154</sup>. Este último, junto ao forte de Santa Catarina de Ribamar, à entrada da barra, ocupando os terrenos ainda livres junto à praia de banhos, nasceu especificamente para a função balnear. Com este fim, em 1861, “o engenheiro das Obras Públicas – Francisco Maria Pereira da Silva (1813-1891) desde 1857 a dirigir as obras hidráulicas do porto e barra da Figueira, constituiu uma sociedade”<sup>155</sup>. Em Abril de 1868 eram inauguradas formalmente as obras e em Setembro do mesmo ano estava terminado o primeiro edifício construído pela Companhia – o Salão da Assembleia Recreativa<sup>156</sup>. Funcionando “em moldes idênticos aos das empresas que edificavam prédios nas praias francesas”<sup>157</sup>, a sociedade do novo bairro, até 1879, construiu por conta própria, erguendo trinta prédios, ou construindo por encomenda. Numa segunda fase, sensivelmente até 1893, venderam-se exclusivamente as casas já construídas e, o último período de vida da companhia, foi de gestão do seu património que consistia, sobretudo, de terrenos. Em 1903, a sociedade foi dissolvida<sup>158</sup>. O novo bairro desenvolvia-se num traçado bastante regular<sup>159</sup>, de ruas perpendiculares à linha da costa, “faltando-lhe, no entanto, alguns pormenores de requinte que se viam nas

---

<sup>152</sup> Francisco José Cruz de Jesus, *Arquitectura Balnear e Modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Santa Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, 1999, p.20

<sup>153</sup> Maurício Pinto e Raimundo Esteves, op. cit., p.29

<sup>154</sup> Cf. Francisco de Jesus, op. cit., p. 21

<sup>155</sup> *Idem*, p.27. Chamava-se, então, “Companhia Edificadora do Bairro Novo” e, depois, “Companhia Edificadora Figueirense”

<sup>156</sup> A “Assembleia Figueirense, associação instalada em prédio especialmente construído, com óptimas salas e de aspecto solarengo (que durante muitos anos foi considerada como sala de visitas da cidade)” in Maurício Pinto e Raimundo Esteves, op. cit., p.17

<sup>157</sup> *Idem*, p.20

<sup>158</sup> Cf. Francisco de Jesus, op. cit., p.30

<sup>159</sup> “modelo ‘standard’ geralmente aplicado às extensões urbanas criadas ex nihilo”, in *idem*, p. 35

estâncias estrangeiras (e), sobretudo, a orientação em relação ao mar”<sup>160</sup>, mas também a ausência de uma zona de parque ou jardim. Ramalho Ortigão, que deu à Figueira a fama de mais bela praia de Portugal<sup>161</sup>, em 1887, escrevia este comentário sobre a nova urbanização:

“O Bairro de Santa Catarina, ou Bairro Novo, principalmente habitado pelos banhistas, foi construído há poucos anos e consta de casas todas novas, pintadas de branco, de um teatro, um clube e um hotel para oitenta hóspedes.

Infelizmente em vez de ser edificado com método, sobre a praia, com o hotel de banhos e o casino ao centro, os restaurantes com terraços ao ar livre, o novo bairro não faz frente ao oceano e dispersa-se desengraçadamente para o lado da terra”<sup>162</sup>.

Para além da Assembleia que, como vimos, estava pronta em 1869<sup>163</sup>, mais dois edifícios importantes são citados por Ramalho Ortigão: o Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, inaugurado em 1884 com desenho de José Luís Monteiro e que, em 1900, foi adaptado para se tornar o Grande Casino Peninsular; e o Grande Hotel Foz do Mondego, num edifício encomendado por Augusto Luís César dos Santos e inaugurado na época balnear de 1870<sup>164</sup>. Para além deste, o bairro tinha, ainda, pelo menos, mais três hotéis nos finais do século XIX: o *Internacional*, o *Aliança* e o *Universal*. Na arquitectura privada, a Figueira viu também construir, a norte do novo bairro, uma das mais imponentes residências secundárias dos finais de Oitocentos. É o palacete do banqueiro Joaquim Sotto Mayor, iniciado em 1900, com projecto de Gaston Landeck<sup>165</sup>, nome que veremos frequentemente ligado à arquitectura dos “Estoris”. Em 1916, aquando da

---

<sup>160</sup> *Idem, ibidem*

<sup>161</sup> “Não tem outro remédio senão vir à Figueira quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal!”, in Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal*, 1944, p. 52 (1ª ed. 1876)

<sup>162</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. I, 1963, p.263 (1ª ed. 1887)

<sup>163</sup> Abriu as suas portas ao público em 1870. “Em 1890 foi transformada em *club* denominado ‘Casino Mondego’”, in Francisco de Jesus, op. cit., p.37

<sup>164</sup> Cf. *idem*, p. 32

morte do pintor António Ramalho (1858-1916), que até ao fim da vida trabalhara na decoração da moradia, a *Ilustração Portuguesa*, publica um longo artigo elogiando o seu trabalho e descrevendo alguns aspectos do edifício que considera “belamente delineado e construído, tão cheio de riqueza e bom gosto”<sup>166</sup>, que seria difícil encontrar outro igual no país, fora de Lisboa ou do Porto.

Para completar este desenvolvimento de sucesso, como estância balnear, a Figueira da Foz tinha, ainda, um conjunto de estruturas de acesso excepcional: é servida pela linha de caminho de ferro do Norte desde 1863; em 1871 abre ao tráfico a estrada real que a liga a Coimbra; em 1882 é inaugurado o ramal da linha da Beira Alta que liga a Figueira à Pampilhosa e, em 1888, entre a Figueira e Leiria.

Dois casinos, vários hotéis, pensões e restaurantes, bons acessos, a Figueira da Foz era, com a presença assegurada dos estudantes em Setembro, mas também de muitos lisboetas e espanhóis que lhe trouxeram um desenvolvimento invejável, uma das estâncias nacionais com melhores equipamentos no início do século XX, e uma vida cosmopolita que rivalizava com as praias da futura Costa do Sol.

### **2.2.2. Hábitos dos banhistas**

Nestes primeiros tempos, em que o banho de mar era, sobretudo, um expediente terapêutico, e em que Almeida Garrett veraneava em Pedrouços, os banhos eram tomados bem cedo, antes do primeiro almoço. Deviam ser rápidos, com três mergulhos e o choque de sete ondas, sempre a partir de Agosto, e mais ainda em Setembro, uns tomando a corda, outros pelo braço forte do banheiro. O horário do banho e o mês em que se tomava, marcavam

---

<sup>165</sup> José Pedro de Aboim Borges, *Figueira da Foz*, 1991, p. 54

<sup>166</sup> *Ilustração Portuguesa*, 16 de Novembro 1916

diferenças sociais importantes. À medida que as praias se tornam, ou se querem, mais cosmopolitas, imitando rapidamente as modas vindas de fora, o banho é tomado cada vez mais tarde. Em Cascais, por exemplo, o infante D. Afonso, entrava na água para nadar, pontualmente às 10,30 da manhã, marcando o bom tom e servindo de modelo aos recalcitrantes banhistas. Alguns anos depois chegará o cúmulo do luxo do banho ao meio dia... A época do ano definia, sobretudo nas praias do centro e norte do país, como a Figueira da Foz ou Espinho, o tipo de frequência. Os meses de Agosto e Setembro eram para as pessoas da cidade, aristocratas, burgueses, funcionários, liberais, etc., enquanto os meses de Outubro e Novembro, viam aparecer, para a sua cura marítima, os lavradores, finalmente libertos das suas tarefas agrícolas, e evitando a carestia da “época alta”<sup>167</sup>.

Tanto homens, como mulheres e crianças usavam trajes bem complicados e muito púdicos, sobretudo as senhoras que “arrastavam pela areia e pela água as pesadas caudas dos vestidos de castorina escura, avivada a nastro branco. Como luxo supremo usaram-se os vestidos de banho em alpaca preta bordada a *soutache* de seda branca. Vestidos de cauda, com saia de pouca roda. Elas iam pela mão do banheiro, ou agarradas às cordas de proteção, com água pela cintura e dando gritos de susto quando a ondulação lhes rasava os ombros”<sup>168</sup>. Estas pesadas toilettes, bem como as enormes cabeleiras, não permitiam a permanência na areia após o banho, exigiam uma mudança de roupa rápida nas barracas e, portanto, um desaproveitamento da praia como espaço de lazer. O prazer do banho de mar, do banho de sol, a utilização do areal como espaço lúdico, por excelência, da praia, são fenómenos já do século XX, quando os antigos costumes deram lugar a uma nova época do veraneio balnear<sup>169</sup>.

---

<sup>167</sup> Cf. Helena Cristina Ferreira Machado, *A Construção Social da Praia*, 1996, p. 32

<sup>168</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.19

<sup>169</sup> Resultado, também, daquilo que Saldanha Martins chama de “processo de passagem da mulher de um plano de interiores na vida social para um plano de plena actividade”, in L. P. Saldanha Martins, op. cit., p.45

A propósito deste carácter de “sacrifício” pela saúde, que o banho de mar, inicialmente tinha, Gervásio Lobato escreve um dos textos mais curiosos:

“Quando tinha cinco anos pespegavam-me tôdas as manhãs de Setembro, dentro do Tejo.

Eu tremia como varas verdes, chorava, gritava, rebolava-me pela areia, fingia doenças, mas era tudo em vão.

Vinha o Roque, um banheiro muito alto, muito forte, muito vermelho de cabelos ruivos, pegava em mim e zás! Água te valha.

Lembro-me ainda dêsse tempo com terror. O mês de Setembro era para mim um mês de suplício. Não tinha um minuto de felicidade nos 43.200 minutos dêsse negregado mês. Passava as minhas noites infaustas a sonhar com a água salgada, acordava, e já estava à porta o caleche do velho Castro das seges. A feira de Belém passava por mim, ou antes eu passava por ela, sem fazer moça, e depois, quando saía do banho, o meu martírio não acabava, porque me punha logo a pensar no banho do dia imediato.

E o Setembro ia todo assim.

Depois habituei-me muito à água fria, mas aos banhos de mar fiquei-lhes sempre com certa asca.

E só os tomo quando não pode deixar de ser, mas em Setembro nunca”<sup>170</sup>.

Mas a moda do banho de mar chegara para ficar. A estadia no litoral é considerada, cada vez mais, uma prática civilizada e a sua importância social, e logo económica, não cessará de crescer. Inaugurada pela aristocracia, imitada pela burguesia, que a transforma para satisfazer os seus próprios interesses capitalistas, fez nascer, a par de novas povoações e a transformação de antigas, que caracterizam uma parte considerável do nosso

---

<sup>170</sup> Gervásio Lobato, “Histórias de Praias”, in *Ilustração Portuguesa*, nº14, 10 de Outubro de 1885

litoral, uma nova vilegiatura que é um fenómeno fundamental da era contemporânea.

### **2.3. Novos aspectos do século XX**

É verdade que o século XX viu nascer uma série de novas praias de banhos, bem como o crescimento considerável de muitas outras mas, até aos meados do século, são ainda os “Estoris”, Figueira da Foz e Espinho, ou seja, as mais importantes estâncias balneares do século XIX, que oferecem melhores condições de estadia aos visitantes, quer em alojamento (boas casas e bons hotéis), quer em equipamentos recreativos, capazes de trazer clientela estrangeira de qualidade. Em 1932, o Estoril “atraía já 2.500 hóspedes estrangeiros por uma média de dezoito dias, dobrando as dormidas registadas no conjunto dos três mais frequentados hotéis lisboetas, o Avenida Palace, o Metropole e o Europa”<sup>171</sup>. Na área de influência do Porto, a primeira metade do século XX, viu algumas transformações curiosas, na promoção das suas praias. A Foz, tornou-se, definitivamente, uma zona da cidade, cada vez mais um bairro residencial da burguesia rica e perdendo o seu carácter de estância de banhos; a Granja, com o seu peculiar modo de vida, muito fechado e quase privado, vai ficando cada vez mais isolada, e é sintomático que a regulamentação do jogo, em 1927, já não a contemple. Por outro lado, a Póvoa do Varzim, tornou-se para o Porto o que Cascais e os “Estoris” eram para Lisboa, e o seu rápido crescimento vai ser responsável pela promoção da vizinha praia de Vila do Conde. Naturalmente, esta procura acabou por trazer uma nova concessão de jogo,

---

<sup>171</sup> Paulo Pina, *Portugal – O Turismo no Século XX*, 1988, p.35

ainda hoje de importância vital para o norte do país<sup>172</sup>. A sul da Figueira, algumas outras praias vão ganhando adeptos e estruturas balneares, como a Nazaré ou S. Martinho do Porto, conhecida como a “praia das crianças, dos intelectuais e dos artistas, era a San Sebastian portuguesa”<sup>173</sup>; a Praia de Santa Cruz, frequentada pela gente abastada de Torres Vedras, ou a Ericeira, com ligações diárias a Lisboa, por camioneta, e um conjunto de casas mobiladas para alugar, bastante razoável. No sul do país, só o Algarve conheceu algum destaque, sobretudo com Monte Gordo, quase na fronteira com Espanha, e a Praia da Rocha, única zona de jogo autorizado a sul do Estoril, mas que “pouco tempo resistiria, por notória falta de frequência, agravada pela quebra dos espanhóis meridionais ocasionada pela Guerra Civil”<sup>174</sup>.

“Esta expansão da vida balnear fez-se a par da maior vitalidade do termalismo e, em parte, foi dirigida aos mesmos tipos de clientela, já que em ambos se consideram valores terapêuticos e as vantagens dum bom equipamento hoteleiro, recreativo e desportivo. Porque Portugal quase não conhece formas de turismo de Inverno litoral, nem mesmo sub-urbano, as praias do fim do século XIX e dos primeiros decénios do actual, apagam-se perante as termas, quando se confrontam equipamentos de recepção e outros. As únicas excepções parecem limitar-se à Costa do Sol, à Figueira da Foz, a Espinho e à Póvoa do Varzim”<sup>175</sup>. Porém, ao longo dos anos trinta, vemos a posição dos dois tipos clássicos de estâncias de turismo passar a inverter-se, com o crescente favoritismo que a praia recolhe, em detrimento das termas<sup>176</sup>.

---

<sup>172</sup> Por transferência da concessão de Viana do Castelo (Santa Luzia)

<sup>173</sup> Carminda Cavaco, *O Turismo em Portugal – Aspectos Evolutivos e Espaciais*, extractos de “Estudos Italianos em Portugal”, nos 40-41-42, 1980, p. 207

<sup>174</sup> Paulo Pina, *op. cit.*, p.47

<sup>175</sup> Carminda Cavaco, *op. cit.*, p.208

<sup>176</sup> Cf. Paulo Pina, *op. cit.*, p.41



Mas o mercado turístico nacional era ainda reduzido e o número de visitantes estrangeiros bastante limitado. Durante os anos de 1930, tal como no princípio do século, discutia-se muito sobre turismo e, sobretudo, da possibilidade e do benefício de captar as correntes de turistas estrangeiros, o que implicava boas condições de acessibilidade, bem como equipamentos competitivos. Porém, a ditadura militar, nascida da revolução de 28 de Maio de 1926, acautelava-se contra os perigos imaginários provenientes da deambulação de estrangeiros pelo país, “atenta(ndo) gravemente contra a implantação metódica do turismo em Portugal, obrigando os seus responsáveis ao permanente recurso às medidas avulsas ditadas pela pressão das conjunturas e comprometendo, afinal, todo o precioso vanguardismo institucional com que partira em 1911”<sup>177</sup>. Foi tal a redução de capacidades das estruturas da 1ª República que estas vão ser suplantadas quer pelo Secretariado de Propaganda Nacional<sup>178</sup>, a partir de 1933, quer pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>179</sup>. Por outro lado, a política de transportes internacionais do Estado Novo, que “afunilava” os fluxos de estrangeiros para a capital, e as dificuldades de circulação viária que continuaram a existir em muitas zonas do território<sup>180</sup>, fortaleceram a primazia do triângulo Lisboa-Estoril-Sintra, só ameaçada na segunda metade do século XX. A política de apoio à construção de hotéis, seguida desde 1914, continuava a dirigir-se preferencialmente às unidades de luxo, para servir turistas abastados, maioritariamente estrangeiros, e que se concentravam na zona de Lisboa e uns quantos nas cidades mais importantes. Mas, da preocupação de António Ferro com a “fachada para o exterior” e da vontade de Duarte Pacheco de ordenamento do território, vai

---

<sup>177</sup> Paulo Pina, op. cit., p.33

<sup>178</sup> Dirigido por António Ferro, para onde passará a tutela do turismo em 1939 (cf. *idem*, p. 75)

<sup>179</sup> No caso do M.N.E. “primeiramente através da Comissão de Propaganda de Turismo no Estrangeiro, instituído em 1930, depois por um Conselho de Turismo, estabelecido em 1935, além das actividades desenvolvidas pelas suas Casas de Portugal em Paris, Londres, Antuérpia e Nova Iorque”, in *idem*, p.32

<sup>180</sup> Apesar dos progressos consideráveis que o M.O P. conseguiu nesta área, uma das mais importantes medidas económicas do Estado Novo

resultar o plano das pousadas oficiais de turismo, lançado em 1940, e que é uma novidade importante no sentido de diversificar o nosso sistema de recepção. Em 1933 surgira a ideia de fixar um “Hotel Modelo”<sup>181</sup> e Raul Lino “fora encarregado de estudar as regras de um concurso que o promoveria”<sup>182</sup> mas os hotéis, posteriormente projectados<sup>183</sup>, ainda não eram a solução desejada. “Foi com a contribuição de um arquitecto nortenho (...) que surgiu no horizonte a possibilidade de uma eficaz articulação orgânica dos princípios consignados com as exigências dos locais. Rogério de Azevedo<sup>184</sup> lança-se então na fabricação de uma nova tipologia que em breve tomou a designação de ‘Pousadas’ e altera de vez e em profundidade a concepção que sobre estes edificios se deveriam observar”<sup>185</sup>. Com as primeiras unidades inauguradas em 1942<sup>186</sup>, e um total de dez, em 1956, as pousadas do Estado<sup>187</sup> deveriam proporcionar alojamento capaz e apoio aos viajantes, em locais estratégicos, como nas fronteiras, nalguns lugares costeiros e junto de estradas importantes, ou seja, em sítios não atraentes para a iniciativa privada. Os primeiros edificios, desenhados por Rogério de Azevedo, “com uma inegável qualidade plástica, movimento de volumes, articulação de espaços, escala e, principalmente, pelo aproveitamento dos materiais locais e pela cuidada integração na paisagem”<sup>188</sup>, são os modelos que, aliados à exigente decoração, correspondiam à ideia de “bom-gosto”, defendida por Ferro, e que era tema de muitas páginas de periódicos nestes anos<sup>189</sup>. O exemplo deu frutos e, os investidores particulares seguiram-no,

---

<sup>181</sup> *Notícias Ilustrado*, 6 de Agosto 1933 a 5 de Novembro 1933

<sup>182</sup> Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal...*, 1991, p.453

<sup>183</sup> Vasco Regaleira (Guarda), Veloso Reis (C. Branco) e Cassiano Branco (Luso) (*Idem*, p.464)

<sup>184</sup> (1898-1983) É autor da primeira obra modernista da cidade do Porto, a garagem do *Comércio do Porto* de 1930-32

<sup>185</sup> Margarida Acciaiuoli, op., cit, p.464

<sup>186</sup> Pousada de S. Gonçalo na Serra do Marão, de Sto. António em Serém, no Vale do Vouga e Sta. Luzia em Elvas

<sup>187</sup> Inspiradas nos congéneres *Paradores* espanhóis, cuja instalação se iniciara no âmbito da Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929

<sup>188</sup> Margarida Acciaiuoli, *ibidem*

<sup>189</sup> Cf. *idem*, p.465

com a construção de estalagens, sempre com um mínimo de qualidade obrigatória.

A conjuntura económica internacional, primeiro com a crise dos anos trinta e, em seguida, as convulsões da 2ª Guerra Mundial, contribuíram também para que não houvesse grandes melhorias no turismo nacional. Na verdade, entre 1936 e 1950, o número de estrangeiros entrados em Portugal, mantém-se, com pequenas oscilações, nos 50.000 ao ano; ao longo da década de cinquenta verifica-se uma subida considerável, atingindo, em 1960, valores próximos dos 350.000, para disparar em flecha, a partir desse ano<sup>190</sup>. Apesar

das muitas ambiguidades na política de turismo do Estado Novo os anos trinta e quarenta, trouxeram iniciativas relevantes, sobretudo de âmbito nacional, que melhoraram as condições de lazer das classes médias portuguesas. A primeira medida importante do novo homem forte do regime foi a transferência dos organismos do turismo, então quase inoperantes, para o Secretariado de Propaganda Nacional, sob a alçada directa da Presidência do Conselho. É o seu director, António Ferro, que lança o programa das Pousadas portuguesas, construídas por Duarte Pacheco, outro nome importante desta renovação, sobretudo no que diz respeito às infraestruturas viárias<sup>191</sup>, ainda muito deficientes, mas indispensáveis ao desenvolvimento do turismo interno e externo. Realiza-se o I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, refletindo preocupações semelhantes às que encontrámos no princípio do século e que ainda serão visíveis muitos anos depois. Cria-se as primeiras formas de turismo popular, como a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, surgem os primeiros campos de férias e inicia-se a prática regular do excursionismo. Por outro lado, constrói-se o aeroporto

---

<sup>190</sup> Cf. Carmina Cavaco, *O Turismo em Portugal – Aspectos evolutivos e espaciais...*, p.214

<sup>191</sup> Entre 1932 e 1946, 44% do orçamento do M. das Obras Públicas, sempre um dos mais elevados do Estado, eram gastos em comunicações; estradas, caminhos-de-ferro, pontes, aeródromos, telecomunicações, etc. (cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol III, p.467)

internacional de Lisboa, na Portela de Sacavém e funda-se a TAP, que inaugura as suas linhas regulares, em 1946, entre Lisboa e Madrid; em 1948, inicia a ligação entre Lisboa e Paris e passa a fazer parte da IATA. Ainda em 1947, regulamenta-se a actividade das agências de viagem e turismo às quais, no ano seguinte, se entrega a exclusividade das excursões turísticas em autocarro. Renova-se a marinha mercante, com a construção de novas gares<sup>192</sup> e de grandes navios de passageiros. No entanto, os primeiros Planos de Fomento, de 1953-1958<sup>193</sup> e de 1959-1964<sup>194</sup>, ainda colocam o turismo num lugar secundário, dando primazia ao desenvolvimento da agricultura, das indústrias básicas, das comunicações e dos recursos energéticos e só em 1965<sup>195</sup>, aparece o turismo como uma actividade fundamental à nossa economia, no âmbito das dificuldades cambiais resultantes da guerra colonial<sup>196</sup>. Os anos 50, no entanto, produziram alguma legislação importante para o sector, sobretudo pelas facilidades concedidas, no art.o 14º da Lei nº2073 de 23 de Dezembro de 1954, a empreendimentos declarados de utilidade turística. Por razões diferentes, é a velha tradição portuguesa que continua presente – o que interessa é o turismo de qualidade, acima de tudo estrangeiro, ou seja, aquele que traz divisas, que funciona como produto de exportação, capaz de equilibrar a nossa balança externa, sempre deficitária pela fraca produção nacional. Esquecia-se que essa vantagem podia ser facilmente anulada se os bens consumidos pelos turistas

---

<sup>192</sup> Alcântara e Rocha do Conde de Óbidos, com projectos de P. Pardal Monteiro, 1943 /1948

<sup>193</sup> Aprovado pela Lei nº2058, de 29 de Dezembro de 1952, “pouco mais representou do que um programa organizado de investimentos públicos (...) reflectindo, aliás, a ambiguidade da política económica portuguesa do pós-guerra (...) o Plano, como documento de referência, não reflete ainda o pulsar das ideias e dos interesses de um renovado grupo de tecnocratas, de empresários e de industriais que emergia do final da guerra; pelo contrário, constitui sobretudo o quadro de referência de uma burguesia tradicionalista, formada por agrários e comerciantes, aceitando relutantemente a imprescindibilidade da industrialização, tudo consubstanciando uma tenaz resistência aos propósitos modernizadores e aos seus efeitos subversores da velha ordem”, Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)* in José Matoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, 1994, pp.455 e 457

<sup>194</sup> “A opção que conduziu à eleição do sector secundário como prioritário para o arranque desenvolvimentista só ocorreria durante a vigência do II Plano de Fomento”, in *idem*, p.456

<sup>195</sup> Plano Intercalar de 1965-67

<sup>196</sup> Cf. Alfredo de Magalhães Coelho, “O Planeamento e o Sector do Turismo”, in Boletim do Comissariado do Turismo, nº 3, 1967, p.11

fossem importados, situação frequente num país em que o sector primário ocupava, em 1960, 49,2% da população activa e, só no censo de 1970, “pela primeira vez na história pátria, a agricultura (32%) foi superada pelas actividades industriais e comerciais (...). Nesta mudança estrutural, que se foi acentuando até 1974, devemos ver uma das bases das grandes transformações do Portugal da era marcelista”<sup>197</sup>. Alguns números mostram à evidência quão tardio foi este “milagre”, desejado desde o século XIX, mas também a sua confirmação nos anos 60 do século XX: em 1948 as receitas turísticas representam 5% das exportações e cobrem 3% do nosso défice comercial; em 1957, conseguem cobrir 8% desse défice, mas em 1964 pagam 11% das nossas importações e em 1966, 22%, com uma receita fabulosa de 7,5 milhões de contos. Como vemos, “só a década de 60 introduziu uma forte aceleração na dinâmica dos movimentos turísticos com destino a Portugal, elevando-se de 500.000 o número de estrangeiros entrados em 1963, a 1 milhão em 1964, quase dois milhões em 1966 e a 2,5 milhões em 1967”<sup>198</sup>. Entre 1961 e 1966, o valor da exportação de serviços de turismo cresceu à taxa anual média de 48%. Mas estes números, sem dúvida impressionantes, são ainda muito inferiores a outros países europeus de condições semelhantes ao nosso, como no caso da Espanha ou da Jugoslávia que, no período de 1960-1961, viram aumentar o seu número de visitantes estrangeiros em 22,4% e 23,6%, respectivamente, contra apenas 6,5% em Portugal<sup>199</sup>. Estes exemplos bastam para se fazer uma avaliação das nossas políticas de turismo, em comparação com a agressividade do trabalho feito por outros Estados da mesma área geográfica. Mas o salto quantitativo, registado nos anos seguintes, coloca finalmente Portugal no lugar que já os cronistas do século XIX lhe adivinhavam, o de ser um verdadeiro país de turismo. Em 1966, ano “mágico” desta nova indústria, ela

---

<sup>197</sup> A H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, p. 481

<sup>198</sup> Cf. Carmina Cavaco, “Geografia e Turismo no Algarve”, in *Finisterra*, vol.IV, nº 8, 1969, p.221

<sup>199</sup> *Idem, ibidem*

representa 25% das receitas em exportações (contra menos de 8% em 1961), o saldo turístico cobria 55% do défice da balança comercial e financiava 22% das nossas importações de mercadorias. A procura estrangeira, com 3.000.000 de dormidas, continua a ser, preferencialmente, para a região de Lisboa (54%), mas o Algarve já aparece em segundo lugar (com 13%, contra 3% em 1961) e, as restantes praias da costa ocidental, apenas com 7%<sup>200</sup>. Porém, apesar da vulgarização dos transportes aéreos, da melhoria da rede viária e do embaratecimento dos automóveis, Portugal ainda não era um destino do “turismo de massas”, em franca expansão na Europa, continuando, como estava na sua tradição, a privilegiar as estruturas de grande qualidade. O mesmo se pode dizer em relação ao turismo interno, praticamente ignorado pelo poder político até 1974, embora, entre 1965 e 1969, o número de dormidas de nacionais, na hotelaria, tenha sido superior ao dos estrangeiros. O aumento do nível de vida, a segurança social, a prática do regime de férias pagas e do subsídio de férias, bem como os progressos da mobilidade, correspondentes ao crescimento do parque automóvel, provocou este aumento importante do turismo interno, incompreensivelmente bastante esquecido. Curiosamente, ainda no início dos anos setenta, as preferências dos portugueses favoreciam as regiões centro e norte do país, ambas com uma procura muito acima do sul e da Madeira.

O Algarve, com muito maus acessos e praticamente deserto de turistas, à excepção de uns poucos espanhóis e algumas famílias inglesas, às quais se deve a construção do primeiro campo de golfe da região, tardou a recolher o interesse que as suas qualidades mereciam, no contexto das novas formas de vilegiatura, aliás, como aconteceu a todas as regiões do sul do país. No entanto, ao longo dos anos 40 do século XX, são cada vez mais frequentes os apelos a esse interesse, como é claro num texto publicado em

---

<sup>200</sup> Dados recolhidos em Paulo Pina, *Portugal – Turismo no Século XX*, 223

1946: “Não possui nenhuma das praias da costa algarvia instalações à altura da sua beleza. (...) Há muito se sabe que não é por escassez de recursos que Portugal não ocupa hoje um lugar de destaque no turismo europeu; (...). E de tudo isso o que está aproveitado condignamente? Pouco, muito pouco, e para o sul da Capital, quase podemos afirmar, nada. Nada que corresponda à actual evolução externa, nada que possa considerar-se ao lado dos grandiosos estabelecimentos do turismo internacional. Há, pois, que continuar a grande obra nacional já iniciada no norte e centro, dotando o país de instalações que o não deixem em situação de inferioridade perante o estrangeiro.”<sup>201</sup>. Finalmente, ao longo dos anos 50, o Algarve começará a surgir como a grande novidade do turismo português. “Nos alvares da segunda metade do século, instalada a paz e retomado o crescimento, o *boom* turístico gerado a partir dos países europeus mais prósperos, mas carentes de sol, obriga os operadores turísticos internacionais à busca insana de novas estâncias balneares ao longo da bacia mediterrânica. Nos finais de cinquenta, a corrida atinge o Algarve, que irrompe, pletórico, da letargia a que o isolamento geográfico o condicionava”<sup>202</sup>. A esta procura, seguiu-se, naturalmente, um conjunto de investimentos sem paralelo, com extraordinários benefícios para a população local que, em duas décadas prodigiosas, se viu dotada de estruturas impensáveis sem o contributo do turismo<sup>203</sup>. Em 1970 criou-se a Região de Turismo do Algarve, ano em que o número de camas na província atingiu 9.000. Mas estávamos ainda no início deste processo, uma vez que, dez anos depois esse número sobe para 20.000 e, em 1986, 45% das dormidas de estrangeiros são no Algarve. Ao contrário do que acontecia em 1970/71, o número de portugueses que

---

<sup>201</sup> Cit. in “Um hotel à beira-mar”, *Arquitectura*, nº 7, 2ª série, Agosto de 1946, pp.147-150 (artigo sobre um projecto do arquitecto Francisco Granja)

<sup>202</sup> Paulo Pina, Portugal – *O Turismo no Século XX*, p. 223

<sup>203</sup> O Algarve e a Madeira, bem como a região de Lisboa e arredores, foram consideradas as zonas prioritárias de desenvolvimento turístico no Plano Intercalar de Fomento em 1965 (cf. Alfredo de Magalhães Coelho, op. cit., p.13)

procuram as praias do sul, não parou de subir até concorrer, com vantagem, com os estrangeiros.

### **2.3.1. As políticas de turismo**

A importância relativa, social e económica, da vilegiatura marítima explode, literalmente, no século XX, sobretudo nos países do sul da Europa, como Portugal, acompanhando o desenvolvimento de um sector, cada vez mais importante para as economias nacionais, que é o turismo. O conceito, que surgira com a contemporaneidade e fora “inventado” pelos ingleses, só ganha conteúdo e peso específico no início de novecentos, na maior parte dos países europeus e também entre nós. O “grand tour” dos séculos XVIII e XIX deu lugar a uma indústria com uma relevância económica crescente. Então se realizam os primeiros congressos, nacionais e internacionais, e se constituem os mais antigos organismos estatais responsáveis pelo turismo. Neste aspecto, aliás, Portugal foi um dos mais precoces em termos europeus.

Se bem que, o primeiro organismo oficial do turismo português só tenha surgido depois da implantação da República, em 1911, os fundamentos da sua acção tinham sido criados em 1906, com a constituição da Sociedade Propaganda de Portugal, por iniciativa de Leonildo Mendonça e Costa, seu secretário perpétuo e precursor do turismo nacional. A nova sociedade<sup>204</sup>, de carácter privado, “pretendia fomentar a divulgação do País mormente através do turismo”<sup>205</sup>, lançando uma série de iniciativas próprias e de sugestões ao poder político, que a tornaram extremamente popular. É a sociedade que insiste junto do governo para que sejam concedidas facilidades ao investimento de modo a que seja renovado o nosso parque hoteleiro, condição indispensável para a atracção de turistas<sup>206</sup>; é por sua

---

<sup>204</sup> Com estatutos aprovados em 4 de Julho de 1906

<sup>205</sup> Paulo Pina, *Cronologia do Turismo Português. 1900/1928*, I vol., 1982, p. 31

<sup>206</sup> Veremos como esta questão se desenvolveu no ponto 4.1. dedicado ao Estoril



diligência que alguns jornais importantes de Londres e Paris, passam a inserir, diariamente, dados climáticos sobre Lisboa e Estoril; é também a Sociedade que edita o primeiro folheto turístico português, com um mapa para excursionismo e o seu secretário organiza um guia de Portugal<sup>207/208</sup>, nos moldes dos seus congéneres, internacionalmente consagrados – *Baedeker* (inglês) e *Joanne* (francês). Ainda em 1906, haviam sido publicados dois textos importantes para o conhecimento internacional do nosso país: em Londres, um trabalho de D. G. Dalgado, sobre o clima de Lisboa e arredores<sup>209</sup>, e o volume do *Guide Joanne*, pela Hachette de Paris, dedicado a *Espagne et Portugal*. Em 1907, a Sociedade Propaganda de Portugal (fundada em 1906) organiza o primeiro concurso entre hotéis nacionais, premiando os mais asseados e propõe as primeiras “placas de recomendação”, atribuídas a hotéis em Lisboa, Estoril, Sintra, Coimbra, Luso, Buçaco e Granja. Mas a sociedade, sempre no mesmo sentido, leva ainda mais longe a sua acção, custeando a realização de fotografias do nosso país, bem como a afixação de cartazes, alusivos às belezas da terra portuguesa, em cidades como Londres, onde possuía um correspondente; consegue tornar diária a frequência do comboio europeu, por excelência, o *Sud-Express*. Em 1909, é ela que advoga, junto do Governo, a necessidade da criação duma repartição oficial de turismo, a exemplo das que a Áustria e a França acabavam de constituir. À falta deste organismo, é a Sociedade Propaganda de Portugal que representa o nosso país, como aconteceu no II Congresso Internacional de Turismo, de San Sebastian, em 1909, onde obtém a primeira integração do turismo português numa organização internacional – a Federação Franco-Espanhola-Portuguesa dos Sindicatos de

---

<sup>207</sup> Leonildo Mendonça e Costa, *Manual do Viajante em Portugal*, Lisboa, 1907

<sup>208</sup> “Quanto ao género guia, o mais antigo que encontrámos notícia data de 1845, é da autoria do Abade António Dâmaso de Castro e Sousa e foi intitulado *Itinerário que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edificios, e monumentos mais notáveis deste reino*”, in Paulo R. S. Rodrigues, *Património, Identidade e História*, 1998, p.83

<sup>209</sup> Dele voltaremos a falar, mais demoradamente, no ponto 3.1.2. sobre o Monte Estoril

Iniciativa e de Propaganda, de que voltaremos a falar no contexto de algumas estâncias.

Quando em 1911, a República criar o primeiro organismo oficial do turismo português, a Sociedade continuará a ter um papel da maior relevância. A nova Repartição de Turismo do Ministério do Fomento do Governo Provisório da República, sob a direcção de José de Ataíde, funciona como órgão executivo do Conselho de Turismo, presidido por Sebastião Magalhães Lima, então presidindo também à Sociedade. Esta repartição é o terceiro departamento central de turismo em toda a Europa, só precedido pela Áustria e França. Quer através da Repartição oficial, quer por sua iniciativa e à sua custa, a Soc. Propaganda de Portugal irá prosseguir um trabalho importantíssimo no desenvolvimento do turismo português: é ela que edita mapas, guias, folhetos, cartazes, etc. indispensáveis à divulgação do nosso país; é ela que participa, com o organismo de Estado, nos congressos internacionais de turismo<sup>210</sup>, e organiza o primeiro congresso regional no Algarve, em 1915. É neste último que, Raul Lino, membro da sociedade, apresenta um projecto de “Hotel-Português-Modelo”, para o sul do país, enquadrado no espírito do nacionalismo arquitectónico, defendido acaloradamente, aliás, no boletim oficial da sociedade, em 1916. Como iremos ver<sup>211</sup>, são também destes anos os primeiros regulamentos legais para concessão de facilidades à construção de hotéis (Decretos nº1121 e 1652, respectivamente de 1914 e 1915) por influência de Fausto Figueiredo e da Sociedade Estoril-Plage. Em 1916 surge também a primeira publicação portuguesa dedicada ao turismo, a *Revista de Turismo*, em Lisboa. Em 1917, são muitos os factos relevantes, para a promoção e desenvolvimento turístico, que acontecem em Portugal: o Ministério do Fomento, no qual se integravam o

---

<sup>210</sup> Em 1912, no V Congresso Internacional de Turismo, em Madrid, é Ventura Terra que representa Portugal como delegado do governo acompanhado do eng Manuel R. Pego, pela Soc. Propaganda de Portugal (cf. Paulo Pina, *Cronologia do Turismo Português...*, p.61)

<sup>211</sup> No ponto 4.1. dedicado ao Estoril

Conselho e Repartição de Turismo, passa a denominar-se Ministério do Comércio, Comunicações e Obras Públicas; realiza-se o I Congresso Nacional Hoteleiro, onde se defende a criação urgente de uma escola hoteleira; constrói-se o primeiro campo de golfe em território nacional, o *Lisbon Sports Club*, em Carcavelos; a Soc. Propaganda de Portugal abre um “Bureau de Renseignements”, em Paris, logo subsidiado pelo governo da República. Oficialmente, são listadas e classificadas as estâncias portuguesas, como “terras de turismo”, para fins de cobrança de impostos, através dos Decretos n.ºs 4819 e 5211, ambos de 1918 e, nesse ano, entram 6.000 turistas ingleses em Portugal. Em 1920, são criadas as Comissões de Iniciativa de Turismo local, cuja actividade é regulamentada em 1922, ano em que se funda a primeira firma de “tours”, operando na região de Lisboa e Sintra, com autocarros abertos, exclusivamente destinados a turistas. Em 1924, é regulamentado o exercício das profissões de Guia, Intérprete e Guia-Intérprete e publica-se o 1.º volume do *Guia de Portugal*, com direcção de Raul Proença. Em 1926, ano de mudança de regime, o facto mais importante, no âmbito do tema que tratamos, é a substituição das vereações eleitas das Câmaras Municipais por “Comissões Administrativas” nomeadas pelo poder central. Mas, logo no ano seguinte, o novo poder político impõe medidas de enorme relevância, através de um conjunto de disposições sobre a actividade hoteleira e similar, desde regras de asseio e conforto, até à obrigatoriedade de aprovação prévia do projecto de novas unidades, pela Repartição<sup>212</sup>. O jogo, proibido por Hintze Ribeiro, no fim do século XIX, é finalmente regulamentado, com a criação de zonas permanentes no Estoril e na Madeira e de zonas temporárias, em Santa Luzia (Viana do Castelo), Espinho, Curia, Figueira da Foz, Sintra e Praia da Rocha (Faro). Esta terá sido uma das mais certas medidas turísticas de sempre, quer sob o ponto de vista social, pois permite o jogo unicamente em locais turísticos e regula-o devidamente, mas também sob o ponto de

---

<sup>212</sup> Decreto n.º14.174, de 2 de Agosto de 1927

vista económico, obtendo contrapartidas financeiras importantes em favor do Estado e do progresso das zonas onde é autorizado<sup>213</sup>. A receita obtida pelo Estado com a regulamentação do jogo, no primeiro ano, 1928/1929, atinge a soma de 2.138.420\$00, extremamente importante para a época. Ainda no final dos anos vinte, são constituídos os “Serviços Aéreos Portugueses” (SAP), que exploram as primeiras linhas aéreas regulares portuguesas, entre Lisboa e Madrid e Lisboa e Sevilha, com aeródromo em Alverca.

Este processo de construção de uma “indústria” do turismo em Portugal, iniciado, precocemente, em 1911 pela 1ª República, teve continuidade e desenvolvimentos, por parte do Estado Novo, embora com alguma falta de acerto e de entendimento às mudanças rápidas da sociedade de Novecentos. Para um país periférico, de fracos recursos e grandes atrasos estruturais, seria precisa uma conjuntura muito favorável para conseguir projectar Portugal na rota do grande turismo internacional. Ao longo da primeira metade do século XX, ela aconteceu, pontualmente, num determinado local, a zona do Estoril-Cascais, e em consequência do drama europeu da Segunda Guerra Mundial. Porém, os muitos exilados que então procuraram o nosso país, para uma estadia sem limite conhecido, foram um dos mais importantes cartões de visita para os que, num tempo de paz e prosperidade que se lhe seguiu, tivessem vontade de conhecer e gozar as suas férias em Portugal. É este fenómeno de explosão de visitantes, aliás comum a outros países do sul da Europa, que iremos assistir, nos finais da década de 1950 e princípio dos anos de 1960. As estâncias balneares de maior importância turística eram, naturalmente, as que tiveram concessões de jogo, ou seja, aquelas onde se reunia um maior número de estrangeiros e, simultaneamente, existiam as melhores instalações hoteleiras. Naturalmente,

---

<sup>213</sup> Cf. Paulo Pina, *Portugal – O Turismo no Século XX*, 1988, pp.46-47

os “Estoris” e a Madeira, mas também Espinho<sup>214</sup> e Figueira da Foz<sup>215</sup>, com o caso curioso da Praia da Rocha, de funcionamento breve e por razões que adiante iremos conhecer.

### 2.3.2. Planos de urbanização

Desde 1865 que o crescimento das cidades de Lisboa e Porto fizera nascer a figura do Plano Geral de Melhoramentos<sup>216</sup>, que vai estar em vigor até 1934<sup>217</sup>. O Estado Novo já em 1927 chamara o arquitecto paisagista francês Forestier, mostrando a sua vontade de renovar os estudos urbanos entre nós e, sobretudo, resolver os problemas da cidade de Lisboa<sup>218</sup>. Porém, só em 1934, com Duarte Pacheco, a velha legislação foi reformada e o urbanismo pensado em termos não de algumas cidades, mas de todo o território. Quer no âmbito dos Planos Gerais, quer por iniciativa própria, existem, ainda antes de 1934, um conjunto de projectos para aglomerados de desenvolvimento rápido e recente, onde se destacam alguns lugares de vilegiatura. Um primeiro exemplo é o caso da Póvoa do Varzim que, em 1920, teve um Plano Geral de Melhoramentos elaborado por Ezequiel de Campos, engenheiro-projectista do Porto<sup>219</sup>. A Póvoa, tal como Espinho, Cascais e tantas outras, de povoação piscatória vai tornar-se um centro de vilegiatura balnear de grande importância para o norte do país, sobretudo

---

<sup>214</sup> Hotel e casino “Espinho Praia”, com anteprojecto de Carlos Ramos, de 1929, alterações ao anteprojecto em 1929, projecto final de 1930 e construído em 1934 (cf. Bárbara dos Santos Coutinho, *Carlos Ramos...*, vol.II, p.35)

<sup>215</sup> O “Casino Peninsular da Figueira da Foz”, instalado no antigo Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, projectado, em 1884, por José Luís Monteiro

<sup>216</sup> Como o de Ressano Garcia para Lisboa, em 1903 e o de Barry Parker para o Porto, em 1915

<sup>217</sup> Cf. Margarida Souza Lobo, *Duas Décadas de Planos de Urbanização em Portugal (1934-1954)*, 1993, p.5

<sup>218</sup> O plano de Forestier propunha “um grande parque envolvente da cidade, que se estendia de Alcântara ao Campo Grande onde se integrariam pequenas cidades-jardim e diverso equipamento desportivo (...) defendia ainda, o rompimento do Parque Eduardo VII e o prolongamento da Avenida da Liberdade, através dele”, in João de Sousa Rudolfo, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, 2002, p.169

<sup>219</sup> Elaborara o ‘Prólogo ao Plano da Cidade do Porto’, onde defende que se devia fazer o enquadramento das povoações satélite de Gaia, Matosinhos, Leça e Gondomar

nas primeiras décadas de novecentos. Privilegiando a circulação, o plano propõe, para a zona da praia de banhos, “uma ampla alameda, perpendicular à costa, que se abre numa rotunda, à custa da demolição do tecido existente”<sup>220</sup>, numa intervenção muito mais radical que a proposta para a zona da Praia do Peixe, e que tem ainda como paradigma as reformas urbanas de Haussmann, em Paris. Em 1929 é Carlos Ramos<sup>221</sup> que faz, para a Comissão de Iniciativa da Praia de Moledo, no Alto Minho, um Plano Geral de Melhoramentos “percursor de uma série de acções de ordenamento de praias e termas que se vêem a desenvolver ao longo das duas décadas seguintes”<sup>222</sup>. Sem considerar o pré-existente, como acontecia na proposta para a Póvoa, o arquitecto desenha lotes regulares organizados através de uma malha radial a partir de uma grande praça fronteira ao jardim, junto à praia, e cruzamentos formando praças circulares. A atenção do projecto estende-se à propriedade privada, “propondo construções unifamiliares idênticas”<sup>223</sup> e aos espaços verdes, quer nos vários jardins sobre a praia, quer no aproveitamento da Mata Nacional do Camarido, limite norte da povoação, onde projecta um complexo desportivo com um estádio, campos de ténis e centro de hipismo. O mesmo cuidado está presente nos outros equipamentos turísticos quando projecta, para o limite sul do aglomerado, e abertos ao mar, um casino, um hotel e um balneário, articulados entre si. Nas suas escolhas, o ambicioso projecto “testemunha um cuidado com um desenvolvimento integrado e equilibrado da praia, nomeadamente quando diversifica os locais de desenvolvimento”<sup>224</sup>. Em 1930, vemos aparecer o nome de Cassiano Branco (1897-1970), um dos arquitectos mais importantes na formulação do modernismo português, mas que nunca se

---

<sup>220</sup> Margarida Souza Lobo, op. cit., p.21

<sup>221</sup> Em 1925, Carlos Ramos projectara já um bairro para Olhão, no Algarve, destinado a habitação das famílias de pescadores, onde propunha uma recuperação da arquitectura da região

<sup>222</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.92

<sup>223</sup> *Idem*, p.91

<sup>224</sup> Margarida Lobo, *ibidem*

dedicou ao urbanismo<sup>225</sup>, à excepção desta proposta utópica, pensada para a praia da Costa da Caparica<sup>226</sup>, embora incompleta. Seguindo as directrizes de Le Corbusier, o arquitecto que afirmava que o urbanismo “em primeira análise, é uma manifestação de vontade, mais uma afirmação de ordem social baseada em novos moldes económicos, políticos e morais”<sup>227</sup>, e apresenta aqui a prefiguração de uma Cidade de Lazer, com edifícios de grande dimensão e características arquitectónicas definidas. A forte componente lúdica, é reforçada pelo canal artificial navegável, que separa a praia das esplanadas, redimensionando o imenso areal, e que é atravessado por pontes distribuídas regularmente; o conjunto de edifícios contemplam casino, piscinas e dois hotéis, dispostos sobre a grande avenida marginal. “A linguagem, a escala e a força plástica dos edifícios anunciam um novo conceito de cidade, dominando a paisagem, sem limites definidos e onde a arquitectura assuma papel de protagonista”<sup>228</sup>. Mas também “o fascínio da cidade aberta e preparada para a circulação automóvel divulgado por Le Corbusier – ‘Uma cidade feita para a rapidez é uma cidade feita para o êxito’ – está evidentemente presente na proposta de Cassiano Branco, na sua previsão de uma rede viária sebredimensionada e inteiramente utilizada, a que não são alheias preocupações de natureza compositiva”<sup>229</sup>. No âmbito das nossas praias, Cassiano Branco fará ainda um projecto para a urbanização da Cidadela de Cascais, em que apresenta a proposta para uma Cidade do Filme Português, datado de 1933, que constitui continuidade esporádica do projecto anterior. Documentado também com uma única perspectiva, nele se contempla um pequeno número de edifícios organizados

---

<sup>225</sup> “São raras as propostas de Cassiano Branco que ultrapassam a escala do lote urbano, independentemente da importância da sua dimensão, da sua localização ou da sua utilização”, in Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata Fernandes, “Sobre um Postal. Costa da Caparica. Praia Atlântico. Pormenor de Solução Urbana. 1930, Cassiano Branco”, *Cassiano Branco/Uma Obra para o Futuro*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura, 1991, p.93

<sup>226</sup> Cassiano fará também um dos primeiros desenhos para uma ponte sobre o Tejo

<sup>227</sup> Entrevista concedida por Cassiano Branco ao Diário de Lisboa em 21 de Janeiro de 1952

<sup>228</sup> Margarida Lobo, op. cit., 102

<sup>229</sup> Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata Fernandes, op. cit., p.97

num espaço verde, oscilando entre o gigantismo do bloco central, que utiliza extensivamente as superfícies vidradas, e a mínima altura dos que o acompanham; para além de dispor o imenso edifício principal transversalmente em relação à via de acesso, como consignavam os princípios da arquitectura racionalista<sup>230</sup>, e enfatizar mais uma vez a importância da circulação, pouco mais é possível comentar<sup>231</sup>.

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas pela primeira vez em 1932<sup>232</sup>, depressa se empenha num vasto programa de modernização do país que, entre outros aspectos, incidia na renovação da rede viária, considerada urgente, já que muitas “regiões do país continuavam isoladas, ‘no aspecto económico e turístico’”<sup>233</sup>, mas também num reordenamento urbano que abrangia todo o território<sup>234</sup>. Para ajudar a financiar o projecto megalómano do ministro<sup>235</sup>, rapidamente se criou o chamado Fundo de Desemprego<sup>236</sup> “que mediante um sistema de comparticipações vai impulsionar os melhoramentos locais, enquanto centraliza essas acções pelo próprio mecanismo que põe em prática”<sup>237</sup>. Para regulamentar e controlar as realizações a fazer criam-se, então, os “planos gerais de urbanização”<sup>238</sup>, obrigatórios para aglomerados com mais de 2500 habitantes<sup>239</sup> e acompanhados da exigência de levantamentos topográficos para as Câmaras

---

<sup>230</sup> “relewa de uma directa conexão a Mallet-Stevens e, sobretudo, às suas perspectivas temáticas, editadas sob o título de *Une Cité Moderne*, embora seja patente o rigor de projecto e o virtuosismo de desenho, já muito pessoais, de Cassiano”, in Raul Hestnes Ferreira, *Cassiano Branco / Uma Obra para o Futuro*, p.178

<sup>231</sup> “Ambos os estudos representam visões futuristas, ansiosas por introduzir ‘modernidade’ no espaço de uma desejada ‘Grande Lisboa’: grandes envidraçados para uma sonhada ‘fábrica de sonhos’ (como então se dizia) hollywoodesca na baía dos pescadores; vastas acumulações de hotéis povoando as areias da Caparica, quais pirâmides aztecas”, in José Manuel Fernandes, *idem*, p.180

<sup>232</sup> Escolhido para dirigir o M. do Comércio Externo e Comunicações, dois dias depois, este foi convertido em Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Cf. Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.409)

<sup>233</sup> *Idem*, p.410

<sup>234</sup> Se bem que Lisboa, “Capital do Império”, fosse o centro de maior atenção

<sup>235</sup> Que era também um expediente para manter baixas taxas de desemprego, aspecto relevante nestes anos de crise económica

<sup>236</sup> Decreto-Lei nº 21.699, de 30 de Setembro de 1932

<sup>237</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.411

<sup>238</sup> Decreto-Lei nº 24.802, de 21 de Dezembro de 1934

<sup>239</sup> E com um crescimento demográfico superior a 10% entre dois recenseamentos



que não os possuíam<sup>240</sup>. Entretanto, já um ano antes desta legislação, Duarte Pacheco encarregara Donat-Alfred Agache (1875-1960), urbanista francês a trabalhar no Rio de Janeiro, de estudar “uma proposta de estrutura geral para a futura Costa do Sol e uma sequência de estudos prévios para cada um dos seus aglomerados, assim como propostas de articulação da Costa do Sol com os centros vitais de Lisboa, a rótula do Marquês de Pombal e a Praça do Comércio”<sup>241</sup>. A primeira parte estabelece a rede viária, as áreas de expansão e os espaços verdes no âmbito de um Plano Director, em conjugação com a capital e onde aparece a proposta da estrada marginal<sup>242</sup> e de uma auto-estrada “suburbana e turística” que deveria chegar ao Estoril<sup>243</sup>. Em 1936, quando Duarte Pacheco deixa o ministério, Agache regressa ao Brasil<sup>244</sup> porém, em 1938, com a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e novamente a pasta das Obras Públicas, Duarte Pacheco chama então Étienne de Gröer para continuar a trabalhar no Plano de Urbanização da Costa do Sol. Preocupando-se, sobretudo, com os problemas de cada aglomerado, em função da marginal, já em construção, e do caminho-de-ferro, de Gröer “adopta de forma generalizado o desenho da cidade-jardim”<sup>245</sup> o que constitui, “o exemplo mais extenso e acabado de uma influência que se manifesta de forma fragmentada em muitos outros planos da época”<sup>246</sup>. A proposta para cada aglomerado é a de um urbanismo orgânico, de ruas sinuosas adaptadas ao relevo, com predominância de casas isoladas, que o urbanista defende ser necessário “para salvar a Costa do Sol

---

<sup>240</sup> Era um trabalho difícil para a maioria das Câmaras, muitas vezes sem técnicos capacitados e, só a partir de 1941 começaram a ser entregues os levantamentos topográficos e a iniciar-se os planos de urbanização

<sup>241</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.28

<sup>242</sup> Ideia que tinha sido sugerida, já em 1910, pela Sociedade Propaganda de Portugal, era também defendida por Forestier, em 1927

<sup>243</sup> Onde devia construir-se um acesso que ligasse à meia-lua de estacionamento do Casino

<sup>244</sup> Trabalhando no Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, após a partida de Agache, é Paulino Montês que desenvolve várias propostas próprias para os aglomerados que acabam por não ter seguimento. É autor dos planos de urbanização para Mafra e Caldas da Rainha

<sup>245</sup> Mas, ao contrário de E. Howard, criador do modelo, de Gröer não defende a autonomia dos aglomerados, praticando o subúrbio-jardim, dependente da capital

<sup>246</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.72

do movimento verdadeiramente anárquico e desordenado que conduz as suas localidades para a sua própria ruína”<sup>247</sup>.

Dentro desta nova política governamental, que também contemplava o turismo<sup>248</sup>, outras praias vão ser objecto de planos de urbanização, logo a partir de 1934. Num dos primeiros exemplos, voltamos a encontrar Carlos Ramos com uma proposta para a Praia da Rocha, de 1935, e que “resultou de um dos raros concursos públicos organizados na década de trinta”<sup>249</sup>, promovido pela Comissão de Iniciativa local. Apesar de muito elogiado, as reacções da imprensa algarvia e de alguns membros da Comissão, levaram o ministro Joaquim Abranches<sup>250</sup> a não o aprovar. Trabalhando em equipa com o engenheiro Emídio Abranches, o arquitecto mostra um plano que reage contra os traçados hipodâmicos, característicos do urbanismo oitocentista, e propõe uma organização flexível de grandes eixos rectilíneos e ruas residenciais sinuosas. O centro da composição é uma praça junto à costa, mas existem outros pontos focais, junto à praia, e a “área edificada é enquadrada por espaços verdes, percorridos por vias panorâmicas”<sup>251</sup>. O espaço público privilegiado, concentrando os equipamentos, agencia-se em duas pequenas avenidas perpendiculares à praia, expediente já tradicional das nossas vilegiaturas. “Este pequeno e polémico plano não tem réplica entre nós, mas é um notável exercício de composição inspirado em exemplos contemporâneos de desenho de cidade”<sup>252</sup>. Jorge Segurado, um dos arquitectos mais cultos e informados da sua geração, vai também propor um plano de urbanização para a Praia do Cabedelo, na foz do rio Lima, em 1934. Tal como o anterior, o projecto resultou de um concurso público,

---

<sup>247</sup> Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, *Plano de Urbanização da Costa do Sol – Relatório Geral*, s.l., s.d., p.71

<sup>248</sup> De maneira mais evidente no caso dos “Estoris”, como vimos atrás

<sup>249</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.93

<sup>250</sup> Que substituíra Duarte Pacheco no M.O.P. em 1936

<sup>251</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.94

<sup>252</sup> *Idem, ibidem*

realizado em parceria com António Varela<sup>253</sup>, para uma língua de terra compreendida entre uma praia fluvial, a nascente, e uma atlântica, a poente. A composição é geometrizada, com arruamentos rectilíneos ou circulares, destinada a um espaço sem pré-existências e sem quase relevo, que resulta “num conjunto extremamente formal mas adaptado ao sítio”<sup>254</sup>. Também Cristino da Silva, outro nome incontornável do nosso primeiro modernismo, que já chamara a atenção pelo projecto para o Parque Eduardo VII, em Lisboa, mostrado na Exposição dos Independentes em 1930, vai ser convidado por Duarte Pacheco para estudar as frentes marginais de Lagos, Monte Gordo, Sines e Vieira de Leiria. O ante-projecto para Monte Gordo, realizado em 1941, também ele bastante formal, pretende articular um conjunto de equipamentos com o restante aglomerado. A chave de toda a composição é o casino<sup>255</sup>, dominando uma praça em U, sobre a praia, que se articula com uma alameda marginal, muito larga e com palmeiras, obedecendo aos princípios da *city beautiful*<sup>256</sup>. Ao longo desta distribuem-se os restantes equipamentos, desportivos e de recepção, deixando para lá de uma avenida paralela, os quarteirões residenciais. Cristino da Silva realizou também três ante-projectos, para a praia de Vieira de Leiria, entre 1937 e 1947. Muito perto das termas de Monte Real, era um aglomerado de pescadores pobres vivendo em palheiros, mas que ia ganhando progressivamente uma população veraneante. É a esta que se destinava a transformação do sítio, prevendo, o novo plano o a demolição total do existente. Separando duas zonas residenciais distintas, para pescadores e banhistas, novamente vemos aparecer a larga avenida perpendicular à costa, onde se concentra o comércio e os serviços. Esta avenida era “rematada por

---

<sup>253</sup> Deste arquitecto falaremos no ponto 4.1. dedicado ao Estoril

<sup>254</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.103

<sup>255</sup> Também projectado por Cristino da Silva por encomenda da Câmara Municipal de Vila Real de Sto. António, em 1932 e iniciado em 1933

<sup>256</sup> Corrente nascida nos Estados Unidos nos primeiros anos do séc. XX, e que irá influenciar o desenho urbano europeu nas décadas de 20 e 30, sobretudo nos países de regimes totalitários, defendia a abertura de grandes avenidas, rematadas por edificios monumentais, proporcionando grandiosas perspectivas

uma ampla esplanada, que se desenvolvia num plano inferior, (...) paralelamente à linha de água”<sup>257</sup>. Cristino da Silva, tal como todos os arquitectos modernistas que vimos como autores de planos urbanísticos, não tinha uma formação específica porém, a escassez de verdadeiros técnicos e a prática em gabinetes de urbanistas estrangeiros a trabalhar em Portugal, levou à escolha destes arquitectos, entre os quais se destacam, para além de Cristino da Silva, Carlos Ramos e Jorge Segurado, também Paulino Montez<sup>258</sup>, Paulo Cunha<sup>259</sup>, Cottinelli Telmo<sup>260</sup> e Jacobetty Rosa<sup>261</sup>.

Formados em urbanismo pelo Instituto de Paris existiam, no início de 40, apenas dois arquitectos portugueses: João Guilherme Faria da Costa (1906-1971)<sup>262</sup> em 1935, e David Moreira da Silva (1909-1992) em 1938. Este último, portuense, vai propor dois anteprojectos para as praias minhotas de Vila Praia d’Âncora e Moledo do Minho. É este, de 1941, que mais nos interessa pela diferença profunda que apresenta em relação ao plano de Carlos Ramos, de 1929, que vimos atrás. Pensado para o mesmo espaço projectado no estudo anterior, “o plano de Moreira da Silva (...) integra-se na topografia do local, com muito mais atenção às pré-existências que a maior parte dos planos seus contemporâneos”<sup>263</sup>. O urbanista defende uma ocupação de muito baixa densidade, sobretudo de casas isoladas, com algumas construções geminadas ou em banda; os pontos focais são uma praça em U, enquadrando o casino, e um parque desportivo, a sul, em torno de uma piscina, equipamento cada vez mais apelativo a partir dos anos 30.

---

<sup>257</sup> João de Sousa Rudolfo, op. cit., p.198

<sup>258</sup> Além de integrar a Comissão do Plano da Costa do Sol, faz planos para Mafra, Caldas da Rainha e Paniche, bem como para os bairros do Alvito e Encarnação em Lisboa

<sup>259</sup> Havia trabalhado no atelier de C. Ramos onde acompanhara o projecto da Praia da Rocha; o seu plano para a Quarteira tem, no entanto, a influência do movimento *city beautiful*, arrasando o pré-existente: uma praça central, “donde irradiam avenidas que complementadas por um conjunto de circulares formam a malha da ‘zona residencial de verão’”, in Margarida Lobo, op. cit., p. 117

<sup>260</sup> Autor de um segundo plano para Fátima (o primeiro era de Cristino da Silva)

<sup>261</sup> Planos de Portalegre, Mafra e Praia de Santa Cruz

<sup>262</sup> Regressado de Paris foi trabalhar para a Câmara Municipal de Lisboa onde se constitui um gabinete, onde trabalhou também Keil do Amaral, que elaborou os estudos urbanos para o bairro da encosta da Ajuda e para o Alvalade, ambos de cerca de 1940, “e que constituem entre nós os primeiros exemplos de um urbanismo moderno”, in J. M. Pedreirinha, *Dicionário de Arquitectos*, p. 89

Faria da Costa fizera como prova final do seu curso de urbanismo em Paris um “Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz” que acusa “uma linguagem muito próxima da de Etienne de Gröer”<sup>264</sup>, com quem trabalhara na capital francesa, e com quem fará equipa no âmbito da renovação urbana do concelho de Almada<sup>265</sup>. Integrados neste plano geral, mas independentes, Faria da Costa fará os estudos para alguns aglomerados desta zona, de que destacamos o da Costa da Caparica, apresentado em 1947<sup>266</sup>. O aglomerado existente crescera sem qualquer disciplina ou infraestruturas mínimas<sup>267</sup>, apesar de ser cada vez mais popular como destino de veraneio<sup>268</sup>. O urbanista, que evoluíra para um pensamento mais próximo da cidade-jardim, propõe uma estrutura bastante simples a partir de dois grandes eixos perpendiculares, com uma zona comercial no seu cruzamento, e uma avenida marginal onde se localizam os equipamentos de praia, com casino, piscina, restaurantes e hotéis. Faz um zonamento rigoroso, com uma área para a habitação dos pescadores, uma de muito maior percentagem para as moradias unifamiliares mas permite duas zonas de edifícios em altura – no centro, para comércio, e na faixa marginal. Fixa uma população máxima ideal de 25000 habitantes com densidade média de 60 hab. por hectare e, marcadas as áreas de expansão, “fecha” o projecto pela preservação do extenso pinhal, “devendo todo o crescimento adicional (...) localizar-se em aglomerados satélite, a criar, ao longo da costa, a sul do

---

<sup>263</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.123

<sup>264</sup> *Idem*, p.130

<sup>265</sup> Cf. “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, in *Arquitectura*, Ano XX, nº13, Março de 1947

<sup>266</sup> Deste conjunto faziam parte também a Trafaria e a Cova do Vapor. Este plano segue-se a um “primeiro ensaio de planeamento territorial de uma área suburbana (que) fora o Plano de Urbanização da Costa do Sol” e que era paralelo a outros dois: de Moscavide a Vila Franca e do Seixal ao Montijo, (Cf. Margarida Lobo, op. cit., p. 131

<sup>267</sup> “Na Costa da Caparica tudo se esqueceu, desde a mais elementar regra de construção à mais simplória medida de higiene, tudo se autorizando, com desprezo completo das disposições do Código Administrativo”, Faria da Costa, cit. in *Arquitectura*, Março de 1947, p.4

<sup>268</sup> “A ânsia do negócio do arrendamento no Verão e a grande procura de alojamento para aqueles que nessecitam de retemperar um pouco a saúde, levou certos proprietários a improvisar as habitações mais inverosímeis e em condições de higiene e promiscuidade inacreditáveis”, in *idem*, p.5

aglomerado”<sup>269</sup>. É nesta perspectiva, profundamente howardiana, que Faria da Costa se afaste de de Gröer e da sua proposta para a Costa do Sol. Também na disposição dos edifícios aparece uma nova linguagem, tal como acontece em Alvalade, ao libertá-los do alinhamento da rua dispondo-os transversalmente, criando pequenas praças para circulação pedonal<sup>270</sup>.

De facto, estávamos a chegar a um novo tempo para o urbanismo moderno. “Ao ritmo vagaroso de um desenvolvimento capitalista tardio (...), mas real, a sociedade portuguesa mudava, modernizava-se, e tanto mais rapidamente quanto se aproximavam os meados do século”<sup>271</sup> e essa evolução é particularmente visível nos índices de urbanização.

No ano da morte de Duarte Pacheco, 1943, publica-se finalmente a Carta de Atenas, resultado do C.I.A.M.<sup>272</sup> realizado dez anos antes, que passou a ser “guião” das intervenções urbanísticas do pós-guerra. Em Portugal, a defesa de um novo conceito de cidade, baseado na “forma radiosa” de Le Corbusier que a Carta de Atenas preconizara, faz-se em 1948 no I Congresso Nacional dos Arquitectos Portugueses, defesa essa que havia sido preparada pelos I.C.A.T.<sup>273</sup> em Lisboa, em 1946, e O.D.A.M no Porto, em 1947<sup>274</sup>. Contrariando o urbanismo do regime, o Congresso advogava a construção em altura como forma de responder aos problemas da habitação<sup>275</sup> e faz-se uma crítica contundente da cidade-jardim<sup>276</sup>. Arménio Losa (1908-1988), um dos pioneiros do movimento moderno no norte do país, é o responsável pelos primeiros planos conformes aos princípios da Carta de Atenas, em 1949 para Vila Nova de Gaia, e em 1952 para Macedo

---

<sup>269</sup> Margarida Lobo, op. cit., p.131

<sup>270</sup> Nos blocos previstos para a faixa marítima, em que se admite uma altura de 7 pisos, a sua posição é perpendicular à avenida marginal e “o arquitecto concebeu-os como verdadeiros hotéis, sem pensão, o que representa uma inovação no nosso meio, perfeitamente de acordo com as características do progresso da vida moderna”, in *Arquitectura*, Março de 1947, p.7

<sup>271</sup> Fernando Rosas, op. cit., p.25

<sup>272</sup> Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, iniciados em 1928

<sup>273</sup> Iniciativas Culturais Arte e Técnica

<sup>274</sup> Organização dos Arquitectos Modernos

<sup>275</sup> Sobretudo defendida por Viana de Lima, arquitecto portuense

<sup>276</sup> Por Jorge Segurado

de Cavaleiros: “construção em altura, mas também separação dos edifícios da estrutura viária, a uniformização da forma de orientação dos blocos habitacionais, um zonamento rígido, o estabelecimento de unidades residenciais, que aqui se constituem, de facto, mais como unidades de vizinhança, a separação das vias destinadas a automóveis e peões, a integração dos espaços verdes de cada unidade de vizinhança, num sistema total de parques e, por fim, a demolição dos antigos aglomerados, vistos como conjunto de ‘casas decrepitas’ e insalubres”<sup>277</sup>.

Mas desta renovação voltaremos a falar, mais detalhadamente, nos capítulos sobre as estâncias que nasceram nos anos 60 do século XX.

---

<sup>277</sup> João de Sousa Rudolfo, *Luís Cristino da Silva...*, p. 175









## **PARTE II**

### **ESTÂNCIAS BALNEARES MARÍTIMAS PORTUGUESAS**

### 3. O SÉCULO XIX

#### 3.1. Lisboa

##### 3.1.1. Cascais

Já vimos como<sup>278</sup> o crescimento da cidade de Lisboa, o incremento dos transportes urbanos e a cada vez maior vulgarização do banho de mar, fizeram avançar para praias mais distantes a preferência da boa sociedade lisboeta – primeiro Belém, onde se ancorava a barca real, depois Pedrouços, a primeira praia aristocrática dos arredores da capital, em seguida Algés, Dafundo, Cruz Quebrada e Caxias, prestigiadas pela existência de belas quintas de veraneio da nobreza; até, finalmente, Paço de Arcos que, em 1870, era “a rainha das praias do Tejo” gozando da preferência de figuras ilustres<sup>279</sup>.

Porém, o passo seguinte, foge desta continuidade geográfica que até aqui observamos, para trazer à ribalta uma pequena vila obscura, já completamente marítima, que será ponto de partida para o desenvolvimento de um conjunto de sítios balneares da maior importância na região de Lisboa. Falamos, naturalmente, de Cascais, burgo piscatório decadente, que então inicia uma nova era como centro de cosmopolitismo *snob*, como estância privilegiada, estatuto que guardará para sempre.

Tudo começou quando, em 1870<sup>280</sup>, o rei D. Luís I, amante da marinharia, decidiu escolher a velha cidadela para passar o fim do Verão e o começo do Outono. As instalações militares foram sumariamente adaptadas

---

<sup>278</sup> Ver ponto 2. sobre a Vilegiatura Contemporânea em Portugal

<sup>279</sup> “Paço de Arcos era, nos tempos anteriores à linha de Cascais, a praia preferida pelos condes de Alcáçovas, os marqueses de Monfalim, os marqueses de Fronteira, os condes da Torre, os condes da Ponte, os condes de Porto Covo, os viscondes de Bessone, os condes da Lapa, os condes da Caparica, os viscondes de Barcelinhos,, os viscondes de Coruche, os barões do Linho, etc.” in B. Colaço e M. Archer, *Memórias da linha de Cascais*, 1943,p.138

à sua nova função de paço real e, até ao fim da monarquia, apesar das condições precárias, que posteriores obras não alteraram, a família real lá irá habitar dois meses por ano.

Com esta preferência real, Cascais passa a ser uma praia de elite, ao receber os favores da corte e da aristocracia que veraneavam habitualmente em Sintra, do mesmo modo que a Granja, se distinguia das demais praias do norte porque era a continuação do meio fechado e restrito da alta sociedade do Porto.

Esta vocação elitista de Cascais, imposta pela escolha de uma classe, é observada por Ramalho Ortigão, em 1888<sup>281</sup>, da seguinte maneira:

“Com os primeiros dias de Setembro, terminou o período consagrado pela moda à vilegiatura de Sintra. Desde que o mês de Agosto finda, até que S. Carlos começa, prescrevem as praxes que a estação marítima suceda à estação de montanha. Enchem-se nesta época, até deitar por fora, as praias de banhos da baía do Tejo e do litoral, desde Setúbal até Âncora. Lisboa inteira debanda. (...) Mas, de todas as praias portuguesas, é principalmente Cascais a que herda de Sintra a *elite* do seu verão”.

Porém, Ramalho, que tinha ideias bem definidas do que deveria ser uma estância balnear, não deixa de acrescentar a sua crítica:

“Para corresponder à posse deste privilégio de chique balnear, Cascais, além da serenidade azul da sua baía e da cidadela em que por algum tempo reside a família real, dispõe apenas de um medíocre hotel, de um clube de *sport* e de um casino de aspecto pacato como o de uma botica hospitaleira, onde à noite se joga ou se bailarica ao piano. O *Sporting Club* instalou-se no recinto anteriormente conhecido pelo nome de *parada*, e deu ao lugar um arzinho de civilização, que não deixa de surpreender um pouco numa praia nacional. (...) Desde que o casino se abre, as salas fecham-se, e a

---

<sup>280</sup> Em 1869 a realza fora ainda tomar os seus banhos de mar numa barraca da praia de Belém.

<sup>281</sup> R. Ortigão, “O País e a Sociedade Portuguesa”, in *As Farpas*, vol. VI, 1943, p. 297

convivência faz-se nessa espécie de praça pública, coberta por um tecto e guarneçada por de um certo número de cadeiras”. Para além do carácter precário das estruturas da estância, ressalta deste texto u outro aspecto fundamental – a complementaridade entre Sintra e Cascais (alargada na última década do século XIX aos “Estoris”), para a vilegiatura de uma certa classe, com diferenças de modo de vida entre a montanha e a praia, sendo esta mais aberta às misturas sociais em consequência quer da forma de instalação, quer das suas actividades próprias.

Lisboa, Sintra, Cascais, assim se constituiu o “triângulo turístico” que, ainda hoje, funciona como um dos nossos mais fortes cartões de visita para o estrangeiro.

Como em muitos outros casos, nacionais e estrangeiros, Cascais é um exemplo de aproveitamento de um sítio, há muito urbanizado, para novas funções: o velho burgo de pescadores pobres, viu-se transformado em estância de vilegiatura da moda, sofrendo, em consequência, alterações importantes, tanto a nível urbanístico como arquitectónico. Se não produziu um verdadeiro modelo de planeamento foi, no entanto, fundamental nos exemplos paradigmáticos para a arquitectura privada. O resultado deste processo é apreciado nestes termos, por Raul Proença<sup>282</sup>, em 1924:

“Se se dissesse, porém, que Cascais era belo, seria uma mentira. Como aos Estoris, falta-lhe plano, arquitectura, e, se exceptuarmos uma dúzia de casas, quando muito, tudo o mais precisava de ser deitado abaixo. A situação é que é admirável pelo recorte da baía, pela amenidade da temperatura, pela série de perspectivas que de qualquer ponto se descobrem, e que formam um conjunto cheio de harmonia e até de grandeza. À parte a velha de Cascais, com as suas casinhas de pescadores, alguns prédios antigos, as praças solitárias onde os homens do mar secam as redes, juntaram-se no último meio século os prédios sem gosto, com as raras

---

<sup>282</sup> Raul Proença, “Aos Estoris e Cascais”, in *Guia de Portugal. Lisboa e Arredores*, 1982, p.599

excepções que iremos indicando. Na Avenida Valbom, junto à estação, as casa de D. António Lencastre, Eduardo Plácido, conde de Calhariz, duquesa de Palmela e D. Nuno de Almada, todas com frente ao mar, quasi batidas pelas ondas, são na sua maioria chalés, gênero construtivo inadequado ao ambiente, pecha de que entretanto se salvam algumas pelo bom gosto e a bela moldura dos jardins”. Desde logo, a partir de 1871, Cascais teve um hotel, um casino, um clube de desportos bastante exclusivo, bem como uma série de casas de qualidade, algumas das quais enumeradas por Raul Proença, ao mesmo tempo que ia cativando um número cada vez maior de veraneantes. Porém, essa dualidade, estância da corte / aldeia de pescadores, é uma constante em Cascais, mesmo nos anos em que o seu prestígio foi superior a qualquer outra praia portuguesa.

Até 1932, com a subida ao poder ministerial de Duarte Pacheco, a política de obras públicas é praticamente inexistente e a legislação em vigor reduzia-se ao diploma sobre os “planos gerais de melhoramentos”<sup>283</sup>, “para as principais cidades e vilas, mas apenas obrigatório para Lisboa e Porto, d(ando) ênfase aos aspectos da higiene e da circulação e limita(ndo-se) a condicionar o alinhamento das construções, a altura dos edifícios e as servidões. Imbuído do espírito liberal da Regeneração, coloca a cidade à mercê dos interesses dos proprietários fundiários, que dispõem de liberdade na qualificação do solo, uma definição de usos, no tipo de edifício a implantar e no lançamento da obra”<sup>284</sup>. Ora, como aconteceu na maior parte das estâncias balneares, portuguesas ou estrangeiras, também Cascais viu depender o seu desenvolvimento e promoção dos interesses de “promotores” e da boa vontade dos “beneméritos”. No caso da velha vila de maneira,

---

<sup>283</sup> Decreto de 31 de Dezembro de 1864

<sup>284</sup> Margarida Pereira, *O Processo de Decisão na Política Urbana – O Exemplo da Costa do Sol*, Tese de Doutoramento, F:C:S:H:, 1994, p.47

talvez, mais dramática, pelas dificuldades inerentes à sua condição de já habitada e com mesquinha ocupação.

A expressão popular “uma vez a Cascais para nunca mais”, comum nos meados do século XIX, correspondia à realidade do burgo decadente, a uma distância, física e psicológica, quase insuperável de Lisboa<sup>285</sup>. Ainda antes das visitas assíduas dos monarcas, esta situação começou a mostrar uma melhoria importante, e pela mão do seu primeiro “benfeitor” – Joaquim António Vellez Barreiros, visconde de Nossa Senhora da Luz, muito rico proprietário de Lisboa e logo rendido aos encantos da baía de Cascais. Em 1859 é director das Obras Públicas e, nesse mesmo ano, se começou a construir, pelo seu empenho pessoal, a estrada que liga Cascais a Oeiras<sup>286</sup>. Era este o troço mais difícil do acesso viário à capital, já que, até Oeiras, existia uma estrada, razoavelmente bem conservada, construída na segunda metade do século XVIII, pelo marquês de Pombal.

O visconde passou a veraneiar todos os anos na vila, a partir de 1862 e, logo em 1863, edificou a sua própria casa no Alto da Bela Vista, a poente do aglomerado piscatório. Nestes anos, é também de sua iniciativa o agenciamento do *Passeio* da vila, ou seja, o pequeno parque instalado bem no centro da urbe, sobre a Ribeira das Vinhas<sup>287</sup>, e que hoje corresponde, sensivelmente, ao jardim Visconde da Luz. É o primeiro equipamento deste género a surgir em Cascais e que, como já sabemos<sup>288</sup>, era indispensável para a requalificação de qualquer lugar com pretensões a estância de veraneio.

---

<sup>285</sup> “Em annos pouco anteriores a 1860, demoliam-se as casas da villa para se venderem os materiaes! Outras caíram por total abandono; e muitos prédios foram vendidos por quantias tão insignificantes que chega a parecer fábula o que se conta a tal respeito” in Pedro Barruncho, *Apontamentos para a História da Vila e Concelho de Cascais*, 1873, p.144

<sup>286</sup> “Esta estrada foi a regeneração de Cascaes”, idem, p.143

<sup>287</sup> Esta ribeira atravessava o velho casario, no seu ponto mais baixo, vindo desaguar à praia da Ribeira. Muito mais tarde será encanada dando lugar ao troço da av. Marginal por onde se passou a entrar em Cascais – Av. Dos Combatentes da Grande Guerra

<sup>288</sup> Ver ponto 1. sobre a Génese da Vilegiatura Contemporânea



Concluída a primeira estrada para Oeiras, em 1864, logo em 1868 se abriu uma outra, também da maior importância, que ligava Cascais a Sintra e que, segundo Pedro Barruncho, se deveu à iniciativa e esforços do Sr. Francisco Joaquim da Costa e Silva, foi “construída à custa do estado, e não tem que invejar às melhores estradas do reino”<sup>289</sup>.

Estas duas novas vias abriram um novo ciclo para a vida de Cascais e constituíram o princípio da sua “modernização” que, em 1874, Pinho Leal, descreve da seguinte forma: “A fácil comunicação estabelecida assim, entre Lisboa, Cascais e Sintra originou a moda de vir tomar banhos a esta praia. Os concorrentes foram aumentando; as casas foram-se reparando e reconstruindo, as novas edificações progrediram e Cascais é hoje uma rejuvenescida e formosa povoação com todas as condições de futura prosperidade”<sup>290</sup>.

O mesmo autor, escrevendo em 1873, dá-nos ainda mais algumas preciosas informações, sobre o desenvolvimento da vila, nestes anos de transição. Para além de algumas boas moradias, concluídas ou em construção, que já pontuavam o cenário de Cascais, e de que adiante falaremos, detém-se em dois equipamentos bastante importantes. O primeiro, é o Teatro Gil Vicente, construído em 1868 pelo Sr. Manuel Rodrigues de Lima, negociante em Lisboa<sup>291</sup>, em terreno acanhado, bem no centro da malha urbana primitiva:

“É uma bela e espaçosa casa, de sólida construção, em que foram guardados todos os preceitos que estas obras requerem, e prima pela elegância e comodidades. Em poucas terras, fora de Lisboa ou Porto, se encontrará teatro igual. (...) Aqui têm vindo representar as companhias dos teatros da capital, e algumas estrangeiras. As famílias que vêm a banhos,

---

<sup>289</sup> P. Barruncho, op. cit. P.146

<sup>290</sup> Cit. in Ferreira de Andrade, *Cascais-Vila de Corte – Oito Séculos de História*, 1964, p.297

<sup>291</sup> Mais uma vez um especulador forasteiro.

também ali hão dado brilhantes representações. Em Cascais há curiosos, mui distintos, da arte dramática”<sup>292</sup>. Pelos seus palcos passaram das melhores figuras do teatro nacional destes anos, como o actor Vale ou Mercedes Blasco, e companhias famosas como a do Gimnásio. Paralelamente, o teatro de amadores, então tão em voga, teve aqui noites brilhantes, freqüentemente com a participação da melhor sociedade que veraneava em Cascais. A tradição desta casa, que ainda hoje existe, apesar de muito transformada, é notável e a ela se liga uma das companhias de teatro de maior prestígio do século XX – o Teatro Experimental de Cascais (TEC). Era um elemento de “civilização” indispensável às estâncias do século dezanove, como acontecia por exemplo, nas praias inglesas.

O outro edifício a que P. Barruncho faz referência é o casino de Cascais, começado em 1873, por iniciativa de José de Freitas Reis sobre a praia da Ribeira<sup>293</sup>, na foz da ribeira que atravessava a vila. Considerado por muitos um barracão sem ambiente, com quarenta e sete metros de comprimento e doze de largo, era visto por Ramalho Ortigão como tendo um “aspecto pacato como o de uma botica hospitaleira, onde à noite se joga ou se bailarica ao piano”<sup>294</sup>. De facto, tinha um aspecto de construção provisória, rapidamente levantada e com baixos custos, para responder a uma procura, que também de repente surgira. Porém, à falta de outros luxos, tinha um espaço que sempre o fez querido aos veraneantes : o enorme terraço sobre o mar, a todo o comprimento do edifício, e coberto por um vistoso toldo “sendo de um belo efeito quando, em dia de regata, uma população imensa o enche em toda a sua grande extensão”<sup>295</sup>. Esta localização e este arranjo de fachada marítima, lembram-nos imediatamente os primeiros casinos efêmeros, de madeira e lona, que enchiam de animação as praias da costa

---

<sup>292</sup> P. Barruncho, op. cit., pp. 150-151

<sup>293</sup> Também chamada praia dos Pescadores ou praia do Rei

<sup>294</sup> Ramalho Ortigão, “O país e a Sociedade Portuguesa”, in *As Farpas*, vol.VI, 1943, p.297

<sup>295</sup> “Termas, Campos e Praias (Cascais)”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 16 de Setembro de 1899

normanda francesa, como Dieppe ou Trouville. A idéia de construir em Cascais, um casino “a sério” ficou comprometida, quer pelo aparecimento de bons equipamentos do gênero nas estâncias vizinhas (Monte Estoril), quer pela infeliz legislação sobre os jogos de azar que, entretanto, o governo publicou<sup>296</sup>.

Apesar de Barruncho não fazer qualquer referência, sabemos por outras fontes que, em 1869, se realizou a primeira tourada em Cascais. Muito ao gosto marialva do tempo, e quase exclusivamente praticada por jovens aristocratas, ligou-se também este espectáculo às tradições da vila, durante muito tempo em espaços improvisados, e só mais tarde numa praça definitiva. Constituía, juntamente com o Teatro, os dois divertimentos exclusivos de Cascais, já que mais nenhuma das estâncias, perto de Lisboa, os possuíam.

Voltando ao nosso autor coevo, detenhamo-nos agora nas belas construções privadas que começavam a modificar a baía de Cascais. Exactamente do ano de 1873, é a primeira que se ergue à entrada da vila, para quem vem de Lisboa e, com certeza, uma das melhores habitações de veraneio de toda a região. É o palacete levantado pelos duques de Palmela, no extremo de um imenso parque, que separava Cascais do Monte Estoril. Sobre os alicerces do antigo forte da Conceição<sup>297</sup>, há muito desmantelado, comprado em 1868, dominando a baía do lado oposto à cidadela, a casa dos duques teve projecto do architecto inglês Thomas Henry Wyatt<sup>298</sup> que, com este fim, se deslocou propositadamente a Cascais<sup>299</sup> “Há de conter, segundo dizem, um pavimento abaixo do nível do solo, *rez-de-chaussée*, andar nobre

---

<sup>296</sup> Cf. Ponto 1. sobre a Génese da Vilegiatura Balnear em Portugal

<sup>297</sup> Que dá o nome à praia contígua.

<sup>298</sup> T. H. Wyatt (1807-1890) foi o architecto de alguns edificios importantes como a basílica de St. Mary and St. Nicholas, em românico italiano, de 1840-46, e do Exchang-Town Hall em Liverpool, de 1864-69, de planta em U com pavilhões e mansardas (in H. R. Hichcok, *Architecture: nineteenth and twentieth centuries*, 1968)

<sup>299</sup> In Ferreira de Andrade, op.cit., p.304

e mansarda, devendo mostrar o todo exterior da edificação, a aparência de uma *Abadia em ruínas*”<sup>300</sup>.

A luxuosa residência pertence, de facto, à tipologia do *chalet* rústico, com planta extremamente elaborada, num jogo de corpos diferentes, que multiplica as perspectivas. Numa mesma atitude estética, o modelo completa-se pelo revestimento de pedra rústica, os telhados de duas águas com águas furtadas e uma entrada de ângulo, onde se concentra a decoração, filiada na arquitectura revivalista inglesa. Além do notável palacete, era ainda mais digno da admiração de todos, o belo parque e jardim, cuidadosamente agenciado sobre a encosta sobranceira à casa, e logo começado a plantar em 1868. O seu traçado é do mesmo arquitecto inglês sob as indicações da própria duquesa, que a ele dedicava muito do seu tempo. Com os seus caminhos ensaibrados, os seus tanques e o seu arvoredado variado, permitia aos veraneantes desfrutar de um belo jardim, não fechado, como em Sintra, atrás de altos muros, mas à vista de todos. Este parque, hoje reduzido a um pequeno triângulo de arvoredado<sup>301</sup>, foi um dos pontos de encontro mais famosos da época balnear, quando a sra. duquesa aí fazia a sua quermesse anual de caridade, com a presença da rainha e da melhor sociedade residente.

Já então concluída e, com toda a probabilidade, contemporânea das obras da cidadela, estava o palacete do duque de Loulé, assim conhecido, mas mandado construir pelo conde de Vale dos Reis, que destinava ao ilustre hóspede alojamentos especiais. Ergue-se sobre o promontório oposto à casa Palmela, fechando a ocidente a praia da Conceição. Trata-se de um projecto de Luís Caetano Pedro de Ávila (1840/1904), arquitecto que estudara em Paris com Garnier e que, por isso, assegurava a capacidade

---

<sup>300</sup> Pedro Barruncho, op. Cit, p. 149.

<sup>301</sup> Com a construção da linha do caminho-de-ferro, e mais tarde a estrada marginal, ambos junto ao mar, o parque Palmela foi cortado em partes desiguais, ficando a mais pequena ao pé da moradia e a restante do outro lado das vias. A velha estrada nacional, de Lisboa a Cascais, fazia um largo desvio para o interior, antes de entrar na vila, contornando o vale onde, precisamente, se agenciava o parque original.

decorativa que agradava a esta sociedade. A casa é assim descrita por Pedro Barruncho:

“O palácio do sr. Conde de Vale dos Reis está em seguida ao do sr. duque de Palmela (...). Assente sobre rochas, é, pela originalidade da sua forma arquitectónica, a edificação que mais prende a atenção de todas as pessoas que visitam Cascais, onde até hoje, não tem rival, e mesmo não consta que no país haja outra semelhante.

Vê-se que foi obra traçada e dirigida por um verdadeiro artista, porque toda ela obedece a um pensamento artístico. A arquitectura faz sobressair no fundo o estilo de Luís XIII, mas ornamentada com reminiscências da antiguidade grega e árabe, harmoniosamente combinadas. O palácio apresenta, pois, um aspecto ao mesmo tempo alegre e majestoso, o que condiz com o lugar em que foi levantado, à beira do Oceano, e dominando um panorama ora festivo ora severo. Ocupa uma área talvez de duzentos metros quadrados, sendo dividido em três andares: rés-do-chão, primeiro e mansardas. As paredes exteriores apresentam um bonito xadrez de tijolo encarnado. A cantaria das portas e janelas é alternada de pedras grandes e pequenas, conforme o estilo de Luís XIII. A cobertura superior do edifício abriga engenhosamente as mansardas, e é toda pintada de cor de ardósia. Forma anteriormente cinco pavilhões, dos quais os três mais salientes terminam em graciosas agulhas douradas, com cataventos”<sup>302</sup>. Moradia emblemática, tanto pelo desenho elaborado como pela sua implantação, funcionou, com o *chalet* Palmela, como modelo inicial multiplicado, de maneira menos erudita, por Cascais e pelos *Estoris*. O elogio rasgado<sup>303</sup> que merece do autor, terá duas explicações fundamentais: em primeiro lugar, o muito melhor edifício Palmela, estava ainda a meio da construção, o que lhe

---

<sup>302</sup> Pedro Barruncho, op. cit., pp. 151-152

<sup>303</sup> Alguns anos mais tarde, este juízo era contestado por muitos, como D. Tomás de Melo Breyner, que a achava bastante feia e, em Cascais, passou a ser conhecida, depreciativamente, como a “caixa de amêndoas”.

dava um valor inédito, e, em segundo lugar, o modelo aqui copiado era extremamente popular nas estâncias francesas do século XIX. Exemplos como os de algumas casas de Trouville ou o *Grand-Hotel* de Biarritz, constituíam uma importante referência para os construtores, encomendadores e críticos desse tempo.

No mesmo trecho de Pedro Barruncho encontramos ainda uma descrição do interior da casa, o que nos permite conhecer a organização dos espaços, característica de então, para as habitações particulares de maior qualidade:

“As divisões interiores foram adaptadas à forma do edifício que o arquitecto sujeitou sem esforço às irregularidades do terreno. No rés-do-chão tem sala, casa de jantar, casa de costura, casa de bilhar, um quarto para hóspedes, vestíbulo, guarda-roupa, copa e sentina inodora. O primeiro andar tem quartos destinados ao sr. duque de Loulé, dando sobre o oceano; ao lado um gabinete, quarto do conde e condessa, e de suas duas filhas, com os respectivos *toilettes*. No andar superior há quartos para hóspedes, habitações para criadas, despensa, casa de engomar, etc.”<sup>304</sup>. A principal variante a este esquema, que encontramos, é a mudança de algumas dependências, que aqui aparecem nas águas furtadas, para um piso no subsolo, muito comum neste tipo de moradias, e que nem sempre tinham mansardas<sup>305</sup>.

A casa mudou várias vezes de proprietário, até chegar às mãos do marquês da Foz, que a alugou para estalagem, iniciando-se, assim, uma nova função para o edifício, que se manteve até aos nossos dias, hoje como hotel de luxo.<sup>306</sup>

A terceira referência de Barruncho às novas edificações de Cascais, é ao palácio e parque do visconde da Gandarinha, que comprara o paço,

---

<sup>304</sup> P. Barruncho, op. cit., pp.152-153

<sup>305</sup> É curioso notar que nenhuma destas descrições faz referência às cocheiras, algumas, aliás, famosas (ver ponto 4.1. sobre o. Estoril), mas todas estas casas mais importantes as tinham.

<sup>306</sup> O Hotel Albatroz

arruinado pelo terramoto, dos condes de Monsanto e Cascais. A este pertencia um enorme terreno que se estendia desde o começo da estrada da Guia até perto da Boca do Inferno. É neste espaço que irá surgir um segundo conjunto de casas e jardins da maior importância, paralelamente ao primeiro sítio ocupado, junto da praia da Conceição. Ambos sobre o mar e aproveitando as recortadas falésias como fundações, entre um e outro destes conjuntos, apertava-se o velho casario piscatório, sobre as duas margens da Ribeira das Vinhas, que descia até à praia da Ribeira, delimitada a poente pela Cidadela. Até aos anos oitenta do século XIX, estes dois “arrabaldes” são os únicos locais dignos de alguma atenção urbana, com apenas duas excepções: o pequeno parque do visconde da Luz e o casino da praia, ambos dentro da velha malha urbana.

Nos terrenos da Gandarinha, e ainda do tempo do sr. Visconde, subsistem duas obras com interesse. A mais antiga, é a ponte sobre a praia de Santa Marta, construção pitoresca bem no gosto destes anos, com o seu aspecto rústico e os seus anteparos de pedra vulcânica. A outra, é a casa dos condes de Olivais e Penha Longa, sobre as arribas junto ao farol da Guia. É um *chalet* incaracterístico onde, o príncipe D. Carlos, já casado, passou algumas épocas balneares, antes de subir ao trono em 1889.

Ainda dentro dos terrenos da Gandarinha, existia o convento da Piedade<sup>307</sup>, há muito abandonado, e que o visconde transformou em moradias para alugar aos veraneantes. Constituíam, estas, uma excepção às muito medíocres condições da maioria das casas arrendadas em Cascais, o que lhes valeu a preferência das melhores famílias da aristocracia. Ao lado deste, ainda hoje se pode ver um pequeno conjunto de casinhas em banda, que foram construídas para a mesma finalidade<sup>308</sup>.

---

<sup>307</sup> Está hoje recuperado e aí se instalou o Centro Cultural de Cascais, recentemente inaugurado.

<sup>308</sup> Esta solução é rara e só voltamos a encontrá-la, nas praias vizinhas, mais duas vezes: no Monte Estoril com projecto de Ventura Terra e no Alto Estoril com Álvaro Machado, ambas do primeiro decénio de novecentos

Como vimos, nesta primeira década como estância de banhos de mar, Cascais viu, sobretudo, a ocupação da frente marítima, entre o parque Palmela e o farol da Guia, sem que se tenha registado qualquer intervenção importante dentro do espaço já urbanizado. Para além do calcetamento de umas poucas ruas e dos exemplos acima referidos, poucas transformações se verificaram. A rara remodelação cingiu-se ao preenchimento de vazios, deixados pelo terramoto, e às obras feitas em casas antigas, pelos seus novos proprietários. Ao primeiro caso, servem como exemplo duas boas casas que ainda hoje se conservam: a de D. António de Lencastre, mesmo em frente da estação dos caminhos de ferro, muito alterada pela recente reconversão em dependência bancária, e a casa de D. Nuno de Almada, junto à praia da Rainha, apertada entre modestas casas de pescadores. No segundo caso, estão o palácio de D. Inês da Cunha, então adquirido pelos condes da Guarda, o mais importante edifício histórico da vila, hoje ocupado pelos Paços do Concelho; a compra da condessa de Magalhães do antigo solar dos Falcões, também dentro da malha urbana na zona poente do velho Cascais; e a casa que a duquesa de Palmela comprou para a sua amiga, e biógrafa do 1º duque, Maria Amália Vaz de Carvalho, no lado nascente junto à foz da ribeira das Vinhas, ainda hoje de pé e também recentemente transformada em estalagem.

Ainda nestes anos 70 de oitocentos, a nova estância teve três factores de “modernização” e muito úteis para as suas pretensões cosmopolitas: a abertura do primeiro hotel, logo em 1871, com fachada para a praia da Ribeira, chamado então *Lisbonense*, depois *Globo*, onde se hospedava Ramalho Ortigão, e no mesmo local em que hoje existe o *Hotel Baía*. A época do turismo interno começava e, segundo Ferreira de Andrade, os anúncios ao hotel, publicados no Diário de Notícias de Lisboa, eram muito frequentes, como este de 1871:



“Convida-se o público frequentador desta formosíssima vila, hoje tão apreciada pela pureza das suas cores e excelentes praias de banhos, a visitar o Hotel Lisbonense, edifício vasto e desafogado, e que possui todas as condições exigidas nos hotéis de primeira ordem. O seu actual proprietário, por sua larga prática e conhecimentos especiais, assegura que o serviço é feito com a maior promptidão e asseio, e as comidas, manjares e iguarias são variadas e feitas segundo os mais rigorosos preceitos da parte culinária. Aos domingos e dias santificados há mesa redonda com excelente serviço”<sup>309</sup>. É um hotel da “primeira geração”, jamais ultrapassada em Cascais até aos meados do século XX, sendo o primeiro “Grande Hotel” da região, construído no Monte Estoril, na última década de oitocentos. O segundo melhoramento, foi a iluminação a gás, em 1878, mas ainda não o abastecimento de água, que só virá em 1888. Finalmente, em 1879, constitui-se a sociedade responsável pelo segundo clube de Cascais, o *Sporting Club*, instalando-se nos terrenos da *Parada*, acima da cidadela. Socialmente bastante fechado, destinava-se a lugar de reuniões desportivas, culturais e mundanas e, rapidamente, se tornou no ponto de encontro mais exclusivo da estância. Faziam parte dos seus sócios fundadores os melhores nomes da sociedade, entre os quais os irmãos Pinto Basto que, segundo se conta, introduziram aqui, o novo desporto da moda – o *lawn-tennis*<sup>310</sup>. À volta do edifício-sede, vai surgir o segundo jardim da vila, muito maior que o primeiro, em zona desafogada, à ilharga do qual se traçou, mais tarde, o novo bairro de Cascais – o bairro da Vista Alegre ou da Bela Vista. Na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, em 1899, escrevia-se sobre ele:

“Bem próximo encontra-se o ridente parque, a praça Serpa Pinto, moderno jardim embelezado por um lago artístico, um coreto, canteiros de

---

<sup>309</sup> Cit. in Ferreira de Andrade, op. cit., p.299

<sup>310</sup> Amigos pessoais dos filhos de D. Luís, e do inseparável conde de Arnoso, o seu nome está ligado também à praia da Granja, onde promoveram a prática do ténis e dos torneios famosos entre esta estância e Cascais. (Cf. Ferreira de Andrade, op. cit., p.37)

flores, grandes tapetes de *gazon*, tendo ao centro o elegante *Sporting-Club*, centro de reuniões da sociedade mais elegante que frequenta Cascais.

Esta bonita construção é do mais moderno estilo. A sala de baile, em octógono, espaçosa e de largo tecto de madeira escura, iluminada durante o dia através de largas e altas vidraças que a circundam, ou por um lustre e grande número de candelabros à noite, cheia de senhoras ostentando luxuosas *toilettes*, é de um belo efeito”<sup>311</sup>

No final desta primeira década de Cascais, como estância balnear e, não obstante as enormes deficiências estruturais, o velho burgo já ganhara, definitivamente, os seus “pergaminhos” de “vila de corte”, constituindo um pólo de atracção que, nas décadas de oitenta e noventa, ainda mais se acentuará. Atrás do rei e da rainha, vem a aristocracia, mas logo os *snoobs* que se querem promover pela proximidade dos verdadeiros fidalgos e, também a burguesia, que tenta imolar os hábitos da nobreza e da corte. A situação socialmente privilegiada da estância, em relação às demais praias da costa de Lisboa, é claramente observada, em 1881, por Rafael Bordalo Pinheiro, no seu inconfundível tom satírico, ao traçar esta “hierarquia”:

“1ª Categoria: - Praia da Fundição – Contínuos

2ª » : - As Barcas – Amanuenses e Alferes

3ª » : - Praia da Torre (Belém) – Segundos oficiais e Majores

4ª » : - Praia de Pedrouços – Primeiros oficiais, Chefes de repartição, Coronéis, Priores, Ministros em disponibilidade

5ª » : - Praia de Paço d’Arcos – Adidos de delegação, Estabelecimentos de crédito, Companhias bancárias

6ª » : - Praia de Cascais – Corpo diplomático, Nobreza, Família real”<sup>312</sup>.

---

<sup>311</sup> “Termas, Campos e Praias (Cascais)”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 16 de Setembro de 1899

<sup>312</sup> Rafael Bordalo Pinheiro, in *António Maria*, 29 de Setembro de 1881

### 3.1.1.1. As décadas de 80 e 90 do século XIX

A década de 80, e ainda mais a de 90, do século XIX, constituem a época de apogeu de Cascais como estância da moda. O primeiro factor decisivo para o progresso do sítio foi a inauguração da linha de caminho de ferro, entre Lisboa e Cascais, já reclamada, pelo menos desde 1873, por Pedro Barruncho. Até então, o acesso à vila fazia-se pelas estradas de que já falamos, até Oeiras e Sintra, mas também por barco até Lisboa, em viagens regulares, onde se celebrizaram os vapores de rodas. Primeiramente, só entre o Terreiro do Paço e Belém e depois até Cascais, com salão de fumo e cadeiras estofadas. É numa destas viagens de barco que Ramalho Ortigão recolhe muitas das impressões, que mais tarde publicará nas suas *Praias de Portugal*. Pelo menos desde 1871 aparecem, regularmente, anúncios aos *Vapores Lisbonenses* na imprensa da capital:

“Viagem de recreio pelo vapor Lusitano.

Domingo 27 de Agosto

De Lisboa a Cascais às 7 horas da manhã. De Cascais a Lisboa às 5 ½ horas em ponto.

Faz escala em Belém

Preços do costume”<sup>313</sup>.

Estes vapores, modernos e confortáveis, concorriam no estio com o *carrão*, grande *omnibus* aberto, levando 36 pessoas, e que fazia duas carreiras diárias, Cascais-Lisboa, em cada sentido<sup>314</sup>. O tempo da viagem, 4 a 5 horas, quer por estrada, quer pelo mar, e o seu elevado custo, proibiam a frequência desta praia “longínqua” às classes médias lisboetas, situação que

---

<sup>313</sup> *Diário de Notícias*, cit. in Ferreira de Andrade, op. cit. p.300

<sup>314</sup> Os *omnibus* circulavam em Lisboa desde 1835 mas, desde logo, começaram a fazer a ligação aos arredores e, em 1858, também a Cascais.

só o acesso ferroviário veio modificar. O primeiro troço, entre Pedrouços e Cascais, numa extensão de 19 Km e servido por 11 estações, foi inaugurado às 16 horas e trinta do dia 30 de Setembro de 1889. Até Pedrouços os passageiros tinham de utilizar os já referidos vapores de rodas, então propriedade de Frederico Burnay, que partiam do Aterro. Na segunda fase da linha de Cascais, já com via dupla, os comboios seguiam até Alcântara e daqui, pelo túnel de Campolide, iam os nossos avós até ao Rossio, primeiro terminus no centro da cidade. Só a 4 de Setembro de 1895 é completado o terceiro troço, o actual, com a sua estação terminal no Cais do Sodré.

“O comboio iniciou de facto uma nova era. Desapareceram para sempre nesse longínquo ano de 1889 os *chars-à-bancs* e os *omnibus* e foram desaparecendo os barcos das carreiras, como os caiques de velas latinas que pertenciam a José Luís de Miranda. Subsistiram pois, ainda alguns anos, os vapores de rodas que resistiram até aos primeiros anos do nosso século”<sup>315</sup>. O comboio veio dar um indiscutível dinamismo à vila mas, sobretudo, permitir o desenvolvimento das estâncias vizinhas, como veremos. Até 1889, Cascais continuava praticamente isolada, única praia freqüentada do concelho, horizonte quase inacessível para a maioria dos lisboetas. Na verdade, muitos eram os que, aproveitando a melhoria dos transportes públicos urbanos, faziam a sua época de banhos, deslocando-se de manhã bem cedo às praias mais próximas, sem deixar as suas residências habituais. Para estes, o banho de mar não era um prazer, mas uma obrigação terapêutica. Só com o aparecimento do comboio começaram a ser colonizadas as margens, realmente marítimas, para lá de S. Julião da Barra. É na década de 1890 que começa a história balnear dos *Estoris* como da Parede, etc.. Num espírito de competição, como o Monte Estoril, ou em oposição às suas pretensões aristocráticas, como S. João do Estoril, as novas estâncias tiveram, então, possibilidade de crescer.

---

<sup>315</sup> Ferreira de Andrade, *Monografia de Cascais*, 1969, pp. 112-112

Nos anos oitenta, e sobretudo nos anos noventa, que correspondem à presidência da Câmara de Cascais por Jayme Artur da Costa Pinto<sup>316</sup>, o segundo grande “benemérito” da vila, fizeram-se os melhoramentos urbanos mais importantes, bem como se construíram algumas das suas melhores casas. As duas principais avenidas são, então, projectadas e construídas: a primeira, que se chamará Avenida Valbom, foi começada a abrir em 1882, para facilitar a entrada na vila, em prolongamento da estrada nº67 (Estrada Nacional que ligava Lisboa a Cascais), mas só terminada em 1894, articulando a estação de caminho de ferro com o centro da estância. A segunda, inaugurada a 9 de Setembro de 1899, foi a Avenida D. Carlos I, que ligava a praia da Ribeira à cidadela, junto ao mar, e depois se prolongava até à estrada da Guia, ou seja, aos terrenos da *Parada* e do novo parque.

Na muralha entre a cidadela e o mar, constroem-se duas esplanadas: a primeira, pomposamente chamada Avenida Maria Pia, foi plantada de árvores exóticas e mobilada de bancos, pelo que logo foi considerada um dos melhoramentos mais apreciados pelos veraneantes:

“Prolongando-se na extensão de uns 150 metros sobre a rocha, em posição sobreposta ao mar, onde eram os antigos e feios fossos da cidadela, oferece um largo panorama à vista dos freqüentadores que, sentados em cómodos bancos, à sombra que projecta o alto muro da cidadela coberto de hera, ali vão todas as tardes deliciar-se na contemplação da imensidade do mar ou da animada baía onde balançam embarcações de todos os tamanhos”<sup>317</sup>. Em 1896 é construída a esplanada Príncipe Real D. Luís Filipe, exactamente no mesmo sítio, mas a um nível mais perto do mar. Estas duas obras constituem o equivalente das *digue-promenades*, ou

---

<sup>316</sup> Presidente da C.M.C. de 1890 a 1908

<sup>317</sup> “Termas, Campos e Praias (Cascais)”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 16 de Setembro de 1899

passeios marítimos, que caracterizam a maior parte das estâncias internacionais, como nos modelos mais precoces de Nice e Brighton.

Nas novas avenidas vão surgir algumas casas curiosas<sup>318</sup>, mas continua a ser fora do velho núcleo urbano que se constroem as mais importantes. A velha muralha, destruída pelo terramoto de 1775, entre a praia e a cidadela, deixou livre uma estreita faixa de terreno sobre a qual se construíram algumas moradias, quase em *raport*, em frente das quais se abriu a nova avenida D. Carlos I. É aqui que se ergue o exemplo mais interessante, para o século XIX, de um outro tipo de casa de veraneio. Falamos da moradia mandada construir por Joaquim da Silva Leitão, em 1896. O projecto é de António José Dias da Silva (1848-1912), autor eclético da praça de touros do Campo Pequeno em Lisboa, e que nada tem a ver com os exemplos até aqui tratados. Aplica um programa muito próximo das tipologias urbanas, com planta e volumetria convencionais, organizada sobre o fundo do estreito lote, que ocupa na sua quase totalidade. Para além da distribuição generosa das aberturas, na fachada virada ao mar, as marcas da diferença estão, apenas, na cobertura e, sobretudo, no corpo de varandas de ferro que acompanha o alçado principal e que, alterando a leitura do edifício, destaca este elemento, estética e funcionalmente diferente. Esta casa foi modelo de uma longa série em Cascais, sobretudo para as zonas de limitado espaço, e continuará o seu sucesso em todas as praias da “linha”. Apesar do seu agradável aspecto, esta casa não é uma moradia unifamiliar, mas um prédio de rendimento, com entradas diversificadas, exemplo muito raro em Cascais. Através das plantas, alçados e texto, que a ela dedica *A Construção Moderna*, ficamos a saber da sua enorme popularidade, bem como de alguns aspectos interessantes da sua organização: “Como se vê do projecto, e como já dissemos, a casa é isolada, com janellas em todas as suas

---

<sup>318</sup> “Na Avenida Valbom nota-se especialmente a casa do sr. Machado, de estilo árabe puro e os graciosíssimos *chalets* dos srs. Dr. Rebelo e Camilo José dos Santos” (figs.), *Gazeta dos Caminhos de Ferro*,idem.

frentes, e compõe-se de quatro pavimentos, em que residem duas famílias, mas podendo n'elles residir três ou quatro, pois que foram dispostos cada um para uma família. Tem as suas entradas bem independentes, dispondo interiormente das melhores acomodações, tendo os seus compartimentos também todos independentes. (...) A casa propriamente dita, isto é, sem os terraços a sueste, mede 12m,20 de frente por 20m,0 de fundo e o terreno total, com terraços, jardins, isolamentos, etc., mede 16m,0 de frente e 27m,0 de fundo ou seja 432m2,0”<sup>319</sup>.

O número de casas próprias era, naturalmente muito reduzido e, a maioria das famílias nobres instalavam-se em casas alugadas durante os dois meses da época balnear. Pelas crónicas destes anos, vemos que a escassez e a péssima qualidade, da maioria delas, era um dos motivos de maior crítica às condições da praia. O desconforto a que, mesmo as melhores famílias, se sujeitavam, é retratado por D. Tomás de Melo Breyner<sup>320</sup>, nos seguintes termos:

“Toda a corte voltava para Lisboa depois de 20 de Outubro. Dizia-se que Lisboa era insuportável antes de Novembro ou Dezembro. Por isso os nossos elegantes, alguns deles donos de lindas, boas e bem recheadas residências em Lisboa, se resignavam a viver em pardieiros, com cozinhas imundas (...). O mais curioso é que as tais famílias, sujeitando-se voluntariamente a passar a temporada de banhos habitando em *bicócas* sem conforto, sem vista de mar, estando aliás, a dois passos da praia, conservam todavia luxo e grandeza, ou pelo menos, três coisas: as pratas, tantas vezes riquíssimas, guarneendo salas de jantar improvisadas em quartos de paredes caiadas e sobrado roto; os criados com fardas agaloadas, golas ostentando as cores heráldicas e botões de brasão, as carruagens bem puxadas por magníficas parelhas bem ornadas”<sup>321</sup>.

---

<sup>319</sup> *A Construção Moderna*, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, nº79

<sup>320</sup> Conde de Mafra, outro nome também ligado à praia da Granja

<sup>321</sup> Cit. In Ferreira de Andrade, op. cit., p.307

Esta incipiente especulação imobiliária será, com certeza, uma das causas responsáveis pela “deserção” de algumas boas famílias para os arrabaldes do Monte Estoril, quando a própria corte der o sinal de partida<sup>322</sup>.

Mas regressemos às casas particulares, e ao primeiro sítio ocupado onde se erguem os palacetes Palmela e Loulé. A terceira residência de veraneio, aqui construída, é novamente uma encomenda da família Palmela. A casa Faial, edificada em 1896, segundo um projecto de mestre José Luís Monteiro (1848/1942)<sup>323</sup>, ergue-se a ocidente da primeira, também sobre a praia. Mais simples de meios e de programa é, no entanto, profundamente inspirada no modelo de Wyatt, adaptando a mesma volumetria compósita, o mesmo tipo de revestimento rústico e a mesma cobertura de telhados de duas águas, multiplicados nas águas furtadas. A maior rigidez dos alçados e a diferente escolha de materiais e cores, dão-lhe, porém, um carácter menos “inglês”<sup>324</sup>.

Na viragem do século, e ainda junto à praia da Conceição, ergue-se um outro exemplo curioso do gosto revivalista triunfante. Trata-se da casa de António de Lencastre, estrategicamente construída entre o *chalet* Faial e a casa Loulé, e que é atribuída, por Pedro Falcão, a “um arquitecto italiano”<sup>325</sup>. Procura, também, afirmar a diferença e provocar a admiração, utilizando a volumetria tradicional do *chalet* com torreão lateral, e a sugestão de palacete italianizante no corpo principal. Os elementos decorativos arabizantes, neogóticos e manuelinos, a estranha guarita e os telhados amarelos, marcam o ecletismo elaborado e fantasista que presidiu a este projecto.

---

<sup>322</sup> A rainha D. Maria Pia, depois da morte de D. Luís, com seu filho o infante D. Afonso

<sup>323</sup> É o nome mais respeitado da arquitectura portuguesa do último quartel do século XIX, quer pela sua formação (Academia Real de Belas Artes, Beaux Arts de Paris e atelier de Pascal, Roma), quer pela sua docência desde 1882 na Academia de Lisboa, quer ainda pelas suas obras emblemáticas na capital (ex: estação do Rossio, 1886-87 ou o Hotel Avenida-Palace, 1890-92)

<sup>324</sup> A casa, com uma fotografia e a planta do rez-do-chão, vem publicada em *A Construção Moderna e as Artes do Metal*, Anno XI, nº348, 20 de Junho de 1911

<sup>325</sup> Pedro Falcão, *Cascais Menino*, 1970, p. 203



Sempre sobre o mar, contornando a velha cidadela, chegamos às proximidades do farol de Santa Marta, onde se levantaram três casas da maior importância para a nossa questão. A primeira que encontramos é a residência do conde de Arnoso<sup>326</sup>, secretário do rei D. Carlos, construída cerca de 1890 e designada pelo seu proprietário e autor por “casa minhota”. Na polémica estilística do fim do século XIX, esta casa introduz em Cascais a questão da “casa portuguesa”. Acerca dela, escreve Ramalho Ortigão:

“Com o seu pequeno eirado sobre uma arcaria de meio ponto, a sua porta de alpendre num patamar de escada exterior, ao lado do retábulo em azulejo do santo padroeiro da família, as janelas de peito guarnecidas de rótulas entre cachorros de pedra, destinados às varas do estendal e servindo de mísula aos vasos de craveiros e mangericos, em frente do poço de roldana, no mais doce e tranqüilo sorriso de outrora”<sup>327</sup>.

A concordância de Ramalho Ortigão com o programa desta arquitectura, é sublinhado ainda noutros escritos, usando-a como defesa contra as importações às quais apelida de “exotismo compósito”, de “híbrida confusão alucinada” e “nódoa e vexame da paisagem portuguesa dos arredores de Lisboa”<sup>328</sup>.

Porém, é curioso constatar que Ramalho, homem culto e sempre pronto à crítica arquitectónica, admire o edifício do conde mais pelos seus valores decorativos e exteriores do portuguesismo, que pela sua dinâmica estrutural encontrada na arquitectura tradicional. Este erro grosseiro dificilmente será corrigido e os anos de domínio, quase absoluto, do gosto português, irá prová-lo. A “Casa de S. Bernardo” é uma experiência

---

<sup>326</sup> Bernardo Pinheiro de Mello, 1º conde de Arnoso (1855-1911). Inseparável do príncipe e depois rei D. Carlos, viajou na sua companhia por quase toda a Europa. Homem de cultura, amigo de Eça de Queirós (tendo sido o principal impulsionador do monumento que ao escritor se ergueu em Lisboa), pertenceu ao grupo dos “Vencidos da Vida”.

<sup>327</sup> Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, 1896, p. 32

<sup>328</sup> *Idem, Ibidem*

precoce<sup>329</sup>, conduzida pelo seu proprietário engenheiro, baseada no princípio comum dos revivalismos da época, desde o “Tudor” inglês até aos classicismos francês e italiano. De composição rigorosa, com um rés do chão de arcadas, um primeiro andar com alpendrados e janelas de ângulo, numa evidente eficácia na captação e filtragem da luz, não teve o poder de sugestão que a sua qualidade merecia<sup>330</sup>.

O mesmo não acontece com a casa que Jorge O’Neill mandou construir, em 1901, para lá da pequena ponte, e meia sobre a praia de Santa Marta. Segundo Pedro Falcão<sup>331</sup>, a idéia do projecto teria surgido de um esboço de Manini (1848/1936), cenógrafo e pintor italiano prestigiado, que teve algumas prestações arquitectónicas importantes entre nós. Talvez por isso, O’Neill escolheu Francisco Vilaça, também pintor, apesar dos seus estudos de arquitectura em Paris e que, recentemente, desenhara a casa de Manuel Duarte no Monte Estoril. A “Torre de S. Sebastião” é uma luxuosa e eclética mansão, cuja principal qualidade é a magnífica inserção no local, rodeada de um belíssimo jardim<sup>332</sup>. No entanto, ela foi a residência de veraneio de Cascais, que maior impacto teve, mesmo em espíritos esclarecidos como Carlos Malheiro Dias:

“É à beira desta estrada (Guia), de incomparável beleza, com os seus dilatados panoramas marítimos e agrestes, entre serra e mar, que o sr. Jorge O’Neill erigiu a mais teatral *villa* de verão, que a imaginação de um artista possa idealizar em horas de inspirada fantasia, em pleno delírio de grandezas.

---

<sup>329</sup> Quando a casa foi construída ainda mal começara o “tempo das conjecturas” dentro da trajectória do debate da “casa portuguesa”, iniciado com a corrente nacionalista que se desenvolveu após o “Ultimato inglês” em 1891. (Cf. Rute Figueiredo, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, 2002, p. 312)

<sup>330</sup> Esta casa tinha ainda, na varanda voltada ao mar, azulejos representando caiques executados sobre cartões de D. Carlos.

<sup>331</sup> Pedro Falcão, op. cit., 1970, p.186

<sup>332</sup> O parque e jardim, que terminam na praça Serpa Pinto, fazem hoje parte dos espaços públicos de Cascais, pois que o seu último proprietário, conde de Castro Guimarães, legou a propriedade à C.M.C..O edifício é Museu e, até 2001, foi Biblioteca e Arquivo Municipal.

Quando dobrada a última muralha da cidadela, passado o recinto do tiro aos pombos e a linda casa minhota do sr. Conde de Arnoso se descobre o primeiro lanço de mar para a esquerda e a casa O'Neill para a direita, o mais apaixonado admirador da natureza voltará, sem hesitar, as costas ao oceano, quedando na contemplação embevecida desse palácio de drama histórico.(...)a casa do sr. Jorge O'Neill é, digamo-lo sem demora, conjuntamente com o palácio do sr. Marquês da Foz, em Torres Novas, um dos mais belos, dos mais harmoniosos, dos mais pitorescos edifícios que a opulência de um fidalgo, o gosto de um artista e a ciência de um architecto tem nos últimos cinquenta anos levantado em terra portuguesa. Nada se pode comparar, entre os centos de edificações pretenciosas com que se enfeitaram Cascais e os Estoris, a esta morada de príncipe, teatralmente erecta na sua escarpa e onde se vêem reunidos os mais originais motivos architectónicos compilados pelo alemão Albrecht Haupt no seu tratado da Renascença em Portugal. (...) Projecto de Vilaça – um pintor -, a torre de S. Sebastião deve a esta colaboração ilustre, tão inteligentemente solicitada, a sua impressionante beleza decorativa. Com a sua torrela de menagem, os seus minaretes, as suas adufas, o seu alpendre da “Sempre Noiva”, a sua varanda românica, as suas cúpulas de azulejos, os seus telhados mouriscos, as suas janelinhas de colunas geminadas, essa casa ficou sendo, miraculosamente, mais do que um edifício, uma pintura. A adaptação de estilos diversos a um mesmo conjunto harmónico, guiada por um notabilíssimo talento seleccionador, alcançou produzir, na multiplicidade, na variedade e no pitoresco, uma obra prima. Duvido que um architecto tivesse podido combinar elementos na aparência tão heterogêneos em composição tão harmoniosamente ornamental. Para que a casa O'Neill assim resultasse bela foi indispensável ao autor do projecto o libertar-se das fórmulas consagradas à arte de construir e insurgir-se contra os preconceitos

clássicos, que imobilizam a imaginação mesmo a mais ousada, de um arquitecto”<sup>333</sup>.

O texto, de 1906, é profundamente esclarecedor de aspectos que aqui muito nos interessam. Em primeiro lugar que, nestes anos em que nasceram as nossas principais estâncias balneares, era opinião generalizada dos melhores críticos, que a renovação da arquitectura está nos revivalismos, combinados de forma eclética e original pelas novas técnicas construtivas. Mais, que a casa de veraneio é um espaço privilegiado para as mais “ousadas” experiências e o seu valor depende, acima de tudo, da sua diferença. Os adjectivos “maravilhoso”, “pitoresco”, “teatral”, etc., e o elogio da “multiplicidade” e “variedade”, são sintomas duma sensibilidade ainda tardo-romântica, cujo modelo era, em última análise, o Palácio da Pena. E, finalmente, dois problemas que estão intimamente relacionados: a valorização constante, só ultrapassada por raros arquitectos e depois pelo modernismo, dos aspectos ornamentais sobre os valores estruturais e a compreensão incompleta da questão da “casa portuguesa”.

Fazendo parte desses poucos arquitectos está Raul Lino que, em 1902, é autor da terceira casa de Santa Marta. Inicialmente pertenceu a D. António Avillez, depois nela habitou José Lino e, actualmente, é da família Espírito Santo<sup>334</sup>. É a mais bela e importante peça do património arquitectónico de veraneio de Cascais. Construída sobre as rochas que separam a pequena praia do farol, a “Casa de Santa Maria” é um edifício alongado, composto organicamente num diálogo permanente entre exterior e interior, utilizando, com mestria, os elementos mais diversos do vocabulário tradicional – aberturas pouco dimensionadas, formas da arquitectura mediterrânica do sul do país, arcos de ferradura arabizantes, espaços alpendrados, pombal, ameias, coruchéus cónicos, telhados escalonados e beirais – o arquitecto

---

<sup>333</sup> Carlos Malheiro Dias, “A Casa O’Neill”, in *Ilustração Portuguesa*, nº30, 17 de Setembro de 1906

<sup>334</sup> Segundo Ferreira de Andrade, *Cascais-Vila de Corte...*, p.308

produziu uma síntese do seu entendimento da “casa portuguesa”, em que a rica decoração nunca faz perder de vista os valores próprios ao habitar, naquele exacto sítio. A propósito da incompreensão, a que acima nos referimos, devemos citar um trecho do artigo publicado em *A Construção Moderna*, sobre esta obra:

“Como todos os inovadores, o sr. Raul Lino é discutido e os seus processos de delineamento de habitações, apreciados diversamente, pois que sempre foi certo que «em gostos não há disputas». Seja como for o que é incontestável é que o alcance social e educativo da architectura está reconhecido em toda a parte e todos os que concorrem para educar o gosto do publico bem merecem da civilização. Construir segundo modelos vindos de outros países, sem ter em conta nem o clima nem o modo de vida daquelle a que se destina a casa que se edifica é concorrer para a desnacionalização, para o abastardamento da arte”<sup>335</sup>.

Como renovar? Como responder às necessidades de uma nova sociedade? São as questões que encerram um balanço da arquitectura nacional neste começo de um novo século. Questões que se punham com maior acuidade tratando-se de novas zonas urbanizadas como eram as estâncias de mar, que , naturalmente, se queriam melhores e mais “modernas”, e, para as quais, encontramos a resposta mais completa, num artigo de 1902, publicado na revista *Serões*:

“A architectura, sendo – como é -, a mais fiel expressão do viver do homem, só pode revestir um estylo definido nas épocas em que haja unidade de idéias e sentimentos.

Ora o século XIX, que foi por excelência um século de lucta, conseguindo enfim ver o triumpho do movimento de emancipação

---

<sup>335</sup> “Casa do Ex.mo Sr. Jorge O’Neill”, in *A Construção Moderna*, Anno III, 20 de Maio de 1902, nº60. O artigo é acompanhado de plantas, alçados e cortes (figs.) do projecto original, muito mais pequeno do que o construído, correspondendo, sensivelmente, ao núcleo central do edificio definitivo. A encomenda é aqui atribuída a Jorge O’Neill.

começado com a Renascença, foi também por excelência um século de anarquia intelectual (...).

A architectura do século XIX, refletindo como não podia deixar de ser essa anarquia dos espíritos, é uma architectura multiforme, em que se vêem representados todos os estylos dos séculos anteriores e aparece um grande número de elementos de um estylo novo, que passou ao século XX quasi completamente formado.

Aos factores ordinários e racionais de uma obra architectural, - dependentes das condições da paisagem e do clima, das necessidades que ela tem de satisfazer e dos materiais a empregar, - juntam-se vários outros substituindo aqueles muitas vezes e prejudicando-os sempre, e que foram: a influência do ensino da architectura clássica ministrado sem discernimento pelas Academias; a influência do movimento do Romantismo a favor dos antigos monumentos, que tendo começado especialmente pelos da época ogival, se estendeu aos da architectura bizantina, românica, etc.; a influência das viagens baratas e da vulgarização da architectura dos diversos paizes pelas exposições universais; e, finalmente, a influência da vaidade humana nestes tempos de exterioridades e ostentações em que se fazem fortunas a vapor (...).

E assim foi que no século XIX se construíram pela primeira vez edificios essencialmente irracionais, desprezando-se os mais elementares princípios de arte e do senso comum, não se atendendo sequer às comodidades mais indispensáveis, pois é vulgar ver em paizes quentes casas imitadas dos paizes frios e vice-versa.

É assim que nós vemos aí pela capital e arredores amostras, mais ou menos feias, da fortaleza medieval, do *chateau* e do simples *castel* francês, do *cottage* escocês, do *chalet* suíço, etc.. É assim que vemos um gazómetro e um ascensor em estilo gótico, uma estação de caminho de ferro em estilo manuelino, com portas em forma de ferradura; é assim que vemos a lousa

substituir a telha nos telhados e até nas águas furtadas, onde se usava pitorescamente a telha pintada; e vemos várias torrinhãs cobertas, não de azulejos ou telhas vidradas, como antigamente, mas de folha de ferro ou de zinco pintada de preto, parecendo grandes apagadores, - como os telhados de lousa dão aos prédios o aspecto de estarem de chapéu na cabeça....Em Portugal o mal foi maior do que nos outros paizes em razão da maior ignorância geral em assunto de arte. (...)

Quanto à ignorância do público menos ilustrado, dela dão um testemunho desolador as fantasias estrambólicas que exornam os novos edificios das estações de vilegiatura: casas que parecem gaiolas, outras semelhantes a caixotes; numa as portas e janelas é tudo aos pares; outra com um púlpito na esquina, no qual a gente está à espera de ver aparecer o proprietário a pregar...aos pássaros; janelas geminadas, em que uma pessoa só pode assomar-se por partes, - meio corpo de cada lado; torreões cobertos com um bonnet de jockey, outros com apagadores e outros guarnecidos superiormente de pedras de cascata; telhados defendidos por peças de artilharia!...Enfim, a fantasia desregrada, o mau gosto e a pretensão expandindo-se descaradamente...”

O artigo, assinado pelo pseudónimo João Sincero, escondendo um admirador declarado de Raul Lino, é ainda notável pela crítica conhecedora que faz ao ensino da arquitectura em Portugal, pela divulgação de legislação internacional (francesa) respeitante aos problemas tratados e, finalmente, pelos comentários que faz a algumas construções, dentro das ideias aqui defendidas:

“O primeiro, creio eu, a protestar contra o deboche da chalet-mania, que envergonha as nossas praias aristocráticas, foi o sr. Conde de Arnoso com a sua casinha de Cascais; mas este protesto não teve repercussão, talvez porque dela o melhor só pode ver-se do mar, e o que vê quem passa pela estrada é, a bem dizer, insignificante”. Paradoxalmente, ignora as casas já

construídas por Raul Lino na zona de Cascais, passando logo depois a um rasgado elogio à “Torre de S. Sebastião”, considerando-a o melhor exemplo a seguir como “antídoto” ao famigerado *chalet*:

“Ninguém, me parece, ao ver a elegância e distinção da vivenda do sr. Jorge O’Neill, e comparando-a mentalmente com a picaresca (e não pitoresca) chaletizada que se estende de Pedrouços até Cascais ao longo do caminho de ferro, deixará de se convencer que o *chalet* é, não só um contrasenso em Portugal, mas ainda muito inferior sob todos os pontos de vista à casa portuguesa quando ela seja feita por um artista”<sup>336</sup>.

Como vemos, e os exemplos podiam multiplicar-se, a polémica sobre a nossa arquitectura está bem acesa, e as lições da construção tradicional parecem mostrar-se a solução para os problemas, tanto funcionais como estéticos, da arquitectura nacional. Veremos, já que aqui ainda não cabem conclusões...

Para completarmos este percurso da arquitectura do século XIX, em Cascais, falta-nos, apenas, referir dois exemplos interessantes, que se erguem sobre a recém aberta Av. D. Carlos I, em 1899, em frente à entrada da cidade. Pertencem, como o *chalet* Leitão, à tipologia do palacete de cidade, ainda mais porque são geminados, e funcionam como autênticas fachadas de aparato para os percursos do rei. A primeira, foi encomenda do conselheiro Luís Augusto Perestrelo e a vizinha, de Trindade Baptista. São duas luxuosas residências, de planta convencional, mas de “rosto” muito elaborado, cheias de frisos, frontões, molduras, mísulas, etc., como num catálogo de desenhos das Belas-Artes, que logo nos lembra a crítica do nosso articulista, João Sincero. O programa destas casas espalha-se pela praça Serpa Pinto, com a qual se articulam, junto ao *Sporting Club*, única

---

<sup>336</sup> “Casa Portuguesa – renovação na architectura nacional”, in *Serões*, Vol.II, Revista Mensal Ilustrada, Março de 1902, nº10, Lisboa ( ass. João Sincero). O artigo vem acompanhado de fotografias da casa O’Neill.



zona que obedece a um verdadeiro planeamento urbano, até bem dentro do século XX<sup>337</sup>.

Depois da construção da “Casa de Santa Maria”, em 1902, e até 1920, Cascais não verá construir nenhuma residência de qualidade. Até ao fim do reinado de D. Carlos, a vila vai mantendo a sua população flutuante mas, cada vez mais, os seus novos veraneantes são gente das classes médias lisboetas, que se contentam em alugar mesquinhas casas de pescadores. Exemplos tardios, e sem trazerem uma verdadeira novidade às casas de veraneio de oitocentos, são duas grandes moradias, construídas em 1920. A primeira é a casa dos condes de Monte Real, com projecto de arquitectura de Guilherme Gomes<sup>338</sup>, erguida no ângulo da Av. D. Carlos I, frente ao Passeio Maria Pia. Ela demonstra, sobretudo, o triunfo do gosto da “casa portuguesa”, profundamente inspirada na magnífica prestação de Raul Lino, mas aproveitando-lhe apenas alguns valores semânticos que as reproduções incontáveis vão normalizar e empobrecer. O tempo decorrido desde os anos noventa de Oitocentos alterara profundamente a polémica e era o “arquitecto-inventor” Raul Lino que saía vencedor. A segunda década do século XX, fora o “tempo da validação”, quando a “nacionalização” da arquitectura, proposta pelo arquitecto, “ating(e) o estatuto de «lugar-comum», unanimemente aceite e já identificado com um pretenso «bom-gosto», que será reforçado pelo ideário político-ideológico quer da

---

<sup>337</sup> Zona enobrecida também pela velha igreja Matriz, que vira a sua fachada à nova praça. Com a igreja dos Navegantes, bem no meio da malha urbana primitiva, são os dois edifícios de culto mais importantes de Cascais. A Matriz, frequentada pelos fidalgos de antanho e alguns burgueses, passa a ser a preferida dos veraneantes, a dos Navegantes sempre ficou ligada à colónia piscatória da vila.

<sup>338</sup> Guilherme Eduardo Gomes é, de facto, Condutor de Obras Públicas e construtor civil. Porém, na sua produção considerável, sobretudo de casas particulares de alguma importância, largamente divulgada na *Arquitectura Portuguesa*, é apresentado como arquitecto. Esta revista publica, além desta casa (nº13, Janeiro de 1920), mais duas anteriores, mas de gosto semelhante: a casa de Manuel Ottolini, em Benfica, no nº11 de Novembro de 1913 e a de Eloy Castanha, na Moita do Ribatejo, no nº 5 de Maio de 1914. Também a *Construção Moderna* lhe dedica uma série de artigos, pelo menos cinco, entre 1909 e 1915 (nºs 313, Dez.1909; 314, de Jan. 1910; 316, de Jan. 1910; 317 de Fev. 1910 e 446 de Jul. 1915), repetindo algumas já citadas e outras que continuam a obedecer à mesma linguagem

República, quer da Renascença Portuguesa, Integralismo Lusitano e nacionalismos em geral”<sup>339</sup>.

O segundo edifício é o palacete Seixas, construído junto à praia da Ribeira, com projecto de Manuel Joaquim Norte Júnior (1878/1962). Com a sua complicada composição, as suas empenas de pedra, o seu torreão de cobertura pontiaguda, nada parece ter que o distinga das primeiras construções de trinta ou quarenta anos antes!... O arquitecto, que fora o “campeão” do ecletismo *beaux-arts*, então já com três prémios Valmor<sup>340</sup>, ensaia aqui uma solução mais conforme ao gosto dominante, se não na volumetria, pelo menos no desenho das fachadas.

Habitando a residência dos seus sonhos, ou precariamente instalada em casas alugadas, esta sociedade de “eleitos”, onde pontificava o próprio rei, vai também criar regras de vivência para o veraneio balnear copiadas, naturalmente, das mais famosas praias estrangeiras. A aura aristocrata e cosmopolita de Cascais, durante o período em que a cidadela ostentava o pavilhão real, funcionava para todos como símbolo de inultrapassável bom gosto. De acordo com a *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, de 1899, Cascais tinha tudo para ser uma estância elegante:

“Para formar uma estação de banhos, há que ter largas avenidas ensombradas de árvores, bonitos passeios com bancos, elegantes chalets entremeando com outras edificações mais modestas, hotéis razoáveis onde se encontre boa comida e pousada confortável, iluminação nas ruas e praças, asseio por toda a parte, um ou dois clubes elegantes para as valsas e os jogos à noite, um parque para os passeios à tarde e um estabelecimento de banhos de água doce.

---

<sup>339</sup> Rute Figueiredo, op. cit., p.312

<sup>340</sup> Em 1905 com a casa-atelier Malhoa, em 1914 com a moradia na Av. Fontes Pereira de Melo, sede do Metropolitano e em 1915 com o prédio nº216 da Av. da Liberdade

Ora tudo isto se encontra em Cascais, além de muitos outros atractivos que fazem daquela vila uma estação de águas a valer”<sup>341</sup>.

Na verdade, Cascais não correspondia ao retrato ideal descrito neste texto. As “largas avenidas” que se haviam aberto, eram as de D.Carlos I e Valbom, articulando a estação de caminho de ferro com a praia da Ribeira e desta com a cidadela, respectivamente, e nenhuma delas com árvores. A Alameda Maria Pia, bem como a do Príncipe Real D.Luís Filipe, não passavam de pequenas esplanadas sobre o mar. Segundo Ramalho Ortigão, no final do século XIX existia um único hotel decente na vila, o *Hotel Globo*, e, também segundo ele, o casino da praia não passava de um barracão sem ambiente, como já vimos. Único espaço de excepção era o clube da *Parada*, exclusivamente destinado a actividades desportivas e mundanas, e reservado às famílias tradicionais. Para além do teatro e das touradas, divertimentos inéditos de Cascais<sup>342</sup>, era ainda à volta do rei, que se realizavam as mais importantes actividades de lazer que animavam a estância. As regatas na baía, que começaram logo após a vinda de D.Luís para a cidadela, eram um dos maiores motivos de atracção e traziam a Cascais os seus únicos visitantes estrangeiros, por vezes os mais ilustres, como o rei de Espanha ou o Príncipe de Gales<sup>343</sup>. Grande adepto dos desportos viris, D.Carlos pôs também em moda o tiro aos pombos e aos pratos, nos terrenos da Gandarinha, e as caçadas nos pinhais de Oitavos e da Marinha. Aqui, chegaram a fazer-se batidas à inglesa, com cães, cavalos e raposas vindas especialmente do Alentejo.

A praia da Ribeira era, até bem dentro do século XX, a única de Cascais onde se tomava banho; só aqui se alinhavam as barracas de lona, se

---

<sup>341</sup> “Campos, Termas e Praias (Cascais)”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 16 de Setembro de 1899

<sup>342</sup> À excepção de Cascais, só encontramos estes equipamentos na Foz do Douro. (Em Espinho também havia touradas)

<sup>343</sup> A primeira regata oficial do mundo teve lugar na Ilha de Wight, no sul de Inglaterra, em 1812 e a primeira competição regular desta modalidade começou em Cowes (no mesmo local), em 1826, e que por esta razão é conhecida como “*Yachting capital of the world*”, sede do Royal Yacht Club ([www.Cowesweek2co.UK](http://www.Cowesweek2co.UK))

montava o grande toldo para as senhoras e só aqui existiam as pequenas cadeiras de madeira, que fizeram história nas praias portuguesas. As praias da Conceição, da Rainha e de Sta. Marta continuaram desertas de banhistas<sup>344</sup>. “Estamos na praia da Ribeira, que é tão pequenina mas que nós chamamos, pomposamente, Praia Grande. (...) A praia da Conceição ainda não foi descoberta. Dizem que há de facto, lá para aquele lado, uma praia muito grande. Mas é uma desolação, e não tem aconchego. Para que ir tão longe se temos a nossa “praia grande”, onde cabemos todos à vontade e nos divertimos tanto?”<sup>345</sup>

Como a utilização da praia, propriamente dita, se resumia às primeiras horas da manhã<sup>346</sup>, o ritual que ocupava a maior parte do dia eram os passeios, as tardes na esplanada, os *pic-nics* e as burricadas nas matas vizinhas, as caminhadas pelas dunas do Guincho ou a visita ao local das sensações fortes e inesquecíveis – a Boca do Inferno.

O último “grande melhoramento que tanto concorre para dar às povoações um característico de vida moderna, de progresso e de bem-estar”<sup>347</sup>, foi a iluminação eléctrica da vila, inaugurada a 15 de Agosto de 1899, um mês antes do Monte Estoril e dois meses antes de Lisboa. Segundo o mesmo cronista, era o único elemento que faltava para colocar Cascais ao nível de Dieppe “a pátria de Chateaubriand e tantas outras belas cidades da costa normanda”.

---

<sup>344</sup> Aspecto paradoxal uma vez que a praia da Ribeira era a dos pescadores de Cascais, com os seus barcos e redes ocupando o areal e, por vezes, quase aí vivendo

<sup>345</sup> Pedro Falcão, op. cit., p.87

<sup>346</sup> A permanência na praia, no tempo de D.Carlos, era marcada também pelo exemplo real:

“De súbito pelas dez e meia, todos os dias, se fazia silêncio nos grupos e, sob o fuzilar de dezenas de *lorgnons*, e entre alas de pessoas reverentes, sua Alteza o Infante D.Afonso, de fato de banho, passava para o mar.

Eu respeitoso, de chapéu na mão, via o sr. Infante a banhar-se, nadar de um lado para outro, e enternecia-me com a vaga suspeita de que sua Alteza todos os dias cumpria aquela tarefa no intuito patriótico de manter a gloriosa tradição de Cascais uma praia...onde se toma banho.

Começava então a debandada...” ( Álvaro Pinheiro Chagas, *Notas de um Lisboaeta*, cit. in Ferreira de Andrade, op. cit., p.357)

<sup>347</sup> *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, idem

Apesar deste optimismo, a verdade é que as infra-estruturas, sobretudo o saneamento, continuavam a deixar muito a desejar, sendo freqüentes as críticas na imprensa coeva, contra o deficiente abastecimento de água, esgotos, limpeza das ruas, etc., como neste exemplo, já dos primeiros anos do século XX:

“Não sei se conhecem Cascais...Devem conhecer...Cascais é vila, que parece aldeia, e se julga uma cidade.

À beira duma lindíssima baía, banhada pelas ondas do oceano, batida pelo ar da serra de Sintra, Cascais pouquíssimas casas tem de onde se veja a baía, onde se sinta o marulhar das ondas, onde se aspire o ar da serra.

Lá como isso é, não sei...Mas é assim mesmo.

Quem para lá vai, se não apanha um tifo por causa dos esgotos, apanha um tifo por causa da água. Se escapa dos esgotos e da água, não escapa dos automóveis que seguem velozmente pelas ruas estreitas e tortuosas. E se, por feliz acaso, escapa da água, dos esgotos e dos automóveis, morre fatalmente asfixiado pela poeira.

À parte estes pequeninos *senões*, Cascais é uma deliciosa praia de banhos e são quasi sempre da mais pura aristocracia os narizes que ali à noite, se torcem ao passar pelas sargetas e os ventres que se desarranjam em conflito com a água das canalizações”<sup>348</sup>.

Cascais, vila de pescadores todo o ano e estância balnear por dois meses, prestigiada pela presença da melhor sociedade portuguesa, permitindo uma convivência social difícil nos centros tradicionais, não deixou de ser, no entanto, uma pacata vilegiatura, e não conheceu o cosmopolitismo frenético das mais célebres estâncias internacionais. A sua característica específica, que era ser real e aristocrática, não foi suficiente para a transformar num dos pontos de encontro da sociedade mundana

---

<sup>348</sup> Álvaro Pinheiro Chagas, *idem*, pp. 355-356

européia, apesar dos esforços de activos dirigentes, como Costa Pinto, longos anos à frente da C.M.C.<sup>349</sup>. A verdade é que, e este aspecto é comum à generalidade das estâncias marítimas portuguesas, até bem dentro do século XX, estes municípios muito pobres, chamados a realizar os melhoramentos urbanos que os novos visitantes exigiam, não conseguiam sozinhos, sem apoio do Estado ou de companhias capitalistas modernas<sup>350</sup>, como acontecia em todas as grandes estâncias estrangeiras, suprir as necessidades estruturais destas povoações, por maior que fosse o empenho e a lucidez dos seus dirigentes.

Em Cascais existiram, porém, iniciativas particulares notáveis, que resultaram na construção de um conjunto de edifícios que se encontram entre os melhores da arquitectura portuguesa, para estes anos, mas nunca conheceu a mobilização de promotores, sociedades ou companhias, que levassem a cabo uma intervenção concertada, de forma a transformar o velho burgo numa verdadeira estância de banhos de mar:

“A existência ali tem a mesma serenidade e a mesma mansitude, apesar de lá viveram as primeiras famílias portuguesas. Não há ali a ruidosa agitação da verde Nice, nem a barulheira com ventos de tragédia da loura Monte Carlo, nem as cavalgadas estranhas de Aix nem mesmo o luxo pretencioso de Vichy”<sup>351</sup>. É curioso notar que, todos os termos de comparação citados, pertencem a vilegiaturas climáticas e termais...

Com a abertura da linha de caminho de ferro, iniciativas mais modernas de colonização de novos locais para o fim balnear, irão surgir em praias vizinhas, como veremos, porém, com resultados que nunca cumprirão as promessas dos seus promotores.

---

<sup>349</sup> Presidente da C.M.C. de 1890 a 1908

<sup>350</sup> A aliança entre instituições bancárias, sobretudo as especializadas em crédito, com sociedades imobiliárias, comum desde os anos de 1880 nas economias mais desenvolvidas da Europa e E.U.A, só tardiamente aparecem em Portugal.

<sup>351</sup> “Praias de Portugal – Cascais”, in *Ilustração Portuguesa*, nº51, 24 de Outubro de 1904

Depois de um período de inigualável prestígio social, que corresponde aos reinados de D.Luís e, ainda mais, de D.Carlos, Cascais “aburguesou-se”, foi perdendo muita da sua melhor “clientela” para o Monte Estoril que, a cada verão, se tornava a estância mais elegante da região de Lisboa. Em resumo:

“Além da presença desta nova clientela, socialmente indesejável para as velhas famílias frequentadoras das praias, a vila ressentia-se, como estância de veraneio, da urbanização indisciplinada e incaracterística (*chalets* suíços, imitações de castelos medievais e outras aberrações arquitectónicas e paisagísticas), da herança de uma estrutura confusa, sem horizontes e de ruas estreitas e tortuosas no seu núcleo antigo, das deficiências das infra-estruturas urbanas, do ambiente íntimo e familiar do início do desenvolvimento da estância, do desconforto das casas alugadas, da relativa modéstia dos seus hotéis e da presença de uma população residente, essencialmente marítima e “vivendo” na praia da Ribeira, de escassos recursos e medíocre higiene.

Tudo isto levou, desde cedo, a considerar o Monte Estoril, de topografia contrastada, encostas soalheiras e abrigadas, abundante pinhal e horizontes largos, como a área de eleição para uma urbanização de qualidade, respondendo às exigências da classe social que animava periodicamente Cascais”<sup>352</sup>.

Esta situação de relativo esquecimento só irá modificar-se quando, já bem avançado o século XX, e num contexto diferente da sociedade portuguesa, Cascais conhecer uma verdadeira atenção da política de turismo nacional, ao mesmo tempo que se tornava, a pouco e pouco, uma zona residencial privilegiada dos arredores de Lisboa.

---

<sup>352</sup> Carmina Cavaco, *A Costa do Estoril – esboço geográfico*, 1983, pp.30-31

### 3.1.2. MONTE ESTORIL

#### 3.1.2.1. O “arrabalde” de Cascais até 1889

Em 1873, Pedro Barruncho, ao fazer a descrição das novas construções de Cascais, começa por dizer que, “depois do visconde da Luz, foi o sr. José Jorge de Andrade Torresão o primeiro edificador, construindo no alto de um morro, junto ao forte de S. Roque, perto do convento do Estoril, um lindo *chalet*, com quatro frentes, apresentando de todas elas uma encantadora vista, tanto para o mar como para a terra”<sup>353</sup>. Antes ainda dos palacetes Palmela ou Loulé parece, de facto, ter sido este capitalista de Lisboa o primeiro a descobrir os encantos do sítio magnífico que se viria a chamar Monte Estoril<sup>354</sup>. Segundo o mesmo autor, a construção da *Casa da Serra* começou em dezembro de 1869 e foi um incentivo importante para as que se lhe seguiram. Na verdade, Torreção terá sido, nestes começos do Monte Estoril, “o primeiro cenógrafo do seu panorama”<sup>355</sup> já que, depois desta moradia, fez construir pelo menos mais três, todas no mesmo local, escolhendo as melhores situações paisagísticas do futuro Monte Estoril. A primeira casa, depois de ter pertencido ao capitalista Seixas<sup>356</sup>, foi adquirida pela Companhia Portuguesa de Hotéis que a fez demolir quando “esta se propunha construir sobre o terreno que margina a praia, um hotel maravilhoso (...) ao qual se daria o nome de *Esplêndido Hotel*”<sup>357</sup>. Perto desta, e também na riba sobranceira ao mar, mandou construir a *Villa do Rio*, mais tarde comprada por Fausto de Figueiredo, e também logo

---

<sup>353</sup> Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho, *Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascais*, Lisboa, 1873, p. 147

<sup>354</sup> Monte Estoril é uma toponímia que só aparece depois de 1889; antes chamava-se ao sítio “Costa de Sto. António” ou “Pinhal da Andreza”.

<sup>355</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, 1943, p. 313

<sup>356</sup> Proprietário da casa junto à praia da Ribeira, em Cascais, construída em 1920 com um projecto de Norte Júnior

<sup>357</sup> B. Colaço, op. cit., p.313



demolidas. “Terceiro *chalet* saiu das mãos expeditas de Torrezão, a *Villa Flora* e que também já não existe. No local em que se ergueram as suas frágeis paredes, em frente do Hotel Atlântico, está agora a moradia de Manuel Duarte.(...) A última das casas de Torrezão, chamada *Villa Maria*, foi construída nas vizinhanças do sítio onde mais tarde se ergueu o Hotel de Itália. Também a demoliram por a sua aparência ser, como a das outras saídas das mãos do mesmo construtor, em demasia modesta para as ambições do elegante rincão turístico. Nada resta da obra de Torrezão; o panorama que criou no Monte Estoril desapareceu – o primeiro cenógrafo da paisagem maravilhosa morreu pobre, desgostoso dos seus entusiasmos de esteta”<sup>358</sup>. Estas últimas casas, porque não referidas em Pedro Barruncho são, presumivelmente, posteriores a 1873. Mas estamos ainda numa primeira fase de colonização desta encosta junto ao mar, que se estende entre o velho Convento de Santo António do Estoril, a nascente, e o parque Palmela, a poente. Até ao começo das obras levadas a cabo pela Companhia Monte Estoril, a partir de 1889, a ocupação faz-se, quase exclusivamente, ao longo da estrada real nº67 (Lisboa-Cascais) e por estritas iniciativas particulares. De facto, tratava-se mais de uma continuação de Cascais, para espaços de óptima localização e desafogados, do que de uma nova estância, uma vez que aqui, nada havia além desse conjunto de casas, e em tudo dependia do velho burgo.

Porém, ainda nestes primeiros anos, as qualidades do sítio continuaram a atrair gente de gosto e dinheiro. Se Torrezão foi o primeiro “cenógrafo” do Monte Estoril, Carlos Anjos foi o seu primeiro promotor importante. Grande capitalista e proprietário de uma bela quinta na serra de Sintra, tem a intenção de levar mais longe a sua empreitada e fazer do sítio um verdadeiro centro de veraneio. Para além da bela moradia que ergueu para si e sua família, “Carlos Anjos construiu casas modestas, alegres,

---

<sup>358</sup> B. De Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., pp. 313-314

baratas, para alugar, mas vendia-as sempre que lhe apareciam compradores, construindo logo outras. Os seus *chalets* de madeira, cada qual com o nome de uma filha sua, eram airosos e considerados modelares casas de verão! (...) À propaganda de Carlos Anjos, ao seu amor pelo Monte Estoril, deve-se o ambiente especial que permitiu a criação da *Companhia Monte Estoril*<sup>359</sup>. A casa que mandou construir para si, a *Villa Aduar*, faz parte de um pequeno conjunto de boas moradias, erguidas no Monte Estoril, antes da urbanização feita pela Companhia. Está situada num dos melhores pontos do sítio e contradiz, um pouco, a tendência dominante do *chalet*, já que apresenta um aspecto bem “italiano”, com os seus telhados muito baixos, as suas varandas de terraço sobre arcaria, a sua marcada horizontalidade no desenho dos alçados, e até, na combinação das cores dos muros amarelo-ocre com as aberturas verdes escuras. A “*villa*, no estilo de Pompéia” com os “seus telhados gregos”, como diz Carlos Malheiro Dias<sup>360</sup>, ocupa um enorme lote, onde logo se plantou um magnífico jardim de plantas exóticas, várias vezes referenciado e elogiado na imprensa contemporânea. Possui ainda alguns anexos, que hoje mantêm melhor a traça primitiva do que o edifício principal, num dos quais funcionava o “escritório” do negócio imobiliário de Carlos Anjos no Monte Estoril. Continuou a sua actividade pelo menos até aos primeiros anos do século XX, pois em Setembro de 1900 se publicava este anúncio no *Correio de Cascais*:

“Mont’ Estoril

Terrenos de Carlos Anjos

Na Avenida S. Pedro e prolongamento da mesma há diferentes talhões de terreno para construção e chalets já construídos para diferentes preços. Todos os talhões são servidos por diversas ruas e avenidas, com boa vista de

---

<sup>359</sup> Branca Colaço, op. cit., p.315

<sup>360</sup> Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa*, Vol.III, 31 de Setembro de 1905, p. 41

campo e mar, água canalizada de Valle de Cavallos, iluminação e cano de esgoto.

Planta e projecto provisório pode-se examinar no próprio local, na casa designada Serviço de Incêndios.

Para tratar no escriptório do Chalet Aduar no Mont'Estoril"<sup>361</sup>.

E, numa notícia publicada no mesmo jornal, em Fevereiro desse ano, lê-se sob o título “Desenvolvimento do Mont' Estoril”, o seguinte:

“O nosso presado amigo e estimado assignante sr. Carlos Anjos, o incansável propugnador do desenvolvimento do Mont' Estoril, vae construir alli mais umas 30 habitações”<sup>362</sup>.

Estas casas, para alugar ou vender, são hoje muito difíceis de recensear e quase todas desapareceram mas, através de raras fotografias, publicadas na época, podemos identificar uma delas, bem característica, que ainda está de pé na esquina da Rua Bijou com a Avenida das Acácias. É um pequeno *chalet* de um só piso e águas furtadas, com os seus rendilhados típicos nos remates dos telhados de duas águas, mas “anichado” num frondoso jardim de espécies tropicais. Aliás, este é um dos aspectos que caracteriza a ocupação do Monte Estoril até 1900, ou seja, antes da urbanização do novo bairro no Monte Palmela, e que é a valorização dos espaços verdes, das espécies exóticas, em detrimento da habitação, aspecto confirmado também pelas descrições feitas nas crônicas de então como esta de um jornalista espanhol: “Lindo effeito que produz aquillo tudo, porque as casas costumam ser pequenas, comquanto os jardins sejam grandes e a vegetação esplêndida. Dir-se-hia uma Biarritz na infância”<sup>363</sup>. O tipo de jardins que, geralmente, se usaram eram arranjos sobretudo de árvores e arbustos, em profusão e sem simetria, quase sempre sem relva ou canteiros

---

<sup>361</sup> Correio de Cascais, Anno II, nº 66, 23 de Setembro de 1900

<sup>362</sup> Idem, Anno II, nº35, 18 de Fevereiro de 1900

<sup>363</sup> D. Luiz Morote, *O Dia*, 2 de Agosto de 1904

de flores, no intuito de parecer “natural” como, aliás, defendia Ramalho Ortigão, para este tipo de casas:

“O jardim inglês, com os seus intuitos exclusivamente paisagistas, e a sua rusticidade às vezes falsa e pretenciosa, não se suporta senão em frente da modesta elegância da casa moderna, do *cottage* e do *chalet*”<sup>364</sup>.

Para além desta mais valia, em relação a Cascais, e apesar da modéstia destas casas para alugar, elas eram também bem melhores que em Cascais, como sabemos pelo texto de Henrique de Vasconcelos, em 1906:

“No Mont’ Estoril, as casas são feitas com processos um pouco mais modernos. E, embora a arquitectura acuse, em geral, o gosto mestre-de-obras, tão apreciado pela burguesia liberal, as janelas não empenam, as portas não arregoam em frinchas, a cubagem de ar nos quartos é razoável, e em volta dos prédios há alguns metros de jardim que aformoseiam essa estância e a tornam o mais aprazível lugarejo que tem Portugal”<sup>365</sup>.

Mas regressemos ao nosso conjunto de boas moradias construídas antes de 1890. No lote vizinho da *Villa Aduar*, do lado poente, ergue-se a mais famosa casa do Monte, comprada pela rainha D. Maria Pia a João Henrique Ulrich em 1893, e que depois passou às mãos de António Herédia, filho do visconde da Ribeira Brava. Logo após a morte de D. Luís, em 1889, a rainha viúva não quis voltar à cidadela e começou por alugar uma casa no Monte, conforme conta Branca Colaço e Maria Archer:

“Instalou-se a família real na casa *Vista Longa*, uma moradia amarela estilo séc. XVIII, (...) pertencia à família Reynolds. O Infante gostou da instalação e deu-se bem com os ares do Monte Estoril. Então a rainha comprou um chalet no local excelso”<sup>366</sup>. A nova proprietária realizou, então, obras internas sob a direcção do arquitecto Rosendo Carvalheira (c.1864-

---

<sup>364</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, 1943, p. 163

<sup>365</sup> Henrique de Vasconcelos, in *Ilustração Portuguesa*, 22 de Outubro de 1906

<sup>366</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., pp. 318-319

1919)<sup>367</sup> e do pintor António Ramalho. Os muros do jardim, de pedra aparelhada, ao contrário da maioria que então se faziam em pedra irregular, o portão e o edifício conservam o aspecto original, inclusive “o principal enfeite” que “era o adorno estranho dum telhado esmaltado, feito com telhas azuis e vermelhas”<sup>368</sup>. A tipologia utilizada é a do vulgar *chalet*, com os seus elementos característicos, tantas vezes repetidos nesses anos – “como estilo, é claro, não podia fugir ao torreão de capacete pontiagudo, à frontaria em jeito de gaiola de grilo”<sup>369</sup> (telhados de duas águas). Já bem sobre a encosta, e a nascente, erguia-se a terceira importante moradia construída nestes anos e que rivalizava em elogios<sup>370</sup> com a *Villa Aduar* e o *chalet* de D. Maria Pia. É o palacete mandado construir pela condessa de Pomares, senhora do círculo de D. Maria Pia, mais tarde vendido à família Sommer Ribeiro. Com frentes para a antiga rua Arcachon e a Avenida das Acácias, é uma das mais sólidas construções do Monte Estoril, neste período. Combina elementos variados, quer de gosto, quer de riqueza construtiva, de que resulta um curioso sentimento de indecisão, sem que o todo deixe de ser agradável. No mesmo conjunto, e na mesma fachada, vemos um robusto pórtico de pedra, com cobertura de ardósia à maneira francesa, que se prolonga por um corpo, também de pedra, encimado por forte balaustrada, adoçado ao corpo principal do edifício, muito mais simples, e coberto com um telhado frágil e curvo, de duas águas, semelhante ao dos *chalets*.

Ainda destes anos é, com certeza, o início da construção do maior, e também de história mais atribulada, *chalet* do Monte Estoril. Entre as futuras ruas do Pinheiro e de Vitorino Vaz, num enorme lote que findava na

---

<sup>367</sup> Formado no Instituto Industrial de Lisboa, foi responsável de projectos importantes como o Liceu Passos Manuel ou os Armazéns Grandela, em Lisboa, mas é como responsável pelos edifícios ligados à luta contra a tuberculose que teve a sua mais conseguida obra no Sanatório de Sant’Ana, na Parede, em 1912 (cf. J. M. Pedreirinha, op. cit., p. 81)

<sup>368</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p. 319

<sup>369</sup> Idem, p. 313

<sup>370</sup> Era então conhecida por *Via Longa* ou *Telha Verde*: “é distinta pela sua elegância, sendo, por assim dizer, um dos melhores adornos da pitoresca e poética estação de verão, que em poucos anos alcançou renome” (*Correio de Cascais*, nº10, 27 de Agosto de 1899)

estrada real, erguia-se o grande edifício construída pelo engenheiro Almeida Pinheiro<sup>371</sup> para uma “excêntrica africanista”, que entretanto desistiu de o vir habitar e, parece, partiu de novo para as suas terras de África. Abandonado já em fase adiantada de construção, foi comprado, no início dos anos noventa, por um especulador de vistas largas com a intenção de o transformar num casino. O Casino Internacional, incomparavelmente mais vasto que o pequeno clube que já aí existia, de imponente aspecto, veio dar um novo cosmopolitismo à estância e logo se fez tema de inúmeras crónicas, inclusive na imprensa espanhola<sup>372</sup>. Em 25 de Julho de 1899, faz-se a sua apresentação no *Correio de Cascais*:

“Obtivemos ampla informação relativa ao “Club Internacional” que vai ser estabelecido no “chalet” do falecido engenheiro Almeida Pinheiro. (...) Os dois grandes salões do rez-do-chão, destinados a bailes e concertos, serão adornados com riquíssimos espelhos. (...) Haverá música todas as noites e concerto de orquestra duas vezes por semana. (...) A direcção do club, na parte relativa a bailes e concertos, será entregue a cavalheiros proprietários de “chalets” na localidade”<sup>373</sup>. No dia 20 de Agosto realizou-se a inauguração e novas notícias aparecem, dando conta do seu aspecto e funcionamento:

“Achámos as salas bem mobiladas, havendo uma certa simplicidade. (...) Os salões de baile e concerto, destinados em especial a passatempo das famílias que veraneiam na localidade, produzem brilhante efeito pela profusão de luz. (...) A noite foi dedicada à visita do club e inauguração dos jogos, que devem funcionar em duas salas. (...) O restaurant (é) servido pela casa Ferrari”<sup>374</sup>. Instalado há muito, num dos *chalets* construídos por Carlos Anjos, que se erguia onde hoje está o *English Bar*, existia o primeiro clube

---

<sup>371</sup> Nome pelo qual passará a ser identificado.

<sup>372</sup> Com o título “El Gran Casino Internacional de Mont’ Estoril en Portugal”, no jornal de Madrid *O Liberal*, onde também ficamos a saber que a exploração foi entregue a um sindicato franco-espanhol.

<sup>373</sup> *Correio de Cascais*, Anno I, nº1, 25 de Julho de 1899

<sup>374</sup> *Idem*, Anno I, 27 de Agosto de 1899

da praia, o Casino do Mont' Estoril. Conhecemos o seu aspecto pelas fotografias publicadas nas revistas da época e por algumas descrições que o apontam como o local preferido em toda a baía de Cascais, dizendo que proporcionava “agradáveis noites aos praístas e aos numerosíssimos visitantes que ali vão, tanto de Lisboa, como de outros pontos, attrahidos pela fama de tal casa. (...) A casa é vasta, decorada com gosto, e num dos melhores pontos do Monte. (...) Tem sido, desde que abriu, o casino preferido e sem dúvida o escolhido pela *elite*”<sup>375</sup>. Desde logo, a clientela mais selecta de Cascais, passou a frequentar o novo clube do Monte, e depois que se estabeleceu a ligação ferroviária, habituaram-se os lisboetas endinheirados a ir ao Monte Estoril jantar e jogar, com uma tal freqüência que, o último comboio da noite começou a ser chamado o “comboio da roleta”. Quando abre o Casino Internacional, em 1899, ainda o jogo era permitido, sem qualquer tipo de regulamentação. Mas, logo no ano seguinte, todas estas casas, e por todo o país, se vão ressentir da sua proibição por Hintze Ribeiro. São incontáveis as queixas, críticas e sugestões que, a partir de então, aparecem em todas as publicações e, sobretudo, no que diz respeito ao jogo nas praias portuguesas. Depois da proibição liminar, pediu-se um parecer a um concelho de juizes que defendeu a admissão do jogo exclusivamente dentro de clubes, entre sócios, continuando a proibição para o jogo público, onde toda a gente tivesse livre acesso. Criava-se, assim, uma tolerância que devia abranger os casinos das praias, mas ela não vai chegar a Cascais e ao Estoril, apesar de ter acontecido noutras estâncias como a Figueira, e até em Lisboa.

“Ora, em Cascaes, não há maneira de sustentar um casino ou um club se não se lhe permitir o jogo. No Mont' Estoril, por exemplo, abriu há pouco o Club Internacional. Abriu porque a direcção, iludida com os boatos que circulavam, chegou a alimentar a esperança de poder dar jogo este ano. A

---

<sup>375</sup> *Correio de Cascais*, 20 de Agosto de 1899

tolerância não vem, e o club terá de fechar a porta, porque sem jogo não tem recursos para funcionar. Em Cascaes, propriamente dito, não abre este ano qualquer casa d' essas. Teremos apenas o “Sporting” e mais nada.

Isto não pode ser; é um crime arruinar localidades que prosseguiam florescentes; é um erro económico afastar capitaes que nos trariam os estrangeiros e ainda por cima dar-lhes de presente o que deixava no seu paiz a nossa gente de dinheiro, que quer distrair-se, que n' estes três meses do ano, quer música, jogo e todos os outros passatempos próprios da vida das praias, e que não encontrando nada disto por cá vai procurá-lo lá fora”<sup>376</sup>.

Apesar destas dificuldades, e tendo que fechar nos meses de inverno, o Casino Internacional sobreviveu ainda alguns anos até que, em 1914, depois de uma nova campanha de obras de adaptação, abriu como hotel, com o nome de *Miramar*. Em 1927, já no contexto do ambicioso programa do Estoril, foi-lhe acrescentado um andar<sup>377</sup>. Nesta função se manteve, até há poucas décadas, quando foi quase totalmente destruído por um incêndio e hoje, abandonado, nada mais é que uma ruína completamente devorada pela vegetação dos jardins. Ao contrário das duas casas que vimos anteriormente, este edifício ergue-se na parte posterior do terreno, deixando um considerável espaço ajardinado que, inicialmente, se abria para o mar. É uma confusa e mal resolvida articulação de corpos, sobretudo quando o contornamos, de proporções “duvidosas”, o que também resulta das sucessivas adaptações. Foi comparado a uma praça de touros, num elogioso artigo sobre o Monte Estoril na revista *O Ocidente*, em 1899<sup>378</sup>, e dele também disseram que “não era bonito de ver”<sup>379</sup>.

---

<sup>376</sup> “O Jogo nas Praias”, in *Correio de Cascais*, 4 de Agosto de 1901

<sup>377</sup> Em 1936 era o único hotel de 1ª categoria no Monte Estoril, com 50 quartos, só superado pelo Hotel Palácio, de luxo, no Estoril. (Carmina Cavaco, *A Costa do Estoril, - esboço geográfico*, Lisboa, 1983, p.41)

<sup>378</sup> *O Ocidente*, nº738, 30 de Junho de 1899

<sup>379</sup> *Ilustração Portuguesa*, 4 de Setembro de 1905



Para além destas casas que, alteradas ou arruinadas, ainda existem, podemos recensear também para este primeiro período de colonização do Monte Estoril, mais duas moradias muito características do gosto então predominante. A primeira, é o *chalet* do conselheiro Mariano de Carvalho, veraneante no sítio desde os anos oitenta do século XIX, e a sua casa é várias vezes citada e fotografada nas publicações da época. Já não existe, mas erguia-se bem no cimo da encosta e também no meio de um vasto jardim, com os típicos caminhos ensaibrados pelo meio do arvoredor exótico. O edifício não foge à tipologia mais comum, inclusive pela utilização da madeira, mas num esquema um pouco mais elaborado e de maiores dimensões que a maioria dos *chalets* de praia. A segunda casa, ergue-se, ainda hoje, no nº3 da Rua Mondariz, bem no cimo do Monte Estoril, e conserva o nome que lhe deu Thomas Reynolds, que a mandou construir<sup>380</sup>. Ocupa um grande terreno coberto de densa vegetação, entre ruelas sinuosas, e é outro típico *chalet* destes primeiros anos de ocupação, quer pela tipologia da construção, quer pela implantação num lote extremamente irregular, e quase enterrada na mata que a cerca.

Este conjunto de casas primitivas, juntamente com o grupo de pequenas moradias de aluguer, quase todas desaparecidas, erguidas num tempo em que ainda não havia qualquer planeamento urbano no Monte Estoril, acabam por marcar, decisivamente o carácter da nova estância, em que, as obras levadas a cabo pela Companhia, de facto, não alterarão. A encosta, descendo suavemente para o mar, pontuada de alegres fantasias arquitectónicas, surgindo entre a exuberante vegetação, é a síntese que encontramos em todas as descrições elogiosas do Monte Estoril, ao longo do tempo em que chamou a si a preferência de cronistas e veraneantes:

“De todo o tracto o Mont’Estoril é incontestavelmente a povoação mais rica, mais opulenta e também mais bela, e, posto que nos seus chalets

---

<sup>380</sup> Com um projecto do eng. Teixeira Júdice

nem sempre se revele o mais apurado bom gosto, o conjunto é realmente encantador”<sup>381</sup>.

### 3.1.2.2. A “Companhia Monte Estoril”

Quando a estância já havia ganho os seus pergaminhos, pela presença de personagens ilustres e pela reconhecida superioridade de equipamentos e casas de aluguer, em relação a Cascais, inicia-se um novo período da sua colonização. Em 1889 era inaugurada a linha férrea Pedrouços-Cascais e, na sua seqüência directa, é criada a Companhia Monte Estoril<sup>382</sup>, com um capital social de 225 contos de réis. O objectivo dos seus accionistas maioritários, à cabeça dos quais está o Conde de Moser, presidente dos Caminhos de Ferro e dono da Quinta da Marinha, era civilizar a aridez do Monte Estoril.

O *Correio de Cascais*, em 1899, num artigo sobre o Monte, traça esta breve história:

“A linha férrea entre Lisboa e Cascais veio dar um grande impulso àquela nova, mas já encantadora estância de verão, dando lugar a que germinasse a idéia da Companhia Mont’ Estoril para a construção de *chalets*, aformoseamento do local, etc..

Foram comprados terrenos, abertas ruas, metendo-se ombros à simpática obra.

Sobrevieram, é certo, dificuldades, que foram agravadas pela crise geral aberta em 1891 mas de 1894 para cá, depois de uma funda remodelação da administração da Companhia, o Mont’ Estoril marca um extraordinário desenvolvimento, tornando-se aquela formosa estância de verão, que em breve será também estância de inverno, afamada não só em

---

<sup>381</sup> L. F. Marrecas Ferreira, in *Brasil-Portugal*, 95-A, Fev. 1899 a Fev. 1900, p. 10.

<sup>382</sup> Aqui se institucionalizou o nome definitivo da estância

todo o país, mas até no estrangeiro. (...) ao belo Mont' Estoril (...) que possui a par disso um magnífico clima, está reservado um futuro brilhantíssimo, podendo desde já afirmar-se que virá a rivalizar com as mais afamadas estâncias até hoje preferidas pelos nobres e ricos de todo o mundo civilizado.

Para sermos justos, é bom que lembremos o muito que o Mont' Estoril deve ao sr. Carlos Anjos.

O sr. Conde de Moser e as pessoas que o auxiliaram na sua iniciativa, promoveram o desenvolvimento das construções na localidade, mas o sr. Carlos Anjos dotou o Monte com o mais precioso elemento da sua prosperidade, a água, que ali era tão escassa, e que hoje é relativamente abundante”<sup>383</sup>.

Ao contrário de Torreção, Anjos e todos os outros, que se limitaram a construir *chalets* isolados, em locais pitorescos, a Companhia vai abrir estradas, plantar árvores, instalar luz eléctrica, canalizar água e montar esgotos, visando “a fundação de uma estância de verão que deveria reunir os atractivos usados nas outras praias do estrangeiro”<sup>384</sup>. A partir de então, e durante quinze anos, o Monte Estoril vai conhecer o seu período de glória. Branca Colaço e Maria Archer, em 1943, descrevem este sonho de grandeza, e também a sua “queda”, da seguinte maneira:

“Mas até então só se pensara em urbanizar a parte do Monte Estoril que ladeava a estrada de Cascais. (...) A Companhia do Monte Estoril aparecia entretanto, com um projecto verdadeiramente revolucionário – urbanizar luxuosamente, em grande estilo turístico, o alto do Monte Estoril..

---

<sup>383</sup> *Correio de Cascais*, nº8, 13 de Agosto de 1899. Esta água era transportada da Quinta de Vale de Cavalos, em Sintra, propriedade de C. Anjos, que negociara uma concessão para as estâncias nascentes, como veremos no cap. São João do Estoril

<sup>384</sup> *Correio de Cascais*, nº8, 13 de Agosto de 1899

Ante o espanto de Lisboa, o plano modernista foi iniciado e as suas obras abriram na mata as primeiras clareiras. (...) No local onde hoje é o Bairro Escolar do Monte Estoril pensou-se em criar um lago, um lago enorme (...) uma espécie de cratera em semi-círculo.

Nesse mesmo pino do Monte, (...) abriram-se os caboucos do hotel (...) caboucos que foram aproveitados para as modestas instalações dum depósito das águas (...). Uma linha férrea de via reduzida com cremalheira, garantia os transportes entre o alto e o baixo Monte Estoril, via aberta desde a estação do comboio para Lisboa até à estância turística encarrapitada na crista do cômodo. Mas todo este projecto de maravilha e fantasia falhou. Faliu a *Companhia do Monte Estoril*. Ficaram porém os arruamentos na mata, os terrenos já demarcados para as construções urbanas. Esses trabalhos permitiram que o Monte Estoril se cobrisse de casario mais cedo que qualquer outro ponto dos Estoris”<sup>385</sup>.

O projecto urbanístico da Companhia era demasiado ambicioso, quer para as suas possibilidades financeiras, quer para o país, mesmo tratando-se dum local que, desde logo, teve a preferência da aristocracia e da alta finança portuguesas. Como a prová-lo, vejamos o que diz o Conde de Moser, em resposta a uma crítica feroz sobre a intenção da Companhia em lotear o sítio do Lago:

“Não quer dizer que não houvesse ainda assim meio de, mediante quantias fabulosas, aproveitar o lago para um recinto de “cannottage”, mas isso não cabia nas forças da Companhia (...). E, em boa verdade, o nosso paiz não é para coisas de luxo, e começa logo por os governos, ou lançarem impostos impossíveis, ou proibirem o que as estimule ou desenvolva. Haja vista o que se dá com o jogo. Atrai forasteiros, anima e incita a iniciativa

---

<sup>385</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.p.316-317

particular, produz receitas, etc., etc., mas vem então a mania da moralidade (!) e corta-se”<sup>386</sup>.

O “plano modernista” é, sem dúvida, a principal característica do urbanismo do Monte Estoril. Contrariando uma lógica, que inicialmente também é a sua, de dispôr a estância tanto quanto possível virada ao mar, a Companhia prefere um outro esquema mais intimista, mais nostálgico, numa palavra, mais romântico.

Aproveitando as características topográficas do terreno, traçam-se os principais arruamentos que, sem contrariarem essas características, pelo contrário, lhes acentuam a sinuosidade, numa deliberada intenção de salvaguardar o seu carácter pitoresco. Bem vistas as coisas, é ainda a idéia de montanha que está presente e cujo arquétipo próximo era Sintra, com toda a sua carga semântica, transposta para uma estância à beira mar<sup>387</sup>. Voltando ao texto anteriormente citado, encontramos o projecto de um lago no topo do Monte e de um funicular, que faria convergir para este ponto o centro vivo da estação. Apesar de, nem um nem outro terem chegado a existir, eles são também sinais claros das intenções dos promotores da Companhia.

O Monte Estoril, praia que então se propunha tornar-se a mais importante do país e chamar as atenções do estrangeiro, urbaniza-se de forma ambígua, ora espreitando o mar e a praia, ora gozando a montanha, com a sua verdura luxuriante, o seu lago, as suas ruas sinuosas... O expediente aqui utilizado tinha, aliás, precedentes internacionais famosos como Houlgate, na costa da Normandia, analisada por Dominique Rouillard desta forma que tão bem se aplica a esta e a outras estâncias portuguesas oitocentistas: “Où implanter la ville? (...) les nouveaux sociétaires (...) ne

---

<sup>386</sup> Carta do Conde de Moser em resposta a uma outra surgida no número anterior do jornal, in *Correio de Cascais*, nº102, 2 de Junho de 1901

<sup>387</sup> “julgamo-nos num trecho de Cintra; não podemos descrever o aspecto pittoresco da rua Arcachon e do Jardim das Palmeiras, que não são dos menores encantos que se nos deparam n’aquella lindíssima estância” (*Brasil-Portugal*, vol. Cit. p. 11

recherchent pas la proximité du ruisseau et préfèrent celle de la coline; la ville sera implantée à ses pieds. On pourra ainsi profiter des pentes et des hauteurs pour «exposer» les constructions, face à la mer, mettre en valeur l'ordonement de la ville de bains, donner à voir depuis la plage ses tracés. La ville prend le nom de la coline qui la domine: Houlgate. (...) les sociétaires vont réaliser un minimum de voies, d'équipements et d'habitations privées pour un maximum de signes. Ils vont combiner , organiser un certain nombre d'éléments sélectionnés dans «l'image de départ» (ensemble de représentations qui structurent leur imaginaire aussi que celui des guides), éléments qui leur seront apparus les plus propres à représenter les deux idées fortes de la nouvelle ville: qu'elle soit «de bains» et «moderne»<sup>388</sup>.

Nesta primeira fase de planificação urbana do Monte Estoril, a principal linha de força, que para sempre marcará o seu futuro desenvolvimento, é a grande Avenida Sabóia<sup>389</sup>; partindo do sopé da colina junto à estrada real<sup>390</sup> e descrevendo uma enorme linha envolvente que aos poucos vai subindo, contornando o antigo jardim das Palmeiras<sup>391</sup>, para depois inverter a sua direcção e subir, finalmente, até ao sítio do Lago, numa curva menos acentuada. Bastante larga, e ladeada de plátanos, era a verdadeira alameda que se exigia numa estância de qualidade. Atravessando a estrada real, articulava-se, esta avenida, com uma *corniche*, que serpenteava pelo morro ajardinado, terminando na estação dos caminhos de ferro. À sua volta, e preenchendo o espaço intermédio pertencente à Companhia, outras surgem também. É o caso da Avenida das Acácias, da Rua do Pinheiro ou da Rua Arcachon, esta última plantada de palmeiras<sup>392</sup> que, partindo do mesmo ponto, descrevem também elas linhas sinuosas e de

---

<sup>388</sup> Dominique Rouillard, op. cit. pp. 29-30

<sup>389</sup> Em homenagem à rainha D. Maria Pia de Sabóia

<sup>390</sup> Corresponde, aqui, sensivelmente ao traçado da Av. Marginal

<sup>391</sup> Actualmente Jardim Carlos Anjos, mas conhecido por todos os residentes por Jardim dos Passarinhos

<sup>392</sup> Corresponde, hoje, ao primeiro troço da Av. Sabóia

acentuado declive. Na zona mais alta, junto ao sítio do Lago, outro conjunto de estreitas ruas se abre, algumas adoptando nomes das mais prestigiadas estâncias balneares internacionais, no século XIX: Av. Trouville, Av. De Nice, Av. Biarritz, Rua de Brighthon, etc.. Cobertas de saibro e ladeadas pelos característicos muros de pedras rústicas encimados pelos blocos de pedra falsa, por detrás dos quais, se estendiam os frondosos jardins, são um dos aspectos que melhor transmitem o ambiente vivencial da estância, nesta primeira fase de ocupação.

Ao longo delas se vão construindo os *chalets*, os *cottages*, as *villas* e os palacetes, em talhões de dimensões muito variáveis<sup>393</sup>, mas onde sempre se fazia questão de plantar um denso “bosque” de árvores tropicais ou mediterrânicas – palmeiras, magnólias, acácias e eucaliptos.

A propósito do plano de urbanização da Companhia Monte Estoril, devemos chamar a atenção para um novo aspecto, da maior importância. Nestes anos noventa de oitocentos vemos aparecer, cada vez com maior insistência, a idéia de fazer do Monte uma estância climática, ou seja, desenvolver uma propaganda que promovesse o local como estação de inverno internacional. A lógica é clara e faz todo o sentido: como praia de banhos era remota a possibilidade de concorrência, pela distância e relativa modéstia, com os famosos centros estrangeiros, mas, com as suas excepcionais condições climáticas podia competir com as mais importantes vilegiaturas europeias. No fim do século XIX, sabemos que algumas famílias abastadas já aí habitavam durante todo o ano e, em 1899, uma crónica da revista *O Ocidente* afirma ser o Monte Estoril “essa apreciada estação veraneal e já também de inverno”<sup>394</sup>. Nos primeiros anos do século XX, sabemos também que, as moradias para aluguer, cada vez mais são ocupadas, durante o inverno, pelos diplomatas creditados em Portugal. É

---

<sup>393</sup> Agora aparecem lotes bastante pequenos, o que não acontecia nas casas primitivas

<sup>394</sup> *O Ocidente*, nº738, 30 de Junho de 1899

também nestes anos que aparece o grande propagandista da excelência do clima do Monte Estoril, que foi o Dr. D. G. Dalgado. “A sua primeira publicação, intitulada *The Climate of Lisbon, Mont’ Estoril and Cintra* (VIII-51 págs.; Londres, 1906), é o desenvolvimento de uma comunicação lida à secção de Higiene do 15º Congresso Internacional de Medicina, que reuniu em Lisboa, em 1906”<sup>395</sup>. Defende o Dr. Dalgado que o clima do Monte Estoril é não só superior ao de Lisboa, pela proximidade do mar e pela protecção da serra de Sintra, mas ainda superior, em muitos aspectos, a outras estâncias de inverno europeias, de grande fama. De facto, fazendo a comparação entre alguns valores médios, para os meses de inverno, podemos confirmar essa superioridade, como faz Amorim Ferreira. A temperatura do ar, de Novembro a Março, é mais alta que em Arcachon, Biarritz, Hendaia, Nice e Catânia; os valores da humidade relativa são mais baixos do que em Nice, para o mesmo período do ano; finalmente, os tempos de insolação nos meses de inverno são mais elevados no Monte Estoril, em relação a Folkestone, Brighton, Torquay e Nice. A divulgação internacional dos trabalhos do Dr. Dalgado teve algum alcance pois que, em 1911, sabemos pelas crónicas contemporâneas, que o presidente da Sociedade de Geografia de Londres voltava a residir, mais um inverno, no Monte Estoril. Também como resultado destas publicações se instalou no Monte Estoril, a primeira estação meteorológica de toda esta zona, em 1912, por iniciativa do Observatório do Infante D. Luís. O projecto de uma estância climática vai ser depois, amplamente desenvolvido por Fausto de Figueiredo, quando da apresentação do futuro “Parque do Estoril”.

A recensão das construções destes primeiros anos de instalação da Companhia, só pode ser feita, quase exclusivamente, através de referências bibliográficas. Na verdade, no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, só existem projectos para o Monte Estoril, a partir de 1896. O mais antigo é

---

<sup>395</sup> Dr. H. Amorim Ferreira, *Elementos para o Conhecimento do Clima do Estoril*, Cascais, 1941



datado de 2 de Maio de 1896, para Henrique Pereira Taveira, negociante da Rua da Palma em Lisboa, que pretende construir uma casa nos terrenos do Banco de Portugal, a nascente da Rua do Pinheiro, Como os restantes vinte e sete projectos entrados na Câmara até 1900, não possui qualquer marca notável quanto à sua arquitectura. Em todos eles prevalece a tipologia do *chalet*, “em jeito de gaiola de grilo”, e a principal nota a reter é o nome de um desenhador – Gaston Landeck. Quinze dos vinte e oito projectos são da sua autoria. Só durante o ano de 1897, Landeck assina oito projectos entre o Monte Estoril e o Alto Estoril. Vamos encontrar o seu nome ainda durante muitos anos por vezes ligado a encomendas e encomendadores muito importantes. Instalado em Cascais, não sabemos desde quando, é o desenhador mais activo ao longo dos próximos vinte anos.

Das casas que ainda hoje existem, e que podemos datar com rigor, ou aproximação, destacamos apenas as mais interessantes, dividindo-as em dois grupos: as que marginam a antiga estrada real, ou seja, as que escolheram a proximidade do mar, sem por isso deixarem de tirar partido da cenografia dos terrenos inclinados, e as que, preferiram as estreitas ruas pitorescas que a Companhia ia abrindo na encosta.

Entrando na antiga rua Arcachon, imediatamente ao lado da moradia Almeida Pinheiro, e atravessando a estreita Rua Vitorino Vaz, ocupando um vasto terreno muito semelhante ao vizinho, encontramos o mais bonito exemplo da tipologia do *chalet* no Monte Estoril. A casa pertenceu a Vitorino Vaz e depois a Cabral Metelo que, por morte, a integrou numa fundação com o seu nome. Apesar de muito restaurada, conserva ainda a estrutura inicial, com a articulação de três corpos, extremamente elegantes, onde a verticalidade das empenas triangulares é equilibrada pelo corpo central. O terraço e a varanda de madeira, que acompanham a fachada do jardim, produzem um movimento e um jogo de claro-escuro muito bem

conseguidos<sup>396</sup>. De novo junto à estrada real, vemos a casa do Dr. Manuel Duarte, construída no final da década de 90, segundo um desenho do pintor Francisco Vilaça que, pouco depois, fará o palacete O'Neill, em Cascais. O projectista quis desenvolver aqui um vocabulário de cariz neo-gótico, mas introduzindo pormenores “modernos”, nomeadamente na porta principal, que valeram ao edifício ter sido logo baptizado de “jazigo” e motivo de alguma troça geral. É uma arquitectura cenográfica, que na época se usava para pavilhões de feira<sup>397</sup> e cemitérios, onde a enorme incoerência entre a decoração e a estrutura, provoca uma estranha impressão. Branca Colaço relata o que, durante muito tempo, se pensou desta casa e porquê:

“Reparem. Uma casa clara, maneirinha, dotada da mais estranha fachada – uma fachada em estilo arquitectónico de jazigo! O seu portão, em vidro e ferro, um dos primeiros portões em vidro e ferro que se viram no país, causou assombro naquela época... Nesse tempo só os usavam nos jazigos de Lisboa, os jazigos de estilo moderno(...). A fachada da moradia do Dr. Manuel Duarte deu brado no velho Monte Estoril. (...) Perdeu-se, e ainda bem, o impulso modernista que inspirava, então os arquitectos, as fantasias macabras nas moradas dos vivos”<sup>398</sup>.

A polémica em torno da moradia é, talvez, o seu aspecto mais notável, já que a observação de Branca Colaço é pertinente como crítica. Exemplo único entre os sobreviventes, e não muito espalhado nos *Estoris*, tem, no entanto, a virtude de possuir um rico trabalho de cantaria e estuque de notável qualidade<sup>399</sup>.

Caminhando para o interior do emaranhado das ruas do Monte, encontramos outro exemplo da tipologia mais comum, e desta vez muito bem conservado, no nº 2 da Rua Alegre. Aqui, o típico torreão de telhado

---

<sup>396</sup> Por comparação com outros desenhos de Landeck é muito possível que este projecto seja da sua autoria

<sup>397</sup> Recordemos o artigo citado no cap. *Cascais*, assinado por João Sincero

<sup>398</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.313

<sup>399</sup> Foi recentemente adquirida e restaurada pelo Banco Comercial Português, funcionando agora como agência local desta instituição financeira

pontiagudo, está colocado na fachada norte, o que limitava a sua função principal que era possibilitar o panorama marítimo. A solução encontrada foi abrir uma sacada alta na fachada sul, cortando a linha do telhado e quebrando, assim, a monotonia do longo rectângulo sem vibração. Na mesma zona ergue-se a *Villa Guarita*, com entrada pela Rua Conde de Moser, mas com um terreno que se estende pela encosta até ao começo da Av. S. Pedro, por onde se fazia o acesso aos jardins. A casa, muito alterada, não tem nenhum atractivo, mas os seus jardins, autêntica “floresta” de palmeiras, eucaliptos e outras árvores, ocultando completamente a habitação, constituem o exemplo mais fiel do tipo de ocupação nestes primeiros anos.

Atravessando a Av. Sabóia, ao chegar à Av. das Acácias, encontramos ainda uma casa curiosa, que pertenceu ao filho do Conde de Moser. Foi restaurada recentemente, mas mantendo a traça original: combina elementos invulgares, sobretudo inspirados em modelos da arquitectura “Tudor”, relativamente bem conseguidos, mas prejudicados pela estreita profundidade do lote.

Voltemos a atravessar a Av. Sabóia, desta vez até ao nº182 da Av. dos Estrangeiros, para observarmos um pequeno *chalet* de madeira que, salvaguardando as evidentes modificações posteriores, nos permite imaginar como seriam essas casas “modestas” construídas por Torrezão ou Carlos Anjos. Na mesma Av. dos Estrangeiros nº227, surge o mais exótico exemplo deste conjunto, numa pequena casa de três corpos, apenas com rés-do-chão e mansardas, mas rematada por estranhos telhados “à turca” que causaram o maior espanto na época.

Espírito racionalista e burguês, Ramalho Ortigão, compreendia mal estes desejos de exotismo e fantasia que percorrem muitas destas casas, em que os valores do equilíbrio e da sobriedade são preteridos em favor da diferença e do sonho construído em pedra e cal, que o novo espaço pedia.

Lembremos, a propósito, a crítica que faz, quando apreciava estes “sonhos” que se construíram no Monte Estoril, antes de 1903:

“O Monte Estoril, por exemplo, é um aflitivo manicómio de prédios, onde cada casa manifesta a sua especial mania. Uma julga-se chinesa, outra suíça, outra gótica, outra normanda: esta supõe-se castelo feudal e tem ganas de pôr besteiros de bacinete e loriga por detrás das suas ameias; aquela imagina-se, modesta e idilicamente, pequena granja de Nuremberg, e vê-se que sonha colocar à porta uma vaquinha ... empenhada. Raríssimos naquele horto psiquiátrico os prédios com o aspecto estrutural e decorativo de serem aquilo que todos teriam restrita obrigação de parecer – singelos, confortáveis, risonhas habitações de honestos burgueses de Lisboa que aí vão no Verão tomar banhos de mar com a família”<sup>400</sup>.

Na última década do século XIX, fruto das iniciativas, quer da Companhia, quer de particulares, o Monte Estoril ganhou, finalmente, o estatuto de estância autónoma, não mais arrabalde de Cascais e muito superior, em quase todos os aspectos, àquele. Para além dos arruamentos, da arborização, das edificações, sobretudo no que diz respeito às casas para arrendar, o Monte Estoril reunia já, um conjunto de equipamentos e de infraestruturas que lhe deram o maior prestígio entre as praias portuguesas. O saneamento básico, por acção da Companhia, era muito razoável e o abastecimento de água uma mais valia importante, em relação às estâncias vizinhas. Já sabemos que o responsável por este melhoramento foi também Carlos Anjos, quando acordou com a Câmara de Cascais, conduzir a água desde a sua quinta de Vale de Cavalos, em Sintra, até à canalização municipal, em troca da concessão, feita por 40 anos, da exploração de todas as nascentes existentes, ou a descobrir, na serra da Malveira. O mesmo “benemérito” foi também o responsável pelos jardins feitos junto ao

---

<sup>400</sup> Ramalho Ortigão, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Porto, 1903, p.?

apeadeiro do Monte Estoril, bem como da sua iluminação. Além desta zona de espaço verde para passeio, a Companhia delimitara o terreno e mandara plantar o pequeno *parque* do Monte, o Jardim das Palmeiras, agenciado a meio da encosta e ponto de reunião habitual nas tardes dos veraneantes<sup>401</sup>. Como o projecto “turístico” para o sítio do Lago havia sido abandonado ou adiado, é à volta deste jardim que vão também ser construídos os principais equipamentos hoteleiros. Logo em 1894, quando a Companhia Monte Estoril conseguiu ultrapassar a sua primeira crise, deliberou-se a construção do primeiro hotel, à ilharga do jardim e com fachada para a Avenida Sabóia. É o *Grand Hotel*, “único que sinaliza hoje (...) setenta anos de progresso turístico da região”<sup>402</sup>, inaugurado no dia 1 de Agosto de 1898. Nele almoçou muitas vezes o rei D. Carlos, veio convalescer o poeta António Nobre e se hospedavam os embaixadores em veraneio. Era conhecido por *Estrade*, nome do hoteleiro, dono do famoso café *Montanha*, que se encarregou da sua exploração. A fotografia que mostra o seu aspecto original (fig.), vem acompanhada por estas palavras:

“O Grand’ Hotel (...), um belo melhoramento (...), não só preencheu uma lacuna, mas dotou a localidade com um estabelecimento de primeira ordem no gênero, porque pode rivalizar com os dois melhores de Lisboa: o Bragança e o Avenida Palace.

Construção muito elegante, e expressamente destinada àquelle fim, offerece todos os confortos.

A parte principal compõe-se de rez do chão, dois andares e um em mansardas.

No rez do chão fica a sala de visitas, a de leitura e 9 vastos quartos todos com espaçosas janelas.

---

<sup>401</sup> “É um dos mais belos pontos do Mont’ Estoril, onde deliciosamente se passam as tardes de verão” (*Correio de Cascais*, nº27, 24 de Dezembro de 1899)

<sup>402</sup> *Monografia de Cascais*, dir. Ferreira de Andrade, Cascais, 1969, p.188

No mesmo pavimento está também a sala de jantar, o escriptório e outras dependências.

No primeiro andar há 18 quartos independentes, communicando esse andar com um grande terraço.

No segundo andar há o mesmo número de quartos e três casas de banho.

No terceiro há nove quartos.

A mobília é da mais fina elegância. A iluminação é a luz eléctrica”<sup>403</sup>.

Este é o primeiro hotel da “segunda geração”<sup>404</sup>, propositadamente construído para esse fim, que surge na *Enseada Azul*. Por volta de 1930, numa outra época do turismo nacional e de desenvolvimento do Estoril, foi completamente renovado e aumentado de três andares, tomando, sensivelmente, o aspecto que ainda hoje tem. Logo no ano seguinte à sua inauguração, um experiente empresário no ramo, mandou construir o segundo *Grand Hotel* do Monte Estoril. Felix Petracchi, que tinha começado como cozinheiro da rainha Maria Pia e era, então, dono do Hotel Central, em Cascais, famoso pela sua cozinha, mas de modestas instalações, resolve agora, encomendar a Gaston Landeck o projecto para o seu *Grand Hotel d’Italie*, para um terreno virado ao Jardim das Palmeiras. Muito perto do *Estrade*, escolhe uma linguagem formal bem próxima deste<sup>405</sup>. Sofreu modificações e acrescentos em 1921, entre os quais uma sala de jantar, ainda mandada fazer por Petracchi, de gosto decorativo bem diferente e característico da época. Em 1943-45 foi praticamente reconstruído e passou a chamar-se Monte Estoril Hotel, mantendo-se em actividade até 1974, quando foi ocupado pelos portugueses regressados do ultramar. Durante este

---

<sup>403</sup> *Correio de Cascais*, nº28, 31 de Dezembro de 1899

<sup>404</sup> A tipologia *Grand Hotel*

<sup>405</sup> “Rivaliza perfeitamente com o Grande Hotel, e é tão procurado que na estação passada difficilmente se obtinha ali um quarto” ( *Correio de Cascais*, nº141, 2 de Março de 1902

período foi quase totalmente destruído por um incêndio e abandonado; está agora reconstruído como condomínio de apartamentos de luxo.

Em 1900 inicia-se uma nova fase da história do Monte Estoril, quando os duques de Palmela resolveram ceder parte do seu grande parque para urbanização, surgindo assim, um novo espaço possível ao crescimento da estância. Estamos ainda em plena fase áurea da Companhia Monte Estoril que, rapidamente, abriu aqui novas ruas e vendeu lotes para construção, Este novo bairro constitui o principal projecto urbano dos primeiros anos de novecentos e tem características um pouco diferentes das que vimos no primeiro período. Os terrenos adquiridos, estendiam-se do ponto mais alto do chamado Monte Palmela, a poente dos arruamentos já traçados, até aos limites do Jardim das Palmeiras, ao longo de uma encosta de declive extremamente acentuado, mas de panorama excelente. Apesar desta particularidade, o plano urbanístico desenvolve-se a partir de dois grandes eixos, bastante rectos, as avenidas Faial e Sanfré, que unem a parte mais alta e mais baixa do bairro. Entre estas, traça-se um grupo de pequenas ruas que, conjuntamente, fazem um sistema geométrico bastante regular. Ao lado desta escolha urbanística, vemos ainda outra característica diferente que é a dos lotes serem agora de dimensões quase sempre mais modestas e o seu traçado, naturalmente, mais regular.

Se na década de 1890, tinham sido, preferencialmente, aristocratas e grandes capitalistas, quem construía no Monte, transformando as suas fantasias mais ousadas em casas delirantes, como sugeria Ramalho, o novo século vê alargar-se o gosto pelo veraneio a outras camadas sociais. A chegada destas traz consigo outros valores, o gosto dos “honestos burgueses”, que começavam a construir também as suas casas de praia.

Mas se o mau gosto se multiplica, pelo alargamento da procura, os primeiros anos do século XX tiveram a virtude de ver aparecer novas

propostas arquitectónicas, geralmente mal copiadas, em seguida, por medíocres desenhadores. Estas novidades que rompem a tradição dos primeiros anos, onde predominava a tipologia do *chalet*, ou dos modelos mais ou menos exóticos, aparecem ligados a nomes grandes da arquitectura portuguesa, como são os casos de Ventura Terra (1866-1919) e de Raul Lino. Os modelos anteriores importados e implantados, sem qualquer preocupação de integração, vão dar lugar a propostas de carácter tradicionalista nacional, caso das estilizações da “casa portuguesa”; a formulações da linguagem internacional mais avançadas; ou, ainda, às variações do gosto neo-românico.

Ao segundo grupo, pertence uma das mais elegantes construções que se ergueram no Monte Estoril, neste período. Trata-se da casa de Abreu Valente, que Ventura Terra concebeu em 1901 para a parte alta da estância, no nº8 da Rua de Nice. Discreta qualidade, equilíbrio de proporções, jogo simples de volumes, a que apenas dois frisos de azulejos dão alguma garridice, ao mesmo tempo que servem eficazmente a estrutura das fachadas, são os elementos desta obra. Ventura Terra, justamente elogiado por Ramalho, dá aqui um exemplo da “probidade” e do “juízo” que tinham faltado à arquitectura portuguesa em geral e, como vimos, à arquitectura de veraneio em particular. O arquitecto iniciara a sua carreira profissional da melhor maneira ao vencer o concurso para as obras na Câmara dos Deputados, em 1896, ano em que regressara de Paris e dos ateliers de André e Laloux. Em 1900 vencera Raul Lino no concurso para os pavilhões portugueses na Exposição de Paris e, esta casa do Monte Estoril, é a sua primeira obra importante para um particular. Nela encontramos muitos aspectos que Ventura Terra utilizará depois, sobretudo em prédios de rendimento, como o que construiu para si próprio na Rua Alexandre



Herculano, prémio Valmor em 1903<sup>406</sup>. O mesmo arquitecto dá-nos, ainda, um outro notável exemplo, em 1904, desta vez na Rua do Pinheiro, frente aos jardins do Casino Internacional. São as casas geminadas para Miguel Henrique dos Santos, com projecto publicado em *A Construção Moderna*<sup>407</sup>, mas dissimuladas pela articulação da fachada: “este systema tem a vantagem de fazer com que o morador habite propriamente uma casa, sem os inconvenientes dos vizinhos por cima ou por baixo, inconveniente que se é mau nas cidades, não é menor no campo, em que se precisa de mais socego para descanso do espírito e do corpo. (...) A disposição da propriedade em quatro moradias, não deixa de ser elegante, embora singela e económica, pois que o custo d’ella foi de approximadamente doze contos de réis”<sup>408</sup>. Novamente uma extraordinária sobriedade, resolvida sem qualquer monotonia: um jogo de três corpos, dois laterais enquadrando um central menos elevado, alternância do desenho das aberturas, onde só as entradas marcam a distribuição das quatro habitações. Neste mesmo ano Ventura Terra assinou outro projecto que utiliza este modelo, num conjunto de três moradias, para as proximidades de Cascais<sup>409</sup>. Para além da qualidade, que melhorará no segundo desenho, estas casas constituem uma proposta “inteligente e progressiva” para uma outra opção de casa de férias, que não terá continuadores nas décadas seguintes, à excepção do projecto de Álvaro Machado (1874-1944) para o Dr. José de Lacerda, construído no Alto Estoril em 1910 e de que à frente falaremos.

Porém, se não houve imitadores para estes projectos, a casa de Abreu Valente serve de modelo a pelo menos mais duas, que ainda se erguem muito perto dela. São elas a *Villa Sequeira*, no nº 2 da Rua de Nice e a casa

---

<sup>406</sup> Além deste, recebeu ainda o mesmo prémio em 1906, com a moradia para a viscondessa de Valmor na Av. da República, em 1909, com o palacete Mendonça na Av. Marquês da Fronteira e em 1911, com o prédio do nº25 da Rua Alexandre Herculano

<sup>407</sup> *A Construção Moderna*, nº120, 10 de Março de 1904

<sup>408</sup> *Idem*

<sup>409</sup> Projecto publicado em *A Construção Moderna*, nº149, 10 de Novembro de 1904

que ocupa o nº 1 da Rua Calhariz onde, uma estrutura semelhante, produz resultados menos conseguidos que a do grande arquitecto mas, em todo o caso, contando-se entre os melhores edifícios então construídos.

Ventura Terra está ainda ligado a um importante projecto para o Monte Estoril, infelizmente nunca construído. Em 1903, a Companhia lança o seu mais ambicioso programa, a construção do *Splendid Hotel*, que deveria erguer-se, sensivelmente, onde hoje está o Hotel Atlântico, bem junto ao mar. Seria um magnífico edifício, de características modelares<sup>410</sup>, como ainda nunca se vira em Portugal. Num longo artigo assinado por Henden, publicado em *A Construção Moderna*<sup>411</sup>, ficamos a saber que o futuro hotel teria 340 quartos, distribuídos por dois edifícios de sete pisos, com os respectivos salões e restaurante. Os desenhos da fachada mostram, mais uma vez, uma extrema sobriedade, onde apenas os frisos, as varandas alternadas e os pequenos frontões das janelas de mansarda, servem de decoração ao enorme paralelepípedo. As dificuldades financeiras, recorrentes, da Companhia comprometeram o projecto, apesar do momento ser o de maior prestígio da estância. É, acima de tudo, nestes programas de maior complexidade que melhor se revelam as qualidades do arquitecto que fazem dele “o arquitecto maior dum período charneira entre os dois séculos, autor de obras europeizantes que procuraram propor-lhe um gosto, um sentido”<sup>412</sup>. Autor de um imenso número de obras, abrangendo as mais variadas tipologias, desde o templo ao liceu, sem qualquer monotonia ou preconceito, Ventura Terra foi ainda um arquitecto extremamente empenhado na dignificação da sua classe profissional e um dos fundadores e membro da SAP<sup>413</sup>.

---

<sup>410</sup> É o primeiro modelo, pensado para a zona, de um hotel da “terceira geração”, ou seja, o *Palace Hotel*

<sup>411</sup> *A Construção Moderna*, nº105, 1 de Setembro de 1903

<sup>412</sup> José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. II, 1966, p.153

<sup>413</sup> Sociedade dos Arquitectos Portugueses, nascida em 1901 sucedendo à Associação dos Arquitectos Civis, criada por Possidónio da Silva em 1863, passando a chamar-se, em 1872, Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. “designação que desde logo revela uma indefinição

Também logo na viragem do século, Raul Lino construiu as suas primeiras casas no Monte Estoril. Em 1899 projectou a pequena moradia de Silva Gomes, que ainda hoje se ergue na esquina da Rua Conde de Moser com a Av. das Acácias, ou seja, na zona primeiramente urbanizada. É uma construção de dimensões modestas, onde se conjugam, com grande harmonia, aberturas mouriscas com arcos ogivais lisos. Os beirais do telhado e os cunhais de pedra nos ângulos do edifício, completam a proposta tradicionalista do arquitecto, que introduz um requintado conceito de habitação, novo nestas estâncias. Pouco depois, Raul Lino irá construir a “Casa de Sta. Maria em Cascais”, como sabemos<sup>414</sup>, dentro de uma linguagem semelhante adaptada a um projecto muito mais ambicioso. Estas duas casas servem de exemplo ilustrado num artigo intitulado “Fachadas, interior e detalhes de estilização tradicionalista”, publicado em 1904<sup>415</sup>.

No alto do Monte Palmela, o novo bairro urbanizado em 1900, Raul Lino projectou, ainda nesses anos, duas casas para dois amigos seus. A vivenda *Monsalvat*, considerada uma das suas obras mais conseguidas, para o pianista Alexandre Rey Colaço, e a *Vila Tânger* para o irmão deste, o artista plástico Jorge Colaço<sup>416</sup>. Embora se filiem num mesmo modelo – articulação de corpos diferentes, alpendres oitavados adoçados nos cantos, pontuações de pedra nos cunhais e utilização de pequenos mezaninos junto dos beirais – a primeira mantém um carácter mais próximo do original e mais conforme com o terreno que ocupa. Além disso, *Monsalvat* mostra um conjunto de azulejos<sup>417</sup> notável e sem paralelo nos *Estoris*.

---

disciplinar que fragiliza a sua intervenção em termos profissionais”, in Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “Arquitectura Moderna”, *História da Arte em Portugal*, 1986, p. 11

<sup>414</sup> Cap. sobre Cascais

<sup>415</sup> *A Construção Moderna*, nº122, 10 de Fevereiro de 1904

<sup>416</sup> J. Colaço (1868-1942), formou-se em Paris e esteve ligado às Fábricas de Sacavém e Lusitânia; na primeira, produziu o que é considerado o seu melhor trabalho, a decoração de azulejo para a Estação de São Bento, no Porto, da autoria de Marques da Silva e inaugurada em 1903. Os painéis, com temática popular e histórica, são de 1915. (Luís Arruda, “Decoração e desenho. Tradição e modernidade”, *História da Arte Portuguesa*, vol.3, pp. 417-418)

<sup>417</sup> Provavelmente de Jorge Colaço

Em anos posteriores, Raul Lino vai ter, ainda aqui, mais três intervenções. A primeira, faz parte do conjunto urbano a que pertencem as casas dos irmãos Colaço na Rua Calhariz, mas desta vez datada de 1915. Foi construída para Victor Schalk e encontramos nela similitudes, sobretudo com a *Vila Tanger*, sua vizinha: terraço oitavado no ângulo da fachada virada ao mar, mezaninos junto do telhado, utilização da tijoleira em alternância com a pedra, etc. A segunda é a *Torre de São Patrício*, projecto de 1919 e encomenda de Jorge O'Neill, hoje Casa Museu Verdades de Faria. Ocupa um grande lote entre a Av. Sabóia e a Rua do Viveiro, de forte inclinação, onde se organiza um jardim que nos lembra, pela última vez, as situações típicas dos primeiros anos. É um complexo edifício que se desdobra em diferentes corpos de assumido ecletismo, “em que os valores do maravilhoso sempre presentes na obra de Raul Lino têm aqui uma inabitual ostentação, parece que em concessão ao gosto do proprietário”<sup>418</sup>. Aqui, mais do que em qualquer das anteriores, está presente uma das soluções em que Raul Lino foi brilhante – a conjugação harmoniosa das diversas partes da casa, embora pareçam adjunções ou acrescentos feitos em épocas diferentes. Este princípio, sugerido pelos velhos paços e solares portugueses (veja-se o caso da *Sempre Noiva*) deu ao arquitecto alguns dos seus melhores momentos, cheios de um encanto muito pessoal. O último exemplo, é uma casa construída ainda na década de 1900, mas muito ampliada em 1914. Logo à entrada do Monte Estoril, sobre a praia, o *Casal de S. Roque*, apesar das alterações sofridas, mostra ainda as marcas de qualidade do seu arquitecto.

Ao contrário dos puristas da “casa portuguesa” que, como Ricardo Severo, procuravam inventá-la a partir de elementos encontrados numa pesquisa de carácter etno-arqueológico, Raul Lino interessa-se, sobretudo,

---

<sup>418</sup> Raquel Henriques da Silva, “Sobre a Arquitectura do Monte Estoril, 1880-1920”, in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, nº5, Cascais, 1984, p.18

pelas estruturas arquitectónicas e estas casas são um bom exemplo desse jogo original de elementos morfológicos que assinalam momentos de rara qualidade na arquitectura portuguesa. Formado em Inglaterra e na Alemanha, e sobretudo interessado nos problemas da habitação, Raul Lino recolhe os ensinamentos do seu mestre A. Haupt, sobre a originalidade da arquitectura portuguesa de quinhentos, mas também acompanha o “exemplo da Inglaterra, onde o último quartel do século XIX viu surgir uma arquitectura inconfundível, vazada em moldes que vieram da Holanda nos tempos da rainha Ana, mas que o génio inglês sempre individualista soube adaptar ao seu clima, ao seu viver, às suas aspirações”<sup>419</sup>. A crítica de Ruskin e sobretudo de W. Morris, bem como o projecto e a ideologia do movimento *Arts and Crafts*, haviam enriquecido o debate destas questões em Inglaterra e Raul Lino guardara da sua estadia estes ensinamentos<sup>420</sup>.

Ao lado destes dois nomes grandes da nossa arquitectura, surge, ligado à ocupação do novo bairro urbanizado pela Companhia, o nome de Rafael Duarte de Mello, cujas intervenções ainda hoje marcam o carácter do local. São seguramente da sua autoria, a vivenda *Malvina*, na Av. Sanfré, construída para o “brasileiro” Manuel Ferreira dos Santos, em 1907; a vivenda *Laura*, vizinha da anterior, encomenda de Eduardo Esteves de Freitas, com projecto publicado na revista *A Construção Moderna*, em 1911, bem como em *A Architectura Portuguesa*<sup>421</sup>, onde se apresentam já fotografias da casa construída; a vivenda *Laximi*, muito perto das anteriores, num terreno de gaveto sobre o jardim das Palmeiras, com projectos publicados em *A Construção Moderna*<sup>422</sup>, é de todas a mais interessante pelo equilíbrio dos volumes e pela cuidada decoração; e, finalmente, também no

---

<sup>419</sup> A Redacção, “Mais um ano”, in *Construção Moderna*, Ano XIII, nº385, 10 Janeiro de 1913, p.3

<sup>420</sup> Para a arquitectura, constitui um acontecimento fundamental a edificação da ‘Casa Vermelha’ que Philip Webb construiu para Morris em 1859, verdadeiro milagre de contenção ornamental e sinceridade expressiva, ou as obras de C. F. A. Voysey no renascimento da arquitectura doméstica inglesa

<sup>421</sup> *A Architectura Portuguesa*, Ano VI, nº8, Agosto de 1913

<sup>422</sup> *A Construção Moderna*, nº340, 20 de Fevereiro de 1911

sopé do Monte Palmela, Rafael Duarte de Mello desenhou o *chalet* de Mário Belmonte Pessoa, com projecto publicado em *A Construção Moderna*, em 1911, e novamente em *A Architectura Portuguesa*, em 1913<sup>423</sup>, com um torreão de ângulo cilíndrico e acentuada verticalidade, que o destaca dos anteriores e o aproxima dos modelos do final do século XIX. Rafael Duarte de Melo, ainda que referenciado como desenhador, projectou um número impressionante de moradias, sobretudo nos arredores de Lisboa (inclusive com uma menção honrosa do prémio Valmor em 1914) e, como vimos, teve um enorme acolhimento nas revistas de arquitectura que então se publicavam em Portugal<sup>424</sup>.

Com estas casas, aparece no Monte Estoril, um gosto sobretudo neo-românico – colunelos, janelas geminadas, cornijas, etc. – misturado com elementos vindos, quer da “casa portuguesa”, quer do *chalet*, de decoração elaborada e tirando partido da utilização dos azulejos<sup>425</sup> que, em todos os exemplos, são de grande qualidade. Notamos ainda uma outra característica, que se repete na maioria das casas do Monte Palmela: os jardins, mais pequenos, deixaram de ser parques luxuriantes e as árvores quase desapareceram para dar lugar a uma disposição mais “à francesa”. Por outro lado, os muros que separam as moradias, deixaram de ser de pedra e, em vez dela, vemos aparecer os gradeamentos de ferro, geralmente sobre muretes de alvenaria, freqüentemente de gosto “arte nova”, que marcam os novos valores estéticos, já presentes também nos azulejos.

Sem um único exemplo sobrevivente, também o arquitecto António Couto projectou, pelo menos duas habitações de veraneio no Monte Estoril, neste período. Trata-se, nos dois casos, de imensos casarões publicados, um em *A Construção Moderna*<sup>426</sup>, o outro em *A Architectura Portuguesa*<sup>427</sup>. O

---

<sup>423</sup> *A Architectura Portuguesa*, Ano VI, nº 10, Outubro de 1913

<sup>424</sup> Só em 1925 se tornou obrigatório por decreto que a designação de arquitecto, ou o exercício da profissão exigia um diploma oficial de uma das escolas de Belas-Artes do país

<sup>425</sup> Da autoria de Luís Cardoso, pelo menos na casa de Eduardo Esteves de Freitas

<sup>426</sup> *A Construção Moderna*, nº213, 10 de Fevereiro de 1907

primeiro, encomenda de Francisco Moreira, é um projecto elaborado e sem definição clara de estilo que, pensamos, nunca ter chegado a ser construído. O segundo é um palacete, construído para José Maria Posser de Andrade, com fachadas para a Rua Alegre, a Avenida Trouville e a Avenida dos Estrangeiros, e que pretende ser uma estilização italianizante. Foi demolido há alguns anos, não se sabe porquê, pois o enorme lote continua devoluto. Dentro da mesma linguagem, mas de maior correcção, existe ainda a notável moradia no nº 798 da Av. Sabóia, construída por mestre Frederico Augusto Ribeiro, em 1903, para habitação própria. O seu proprietário quis, deliberadamente, distinguir-se dos *chalets* predominantes que desprezava<sup>428</sup>, escolhendo uma organização de extraordinária clareza e sóbria decoração “em estilo italiano”, apesar de alguns detalhes de gosto neo-românico, nas portas e janelas.

Numa análise quantitativa do desenvolvimento urbano do Monte Estoril, durante a primeira década do século XX, podemos ver, através dos processos de obra do Arquivo Histórico Municipal de Cascais que, relativamente às restantes povoações dos *Estoris*, um terço dos pedidos de construção são ainda para este local. Concluímos, também, que a predominância dos projectos é para o recente Monte Palmela e ao longo da Avenida Sabóia, principal artéria da primeira fase de urbanização do Monte, como sabemos. Isto quer dizer que, até 1910, o sucesso do novo bairro chamou o maior e melhor conjunto de edificações, então realizadas, enquanto a zona inicial continuava ainda muito longe de estar completamente ocupada.

---

<sup>427</sup> *A Architectura Portuguesa*, nº2, Fevereiro de 1913

<sup>428</sup> Informação recolhida por Raquel Henriques da Silva junto de uma descendente do primeiro proprietário

### 3.1.2.3. Os anos de declínio

Mas esta primeira década de novecentos, assinala, também, o começo do declínio do Monte Estoril. Logo em 1903, a Companhia não consegue levar avante o seu último grande projecto, o *Splendid Hotel*, por não ter conseguido reunir os 300 contos necessários. O seu fracasso acentua-se, a partir de então, apesar dos empréstimos que ainda tenta obter e de um entendimento com a C.M.C., sem grandes resultados. A sua última obra realizada foi a urbanização do Monte Palmela, mas a construção do lago, com os seus pavilhões de convívio e lazer, ou o pequeno comboio que levaria os veraneantes a esse centro imaginado da estância, ficaram, para sempre nas fantasias dos promotores da Companhia. Em 1907, as dificuldades financeiras e a hesitante legislação sobre os jogos de azar, foram responsáveis por um outro projecto não realizado. Já conhecemos os dois casinos do Monte, instalados em edifícios já construídos. Agora pretendia-se fazer um casino monumental, com um projecto pensado para essa função e desenhado por um arquitecto famoso. Conhecemos esta iniciativa através de um artigo do jornal *O Século*, que mostra a fachada grandiosa, nos informa que foi uma ideia de dois “beneméritos” do Monte Estoril, José António Machado e José Nunes Ereira, e a descreve assim:

“A fachada principal do casino é toda em pedra e circundada por um terraço com artísticos balaústres também em pedra. Sumptuosas escadarias descem até aos jardins, havendo uma outra de oito metros de largura que constitui a entrada principal do edifício. No grandioso vestíbulo de entrada, para o rés-do-chão abrem-se duas escadas que conduzem ao andar nobre, que será também servido por dois luxuosos ascensores.

O corpo central é formado, na altura do segundo pavimento, por uma grande arquivolta com duas colunas encimadas por fechos de pedra,



formando a imponente arquivolta um grande janelão que ilumina o vestíbulo do vasto salão de divertimentos.

Este salão é também iluminado por um grande lanternim envidraçado.

Lateralmente ao soberbo janelão há dois grupos de duas pilastras com ricos capitéis rematados sobre o entablamento por dois escudos suportados por grupos de crianças. Ao centro ergue-se, dominando todo o edifício, uma elevada torre ostentando um grande relógio. No eixo do soberbo janelão há uma varanda com balaústres artisticamente trabalhados, levando ao centro uma figura alegórica em bronze dourado. A entrada é feita por três grandes portas em arco formando colunelos de pedra primorosamente detalhados.

Todas as portas são em ferro forjado, ricas e de desenhos caprichosos.

A iluminação será a luz eléctrica profusa e cuidadosamente disposta. Os três corpos são separados por galerias envidraçadas; pequeninos jardins de repouso, renques de azulejos artísticos e lindos circundarão o belo edifício. Uma rica e bem trabalhada *marquise*, que abraçará as três portas em ferro forjado e vidros de fantasia, dará ingresso ao casino.

O edifício é completamente isolado, domina a estrada real, e dos seus balcões e galerias vê-se o mar azul e lindo.

Interiormente o grande casino é um primor de comodidades de elegância e de conforto”<sup>429</sup>.

A descrição do edifício, projectado por Norte Júnior (1878-1962)<sup>430</sup>, e o desenho que a acompanha, são elucidativos da ambição da obra. Imediatamente nos imaginamos no *Kursal* de Ostende ou no casino de Deauville e, com certeza, Fausto de Figueiredo não pediu mais ao seu arquitecto francês quando lhe encomendou o projecto do seu casino do Estoril. Tal como aconteceu com o *Splendid Hotel*, mesmo fora da

---

<sup>429</sup> *O Século*, 27 de Junho de 1907

<sup>430</sup> O qualificado desenho aprendido, sobretudo, no atelier de Pascal, em Paris, faziam de Manuel Joaquim Norte Júnior uma escolha acertada para este tipo de programa porém, só em Sintra, já nos anos 20, o arquitecto pode construir um casino

Companhia Monte Estoril, o casino grandioso não cabia ainda nas capacidades da mais prestigiada estância de então. No entanto, a propósito dos casinos do Monte, diz Branca Colaço: “Quem hoje frequenta o Casino Estoril e não conheceu o Casino do Monte Estoril, não faz idéia de como era elegante” e mais adiante, “até ao fim da Grande Guerra foi o centro mundano dos Estoris”<sup>431</sup>. Vemos ainda, pelos processos do Arquivo da Câmara Municipal de Cascais, que a vida destas casas era cada vez mais difícil e, não é raro encontrar pedidos, para redução de taxas por as receitas terem sido inferiores às despesas. Focando esta questão do jogo, do que se entendia ser uma vilegiatura balnear e incluindo curiosas apreciações das estâncias da moda nos arredores de Lisboa, encontramos estas palavras num roteiro de viagens, publicado em França, em 1908:

“Aujourd’hui, Cascais et Mont’Estoril, sa voisine, sont devenues des plages à la mode, où se presse la foule élégante et où les fêtes se succèdent.

L’excursion de Cascais et Mont’Estoril demande une après-midi et une soirée. La gare spéciale, située près du Tage, à la naissance de la rue 24-Juillet, offre un perpétuel mouvement. Les trains sont aussi nombreux que pour Sintra et la durée du trajet est la même.

En quittant Lisbonne après déjeuner, on peut consacrer deux ou trois heures à Cascais, se qui est suffisant et diner à Mont’Estoril; nous ne saurions trop vanter le charme d’une belle soirée passé dans ce lieu enchanteur. (...) N’était la longueur du trajet, Cascais serait tout indiquée comme station d’hiver internationale, aucune autre ville ne pouvait présenter de pareilles conditions climatiques aux malades qu’éprouvent cruellement les brusques variations de température du Midi. (...)

Cascais est précédée par une autre plage tout à fait ravissante; nous avons nommé Mont’Estoril. Estoril comprend, en réalité, trois quartiers distincts, dont les habitués vivent d’ordinaire à l’écart les uns des autres:

---

<sup>431</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.p. 323-324

Saint-Jean, habité par la bourgeoisie; Saint-Antoine, habité par les fonctionnaires, et Mont'Estoril dont la clientèle se recrute surtout dans l'aristocratie et la haute société. Ce dernier quartier est couvert de villas luxueuses, rivalisant entre elles par l'écart de leurs jardins; des palmiers y sont exubérants, et les fleurs, les géraniums surtout, d'un éclat sans pareil. (...) Néanmoins, les hôteliers appréhendent avec anxiété les résultats de la saison prochaine. Un arrêté récemment proscrit, sous des peines sévères, les jeux de hasard; or, sans plaider la cause du baccara, il est bien permis de constater qu'il est un des plus solides éléments de succès des casinos; le casino est un cercle tout indiqué pour la clientèle riche que fréquente les plages à la mode et que faire en un cercle moins que l'on joue?»<sup>432</sup>.

Em 1913, Ricardo Ferreira, na revista *Arquitectura Portuguesa*<sup>433</sup>, lamenta o “abandono” em que se encontrava a linda estância da “Riviera Portuguesa”, as casas sem gente e, no inverno, apenas habitadas por alguns estrangeiros que, por motivos profissionais, eram obrigados a fixar residência em Portugal. Mais adiante, fala no projecto do “Estoril”, ao qual deseja melhor futuro, apelando para a “inteligência e bom gosto” aliados à falta de “parcimónia”, para que a nova estância possa vir a ser aquilo que o Monte não conseguiu, apesar de bem o merecer, pelas suas qualidades – uma estação tão importante, internacionalmente, como Nice, Ostende ou Biarritz.

O Monte Estoril perdeu a iniciativa dos primeiros anos da Companhia e entra agora num quase esquecimento, ainda pontuado por algumas obras de grande envergadura, mas num tempo, em que é já o Estoril de Fausto de Figueiredo, o pólo de atracção do cosmopolitismo nacional e internacional.

Numa análise dos processos de obra, entrados na Câmara, nas segunda e terceira décadas do século XX, vemos que o seu número vai decrescendo, em relação aos anos anteriores. De 1910 a 1920, 26 projectos;

---

<sup>432</sup> N. G. Beauregard et L. de Fouchier, *Voyage en Portugal*, Paris, 1908, p.p. 88-91

<sup>433</sup> *Arquitectura Portuguesa*, nº8, Agosto de 1913

de 1920 a 1930, apenas 20. À parte alguns nomes de encomendadores importantes, como o banqueiro Sotto Mayor (1911) e Jaime Batalha Reis (1912) e umas poucas obras de qualidade, a maior parte dos projectos, que ali encontramos, são construções sem qualquer significado de nota, feitos quase sempre por empreiteiros locais ou lisboetas, para especulação imobiliária. Vemos também que, nos anos 10, se continua preferencialmente a ocupação do Monte Palmela, bem como da Av. Sabóia que, apesar de eixo nobre da estância, se enche cada vez mais com moradias mesquinhas, algumas geminadas, que se destinavam, certamente, a uma clientela da média burguesia lisboeta. A única novidade urbanística a assinalar, durante este período, é no sítio do Lago. Definitivamente abandonado o projecto inicial, os terrenos são loteados, no princípio dos anos vinte, e neles construídas casas, dentro dos princípios mais estereotipados da “casa portuguesa”, de que hoje apenas resta um exemplo.

Quanto aos raros edifícios de qualidade, servem-nos duas casas com projectos de Tertuliano Lacerda Marques (1883-1942) e Carlos Ramos (1897-1969). O primeiro<sup>434</sup>, construiu em 1917 para o industrial Alfredo da Silva, um palacete de estilização D. João V, com decoração extremamente elaborada, e alcandorado numa poderosa muralha sobre a Marginal, fazendo esquina com a Avenida Faial. É um característico exemplo de arquitectura de ostentação, quer pelo estilo e dimensões, quer pela implantação no terreno, próprio duma vontade de afirmação social do seu proprietário. O arquitecto, que possuía casa em S. João do Estoril, e lá construiu algumas outras, projectou aqui algo de muito diferente, como veremos, utilizando uma linguagem e estrutura que fazem desta casa o edifício mais imponente do Monte Estoril.

---

<sup>434</sup> Ligado sobretudo a São João do Estoril, onde habitou muitos anos e onde morreu, é um autor eclético que, precisamente num programa semelhante a este, ganhou o seu único prémio Valmor, em 1921 (reconstrução do palacete Ulrich na Cova da Moura)

Devemos lembrar ainda, o projecto que, nos finais dos anos 20, Carlos Ramos idealizou para Elias Frederico Abecassis, construído entre a Av. do Lago e a Rua San Remo. Demolida há alguns anos, vemos através do processo de obra um desenho muito interessante, de linguagem completamente nova, informado pelo primeiro modernismo e que constitui um caso ímpar no Monte Estoril<sup>435</sup>.

Para além dos casinos, hotéis e jardim, que, com a ocupação do novo bairro do Monte Palmela passou a ser o centro geográfico da estância, o Monte Estoril não teve verdadeiras estruturas de praia, no sentido estrito do termo. Nunca se construiu um edifício de banhos ou uma “digue-promenade”, ou sequer uma esplanada. O único melhoramento aqui realizado foi, já no fim da monarquia, um estreito pontão de pedra junto ao mar que, como sabemos, era um dos elementos consignados nos padrões europeus, do século XIX, para as estâncias balneares.

Finalmente, uma nota sobre a evolução dos equipamentos do Monte Estoril. Da mesma forma que vimos o Casino Internacional, transformado em hotel de qualidade superior, em 1914, para satisfazer uma procura que já não é exclusivamente do Monte, mas sobretudo do novo vizinho que começa a estar na moda, também veremos um fenómeno semelhante em relação ao último casino a funcionar na estância. Em 1922, Luís Gonzaga Ribeiro submete à Câmara de Cascais um projecto para a adaptação do *Chalet Leonor* (que tinha pertencido ao Conde de Moser) para um grande casino e o edifício é várias vezes citado e fotografado em revistas famosas como a *ABC*. Na verdade, a sua localização ainda é aqui, mas ele é já o primeiro casino do Estoril, em funcionamento nos últimos anos de 1920, quando o novo edifício do Parque ainda não estava concluído.

Esta é, de facto, a história do Monte Estoril – começou por ser apenas uma simples continuidade de Cascais; entre 1890 e 1910 ganha autonomia e

---

<sup>435</sup> Deste arquitecto voltaremos a falar, mais demoradamente, no ponto 4.1. sobre o Estoril

transforma-se, aos poucos, na estância balnear mais prestigiada do país para, após a implantação do projecto do Estoril, passar a ser uma zona subsidiária deste, sobrevivendo à sua sombra.

### 3.1.3. S. JOÃO DO ESTORIL

É mais uma vez Pedro Barruncho que, em 1873, ao traçar a história recente da vila e concelho de Cascais, faz as primeiras referências de nota<sup>436</sup> sobre o sítio que viria a ser a estância de S. João do Estoril, ambas da maior importância, para melhor se compreender o tipo de ocupação e de vilegiatura, que aqui se praticaram. A primeira, diz respeito às “águas da Pôça”<sup>437</sup>, uma das três fontes minerais da região, dizendo que “são assim chamadas por estarem numa baixa junto do sítio da *Cadaveira*, que fica à esquerda da estrada de Lisboa, vindo de Cascaes, d’onde dista quasi três kilómetros. Pertencem os banhos que alli há à misericórdia da referida villa. São úteis nas moléstias da pelle, rheumatismos, paralysias, escróphulas, e na debilidade geral”<sup>438</sup>. No início da sua exploração, o equipamento que lhes estava destinado era muito rudimentar, constando de dois barracões de madeira, que todos os anos se armavam, entre a Primavera e o Outono. A partir de 1890 teve início um processo, que durou cerca de quatro anos, em que a Santa Casa resolveu arrendar a estância termal. O primeiro interessado foi Manuel José Martins Contreiras mas as negociações não chegaram a bom termo. Em 1892, o dr. Carlos Tavares, médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, discípulo de Sousa Martins, e Jacinto Parreira, Major de Engenharia, candidataram-se ao arrendamento e, após vários problemas burocráticos, a escritura pública foi realizada em Janeiro de 1894.

---

<sup>436</sup> “O mais antigo documento sobre a região encontrado entre a correspondência recebida pela Câmara Municipal (...) remonta a 21 de Setembro de 1842, relacionando-se com os Banhos da Poça, o que parece atestar a importância do estabelecimento para o seu desenvolvimento. Trata-se de um ofício do Governo Civil de Lisboa remetendo à Câmara Municipal um requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Cascais no sentido de lhe ser concedida a propriedade das águas termais que nascem na praia da Cadaveira e terreno para a construção de um estabelecimento de banhos.” in *S. João do Estoril. A Localidade e as Termas, 1838-1923*, 2003, p.8

<sup>437</sup> Em 1835, o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, já faz referência às águas da nascente da Poça.

<sup>438</sup> Pedro Barruncho, *Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascaes*, Lisboa, 1873, pp. 66-67

Por contrato, a empresa exploradora<sup>439</sup> era obrigada a construir um novo edifício cujo projecto, provavelmente concebido pelo já Tenente-coronel Jacinto Parreira, foi aprovado em Junho desse ano. É um sólido edifício de torreões e ameias, dotado de quartos de banho com tinas de mármore, que abriu as suas portas em 1895 e que ainda hoje se levanta junto à praia de S. João ou da Poça, como também é conhecida.

A segunda referência, diz respeito à propriedade de António José Marques Leal, no lugar da Galiza, e informa-nos do seguinte:

“Encontra-se este lugar a quatro kilómetros de Cascaes, à direita da estrada indo de Lisboa, e sendo, ainda há bem pouco tempo, sítio pobre e estéril, é hoje uma espécie de colónia, já notável, e cujo progressivo engrandecimento tudo anuncia.

O sr. Leal comprou o grande casal e quinta que alli possuía o falecido desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro, propriedade denominada – *casal e quinta da Carreira*. Dotado de ânimo generoso e empreendedor, possuindo grandes meios de fortuna, tudo há empregado o novo proprietário para engrandecer aqueles bens, no que, a par da satisfação do seu gosto muito tem beneficiado os pobres facilitando-lhes largo e continuado trabalho.

Alli plantou mais de oitenta mil bacelos; construiu duas excelentes estradas, todas arborizadas de um e outro lado, que vêm entroncar na estrada real; edificou uma bela casa de habitação; procurou e descobriu água em diferentes pontos”<sup>440</sup>.

Os Banhos da Poça, nome por que era conhecido o lugar até ao seu “baptismo” em 1890, com o seu sólido edifício, vão constituir o núcleo à volta do qual vai girar a vida mundana da futura colónia balnear e um carácter termal, mais calmo e repousante, marcará para sempre a vivência

---

<sup>439</sup> À qual agora se juntavam os nomes de Isidoro José de Freitas e de Luís Filipe da Mata, entrando com um capital de 8000000 réis.

<sup>440</sup> Pedro Barruncho, op. cit., pp. 153-154



em S. João do Estoril. É precisamente este aspecto que vemos retratado, num artigo do *Correio de Cascais*, em 1899:

“E esses crentes teem-se feito proprietários das belas vivendas que por ali se encontram dispersas como monumentos levantados a consagrar a cura de uma filha querida, de uma esposa idolatrada ou de uma mãe estremecida”<sup>441</sup>.

A exploração agrícola e os grandes melhoramentos de Marques Leal<sup>442</sup>, apesar de centrados na “distante” Galiza, constituem um contributo fundamental, já que, é exatamente nos terrenos cedidos pela sua viúva, conjuntamente com os de Luís Filipe da Matta, que irá surgir o conjunto urbano e arquitectónico mais importante e característico da nova estância.

Para além destes dois “fundadores” encontramos ainda mais alguns nomes relevantes ligados à colonização de S. João do Estoril. Um deles, é o de Luís Gonzaga dos Reis Torgal, advogado, político e homem de letras, a quem se deve o apeadeiro que serve a estância. Ao traçar o seu perfil escreve um jornalista, em 1899: “tem o nosso biografado prestado tão bons serviços a S. João do Estoril, que bem pode ser considerado um protector da localidade, onde tem um magnífico chalet. (...) O nosso amigo é actualmente adm. da Comp. Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, e também da Comp. do Gaz, tendo, nesta qualidade, contribuido para a illuminação a gaz d’Oeiras, Estoris e Cascaes”<sup>443</sup>.

Tal como o Monte Estoril, a nova povoação vai começar a ganhar forma no final da década de 1880, quando todo o concelho é reanimado pela abertura da linha de caminho de ferro. Todavia, enquanto o Monte usufruiu da existência de uma Companhia, que urbanizou a nova área residencial, forneceu as infra-estruturas necessárias, bem como assegurava a

---

<sup>441</sup> *Correio de Cascais*, Ano I, nº4, 16 de Julho de 1899

<sup>442</sup> O primeiro “benemérito” de S. João do Estoril, construindo estradas, levantando uma boa casa e cedendo terreno para melhoramentos da futura colónia

<sup>443</sup> *Correio de Cascais*, Ano I, nº16, 8 de Setembro de 1899

conservação das ruas, jardim, etc., S. João do Estoril será o resultado de iniciativas individuais dispersas, dependendo, em grande parte, da boa vontade do município para a resolução dos seus problemas básicos.

Além desta diferença importante, uma outra ainda maior se apresenta e que é a das características topográficas das duas povoações, levando a tipos de ocupação que podemos considerar opostos.

Quando a moda da vilegiatura marítima, concentrada inicialmente em Cascais, começa a alastrar naturalmente para nascente da “Enseada Azul”, onde as praias de areia fina e mar calmo abundavam, surgem as duas novas estâncias, optando por modelos de urbanização bem diferentes: a Companhia Monte Estoril promove a colonização, marcadamente romântica, da pequena montanha, em ruas sinuosas, intensa arborização, lotes irregulares e muros de pedra rústica que, em muitos pontos, nos fazem lembrar Sintra ou Colares. Em S. João do Estoril, os mais importantes edificadores escolhem os terrenos mais próximos do mar e aproveitam a alta falésia para construir os seus luxuosos *chalets*.

Na verdade, e como ainda hoje podemos ver, tanto a linha do comboio como a antiga estrada real de Lisboa <sup>444</sup>, que desde Cascais acompanhavam a orla marítima, logo a seguir ao Estoril, infletem para o interior, deixando livre uma vasta faixa de terreno sobre o mar, que começa na praia da Poça (ou de S. João) e termina no forte de Santo António. É dentro deste espaço que serão traçados, em esquadria elementar, os eixos fundamentais do novo núcleo de veraneio.

Esta escolha assumida da paisagem marítima, do alto da grande arriba disponível, é a principal característica do urbanismo de S. João do Estoril e que o torna o primeiro exemplo de uma nova vivência do veraneio de praia, ainda que, nem sempre, as moradias erguidas nestes locais privilegiados,

---

<sup>444</sup> Neste troço corresponde, sensivelmente, à actual Avenida Marginal. Além desta via principal para todo o concelho S. João tinha, inicialmente, apenas mais dois caminhos que ligavam a Bicesse e à Galiza

mostrem a mesma compreensão do que seria esta nova forma de usufruir a natureza.

A propósito desta peculiar característica, devemos lembrar a crítica feroz que lhe faz o Almirante Nunes da Mata. Por volta de 1895, em visita a S. João do Estoril a convite do seu amigo Manuel José Martins Contreiras, mais um dos “fundadores”<sup>445</sup>, verificou, com indignação que, as moradias construídas ou em construção, sobre as ribas da praia, privavam de vista e de fácil acesso ao mar, todo o restante povoado, “estiolando-se, apesar de ribeirinho, numa espécie de aldeia campestre”<sup>446</sup>. O, então, ainda comandante, protestou junto de Costa Pinto temendo que, se a Câmara nada fizesse, o mesmo iria acontecer com a Parede. Persuadido da impotência do município, e perante a incredulidade do seu presidente, decidiu comprar todos os terrenos disponíveis junto ao mar, desde Cae Água (futuro S. Pedro do Estoril) até Carcavelos. O resultado da sua iniciativa foi, além da muito diferente urbanização da Parede, o ter permitido facilitar a construção da estrada marginal, que o Almirante já defendia, como elemento indispensável do progresso turístico da região, nos finais do século XIX.

Mas regressemos à estância que agora nos ocupa. Segundo Branca Colaço e Maria Archer, em 1890, procedeu-se ao *baptismo* da nova povoação, numa cerimónia que decorreu no dia de S. João, no *Chalet Brito*, e o padrinho teria sido o recém eleito Presidente da Câmara de Cascais, Jaime Artur da Costa Pinto<sup>447</sup>. A notícia que consta das “Actas das Sessões” da C.M.C., em 26 de Junho de 1890, confirma esta referência, afirmando que se resolveu dar o nome de S. João do Estoril “aos terrenos junto ao Forte da Cadaveira até ao sítio da Pôça onde actualmente se estão edificando algumas construções urbanas”. Estas duas notas permitem concluir que, no

---

<sup>445</sup> “As primeiras casas erguidas ao centro do actual povoado, foram mandadas fazer pelo professor Manuel José Martins Contreiras, e são apenas modestas casas de verão” (Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, 1943, p.274)

<sup>446</sup> Idem, p.240

<sup>447</sup> Branca Colaço e Maria Archer, op. cit., p. 274

início da década de 1890, já algumas das casas mais importantes estariam construídas ocupando os locais de melhor situação relativa.

As datas destas “construções urbanas”, os primeiros *chalets* de S. João do Estoril – *Chalet Brito* (antes de 1890), *Alda* (cerca de 1886) e *Chalet Pinheiro da Silva* (antes de 1889) – permitem também concluir que, só na década de 1890, os lotes sobre as falésias vão ser sistematicamente ocupados e, com esta urbanização, ganhar a estância a sua característica imagem urbanística e arquitectónica.

Inicialmente, é a zona junto à praia e aos Banhos da Poça e a faixa junto à estrada real, que vêem surgir as primeiras edificações. Pelas “Actas das Sessões” da Câmara Municipal de Cascais<sup>448</sup> sabemos também que, em 1893, a Câmara resolve aceitar os terrenos cedidos por Florinda Leal, viúva de António José Marques Leal, bem como os de Luís Filipe da Matta para a “abertura de ruas novas – a rua principal, paralela à actual Estrada Real deverá denominar-se Av. Marques Leal e as transversais Rua Costa Pinto e outra Elias Garcia”. A abertura da nova avenida, paralela ao mar, processa-se simultaneamente à ocupação dos terrenos da falésia que a viúva vende, em lotes de dimensões consideráveis, e onde irá surgir o conjunto de casas mais significativo. Nesta nova zona são quase sempre os proprietários, de maiores recursos e importância social, que promovem e custeiam as obras mínimas de saneamento e urbanização. Porém, junto à praia, as coisas parecem ter sido mais difíceis de resolver. Em 24 de Abril de 1894, Manuel José Martins Contreiras, de quem já falámos, apresenta um requerimento pedindo à Câmara “para mandar estudar um plano de ruas em S. João do Estoril e não consentir que ali se faça construção alguma sem que a planta esteja decididamente aprovada”. Também a articulação das novas zonas urbanizadas com a praia será motivo de queixas e petições até ao penúltimo ano do século XIX. Em Agosto de 1896, a “Comissão Promotora de

---

<sup>448</sup>“ Actas das Sessões” da Câmara Municipal de Cascais, sessão de 6 de Abril de 1893

Melhoramentos em S. João do Estoril” informa a Câmara de que “a bonita praia de S. João do Estoril, o recreio principal do público ali, não tem nem apropriado nem cómodo acesso”<sup>449</sup>. Qualquer dos antigos caminhos, mesmo os que foram entretanto arrançados, se encontravam em péssimas condições. Em 1899, o *Correio de Cascais* informava que se efectuara “uma cotização entre os moradores para abertura duma rua que comunique com a praia a importante parte da povoação à esquerda do riacho”<sup>450</sup>, (Rio da Cadaveira, entretanto terraplanado, ou seja, o bairro a nascente da praia). Algumas semanas depois, anunciava o mesmo jornal<sup>451</sup> que, estava concluída, e em breve seria entregue à Câmara, a nova estrada que conduzia à praia. Finalmente, em 1901, ficaram prontos dois importantes arruamentos: a Av. Florinda Leal, que corta perpendicularmente a povoação, ligando a Rua Costa Pinto<sup>452</sup> (a mais perto do mar) à estrada da Galiza, cruzando a linha de caminho de ferro; e a Rua da Beira Baixa, também paralela à estrada real, depois chamada Vasco da Gama, mas servindo apenas a zona a sul do caminho de ferro<sup>453</sup>.

“As dificuldades globais e a incapacidade revelada pelo Município para dirigir e controlar a urbanização do sítio, explicam o seu crescimento em dois núcleos bem diferenciados: um sobre a praia e os Banhos da Poça, articulado com a empresa que os explora e que pretenderia obrigar a Câmara a realizar as obras básicas, outro a leste da praia, organizado sobre o loteamento dos terrenos de Florinda Leal e Luís Filipe da Matta, em que são os proprietários, de evidentes recursos, que executam, segundo naturais interesses, as operações mínimas de urbanização”<sup>454</sup>.

---

<sup>449</sup> Idem, sessão de 16 de Agosto de 1896

<sup>450</sup> *Correio de Cascais*, Ano I, nº2, 2 de Julho de 1899

<sup>451</sup> Idem, nº4, 16 de Julho de 1899

<sup>452</sup> A rua transversal que, no documento camarário já citado, teria este nome, nunca foi construída e, mais tarde, foi assim chamada a última paralela da estrada real, junto ao mar

<sup>453</sup> *Correio de Cascais*, Ano III, nº129, 8 de Dezembro de 1901

<sup>454</sup> Raquel Henriques da Silva, “A Arquitectura de Veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930”, in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, nº7, Cascais, 1988, p. 101

Entre as indecisões da Câmara e a sua falta constante de recursos, a povoação irá crescendo, a nascente dos Banhos da Poça, sobretudo edificada a partir da vontade e das possibilidades de “protectores” privados. Ao seu carácter inicial, de pacata e modesta estação termal, junta-se esta apropriação da faixa de terreno junto ao mar, a sul da linha férrea, por parte de um grupo de ricos proprietários e especuladores, que agenciam uma estância “à parte”, estabelecendo uma divisão social e urbana definitiva da povoação: “Outras construções se sucederam, já para norte da linha férrea, mas de tipos mais modestos, sem vista para o mar, alojando classes sociais menos endinheiradas e multiplicando-se nos decénios seguintes, com a onda geral de expansão urbana dos povoados costeiros”<sup>455</sup>.

Mas como a ocupação desta zona privilegiada se fez, sem obedecer a qualquer planeamento prévio, mesmo aqui encontramos grandes discrepâncias na divisão dos terrenos. No início, quando ainda só a Av. Marques Leal e a estrada real disciplinavam o sítio, os primeiros lotes ocupados são de enormes dimensões, como, por exemplo, o do Dr. Reis Torgal; à medida que a urbanização se acelera, e que novas ruas são abertas, oferecem-se para construção uma série de novos terrenos, de dimensões muitas vezes mesquinhas, mas que, no conjunto, completam a imagem urbana que ainda hoje existe em S. João do Estoril. Como vimos, os últimos arruamentos são já dos primeiros anos do século XX e, algumas das transversais, inicialmente previstas nos documentos camarários, acabaram por não chegar a existir, limitando-se a caminhos entre lotes.

Os primeiros *chalets* de S. João do Estoril datam ainda dos últimos anos de 1880 e, os que ainda existem, erguem-se junto à antiga estrada real, ou seja, longe do contacto directo com o mar. O *chalet Alda*<sup>456</sup> é,

---

<sup>455</sup> Carminda Cavaco, *A Costa do Estoril – esboço geográfico*, Lisboa, 1983, p. 32

<sup>456</sup> L. F. da Mata é ainda encomendador de mais seis habitações, todas sobre a mesma estrada: *Bela Vista*, *Capricho*, *Destino*, *Elisa*, *Graciosa* e *Futuro*.

provavelmente, o mais antigo, levantado por Luís Filipe da Matta, um dos grandes “beneméritos” de S. João, e construído sobre a actual Av. Marginal nº41, cerca de 1886. É um exemplar característico da tipologia, de dimensões relativamente modestas mas, ao contrário do que será hábito no sítio, sem qualquer corpo torreão. O *chalet Pinheiro da Silva*, também dos mesmos anos, mostra aberturas idênticas ao anterior, mas a articulação dos corpos é muito mais frouxa. No entanto, é aqui que encontramos o primeiro torreão adoçado na fachada, com a sua cobertura curva, elemento que tanto marcará a imagem dos espaços junto à falésia. Ergue-se na Rua Nova da Estação nº9, a norte da estrada real e muito perto da linha férrea. O *chalet Brito*, na Av. Marginal nº26, é também anterior a 1890, conforme a notícia do “baptismo” da povoação. Reúne as características da tipologia numa articulação de corpos marcadamente verticais, o que acentua o seu aspecto “nórdico”, e apresenta um jogo muito curioso entre as molduras dos vãos e o acabamento das superfícies em estuque granulado aberto em tiras horizontais.

Em 1899, o *Correio de Cascais* faz uma descrição tipológica dos principais edifícios construídos na estância, onde não deixa de referir o *chalet Brito*:

“São deveras originais as propriedades que ali se encontram, de entre as quais citaremos por exemplo o castelo do sr. João Martins de Barros, que é um verdadeiro mimo de arquitectura; o chalet suíço do sr. Brito Freire, que é um modelo fidelíssimo das construções da florescente república Helvética; os palacetes dos srs. Benardino e Ribeiro, com o seu varandim e passeio sobre o mar, os esplêndidos chalets dos srs. Garland e Reis Torgal, são também dignos de especial menção pelo fino gosto de arquitectura que presidiu à sua construção”<sup>457</sup>.

---

<sup>457</sup> *Correio de Cascais*, Ano I, nº4, 16 de Julho de 1899

A primeira das casas referidas, o *Forte da Cruz*, pertencia, de facto, ao Alto Estoril que ali, precisamente, se inicia, mas é citado como exemplo notável e apropriado por S. João do Estoril, à falta de autonomia própria do local onde se elevava. Falaremos dele noutro lugar. Os outros edifícios, situavam-se no espaço que se loteara a nascente da praia da Poça, ao longo dos seus eixos principais – estrada real e avenida Marques Leal.

O palacete de Bernardino, Filhos e Ribeiro é o único de que conhecemos a data de construção, 1896, e o processo de obra e é, certamente, o mais recente. É um enorme edifício de gosto eclético, organizado em três corpos, na fachada sobre a avenida, de decoração requintada – um corpo central, de traços classizantes, articulado com dois torreões oitavados, com cunhais e vergas de pedra rústica, rematados por telhados em tronco de pirâmide, de faiança policroma, e ameias decorativas. A fachada virada ao mar, num único plano, repete vãos geminados que rimam com a entrada do edifício. Desconhecemos o seu projectista<sup>458</sup>, mas trata-se de um modelo de qualidade que se afasta da linguagem vulgar dos *chalets* desses anos<sup>459</sup>.

Dos restantes edifícios referidos no jornal só existe o *Grinalda*, de John Watts Garland, uma vez que, o *chalet Natália*, de Reis Torgal, foi demolido e no grande terreno, que ainda guarda as antigas palmeiras, foi construído um conjunto de prédios modernos, por sinal muito feios, mas de situação magnífica. A moradia primitiva, ao centro do maior lote da zona então urbanizada, e rodeada de um belo parque, “colava, a uma sólida estrutura básica, diversos elementos sugerindo o veraneio: o declive acentuado dos telhados, o torreão lateral cilíndrico com cobertura cónica, o conjunto dos corpos adjacentes produzindo um efeito de acumulação muito em moda,

---

<sup>458</sup> É possível que tenha sido Gaston Landeck, tanto pela data, como pelas características do traço

<sup>459</sup> Foi, há anos, completamente recuperado e é hoje um condomínio de apartamentos de luxo



(que) eram expedientes não eruditos de fazer *chalet* a partir de uma planta convencional”<sup>460</sup>.

A *Villa Grinalda* mostra uma mistura do chalet, com os seus elementos mais comuns – telhados de duas águas assentes em mísulas frágeis, empenas triangulares, águas furtadas e torreão adoçado – com elementos ecléticos de uma solidez de mansão, que lembram a casa da marquesa de Pomares no Monte Estoril – o soco de pedra rústica, a colunata da entrada, o janelão de arco redondo do rés do chão, a coluna de ângulo do primeiro andar, as cantarias chanfradas nos ângulos e molduras. No conjunto, porém, é um exemplo original da arquitectura de veraneio, destes anos.

Mas ainda nos anos de 1890, outros edifícios se ergueram em S. João do Estoril. São quase sempre tipologias modestas, mas muito decoradas, que se construíram nos terrenos dos “fundadores”. Um primeiro núcleo situava-se no acesso à praia da Poça, onde Manuel Martins Contreiras mandou fazer, em 1895, uma casa com apenas um piso, águas furtadas e ameias decorativas. Ao longo da estrada real, próximo da Poça, surge outro núcleo nos terrenos de Luís Filipe da Matta: um conjunto de casas para aluguer que seguiam a tipologia do *Alda*, embora mais modestas na sua composição e volumetria tradicionais, em que o tom da época era dado pelos telhados de duas águas com beirais de madeira e coroamento de ferro forjado.

Em frente a estas casas de L. F. Da Matta, erguia-se a residência de Avelino Rodrigues de Oliveira, edificada em 1896, e cuja tipologia é também uma versão simplificada do *chalet Alda*. De proporções mesquinhas e volumetria muito pobre, ganha alguma vibração nas varandas de ferro forjado. Este proprietário construiu também, junto ao seu *chalet*, um conjunto de casas para arrendar ao longo de uma rua particular, sem qualquer característica digna de nota. O mesmo se pode dizer das casas construídas por Polidoro José da Ponte, *Açoreano*, *Fluminense* e *Orion*, que

---

<sup>460</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit., p. 107

seriam pequeníssimos *chalets* rematados com os motivos característicos da época, como é visível no modelo de 1895.

J. W. Garland, e mesmo Reis Torgal, promovem também novas construções. O primeiro, é o encomendador de seis *chalets* de dimensões algo miniaturizadas, três em frente da sua residência, e outros três no “sítio do Sacca-Pão”, a norte da linha de caminho de ferro, de que conhecemos também um exemplar; o segundo, uma casa para os seus filhos, de volumetria e composição tradicionais.

A nova estância ia crescendo, promovida e ampliada pelos seus primeiros “colonizadores” mas, ainda nos anos de 1890, novos recém-chegados se juntam ao grupo inicial. Em 1898, Joaquim, Francisco e António Simões constroem três *chalets*, dentro das citações habituais que temos encontrado nestas casas de veraneio – corpos destacados em torreão, pedra rústica nos socos e molduras dos vãos, madeira e ferro forjado nos remates dos telhados e nos beirais. Estes três *chalets*, situavam-se no extremo mais nobre da povoação, entre a actual Rua Costa Pinto e a linha de costa, num contacto directo com o mar, característico do urbanismo empírico de S. João do Estoril. A praia adquire, aqui, um valor antes inexistente, e esta quase apropriação privada das falésias, começada pela casa *Bernardino e Ribeiro*, vai acentuar-se ainda mais nos anos seguintes. “A característica especial da localidade é o seu biombo de moradias assentes sobre as ribas do mar. Um biombo que oculta ao povoado o horizonte marítimo. Caso único em toda a linha de Cascais”<sup>461</sup>.

Em 1899, Eugénio Augusto Ribeiro de Castro, juiz e amigo do Dr. Reis Torgal, manda construir o seu *chalet* com fachada para a Av. Marques Leal (nº21). É um modelo característico com telhados de duas águas, águas furtadas, varandas de ferro forjado, cunhais de pedra e reboco rústico, ou seja, citações já bem conhecidas de modelos anteriores, mas onde se destaca

---

<sup>461</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p. 273

o torreão lateral, que se eleva, em relação à volumetria global com mais um andar, como acontecia no *chalet Pinheiro Ribeiro*, dando continuidade a uma escolha específica de S. João do Estoril, que depois mais se acentuará. Este projecto é assinado por Gaston Landeck que, também em S. João, é o criador por excelência desta arquitectura eclética, para onde desenhará mais seis casas entre 1898 e 1902.

Ainda em 1899, edificam-se junto à estrada real, as casas do Conselheiro José Carlos de Carvalho Pessoa e de Rosa Pimentel Mourão, ambas com projectos de Guilherme Eduardo Gomes, sobretudo activo em Cascais, durante estes anos. Nos dois exemplos encontramos opções diferentes das habituais, o que confirma o gosto aberto à diversidade que caracterizou a época. A primeira, mantém o corpo central em torreão com cunhais de pedra, que já encontrámos, mas a restante volumetria aproxima-se da casa tradicional de qualidade – a varanda de arcos apoiados em colunas e, no primeiro andar, o conjunto de vãos geminados – distanciam-na do modelo rústico do *chalet*. O segundo edifício, *Casal de Santa Helena*, mostra um modelo precoce do gosto português que, as alterações posteriores, ainda mais acentuaram<sup>462</sup>.

Antes do final do século XIX, as casas mais significativas de S. João do Estoril já se encontram construídas e os seus encomendadores pertencem, na sua grande maioria, a uma burguesia sólida que parece preferir “inventar” novos lugares, de contacto mais próximo com o mar, a integrar-se no modelo aristocrático que, nestes mesmos anos, se desenvolvia no Monte Estoril. Em S. João do Estoril, são também esses proprietários mais influentes que promovem novas construções, fazem os loteamentos e financiam melhoramentos urbanos. A falta de um projecto e capital iniciais, fez com que a estância nunca conseguisse ganhar o prestígio e a “aura” de

---

<sup>462</sup> A confrontação do processo de 1899 com a casa que hoje vemos, leva a supôr que se trata de uma reconstrução ou alteração do projecto feita posteriormente

excepção que, desde logo, se ligavam ao Monte Estoril. Apesar da apreciável qualidade arquitectónica de muitos exemplos que vimos anteriormente, a distância entre as duas estâncias contemporâneas, maior ainda pela falta de equipamentos exigidos para este tipo de vilegiatura, em S. João, é apreciada, desta forma muito crítica, por António Bandeira, em 1899:

“O primeiro Estoril que se encontra é *S. João do Estoril*, com os seus *chalets* às riscas, como meias de criadas de servir, acavalados uns nos outros pelo mau gosto dos comerciantes felizes, aprovado com o gosto ainda pior dos mestres de obras...infelizes.

O primeiro Estoril que apareceu, o Estoril pai, foi o do meio – *Santo António do Estoril*. (...)Dele nasceram os dois filhos: um à direita, chamado *Monte Estoril*, e feito pela alta burguesia; outro à esquerda, chamado *S. João*, e feito pela burguesia modesta.

Enquanto o *Monte Estoril* fazia um parque, elegante, sombreado, de ruas de areia fina, *S. João* fazia as suas ruas a *Mac-Adam*, e discutia a mão de obra das suas casas...

Enquanto o *Monte* salpicava o seu pinhal de *chalets*, esbeltos como os *chalets* de Cannes, *S. João* fazia os seus *como fosse mais barato*, e punha-lhes por fora os nomes das suas filhas ou das suas caras metades...

O *Monte* iluminava-se a luz eléctrica! *S. João* contentava-se com o petróleo...

O *Monte* levantava um grande Casino, armava uma roleta luxuosa, dançava *cotillons* com marcas de Paris, jogava *lawn-tennis*, tomava banhos ao meio dia, em *toilettes* complicadas? *S. João* dançava polkas no edifício dos Banhos da Poça, jogava o croquet quando se sentia vicioso, vestia um fato de baeta *vulgaris*, e tomava o seu banho, lavando os ouvidos para não gastar em casa a água doce...

Assim vivem os dois irmãos, parecendo-se por fora, mas odiando-se por dentro, verdadeiros Abel e Caim, à beira-mar plantados<sup>463</sup>.

Para além de algum exagero trocista, a crítica do grande jornalista contém verdades que devemos considerar e procurar-lhes uma explicação. Em primeiro lugar, excluindo um grupo relativamente pequeno de casas de forte representação, construídas pelos veraneantes socialmente mais importantes, a povoação vai encher-se de pequenos *chalets* erguidos em lotes mesquinhos, que os mais endinheirados e empreendedores constroem para rendimento e que, naturalmente, se destinam a uma burguesia modesta. Por outro lado, os símbolos do cosmopolitismo da época, presentes no Monte Estoril, resumem-se aqui, praticamente, ao edifício dos Banhos da Poça, o que significa uma outra forma de veraneio, mais pacata e familiar.

A partir de 1900, vamos ver completar-se o “biombo de moradias que oculta ao povoado o horizonte marítimo”, bem como a chegada de novos veraneantes de destacada posição social. Logo no ano simbólico da viragem do século, vemos aparecer, mais uma vez, o nome de Gaston Landeck numa encomenda do Almirante Caetano de Almeida e Albuquerque, para o seu *chalet* na Av. Marques Leal, mas sem nada que o destaque da tipologia habitual. Porém, ainda nesse ano de 1900, o mesmo desenhador constrói a casa de Carlos Augusto Branco, na mesma via, também ela um modelo híbrido, mas que pretende mostrar-se como uma pequena *villa*, com os seus telhados de quatro águas, as suas pilastras nos cunhais e as suas varandas com colunas assentes em balaustradas de pedra.

A fantasia e a diversidade continua a carecterizar estes anos, por vezes com notas de interessante originalidade, como no caso do *chalet* de Maria Olympia de Brito Marques Ribeiro, ainda de 1900, modesta casa de um único piso, mas decorada com o que seria um notável trabalho ornamental

---

<sup>463</sup> António Bandeira, in *Brasil-Portugal*, nº18, 16 de Outubro de 1899

de madeira, contornando o telhado e desenvolvendo-se sobre a entrada principal, formando um alpendre. Pelas plantas topográficas constatamos que qualquer destas casas foi construída em lotes de dimensões relativamente pequenas, como acontece ainda, com outro exemplo do mesmo ano, um discreto palacete que se ergueu sobre a estrada real, para João Baptista Teixeira. *Rose*, contrariando a maioria, mostra uma volumetria perfeitamente regular, de cobertura única, sem acrescentos de torreões ou corpos salientes. Também, em vez da madeira e do ferro forjado, utiliza discretamente a pedra nos cunhais, molduras, varandas e cornija do telhado. “Trata-se de um modelo que Ramalho Ortigão, tão crítico em relação à arquitectura exótica dos *chalets*, certamente aprovaria, promovendo valores de bom senso e discrição que depressa se tornaram dominantes”<sup>464</sup>.

Do primeiro ano do século XX, datam duas casas fundamentais para a leitura da costa marítima em S. João do Estoril. A primeira é o palacete do Conde de Azarujinha, que anteriormente veraneava em Paço d’Arcos, e então se fixa na zona mais nobre de S. João, entre a Av. Marques Leal e o mar. A escolha deste novo habitante trouxe ao lugar uma nobilitação desejada, que levou a Câmara de Cascais a, imediatamente, dar o nome de praia da Azarujinha<sup>465</sup> ao velho sítio da Cadaveira<sup>466</sup>. A casa, de que não conhecemos o autor, embora exista o processo de obra, mostra evidentes similitudes com a vizinha, do juiz Ribeiro de Castro, sobretudo no corpo do torreão com as suas aberturas ogivais, nos três primeiros andares e, em arco redondo, no último. Estas aproximações são mais nítidas ainda nos projectos já que, alguns pormenores depois realizados, fazem da casa Azarujinha, um modelo mais “acastelado” do que a anterior – a substituição da cobertura do torreão por um terraço com ameias, que se prolongam por todo o edifício, e

---

<sup>464</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit. p.113

<sup>465</sup> *Praia do Conde de Azarujinha*, designação decidida pela Câmara Municipal de Cascais, em 22 de Maio de 1901

<sup>466</sup> Aprovada em 17 de Abril de 1901 (AHMC/ALL-CMC/L/E/001/Estoril, 18 de Abril de 1901)

o corpo saliente da entrada, decorado com robustas guaritas em pedra – que não existiam no projecto inicial.

A segunda casa, desenhada novamente por Gaston Landeck, e encomendada por Maria Adelina de Mello é a *Villa Laura*<sup>467</sup>, hoje *Boavista*. Ergue-se também sobranceira ao mar, com entrada para a Av. Marques Leal, num espaçoso lote a nascente da casa *Bernardino e Ribeiro*. É, talvez, a obra mais notável da arquitectura de S. João do Estoril, apesar de, basicamente, utilizar os elementos característicos do *chalet* – articulação de corpos, torreões, coberturas piramidais, águas furtadas, varandas, pináculos e beirais de ferro forjado – mas cujo resultado é um conjunto bem conseguido, de boas proporções e hábil decoração, que o afastam, em qualidade, do seu modelo mais próximo que é a casa *Grinalda*, de J. W. Garland.

Em 1902, o comendador António Gonçalves de Azevedo pede, mais uma vez a Gaston Landeck, que desenhe aquela que seria a moradia mais emblemática de toda a arquitectura privada de S. João do Estoril. Ergue-se no grande lote, entre as ruas Costa Pinto e Vasco da Gama, portanto sem vista directa de mar. No processo de obra, que se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, vemos um edifício de volumetria compósita, onde se destaca um corpo de ângulo saliente, de telhado pontiagudo, que se eleve ligeiramente acima da restante cobertura. Ao lado destas citações típicas do *chalet* mais comum, encontramos alguns pormenores curiosos de vocabulário mais erudito – a organização das aberturas, a platibanda lisa que remata as fachadas e, sobretudo, as molduras das águas furtadas com volutas e tímpanos. A casa, que ainda hoje podemos admirar, mantém no essencial todos os elementos desenhados. Porém, no ângulo da fachada norte, surge um formidável torreão que, cortando o telhado, se eleva três andares acima da platibanda. Este corpo, que à partida está dentro da tendência geral desta arquitectura, toma aqui tais proporções,

---

<sup>467</sup> Nome que lhe dá Eduardo Arbués Moreira quando a compra à primeira proprietária ainda em 1901

ou falta delas, que só por si se transforma num símbolo de toda a povoação. A necessidade funcional não explica esta ruptura da escala, antes obedece ao desejo do proprietário de construir para si um símbolo que, no imaginário comum se liga a domínio e poder. Neste caso, a força do dinheiro de uma burguesia de frágil cultura, que pretende, através desta arquitectura cenográfica marcar uma diferença social.

Em 1943, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer apreciavam a fisionomia de S. João do Estoril, chamando a nossa atenção para este elemento tão típico:

“O urbanismo de S. João caracteriza-se, mesmo, por este cunho especial dos torreões encimados pelo capacete pontiagudo. Rara é a casa de categoria que não tem, pelo menos numa das esquinas, o adorno do alto mirante encarrapitado em que se adivinham as escadas interiores. No topo o indispensável chapéu pontiagudo, quase sempre negro – havendo até o caso curioso dum prédio com o seu torreão guarnecido por uma cúpula arrancada a qualquer dos velhos quiosques do Rossio!”<sup>468</sup>

Durante os primeiros anos do século XX, S. João adquire a sua imagem característica, já que os terrenos junto ao mar estão, praticamente, todos ocupados com as casas de maior significado, e o ritmo da construção começa, então, a abrandar. Até 1910, o mais significativo, será o preenchimento dos lotes para nascente, ao longo da Av. Marques Leal e nas paralelas, actuais ruas Vasco da Gama e Costa Pinto. A maior parte das construções nada tem de assinalável, mesmo quando o seu proprietário pertence a uma classe social superior. É o caso, por exemplo, do pequeno *chalet* mandado construir por D. João Guilherme Meneses de Alarcão, em 1903, num lote entre a Av. Marques Leal e a Rua Vasco da Gama. Continuam a aparecer os elementos característicos do *chalet*, em edifícios de reduzidas dimensões, ou ainda, tipologias mais tradicionais, contaminadas

---

<sup>468</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.277



por algum gosto palaciano, como a casa de Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, sobre a Av. Marques Leal, de 1907, embora guarde do *chalet* a cobertura em pirâmide nos corpos laterais da fachada.

Todavia, é neste ano de 1907 que surge em S. João do Estoril o seu mais activo edificador, o francês Émile Carp, que irá construir uma dezena de habitações de qualidade, para aluguer, onde recupera o gosto característico dos finais do século XIX, tanto na volumetria como na decoração. A primeira destas casas, é um típico *chalet*, com torreão de cobertura curva, alpendres de madeira, soco de pedra rústica e frisos de azulejos decorativos. Foi construída entre a Rua Costa Pinto e a falésia e trata-se de um edifício de pequenas dimensões, mas perfeitamente equilibrado nos seus elementos estruturais e decorativos que o destacam dos exemplos pré-existentes. No ano seguinte, o activo empresário, fará construir mais dois *chalets*, novamente sobre a Rua Costa Pinto, utilizando a mesma linguagem, mas introduzindo variantes que os diferenciam claramente.

Este conjunto de casas de Émile Carp, que se completará na década seguinte, constitui o fechar de um ciclo que se iniciara nos anos 80 do século XIX. O que vamos encontrar a seguir pertence a outro universo estético e veicula outros valores.

A partir de 1910, e como acontece em todas as estâncias de veraneio que já tratámos, o gosto eclético predominante até então, vai dar lugar a uma quase total uniformização do formulário da “casa portuguesa” que, como sabemos, tivera uma primeira realização excepcional na casa do Conde de Arnoso, em Cascais. Ao lado deste denominador comum surge também a partir de então, e com frequência, o nome do arquitecto Tertuliano Lacerda Marques (1883-1942).

O novo gosto arquitectónico, materializa-se em 1911, na *Casa de S. Paulo*, no nº35 da Av. Marques Leal. Foi edificada para Benedicta Alves de

Mello Nogueira, natural do Brasil, mas desconhecemos o seu desenhador. É uma enorme casa de gosto português, levantado num dos melhores locais sobranceiros ao mar sobre as ruínas do velho forte da Cadaveira, dominando toda a baía de Cascais e ao cimo de um alto paredão com terraços sobre a praia. Conserva ainda, como memória do sítio, um torreão oitavado de cobertura pontiaguda, mas inserido numa volumetria ondeada e pontuada por todos os elementos mais comuns da “casa portuguesa” – alpendres sobre colunatas, beirais, águas furtadas – reforçados ainda pelos azulejos azuis e brancos<sup>469</sup>. É, evidentemente, um exemplo excepcional mas que inaugura uma tendência presente na maior parte da arquitectura posterior. A casa pertenceu depois ao Dr. Azeredo Perdigão e, em 1943, Branca Colaço e Maria Archer consideram-na o “exemplar mais decorativo” de todos os “palacetes ostentosos” que em S. João do Estoril se erguem “para as bandas do mar”<sup>470</sup>. Em 1912, e à semelhança do que já vimos acontecer no Monte Estoril, aparece o primeiro modelo de um gosto extremamente decorativo, tirando partido dos azulejos coloridos e utilizando, preferencialmente, o arco redondo nas aberturas. Estamos a falar do projecto encomendado por Maria Amália Pereira Lopes, para a Av. Marques Leal, ao arquitecto Tertuliano Marques. Veraneante em S. João do Estoril, onde veio a morrer de acidente, o seu nome está ligado a uma série de construções posteriores onde, contrariando o que acontece neste primeiro exemplo, se veicula o gosto português. Esta casa foi publicada, em Janeiro de 1913, em *A Construção Moderna*<sup>471</sup> e, em Setembro do mesmo ano, aparece na *Arquitectura Portuguesa*<sup>472</sup>.

Dentro do mesmo formulário, mas muito mais elaborada, é a casa que o construtor civil Cosme Damião Lourenço Lima encomenda a Rafael Duarte

---

<sup>469</sup> Nos painéis da fachada poente evocam a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e a primeira missa aí realizada

<sup>470</sup> Branca de Gonta Colaço, op. cit., p.276

<sup>471</sup> *A Construção Moderna*, nº385, 10 de Janeiro de 1913

<sup>472</sup> *Arquitectura Portuguesa*, nº9, Setembro de 1913

de Mello, principal autor desta tipologia nos *Estoris*, e que foi publicada, em 1917, em *A Construção Moderna*<sup>473</sup>. É um modelo, embora mais pequeno, muito semelhante aos que o “arquitecto” desenhou para o Monte Estoril, também nestes anos 10 de noventa. Em 1914, aparece ainda um outro exemplo do mesmo gosto, desta vez introduzindo o velho motivo do torreão, na casa de Marcolino Cesário dos Santos, encomendada a Carlos Coelho, para a Av. Florinda Leal.

Os anos da 1ª Grande Guerra viram abrandar ainda mais o ritmo da construção e, até ao final da década, o único aspecto assinalável é a construção dos últimos *chalets* de Émile Carp, sempre na mesma zona, o que quase constituía um “bairro” de pequenas casas de qualidade. Datam de 1913/1914 e, ou foram simplesmente demolidas ou então, tão alteradas que é impossível ter hoje uma ideia do seu conjunto. A título de exemplo, todavia, resta-nos o nº15 da Rua Vasco da Gama, onde os telhados e varandas coloridos, o grande janelão e os alçados animados por faixas em relevo, mostram a diferença deste núcleo habitacional, promovido pelo empresário francês.

No início dos anos vinte, vemos multiplicarem-se os modelos da “casa portuguesa”, quer em novos projectos, quer em alterações a edifícios já construídos. Um dos melhores exemplos data de 1921 e é a casa que João Baptista dos Reis<sup>474</sup> constrói para si, o *Casal de S. João Baptista*, no último lote da estrada nacional, antes da praia. Como podemos ver no processo de obra e no edifício ainda de pé, desde os portões até aos telhados, tudo se submete ao novo gosto dominante, neste caso com alguma qualidade na articulação dos corpos em desnível, na varanda de ângulo ou nos óculos ovais de iluminação. No mesmo ano, é o arquitecto Tertuliano Marques que desenha um dos mais notáveis exemplos desta nova tipologia, para o lente

---

<sup>473</sup> *A Construção Moderna*, nº481, 10 de Janeiro de 1917

<sup>474</sup> Provavelmente o autor também da *Casa de S. Paulo*

da Faculdade de Medicina de Lisboa, Augusto de Vasconcelos, no último lote da Rua Vasco da Gama, neste ponto já com magnífica vista de mar. O edifício, de que conhecemos o processo de obra, mostra uma densa volumetria que envolve o característico torreão, que aqui é redondo e algo miniaturizado. Em vez do vocabulário mais estereotipado, dos alpendres, alegretes e beirais, o arquitecto utiliza, quase exclusivamente, a decoração sóbria dos vãos em pedra que, no corpo principal do edifício, sugerem motivos quinhentistas.

Dois anos depois, o mesmo Tertuliano Marques, assina mais dois projectos para S. João do Estoril. O primeiro, e como se lê na memória descritiva do próprio processo de obra, é um “projecto de casa em estylo português tradicionalista”, construído para José Maria Pedroso na Av. Marques Leal. O edifício apresenta uma volumetria praticamente paralelepédica à qual se “cola” uma ornamentação “à portuguesa” com um alpendre, beirais e alegretes. Esta mesma tendência de simplificação geométrica da volumetria acentua-se ainda mais em outras duas casas do mesmo arquitecto: o nº24 da estrada nacional, projectada também em 1923, e a casa de José Vicente, de 1926. Também em 1923, Tertuliano Marques constrói para si próprio *Santa Maria*, que ocupa o nº26 da Av. Marques Leal. Com uma das fachadas encostada ao muro da rua, e um pequeníssimo jardim, é um repositório, sem grande imaginação, do gosto que o arquitecto tanto contrubuiu para divulgar.

Nestes anos, a ocupação da zona a sul da linha férrea está praticamente concluída o que levou à escolha de outros locais de construção para norte, como são os casos mais citados do Alto do Monte Leite ou da Quinta de Sta. Rita<sup>475</sup>. Mas é ainda para a primeira zona urbanizada que, em 1923, surge nos Arquivos do Município um projecto notável<sup>476</sup> para Domingos Pepulim

---

<sup>475</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer informam-nos ter sido esta quinta feita com os terrenos que Guilherme Augusto Santa Rita foi comprando nos anos da fundação da nova estância

<sup>476</sup> A assinatura do arquitecto é ilegível

e que constitui a única excepção a esta quase hegemonia do gosto português, que ainda se acentua com a frequente alteração de casas há muito construídas. ou de projectos aprovados mas não concluídos, de modo a uniformizá-los segundo o padrão dominante. Trata-se de uma enorme mansão que, pelo contrário, escolhe o que podemos chamar de vocabulário internacional – quatro corpos de alturas diferentes, abrem-se para os jardins, através de uma varanda e paliçadas de decoração já modernizante. É um exemplo único nestes anos, em toda a costa dos *Estoris*, mas não sabemos se tal “raridade” chegou sequer a ser construída.

Se, sob a perspectiva do urbanismo, S. João do Estoril constitui um exemplo à parte, entre as estâncias balneares portuguesas, de fundação oitocentista, em termos de equipamentos é um sítio de vilegiatura extremamente incompleto. O seu carácter inicial, ligado à cura das águas termais, e as suas características de ocupação, resultado exclusivo de iniciativas particulares, são os factores que, em primeiro lugar, explicam este relativo isolamento de S. João do Estoril, esta impossível pretensão de se tornar uma estância cosmopolita internacional, como acontecia com o Monte Estoril. Os seus habitantes mais prestigiados, promoveram a urbanização e a construção de um novo sítio naturalmente magnífico, onde o orgulho da burguesia se revelava pelo luxo das suas casas e por uma vivência passada, quase exclusivamente, entre amigos e familiares.

Não há *Grand Hotel* ou Casino, onde uma população flutuante fazia a agitação mundana, como era obrigatório pelos padrões internacionais. Em S. João do Estoril a vida social concentrava-se, praticamente, num único edifício, herdado da sua história termal, o dos Banhos da Poça.

Entre a praia, o remanso das cadeiras de verga nas varandas dos *chalets* e os saraus e festas que se realizavam no velho edifício dos Banhos, se

completava a vida quotidiana dos veraneantes de S. João, sempre entre pessoas conhecidas, que dispensavam a agitação cosmopolita ou, esporadicamente, a procuravam nas estâncias vizinhas.

O assumir desta diferença, levou ao projecto de publicação de uma pequena folha, *A Praia*, ideia de alguns fundadores de S. João e que fez sair um único número, em Setembro de 1896<sup>477</sup>. Aí se fazem algumas alusões curiosas à vilegiatura deste local, e a primeira é sobre a hora do banho:

“São 7 horas da manhã. (...) É a hora do banho e dizendo-se isto, diz-se tudo!

A praia está o que se chama *au grand complet*.

Ranchos de meninas passeiam dum para outro lado, falando de toilettes, do club, da récita em casa do conselheiro tal e principalmente, oh, principalmente...de namoros!

Graves comendadores, comodamente sentados em banquinhos de lona, discutem política, juro das inscrições, & &.

Rapazes de calça de flanela branca e jaquetão negro, ciciam baboseiras aos ouvidos das mães das namoradas e destas que têm a paciência de os escutar.

Enfim, há de tudo à hora do banho!”

É, sem dúvida, o retrato de uma vivência burguesa, um pouco tacanha, mas não tão mordaz como a crítica de António Bandeira. Mas também aqui se descreve a intimidade das casas, às horas de maior calor, completando este quadro do veraneio em S. João:

“Ao calor indolente do sol de agosto, extenuada a carne e fatigado o cérebro, no *desabillé* gracioso da *matinée* clara ou na comodidade da camisola de riscas, passa-se, recostado na cadeira de vime rangedoura e

---

<sup>477</sup> *A Praia*, nº1, S. João do Estoril, 1 de Setembro de 1896

leve, o tempo num *dolce far niente* que todos vão buscar ao campo ou à praia, refazendo as inclementes agitações da cidade”<sup>478</sup>.

Aqui está uma ideia que nada tem a ver com o espírito que prevalecia nas estâncias aristocráticas onde o “teatro” das *toilettes*, as grandes noitadas, as enormes perdas à mesa do jogo, faziam parte integrante de uma verdadeira vida balnear. Mas também, a falta de espaços próprios, alternativos à casa de cada um. Num tempo em que a permanência na praia, se limitava às primeiras horas da manhã, a existência de um parque ou jardim era essencial para ocupar a colônia de banhistas no período do dia de maior calor. Aqui, não se come fora de casa, não se vai ao casino e nem sequer se pode passear entre as árvores exóticas dum parque, a não ser os que o têm dentro dos muros das suas moradias.

O edifício dos Banhos da Poça, inicialmente destinado sómente a tratamentos hidroterápicos, transforma-se no espaço de reunião nocturno das famílias residentes proporcionando, em exclusivo, a convivência social e o divertimento. Aqui se realizam as *soirées*, organizadas pelos animadores-residentes, com a presença das mesmas famílias conhecidas e alguns convidados, quase sempre os mesmos também.

O *Correio de Cascais* evoca assim o edifício: “De estilo despretencioso e simples, com as suas quatro torres, é o edifício dos Banhos da Poça como que o atractivo que conduz e prende milhares de pessoas a S. João do Estoril. Quem não terá visto o seu magestoso salão com 200m2 por 7 de alto, alegre e cheio de luz para o qual abrem as portas de 24 quartos de banhos de imersão? (...) Quem não se lembra do seu amplo estrado onde está o piano? O bilhar? (...) Os esplêndidos terraços?”<sup>479</sup>.

No número seguinte do mesmo jornal, encontramos uma notícia sobre uma festa realizada em S. João do Estoril que dá uma ideia muito

---

<sup>478</sup> *A Praia*, n.º1, São João do Estoril, 1 de Setembro de 1896

<sup>479</sup> *Correio de Cascais*, n.º4, 16 de Julho de 1899

aproximada do que seriam esses passatempos predilectos dos seus habitantes:

“Na noite de 16 realizou-se no edifício dos Banhos da Poça, o primeiro sarau da época, com o concurso dos distintos amadores os srs. Carlos Loup, que recitou primorosamente a poesia *A Lágrima* e o monólogo: *Que me diz minha Senhora?*

O sr. César da Rocha disse magistralmente diversos monólogos...

O sr. Franco de Almeida foi inexcedível de graça nas cançonetas...

(...) O baile decorreu bastante animado até depois da meia-noite. Entre outras pessoas lembramo-nos ter visto, com as suas famílias, os srs. Costa Pinto, presidente da Câmara Municipal de Cascais, conselheiro Pessoa, dr. Eusébio Leão, engenheiro Xavier Cordeiro (...)”<sup>480</sup>.

Trata-se de um serão de amadores, organizado pelas famílias residentes, e para o qual se convidam alguns amigos, membros importantes do concelho. Para além deste tipo de reunião, eram também muito populares os *cotillons*, ora oferecidos pelos rapazes às meninas solteiras, ora vice-versa, tendo chegado a existir, no verão de 1900, “uma sociedade promotora de reuniões e saraus”, um deles animado por um “belo sextecto, no salão brilhantemente iluminado a gaz com bico Rationel”<sup>481</sup>.

A importância social do edifício, fez crescer também a sua procura terapêutica e, em 1901, a Empresa dos Banhos da Poça passou a oferecer aos numerosos frequentadores novos tratamentos: “aproveitando a excepcional situação do seu estabelecimento junto da praia de S. João do Estoril onde há abundância de algas marítimas, acaba de iniciar o novo tratamento hidroterápico de banhos de imersão com algas como existem em Biarritz, Santander, San Sebastian”<sup>482</sup>. Pela única vez se coloca em paralelo S. João com famosas estâncias internacionais e pela única razão que podia

---

<sup>480</sup> Idem, nº5, 23 de Julho de 1899

<sup>481</sup> Excertos de várias notícias sobre a vida social saídas no *Correio de Cascais*, entre 1899 e 1902

<sup>482</sup> *Correio de Cascais*, nº115, 1 de Setembro de 1901



colocá-lo acima do Monte Estoril. Se neste último, é o projecto de estância climática que surge como uma mais valia para a concorrência internacional, que o Estoril de Fausto Figueiredo mais cabalmente vai desenvolver, em S. João é a ideia de modernização dos banhos terapêuticos que será retomada a outra escala pelo futuro projecto do “Parque Estoril”.

Este edifício dos banhos era o *club* de S. João do Estoril<sup>483</sup> e, alguns projectos que surgiram na viragem do século, para a criação de um verdadeiro casino, jamais se concretizaram em consequência, provavelmente também, da proibição do jogo, entretanto decretada. Fora deste centro, que tudo proporcionava à colónia da praia, S. João apenas conheceu um outro equipamento em moda nas outras estâncias de prestígio – um campo de ténis, que então se chamava *lawn-tennis*, jogo introduzido nos hábitos nacionais, precisamente em Cascais, no clube real da Parada e na praia da Granja.

Quanto a estruturas de alojamento e restauração, nada existia ainda em 1899, e disso se lamenta a imprensa da região:

“Todas as três povoações (S. João, Sto. António e Monte) gozam já de muitas comodidades, possuem bons estabelecimentos de víveres, vacarias e boa água encanada, e ficará breve concluída a rede de canalização que fornecerá o gaz para iluminação, tendo em parte já iluminação eléctrica. No Monte Estoril, já há dois hotéis, sendo um (o Grande Hotel) de 1ª ordem, e está agora já em começo de construção um novo grande hotel. Em Santo António encontra-se o confortável Hotel de Paris. Em S. João do Estoril, talvez já a maior das três povoações, nota-se porém a falta absoluta de um hotel, ou mesmo de um simples restaurante”<sup>484</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1901, abre o *Bijou Hotel*, afirmando-se então:

---

<sup>483</sup> O *Club da Poça*, criado em 1900 sob a direcção dos conselheiros Pessoa, Alves Mourão e Alfredo Acácio de Andrade e ainda de Eduardo Bandeira de Lima e Alfredo César da Silva, conforme notícia do *Correio de Cascais*, nº61 de 19 de Agosto de 1900. Nesta mesmo ano começou também a funcionar um serviço de *Chairs-à-bancs* entre Cascais, Monte Estoril, Estoril e os Banhos da Poça.

<sup>484</sup> *Correio de Cascais*, nº5, 23 de Julho de 1899

“S. João do Estoril acaba de ser dotado com um estalelecimento de que estava carecendo para o seu desenvolvimento.

Referimo-nos ao Bijou Hotel, que há dias visitámos.

Foi bem escolhido o nome.

É um verdadeiro *bijou*. Muito bem situado, com magníficos quartos, cheios de ar e de luz, duas belas casas de jantar e uma boa sala (...). O proprietário que dispõe de fartos recursos nada poupou para dotar o seu hotel das preciosas comodidades. O serviço de cozinha confiado a um cozinheiro muito hábil é realmente recomendável”<sup>485</sup>.

A notícia optimista, parece mais expressão de um desejo do que a realidade, já que o *Bijou Hotel*, rapidamente deixou de existir, sem quase deixar memória, ao contrário dos hotéis citados do Estoril e do Monte, que fizeram história e marcaram épocas do veraneio nos “Estoris”. O mesmo aconteceu com o *Hotel Savoy*, também aberto em S. João do Estoril, nos primeiros anos do século XX, e que se anunciava nos jornais de Lisboa como sendo “o único em conforto para as famílias que gostam de sossego”<sup>486</sup>.

Sem parque “à inglesa”, sem hotéis e casino, sem planeamento global, S. João do Estoril era mais um bairro, construído num local excelente, articulado com a praia e o seu edifício termal, do que uma verdadeira estância balnear, segundo os parâmetros do veraneio oitocentista. Esta falta de autonomia é confirmada, ainda, pelas notícias da imprensa da época, que sublinham as dificuldades de abastecimento que sentiam os habitantes de S. João, onde, cada vez mais, a gente mais importante se abastecia no Estoril e Cascais, cujo comércio retalhista se desenvolvia ao compasso do crescimento urbano. Inúmeras notícias do *Correio de Cascais*, bem como muita documentação do AHMC<sup>487</sup>, mostram que as dificuldades de

---

<sup>485</sup> *Correio de Cascais*, nº108, 14 de Julho de 1901

<sup>486</sup> in *Monografia de Cascais*, dir. Ferreira de Andrade, Cascais, 1969, p.185

<sup>487</sup> Arquivo Histórico Municipal de Cascais

abastecimento de água, a falta de iluminação pública, as enormes carências de saneamento básico, são problemas recorrentes na povoação de S. João do Estoril, e isto, até pelo menos, ao final da primeira década do século XX<sup>488</sup>. O mesmo se pode dizer em relação às dificuldades de acesso, pelas petições repetidas dos proprietários para a abertura de novas vias ou para reparação das já existentes<sup>489</sup>.

Um centro, dotado de equipamentos e estruturas comerciais, só vai surgir bem dentro do século XX, num contexto muito diferente do inicial<sup>490</sup>, e ao norte da linha de caminho de ferro, ou seja, mais ligado ao núcleo primitivo de colonização levada a cabo por António José Marques Leal.

Um rápido crescimento<sup>491</sup> e um breve florescimento, são as características fundamentais desta instalação que, mais depressa ainda do que aconteceu com o Monte Estoril, passará a girar na órbita do futuro “Parque Estoril”.

Logo em 1911, quando Fausto de Figueiredo era vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, já esta ameaça de abandono pairava no ar, segundo estas palavras de um periódico do município:

---

<sup>488</sup> Em 4 de Março de 1911, Fausto de Figueiredo manifesta, em sessão camarária, a necessidade de obter da Empresa de Vale de Cavalos, a condução de água para S. João. A dita empresa pertencia a Carlos Anjos, um dos promotores do Monte Estoril, que desde o princípio do século XX abastecia S. João, mas sempre abaixo das necessidades crescentes da população.

<sup>489</sup> Em 12 de Abril de 1911, um abaixo assinado de proprietários do Estoril e S. João do Estoril, pede a introdução de inúmeros melhoramentos ao nível do sistema de esgotos, serviço de limpeza, rega e conservação de estradas, abastecimento de água e iluminação pública (AHMC/ALL-CMC/C/A/001/Cx.486, 12 de Abril de 1911)

<sup>490</sup> A urbanização “fechada”, a sul da linha férrea, onde se instalava a colónia de veraneantes, obrigou a que o crescimento da povoação, mais cedo e mais drasticamente que em qualquer dos outros “Estoris”, se fizesse para norte, longe do mar, sobretudo em direcção à Galiza, num primeiro tempo, e depois para nascente, onde havia espaço livre abundante

<sup>491</sup> Como vimos, em 1899, já era a maior das povoações dos *Estoris*. Em termos estatísticos, os anos de 1893 a 1898, de 1899 a 1905 e de 1912 a 1914, são os de maior crescimento urbano. A 1ª Grande Guerra interrompe este processo e, só em 1920 se inicia um novo ciclo de desenvolvimento.

“Pelos vistos, voltamos à mesma ordem de ideias das antigas vereações.  
O Concelho resume-se a Cascais e Monte Estoril.  
O resto das povoações é considerado como sertão”<sup>492</sup>

---

<sup>492</sup> *Jornal de Cascais*, Ano I, nº6, 9 de Abril de 1911

## 3.2. PORTO

### 3.2.1. A FOZ

#### 3.2.1.1. A povoação de São João da Foz do Douro

*“Quando o século quinze nasceu já a Foz engatinhava pela margem direita do Douro.*

*Não obstante, trezentos anos depois essa resignada colmeia, andarilha no mar, quase paralytica em terra, cabia num bolso de colete: uma igreja, um castelo e quatro lajes de casas térreas”. Assim escrevia Joaquim Leitão, em 1907, da que viria a ser no século XIX a praia por excelência, do Porto”<sup>493</sup>.*

O couto de S. João da Foz, criado em 1519 por D. Manuel I, fora entregue aos Abades de Santo Tirso, seus donatários até 1834, quando são declarados abolidos os foros eclesiásticos e extintas as ordens religiosas. A longamente triste existência da povoação começou, então, um novo período da sua história.

A vila de S. João da Foz do Douro logo iniciou a sua vida como concelho independente mas este sonho de autonomia foi breve já que, em Novembro de 1836, e por decreto-régio, passou a fazer parte das freguesias da cidade do Porto. Este estatuto teve as suas vantagens, sobretudo quando, a partir dos finais do século XIX, a municipalidade portuense se empenhou em fazer da Foz uma zona de lazer importante para a sua cidade, mas teve, talvez, maiores desvantagens, já que aí não funcionou a iniciativa privada, cujo empenho foi responsável pelo sucesso das nossas mais prestigiadas estâncias balneares, como são os casos da Granja e do Estoril.

Pequeno núcleo de pescadores pobres, concentrados exclusivamente nas proximidades do castelo de S. João da Foz do Douro (datado de

---

<sup>493</sup> Joaquim Leitão, *Guia Ilustrado da Foz, Mattosinhos, Leça e Lavadores Porto*, 1907, p.3

1570),era ainda, por volta de 1870, “um lugarejo quase insignificante, que ia da Cantareira até à Rua Senhora da Luz à entrada de Carreiros, e da Cantareira ao Alto do Monte, o máximo em largura”<sup>494</sup> e a muitas horas do centro da cidade<sup>495</sup>.

A crescente moda dos banhos de mar e a significativa melhoria dos transportes, vão provocar um crescimento urbano importante na Foz, em dois sentidos opostos. Do lado do rio, na velha zona da Cantareira, onde vai surgir o Jardim do Passeio Alegre<sup>496</sup>, ou seja, o núcleo inicial, designado vulgarmente por Foz Velha, de marcada vocação piscatória, obedecendo a um loteamento de dimensão reduzida e a um traçado irregular de vias estreitas, sem qualquer plano prévio; e o conjunto urbano adjacente, em direcção ao mar, ao longo da antiga estrada de Carreiros, zona urbanizada já na viragem do século XIX para o século XX, num esquema reticular bastante rígido, a que vulgarmente se chama a Foz Nova. Do miolo primitivo apenas se destacava a rua do Padre Luís Cabral, a antiga rua Central, que constitui eixo fundamental e que, durante largos anos, unia o Porto a S. João da Foz. Desde 1838 aparecem, nos Arquivos da Câmara, projectos de urbanização para esta zona mas limitando-se a obras de alinhamento ou rectificação destes antigos traçados. Para além da rua do Padre Luís Cabral, é a rua de Nossa Senhora da Luz e a Esplanada do Castelo, que mostram ser as principais preocupações destes projectos. Em 22 de Junho de 1859, um “projecto da autoria de Joaquim Vaz Lima, mostra-nos o alinhamento da Rua de Nossa Senhora da Luz, a partir da Fonte de Cadouços, através da expropriação de terrenos de Ignacio Pinto Silva revelando, ainda que precocemente, o primeiro esboço de expansão de

---

<sup>494</sup> Augusto Gama, *Dois Escritores Coevos*, cit. in Sebastião de Oliveira Maia, *Onde o Rio Acaba e a Foz do Douro Começa*, Porto, 1988

<sup>495</sup> Nas palavras de Raul Brandão: “esta vila adormecida estava a cem léguas do Porto e da vida”, in *Os Pescadores*, Porto, Paisagem Editora, 1982, p. 27

<sup>496</sup> “O Passeio Alegre (então Lugar da Cantareira) era uma praia, a norte de S. Miguel-o-Anjo, pejada de varais de madeira onde os pescadores estendiam as suas redes. Depois de executado o paredão, ao longo da

S. João da Foz em direcção ao mar”<sup>497</sup> Ao longo da década de 1860, uma série de novos projectos de urbanismo, são claros quanto ao sentido da evolução da Foz, quer como estância balnear, com um conjunto de propostas de melhoramentos na zona da praia, quer no sentido da sua expansão com a abertura da actual Av. do Brasil, que se prolongará por toda a década de 1870.

A moda dos banhos, que os autores oitocentistas dizem importada de França e Inglaterra, e a proximidade da capital nortenha, não foram, porém, suficientes para desenvolver rapidamente estruturas urbanas e equipamentos capazes de fazer da Foz do Douro uma verdadeira estância balnear. Durante décadas, a pacata estadia dos banhistas é descrita, da forma mais vívida, por Ramalho Ortigão:

“No tempo em que eu ia de chapéu de palha e de bibe, à tarde, apanhar conchinhas na costa, pela mão de minha avó, tu eras grave, simples, burguesa, recolhida e silenciosa como uma horta em pleno campo.

Tinhas duas hospedarias. A do Julião, defronte do Castelo, e a do Silvestre, ao fundo da rua Direita. (...)

Além destas hospedarias havia o café da Senhora da Luz, a Assembleia do Mallen, à esquina da praia dos Ingleses; um barbeiro na rua Direita, (...)

Havia também a *Casa das Burras* (...) em que se alugavam as mulinhas cavalgadas para a viagem a Leça, (...)

No princípio da estação, em Agosto, começavam a chegar os banhistas!

---

barra, aquele terreno tornara-se um vasto descampado a que chamavam Alameda”; Guido de Monterey, *De Relance ao longo do Tempo*, 1965, p. 46

<sup>497</sup> M<sup>a</sup> Filomena Barros de Carvalho, *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, , 1997, p.33

Vinham as famílias do Douro. Via-as a gente em magotes, confrangidas, arripiadas, olhando para o mar com uma grande sensação de espanto, de pavor e de frio. (...)

Tinham os seus passeios favoritos:

Ao farol da Senhora da Luz (...)

Pela manhã, à feira (...)

À Cantareira, de tarde, quando chegavam as lanchas do peixe”<sup>498</sup>

Quanto aos hábitos quotidianos, destes nada cosmopolitas veraneantes “a banhos”, o autor faz esta deliciosa descrição:

“Não sei qual era a vida das demais famílias que iam para a Foz nesse tempo, porque a convivência era tão pouca, que toda a gente comia salada de alho, francamente, sem receio de vir a falar com outrém que não fosse a família.

Na minha casa, o teor era êste:

De manhã, depois do banho, às oito horas, almoçava-se café com leite, pão com manteiga fresca, que vinha das terras da minha avó. Ao meio-dia jantava-se. Às Avé-Marias, persignávamo-nos, rezávamos o Angelus ao toque do sino da Igreja e tomávamos chá com pão de Vilar e biscoitos de Avintes.

Vinha depois o serão: uns costuravam, outros liam o *Periódico dos Pobres*, outros jogavam o Voltarete; (...)

Às oito horas e meia, quando os tambores e as cornetas do Castelo tocavam a recolher, comia-se peixe cozido, bifés, esparregado, enormes quantidades de melão; procedia-se à operação de ir cada um para o seu quarto queimar mosquitos; e todos se deitavam em seguida”<sup>499</sup>.

---

<sup>498</sup> Ramalho Ortigão, *Praias de Portugal*, pp. 95 e seg.

<sup>499</sup> *Idem, Ibidem*



À parte alguns ingleses<sup>500</sup>, da comunidade portuense, que gozavam as condições da Foz de forma particular, eram sobretudo os pequenos e médios burgueses da cidade e da província que frequentavam a praia em tempo de banhos, ao longo do século XIX. O carácter social da Foz é exemplarmente descrito nestas palavras de Alberto Pimentel: “A Foz pertence ao tipo das praias mais populares, que se haviam democratizado, ao contrário da Granja, de Cascais ou Estoris, de sabor aristocrático, mais elitista; na Foz a segregação social faz-se temporalmente, ou seja, segundo dois turnos: o 1º de agosto e setembro com gente do Porto, famílias ricas, titulares, empregados públicos, etc.. O 2º chega só depois das colheitas, é o da gente de Cima-do-Douro, lavradores, ricos proprietários, pessoas abastadas, sem exclusão de gente menor, os feitores, os caseiros, os remediados e até os pobres”<sup>501</sup>. Quer para os banhistas de um dia, ou de um mês, a primeira dificuldade era a de acesso como resultado da precariedade dos transportes. Sobre este aspecto, é ainda Ramalho Ortigão que nos diz:

“Muita gente vinha do Pôrto, de madrugada, tomava banho e regressava à cidade.

Este serviço era em grande parte feito pelos *carroções*, um dos mais extraordinários inventos do espírito portuense, aplicado à locomoção.

O carroção era um pequeno prédio, com quatro rodas, puxado por uma junta de bois. Dentro havia duas bancadas paralelas em que se sentavam os viajantes. Por fora, sôbre uma faixa pintada de côr alegre, lia-se o nome do proprietário e do inventor da máquina. *Manuel José de Oliveira*.

Quanta gente cabia num carroção? Nunca se pôde saber. Um carroção levava uma família. Que esta fôsse pequena ou grande, o carroção não se importava com isso e levava-a. (...)

---

<sup>500</sup> “Já em meados do século passado, muitas famílias da colónia britânica do Porto costumavam fechar as suas casas da cidade (...) e vinham passar uns meses à beira-mar, à Foz ou a Leça”, in A. Magalhães Basto, *A Foz há 70 anos*, Porto, 1939, p. 20

<sup>501</sup> Alberto Pimentel, *O Porto há Trinta Anos*, s.d., pp.245-246

Além das famílias que iam à Foz de carroção, havia as pessoas que iam em burros. (...)

Ninguém fazia o trajecto de ida e volta à Foz em menos de seis a oito horas, compreendido o tempo do banho. (...)

O serviço dos carroções e dos burros, sobre os quais as senhoras regressavam do banho com os narizes frios e os seus chapéus postos em cima de seis lenços atados na cabeça, foi ampliado por fim com o serviço dos omnibus, cuja empresa faliu, cuidou eu. (...)

Aos omnibus, seguiram-se os *chars-à-bancs*; e desde que estes entraram na carreira da Foz, partindo do Carmo e da Porta Nobre, o movimento dos banhistas aumentou extraordinariamente e a vida nesta praia entrou na sua fase moderna.”<sup>502</sup>

Pelo decreto de 15 de Agosto de 1870, o barão da Trovisqueira consegue autorização para “estabelecer à sua custa, na estrada pública entre o Porto e a povoação da Foz, podendo prolongar-se até Matosinhos, um caminho de ferro para transporte de passageiros e mercadorias, servido por cavalos (rail road)”<sup>503</sup>. Finalmente, em quinze de maio de 1872 é criada a Companhia Carril Americano<sup>504</sup> do Porto à Foz, proporcionando transporte cómodo, pois circulava sobre carris, e mais rápido, que ligava o centro da cidade à estância, pela marginal<sup>505</sup>. Em 1874 é inaugurada a linha americana entre Carlos Alberto e Cadouços (Foz), pela Boavista. Marcando o limite norte da Foz, a Avenida da Boavista joga um papel fundamental, quer na ligação à cidade, quer na própria lógica da expansão urbana do Porto, constituindo o “eixo norteador de todo o desenvolvimento urbano

---

<sup>502</sup> Ramalho Ortigão, *Praias de Portugal*, pp. 95 e seg.

<sup>503</sup> Jorge Fiel, “Um Século da atribulada história dos transportes públicos do Porto”, in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano II, nº7 e 8

<sup>504</sup> O “Americano”, licenciado para fazer a ligação do Porto à Foz pelo decreto de 25/08/1870, foi o primeiro do género a ser implantado em Portugal. O novo transporte, que é um ónibus sobre carris, surgiu em Nova Iorque em 1832, inventado por John Stephenson, efectuando a carreira Nova Iorque-Harlem (M<sup>a</sup> Filomena Barros de carvalho, *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, 1997, p. 18)

<sup>505</sup> Ligava a Porta Nova (Miragaia) à Foz em 25 minutos (José Alberto Vieira Rio Fernandes, *A Foz: Contributo para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, 1985, p. 19)

oitocentista, num evidente privilégio de articulação este-oeste”<sup>506</sup>. No fim da década, a Câmara autorizou as duas companhias a adoptarem a tracção a vapor e, em 1895, finalmente, principia a substituição pela energia eléctrica. Esta melhoria de acessos permitiu, por um lado, o grande desenvolvimento da estância e, por outro iniciou o seu futuro como bairro periférico e privilegiado do Porto<sup>507</sup>.

No último quartel do século XIX, quando se inicia a “fase moderna” da estância, ainda a renovação urbanística e a animação cosmopolita, tardavam em chegar à Foz. É nos anos setenta que se abre a nova estrada de Leça, estendendo-se por Carreiros, batida pelo oceano e onde, a pouco e pouco, vão surgindo novos edifícios que, segundo Ramalho Ortigão, “seguiram os modelos das construções francesas do mesmo género e oferecem o elegante aspecto modesto e confortável, tão raro nas casas portuguesas”<sup>508</sup>. Esta nova avenida marginal, eixo principal do quadriculado urbano da Foz Nova<sup>509</sup>, hoje praticamente toda ocupada por prédios modernos, é a primeira mais valia da renovação reclamada.

O outro melhoramento fundamental, será o aproveitamento da velha zona da Cantareira para o jardim do Passeio Alegre<sup>510</sup> e o arranjo urbano circundante a que deu lugar. Conhecido até 1875 como Alameda da Foz, teve uma história atribulada, que se estende por quase toda a segunda metade do século XIX. Segundo Magalhães Basto, em 1860 ainda “toda a área que ele ocupa, e que foi conquistada ao rio, na sua maior parte, era

---

<sup>506</sup> M. L. Leal, Rui Tavares, “Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto”, in *A Cidade em Portugal – onde se vive, Povos e Culturas*, nº2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, p.407

<sup>507</sup> “A nova atitude de uma Foz cosmopolita fica a dever-se ao incremento dos transportes apesar de, inevitavelmente, conduzirem a uma certa democratização e popularização da zona. Porém, a zona mais ocidental, que se estende para além de Carreiros, permanece reservada a uma elite, que aí se instala construindo *chalets*, reveladores do seu poder material”. Maria Filomena Barros de Carvalho, op. cit., p.19

<sup>508</sup> Ramalho Ortigão, *Praias de Portugal*, p.61 ,

<sup>509</sup> Segundo Saldanha Martins, são acima de tudo os interesses especulativos a ditar a escolha do desenho em quadrícula, predominante nas praias perto do Porto como os casos da Foz Nova, da Póvoa do Varzim, de Espinho, da Granja, de Leça da Palmeira, de Vila do Conde e de Moledo. Cf. J. P. Saldanha Martins, *Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço do Noroeste de Portugal*, 1993, Porto, p.117

naquele tempo um descampado poeirento e soalheiro, exclusivamente usufruído por pescadores que desde tempos imemoriais o utilizavam para o conserto das suas redes”<sup>511</sup>. Em 1861, o *Comércio do Porto*<sup>512</sup>, publicava a seguinte nota: “Jardim da Foz – Na sessão camarária de quinta-feira passada, foi aprovada pela Exma. Câmara a planta da nova rua e de um jardim passeio, junto à Senhora da Luz, em S. João da Foz, com a condição de que o proprietário do campo em que se deve fazer o jardim concorde na diminuição do preço do aforamento e ceda gratuitamente o terreno para a abertura da nova rua”. Pouco a pouco foram-se construindo os paredões que marginam o rio, o molhe norte, bem como alguns aterros e, em 1870 foram plantadas as primeiras árvores que, segundo os jornais da época, tinham vindo propositadamente da Alemanha. Esta informação parece plausível, uma vez que o projecto do Jardim é do arquitecto paisagista alemão Emílio David<sup>513</sup> que já desenhara, em 1865, o jardim do Palácio de Cristal, no Porto<sup>514</sup>. Apesar de só em 1888 estarem concluídos todos os aterros, desde 1874, com a construção do “Chalet Suíço”<sup>515</sup>, ainda hoje em funcionamento (fot.1), o local passa a ser o preferido para os passeios dos veraneantes da Foz, e este quiosque-café, o ponto de encontro para alegres cavaqueiras de intelectuais da época, como Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama, Ramalho Ortigão ou Alberto Pimentel. Concluído o ajardinamento, é construído nesse mesmo ano de 1888, o coreto, mais um atractivo para chamar os banhistas, também pelas noites amenas de verão. Mais tarde ainda, o jardim do Passeio Alegre teve a sua fonte luminosa, os seus dois “courts” de ténis e finalmente, já nos anos trinta do século XX, uma entrada

---

<sup>510</sup> Depois do banho de mar, pela manhã, a ocupação mais comum entre as “obrigações” do banhista, era o passeio, na Foz no seu belo Jardim, como no paredão da Póvoa do Varzim ou no ‘Chiado’ em Espinho.

<sup>511</sup> cit. in Sebastião de Oliveira Maia, *idem*, p.227

<sup>512</sup> *Comércio do Porto*, 12 de Junho de 1861

<sup>513</sup> “Para a construção dos seus jardins, o visconde de Vilar d’Allen havia convidado o arquitecto paisagista alemão Emílio David” (J. P. Saldanha Martins, *op. cit.*, p.97)

<sup>514</sup> O mesmo arquitecto foi ainda autor do jardim público da Cordoaria e dos jardins privados da Baronesa do Seixo, na Rua de Cedofeita, do jardim de Arnaldo Ribeiro de Faria na Rua do Heroísmo e do da família Albuquerque, na Rua do Rosário (*Idem, Ibidem*)

monumental do lado sul, com a colocação dos dois obeliscos que foram trazidos da Quinta da Prelada onde fizeram parte de um conjunto da autoria de Nicolau Nasoni<sup>515</sup> (fot.2). O passeio público, equipamento central do urbanismo oitocentista, teve a sua história também no Porto, à qual pertence o jardim da Foz. Começou ainda na década de 1830, com a construção do Passeio Público de S. Lázaro, segundo um plano de João Baptista Ribeiro e plantado por João José Gomes. Em dezembro de 1838 a Câmara do Porto publica um edital com o Regulamento do funcionamento do jardim que, inicialmente, não atraiu os portuenses, apesar dos seus repuxos, do tanque e dos bancos. O concerto semanal e a iluminação a gás finalmente trouxeram as pessoas e o jardim ganhou grande notoriedade na cidade. O segundo espaço importante é o jardim do Palácio de Cristal, com as suas muitas atracções de lazer: exposições, comércio, “circo de cavalinhos”, jogo de bola alemão, jogos de ginástica, carreira de tiro, etc.. O terceiro é o jardim do Passeio Alegre na Foz, concluindo o conjunto que pontua o século XIX portuense. Aqui, “o arquitecto introduz as modas dominantes na Europa onde estavam presentes os bosques e os circuitos que conduzem através de recantos pitorescos ligados por caminhos ou veredas, fugindo à regularidade do barroco”<sup>517</sup>.

A zona envolvente, aproveitando o desaparecimento da antiga actividade dos pescadores, bem como das suas barracas, organizou-se em lotes de alguma importância e viu construírem-se, sobretudo na última década do século XIX, alguns exemplos arquitectónicos interessantes. Com a quase total destruição das primeiras casas da avenida marginal (Carreiros),

---

<sup>515</sup> Desde logo conhecido por “Chalet do Carneiro”, por causa do nome do seu proprietário.

<sup>516</sup> Nasceu na Toscana em 1691 e morreu no Porto em 1773, onde viveu desde 1725. Aqui se levanta a sua obra mais importante, a igreja dos Clérigos (1731-63); a sua actividade está ligada a outras igrejas mas também a solares e palácios, como o Paço Episcopal do Porto (c.1734), solar de Mateus, em Vila Real ((1739-43), ou a Quinta de Ramalde (c.1746) “tendo exercido enorme influência em toda a arquitectura do Norte do país” (J. M. Pedreirinho, *Diccionario dos Architectos*, 1994, p. 176)

<sup>517</sup> L. P Saldanha Martins, op. cit., p.97

esta é a zona da Foz que, pela sua considerável conservação, mais interesse tem hoje para o historiador da arquitectura destes anos.

Ao longo da década de 1870 modernizaram-se os transportes, construiu-se um belo parque, abriu-se a nova estrada junto ao mar e fizeram-se melhoramentos ao núcleo urbano primitivo, como o revestimento a “MacAdam” da rua Senhora da Luz, mas que acontecia com a vida cosmopolita da estância e qual o desenvolvimento relativo dos seus equipamentos balneares?

Ainda nas palavras de Ramalho Ortigão sobre esses anos, quase tudo faltava à Foz:

“A arte de empregar o tempo agradavelmente, rara em portugueses, é inteiramente desconhecida na Foz. Não há estabelecimento de banhos como nas praias francesas; (...) não há sequer um *club* – um triste *club* – pelo menos em que as senhoras se reunam de dia.

Almoçar, jantar, enxugar os cabelos, é a ocupação ordinária das banhistas nesta praia, desde as oito da manhã até ao fim da tarde.

À noite os homens jogam nos *tripots*.

Algumas senhoras do Porto recebem nas suas casas ou organizam *Soirées* em casa comum destinada especialmente para êste fim. Estas *soirées* são extremamente agradáveis”<sup>518</sup>.

Quanto às estruturas hoteleiras e de restauração, parecem não fazer muita falta, uma vez que, “jantam sempre em família. Os restaurantes e as mesas redondas são apenas frequentadas pelos viajantes e pelos estrangeiros”<sup>519</sup>. Existiam, então, apenas três hospedarias confortáveis – a de Mary Castro (cozinha inglesa), a da Boavista (cozinha portuguesa) e a do Louvre (cozinha mista, portuguesa e francesa) – todas ao mesmo preço, de 1\$20 por dia...

---

<sup>518</sup> Ramalho Ortigão, *Praias de Portugal*, 1876, p.62

<sup>519</sup> *idem*, p.65

No que diz respeito ao necessário “club”, temos conhecimento da existência de, pelo menos quatro, antes do final do século XIX, embora de naturezas muito diferentes. O mais antigo e, provavelmente, o mais lendário, chamava-se “Club Rigollot” e tinha nascido de uma tertúlia de intelectuais que, desde os anos de 1840, se reuniam na “Farmácia Amorim” situada na Esplanada do Castelo. Seria o ponto de encontro predilecto para diatribes literárias e políticas até à abertura do “chalet” no jardim do Passeio Alegre<sup>520</sup>. O segundo, situava-se na Rua dos Banhos Quentes, actual Rua Coronel Raul Peres que, pelo local, é provavelmente o mesmo que Ramalho identifica como Assembleia do Allen<sup>521</sup>, onde nasceu a primeira roleta da Foz, em 1870. Mas faltava ainda o clube familiar, como Ramalho reclamava, que as senhoras pudessem frequentar: o primeiro foi o Club de Cadouços, a funcionar a partir da década de oitenta e onde se realizaram concertos famosos, e o Club da Foz, que apareceu na última década do Século XIX, instalado num prédio com frente para a rua do Passeio Alegre, fazendo esquina com a rua das Motas<sup>522</sup>. O “Club da Foz” estava aberto todo o ano e era “unicamente frequentado pelos seus associados, proporcionando, durante os três meses de época balnear, várias diversões, sendo as mais distintas as suas soirées dançantes e os concertos de amadores. O club recebe nas suas salas a melhor sociedade do Porto e de fora, havendo uma inscrição especial durante o tempo de banhos para se poder frequentar este grémio como assinante de estação”<sup>523</sup>. Em espaços contíguos, mas pertencendo à mesma gerência, existia um café e um casino<sup>524</sup>. Durante os últimos anos do século XIX e primeiros do século XX, que são também os

---

<sup>520</sup> Sebastião de Oliveira Maia, op. cit., fala ainda de um outro local de “cavaco literário, na Farmácia de Manuel José da Silva Júnior, na Rua Central, onde se reuniam escritores, poetas e jornalistas. Era, por assim dizer, sucursal do café Águia d’Ouro no tempo dos banhos”

<sup>521</sup> Ramalho Ortigão, op. cit., p. 60

<sup>522</sup> Guido de Monterey, *De Relance ao Longo do Tempo – Foz do Douro*, 1965, p. 66

<sup>523</sup> Sebastião de Oliveira Maia, op. cit., p.246

<sup>524</sup> O Casino Internacional, aberto na primeira década do século XX (Guido de Monterey, op. cit., p.66)

mais importantes para o urbanismo e a arquitectura, foi o local elegante mais famoso da boa sociedade dos veraneantes da Foz.

Finalmente, no capítulo dos equipamentos desportivos, teve longa vida e fama em todo o país, o Lawn-Tennis Club da Foz, num “recinto vedado ao clube, junto do Castelo da Foz, local muito aprazível, onde ainda hoje tem a sede, realizavam-se de vez em quando chás, em que tomavam parte as famílias dos jogadores e seus convidados, e que constituíam festas de particular distinção”<sup>525</sup>. Os membros do clube de ténis da Foz, alguns deles grandes jogadores portugueses, eram frequentemente requisitados pelos adeptos da Granja bem como para torneios, de patrocínio real, realizados em Cascais.

A primeira sala de espectáculos existente na Foz, foi o Teatro Vasco da Gama, levantado na actual Rua do Teatro e que, em 1887, já proporcionou um programa diferente de diversão nocturna. No início do século XX, o espaço foi aproveitado para cinematógrafo, nova moda que rapidamente se espalhou pela Foz, levando à abertura de mais dois espaços, com o mesmo fim, em 1907. O primeiro, numa dependência do Café Central, na Rua Senhora da Luz e, o segundo, num edifício próprio, construído expressamente na Esplanada do Castelo. Este último, “muito aceado, com uma decoração cenográfica, agradável, sem ser rica, anunciada com o título *Au Rendez-Vous de l'Élite*, tornou-se, com efeito, o centro de afluência das primeiras famílias da Foz, de Matozinhos, de Leça e até do Porto”<sup>526</sup>. Curiosamente, este edifício apresenta a única decoração de fachada Arte Nova que encontrámos em toda a documentação recenseada, aliás, dentro de uma lógica que parece ser nacional. O mesmo autor, a propósito do impacto da nova moda do cinema, conclui, com esta nota extremamente interessante sobre a evolução cosmopolita da estância:

---

<sup>525</sup> Brigadeiro Nunes da Ponte, cit. In Guido de Monterey, *De Relance ao longo do Tempo – Foz do Douro*, Porto, p.68

<sup>526</sup> Joaquim Leitão, op. cit. P.28



“O cinematógrafo vai fazer uma revolução nos hábitos do banhista, revolução que já começou: divertimento barato, predilecto da criançada, demora o banhista na rua, tirando-lhe esse hábito secular de se deitar em cima do melão e do café, com a ideia de que tem de madrugar cedo «para ir ao banho».

E já este ano as noites do Passeio Alegre foram menos ermas, vendo-se até às 11 horas e meia noite, grupos de senhoras e de rapazes atravessarem a Foz, nessa alegre debandada das noites das cidades saindo dos teatros, o que vai duma vez para sempre tirar a esta praia o seu ar macambúzio”<sup>527</sup>.

Para completar este programa de diversões, tinham ainda os veraneantes da Foz, um dos mais concorridos espectáculos – os concertos que, no coreto do Jardim do Passeio Alegre, se realizavam às quintas-feiras e aos domingos.

No capítulo fundamental para as estâncias balneares destes anos, que era o do estabelecimento de banhos, teve a Foz, apesar da sua modéstia e precárias instalações, dois locais situados na antiga rua dos Banhos Quentes, hoje Rua de S. Bartolomeu, e na praia. De reduzidas dimensões, mal equipados e sem condições capazes, quer a nível de higiene, quer de terapia, eram criticados por Ramalho Ortigão, ao mesmo tempo que os hábitos atávicos nacionais, quando escreve: “(apesar) da enorme concorrência de banhistas não há o que se chama nas praias estrangeiras o estabelecimento de banhos. A balneação faz-se de um modo inteiramente primitivo. Quando algum banhista manifesta sintomas de asfixia ou de congestão, o que é vulgar, não há recursos terapêuticos com que lhe acudir. Não há serviço de água quente. Os banhistas, para despegarem a areia dos pés, lavam-nos geralmente em água fria quando a reacção começa. Ninguém auxilia o efeito do banho com o uso de alguma bebida higiénica. O copo de leite com

---

<sup>527</sup>Joaquim Leitão, op. cit., p.29

cognac tão aconselhado aos escrupulosos não é conhecido. Não se fazem exercícios ginásticos e poucas pessoas passeiam suficientemente depois do banho. Escolhe-se em geral a praia mais próxima da casa que se habita, e depois do banho ninguém tem outra preocupação imediata que não seja a de almoçar pão com manteiga e café com leite”<sup>528</sup>

Esta praia, a que se referem os documentos, até bem entrado o século XX, é o areal que se estende desde o Castelo da Foz até ao Farol, ou seja, o limite norte da Rua Senhora da Luz. Primeiro, as duas praias do Caneiro - Grande e Pequeno<sup>529</sup> - e, no extremo norte, a Praia dos Ingleses, nome que lhe ficou pela preferência dos súbditos de Sua Magestade. As praias ao longo da marginal, como a Praia da Luz, só bastante mais tarde começaram a ser frequentadas.

A ligação da colónia inglesa do Porto com a vilegiatura na Foz<sup>530</sup>, parece, aliás, estabelecer-se desde muito cedo e, foram também os britânicos, que começaram a ocupar, em carácter permanente, as suas residências perto do mar. Por volta de 1880 ainda, morar ali durante todo o ano parecia horrível à gente do Porto, “mas para lá da comunidade de pescadores, começam já a fixar-se alguns portugueses e muitos ingleses que dão, sobretudo ao prolongamento para norte da Foz, à “Foz Nova”, um cariz muito especial”<sup>531</sup>. E Júlio Dinis também nos elucida, nas suas páginas romanescas: “o bairro ocidental é o inglês, por ser aí o habitat destes novos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde escuro, de roxo terra, de cor de café, de cinzento, de preto ... até de preto! – Arquitectura despretensiosa,

---

<sup>528</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, I, Lisboa, Clássica Editora, 1986, p.236-237 (1ª edição 1887)

<sup>529</sup> (Apraia do) “Caneiro grande era apanágio dos ricos e dos illustres, especialmente das bellas Juliettas, cujos Romeus as esperavam em muda contemplação”, Alberto Pimentel, *O Porto à 30 Anos*, Porto, 1893, p.247. O *Caneiro pequeno* era onde se banhavam os aldeões de Cima-do-Douro e os pobres em geral

<sup>530</sup> “Saint João da Foz, Qui prolongue le port, est la promenade à la mode. Elle est admirable comme situation; jusqu’à present elle appartenait à une population de pêcheurs e de pilotes, maintenant, on commence à y prendre des bains de mer et les Anglais y bâtissent de rians cottages, entourés de jardins symetriquement dessinés, Qui font un contrast charmant avec les maisonnettes Qui les avoisinent et se perdent dans un fouillis sombre et parfumé d’arbres, de vignes, de vieux et hauts murs” (Madame Ratazzi, *Le Portugal à vol d’oiseau*, Paris, s.d., p.346)

<sup>531</sup> José Alberto Vieira Rio Fernandes, *A Foz: Contributo para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, p.20

mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. — Já uma manifestação de um viver mais recolhido, mais íntimo, porque o peitoril tem muito menos de indiscreto do que a varanda. Algumas casas ao fundo de jardins assombrados de acácias, tílias e magnólias (...) as portas da rua sempre fechadas”<sup>532</sup>.

Na verdade, a comunidade inglesa, “pequena colónia extremamente fechada mas cujo poder e coerência impunham um estilo”<sup>533</sup>, foi pioneira na “colonização” desta faixa atlântica, que se estende da Foz a Matosinhos, tendo-se antecipado no arrendamento de algumas propriedades, integradas no couto do Mosteiro de Santo Tirso, logo nas primeiras décadas de Oitocentos. Esta tendência é retomada com o fim da Guerra Civil e após a legislação promulgada ao longo dos anos sessenta. Esta, possibilitando a remissão dos contratos de enfiteuse e, assim, a posse plena da propriedade, vai acelerar o processo de ocupação. Os investidores fundiários começam a interessar-se pela expansão do aglomerado para norte e, finalmente, com a inclusão da freguesia de Nevogilde no concelho do Porto, estavam criadas as condições para a organização urbanística do novo bairro/estância balnear — a Foz Nova.

Antes de nos alongarmos mais nestas questões, vejamos ainda um último aspecto no capítulo dos equipamentos desta praia, ou seja, a evolução das suas estruturas hoteleiras. Das informações de Ramalho Ortigão, de 1876, saltamos para 1907, para constatar que o panorama não é muito diferente. Há mais um ou outro hotel, como o “Particular”, na rua Senhora da Luz, ou o hotel e café “Montanha”, na Esplanada do Castelo, ambos modestos, sobretudo frequentados pelas pessoas de “Cima-do-Douro”, que aqui se instalavam principalmente nos meses de Setembro e Outubro. Mas os melhores continuam a ser os mesmos de há trinta anos, o Hotel da Boa-

---

<sup>532</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.51

<sup>533</sup> J.-A. França, *O Romantismo em Portugal*, p. 701

Vista e o agora chamado “Mary-Castro’s English Hotel”, que era “muito preferido por estrangeiros e portugueses de tratamento (e) é das melhores casas do género que há no Porto e no País”<sup>534</sup>.

O “Grande-Hotel” que era, como sabemos, elemento fundamental para a categorização de qualquer estância, (balnear, termal ou climática), não encontrou aqui o seu promotor, mostrando também, por este facto, a grande indefinição social e de programa turístico que caracterizou a ocupação da Foz com fim balnear.

### 3.2.1.2. “Foz Velha” e “Foz Nova”

A expansão e o carácter urbanísticos de Foz resultam de dois momentos e de dois tipos de ocupação diferentes. Primeiro, tratou-se de aproveitar o velho núcleo piscatório junto ao Castelo, que começava no fim de Sobreiras, “por algumas casas de pobre aparência”, e se estendia até à Senhora da Luz. Segundo Alberto Pimentel, reportando-se a 1893, no Passeio Alegre “que está hoje lindamente ajardinado, principiavam os prédios de melhor aparência. As edificações, naquele tempo, apenas se estendiam até à Senhora da Luz. Aí acabava a povoação, limitada, no alto, pelo farol. A estrada de Carreiros, que ligava a Foz a Matosinhos, atravessava uma solidão profunda, mas pitoresca, em que apenas se ouvia a voz do mar”. E, logo adiante, ainda faz esta curiosa observação: “em chegando o inverno, a Foz ficava completamente separada da cidade por uma distância moral que duplicava a distância material”<sup>535</sup>. Ou seja, ainda estava longe o processo que transformou a Foz de estância balnear em bairro privilegiado do Porto...Porém, um ano depois, o *Guia do Forasteiro* elogiava as condições da praia exactamente porque “a Foz do Douro, (...)”

---

<sup>534</sup> Joaquim Leitão, op. cit., p.7

<sup>535</sup> cit. In Guido de Monterey, *O Porto à Beira Mar*, p.54

considerada uma das primeiras estâncias de banhos de mar do paiz, e, pela sua proximidade do centro da cidade, oferec(ia) todas as comodidades aos banhistas, tanto nacionais como estrangeiros, devido não só à rapidez e facilidade de transporte, como a outras regalias que proporciona àqueles que desejam aliar a vida da praia à da cidade”<sup>536</sup>.

Esta “Foz Velha”, que se confunde grosseiramente com a freguesia de S. João da Foz do Douro, corresponde, pela sua origem, a uma área com elevada densidade de edifícios, acentuada pelo grande número de vias, na sua maioria estreitas e sinuosas, que determinam quarteirões de pequena dimensão. Nas ruas principais ainda existe um mínimo de alinhamento e regularização mas, mal abandonamos a fachada marítima, logo encontramos veredas rurais<sup>537</sup>, sem qualquer organização urbana. As casas são estreitas, quase sempre coalescentes e raramente ultrapassam os dois pavimentos<sup>538</sup>. A grande renovação urbana que deu lugar ao Jardim do Passeio Alegre, permitiu a mais importante excepção a este tipologia. Aqui, e também na Rua do Padre Luís Cabral, vemos casas de três pisos, raramente recolhidas no interior de lotes de razoável dimensão e que, ainda hoje, mostram aspectos de arquitectura e decoração que contrastam com as restantes. Também aqui, como compreendemos ao ver os projectos, quase todos estes exemplares de maior interesse são tardios, ou seja, da última década do século XIX e princípios do século XX. Segundo José Alberto Vieira Rio Fernandes, em 1900 a velha freguesia da Foz, albergava “mais de cinco milhares e meio de habitantes, cerca de 85% mais do que os que residiam em 1864”<sup>539</sup>.

---

<sup>536</sup> Artur Veiga de Lacerda, *Guia do Forasteiro*, edição de 1894, cit. in Sebastião de Oliveira Maia, op. cit., p.245

<sup>537</sup> “A evolução da Foz, sob o ponto de vista urbanístico, foi morosa. Parecia apegada a um rusticismo atávico” (Guido de Monterey, op. cit., p. 53)

<sup>538</sup> Cf. José Alberto Vieira Rio Fernandes, *A Foz: Contributo para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, 1985, p.28

<sup>539</sup> José Alberto Vieira Rio Fernandes, op. cit., p.p.22 e23

Mas se, como vimos, os ingleses desde cedo preferiram as zonas de costa mais aberta, e construíram ao longo da estrada de Carreiros, é também nesse sentido que a Foz acabará por se expandir, quer dizer, para o território onde existiam apenas aldeias isoladas – Nevogilde e Passos. Esta “colonização” ao longo da estrada marginal, para terrenos de S. Miguel de Nevogilde, será conhecida como a “Foz Nova”. Apesar da expansão para norte ser tardia, esta freguesia tinha, em 1900, seis vezes mais habitantes dos que registava 36 anos antes, fruto principalmente do crescimento da Foz, como estância marítima. A documentação cartográfica referente à época e zona em questão, nomeadamente a planta de Telles Ferreira, de 1892, e a planta de 1903<sup>540</sup>, mostram-nos a evolução e expansão da Foz Nova, comprovando uma maior densidade ocupacional da orla marítima em detrimento de uma área interior que mantinha o seu carácter acentuadamente agrário (fig.).

Aqui a traça urbana é quase perfeitamente regular, organizando-se à volta de três eixos principais, dois deles arborizados e paralelos à linha de costa – a estrada marginal (hoje dividida nas Avenidas do Brasil e de Montevideu), a rua de Gondarém e a rua Marechal Saldanha – e algumas perpendiculares de importância diversa, como a rua do Padrão, a rua do Agra ou a rua do Crasto. A pouco e pouco, a ocupação destes terrenos mais desafogados, atrai os investidores e a Foz Nova vai retirando protagonismo à Foz Velha, quer na frequência das suas praias, quer em “matéria de quantidade e sobretudo qualidade de comércio e serviços, que começam a proliferar ao longo da «Avenida Marginal»”<sup>541</sup>.

Apesar da enorme modificação que esta zona sofreu, sobretudo a partir dos meados do século XX, transformando-se no bairro habitacional de luxo em blocos plurifamiliares<sup>542</sup>, ainda conseguimos perceber, por alguns

---

<sup>540</sup> Cf. M<sup>a</sup> Filomena Barros de Carvalho, op. cit., p.5

<sup>541</sup> J. Alberto Vieira Rio Fernandes, op. cit., p.24

<sup>542</sup> *Idem*, p.29

exemplares sobreviventes e pelos projectos, que a tipologia dominante é a da casa isolada no interior de um lote, quase sempre regular, variando, contudo, a sua importância. A implantação do edifício recuado em relação à via é mais rara na marginal, mas é bastante comum nas ruas interiores.

Como a freguesia de S. João da Foz do Douro passou a fazer parte da cidade do Porto desde o ano de 1836, os processos de licenciamento de obra existentes em arquivo começam a aparecer a partir de 1837, ou seja, pelo menos quarenta anos mais cedo do que em qualquer outra estância estudada. Estes primeiros exemplos, que só depois de 1853 passam a incluir, pelo menos, um projecto de fachada, destinam-se, quase exclusivamente, a construções, e mais ainda reconstruções, nas ruas do velho burgo junto ao Castelo, no Passeio Alegre e, mais esporadicamente, na estrada marginal, chamada então estrada de Carreiros. Só a partir de 1880, ou seja, com a finalização das obras do Jardim, se inicia a construção das principais casas da rua do Passeio Alegre que constituem, ainda hoje, o melhor conjunto arquitectónico que a praia da Foz conservou destes anos de instalação. A partir de então também, começa a construir-se mais sistematicamente ao longo da avenida marginal e aparecem os primeiros exemplos para as ruas do traçado ortogonal da Foz Nova, só intensamente ocupadas após a viragem para o século XX.

O mais antigo processo, acompanhado de um desenho da fachada, é requerido pelo Barão de S. Lourenço para um terreno no lado norte do Passeio Alegre e datado de 1853. É um exemplo incaracterístico pois mostra o traçado do tradicional casarão português, com os seus remates de ângulo e cobertura, a sua cornija dividindo os dois pisos e as habituais aberturas em sacada, no andar nobre. O que, de facto, caracteriza estes anos, e até bastante tarde no século XIX, é a pequena casa de dois pisos, mais raramente de três, com três vãos em cada um deles, estreitas varandas no superior, abrangendo

todos ou só o vão central, e o remate em cornija e platibanda. Este modelo, próprio de bairro urbano de classe média, que se repete monotonamente por todas as zonas da estância, difere apenas no tipo de ocupação do terreno – em bandas coalescentes nas ruas de ocupação mais antiga, como a Senhora da Luz ou S. Bartolomeu, ou com pequenos portões laterais que dão acesso a logradouros nas traseiras dos edifícios, e que surgem no Passeio Alegre e na avenida marginal.

Destes primeiros anos é também um palacete, ainda de pé sobre o Passeio Alegre, no gaveto com a rua Bela, que foge largamente a esta sobriedade dominante, quer pela sua ambição, quer pela sua tipologia. O projecto, de desenho muito simples, e também só com fachadas, resulta num edifício de pormenores decorativos bastante ricos, desgraçadamente alterado pelo acrescento das varandas e do piso superior, foi aprovado pela Câmara do Porto, em 1855, mas sem mencionar o seu autor ou mesmo o nome do encomendador<sup>543</sup>. Acreditamos, porém, que é a esta casa que se refere Barbosa de Pinho, no *Portugal Antigo e Moderno*, distinguindo-a claramente das suas vizinhas e fazendo esta crítica que devemos datar de 1886: “A maior parte das casas da Foz são de bonita apparencia, mas sem nada notável. As duas melhores são: uma edificada em 1808, no sítio do *Monte* por um negociante inglez d’appellido *Nassau*, e é hoje do sr. Iladgate tambem inglez. É no gosto britanico e cercada pelo jardim e por um frondoso bosque – a segunda é de cantaria, em forma de castelo, com suas ameias e com janellas ogivaes. Foi feita pelo fallecido capitalista Domingos d’Oliveira Maia, há cousa de 30 anos, e é hoje do sr. Bernardo Pereira Leitão”<sup>544</sup>.

---

<sup>543</sup> A.H.M.P., Liv. Plantas de Casas XVIII, fls. 377/381

<sup>544</sup> Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-1890, vol.3, p.223



A propósito deste caso devemos registar que, até aos últimos anos do século XIX, nenhum dos projectos existentes tem a assinatura de um arquitecto, na sua maioria nem mesmo a de um mestre de obras e, entre estes, um único nome se repete com alguma frequência –J. A. Ferreira. Por outro lado, entre os encomendadores, parece não existir nenhum verdadeiro investidor imobiliário, já que os requerentes se repetem, apenas, em escassas três vezes, e nunca com mais de dois processos diferentes. Tendo em conta que este factor é uma constante ao longo de todo o período pesquisado, podemos concluir que, nem mesmo quando a Foz esteve no auge da sua fama como estância balnear, a especulação imobiliária aí existiu de forma concertada, quer por parte de uma família (como na Granja) quer por iniciativa de uma sociedade (como nos Estoris) ou mesmo de um capitalista (como em S. João do Estoril) o que explica, em grande parte, a falta de programas mais ambiciosos, de carácter urbano ou de construção de equipamentos. Parece ser dominante a iniciativa particular, limitada a construir dentro das regras de traçado, que a Câmara, de maneira um pouco desatenta, vai paulatinamente fazendo, à medida da procura, cada vez maior, dos interessados.

Voltando aos nossos exemplos, e ao mesmo local do último edifício, o Passeio Alegre, vejamos ainda mais dois casos interessantes, de arquitecturas que ainda sobrevivem. O primeiro ocupa um terreno de gaveto com a rua das Motas<sup>545</sup>, data de 1884<sup>546</sup> e a requerente é Margarida Rosa Pereira Machado. É já um projecto assumidamente híbrido<sup>547</sup> mas, de qualquer forma, ainda consonante com o projecto dos anos cinquenta, que vimos atrás, com o seu remate de “ameias” e os seus vãos de gosto medieval. Perdeu o seu torreão central mas conserva a implantação original, que é a mais comum neste local (e também na avenida marginal), isto é,

---

<sup>545</sup> Pela localização, pensamos tratar-se do edifício onde mais tarde funcionou o Clube da Foz

<sup>546</sup> A.H.M.P., Livro de Plantas de Casas XCII, fls. 382-383

<sup>547</sup> Repare-se que a varanda central do piso superior já está no desenho original

fachada sobre a via e portões de acesso a logradouros laterais e posteriores. O segundo, com data do ano da inauguração do Jardim, 1887, foi projectado por Adélio Fernandes Couto para Miguel de Sousa Guedes<sup>548</sup> “opulento e honrado comerciante, que fazia parte da direcção do Clube da Foz”<sup>549</sup>. O seu construtor foi Evaristo Nunes Reis e, apesar de não conter plantas, é um dos exemplos mais interessantes da arquitectura da Foz. Trata-se, com toda a certeza, de um programa de moradias geminadas que se levanta, num terreno pouco fundo e muito angulado, no gaveto do primeiro quarteirão do Passeio Alegre. Toda a animação do edifício se concentra nos corpos laterais, quase simétricos, com as suas coberturas muito pontiagudas, mas, sobretudo, com as suas “marquises” do piso superior, de desenho bastante curioso e às quais, o arquitecto camarário que elabora o parecer ao projecto, faz os seguintes reparos:

“Quanto aos alçados cumpre-me informar que estão no caso de ser aprovados, mas n’elles há cinco janellas com abertura e envidraçamento exterior do typo dos balcões hespanhoes. O emprego de tais balcões não me parece que se deve permitir na cidade por estorvarem as vistas dos predios vizinhos, e principalmente em ruas estreitas, que assim mais privadas ficariam de sol; excepcionalmente se poderão permittir n’uma praia de banhos como a Foz, em sítio tão amplo como o Passeio Alegre.

No entanto V. Ex.<sup>a</sup> resolverá sobre tal assumpto, visto que até agora ainda os balcões não foram permittidos desde que desapareceram os que antigamente existiam de rotulas de madeira”<sup>550</sup>. Parece-nos interessante este parecer por ser uma prova, bastante esclarecedora do equívoco que aqui sempre está presente, entre uma regra para a cidade e um modelo para a estância balnear; entre a sobriedade que deve ser exigida para as ruas do

---

<sup>548</sup> A.H.M.P., Livro de Plantas de Casas, CVI, fls. 563-570 e CXIV, fls. 324-326 para alterações, em 16 de Maio de 1890

<sup>549</sup> “Aconteceu há 50 anos”, 12 de Outubro de 1899, in *O Tripeiro*, V Série Ano V, nº6, Outubro de 1949, p.140

<sup>550</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, Processos de Obras, Livro 106, fls. 565 e 566

Porto e a liberdade que deve ser permitida na freguesia “especial” da Foz. É, precisamente, neste desvio aos modelos citadinos que está a principal virtude deste objecto. Se já vimos como esta situação inibiu programas urbanos e de equipamentos, por parte de potenciais investidores imobiliários, encontramos aqui também, o constrangimento na produção arquitectónica das casas particulares que, talvez, explique a rigidez presente até muito tarde, nos projectos para este sítio de veraneio.

Também no Passeio Alegre, como em toda a Foz Velha, encontramos, com frequência, projectos de reedificação para mais antigos e mesquinhos prédios, que não respondiam à nova dignidade do local como é exemplo a casa de Constantino Rodrigues Batalha, projectada em 1897, provavelmente por António da Silva. O seu construtor, o engenheiro civil Casimiro Jerónimo de Faria escreve no processo que o proprietário “pretende apear a casa nº158 do Passeio Alegre e no mesmo terreno construir uma casa”<sup>551</sup>.

Recuemos um pouco no tempo para vermos ainda o único equipamento importante, que ainda subsiste, no Passeio Alegre do século XIX. Trata-se do “Chalet Suisso”, com dois projectos do mesmo ano, 1873, o primeiro com planta longitudinal e alçado e, o segundo, só com planta, com o traçado que ainda hoje tem. À data da sua construção, ainda o jardim envolvente era uma miragem, mas desde logo o seu proprietário, António Carneiro dos Santos, fez dele, como vimos, um ponto de encontro insubstituível na vida cosmopolita da estância. Em sua homenagem, e porque desde sempre pelo seu nome foi conhecido entre os frequentadores e moradores da Foz, hoje remata-o um curioso “carneiro” em faiança.

Finalmente, e antes de deixarmos o Passeio Alegre, queremos assinalar a presença de um edifício sobrevivente, e que constitui um dos exemplos mais interessantes da arquitectura privada da Foz. Não temos dele qualquer informação mas, pelas suas características, é com certeza uma

---

<sup>551</sup> Idem, Livro de Plantas de Casas CXLIV, fls. 29-35

obra dos últimos anos do século XIX. Quando olhamos para a fachada que se levanta sobre a rua, esta parece-nos muito próxima da tipologia mais corrente – dois pisos, três vãos, pequena sacada, platibanda, remates de pedra – mas, ao avançarmos um pouco mais, encontramos uma volumetria bastante complexa, nos seus corpos a diferentes alturas, bem como uma série de elementos, ligados à arquitectura de veraneio, mas que na Foz, tardaram a chegar: empenas triangulares, remates de telhado rendilhados, coberturas em “chapéu bicudo”, varandas em ferro forjado, variedade de desenho nas aberturas e ricos pormenores decorativos. A motivação destas escolhas parece ser de ordem psicológica já que, “o *chalet* de praia segue o esquema da casa suíça de montanha porque a motivação é coincidente. A função de vilegiatura sobrepõe-se, na opção dos programas construtivos, ao local de vilegiatura. Nas montanhas ou no mar estas “casas de papel” destinam-se à *plaisance*”<sup>552</sup>. O aligeiramento dalguns destes elementos é imediatamente contrariado pela presença maciça da pedra e dos corpos mais pesados do edifício. Esta “mistura” é também um traço de identidade próprio da arquitectura de todas as estâncias do norte do País. O carácter exótico e vincadamente “estrangeiro”, que funciona como uma marca de distinção na paisagem arquitectónica nacional, raramente é assumido na totalidade.

A descontinuidade urbana é flagrante, mal entramos em qualquer transversal da rua do Passeio Alegre e o mesmo acontece até chegarmos à Rua da Senhora da Luz, ou seja, à via mais importante da Foz Velha. Quase imediatamente estamos em estreitos caminhos, entre muros de Quinta, onde raramente existe continuidade de circulação.

---

<sup>552</sup> Maria Filomena Barros de Carvalho, *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, Fac. De Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997, p.67

Na zona mais perto do mar, isto é, entre o fim da rua do Passeio Alegre e o início da avenida do Brasil (primeiro troço da marginal), encontramos a mais densa ocupação, ao longo de algumas vias regularizadas que, desde sempre, constituíram o centro da estância balnear – Esplanada do Castelo, Rua Senhora da Luz, Rua de S. Bartolomeu, Rua do Teatro, Rua do Farol... Antes da abertura da Rua Coronel Raul Peres, no início dos anos sessenta do século XX e na continuação da marginal, as pequenas ruas de S. Bartolomeu e Travessa Senhora da Luz, eram as mais interessantes em termos de veraneio pois davam acesso directo às praias da Foz, então frequentadas: Praia do Ourigo, Praia do Caneiro e Praia dos Ingleses. O mais antigo processo em arquivo, que data de 1837, é, precisamente, um pedido de construção para a rua de S. Bartolomeu, requerido por Silvestre António Bom. É também interessante verificar que os projectos apresentados à Câmara para esta rua, terminem em 1900, ou seja, quando os traçados da Foz Nova se tornam mais apetecíveis e também quando, as praias de mar aberto, parecem agradar mais aos visitantes.

Ao longo destes anos, encontramos um número elevado de reconstruções, bem como larga documentação referente aos estabelecimentos de banhos, todos neste local – obras de melhoramento, encanamento de água salgada, construção de um mirante, etc.. É compreensível a distribuição de espaços neste velho núcleo: as ruas da praia para equipamentos balneares e aluguer de moradias aos curistas forasteiros; a Rua Senhora da Luz, centro de comércio, lazer e habitação dos moradores permanentes; as ruas de trás, para os que queriam possuir uma habitação de veraneio modesta, mas o mais perto possível destes dois pólos. O tipo de ocupação é em todo o lado muito densa, com lotes bastante estreitos, mas se, na velha rua Senhora da Luz, predomina a tipologia tradicional, nas outras vias vemos a maior concentração do modelo *chalet*, embora invariavelmente coalescentes, com as suas características empenas triangulares. A título de

exemplo, citemos uma pequeníssima casa, ainda de pé, na rua de S.Bartolomeu, com um projecto de fachada datado de 1890 e requerido por Carlos Pinto de Gouveia. Perdeu os seus remates de cobertura, mas ainda é um bom exemplo da escala, quase “liliputiana” da arquitectura predominante nestas vias centrais. Este mesmo tipo de construção, ou em híbrida conjugação com o modelo tradicional, como o caso da Rua de Diu nºs 158 e 160, é o que mais encontramos pelas adjacentes ruas do Farol, do Teatro, etc., com raríssimas excepções. Uma delas, é um belo edifício no gaveto da rua do Farol, hoje adaptado a agência bancária, que, quer pelo desenho, quer pela cuidada decoração, escapa à grande monotonia deste espaço. Um outro, e bastante mais importante na história da Foz, é o Hotel Boavista, desde cedo, como vimos, referenciado pelos cronistas desta praia e que, ainda hoje, apesar de profundas alterações, continua a funcionar num dos locais de melhor panorama da Foz Velha – a Esplanada do Castelo.

A ocupação de terrenos na Foz Nova começou, naturalmente, pelo início da estrada marginal<sup>553</sup>, ou seja, na continuidade da velha rua da Senhora da Luz. É natural, portanto, que os primeiros exemplos, recenseados em arquivo, estejam muito próximos dos tipos anteriores, quer na continuidade de fachadas sobre a via, quer no desenho dos alçados, como o projecto para Rodrigo de Freitas Pires Guimarães, datado de 1871<sup>554</sup>.

Só nos anos oitenta, e sobretudo noventa, do século XIX, surgem os primeiros exemplos com algumas variações. De 1886 é o projecto apresentado para o nº92 da Estrada de Carreiros, por António Cardoso da Rocha, também ele um “investidor” com dois pedidos na Câmara, sendo o

---

“Verifica-se que o ponto nodal de toda a articulação entr a Foz Nova e a Foz Velha se localiza precisamente no Largo de Cadouços que funcionou como pólo de ligação entre as duas áreas, não sendo ocasional o estabelecimento de uma estação de transportes para atendimento público, precisamente neste largo (actual Posto da Polícia seguindo uma tipologia semelhante à criada em 1875, na Esplanada do Castelo)” in M<sup>a</sup> Filomena Barros de Carvalho, op. cit, p. 37

<sup>554</sup> O mesmo requerente encontra-se num outro processo de 1869, fazendo assim parte do pequeno número de “investidores imobiliários” da Foz.

mais antigo de 1884. É uma fachada, para uma pequena casa sem pretensões, mas em que, a amplitude das aberturas, torna excepcional. De 1895, são dois projectos, de diferente ambição, mas de paralela vontade em ser diferente da maioria. O primeiro, requerido por Manuel Eleutério Pereira da Fonseca, com desenho de fachadas e planta sumária, destinava-se ao gaveto da travessa de acesso à rua de Gondarém (imediate paralela da avenida marginal). Apresenta, para além de pormenores decorativos revivalistas, mais cuidados que o habitual, uma característica ainda mais rara – um corpo avançado, onde se pratica a entrada, abrindo sobre um terraço. O segundo, assinado pelo Mestre de Obras Manuel Francisco Ferreira<sup>555</sup>, dá-nos uma ideia bastante clara do gosto arquitectónico destes anos, bem como, do tipo de ocupação do lote, ao longo da primeira metade da avenida marginal, mesmo em terrenos de dimensões importantes, com a fachada principal sobre a via e, como neste caso, gradeamentos e portões laterais de acesso aos logradouros. Com desenhos de fachadas, plantas para os vários pisos e cortes, nada tem, na realidade, de original, a não ser uma compreensão, até então incomum, do que deve ser a arquitectura em espaços deste género. Senão vejamos: apesar da fachada estar sobre a via, a entrada pratica-se lateralmente, através da faixa mais estreita do terreno circundante; a volumetria articulase em três copos, de alturas diferenciadas, com o mais alto, em torreão, virado ao mar, e o mais baixo, em varanda fechada sobre o jardim<sup>556</sup> e com acesso directo a este. Ao nível das plantas, encontramos a distribuição mais estereotipada possível: espaços sociais na fachada, sala de jantar nas traseiras e muito espaço desperdiçado para circulação<sup>557</sup>. O mesmo acontece com a decoração, com os seus característicos pormenores

---

<sup>555</sup> Arq. Histórico Municipal do Porto, L. de Plantas de Casas CXXXIX, fls. 204-210

<sup>556</sup> “Mas, o que assinala a verdadeira mansão é o aparecimento da estufa ou jardim de inverno, como acréscimo à *morada de casas* com classe. Por oposição às varandas e aos locais públicos este novo espaço remete ao interior, confinando com um espaço íntimo, logo privado, seja um pátio ou um jardim” In M<sup>a</sup> Filomena Barros de Crvalho, op. cit., pp. 50-51

de azulejo e tijolo, que, fugindo aos habituais modelos ecléticos importados, invadiram a arquitectura portuguesa nos anos seguintes ao ultimato inglês.

Todos os projectos que até agora registámos para a avenida marginal, e nenhum ainda de pé, destinavam-se a lotes do seu primeiro quarteirão que acaba na Rua do Monte da Luz, ou seja, o limite da velha freguesia de S. João da Foz. Aqui começa a freguesia de Nevogilde, que só em 1895, passou a fazer parte da cidade do Porto e, também aqui, se inicia o traçado regular da Foz Nova que, pouco a pouco, se vai urbanizando, até à Avenida da Boavista<sup>558</sup>. A marginal, compreendendo a Av. do Brasil e de Montevideu, a Rua do Marechal Saldanha e a Rua de Gondarém, como principais paralelas ao mar, e a Rua do Crasto, do Padrão, do Molhe e do Agra, como mais importantes perpendiculares.

Nestas novas vias encontramos dois tipos de ocupação distintos: até à rua do Crasto, predominam as fachadas contínuas sobre a via, como vimos na Foz Velha; nos espaços mais a norte, encontram-se os lotes de maior dimensão, com casas bem afastadas da rua, numa continuidade muito mais próxima com o que acontece na Av. da Boavista. Ainda hoje, esta homogeneidade é perceptível, entre a Av. de Montevideu, onde se conservam os grandes casarões, em lotes imensos, e o primeiro grande troço da Av. da Boavista, que une toda esta nova zona da cidade, directamente ao seu centro (Praça da República).

É precisamente destes anos, finais do século XIX e princípios do século XX, que encontramos projectos muito semelhantes, assim como as intervenções arquitectónicas mais importantes. Quanto ao primeiro tipo, de características muito próximas da Foz Velha, devemos ainda fazer uma

---

<sup>557</sup> “(...)com a sala de jantar como elemento primordial de reencontro de todos os membros da família e o salão que faculta a celebração dos ritos inerentes ao ideário burguês. (...)Inserindo-se nestes rituais de mundaneidade surge um novo espaço, a sala de bilhar, jogo de eleição do século XIX” (*idem*, p.51)

<sup>558</sup> Na expansão da cidade do Porto a Av. da Boavista é o “eixo norteador de todo o desenvolvimento urbano oitocentista, num evidente privilégio de articulação este-oeste” (M. L. Real e Rui Tavares, “Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto”, in *A Cidade em Portugal: onde se vive*, “Povos e Culturas”, nº2, 1987, p. 407)



subdivisão, entre os lotes mais mesquinhos, de casas coalescentes, com fachadas unicamente para a rua e traseiras, e o modelo, aqui talvez mais comum, da moradia geminada, permitindo uma terceira fachada, apesar da ainda muito limitada frente do lote. Logo em 1898, ano em que começam a surgir processos de obra relativos à freguesia de Nevogilde, aparece um projecto, para a rua de Gondarém, elaborado no esquema mais simples, para o proprietário Bernardo Pereira do Valle, e com plantas e alçados assinados pelo Eng. Casimiro Jeronymo de Faria, que já encontrámos em obras anteriores. Apresenta uma planta extremamente simples, e os mesmos pormenores decorativos nas fachadas que já tivemos ocasião de sublinhar no último exemplo apresentado. Nos anos que aqui nos ocupam, este esquema é recorrente, como no projecto para Ana Angelina Soares da Cunha Oliveira, de 1912, onde só a ornamentação da fachada sofre modificações insignificantes.

Quanto à segunda variante, de casas geminadas, existem três projectos interessantes, se bem que, por razões diferentes. O primeiro é de 1909, destinado à rua de Gondarém, para António Júlio Ribeiro e, excepcionalmente é assinado pelo arquitecto (?) António Bravo. Nem por isso a distribuição dos espaços ganha qualidade notória e, na típica fachada de três vãos, a única nota de originalidade, é a pequena varanda, cobrindo a porta de entrada, apoiada em estreitas colunas. O segundo, datado de 1910 e realizado para Tito Fontes, para um terreno na rua Marechal Saldanha, tem, além de uma fachada um pouco mais animada do que habitualmente, uma solução curiosa no poço de iluminação entre os dois edifícios, o que, claramente qualifica o espaço interior de habitação. Finalmente, e voltando à rua de Gondarém, escolhemos a casa que Alberto Marinho mandou projectar em 1912. Não se trata, ainda, de um objecto arquitectonicamente interessante, apesar da variante da entrada lateral e da “bow-window” na sala de jantar, mas é um exemplo importante da transição que verificamos

entre a zona sul, mais antiga, e a zona norte, mais recente, da Foz Nova – o aumento da frente do lote, bem como do logradouro posterior.

De facto, os grandes lotes de casas isoladas, surgem mais ligados a esta lógica geográfica, do que a uma evolução temporal. A única diferença que observamos é quanto à implantação do edifício no terreno, sendo mais comum, até 1900, o persistente hábito de colocar a fachada sobre a rua. Vejamos dois exemplos, ambos para a rua de Gondarém. O primeiro, de 1899<sup>559</sup>, destinava-se a Augusto José de Matos, que também assina o projecto apresentado à Câmara pelo construtor Manuel Francisco Ferreira, para um edifício de dimensões consideráveis e com decoração bastante elaborada e totalmente inédita, até este caso, que parece ilustrar as palavras de D. Rouillard: “La décoration est architectonique (expression de la structure porteuse, de “squelette”) mais s’implifie sur les remplissages par de nouvelles bordures, liserets, frise de faïence, etc. se développant pour limiter au maximum, ou réduire totalement, les surfaces unies (la lutte contre la monotonie des ‘espaces désertiques’)”<sup>560</sup> O segundo exemplo, de 1900<sup>561</sup>, para o arquitecto. Luiz Cruz, que também assina o projecto com o Mestre de Obras Manoel António de Sá, é um caso curioso de jogo de elementos, na combinação do esquema decorativo das fachadas com o exagero exótico das coberturas, com pináculos em ferro, de sabor oriental. Além disso, esta casa mostra, pela primeira vez nos processos recenseados, o tão característico torreão de ângulos cortados, neste caso, articulando a entrada. Finalmente, a distribuição interior apresenta, também, alguma novidade, ao reduzir a divisão do espaço ao essencial, sem grandes desperdícios de zonas de circulação. O proprietário fez parte, em 1904, de uma comissão de “grandes influentes locais que requeriu, ao Presidente da Câmara do Porto o saneamento da Foz, considerado urgente quando se

---

<sup>559</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas de Casas, CLVIII, fls. 65-69

<sup>560</sup> Dominique Rouillard, *Le Site Balnéaire*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, s. d., p.285

<sup>561</sup> A.H.M.P., L. Plantas de Casas CLXI, fls. 41-46

pensava dotar o local com duas praias ‘no estilo das que existem no estrangeiro’”<sup>562</sup>. Esta casa, se alguma vez fo construída, não subsistiu até hoje, mas o seu modelo ainda é visível nalguns edifícios das redondezas, como o da uma casa na rua Marechal Saldanha, ou ainda num outro exemplo, desta vez na Av. de Montevideu.

Um esquema muito próximo, vamos encontrar também, na primeira casa finalmente implantada no centro do lote. Trata-se de um projecto de 1899, para João Lourenço da Fonseca Coutinho, destinado à rua Marechal Saldanha. Quem o assina é António Alves da Silva, também ligado a outros processos e o construtor é o Mestre de Obras diplomado Manuel Moreira de Sousa<sup>563</sup>. Pela documentação anexa, ficamos a saber que esta artéria principal da nova zona urbana, ainda se encontra em projecto. A total liberdade de implantação é responsável pela única mais valia deste projecto, isto é, um jogo de volumetrias, até aqui, absolutamente inédito. O corpo em torreão facetado, neste caso para galeria e sala, a combinação de diferentes tipos de aberturas e respectivas guarnições e o remate em “gotas” sob a cobertura do torreão, resumem o esquema decorativo que nada tem de excepcional. Uma outra variante, sem corpo em torreão, mas com uma *marquise* de ângulo, de planta redonda, em sua substituição, é o que encontramos na casa que Abel Eduardo Pereira Brandão, vice-presidente da assembleia geral do Partido Progressista, manda desenhar ao arquitecto (?) João Roquete em 1900<sup>564</sup>, tendo o Mestre de Obras António Cardoso Botelho como construtor, num enorme gaveto da rua do Monte com a rua do Crasto e a rua Marechal Saldanha. Novamente está presente o jogo das volumetrias, bem como a utilização das varandas e das “bow-windows”,

---

<sup>562</sup> “Aconteceu há 70 Anos-24 de Setembro de 1970”, in O Tripeiro, VIII Série, Ano X, nº9, Setembro 1970,p.348

<sup>563</sup> Esta designação “diplomado”, que é rara nos processos, refere-se, seguramente, aos poucos mestres que tinham formação específica. No caso de Lisboa, no Instituto Industrial de Lisboa, criado em 1852 e, no caso do Norte, na Escola Industrial do Porto, transformada em instituto por legislação de 1864. Cf.Mª Helena Lisboa, *Os Engenheiros em Lisboa*, 2002, pp. 72-73

<sup>564</sup> A.H.M.P., Livro de Plantas de Casas CLXII, fls. 302-307

num edifício sem mais nada de notável. O mais importante lote, de todo este traçado, é o de um projecto de 1899<sup>565</sup>, para Carlos Tait, sob a responsabilidade do Mestre de Obras Manuel d'Oliveira, localizado na rua da Índia, ou seja, bem a norte do nosso espaço de pesquisa. O projecto mostra, apenas, um curioso detalhe, ao utilizar o desenho de fachadas, bem nosso conhecido, com os “rendilhados” característicos da decoração do *chalet*.

Já no século XX, e até 1920, continuamos a encontrar rigorosamente os mesmos tipos e suas variantes, com insignificantes novidades, como é a maior utilização das *marquises* em ferro e vidro<sup>566</sup>, assim como, o aparecimento de alguns novos pormenores decorativos, inspirados na “casa portuguesa” de Raul Lino, ou no gosto neo-românico, como é exemplo, mais sugestivo, a casa de António Barboza Martins, projectada em 1914 para a rua de Gondarém.

No traçado que ocupou a nossa pesquisa e a que, de facto, se deve chamar Foz, nunca o nome do arquitecto Marques da Silva nos apareceu. Só na sua proximidade (Av. da Boavista), ou na sua continuidade (Rua do Castelo do Queijo, ou seja, a marginal mais próxima de Leça) o vemos surgir com pelo menos dois projectos, ambos de 1904, ano em que, também, começa a assinar todos os pareceres da Câmara do Porto. A título ilustrativo, citemos apenas um deles, precisamente para a marginal, a pedido de Joaquim Soares da Silva Moreira. Jamais a contenção, sem monotonia, desta arquitectura, no ritmo das aberturas ou na simplicidade elegante dos elementos decorativos, encantou os encomendadores dos projectos por nós recenseados...

---

<sup>565</sup> Idem, L.P.C. CLVI, fls. 256-262

<sup>566</sup> Ou o seu acréscimo em casas já construídas, como na de Eleutério Pereira da Fonseca, levantada em 1895 na estrada de Carreiros, e que, em 1916, apresenta um projecto de varanda para o alçado posterior (fig. 32)

### 3.2.2. A GRANJA

Ao contrário da Foz, velho aglomerado ribeirinho de pescadores, que, no início do século XIX, viu construir as primeiras casas de veraneio, por elementos da colónia inglesa e, a pouco e pouco, se torna na zona de vilegiatura preferencial dos habitantes do Porto, aberta e cosmopolita, a Granja nasceu do nada, ou melhor, de uma simples transferência de propriedade, e manteve o seu carácter fechado, quase privado, das estâncias aristocráticas. Ao carácter espontâneo da Foz, contrapõe-se a ocupação organizada da Granja<sup>567</sup>; à gestão pública municipal da Foz, a orientação particular de uma família na Granja; à proximidade, quase na continuidade urbana do Porto, o isolamento de um terreno à beira mar.

A história do “fundador” da Granja é bem conhecida e deve ser contada. Em 1758, iniciara-se a construção da Quinta da Granja, no melhor sítio da freguesia de S. Félix da Marinha, com vista de mar, encomenda dos cônegos regrantes de Santo Agostinho Reformados, do convento de Grijó. Diziam uns ser para hospício, e outros para quinta de regalo. Com a venda das propriedades das ordens religiosas<sup>568</sup>, após a vitória liberal, a quinta passou para a mão de particulares, primeiro D. Ana Joaquina de Melo e, pouco depois, de José António Alves Viana. Estes proprietários, que parece nunca terem habitado a velha casa conventual e, apesar de terem adquirido mais algumas terras, não mostraram, no entanto, qualquer interesse pela zona do lado do mar.

Em 1860, por questões de dívidas, a propriedade foi comprada, em hasta pública, por Fructuoso José da Silva Ayres, negociante de vinhos no

---

<sup>567</sup> Cf. João Paulo Saldanha Martins, *Lazer, Férias e Turismo na Organização do Espaço do Noroeste de Portugal*, 1993, p. 121

<sup>568</sup> “Com o término das ‘lutas liberais’ inicia-se um período marcante na expansão dos aglomerados urbanos, caracterizado não só pela transferência dos domínios das ordens religiosas para a posse privada, (como consequência directa do triunfo liberal na Guerra Civil de 1832-34), mas também pela activação do mercado imobiliário, o que virá a ter uma decisiva influência na evolução nomeadamente da Granja”. *Idem*, pp. 113-114

Porto, com loja na Porta de Carros. Tinha, então, 57 anos incompletos, nascera na vila beirã de Vouzela e, pela sua inteligência e capacidade de trabalho, tornara-se um homem rico e respeitado entre os grandes comerciantes do Porto. Logo em 1863 iniciou o loteamento da sua quinta da Granja, bem como a ocupação dos terrenos, a poente, que confinavam com a praia, com a intenção de aí fundar “uma praia de banhos”, como então se dizia correntemente. Com este fim, adquiriu as terras do Facho Velho e as do Pinhal, da Tapada de mato e da ribeira dos Corvos e, ainda, algumas leiras marinhas.

Nesse mesmo ano de 1863, mandou construir as primeiras sete casas do futuro aglomerado balnear (tantas quantas os seus filhos), a chamada “correnteza”, que viravam as costas ao mar e as fachadas à linha e estação do caminho de ferro, que logo iriam surgir. Pouco depois, mandou também edificar, uma pequena igreja que conferia, à urbanização recém iniciada, uma maior respeitabilidade. Na verdade, a construção da via férrea não só explica a lógica urbana da Granja, como também é responsável, em grande medida, pelo sucesso da estância de banhos que, à partida, parecia improvável<sup>569</sup>. Mais uma vez se deve à família Ayres este poderoso factor de desenvolvimento. “Repare-se que, em 1859, foram aprovados os estatutos da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, incumbida da construção da linha do Norte até às margens do Douro e, logo em 1862, os carris são assentes na Quinta da Granja. Poderosos interesses tinham ‘atirado’ o traçado da linha do Norte para os terrenos pantanosos do litoral aveirense, preterindo o interior do concelho da Feira, nomeadamente as Caldas de S. Jorge, onde estava prevista uma estação a alguns metros do novo edifício de banhos. Os esforços do doutor José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osório<sup>570</sup>, filho primogénito do

---

<sup>569</sup> Nestes anos 60 do século XIX, e por mais de vinte anos, a Granja e Espinho são as únicas praias portuguesas servidas pelo caminho-de-ferro

<sup>570</sup> (Fructuoso Ayres) “pode ver seus filhos, designadamente D. António e o Dr. José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osório, ocuparem altos cargos nas cátedras universitárias, na política e em vários

‘fundador’ da Granja, foram coroados de êxito, e uma estação foi implantada na Quinta.”<sup>571</sup> Em 1863 já o edifício estava de pé, faltando apenas o cais coberto, que se levantaria a norte e, em Junho de 1864, começavam a circular os comboios de Santa Apolónia até Gaia. Até 1877, ano da inauguração da ponte D. Maria, o percurso até ao centro do Porto, fazia-se de carro pela ponte pênsil, que começara a funcionar em 1843.

Construída a linha, que seria a coluna vertebral do empreendimento, e a estação, à beira da sua quinta, que dava garantia mínima ao sucesso especulativo do seu projecto, Fructuoso Ayres começou por dividir os terrenos entre o caminho de ferro e o mar, em dois quintórios (norte e sul), separados pelo carreiro que levava ao Corvo. Em seguida projectou duas artérias principais, paralelas à via férrea no sentido norte-sul. A primeira, confinando com a linha, e logo conhecida por «avenida» (hoje, Av. Sacadura Cabral), e a segunda, mais perto do mar, baptizada mais tarde «rua do Álvaro Valente» (hoje Av. Da República). Desde logo também planeou algumas transversais, cruzando as primeiras em ângulo recto<sup>572</sup>. Este plano ortogonal, muito simples, apesar de uma evolução pouco rigorosa nas dimensões dos lotes e dos quarteirões, encerrava uma ideia de modernidade e de diferença, uma vez que se contrapunha ao carácter orgânico do urbanismo do Porto mas também demonstra a preocupação com a racionalização do solo, de mais valia especulativa, como vimos na Foz Nova.. O seu princípio espalha-se pelas praias vizinhas, que hoje constituem, praticamente, uma mesma continuidade urbana, até Valadares<sup>573</sup>.

As primeiras sete casas da «avenida» já estavam construídas em correnteza, iguais, de um só piso baixo, cada uma com duas janelas de

---

empreendimentos de interesse público” (António Paes de Sande e Castro, *A Granja de Todos os Tempos*, 1973, p.44). O primeiro, foi bispo de Tessalónica e o segundo foi presidente da Câmara do Porto

<sup>571</sup> Luís Paulo Saldanha Martins, op. cit., p.119

<sup>572</sup> Sande e Castro, op. cit., p. 73

<sup>573</sup> Este desenho em quadrícula vai orientar o crescimento de outras estâncias nortenhas como a Foz Nova, a Póvoa do Varzim, Espinho, Leça da Palmeira, Vila do Conde e Moledo

guilhotina e uma porta central ao alto da sua escada de pedra. Modestas, vernáculas, cedendo apenas ao luxo de um almofadado na pedra dos peitoris das janelas, foram o início da urbanização da Granja e estavam, ainda nos princípios dos anos setenta do século XX, todas em poder dos descendentes de Frutuoso Ayres – as famílias Alcoforado, Allen<sup>574</sup> e Rocha e Melo<sup>575</sup>. O passo seguinte do proprietário da quinta foi também fundamental para o carácter de excepção que a Granja irá manter: para além das casas que ele próprio irá construir para aluguer, procurou mais uma vez os seus amigos e conhecidos entre a melhor sociedade do Porto, a quem aforou, e mais raramente vendeu, lotes de terreno para a construção de casas de veraneio, aos quais exigia uma conformidade estrita com os seus planos.

A afluência à Granja começa a crescer e, a estes primeiros «colonizadores», na sua maior parte membros de destacadas famílias da burguesia comercial portuense, vêm juntar-se políticos, aristocratas, portugueses e espanhóis, ou altos funcionários da administração pública, entre os quais se contavam os engenheiros M. Afonso de Espregueira e Pedro Ignácio Lopes, responsáveis pela construção da linha do Norte.

Ainda nestes anos 60 do século XIX, surgem novas construções, todas sobre a «avenida», das quais devemos destacar duas, ambas de 1869. A primeira, chamada *Cinco Moradias* ou *Casas do Terraço*, mandou-a levantar Artur Teixeira Pinto Basto<sup>576</sup>, em terreno aforado na zona mais larga da rua principal (a verdadeira «avenida» em sentido estrito), e que é uma versão um

---

<sup>574</sup> Família de origem inglesa instalada no Porto desde o séc. XVIII. João Allen (1781-1848), herói condecorado pela sua acção durante as invasões francesas, foi “coleccionador apaixonado, e reuniu uma das mais importantes colecções de arte que existiu entre nós, que mais tarde vendeu à Câmara Municipal do Porto e deu origem ao Museu Nacional Soares dos Reis”. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol.1º, p.1314). Um dos seus filhos, Alfredo Allen, visconde de Vilar d’Allen (em 1866) casa com a filha de José Maria Rebelo Valente, opulento comerciante de vinhos do Alto Douro e, são os descendentes deste ramo que encontramos ligados à família Ayres, como Alfredo Aires de Gouveia Allen, conhecido erudito de estudos históricos e genealógicos. (*Idem, Ibidem*)

<sup>575</sup> Se as origens do ‘fundador’ da Granja eram modestas, as ligações familiares da sua descendência fizeram-se entre as mais importantes famílias do Porto, que são também os principais frequentadores da estância.

<sup>576</sup> O primeiro Pinto Basto de que há conhecimento é António Ferreira, grande negociante no Porto, nos meados do século XVIII, que tomou o apelido Basto em homenagem à sua terra natal. Os seus



pouco mais elaborada da «correnteza», com um terraço comum, que comunicava com a rua por três lanços de escadas, um andar superior na casa central, com janelas de sacada, e uma platibanda com ânforas nos remates da fachada. Este conjunto, (bem como a «correnteza», aliás), parece-nos muito interessante pois trata-se de habitação semi-privada, com o terraço como espaço comum, conceito pouco conhecido na época para construções destinadas a esta classe social, fazendo lembrar, sobretudo, as “vilas operárias”<sup>577</sup>. Do mesmo ano, e novamente pela iniciativa do «fundador», é o primitivo edifício da Assembleia<sup>578</sup> da Granja, uma casa de rés-do-chão, cave e um piso superior açotado, destinando os pisos inferiores para casa da Assembleia e, a parte alta, para aluguer. Também ela com terraço, de escadas laterais, apresentava, então, um acabamento às riscas na fachada, que veremos frequentemente em locais balneares e, em geral, de vilegiatura, como em Sintra ou Colares. Quando se começou a construir a nova assembleia, foi vendida a José Lopes Antunes e mais tarde, adquirida por D. Juan Garcia Pelayo, membro distinto da colónia espanhola, que lhe deu o nome por que hoje, apesar de muito alterada, ainda é conhecida. A Assembleia destinava-se, como dizia o seu iniciador, a reunir em agradável convívio as pessoas que aqui vinham veranejar, e logo no primeiro ano de vida, teve a visita prestigiante de D. Luís<sup>579</sup>.

A década de 70 do século XIX foi de grande expansão, uma vez que, “Os Ayres, mobilizando as suas relações, continuavam a facilitar a pessoas conhecidas e amigas a construção de casas, mediante aforamento, em

---

descendentes alargaram a actividade comercial da família também a Lisboa e “ocuparam, sempre, um lugar primacial na vida portuguesa desde os fins do sé. XVIII”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15, p.136

<sup>577</sup> O carácter social da Granja parece ser a única explicação: quem habitava estas casas eram membros da mesma família, ou amigos bastante íntimos, que apreciavam esta convivência mais próxima durante os meses de vilegiatura balnear

<sup>578</sup> O nome “assembleia”, que é comum nas praias do Norte de Portugal (já o vimos ligado também à Foz), é criado à imitação das estâncias inglesas, as “assembly rooms”, surgidas em Bath, ainda no século XVIII e que voltamos a encontrar nas estâncias marítimas como Brighton

<sup>579</sup> “Pois a jovem Assembleia, logo de início, teve a alta honra de receber a visita Real como se vê pela notícia (...) publicada em ‘O Comércio do Porto’ de 2 de Setembro de 1869”. Sande e Castro, op. cit., p.86

condições muito vantajosas para os futuros proprietários. Instalado o pai e alguns dos filhos na grande casa da Quinta, tinham já a satisfação de ver ocupadas por famílias distintas algumas moradias que haviam construído”<sup>580</sup> Começava também a ganhar forma a segunda avenida projectada (a «rua de trás», como era conhecida), com a ocupação de alguns lotes, bem como, as transversais, de 8 metros de largura. Só a grande alameda junto ao mar, também ela imaginada por Fructuoso Ayres, teria de esperar até aos anos 30 do século XX, para ser construída.

Estes anos são os mais ricos de factos e definem para sempre o tipo de vida da estância. Novos equipamentos e a construção da nova assembleia, mais aforamentos e construções, entre elas algumas das mais importantes casas da Granja, instalação de um conjunto notável de famílias espanholas, bem como de muitos nomes da melhor sociedade portuguesa, do norte e do sul. A Assembleia começa a funcionar regularmente, reunindo, pela primeira vez, todos os seus sócios, em 10 de Agosto de 1876. Nomearam seu primeiro presidente o «fundador» Fructuoso Ayres, e como secretário, Álvaro Teixeira Pinto Basto. Elaborou-se, também, a primeira acta, onde Ribeiro da Cunha, sugeria a criação de uma comissão que convidaria todos os frequentadores a concorrerem para os melhoramentos locais. (Estava assim instalado o sistema de funcionamento da estância que perduraria até 1910.) As mais urgentes necessidades, eram a iluminação das ruas, a terraplanagem e ensaibramento da avenida e o arranjo da mata, para as quais cada sócio contribuiria com 5\$000 para fazer face às despesas. Tudo se fez conforme o decidido, compraram-se candeeiros públicos a petróleo, arranjou-se o piso da avenida e começou-se a instalação do novo equipamento, tão importante no veraneio da Granja, que foi a mata. Logo passou a chamar-se “pinhal”, mais uma vez em terrenos oferecidos pela família Ayres, a nascente da linha férrea e a sul da quinta. Seria o parque para as tardes dos banhistas e onde, a pouco e pouco, se

---

<sup>580</sup> António Paes de Sande e Castro, *A Granja de Todos os Tempos*, 1973, p.90

foram construindo infraestruturas desportivas e de lazer, inicialmente limitadas ao jogo da bola e a alguns bancos e mesas. Depois vieram o «croquet», as diversões infantis e o ténis (que teve, no último quartel do século XIX, praticantes de projecção nacional<sup>581</sup>), tornando-se um ponto de encontro e espaço de lazer predilecto até ao princípio do século XX, quando os campos de jogos passaram para um terreno, no quintório norte, perto da praia.

O outro equipamento que, então, também nasceu, foi o Hotel da Granja, inicialmente instalado num prédio modesto construído entre 1872 e 1873, mas logo aumentado e melhorado em 1879. Neste ano, forma-se a Sociedade do Hotel da Granja, vendendo-lhe Fructuoso Ayres o terreno (até então aforado) por 200 mil réis, que seriam pagos em duas acções da nova sociedade. Todos os outros sócios eram também membros da Assembleia... Ocupando um lote de gaveto, com fachada virada à avenida, levou sucessivas remodelações até, em 1914, se fixar no aspecto que ainda hoje mostra, com excepção da varanda na entrada. É um compacto “casarão português”<sup>582</sup>, ocupando todo o lote de terreno, inserido na continuidade urbana da «correnteza» e em que, só o espaço mais largo da avenida, em frente à fachada, dá alguma ênfase. No princípio do século XX, quando foi construída a varanda coberta, a animação cresceu, e o hotel passou a ser um novo espaço de convívio.

Em 1876 levantou-se também o novo edifício da Assembleia, num terreno dos Ayres, com fachada sobre a avenida. Elegeu-se um novo presidente, o Dr. José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osório (presidente da Câmara Municipal do Porto e lente da Escola Média-Cirúrgica), filho mais velho do «fundador» e redigiram-se os estatutos da Companhia da Assembleia da Granja, S.A.R.L. publicados no diário do Governo em 1 de

---

<sup>581</sup> Os irmãos Pinto Basto eram adversários temíveis nos campeonatos realizados em Cascais ao tempo de D. Carlos I

<sup>582</sup> Inicialmente é um hotel de “1ª geração” (cf. Ponto 1. sobre a Génese da Vilegiatura Contemporânea) que, com as várias campanhas de obras se foi modernizando, mas sem nunca perder o seu carácter familiar

Novembro do mesmo ano<sup>583</sup>. Entre os artigos desse documento, destacamos apenas três itens:

“O fim da Companhia é a edificação dum prédio na Praia da Granja, para nele se estabelecer uma assembleia recreativa.”

“Também poderá edificar quaisquer estabelecimentos de outra natureza, quando a Assembleia geral, por proposta da direcção, o julgar conveniente.”

“O capital da Companhia é de 12:000\$000 de reis, representados em 120 acções de 100\$000reis cada uma.”

A Assembleia tornava oficial aquilo que já fazia e que irá continuar a fazer ainda por muitos anos.

O novo edifício, inaugurado a 8 de Agosto de 1876, era muito mais ambicioso que o anterior<sup>584</sup>. De cave e rés-do-chão (com janelas ovais), um belo terraço com escadaria dupla, em frente da entrada, no qual se abriam sete portais de molduras arredondadas, o central marcado por duas colunas, assim como nos ângulos da fachada principal, que era rematada em platibanda. Dos espaços interiores destacavam-se, um gabinete de leitura, com publicações estrangeiras, uma sala de jogo onde, nestes anos, imperavam o whist e o voltarete, e um salão de dimensões consideráveis, para representações teatrais e concertos, e que servia para os bailes, com pianista contratado, que se realizavam aos domingos<sup>585</sup>. Esta casa, que fez história no veraneio balnear português, está hoje completamente em ruínas.

Se, nos anos precedentes, é à família Ayres que se deve a evolução da Granja como estância balnear, desde a fundação da companhia, é aos

---

<sup>583</sup> Diário do Governo nº261, 1 de Novembro de 1876

<sup>584</sup> No relatório da Assembleia podia-se ler: “Eram tão limitados os nossos recursos, eram tão estreitos os meios de acção que forçoso foi substituir a grandiosidade pela singeleza, a formosura pela elegância. Não construímos um sumptuoso Palácio que fizesse parar de espanto e admiração os grandes architectos da Europa civilizada”; cit. in Sande e Castro, op. cit., p.114. Parece poder deduzir-se que o projecto do novo edifício era da autoria de um dos seus membros provavelmente com a colaboração do mestre de obras encarregado.

membros da assembleia que cabem todas as decisões a tomar. O seu papel é, doravante, fundamental, uma vez que gere as contribuições dos sócios, aplicando-as em melhoramentos e embelezamento dos seus espaços, mas também, em novas estruturas públicas, promovendo divertimentos e programas desportivos, uma vez que está sob a sua alçada o pinhal, exercendo pressão sobre o poder autárquico de Gaia para realizar as obras de maior envergadura, como estradas ou abastecimento de água, mas guardando, ciosamente, o seu poder de decisão ao que à Granja diz respeito. “A existência de uma sociedade da Assembleia na Granja por onde passam todas as iniciativas de melhoramentos do aglomerado, conferem à praia um carácter muito próprio, de que proprietários e frequentadores muito se orgulham. Este facto marca de forma evidente as diferenças, por exemplo relativamente à Foz do Douro onde é à Câmara que incumbe a realização de tais tarefas. Assim, melhor se poderá compreender algumas das razões que guindaram a praia da Granja à fama de que se ufanou em longos períodos da sua existência”<sup>586</sup>. Apesar deste orgulho justificado, ainda por muitos anos, se continuará a recorrer à família Ayres, para suprir as faltas de disponibilidade de tesouraria da Assembleia...

Em 1877, num artigo citado por Sande e Castro<sup>587</sup>, da autoria de Inácio de Vilhena Barbosa, que neste ano veraneara na Granja, e publicado no jornal de Lisboa, *Diário da Manhã*, escrevia-se:

“Era um ermo, há 14 anos, o sítio onde hoje vemos a estação da Granja. Quando os obreiros do progresso assentaram aí os carris de ferro, e lançaram os fundamentos do edifício, que havia de chamar-se Estação da Granja, os ecos daquela solidão eram acordados apenas, pelo rumorejar do vento nas

---

<sup>585</sup> Curiosamente, nestas descrições dos espaços do club, nunca se refere uma sala de bilhar, talvez o jogo de salão mais popular do séc. XIX. Provavelmente foi esta “excessiva” popularidade que o afastou da Assembleia da Granja...

<sup>586</sup> L. P. Saldanha Martins, op. cit., 124

<sup>587</sup> Citado em A. P. Sande e Castro, op. cit., p.173

densas comas do vizinho pinheiral, ou pelo bramir das ondas do oceano, desdobrando-se em vastos lençóis de alva espuma naquela praia deserta.

No empenho de promoverem o maior esplendor da Granja, todos os que aí concorreram, deram as mãos, proprietários e banhistas, e dos seus mútuos esforços surgiu a mais bela e encantadora estação de banhos de mar, que há no reino.” E, mais adiante, acrescentava: “Fundou-se uma casa de assembleia, com tão nobre prospecto, com tão vastas e belas salas, e com tão agradável situação, que qualquer grande cidade poder-se-ia ufanar de a possuir.”

Ainda dois importantes melhoramentos para a população, datam destes anos setenta do século XIX. A criação do jardim público, na parte nascente da avenida, entre as casas e o gradeamento do caminho de ferro, apertado espaço de árvores e bancos que, rapidamente se tornou no «picadeiro» da gente da Granja. Finalmente, instalou-se ainda um mercado, em terreno cedido por Fructuoso Ayres, entre a linha do comboio e a estrada do Porto, onde também se realizavam bazares e outras diversões ao ar livre.

A Granja ganhava fama nacional e, um facto político, veio torná-la ainda maior. Foi o chamado «Pacto da Granja», assinado em casa de José Ribeiro da Cunha, entre os dirigentes dos partidos políticos, Histórico e Reformista, dando origem ao novo partido Progressista, em 9 de Setembro de 1876. “As bases do programa do nóvel partido seriam estudadas por uma comissão logo ali eleita, composta de: Bispo de Viseu<sup>588</sup> (D. António Alves Martins que chefiava os «reformistas»), Anselmo José Bramcamp<sup>589</sup>, sucessor do Duque de Loulé na chefia dos «históricos», José Luciano de Castro; Mariano Cyrilo de Carvalho; Adriano Machado e Tomás Lobo d’Ávila”<sup>590</sup>.

---

<sup>588</sup> Os bispos de Viseu e de Coimbra já veraneavam na Granja, no tempo dos frades Agostinhos, em moradias junto à estrada do Porto e nos terrenos onde depois se construiu a casa Burnay. (Sande e Castro, op. cit., p.63)

<sup>589</sup> “Começou, neste ano, a construção do chalet de Anselmo Bramcamp, num terreno junto à estrada do porto, a nascente do caminho de ferro e logo a seguir, para norte, à propriedade de Espregueira”. Idem, 129

<sup>590</sup> Sande e Castro, op.cit., p.128

Para além desta progressão nos equipamentos, a década é também muito rica no que concerne as construções particulares. Antes de mais, devemos sublinhar uma importante diversificação na ocupação dos lotes, que é acompanhada por uma considerável alteração da sua escala. Continuam a encher-se os terrenos, ainda vagos, da avenida e, mais dispersamente, os lotes traseiros na «rua de trás» (de Álvaro Valente). Mas, sobretudo, são ocupados os grandes terrenos a nascente da via férrea, onde se constroem algumas das maiores casas da Granja, finalmente com as fachadas viradas a poente e ao mar, se bem que à linha férrea também. Uma outra novidade, neste domínio, foi o aparecimento da tipologia importada do *chalet*, ensaiada singelamente na antiga Assembleia, que domina as escolhas dos encomendadores, sendo em número muito reduzido os que ainda preferiram os modelos vernaculares, dominantes até 1874. Em 1871, António Bernardo de Brito e Cunha<sup>591</sup>, em terreno aforado aos Ayres, faz construir um destes últimos exemplos, pegando a sul com a correnteza das sete casas, mas com primeiro andar. Foi depois comprada por José Maurício Rebelo Valente, que lhe acrescentou a varanda suspensa que hoje se vê. Em 1873, Adolfo Teixeira Pinto Basto manda construir uma pequena casa do mesmo tipo, com terraço na fachada, ocupando o lote imediatamente a norte da antiga assembleia. A avenida ganhava este seu traço peculiar, que era o de todos os edifícios terem um terraço com acesso à rua, desde a construção do primeiro modelo, nas «Cinco Moradias». Mas, neste mesmo ano de 1873, Francisco Pinto Miranda, levanta uma casa com uma curiosa variante, que muito agradará aos frequentadores da Granja, uma grande varanda coberta com uma estrutura de ferro, muito decorada. Ao longo de muitos anos foi um ponto de encontro predilecto e nela se fizeram inúmeras fotografias de grupo dos «granjolas». Erguia-se a norte

---

<sup>591</sup> Descendente de uma ilustre família da capital do norte, conhecida pelos Britos de Matosinhos, de que o mais famoso foi precisamente outro António Bernardo de Brito e Cunha, liberal convicto, condenado à morte e enforcado pelo regime miguelista em 1829 (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII, p. 251)

das «Casas do Terraço» e junto à casa que, em 1876, o engenheiro Pedro Inácio Lopes<sup>592</sup> comprou a Bernardo Valle. Com o edifício da nova assembleia e a reconstrução do hotel, em 1879, toda a parte central da avenida estava ocupada, mantendo, até hoje, sensivelmente o mesmo carácter. O único elemento «dissonante» é a casa das senhoras Castro, levantada em 1905, num lote aforado desde 1871, mas nunca construído. Logo baptizado de «Vaticano», o casarão, de volumetria complexa com empenas triangulares e torreão de ângulo, rompe com a continuidade, quer em escala, quer em gosto, do conjunto que tinha, apesar da sua simplicidade, bastante harmonia. Na avenida mais perto do mar («rua de trás»), construíram-se pelo menos duas casas, ambas em 1876. A primeira, em terreno vendido por Fructuoso Ayres ao madrileno Rafael Garcia y Santistéban, diplomata e autor teatral, que, por sua vez, a vendeu a Antero Augusto de Magalhães. A Segunda, em lote aforado a Natividad de Rojas Ortiz de Zárate, no quintório sul, depois comprada pelo conde de Rezende, D. Manuel de Castro Pamplona, futuro cunhado de Eça de Queiroz e onde este vinha, algumas vezes, quando se encontrava no Porto. São ambas pequenas casas tradicionais, só de rés-do-chão, com pequeníssimos jardins.

Os primeiros *chalets* da Granja, vão erguer-se também nestes anos, mas a nascente da linha do caminho de ferro, e em lotes de dimensões consideráveis, todos com jardins e até parques, cuidadosamente arrançados.

O mais antigo é construído por Nuno de Carvalho, em 1873, defronte do antigo mercado, num lote grande mas estreito, de configuração semelhante aos das avenidas dos quintórios. A segunda, é a casa do conselheiro Espregueira, imediatamente a norte da anterior, depois adquirida por J. H. Andressen que a modificou e ampliou. A terceira, é o grande chalet de

---

<sup>592</sup> Com Espregueira são os dois engenheiros dos caminhos-de-ferro, responsáveis pela construção da linha do Norte, ligados à Granja desde os anos 60 do séc. XIX, com casa nesta praia desde 1874 (J. P. Saldanha Martins, op. cit., p.123)



Anselmo Brancamp (1817-1885)<sup>593</sup>, construída em 1876, passando depois às mãos de sua filha e genro, Luís de Mancellos, cujo nome veremos, frequentemente, nas actas da assembleia. O enorme terreno deste proprietário, permitiu-lhe desanexar um lote, no extremo norte, onde José da Silva e Castro construiu a «Casa da Torre», que ainda se vê em fotografias com trinta anos mas recentemente demolida. Apresentava telhados quebrados e janelas de águas furtadas, característicos do *chalet*, bem como um torreão de ângulo com o seu «carapuço» em bico e revestimento riscado, preferido pela velha assembleia e pela «Barraca» de Eduardo Chamiço. Foi, mais tarde, residência de verão de várias famílias importantes: João Archer, José Allen, Maria de Mello Breyner Andressen, etc..

Em 1879, surgem mais duas grandes casa em dois lotes enormes. A primeira, pertenceu ao Dr. Forbes e depois à família Albuquerque. A segunda, levantou-a Henrique Burnay<sup>594</sup>, mais tarde conde de Burnay, junto à capela da Granja, com um grande parque architectado a partir do antigo pinhal das Lagoinhas, onde abriu clareiras, cavou um lago e construiu pontes. À semelhança do que acontecia em Cascais, no parque da duquesa de Palmela, também a condessa proporcionava à colónia balnear a utilização do seu parque para algumas iniciativas. Esta «Villa Amélia» e o seu belo jardim funcionou, em 1891, como Paço Real, quando a rainha D. Maria Pia escolheu a Granja para o seu veraneio balnear, em companhia do seu filho, o infante D. Afonso<sup>595</sup>. Chegou nos princípios de Setembro e partiu em meados de Outubro, provocando alguma inveja aos ilustres veraneantes de Espinho e deixando os da Granja, naturalmente orgulhosos. O período em que a rainha habitou o *chalet*, foi de glória para a estância atraindo as mais importantes

---

<sup>593</sup> Político, opositor de Costa Cabral, foi durante a Regeneração “várias vezes deputado, ministro do Reino (1862), da Fazenda (1869), presidente do Ministério e ministro dos Estrangeiros (1879) e chefe do Partido Progressista”. *Diccionario de História de Portugal*, 1975, vol. I, p.364

<sup>594</sup> Descendente de uma família de origem belga, instalada no Porto, desde finais do século XVIII ou princípios do XIX como comerciantes, era filho do médico Henry Burnay e irmão de Eduardo Burnay, lente da Escola Politécnica de Lisboa. Foi a sua actividade como notável banqueiro que lhe fez ganhar o título de conde em 1886 (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4º, p.227)

famílias da Foz e de Espinho e organizando as mais brilhantes *soirées* na Assembleia. Houve ainda bazar a favor dos pobres, tourada em Espinho, em homenagem ao senhor infante e, a 8 de Outubro, a rainha ofereceu um jantar de gala no «Paço», às figuras mais importantes das duas colónias. A casa Burnay foi o maior chalet da Granja, com uma planta em L, as empenas triangulares com remates muito decorados e cobertura de várias águas, bem inclinadas, características da sua tipologia. No primeiro quartel do século XX, a condessa, cumprindo o desejo de seu filho Eduardo, encarregou Álvaro Miranda da sua remodelação, dando-lhe o aspecto de solar português (de planta bizarra) que hoje apresenta.

A construção destas casas, rapidamente contagiou o gosto dos anteriores proprietários, levando alguns a transformar os seus sóbrios «paralelepípedos» em chalets, como a casa construída em 1865 para Luís Ayres, e que este vendeu a D. Salvador Llegat y Lobo, almirante da armada espanhola e autor teatral, mais um membro ilustre da colónia espanhola da Granja. Nos anos de viragem do século XIX para o século XX, foi adquirida e acrescentada por Guilherme Wandschneider que dela fez um animado ponto de reunião do sítio balnear.

Em 1876, Ramalho Ortigão publica *As Praias de Portugal*, onde faz um retrato da Granja, entre o elogio e a crítica, de extraordinária perspicácia:

“A Granja é uma povoação diamante, uma estação *bijou*, uma praia de algibeira. (...)»

Há poucos anos ainda, quando se abriu o caminho de ferro do norte, não havia uma só casa na actual povoação. (...)»

As condições do lugar, a meia hora do Pôrto, à beira do mar, na orla de um denso pinhal, atraíram sucessivamente os banhistas e fizeram rapidamente da Granja o que ela é hoje: a mais graciosa, a mais fresca, a mais aceada das estações de recreio em Portugal.

---

<sup>595</sup> Sande e Castro, op. cit., p.235

Como não há no lugar população indígena, a Granja pertence exclusivamente aos banhistas. Quando êstes, no mês de Novembro levantam os arraiais, a povoação desabitada é guardada apenas pelo banheiro, pelo padeiro e pelo tendeiro do sítio.

De sorte que a Granja é verdadeiramente a coisa que o seu nome indica, - uma espécie de quinta. (...)

Na Granja os banhistas não são sòmente os habitantes, em grande parte proprietários das casas, são ao mesmo tempo os donos da povoação e representam nela a Câmara Municipal, o exército, a polícia, o escrivão da fazenda e a repartição das obras públicas. As despesas gerais, o clube, a fonte, o mercado, a rua, são mantidos pela comunidade, que se cotiza para êsse fim. (...)

Graças a êste sistema de administração local, as ruas estão escrupulosamente aceadas e não lhes falta senão uma coisa: um cinzeiro a cada esquina para se lançarem as pontas dos charutos.

Os valados estão plantados de cactos.

As ruas são salpicadas de *corbeilles* com flores como *squares* ajardinados.

Os taludes acham-se cobertos de choupos, de eucaliptos, de tramagueiras, de roseiras bravas.

Grandes moitas de magníficas hortênsias ornam a entrada das casas. (..)

Entre as mais recentes edificações sobressaem algumas casas lindíssimas, verdadeiros modelos do género, delineadas e executadas com o mais perfeito gôsto.

O *chalet* do sr. Nuno de Carvalho, (...) com o telhado de ardósia de largos beirais salientes e a sua ampla janela sobre o mar e resguardada do sol por um longo toldo escocês, é um primor da graciosa architectura moderna das edificações de recreio.

O *cottage* do sr. Eduardo Chamiço, (...) abarracado, com pequenas janelas, é o tipo de habitação modesta e elegante, o modelo do *pied-à terre* gracioso e económico.

As casas dos srs. Manuel de Espergueira, Francisco António Miranda e algumas outras dão ainda à paisagem do sítio uma valiosa contribuição de pitoresco. (...)

O clube, para o qual está sendo concluído um edifício especial com um salão para trezentas pessoas, restaurante, cocheiras, etc., acha-se estabelecido em uma casa provisória e é muito concorrido. (...)

Os banhistas da Granja conhecem-se todos, apertam-se todos a mão, frequentam as casas uns dos outros, vivem finalmente em família. É tão agradável isto que custa às vezes a suportar. (...)

De modo que é absolutamente impossível passear só, ficar em casa, fechar a porta, prescindir das relações, abstermo-nos da convivência, dispensar companhia, por um dia, por um só dia, que seja!

Na Granja, desde que o banhista salta do vagão à gare, estreitado nos braços da colónia até que salta da gare ao vagão, sôlto dos braços da mesma colónia, o seu destino impreterível, fatal, é viver ali, agradávelemente, sem exigências de aparato e de luxo, saudavelmente, divertidamente, mas sempre – em família.

-...Que é o melhor que tem esta praia! Exclamam uns.

-...Que é o pior que esta praia tem! Murmuram outros.”<sup>596</sup>

O texto é um manancial riquíssimo de informações, de que devemos salientar as mais importantes. Em primeiro lugar, a descrição da vilegiatura na Granja, com humor, a da sua vida social, com rigor, a das suas características económicas. Compreendemos bem a sua comparação com Sintra, bem como a frustração dos que não pertenciam à «família». Em segundo lugar, os benefícios incontestados do seu sistema de administração,

---

<sup>596</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal*, 1943, pp. 135-149

inédito nas suas congéneres nacionais. Em terceiro lugar, o cuidadoso arranjo dos espaços públicos, que só através de descrições como esta podemos fazer uma ideia, bem como alguns pormenores destas habitações, como o “longo toldo escoçês” que, necessariamente, modificavam a leitura do sítio e ilustravam uma vivência junto do mar, que hoje dificilmente podemos avaliar. Finalmente, o acerto do gosto da época com as tipologias arquitectónicas, do *chalet* e do *cottage*, para as povoações de veraneio.

Na década de 80 do século XIX, a Granja continua a crescer, aumenta o número de sócios da Assembleia, e com eles as receitas da tesouraria, permitindo mais melhoramentos e melhores serviços. Em 1886, o então presidente, conde de Burnay, propôs que se fizessem melhorias urgentes na praia, sempre a área mais esquecida nos interesses da Granja, e foi autorizado a gastar até 40 libras, para estudos, e a pedir ao ministério da Marinha licença para fazer as obras. “A Assembleia tomava a si encargos camarários, o que havia de continuar por muitos anos. E até se dava ao luxo de distribuir pelouros”<sup>597</sup>, como jardim, estradas, mobília de casa, etc.. Henrique Burnay, que era concessionário dos famosos bazares, organizados após o encerramento da Grande Exposição Internacional, realizada no Palácio de Cristal do Porto, em 1865, deles trouxera, para a Granja, novos candeeiros públicos, que há muito se reclamavam. Também nestes anos, e por proposta de um outro membro da assembleia, João Faria Mesquita, se iniciou a construção dos campos de «lawn-tennis», no pinhal da Granja, estipulando a direcção uma mensalidade para os sócios que desejassem frequentá-los. A sociedade teve ainda uma outra iniciativa curiosa, que foi estabelecer um serviço de banhos quentes, de água do mar, no andar térreo da casa da assembleia. Como os fundos em caixa eram insuficientes, o sócio proponente ofereceu-se para montar, à sua custa, os equipamentos necessários, sendo depois reembolsado pelos lucros da gestão dos banhos. A Granja tinha,

---

<sup>597</sup> António Paes de Sande e Castro, op. cit., p. 206

finalmente, apesar de precário e sem edifício próprio, um estabelecimento balnear, que era, como sabemos<sup>598</sup>, equipamento primordial na instalação das estâncias europeias. Ao mesmo tempo, iniciava-se a construção de um tanque de água salgada, no jardim da assembleia, para a natação das crianças da colónia. A água salgada seria fornecida pelo grande depósito do estabelecimento de banhos. A direcção continuava a pressionar a Câmara de Gaia para que mande construir um passeio marginal, que ligue a povoação a Espinho.

Constróiem-se mais chalets, sobretudo nos grandes lotes a nascente de via férrea, dos quais destacamos dois. O primeiro, de 1884, mandou-o construir Pedro Eugénio Daupíás<sup>599</sup>, primeiro visconde e depois conde de Daupíás, passando depois às mãos do general D. José Sanchez Gomez, que o chamou «Villa Elena». De planta simples, com um único telhado de duas águas, ainda hoje está de pé, apesar de ter perdido toda a decoração rendilhada, que é constante nesta tipologia. O segundo, é uma moradia geminada que mandou construir D. Eusébio Bonilla y Martel, cônsul de Espanha no Porto, e que constitui a mais importante construção realizada por um membro da colónia espanhola. Além da casa principal, o cônsul fez ainda construir algumas pequenas moradias para aluguer, o que faz dele um dos “promotores” da Granja. O que dela resta, ainda se encontra de pé, no terreno junto à estrada para Espinho, mas tão estropiada que mal é possível reconhecê-la.

Para além desta ocupação dos lotes a nascente da linha do comboio, e praticamente concluída no final da década de oitenta, inicia-se também a urbanização dos terrenos mais a norte e, novamente, confinantes com a Av.

---

<sup>598</sup> Cf. Ponto 1. sobre a Génese da Vilegiatura Balnear

<sup>599</sup> 1º conde e 1º visconde de Daupíás em 1886, (D. Luís I), “foi fidalgo da casa real, grande proprietário e negociante de grosso trato em Lisboa e grande industrial tendo possuído a fábrica de lanifícios do Calvário, em Lisboa. (...) Filho dos 1ºs viscondes de Alcochete (...) foi um dos mais brilhantes elementos da sociedade de Lisboa. A sua grande opulência reunida a um apaixonado amor pelas artes levaram-no a ser o grande mecenas de músicos e pintores do seu tempo. (...) Organizou uma das melhores galerias de pintura

Sacadura Cabral. A primeira casa aqui construída, de que temos notícia, é a de António José Cunhal, em 1887, num enorme lote atravessado pela ribeira dos Corvos. Mantém hoje, rigorosamente, a mesma traça, bem como os magníficos jardins, sendo um exemplar característico da nossa arquitectura balnear mais elaborada, com uma volumetria compósita, elementos estilísticos diversificados e torreão saliente num dos ângulos da fachada. Nos anos seguintes, e até aos princípios do século XX, foram construídas novas casas nos lotes vagos que se estendiam até ao início das velhas construções, mais centrais (de 1867, pela família Ayres). A que se segue à de A. Cunhal, caminhando para sul, e para o centro da avenida, é a casa Falcão, um casarão sem nada de notável e hoje muito descaracterizado. No lote confinante, está a moradia do Sena, com mais algumas pretensões na sua forte cornija e denticulado dos cunhais. Imediatamente abaixo, o grande chalet de Rocha Leão que, com Anselmo Brancamp e Henry Burnay, possuíam os maiores lotes da Granja, neste caso também, com um belo parque, com lago e «parterres», que o proprietário cedia para as iniciativas da colónia. Mostra três corpos articulados, janelas salientes à inglesa («bow-windows»), uma varanda no ângulo, em coruchéu, com cobertura cónica e, sobretudo, um grande cuidado nos materiais e decoração: pedra trabalhada, tijolo laranja e frisos de mosaico. Logo a seguir erdue-se a casa Fabra, sem nada digno de nota, a não ser um corpo mais avançado na fachada e, finalmente, a casa mandada construir por D. Eugénio Sellés, professor catedrático e depois marquês de Gerona, mais um ilustre membro dos frequentadores espanhóis e que já era «granjola» nos anos 90 do século XIX. A casa, com os seus dois corpos simétricos avançados na fachada, os seus pequenos frontões no andar térreo e a forte cornija com cobertura muito baixa (em lousa e telha), é a única que na Granja poderia, por aproximação, chamar-se «villa».

---

que têm existido na posse de particulares neste país”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII, p.412

Na última década do século XIX, são os lotes mais próximos do mar, sobre a rua de Álvaro Valente que, mais sistematicamente começam a ser ocupados. Logo em 1892, num grande gaveto com a rua directa ao mar (ou das cancelas), que terminava então no areal, o «rei da Granja», como foi alcunhado pela sua acção à frente da assembleia, João Eduardo de Brito e Cunha, mandou construir aquela que é a melhor moradia da Granja. A «Villa Mar», com projecto encomendado ao arquitecto inglês William Pole Routh, é uma casa de dimensões consideráveis, quase toda num único piso térreo, com grande complexidade nos corpos variados de coberturas independentes, que o conselheiro mandou edificar a «mestre Gomes», “Manuel Gomes da Silva, construtor da maioria das mais antigas casas da Granja”<sup>600</sup> e que morava no Corvo. Contrariando a tendência geral destes anos, pela predominante horizontalidade, de influência mais inglesa que continental, mostra uma extrema compreensão do espaço envolvente, na continuidade da praia. Está hoje rigorosamente conservada, envolvida no seu belo jardim, que nas imagens anteriores ainda não existia, já separada do areal pela urbanização posterior, mas ainda a casa da Granja que mais desejaríamos habitar.

Nesta mesma «rua de trás» surgem, nos anos seguintes, e até 1905, mais algumas construções, das quais devemos destacar: a casa de Álvaro Valente, que deu o primeiro nome à rua, num grande terreno, mais a norte, em frente do Dr. Sena e Rocha Leão. Já no quintório sul, uma das casas que António Ramos Pinto<sup>601</sup> construiu, esta para sua habitação e que já mostra algumas alterações de gosto. É ainda acentuada a verticalidade, o torreão de ângulo mantém-se, aqui com uma varanda triangular, mas aparecem pormenores decorativos quinhentistas, sobretudo nas janelas, as coberturas são muito mais baixas e todo o rendilhado do chalet desapareceu. Imediatamente a sul, as três casas levantadas pelo coronel Mendes de

---

<sup>600</sup> A. P. de Sande e Castro, p. 275

<sup>601</sup> Um dos mais importantes nomes ligados aos vinhos do Porto, presente até hoje nas célebres “Caves Ramos Pinto” em V. Nova de Gaia



Almeida, sempre alugadas a personalidades importantes da sociedade portuguesa, apesar da sua única «virtude» ser o tamanho.

Ainda neste último ano de 1905, nenhuma casa tinha sido construída enfrentando o mar. Todas estas moradias, da rua de trás, se implantaram na parte superior do lote, virando as fachadas à nova rua que se ia construindo e embelezando com a plantação de árvores. A casa de Brito e Cunha era uma exceção, vista por todos como uma temerosa ousadia. Só mais tarde ainda se ocuparam os últimos terrenos da Granja, então ainda ocupados pelo pinhal, e loteados quando, em 1912, os jogos se mudaram para junto da praia. Abriu-se então uma avenida (a antiga avenida do Bispo) que corre quase na perpendicular da linha férrea<sup>602</sup>.

Esta primeira década do século XX, foi também de contínuo crescimento para a estância, e de algumas melhorias e curiosas novidades para os seus frequentadores: inaugurou-se a iluminação a acetileno, melhorou-se novamente o hotel, que aparecia em anúncios nos jornais do Porto, põe-se «macadam» nas avenidas, fazem-se subscrições para obras na praia, começou-se a jogar o «poker» e o «bridge» na assembleia (destronados o «whist» e o voltarete), patina-se no parque da casa Forbes, na praia há barracas de madeira pintadas às listas azuis e brancas ou cor de rosa, faz a sua aparição o «whisky», como bebida de cavalheiros, etc.,etc..

Mas a Granja continuava a mesma, fechada e elitista, como sempre fora. Luís Taboada, jornalista madrileno, que veraneara na Granja no início do século XX, escreveu uma obra intitulada *Portugal en Broma*, onde se refere à Granja nos termos em que Sande e Castro cita:

“Yo me fui a Granja a saludar a Sellés, y esto me há proporcionado los medios de penetrar en el Casino. De outro modo, hubiese tenido que andar

---

<sup>602</sup> Estas denominações referentes ao bispo têm a ver ainda com F. Ayres: um dos seus filhos, bispo de Salónica, foi o herdeiro da velha propriedade dos frades, bem como dos terrenos a ela pertencentes, a sul dos seus muros; todos os melhoramentos nessa zona fizeram-se com doações do novo proprietário, um dos grandes beneméritos da Granja, como seu pai. (Sande e Castro, op. cit., p.46)

errante por la playa, sin una mano amiga que guiase mis passos, sin una cabeza generosa que se dignare saludarme.

El que va a Granja por vez primera, se expone a vivir como un anacoreta en el fondo de una de aquellas casas de alquiler, que parecen garitas de consumos. Nadie le mira: y si desea divertirse tiene que sentarse en la playa y hacer montecitos de arena o buscar la amistad del jefe de la estacion para entretenerse jugando la brisa.

El que no acreditar com documentos que es hijo de buene casa y que en su familia no há habido ningun ser ordinario, ya pode renunciar a toda convivencia com los demás bañistas.

De lo demás, Granja es un punto de baño delicioso, donde veranean muchos españoles de elegantes chalets y preciosas villas rodeados de jardines y acariciados com las frescas brisas del Atlantico. La colonia española no suele establecer distinciones entre aristocratas y plebeyos.”<sup>603</sup>

Ao contrário de Espinho, sua vizinha e rival (um pouco à semelhança do que acontecia entre o Monte Estoril e São João do Estoril), que tinha assembleia, mas também cafés famosos com variedades, casinos onde se jogava à roleta, restaurantes, a Granja não cedia nos seus velhos hábitos, pouco cosmopolitas, onde todos os espaços públicos de reunião e divertimento são exclusivos a um grupo restrito de personagens, os sócios, e aos seus convidados<sup>604</sup>.

Em 1910 a «saison» da Granja foi uma das mais concorridas da sua história. Na assembleia inscreveram-se 189 sócios, número inusitado até então, as casas estiveram todas ocupadas ou habitadas pelos seus proprietários, o hotel, gerido desde há muitos anos por Francisco Bramão, esteve sempre cheio, tendo de alugar algumas casas da rua de baixo para

---

<sup>603</sup> Cit. in Sande e Castro, op. cit., pp.136-137

<sup>604</sup> “1885 – Um aviso colocado no átrio da Assembleia dizia:

‘Os Ex.os sócios da Assembleia da Granja, que quizerem apresentar algum sócio novo, para frequentar as reuniões desta Casa, terão a bondade de declarar o nome e qualidades ou posição do apresentado a qualquer dos membros da Direcção e na falta destes ao Mordomo’.” In Sande e Castro, op. cit., pp.201-202

satisfazer os inúmeros pedidos, e as colunas sociais de jornais de Lisboa e do Porto<sup>605</sup> noticiavam as suas animadas festas<sup>606</sup>. Em Outubro, o regime republicano foi implantado em Portugal e, com ele, a Granja sofre algumas modificações. Em primeiro lugar, na tradicional administração da assembleia, forçada a sujeitar-se às directivas camarárias, sem qualquer benefício para a estância<sup>607</sup>. Em segundo lugar, e talvez mais importante, a estância perde, quase totalmente, a importante colónia espanhola, cuja animação proverbial, tanta falta iria fazer. Quanto ao resto, tudo continuava como dantes, sempre sob a «batuta» da assembleia que, exclusivamente, promovia os acontecimentos sociais, culturais e recreativos e não deixava de pressionar os poderes autárquicos.

Em 1912, o pinhal foi abandonado, e transferidos os «courts» de ténis, o jogo da bola, os «croquets» e a «patela» para um terreno junto à praia, com entrada pela rua transversal que ladeia o hotel. No ano em que rebentou a 1ª Grande Guerra, e apesar de não ter sido próspero o período em que decorreu o conflito, fez-se finalmente uma grande obra de remodelação e aumento no hotel, com projecto assinado por Francisco dos Santos Silva.

A aproximação do mar, assinalada com a nova instalação dos jogos, acentua-se neste segundo decénio do século XX, trazendo à praia muitos grupos para gozar o fim de tarde, mas continuava a não existir qualquer esplanada ou avenida e as condições oferecidas aos banhistas eram ainda muito precárias. Sintomaticamente, de tantas fotografias que nos ficaram da Granja, raras são as que mostram a praia e os banhistas, sendo a mais antiga de 1887.

---

<sup>605</sup> O *Correio da Manhã* de Lisboa e a revista *O Tripeiro* do Porto

<sup>606</sup> Por exemplo, uma Zarzuela ‘El Santo de la Isidra’, representada pela colónia portuguesa e espanhola e um *bal masqué*. (Sande e Castro, op. cit., p.432)

<sup>607</sup> “Com o advento da República as competências até aqui asseguradas directamente por grupos organizados, nomeadamente na Assembleia – a Sociedade da Assembleia – são transferidos para a esfera de competência do Estado, pondo termo a um espírito de ‘bem comum’ e às contribuições voluntárias para melhoramentos que fizeram da Granja uma das praias mais asseadas e a distinguiram do ‘espírito’ das obras públicas, que marcou as décadas posteriores”; in J. P. Saldanha Martins, op. cit., p.128

No final da década, houve novas complicações, com a restauração da monarquia no Porto<sup>608</sup> e a deserção de muitos veraneantes, mas a década seguinte, começou com grande optimismo, com muitos projectos novos por parte da direcção da Assembleia. Porém, as suas ainda grandes prerrogativas, estavam a chegar ao fim, quando, em 1921, é publicada, no Diário do Governo a lei 1:152, que criava as Comissões de Iniciativa:

“Artigo 1º. São criadas em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de recreio e de turismo, comissões de iniciativa com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos frequentadores um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo.”<sup>609</sup>

As estâncias marítimas seriam classificadas pelo Conselho de Turismo e as comissões de iniciativa seriam constituídas, em cada estância, por: um delegado do município, um delegado da junta de freguesia, um delegado da Propaganda de Portugal, o capitão do porto ou delegado marítimo quando as estâncias fossem de praias, um hoteleiro, um proprietário e um comerciante. No caso das termas, acrescentavam-se ainda os responsáveis clínicos pela vertente terapêutica. Para a nossa vilegiatura, interessam ainda, especialmente, mais três artigos deste documento:

“Artigo 3º. As comissões de iniciativa podem executar obras e realizar quaisquer melhoramentos locais dependentes da acção do Governo ou das corporações administrativas, quando os respectivos projectos forem aprovados por aquelas entidades, não ficando, porém, estes ou quaisquer

---

<sup>608</sup> Na sequência do assassinato de Sidónio Pais, em Janeiro de 1919 “as Juntas Militares proclamavam a Monarquia no Porto e em Lisboa. Foi relativamente fácil dominar a rebelião no Sul”, devido ao apoio da população lisboeta; “no Norte, porém, a situação não se mostrou tão fácil de resolver. Os Monárquicos conseguiram aguentar-se durante quase um mês, dominando todo o Minho, Trás-os-Montes (à excepção de Chaves) e as Beiras até à linha do Vouga. (...) A Junta tentou organizar política, militar e administrativamente todo o território que lhe obedecia – e que passou à história com o nome de *Monarquia do Norte*”. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 1981, p.247

outras obras ou melhoramentos sujeitos ao pagamento de qualquer taxa ou licença”.

“Artigo 5º. Os fundos das comissões de iniciativa serão constituídos pela cobrança duma taxa especial denominada de Turismo, paga pelas pessoas que frequentam as estâncias e nelas tenham residência própria, por uma percentagem equivalente a 15 por cento da contribuição industrial, paga pela sociedade ou entidades que explorem as concessões de águas minero-medicinais, ou nela exerçam qualquer comércio ou indústria, por uma percentagem de 10 por cento sobre a contribuição predial das propriedades da localidade e por quaisquer outras receitas que as mesmas comissões possam angariar.”

“§ 3º. A taxa de turismo das pessoas que alugarem casas ou estejam nos hotéis será cobrada por intermédio dos proprietários e hoteleiros; todas as outras percentagens serão cobradas pelo tesoureiro da comissão de iniciativa.”

Esta legislação da 1ª República tentava resolver algumas lacunas que se sentiam desde os finais do século XIX e que começaram a ser denunciadas nos princípios do século XX<sup>610</sup>, tendo como referência os exemplos europeus. Pela primeira vez o estado contempla nas suas preocupações a nova indústria do turismo e reconhece a importância das estâncias balneares. O articulado mostra uma intenção clara: a de agilizar os melhoramentos necessários e, ao mesmo tempo, conseguir verbas que permitam o desenvolvimento das estâncias. Unindo nessas comissões as pessoas mais interessadas na promoção destes lugares, a legislação pretendia ainda modernizar e garantir condições mínimas de higiene, conforto, etc. indispensáveis para as pretensões turísticas anunciadas.

As transferências de gestão, da assembleia para a Câmara de Gaia, que tinham acontecido com a implantação da República, iriam agora ser

---

<sup>609</sup> *Diário do Governo*, nº84, 1ºSemestre de 1921, Ministério do Comércio e Comunicações

<sup>610</sup> Veja-se, por exemplo, a acção da Sociedade Propaganda de Portugal, desde 1906, de que falamos no ponto 1.. sobre a Génese da Vilegiatura Balnear em Portugal

completas com a criação, em 1923, da Comissão de Iniciativa da Granja, mas com vantagens para a estância. Em primeiro lugar, definiam-se claramente as competências de cada instituição. Em segundo lugar, aumentaram os meios financeiros que eram cada vez mais difíceis de encontrar só entre os membros da assembleia, mesmo com a intervenção isolada da autarquia. Finalmente, o presidente da nova comissão é um dos proprietários da estância e membro destacado da direcção da assembleia e do hotel, Fernando Ermida. Com ele, a comissão de iniciativa “começa a assumir as funções anteriormente desempenhadas pela Assembleia no domínio das obras de melhoramentos e conservação da praia. A pressão sobre a Câmara de Vila Nova de Gaia<sup>611</sup>, parece aumentar de forma assinalável, pelo que se infere do conteúdo das actas, sendo referido ‘o reforço da iluminação pública’ já efectuada pela autarquia e apontando-se a realização de obras inadiáveis: a construção de um arruamento à beira-mar e dos muros nos terrenos que marginam a via pública.”<sup>612</sup> De facto, à insistência e empenho de Fernando Ermida se deve a construção da esplanada da praia, bem como a da piscina, no seu extremo norte, já no final da terceira década do século XX. Com estes dois empreendimentos, fica completa a urbanização da Praia da Granja.

Como tipo de colonização/instalação, é este, sem dúvida, o aspecto mais peculiar da Granja, o de virar as costas ao mar, até uma época muito tardia da sua história.

“O facto de a derradeira rua construída ser a marginal, onde apenas se chegou em finais dos anos trinta a par da conclusão da piscina, mostra em que medida o mar foi secundarizado perante um ‘retiro’ social, razão de ser da Granja pelo menos até à década de 20, onde só se entrava pela mão de um dos ‘pares’”<sup>613</sup>.

---

<sup>611</sup> São inúmeras as referências nas actas da Assembleia a pedidos feitos à Câmara de Gaia desde os primeiros anos.

<sup>612</sup> L. P. Saldanha Martins, op. cit., p.132

<sup>613</sup> Saldanha Martins, op. cit., p. 136

Pela suas particulares características, que temos vindo a enunciar, o projecto inicial da Granja, como «praia da banhos», levaria mais de sessenta anos a ser cumprido. Neste processo, que é o da urbanização de um pedaço de terra à beira mar, encontramos um conjunto de elementos muito próprios, que devemos resumir. O primeiro aspecto que sobressai é a relativa «anarquia» do loteamento. Apesar da estrutura reticular<sup>614</sup>, muito simples, desde o início planeada por Fructuoso Ayres, os talhões têm forma e tamanho muito diversificados. Com o crescimento da estância, há uma clara inflexão ao programa primitivo, em resultado das ambições dos novos proprietários e do sucesso conseguido pelos seus promotores. Esta mudança é bem visível, se atentarmos na ocupação dos espaços ao longo dos anos. Até 1873, todas as construções ocupam, exclusivamente, pequenos lotes sobre a «avenida» e, na sua quase totalidade, no quintório do sul. Estas casas têm também características muito próximas: são quase sempre de um só piso, preenchem a totalidade da frente do terreno, possuindo logradouros apenas nas traseiras, utilizam um tipo de construção tradicional muito simples, apresentam terraços ou varandas, ao nível térreo, pelos quais se pratica a entrada, algumas são plurifamiliares, como as «Sete Casas» (as primeiras) ou as «Casas do Terraço». A partir de 1873, a Granja escolhe outro rumo e outra escala. Começa a edificar, nos terrenos a nascente da linha férrea, em lotes por vezes maiores que os quarteirões do lado poente, grandes casas, sempre com mais de um piso, com plantas mais elaboradas<sup>615</sup> e sempre unifamiliares, à excepção da moradia geminada dos Bonilla. Surgem os grandes jardins e parques privados, ao mesmo tempo que faz a sua aparição o «chalet», como tipologia arquitectónica dominante. A partir de 1887, vemos um fenómeno

---

<sup>614</sup> Para além da imagem de modernidade e racionalidade, contraposta ao organicismo do Porto, este esquema encerra uma intenção pragmática mais importante: “Entre as vertentes desse interesse ressaltam as iniciativas de carácter especulativo, que mais não fosse o desenho em quadricula que vai orientar o crescimento – a urbanização – dos aglomerados litorais, com vertente balnear, constitui em alguns casos uma forte evidência” (J. P. Saldanha Martins, op. cit., p.117)

<sup>615</sup> Exemplos mais importantes: as casas Burnay e Rocha Leão

semelhante, mas agora nos terrenos mais a norte da «avenida». Embora disciplinados pelo traçado dos arruamentos, são de tamanho muito diverso, mas sempre bastante grandes. Também neles se ergueram casas unifamiliares, de estrutura quase sempre complexa, com grande destaque para os jardins ou parques, e abandonando, a pouco e pouco, os pormenores decorativos do chalet. Finalmente, a lenta ocupação dos terrenos mais perto do mar. Primeiro, a esparsa construção sobre a «rua de trás», desde 1876, em 1892 o exemplo corajoso e isolado do conselheiro Brito e Cunha e, só no início da segunda década do século XX, as primeiras casas sobre a projectada esplanada da praia.

Embora possamos conhecer a planta de quase todas as casas até aqui referidas, ao nível da implantação no solo, pela excepcional conservação do lugar, não conhecemos nenhum projecto até 1910. Por um lado, a legislação portuguesa, até muito tarde<sup>616</sup>, não exigia a apresentação de planos de obras particulares, fora dos concelhos de Lisboa e do Porto, por outro, pensamos, a enorme autonomia e poder decisivo que tinha a Assembleia. Existem, desde 1864, processos de obras públicas, como de fontes e caminhos que, na verdade, pouca informação encerram. Naturalmente, o mesmo acontece com os nomes dos arquitectos e construtores. As únicas referências são ao arquitecto inglês da casa Brito e Cunha, bem como do seu construtor, e um último nome, o de Francisco dos Santos Silva, que aparece antes e depois de 1910.

O primeiro projecto existente em arquivo é para uma reconstrução, requerida pelo Tenente Coronel de Engenharia, do Conselho de Sua Magestade e lente da Escola do Exército, António Artur da Costa Mendes de Almeida, que construiu, pelo menos, três casas na Granja, como vimos. O nome de Francisco dos Santos Silva aparece então, em 1914, ligado a dois projectos, o primeiro à ampliação do hotel, e o segundo à casa de Isabel

---

<sup>616</sup> Cf. Ponto3.2.1. sobre a Foz do Douro



Alcoforado. Já em 1920, surge mais um projecto de ampliação, requerido por Fernando Brito, director da Assembleia, e assinado pelo mestre de obras Henrique Domingues Sampaio, bem como os projectos para construção de duas casas para António Ramos Pinto. Finalmente, neste mesmo ano, surge o nome do único arquitecto que podemos ligar à Granja – Gonçalo de Mello Breyner (1896-1947)<sup>617</sup> - antes de tudo pela tradição familiar mas, principalmente, pelo número de projectos que desenhcou para esta praia. O primeiro, realizado para Joaquim Allen, construiu-se na, então, ainda praia, sobre a futura esplanada, e é o melhor objecto architectónico que hoje podemos apreciar nesta zona. De um só piso, com uma varanda recolhida entre dois corpos oitavados, bem aberta à perspectiva de mar, utiliza, sem grande exagero, o vocabulário da «casa portuguesa», dominante nestes anos. O segundo e terceiro projectos, respectivamente de 1921 e 1922, foram construídos para Constantino d'Almeida e para José de Almeida Garrett, ambos sobre a esplanada, também, dentro da mesma linguagem, mas de dois pisos e menos interessantes que a primeira.

A arquitectura mostra poucos exemplos de grande qualidade, numa sucessão de gostos que são comuns à maioria das nossas estâncias, a partir dos anos 70 do século XIX, mas com duas excepções de nota. A primeira, prende-se com a abundância de pequenas casas portuguesas, de estrutura muito simples, como modestas moradas de campo<sup>618</sup>, que bem se explica pela precocidade da instalação, relativamente ao resto do país, e pelo exemplo do primeiro modelo - as «Sete Casas» ou «correnteza». A segunda, sobretudo interessante para o historiador, é a extraordinária preservação urbana, uma vez que a lenta evolução no tempo, se limitou a cumprir um plano que estava, basicamente, delineado à partida (até à alameda do mar, sonhada por

---

<sup>617</sup> Foi o Arquitecto-chefe da Secção Colonial na Exposição do Mundo Português, em 1940 e o autor do Seminário das Missões Franciscanas em Carnide, Lisboa ( José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos*, 1994, p.73

<sup>618</sup> A algumas delas Ramalho Ortigão apelidaria, seguramente, de “abarracadas”

Frutuoso Ayres), bem como arquitectónica, principalmente no conjunto das construções a poente da linha do caminho de ferro.

Com todas as virtudes e limitações, que acompanham a fundação e desenvolvimento de todas as nossas estâncias balneares, a Granja “tornara-se famosa no mundo dos políticos, diplomatas, intelectuais e homens de negócios. Tornou-se, sem dúvida, a mais famosa praia do norte de Portugal no último quartel do século XIX e esse estatuto só o viria a perder já no nosso século – quando o centralismo do Estado Novo apostou tudo na Costa do Estoril e quando, na década de 60, ‘surgiu’ o Algarve!”<sup>619</sup>. A estas razões de «abandono», que são verdadeiras, devemos acrescentar aquela que nos parece mais importante – a inadequação no tempo, cada vez mais acentuada, do tipo de vilegiatura escolhido na Granja. A sua transformação, numa estância moderna, está comprometida pelo próprio processo operativo e pelos «granjolas» que, mesmo quando conseguem construir a piscina e a esplanada, para actualizar a estância e chamar os mais jovens, continuam a pensar, acima de tudo, na colónia – *quoi qu’il soit ont reste entre nous...*

Curiosamente, este carácter fechado e reservado, que parece impedir a evolução moderna da Granja, como estância balnear, aponta para conceitos muito actuais como o de “condomínio privado” ou de “aldeamento turístico exclusivo”, fórmulas que hoje utilizamos para estabelecer, grosseiramente, separações económicas e sociais, muito menos subtis que as utilizadas pelos «granjolas», ingenuamente empenhados na criação de uma comunidade com gostos, cultura e educação semelhantes e pouco preocupados com as diferenças materiais.

---

<sup>619</sup> Pedro Almiro Neves, *A Praia da Granja no último quartel do século XIX*, 1984, p. 448

## **4. O SÉCULO XX**

### **4.1. O ESTORIL**

#### **4.1.1. Sobrevivências do século XIX**

##### **4.1.1.1. Sto. António do Estoril**

Ao contrário das estâncias de veraneio que tratámos anteriormente, o Estoril, tal como o conhecemos, é o resultado de um programa elaborado e posto em execução, já no século XX. Mais ainda, o Estoril é, sem dúvida, o projecto urbanístico-arquitectónico de carácter turístico mais importante da primeira metade de novecentos. Apresentado em 1914, em plena 1ª República, mas acelerado e concluído já durante o Estado Novo, traz consigo, de facto, características novas que o diferenciam dos casos precedentes que, mesmo quando a sua instalação se prolonga pelo novo século, são exemplos da conjuntura e da mentalidade de oitocentos.

Porém, o Estoril de Fausto de Figueiredo não surgiu do nada, nem a sua imagem definitiva deixa de ser devedora dos tempos da monarquia. Em primeiro lugar, o prestígio do sítio, como local privilegiado de vilegiatura, que começara quando o rei D. Luís escolheu a cidadela de Cascais para residir no fim do verão e início do outono, e que se acentuara com as instalações de S. João e do Monte Estoril, abrindo perspectivas auspiciosas ao futuro programa. Em segundo lugar, a já existente urbanização do Alto Estoril, bem como de algumas casas que, ainda hoje, marcam a cenografia do Estoril.

Assim, antes de nos debruçarmos sobre o projecto do “Parque Estoril”, devemos traçar, brevemente, a história do sítio e dos elementos já presentes,

em 1913, que, de alguma forma, contribuíram para a imagem da futura estância.

Em séculos mais recuados, existiam apenas dois pólos de atracção neste pedaço de costa: o convento e as águas termais, desde tempos imemoriais reputadas para as doenças de pele. O convento e a sua igreja, datam de 1527, sendo primitivamente um cenóbio de franciscanos, sob o padroado de Santo António. Foi restaurado, sucessivamente, e reconstruído, na forma que hoje apresenta, em meados do século XVIII. Quando foram extintas as ordens religiosas, o Estado vendeu o convento e a igreja, em 1834, a Manuel Joaquim Jorge. “Este proprietário fez depois doação do templo à sua paróquia, reservando para si sómente o domínio e uso do convento, transformado a pouco e pouco em casas de habitação e aluguer”<sup>620</sup> para os frequentadores das fontes termais. “O desembargador Monteiro (prop. do morgado do Estoril quando D. Maria II acabou com eles) vendeu as suas terras do Estoril, com tudo o que nelas havia, ao deão da Sé de Lisboa, João da Silva Carvalho, o qual as legou em testamento, à sua sobrinha e afillhada D. Ana da Silva Carvalho, que foi mãe de José Viana – sendo este proprietário que as vendeu a Fausto de Figueiredo e a Augusto Carreira de Sousa”<sup>621</sup>. Em 1915, pela lei nº 477 de 18 de Setembro, foi fundada a Freguesia do Estoril, com lugares das freguesias de Cascais, de São Domingos de Rana e de Alcabideche, passando a funcionar a velha igreja de Santo António como sede da nova paróquia, desde então independente de Cascais. A igreja é um edifício característico da arquitectura maneirista, ou chã, no dizer de G. Kubler, muito interessante principalmente pelo seu nartex, com forro de azulejos e rica decoração, acrescentados posteriormente.

---

<sup>620</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, 1943, p.286

<sup>621</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.290

O segundo elemento presente no sítio, e o mais importante para a sua história balnear, são as nascentes de água termal – Estoril e Santo António – que ganhavam em reputação às da Poça, à volta de cujo edifício, como vimos, se desenvolveu, em grande parte, a estância de S. João do Estoril. Já no tempo do rei D. José I, que as frequentava para alívio da sua gota<sup>622</sup>, existia junto dessas fontes um balneário rústico, para serviço dos doentes. Só em 1880 foram restauradas e modernizadas as arcaicas instalações, agora com um edifício feito em alvenaria e com dez quartos, cada um com a sua tina de mármore. O proprietário das fontes, José Viana da Silva Carvalho, foi construindo também, pequenas casas modestas para alugar aos banhistas, constituindo um conjunto a que se chamava o “Pátio do Viana”. “Porém, de ano para ano a concorrência aumentou-se de tal forma, que se tornou urgente ampliar o estabelecimento, com 15 quartos. Em 1892, organizando-se, continha 15 tinhas de mármore para banhos de imersão, em quartos separados, circundando um pequeno jardim coberto que serve de sala de espera. (...)Hoje vêem-se ali 30 tinhas de mármore em compartimentos de muito pé direito para imersões, pulverizações, inalações, duches ascendentes, etc.. A época balnear é de 1 de maio a 15 de novembro”<sup>623</sup>. O edifício termal da “Quinta do Viana” foi demolido para dar lugar ao grandioso projecto de Fausto de Figueiredo, porém, foi elogiado e publicado inúmeras vezes o que nos permite conhecer, pelo menos, a sua imponente fachada de gosto neo-árabe. Esta escolha liga-se, naturalmente, ao gosto exótico da época, mas também parece ser, uma associação funcional com a cultura árabe e a sua ideia de banho, num espaço próprio e diferenciado

---

<sup>622</sup> O rei fazia a sua cura instalado no palácio do seu primeiro ministro, em Oeiras, e deslocava-se daqui até ao Estoril para o tratamento; daí que o marquês, tenha resolvido melhorar consideravelmente a estrada que ligava Oeiras a Cascais e que, nos anos 60 do século XIX, ainda era o melhor troço de caminho entre Lisboa e a vila de Cascais

<sup>623</sup> “Estoris”, in *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*, Lisboa, 1908, p.220

arquitectonicamente. Do interior do balneário podemos citar uma das muitas descrições:

“O edifício é sem dúvida magnífico e elegante. Depois de se subir por uma larga escadaria entra-se por três grandes portas, num vasto átrio ladrilhado a mosaico. Do átrio desce-se por dois lanços de escadas para um jardim, que fica sob uma cúpula envidraçada, espécie de estufa, em cuja temperatura crescem cheias de viço diversas plantas. Ao lado deste jardim estão os quartos para os banhos”<sup>624</sup>. Para lá dos banhos, do “pátio” e do convento, estendia-se um frondoso pinhal que entestava com a praia. “No último quartel do século XIX o sítio do Estoril era ainda um pequeno lugarejo à beira da estrada de Cascais. (...) Veraneavam ali os poetas, os artistas, os sonhadores, que amavam o isolamento, a mata, o areal deserto, o mar sem ninfas em fato de banho”<sup>625</sup>. A grande maioria dos frequentadores eram os banhistas das suas termas.

Mas, com o desenvolvimento das estâncias que flanqueiam o Estoril a nascente e a poente – S. João do Estoril e Monte Estoril, respectivamente – durante a última década do século XIX e primeiros anos do século XX, parte do território da futura estância sofre intervenções urbanas e arquitectónicas, de alguma importância.

#### 4.1.1.2. O Alto Estoril

O primeiro destes casos é a urbanização do chamado Alto Estoril, que começava, sensivelmente, onde a estrada real atravessava a linha férrea, muito perto da praia do Estoril, e acabava, teoricamente, no vale que o separa de S. João, em frente à Poça, onde depois se construiu o mercado da zona. Para norte, a estrada de Bicesse (hoje Av. dos Bombeiros Voluntários)

---

<sup>624</sup> *Idem*, p.221

<sup>625</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., pp.293-294

constituía uma outra separação artificial com o Estoril. Aqui, apesar de alguns exemplos interessantes para a história da arquitectura balnear, não surgiram modelos importantes e, quanto ao urbanismo, trata-se de um autêntico bairro suburbano que, subindo a encosta, se desenvolve ao longo de umas poucas paralelas, a nascente da estrada de Bicesse, unidas por pequenas perpendiculares, numa esquadria muito elementar, que acaba fechada sobre a linha de caminho de ferro. Desenvolve-se, quer em função da praia e dos banhos da Poça, onde se encontrava o apeadeiro mais próximo, quer das termas do Estoril.

A designação de Alto Estoril é hoje praticamente desconhecida, uma vez que, a urbanização do “Parque Estoril” veio absorver e regularizar o local, passando a constituir o seu limite nascente. Isto quer dizer que a povoação, ocupando o estreito espaço disponível além dos limites da “Quinta do Viana”, nunca teve verdadeira autonomia como estância de veraneio, nem um pólo dinamizador próprio, tendo por isso necessidade de o ir buscar às vizinhas, que se sucederam no tempo, pela força das respectivas imagens, primeiro S. João e depois Estoril.

Sem iniciativas privadas de mérito, como acontecia no Monte ou em S. João, apoiado apenas na medíocre actuação da municipalidade, o Alto Estoril resultou num conjunto de gestos individuais, de qualidade desigual, sem qualquer característica urbana digna de nota. Ao contrário do que acontece em relação a todas as povoações do concelho, que nasceram ou cresceram à volta da nova moda dos banhos de mar, não existem referências específicas ao desenvolvimento deste local. No entanto, os terrenos ao longo da estrada de Bicesse, e para nascente desta, vão-se loteando rapidamente e de forma arbitrária, a partir da segunda metade da década de 1890, correspondendo, exactamente, ao período de maior desenvolvimento urbano de S. João e do Monte Estoril.

A primeira característica deste espaço é a predominância dos pequenos *chalets* de rés-do-chão e águas furtadas, com ou sem adjunção de um corpo torreão. Os mais antigos processos de obra, referentes à zona, mostram vários exemplos desta formulação, já “standartizada” para a casa de praia, multiplicada pelos construtores locais, com pequenas variantes, quase limitadas aos pormenores decorativos. O primeiro processo, de 1897<sup>626</sup>, para o importante construtor Joaquim Santos<sup>627</sup>, é um modelo típico destas construções – reduzidas dimensões, planta elementar, telhados de duas águas cruzados, remates decorativos e implantação num terreno minúsculo, onde foi preciso, neste caso, levantar duas fachadas nos limites do lote. Este exemplo faz-nos lembrar as palavras de crítica que António Bandeira usou para retratar S. João do Estoril, com os seus *chalets* “às riscas” mesquinhos como os seus proprietários. Com muito maior razão se aplicavam elas aqui...

Neste mesmo ano surge, também no Alto Estoril, o produtivo desenhador Gaston Landeck, cuja primeira obra é igualmente um pequeno *chalet* de rés-do-chão e águas furtadas, mandado edificar por Eugénio de Freitas Bandeira de Mello e que hoje, ainda se ergue, na Rua Dr. Mário Quina, nº12. Alguns pormenores, porém, como o desenho elaborado dos vãos ou a sobriedade dos beirais e pináculos, denotam a superioridade do desenhador, em relação às casas vizinhas. Basta olharmos o *chalet* que ocupa o nº10 da mesma rua (*Vila Sto. António*), construído para Maria Rita da Fonseca Pamplona, em 1898, onde o único toque de originalidade é dado pelos remates das águas furtadas, acrescentados a um edifício estereotipado na sua planta cruciforme.

Mas os exemplos multiplicam-se, sobretudo ao longo da estrada de Bicesse, onde uma série destes pequenos *chalets* se sucedem, adoptando, com maior ou menor imaginação, pequenos pormenores distintivos. Subindo

---

<sup>626</sup> Existente no Arquivo Histórico Municipal de Cascais

<sup>627</sup> Encontramo-lo com frequência nas estâncias dos “Estoris”, nestes anos de viragem do séc. XIX para oXX



a Av. dos Bombeiros Voluntários encontramos, primeiro, o *chalet* que ocupa o nº14, com um único piso, e dentro da morfologia habitual, mas utilizando elementos dignificantes, como a platibanda, os recortes dos vãos ou a decoração da cimalha, que o aproximam dos valores introduzidos, por Émile Carp, em S. João do Estoril. O segundo exemplo, data de 1900, e foi construído para Salomão Cardoso, ocupando hoje o nº18 da mesma avenida. Modelo de dimensões modestas, mas que introduz o torreão de ângulo, e onde, os pequenos frontões de pedra, que rematam as aberturas, põem uma nota de distinção raramente utilizada. Finalmente, o nº22, mostra uma organização muito simples em que os cunhais de pedra, os pináculos e a varanda do corpo central, resumem toda a decoração da fachada.

Entrando no interior do bairro, encontramos novamente os desenhos de Gaston Landeck. O primeiro, é uma casa para Carlos Gualberto Ferreira de Sousa, de 1897, que é uma citação do modelo de empenas ameadas<sup>628</sup>, mas miniaturizado à escala do local. Uma outra, de 1898, foi construída para Diogo Joaquim de Matos, no nº2 da Rua das Palmeiras, onde o autor de *chalets* elegantes se submete a uma encomenda bem diferente do habitual: uma casa de volumetria tradicional, telhado de quatro águas, vãos regulares e iguais e ausência de decoração. Do ano seguinte, é a casa desenhada também por Gaston Landeck, para Augusto Freire, desta vez na Rua António Martins, que constitui um exemplo emblemático da tipologia *chalet* mais complexa, tal como a encontramos em S. João: volumetria compósita, em que um dos corpos se destaca em torreão, telhados de duas águas com águas furtadas e decoração das cimalkas, soco de pedra rústica, varandas sobre a fachada virada ao mar. De volumetria simples, mas equilibrada, organizando-se em dois corpos, um dos quais em torreão, citemos ainda a vivenda *Luso*, que se debruça do alto do paredão sobre a linha do caminho de ferro. A qualidade invulgar destes dois últimos casos, não chega para

---

<sup>628</sup> Como na casa do conde de Azarujinha, em S. João do Estoril

superar as enormes deficiências do traçado urbano, onde os objectos arquitectónicos, “encavalitados” uns nos outros, perdem a diferenciação que, isoladamente, alguns mereciam.

Esta mesma apreciação era feita pelo *Correio de Cascais*, em 1902, sob o título elucidativo “Tudo sem plano”:

“Aquela casaria, aquelas ruas na parte que vai do lado da linha do caminho de ferro do Estoril para S. João são uma coisa impossível (...)os chalets estão para ali a granel, levantados onde cada um lhe apeteceu. Parecem presentes caídos lá do alto (...) umas vielas tortuosas e mal traçadas, uma casa com a frente para um lado e logo outra olhando para diverso ponto, uma irregularidade, um acanhamento que denotam que nenhum plano presidiu a tudo aquilo (...). A Lisboa do futuro terá o seu bairro de Alfama nº2, será a parte compreendida entre S. João e o Monte”<sup>629</sup>

Apesar desta “marginalidade” do aglomerado, continua-se a construir, sobretudo dentro da tipologia do *chalet* e, por vezes, para encomendadores de certo prestígio. É o caso, por exemplo, de João Lúcio de Azevedo que, em 1900, manda construir uma casa, de características mais urbanas que os exemplos citados, mas em que, o soco de pedra, as varandas e o friso de azulejos, estabelecem uma continuidade com o gosto dominante. Aliás, a utilização dos azulejos, na decoração das fachadas, é um expediente muito mais frequente no Alto Estoril destes anos, do que em S. João ou no Monte. A casa de António Lourenço Silveira, de 1906, dentro do esquema comum do *chalet*, dá-nos um bom exemplo deste facto, uma vez que, as faixas de azulejos coloridos, constituem o motivo decorativo fundamental.

Ao lado de encomendadores, vemos também surgir o nome de grandes arquitectos, de que é exemplo maior a casa de Aníbal César de Oliveira Borges, projectada em 1901 por Norte Júnior. Não fugindo completamente aos modelos usuais, principalmente na utilização do torreão adossado à

---

<sup>629</sup> *Correio de Cascais*, nº178, 16 de Novembro de 1902

ilharga do edifício, o arquitecto demarca-se, porém, da generalidade pelo precioso desenho do soco de pedra, decoração dos vãos e remates da cimalha.

Nos anos de 1900 continuam a ser uma constante os problemas urbanísticos de base e disso faz eco um requerimento, assinado pelos moradores, e enviado à Câmara, em 1908:

“Os abaixo assinados moradores e proprietários na encosta nascente do Alto Estoril que apesar de quase completamente construída ainda não tem os arruamentos, canalizações de águas pluviais e iluminação indispensáveis o que não sómente torna esta parte do Estoril absolutamente intransitável mas até perigosa para a conservação e estabilidade das ruas em construção”<sup>630</sup>.

À falta de “beneméritos”, que superassem as deficiências camarárias, aparece, no entanto, um encomendador culto que, nos últimos anos da primeira década do século XX, constrói activamente na zona com o superior auxílio do arquitecto Álvaro Machado (1874-1944). Falamos do Dr. José de Lacerda.

Em 1907, o médico faz edificar uma casa, para sua habitação, que ainda hoje, muito modificada, se pode admirar na esquina da Rua das Rosas e Rua Guiomar Torrezão. Trata-se de uma proposta realmente nova para a moradia de veraneio, de planta, volumetria e decoração quase “revolucionárias” se a compararmos com os exemplos até então produzidos, ou mesmo com a maioria das construções posteriores. Ela representa uma alternativa, de grande qualidade, ao *chalet*, ao palacete e, significativamente também, à “casa portuguesa” mais vulgar. Quando observamos uma fotografia antiga do edifício, publicada na revista *Arquitectura*<sup>631</sup>, a primeira impressão é que estamos perante uma das Prairie Houses de Frank Lloyd Wright. Num segundo olhar, encontramos, então, alguns dos elementos

---

<sup>630</sup> Petição apresentada em 18 de Novembro de 1908

<sup>631</sup> *Arquitectura*, nº 82, Junho de 1964

característicos do arquitecto como o janelão de vão redondo tripartido ou os habituais colunelos de inspiração românica. Álvaro Machado notabilizara-se, logo em 1900, com o mausoléu Valmor no cemitério do Alto de S. João e, em 1906 ganha o concurso para as novas instalações da Sociedade Nacional de Belas Artes. Os projectos que realiza para o Dr. José de Lacerda, até 1910, contam-se entre as suas obras mais interessantes, procurando, em todas elas, uma combinatória original dentro da polémica mais vasta, destes anos, sobre a “casa portuguesa” coincidente, por exemplo, com a argumentação de José de Figueiredo quando afirma que os elementos característicos da arquitectura nacional seriam “indiscutível e accentuadamente romanicos”<sup>632</sup>.

Para além desta moradia, e muito perto dela, José de Lacerda construiu ainda, com desenhos do mesmo arquitecto, dois grupos de casas em banda, nas Rua das Rosas e Rua Maestro Lacerda. O grupo que ainda sobrevive, é um notável exemplo de um outro conceito de casa secundária, introduzido, aliás, por Ventura Terra no Monte Estoril, mais económico que a moradia individual, mas onde o jogo volumétrico ou os painéis de azulejos “arte nova”, chegam largamente para as afastar do ecletismo medíocre e mal assimilado que predomina no Alto Estoril e, em boa verdade, em todas as estâncias dos “Estoris”.

Todas estas produções de Álvaro Machado foram publicadas na revista *A Construção Moderna*<sup>633</sup> e constituem, praticamente, tudo o que as publicações especializadas da época dedicaram ao Alto Estoril.

A Segunda década do século XX traz, também para este sítio, o gosto “novo rico” que vimos, por exemplo, no Monte Estoril, trazido pela mão de Rafael Duarte de Mello. Uma série de edificações, construídas a partir de

---

<sup>632</sup> José de Figueiredo, *Portugal na Exposição de Paris*, Lisboa, Livraria Moderna, 1901, p. 9. ( Cf. Rute Maria Pinto Figueiredo, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, 2002, p.322)

<sup>633</sup> *A Construção Moderna*, nº242 de 1 de Dezembro de 1907; nº347 de 5 de Junho de 1911; nº350 de 20 de Julho de 1911; nº351 de 5 de Agosto de 1911

1910, ilustram esta “moda”, em que a decoração é o elemento predominante. O primeiro exemplo, no Alto Estoril, é a casa de José Pinto de Oliveira, de 1910, onde podemos ver o esquema base, comum a todas elas: uma composição tradicional, muito próxima das tipologias urbanas, sobre a qual se colam elementos decorativos ecléticos, que vão da vaga sugestão neo-românica aos pormenores academizantes, completados com pequenos emblemas do veraneio; por fim, todas utilizam as faixas de azulejos coloridos, quase sempre de gosto naturalista. A segunda, de 1911, foi realizada pelo rico construtor civil Joaquim Santos, para habitação própria, obedecendo rigorosamente aos princípios enumerados, mas num conjunto menos conseguido. A terceira, de 1912, é a casa de Joaquim Vicente Simões (hoje Pensão Continental, na Rua Joaquim Santos) que é o exemplo mais elaborado, pela enorme variedade das citações: arcadas da entrada, pilastras da fachada e frontões das janelas, tirados do vocabulário académico; varandas de ferro forjado, beirais de madeira e águas furtadas, copiados do tradicional *chalet* de praia; azulejos coloridos, em faixas ao longo da fachada e num painel belíssimo, com dois sugestivos pavões. Do mesmo ano é ainda um último exemplo, construído para Carolina Amélia Vieira de Pinho, onde os mesmos princípios servem um desenho mais sóbrio, constituindo um compromisso entre os *chalets* da época anterior e o novo gosto dos construtores enriquecidos.

Diversamente, nestes mesmos anos dez do século XX, talvez 1915, constrói-se uma casa bem mais interessante que, recuperando motivos herdados do gosto anterior, combina o torreão decorativo, com arcadas duplas e molduras de desenho arabizante. É a “Casa das Três Marias”, erguida no cimo da Rua António Martins, para Luís Vale do Rio. Com esta casa parecem ter acabado, definitivamente, as tipologias de veraneio, no Alto Estoril.

Os anos vinte marcam o início do grande desenvolvimento do Estoril que, pouco a pouco, irá tomando posse do bairro edificado a nascente, até este se confundir com ele. É o início do esquecimento da toponímia Alto Estoril, ao mesmo tempo que a normalização, sob os princípios da “casa portuguesa”, se instala em toda a linha de Cascais, sobrepondo-se, hegemonicamente, aos modelos de veraneio importados.

A urbanização do “Parque Estoril” vai trazer também a regularização aos arruamentos do bairro, através da numeração integrada com o seu próprio território, bem como completar as infra-estruturas necessárias, o que provocou um aumento de prestígio para esta zona. É, portanto, já neste novo contexto, que vemos surgir um dos edifícios mais importantes que Raul Lino realizou no Estoril. É a casa de Bruno Santos, construída em 1920, geograficamente no Alto Estoril, mas na sequência do impulso do “Parque”. Trata-se de um palacete, ocupando um imenso lote de gaveto, onde uma composição elaborada, combina diferentes citações da arquitectura portuguesa, numa morfologia muito própria do seu autor. É um bom exemplo da “modernidade” de Lino quando, como é este o caso, se serve de elementos tirados dum vocabulário tradicional, e os utiliza para dar corpo coerente a uma estrutura flexível e cheia de imaginação. Raul Proença, no *Guia de Portugal*, cita esta casa como uma das mais interessantes dos “Estoris”, ao lado do “Forte da Cruz”, o famoso palacete Barros, de que adiante falaremos, e do “Casal de S. Roque”, esta do mesmo arquitecto, e que já tratámos atrás.

O edifício mais importante, construído dentro do bairro, segundo o novo gosto, e que ainda se encontra de pé, é a “Casa de S. Nuno”, propriedade de J. A. Ferreira, única personagem citada como “benemérito” do Alto Estoril. É, no entanto, um modelo híbrido, que conserva o torreão adossado num edifício de decoração predominantemente “à portuguesa”, com um corpo de *bow-windows*, na fachada virada ao mar, que já pertence

ao vocabulário modernista. Podemos concluir, que se trata de uma formulação dos finais da década de vinte quando, por todos os “Estoris”, começam a aparecer os motivos de um novo universo estético. Como aconteceu em S. João e no Monte, são também vulgares, aqui, as alterações, em edifícios já construídos, de modo a dar-lhes um carácter mais próximo à nova corrente do gosto.

#### 4.1.1.3. O Estoril dos “Vianas”

Para lá também dos limites da Quinta do Estoril, mas em espaço mais nobre junto ao mar, entre a praia da Poça e o começo do Monte, a sul da estrada real e da linha férrea, construíram-se alguns edifícios importantes, muitos ainda existentes, que contribuem, em grande medida, para a decisiva imagem do futuro Estoril.

O primeiro, e também o maior edificador desta zona, foi João Martins de Barros que comprara, ainda nos finais de 1880, as ruínas do Forte da Cruz, a nascente da praia do Estoril, e sobre elas construiu a sua “casa medieval”. O capitalista lisboeta, viera em busca da cura, nas águas da Poça, para sua filha doente e, conseguida esta, “dispôs-se a fazer uma casa no local onde se operara a maravilha”<sup>634</sup>. Esta moradia obteve, desde logo, uma admiração geral, pelo seu carácter de excepção, e foi citada, com frequência, como exemplo da qualidade arquitectónica que se podia encontrar, fora do núcleo restrito que era Cascais: “essa construção principesca onde adeja uma nota de arte pura, esse primor de arquitectura medieval acomodado às necessidades e conforto da habitação moderna, é o inspirado producto duma das mais robustas e bem temperadas organizações de artista que temos conhecido”<sup>635</sup>. O “artista de raça e temperamento ardente” foi o italiano

---

<sup>634</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.299

<sup>635</sup> *A Construção Moderna*, nº59, 10 de Maio de 1902

César Ianz<sup>636</sup> que, pouco antes, construía o Coliseu dos Recreios de Lisboa, obra que provocara a admiração do burguês João de Barros. As ruínas alcandoradas sobre os rochedos, de situação magnífica, ainda tinham de pé as muralhas, as guaritas, as canhoelas “por onde a artilharia passara as bocas dos seus canhões de bronze orientados para os cruzamentos com o forte de São Roque e o da Conceição”<sup>637</sup>. Aproveitando, em grande parte, estas sobrevivências, o arquitecto levantou um edifício de gosto tipicamente romântico, magnificamente implantado nas ruínas do antigo forte, num contacto quase directo com o mar. A casa dos varandins, das guaritas e da “torre de menagem” é um signo superlativo da arquitectura dos “Estoris”, que raramente pôde ser citada por construtores, ou mesmo por arquitectos. Branca de Gonta Colaço e Maria Archer fazem esta curiosa apreciação da casa de João de Barros:

“No último quartel do século XIX nada de mais belo se fazia, entre nós, no género acastelado. O palacete Barros fascinava os forasteiros. Tinha, mesmo, um grande renome em Lisboa. Os *snoobs* reviam-se na elegância aristocrática da casa ameada, ornada de pontes como castelo senhorial, e os poetas imaginavam as concepções grandiosas que o mar lhes inspiraria se o pudessem ver e ouvir duma janela de varandim arrendado, salpicada pela espuma dos temporais”<sup>638</sup>. O construtor, César Ianz, que aceitara a obra por empreitada, gastara mais do que previra e arruinou-se com ela. “Desgostoso, alquebrado, vencido pela sorte, deixou-se dominar pela neurastenia e pouco depois morreu”<sup>639</sup>.

Para além de João Martins de Barros, os habitantes de maior prestígio eram os Vianas, familiares de José Viana, proprietário da grande Quinta

---

<sup>636</sup> Este “arquitecto” viera para Portugal em 1888 quando se resolveu recrutar no estrangeiro uma série de professores habilitados para o ensino técnico, de que há muito se comprovava a necessidade. Ianz foi nomeado para a Escola Industrial Marquês de Pombal em Lisboa; em 1889 Ernesto Korrodi era professor de Desenho da Escola Industrial de Braga e, Nicola Bigaglia, da mesma disciplina, na Escola Industrial Afonso Domingues, em Xabregas

<sup>637</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.299

<sup>638</sup> *Idem.*, p.300



onde se encontravam os Banhos do Estoril. António José Viana da Silva Carvalho e João Sabino Viana vão ocupar também grandes lotes a sul da estrada real, sobre o mar. O primeiro, escolheu um modelo tradicional, inspirado nos palácios portugueses do século XVII, que encomendou ao construtor lisboeta J. A. Vieira, em 1896. No processo de obra, vemos uma volumetria paralelepédica, de cobertura única, e fachadas de axialidade e simetria rigorosas. A fachada virada ao mar é animada por uma arcada e varanda superior, bem como pelos breves frontões das janelas de sacada. Esta austeridade completa-se pelas janelas de guilhotina, de molduras simples, varandins de pedra com balaustres de ferro e as águas furtadas com pequenas volutas laterais. Ao contrário do que acontecia nestes anos, António Viana não quis um *chalet* para sua residência de verão e, embora se abra em esplanada sobre o mar, a sua casa mais parece transposta de uma quinta rural, numa atitude tradicionalista pouco vulgar, mas que seguia um primeiro modelo importante na região – a casa do Conde de Arnoso em Cascais.

Em 1903, o mesmo proprietário, mandou desenhar uma capela para a sua moradia, desta vez ao pintor Francisco Vilaça que, como vimos, acabara de construir a casa O'Neill, em Cascais, e a do Dr. Manuel Duarte, no Monte Estoril. O pequeno templo mostra uma decoração barroca, onde predominam os motivos “D. João V”, mas acrescentado de pormenores ecléticos como, por exemplo, o alpendre da entrada. Apesar de alguma ingenuidade construtiva, a capela harmoniza-se com o edifício principal, criando com ele uma continuidade de escolhas sempre dentro do vocabulário da arquitectura portuguesa tradicional.

O segundo membro da família Viana a construir nestes sítios, João Sabino Viana, optou pela corrente dominante destes anos, mandando construir um *chalet* sobre o enorme lote, a nascente da casa do Dr. António

---

<sup>639</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., pp. 300-301

Viana. A moradia “em que as *riscas* decorativas das fachadas (...) os telhados de duas águas, o movimento das águas furtadas, as varandas e os alpendres de madeira e ferro, os jardins de Inverno descentrados elaboravam uma rectórica rústica que, ali do alto das arribas, era citação de abrigo suíço tingido pelas cores dos fatos de banho da época”<sup>640</sup>, é um modelo comum da arquitectura de praia que se espalhou pela região. Foi demolida e, em 1925, surgiu no seu lugar, uma casa de gosto português, em consonância com a mudança de gosto entretanto operada, e que se aproxima muito do “Casal de Sta. Helena”, em S. João do Estoril, pela utilização do corpo torreão e varandas de ângulo. Mais erudita, nalguns pormenores decorativos é, no entanto, menos interessante, no conjunto, que o seu possível modelo, resultado da frescura inicial destes processos, entretanto banalizados.

Ainda a sul da estrada real, construíram-se mais quatro *chalets*, antes do fim do século XIX: a casa do general José de Oliveira Garção que, em 1928, teve uma nova formulação da autoria de Tertuliano Marques, dentro do esquema mais simplificado da “casa portuguesa”, entre os terrenos dos dois Vianas, e hoje demolida; e as três casas que ocupam os nºs 7 a 11, da actual Rua de Olivença<sup>641</sup>, imediatamente a nascente do “Forte da Cruz”, e que pertenciam ao general Xavier Machado. Estas últimas participam de duas tipologias que já encontrámos, com frequência: os dois *chalets* sobre a estrada, seguem o modelo da casa de João Viana, mas utilizando um esquema muito mais simples, de corpos únicos com telhados de duas águas e onde, as aberturas do primeiro andar, em arcos com molduras de pedra rústica, introduzem um carácter discreto, que os afasta do modo rebuscado dos modelos correntes. O terceiro edifício, na parte posterior do lote, sobre o mar, mostra também uma volumetria muito simples, mas escolhe remates

---

<sup>640</sup> Raquel Henriques da Silva, “A Arquitectura de Veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930”, in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, nº7, Cascais, 1988, p.123

<sup>641</sup> Corresponde a um troço da velha estrada real que, junto da praia do Estoril, atravessava a linha férrea

ameados, em estuque e pedra, para as empenas, num processo semelhante ao que se utilizara, por exemplo, na casa do Conde de Azarujinha, em S. João .

Do lado norte da estrada real, são ainda estes modelos, com variações de qualidade, que se vão construir até ao limite do local, mesmo em frente ao edifício dos Banhos da Poça. Logo no sítio em que a estrada atravessava a linha de caminho de ferro, erguia-se a casa Santos Jorge, que ocupa hoje o nº14 da Rua de Olivença, mandada construir em 1896. Há poucos anos demolida, para dar lugar a um prédio incaracterístico, era um modelo híbrido, de volumetria tradicional, vãos em arco e decoração muito sóbria, mas contaminada por citações da casa de veraneio. No entanto, o mais notável elemento não é a habitação, mas as cocheiras/garagem que o proprietário mandou fazer em 1914, com projecto de Norte Júnior, no extremo do terreno, quase em cima da linha férrea. É, certamente, um dos mais importantes exemplos da arquitectura do concelho e uma das obras mais curiosas do seu arquitecto. Edifício eclético, de riquíssima decoração, traz consigo o gosto elaborado que o seu autor aprendera nas escolas parisienses. A sua nobre imponência marca, ainda hoje, a leitura da zona junto à praia do Estoril, constituindo quase um “ex-libris” que perdura na memória dos visitantes.

“A cenografia do Estoril tem um elemento decorativo, logo à entrada, em que não podemos deixar de falar. É a garagem da família Santos Jorge. Nos princípios deste século essa família instalou-se no Estoril e mandou construir a sua casa entre os pinhais. Mas as cocheiras ... As cocheiras da casa Santos Jorge, hoje em dia transformadas em garagem, mereceram ao proprietário um gasto enorme de fantasia. Dão nas vistas. Todos os forasteiros reparam no prédio estranho. Construção amável, com gaveto, situada entre a estação e o palacete acastelado da família Barros, o da praia. Construção airosa, branca, leve, aérea, de cimos arrendados por enfeites de *pérgola*. No alto, como escudo senhorial, uma águia enorme, em pedra branca”<sup>642</sup>.

Numa formulação muito próxima da casa Santos Jorge, encontramos o *chalet* que ocupa o nº8 da mesma rua. Embora mais simples, repete os vãos geminados, o tipo de cobertura e o soco de pedra rústica. Aqui, os símbolos do veraneio são dados, sobretudo, pelas varandas de ferro forjado,

que acompanham toda a fachada virada ao mar, e que se articulam por varões também em ferro.

Continuando em direcção à Poça, ao longo da estrada real, são ainda visíveis três *chalets* que utilizam a tipologia mais comum em S. João do Estoril, ou seja, uma volumetria muito simples, à qual se adozou um corpo torreão no ângulo da fachada, ou na ilharga do edifício. São eles a “Vila Emma” (actualmente “Santa Filomena”), a “Vila S. José” e o nº58 da Av. Marginal, mesmo em frente da Poça, e que é o mais interessante. Aqui, o esquema habitual, com soco de pedra rústica e torreão de cobertura pontiaguda, anima-se, na fachada virada ao mar, com cunhais e molduras denticulados e, sobretudo, pelas varandas duplas de ferro forjado, assentes em varões também em ferro<sup>643</sup>. Todas estas casas, a norte da estrada real, têm em comum a pequena dimensão dos lotes que ocupam, ao contrário do que acontecia nas moradias sobre o mar, que vimos atrás. Esta característica, faz a ligação com o bairro do Alto Estoril que, nestes mesmos anos do fim do século XIX, irá crescer para lá da linha do comboio.

Neste espaço híbrido, que faz a continuidade entre a zona nobre sobre o mar e o mesquinho bairro, citemos ainda um exemplo, que constitui um parentesis deste modo de afirmação amaneirado. “Os Sargaços”, erguido nestes anos da viragem do século, ao norte da estrada real, é um notável edifício de veraneio que soube distinguir-se, através de uma funcionalidade discreta, mesmo utilizando os símbolos habituais de distinção, mas ultrapassando largamente os modelos presentes.

Do restante território, que virá a ser a povoação do Estoril, poucos edifícios sobreviveram às grandes obras do “Parque”. No entanto, existe ainda, apesar de sucessivas transformações, a casa que foi de Ernesto Driesel Schröeter, ao sul da linha férrea, mas do lado poente da praia do Estoril. Tal como a casa Barros, foi levantada sobre as ruínas do outro forte da praia, o de S. Roque, mandado construir, como os restantes, por D. João IV. Mas aqui, para além do alto paredão sobre o mar, nada lembra a antiga

---

<sup>642</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.298

função, escolhendo-se uma tipologia mais comum, com um piso inferior em arcada e varandas no primeiro andar, e o habitual motivo do torreão adoçado, de cobertura pontiaguda. A sobrevivência desta propriedade está, estreitamente, ligada à história da futura praia do Estoril:

“Quando o Estoril surge no rosário das praias portuguesas Ernesto Schröeter lembrou-se de comprar o forte de São Roque e de o transformar numa moradia aprazível.(...) Ampliou o encanto da sua casa à beira do oceano com as alamedas de tamarindos e palmeiras de que a cercou. No correr dos anos esse arvoredó exótico enquistou-se na cenografia do Estoril e colocou o seu nome ao local. O Tamariz ... Esqueceu a toponímia antiga do forte de São Roque. (...) Anos depois a casa de Ernesto Schröeter foi vendida a uma empresa que a explorou como restaurante e casa de chá. Passou a ser conhecida pelo nome de «Tamariz». E o Tamariz entrava na vida mundana de Lisboa como um expoente do grande luxo e da grande elegância das praias da “Côte d’Azur”, levando as janotas, aqui há vinte ou trinta anos, a vestirem-se de sedas cintilantes, a cobrirem-se de chapéus emplumados, a enfeitarem-se de jóias, para irem tomar chá ao Tamariz!”<sup>644</sup>.

Ainda a sul da linha férrea, nesta zona poente, se construíram alguns *chalets* junto ao mar, mas que não chegaram até nós. Apesar de tudo, citemos apenas um exemplo mais interessante: a casa de António Anastácio Gomes, levantada em 1900, que é um curioso modelo de planta compósita, com um torreão-varandim e uma entrada “rocaille”, que constituem exemplos únicos na arquitectura dos “Estoris”, mas que são elementos vulgares em arquitecturas de veraneio além fronteiras.

Do lado norte da linha do comboio, todo o terreno continuava a pertencer a José Viana que, para além de promover algumas construções modestas para aluguer, vendia também uns poucos lotes a preços elevados.

---

<sup>643</sup> Processo que havia sido proposto, com brilhantismo, na casa de Joaquim da Silva Leitão (1896)

<sup>644</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., pp. 301-302

Todo o resto era o imenso pinhal que, daqui, se estendia até ao Cabo Raso. Dessas pequenas casas construídas pelo dono da Quinta, conhecemos um processo de obra de 1898, para duas moradias geminadas, que exemplifica o tipo de construções do “pátio do Viana”: seguem o esquema em voga, mais simples, com rés do chão e águas furtadas e telhados de duas águas cruzados. Mas “as obras da *Sociedade Estoril*, as obras que transformaram o velho *Santo António* na estância internacional que é hoje o Estoril, arrasaram o pátio do Viana e as modestas edificações que documentavam o seu antigo panorama. Restam apenas dois vestígios desse passado, um é o prédio onde está montada a Pastelaria Garret, o outro um prédio de Luís Vergani onde esteve instalado o Hotel Paris. São os mais antigos edifícios da terra”<sup>645</sup>. A primeira referência curiosa, é a celebrada Pastelaria Garret que continua a abrir as suas portas, instalada no mesmo velho edifício, para onde se mudou, depois de ter iniciado a sua história na Av. Sabóia, no Monte Estoril. O edifício de Luís Vergani, desaparecido entretanto, levantava-se ao lado do actual Turismo, no topo das arcadas do lado poente, onde depois se construiu a casa de Camilo Farinhas, que veremos adiante. Este foi o primeiro prédio a alojar o Hotel Paris, de grande tradição no sítio, instalado posteriormente na zona nascente da povoação e, finalmente, deslocado para o local que hoje ocupa, pela construção da Av. Marginal.

Muito lentamente, o Estoril ia ganhando adeptos e alguns veraneantes de recursos construíram aí as suas casas mas, só a aquisição da Quinta de José Viana, e a sua urbanização sistemática, fariam do Estoril uma estância de turismo que, com o tempo, se tornou o centro mundano da vida dos “Estoris”. Mas este é já um projecto do século XX, quer pela sua ambição, quer pelas características da sua organização que, necessariamente, vai secundarizar as estâncias vizinhas, apesar de, em alguns aspectos, encontrarmos uma linha de continuidade com os programas do século XIX.

---

<sup>645</sup> Branca de Gonta Colaço, op. cit., pp. 293-294

## 4.1.2. O Século XX

### 4.1.2.1. O “Parque Estoril” de Fausto de Figueiredo

“Mutação de cenário: *Santo António do Estoril* sumia-se entre o pano de fundo do pinhal selvático. O Estoril surgia num plano de centro turístico internacional”<sup>646</sup>.

Este moderno Estoril, pensado para as novas necessidades do século XX, e levado a cabo pela grande iniciativa de Fausto de Figueiredo, parece ser a resposta, mais de trinta anos passados, às palavras de Ramalho Ortigão:

“O sindicato de Cascais propõe-se transformar o lindo arrabalde do Estoril, onde junto da praia há uma rica nascente de água termal, em vila de banhos e de águas no moderno tipo de Wiesbaden, de Trouville ou de San Sebastian”. Citando, curiosamente, uma estância termal, uma praia e uma estação balnear e termal, Ramalho entende também a necessidade para o país daquilo que ele propõe chamar-se *Estoril- les-Bains*:

“A meia hora de Lisboa, por um caminho de ferro de luxo, na margem do Tejo, Estoril-les-Bains com o seu grande estabelecimento de banhos, com o seu casino, com as suas salas de ópera e de concertos, com as suas roletas, com os seus pavilhões enigmáticos, com os seus *cottages* misteriosos, e com os seus camarões em gabinete reservado, é um imprescindível complemento da civilização que felizmente desfrutamos”<sup>647</sup>.

Esquecendo a ironia dirigida à política do seu tempo, o texto de Ramalho é visionário em muitos aspectos. Em primeiro lugar, a vontade de seguir o exemplo de grandes estâncias internacionais, aproveitando as potencialidades do sítio, tanto como centro termal, como excelente estância

---

<sup>646</sup> Branca de Gonta Colaço, op. cit., p.305

<sup>647</sup> Ramalho Ortigão, “Últimos Melhoramentos”, in *As Farpas*, vol. VII, Lisboa, 1943, p.135

de banhos de mar. Por outro lado, a urgência de um projecto que dê a Portugal esse “imprescindível complemento da civilização” que o possa colocar na rota do turismo internacional.

Fausto de Figueiredo começou por ser um apaixonado da “mais linda praia vizinha de Lisboa”, que era então o Monte Estoril, onde mandou construir a sua casa no local em que existira um dos *chalets* de José de Andrade Torrezão, logo a seguir ao convento de Santo António. Em Maio de 1910 já a habitava e, em 1911, sabemo-lo vereador e vice-presidente e, pouco depois, presidente da Câmara Municipal de Cascais.

Ambicioso e activo, imaginava um Estoril que realmente ainda não existia – uma estância de turismo internacional, que proporcionasse aos visitantes tanta qualidade como as mais prestigiadas congéneres europeias. Ao contrário do que, talvez, fosse de esperar, a sua visão convergiu para o pinheiral que se estendia para além do convento do Estoril e, em 1913, com o seu sócio Augusto Carreira de Sousa, comprou a quinta de José Viana. Logo a seguir, viajou para Paris, onde convida o arquitecto Martinet para elaborar o projecto e, em Maio do ano seguinte, Fausto de Figueiredo publica um folheto-álbum, em que expõe a sua grandiosa ideia – *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*. Os grandes jornais da capital dão larga notícia do projecto e apoiam, com entusiasmo, a iniciativa. *O Século*, por exemplo, consagra-lhe uma grande atenção. Em 5 de Dezembro de 1913, publica o primeiro artigo, sob o título “Os melhoramentos do Estoril” e, aquando da apresentação do folheto-álbum, dedica-lhe mais dois artigos entusiásticos. O primeiro, em 26 de Maio de 1914, na primeira página, e sob o título “Pelo engrandecimento de Portugal. Uma iniciativa grandiosa. O Estoril, estação climatérica, termal e desportiva. Os srs. Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa solicitam a colaboração das Câmaras no seu patriótico empreendimento” e, um segundo, em 5 de junho seguinte, com o sugestivo cabeçalho: “A



transformação do Estoril. É uma obra grandiosa e patriótica: o Estado deve-lhe todo o apoio. Proclama-o o sr. Inocêncio Camacho, acrescentando serem muito naturais e legítimas as pretensões da empresa”. Os dois artigos vêm acompanhados dos desenhos de Martinet, publicados no folheto.

Para se compreender o sentido destas notícias é preciso fazer uma breve síntese do programa exposto, pelos promotores do “Parque Estoril”, nesse seu álbum de propaganda.

Em primeiro lugar, critica-se a falta de iniciativa dos portugueses que, em vez de fazerem como outros povos, que caminham para o futuro, acelerando o progresso, preferem viver “de recordações e de saudades, balbuciando oitavas de Camões a cada vibração da consciência nacional” e elogia-se, num discurso quase futurista, a “ânsia de viver” e a “sede de progresso” que farão de Portugal, finalmente, um país moderno. Em seguida fala-se do turismo e das suas vantagens, citando exemplos de outros países, com potencialidades semelhantes ou inferiores às nossas, mas que souberam fomentar essa magnífica indústria. Considera-se o turismo, em Portugal, insipiente e afirma-se que ainda “se não conhece o turista que viaja por *prazer*, que exige comodidades, divertimentos, espalhando em seu redor ouro às mãos cheias”. Para Fausto de Figueiredo o que interessa à economia portuguesa é um turismo de luxo, o que implica não só a construção de grandes hotéis, mas também de casinos, anexos e diversões de toda a ordem. Daí a necessidade do apoio do Estado às iniciativas privadas, que promovam projectos globais de qualidade. A legislação necessária, começara a ser estudada em 1905 e, em 1907, é o ministro Ernesto Driesel Schröeter<sup>648</sup> que leva à Câmara um novo projecto. Porém, nada ainda se tinha conseguido. A deficiente indústria nacional obrigava a que se fizessem grandes importações, indispensáveis aos programas do grande turismo, mas os

---

<sup>648</sup> Proprietário do grande *chalet*, para lá da linha do comboio, construída na viragem do século, como vimos no ponto anterior

direitos alfandegários, sobretudo os do mobiliário, tornavam proibitivos os custos, o que justificava as isenções e privilégios, pedidos pelos promotores, aos poderes da República. Finalmente, é apresentado o “Futuro Estoril”, frisando-se as suas excepcionais condições para ser, simultaneamente, tudo aquilo que um turista em férias pode ambicionar: um centro cosmopolita, uma estação de banhos de mar e uma estância termal. Tem tudo a seu favor: a proximidade de Lisboa, o mar, a serra, o campo, as águas minerais e o clima privilegiado.

As obras, entretanto, já haviam arrancado e a visão desse futuro “óasis” é assim descrita:

“A entrada do parque ficará situada quase em frente da actual estação de caminho de ferro do Estoril, simples e grandiosa. Algumas colunas de pedra ligadas entre si por artísticas cadeias de ferro ou de bronze. (...) O que pode, por assim dizer, chamar-se o vestíbulo do enorme complexo que se vai construir é uma praça ampla, limitada, à direita e à esquerda, por dois corpos de edifício em meia laranja, destinados a estabelecimentos comerciais de artigos elegantes. A seguir, perpendicularmente à linha da praia, estendem-se duas avenidas de meio quilómetro de comprimento, bordadas de palmeiras. Entre estas duas avenidas há uma *pelouse* tapetada de relva e bordada em torno por uma linha de arbustos diversos, escolhidos de forma que seja florido o aspecto do jardim em qualquer época do ano. (...) Exteriormente às avenidas e ao longo delas, há ainda duas colonadas que podem transformar-se em galerias de inverno, envidraçadas. São as *pérgolas*. (...) Fica ao topo das avenidas e da *pelouse* a esplanada sobre a qual há-de construir-se o Casino, um esplêndido edifício, nada inferior ao que no estrangeiro existe de melhor no género. (...) de ambos os lados ficar-nos-há o parque, os jardins e a *pelouse* ao centro; e a praia com o seu estabelecimento de banhos monumental, ao fundo. (...) Voltados para o mar temos agora à esquerda, (...) dominando do alto da colina toda a beleza olímpica da paisagem, o

grande hotel do estabelecimento, o *Palace Hotel*, reunindo nas suas instalações a última palavra do conforto e os mais rigorosos preceitos da estética. (...) Próximo deste local serão construídas as termas, com o seu hotel adjacente, comunicando os dois edifícios entre si por uma galeria envidraçada. (...) Do lado direito – estamos sempre, é bom recordá-lo, na esplanada do Casino - , próximo da entrada principal, fica o Hotel do Parque. Embora com instalações de primeira ordem, os seus preços serão mais modestos que os do *Palace Hotel*, e isto na louvável intenção de tornar o estabelecimento acessível a todos. Mais acima, um pequeno pavilhão destinado a banhos de sol, de luz, e outros modernos sistemas terapêuticos. Segue-se o Parque. É positivamente enorme: muitas dezenas de hectares cobertos de pinhal, com o terreno acidentado e cheio de pitoresco, vales onde serpenteiam regatos de água puríssima que vai depois correr entre a relva ao longo das avenidas principais; (...) O sport tem o seu palácio, lá em cima, a alguns centos de metros do Casino. Ali ficam os terrenos nivelados para o *tennis*, a vasta clareira cimentada para patinagem, o *croquet*, o *criket*, o *foot-ball*, o campo de corridas de cavalos, enfim, todas as distrações sportivas ao ar livre. O *golf* constitui um circuito imenso de cinco kilómetros de desenvolvimento, (...) Acessoriamente, no Casino, há salões destinados ao sport de salão, assaltos de esgrima, salas de bilhar, magníficos salões de dança, etc.. A parte posterior do edifício é constituída por um esplêndido teatro. E em baixo, na praia, por detrás do gracioso edifício onde devem ser instaladas as *cabines* dos banhos de mar e o café-restaurant, uma lindíssima *digue-promenade* proporcionará ao público o mais delicioso passeio de fim ameno de tarde. (...) Se pensarmos agora que do grandioso plano a que vimos de fazer estas ligeiras referências faz parte a construção de uma linha de tramways eléctricos em torno do parque, e que essa linha deve prolongar-se depois até Sintra ao longo da vertente da serra (...), poderemos então fazer uma ideia da assombrosa transformação que se vai realizar no nosso meio.

(...) A primeira consequência de interesse geral que vai ter o Estoril, estação elegante de inverno e único estabelecimento termal que pode abrir as suas portas em pleno dezembro, será sem dúvida a seguinte. O Portugal ignorado passa ao domínio da lenda. E dizer Portugal conhecido, o mesmo é dizer Portugal amado e respeitado, ansiada compensação de tanta injustiça com que por vezes no estrangeiro se referem ao nosso país. O Estoril de amanhã será pois uma obra de civilização e uma obra de patriotismo. (...) Dentro de dois anos a obra ficará completa”<sup>649</sup>.

Pela primeira vez, em Portugal, um grupo empresarial defende a urgência do desenvolvimento da indústria turística, para bem da nossa economia, ao mesmo tempo que se apresenta um programa concreto, de nível europeu, ambicioso, pormenorizado e abrangente. Nele convergiam todas as potencialidades do sítio que, desde 1870, se vinham explorando de forma pouco consequente. Em primeiro lugar, a proximidade e bom acesso, quer de Lisboa, quer de Sintra. Logo depois, o prestígio, já firmado, como zona magnífica para banhos de mar, com as suas praias de areia fina e as instalações balneares, em Cascais, S. João e Monte Estoril. Seguidamente, o aproveitamento do clima excepcional que, desde os finais do século XIX, era tema constante em todos os textos sobre os “Estoris”, e que ganhara maior relevo após as publicações do Dr. Dalgado, sobre a estância “das duas primaveras”: o clima do Estoril podia rivalizar com Biarritz, Arcachon, Nice e toda a Riviera. Ao contrário do sul de França, que começara por ser a zona predilecta de vilegiatura climática, ainda no século XVIII e, com a progressiva moda da praia, ganhara prestígio também como estação de banhos de mar, o Estoril acrescentava esta mais valia climática no dealbar do século XX. Finalmente, a existência de óptimas fontes termais, de fama há muito firmada – Santo António, Estoril e Poça – mas de exploração moderna recente, como vimos. Todas estas vantagens exigiam um

---

<sup>649</sup> *Estoril – Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, 1914

empreendimento a uma nova escala, uma vez que, “forasteiros nacionais já os havia (mas), para equilibrar as nossas finanças,urgia fixar os outros, os que ao sonharem com um meio cosmopolita só pensavam na Riviera; ao programarem banhos de mar, apontavam Biarritz; ao desejarem temporadas de águas, só demandavam Vichy”<sup>650</sup>. Por último, acrescentava-se uma novidade absoluta, em programas nacionais, respondendo a uma procura já bem do século XX, com o extenso número de infra-estruturas desportivas projectadas.

Mas, “este processo coerente, levado a cabo em tempo tão curto, (o que garantia) à partida ao empreendimento uma imagem de dinamismo e capacidade, depressa convertida em símbolo modelar, apesar de todos os reveses que irá sofrer”<sup>651</sup>, vai contar também com uma abordagem nova e inteligente dos poderes políticos, tanto da 1ª República como, sobretudo, do Estado Novo, o qual veio “a dotá-lo de instrumentos decisivos que lhe garantiram a função privilegiada de zona turística por excelência da capital, aberta a cosmopolitismos europeus, ao mesmo tempo que o poderoso aparelho de propaganda que o regime se constrói, lhe divulga a imagem então aperfeiçoada”<sup>652</sup>. Quase simultaneamente à publicação, pela firma Figueiredo & Sousa, do álbum-folheto, o ministro das Finanças Tomás Cabreira, apresentara à Câmara dos Deputados, em 22 de Abril desse ano de 1914, uma proposta de lei, que vinha na sequência de anteriores projectos, como vimos, onde se “visava a concessão de isenções fiscais a quem se propusesse construir hotéis, segundo projectos previamente apreciados pelo Conselho de Turismo e pela Sociedade de Propaganda de Portugal, designadamente em zonas que se indicavam (entre as quais Estoril-

---

<sup>650</sup> José d’Encarnação, “Para uma História do Turismo no Estoril”, *III Congresso Nacional de Turismo – Documentos*, Porto, 1986, p.67

<sup>651</sup> Raquel Henriques da Silva, “Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva –As Etapas de um Projecto”, in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº10, 1991, p. 41

<sup>652</sup> *Idem*, p. 42

Cascais)”<sup>653</sup>. A oportunidade do álbum não podia ser maior. Por outro lado, e para além dos artigos de jornal já citados, ou de uma reportagem ilustrada, sob o título “Como o Estoril se transforma”, publicada em *A Ilustração Portuguesa*<sup>654</sup>, os promotores levam mais longe a sua acção de propaganda: “a 1 de Novembro de 1914 – aproveitando a estada do architecto Martinet, responsável pelos projectos, bem como dos hoteleiros Charles Ritz (filho), da cadeia de hotéis desse nome, e Luís Gandolfo, director do Hotel Westminster, de Paris – Fausto de Figueiredo e Carreira de Sousa convidaram a imprensa para uma visita aos trabalhos, seguida de almoço no Grand Hotel Estrade<sup>655</sup>. Os ecos no «Diário de Notícias» do dia seguinte são eloquentes”<sup>656</sup>. Estas acções, e outras do mesmo calibre, tiveram o efeito desejado. A discussão da proposta de lei fez-se no Parlamento e dela saiu o decreto nº 1121, de 2 de Dezembro de 1914, do qual transcrevemos dois sintomáticos considerandos:

“(…) em Portugal não há em número suficiente grandes hotéis modernos, traçados com elegância, mobilados com bom gosto, que ofereçam ao turismo abastado o conforto que exige e que encontra nas estâncias do estrangeiro;

(...) a construção de grandes hotéis virá atenuar a crise que nos últimos tempos se tem feito sentir entre a classe proletária, apresentando ensejo de melhoria futura”.

Mas, sobretudo devemos lembrar que, no seu articulado, estão contempladas as pretensões da Figueiredo & Sousa, Lda.: os artigos 3º e 7º concedem benefícios fiscais, não apenas ao mobiliário, mas também a utensílios, aparelhos e “quaisquer artigos de manifesta necessidade ou de

---

<sup>653</sup> José d’Encarnação, op. cit., p.69

<sup>654</sup> *A Ilustração Portuguesa*, 2ª série, nº442, pp.165-168

<sup>655</sup> Cf. Ponto 3.1.2. sobre o Monte Estoril

<sup>656</sup> José d’Encarnação, op. cit., p.69

embelezamento”; o artigo 4º alude a outras estruturas turísticas, para além dos hotéis e, o artigo 10º, permite o policiamento próprio.

Perante as perspectivas que a publicação do decreto-lei abria, os dois sócios iniciais resolvem constituir, com mais alguns capitalistas<sup>657</sup>, a sociedade “Estoril”, com escritura lavrada a 29 de Março de 1915, em Lisboa. “O objectivo da nova sociedade anónima de responsabilidade limitada é a «fundação e exploração de uma estação de vilegiatura no Estoril» (art.º 2º), usando como meios para o atingir o aproveitamento e transformação das termas «ali existentes» assim como a construção e exploração de balneários, hotéis, casinos, parques, jardins e jogos desportivos. O capital social é de 1.597.500\$: a firma entrou com os terrenos, os trabalhos, planos e estudos feitos, sem excepção, contabilizados em 1.589.400\$; os demais com noventa accções, de 90\$ (500 francos) cada”<sup>658</sup>. Quer pelos montantes envolvidos, quer pela organização empresarial, estamos já muito longe dos exemplos presentes no século XIX.

Uma outra pretensão importante da sociedade, dizia respeito às vias de comunicação de acesso ao Estoril e, nesse sentido, um dos artigos do pacto social atribui ao conselho de administração a possibilidade de “criar ou transformar e explorar os meios de transporte por tracção animal, de vapor ou eléctrica, indispensáveis para comodidade dos turistas e valorização dos estabelecimentos sociais”<sup>659</sup>. E nesta conformidade, a Sociedade Estoril arrendou à C.P., por cinquenta anos, a linha férrea de Lisboa a Cascais, obrigando-se a electrificá-la, o que irá acontecer a 29 de Dezembro de 1926. A importância desta linha é reafirmada pelo Estado Novo quando, em 1927, o *Sud-Express*, comboio de luxo que ligava a nossa capital a Paris, tiver o seu terminus no Estoril. Um ano depois, em 18 de Agosto de 1928, inaugura-se a nova estação do Cais do Sodré, encomenda

---

<sup>657</sup> Como Elio Melo Rego e António Centeno (Cf. *Diário de Lisboa*, 18 de Agosto de 1928)

<sup>658</sup> José d’Encarnação, op. cit., p.69

<sup>659</sup> Artigo 14º, alínea g)

da “Sociedade Estoril”<sup>660</sup> para receber dignamente os passageiros que se dirigiam à nova estância. Finalmente, o jogo é regulamentado, o Estoril considerado zona permanente e, a 3 de Dezembro desse ano, ganha a primeira concessão por Fausto de Figueiredo, que a transfere para a Estoril-Plage, pertencente ao seu grupo empresarial. Adiante veremos ainda outros aspectos importantes, quando tratarmos da urbanização do “Parque”.

Os desenhos inseridos na brochura publicada em 1914, todos da autoria do arquitecto parisiense Martinet, mostram croquis de conjunto, plantas dos principais edifícios a construir e respectivas fachadas. Em primeiro lugar, o Casino, com a sua fachada monumental para os jardins e a enorme cúpula que cobria o vasto *hall* de distribuição. Tudo na sua composição denota o gosto francês elaborado e luxuoso, para edifícios de representação. A planta, mostra uma organização de espaço convencional, com os seus dois corpos laterais, para as actividades próprias num casino da época, com entradas diferenciadas, e um corpo posterior, destinado a teatro. Como no exterior, o desenho precioso dos pavimentos, continua o carácter excepcional que tal equipamento deveria ter. Em seguida, os edifícios destinados ao comércio de luxo, como eram originalmente, com os seus dois corpos extremos de altas arcadas, e a galeria assente em colunas monumentais, a toda a altura do edifício. Hoje, acrescentadas de dois andares, são os únicos edifícios do projecto primitivo, que obedecem estritamente ao desenho de Martinet. Estas galerias deviam continuar-se, ao longo das avenidas, por uma grande pérgola, ou “latada artística”, que se abria numa *buvette* a meio do seu percurso. Estes elementos, nunca construídos, podiam ser protegidos por lâminas de vidro, copiando exemplos

---

<sup>660</sup> Com projecto de Pardal Monteiro de 1924, é a obra do arquitecto onde são mais nítidas as influências dominante destes anos: a *Secessão Vienense* e o gosto *Arts Déco*. A obra foi iniciada em 1926, com a colaboração do engenheiro e olissipógrafo Augusto Vieira da Silva. 30 anos depois, Pardal Monteiro “acabaria por considerar a linguagem arquitectónica da estação ‘desactualizada’ porque a tinha concebido com carácter provisório, com uma ‘feição ligeira’ para durar pouco tempo, pois a empresa encomendadora pretendia um edifício com uma linguagem ‘ligeira, género pavilhão de exposição’” (Ana Ruela Ramos., *Porfírio Pardal Monteiro*, pp.43-44)



famosos em praias do norte da Europa. O mais conhecido destes casos, é o de Ostende, na costa belga, onde as condições climatéricas, mesmo no verão, nem sempre eram as melhores para a vida ao ar livre. O segundo edifício, em importância, era o grande hotel da estância, o *Palace-Hotel*, com afinidades de gosto com o casino, e a mesma decoração luxuosa, articulando-se em dois corpos, de modo a que, a entrada principal se praticasse a sudoeste, ou seja, virada ao mar. É um projecto, naturalmente, para um hotel da “terceira geração” a que, como sabemos, pertence a tipologia *palácio*<sup>661</sup>. O estabelecimento termal, era um enorme edifício que ocupava os terrenos entre o *Palace-Hotel* e o Hotel das Termas, mostrando um corpo central de inspiração romana, com uma vasta cúpula de caixotões que cobria o átrio de decoração clássica, e que se abria para o exterior, por um arco liso, de proporções monumentais. A planta compõe-se de dois espaços distintos, ligados por uma galeria envidraçada: o primeiro, ocupando os dois corpos que ladeiam o grande *hall* rectangular, destinava-se ao balneário, propriamente dito; o segundo, era constituído pela piscina coberta, ladeada de colunata, e pelos vestiários para senhoras e cavalheiros. O edifício construído, já pelo arquitecto Silva Júnior, segue de perto este projecto. O Hotel Termal completava o conjunto de edifícios planeados para o lado direito do jardim. A planta é equivalente à do hotel de luxo da estância, mas as fachadas são menos elaboradas, com uma decoração que se limita, praticamente, aos remates das cornijas. Este hotel nunca chegou a ser inaugurado. Do lado oposto do jardim, ficaria o Hotel do Parque, já no meio do pinhal, e de carácter mais rústico, a lembrar modelos de montanha, como se construíam, por exemplo, no Tirol. Este equipamento hoteleiro chegou a ser construído, por um arquitecto português, mas foi há muito demolido. Finalmente, o estabelecimento de banhos de mar, a construir sobre a praia,

---

<sup>661</sup> O primeiro hotel português deste novo tipo a ser construído foi o grande hotel do Vidago, com inauguração oficial prevista para o dia 6 de Outubro de 1910, não realizada por causa da Revolução Republicana que ocorrera na véspera

recupera, mais uma vez, o gosto tipicamente francês, nas fachadas e decoração dos pavimentos interiores. O edifício deveria erguer-se sobre um terraço-esplanada, em frente ao mar. Deste conjunto, só uma pequena parte, e muito posteriormente, foi realizada.

Quanto ao arranjo urbano, Martinet imaginava um verdadeiro espaço cénico monumental, onde cada um destes objectos arquitectónicos jogava um papel fundamental. “Ao contrário do Monte Estoril dos anos de 1890 que, com espírito neo-garrettiano, e referentes ingleses, apresentava um lago no centro do espaço agenciado e disfarçava as ruas em sinuosidades propositadas sob vegetação que para elas se estendia, as dimensões do projecto Estoril e a sua inserção na paisagem filiam-se em concepções urbanísticas parisienses que tinham tido a sua primeira manifestação no projecto da lisboeta *Avenida da Liberdade*. São valores de simetria e de grandiosidade que constroem a monumentalidade pretendida, numa afirmação de espaço erudito em relação à paisagem – sobrevivência de um urbanismo neo-clássico de raiz barroca atirando para lá das suas nítidas margens a organicidade dos espaços que o romantismo pusera em moda”<sup>662</sup>.

O gosto eclético e academizante, que predomina nos desenhos arquitectónicos, bem como os cuidados extremos com as zonas verdes, insinuam a ideia de um imenso espaço de representação onde tudo está previsto, segundo os padrões da grande vilegiatura internacional. O autor da brochura considerava que “o Estoril é como uma mulher prodigiosamente bella a quem só falta o artifício das convenções estheticas da moda para enlouquecer e seduzir os homens”, anunciando, assim, um modernismo mundano, tão característico dos “loucos” anos vinte. Transportando conceitos já bem estabelecidos nos finais de oitocentos, quer projectar-se no novo século, o que acaba acontecendo pela extensão temporal da sua realização.

---

<sup>662</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit., p.49

A ambição deste projecto, apresentado por Fausto de Figueiredo, estava muito além da capacidade imediata de resposta dum pequeno país, como Portugal, numa época de indefinição política, profundo atraso económico e ainda, preocupado e, brevemente envolvido, na 1ª Grande Guerra. Apesar do dinheiro e esforço envolvidos e das conquistas legislativas, ao fim dos dois anos previstos, muito pouco se tinha feito. O grande jardim central estava adiantado e, em 16 de Janeiro de 1916, é colocada a primeira pedra do futuro casino, numa cerimónia que contou com a presença do presidente da República, Bernardino Machado. Entretanto, o arquitecto Martinet e a sua equipa, haviam sido despedidos, e o projecto do casino tinha sido entregue ao português António Rodrigues da Silva Júnior (1868-1937) e publicado em *A Construção Moderna*<sup>663</sup>. Este casino jamais foi concluído e, só em 1931, foi inaugurado o primeiro casino do Estoril, edifício notável do primeiro modernismo, que sobreviveu até muito recentemente como pavilhão de congressos.

Silva Júnior esteve envolvido, ainda, numa série de outros projectos para o “Parque Estoril”, quer dentro do programa inicialmente previsto pelos promotores, quer em moradias particulares. No primeiro caso estão, para além do casino e do estabelecimento termal, onde o arquitecto segue com grande fidelidade Martinet, apenas reforçando a predominante decorativa, um hotel, que é uma versão simplificada do Hotel Termal publicado no álbum-folheto, um pavilhão de floresta, que chegou a ser construído numa variante reduzida, um edifício destinado a garagens e cocheiras, dentro do gosto afrancesado imposto pelo primeiro arquitecto e um palácio de desportos que segue de perto os mesmos princípios decorativos. A primeira casa particular projectada por Silva Júnior, para o Parque, foi um palacete para Alexandre Nunes de Sequeira, num esquema de composição e decoração muito semelhante aos edifícios anteriores, mas enriquecido por

---

<sup>663</sup> *A Construção Moderna*, nº538, de 25 de Maio de 1919

um corpo cilíndrico de varandas sobrepostas, que termina em cúpula, e por onde se pratica a entrada. Este projecto, publicado em *A Construção Moderna*<sup>664</sup>, como os demais, aliás, em 1919, vai sofrer alterações e um significativo aumento, para se tornar no Hotel de Inglaterra, que ainda hoje podemos admirar, dominando um dos mais bonitos panoramas do sítio. A segunda casa projectada para o Parque, também em 1919, é novamente um palacete, de volumetria quadrangular, mas com decoração extremamente elaborada, que nunca chegou a ser construído. O Hotel de Inglaterra e o Hotel Paris, de que já falámos, serão ainda por algum tempo, os dois marcos mais importantes da hotelaria do Estoril. A história do segundo destes equipamentos começara muito atrás, ainda no tempo da quinta do Viana, num edifício de que hoje nada conhecemos, a não ser a sua localização e reputação. Com as obras do Parque, o proprietário, Luís Vergani, mudou o seu hotel para um prédio no Alto Estoril, de que temos um projecto de ampliações, datado de 1923, cujo processo de obra mostra a nova localização e um esquema decorativo que o faz aproximar do gosto trazido para o Estoril pelo programa de Martinet. Em 1924, surge um novo projecto, de dimensões consideravelmente superiores, mas onde encontramos a mesma tendência nítida para dignificar as fachadas com elementos da arquitectura portuguesa tradicional. Finalmente, em 1928, o Hotel Paris vai conhecer, ainda, uma nova reformulação, desta vez da autoria de Norte Júnior. O projecto é para a modificação e aumento do anexo mas, na verdade, o arquitecto reconstrói toda a fachada, dando ao edifício um carácter totalmente novo. Abandonam-se os pormenores “à portuguesa” e assume-se uma linguagem, novamente internacional, de linhas direitas, corpos envidraçados e uma decoração sóbria de inspiração *art-déco*. Foi este edifício notável que foi “sacrificado” pela abertura da nova espinha dorsal

---

<sup>664</sup> *A Construção Moderna*, nº534, de 25 de Março de 1919

do concelho – a Estrada Marginal – obrigando à construção próxima do actual edifício do Hotel Paris.

O programa urbanístico do Estoril, entusiasmou outros arquitectos portugueses, principalmente os que já se encontravam ligados ao local, através de encomendas anteriores, para as estâncias vizinhas. A título de exemplo, podemos citar o caso de Rafael Duarte de Mello, que publicou<sup>665</sup> um ante-projecto para um casino, a construir sobre o mar. Inspirado em construções semelhantes, sobre a água, que se faziam noutros países, o arquitecto dá largas ao seu gosto decorativo, num programa de dimensões muito mais modestas que o casino previsto.

De todas as obras enunciadas no programa, muitas nunca se concretizaram e outras não chegaram até nós. Dos edifícios mais importantes, subsistem: o Hotel Palácio que, após várias reformulações do projecto original, só veio a ser inaugurado em Agosto de 1930, e os edifícios em meia-laranja, destinados a lojas, e conhecidos pelas “arcadas do parque” que, embora acrescentados, seguem a traça dos desenhos de Martinet; construíram-se, ainda, o Hotel dos Banhos, de que não conhecemos uma só notícia ilustrada, e o estabelecimento termal que, até ao início da década de 1930, funcionou como o grande pólo dinamizador da nova estância. Inaugurado em 25 de Agosto de 1918, ainda em fase de acabamento, passa a ser o motivo principal das crónicas e notícias sobre o Estoril. À falta de um casino ou de um grande hotel, era aqui que a sociedade Estoril realizava as suas festas, recebia os jornalistas e lançava a sua propaganda. Em 1922, a revista A B C<sup>666</sup> mostra fotografias do seu interior e faz-lhe um largo elogio, onde se lê:

“O magestoso *hall*, onde frequentemente se realizam animadíssimos *teas dancing* e *soirées*, é uma maravilha de arte monumental (...). A piscina

---

<sup>665</sup> A Construção Moderna, nº409, 10 de Janeiro de 1914

<sup>666</sup> A B C, nº113, 14 de Setembro de 1922

de natação, é também das mais amplas que temos visto e, igualmente, se efectuam ali interessantíssimas festas desportivas. (...) Pena é que a construção deste estabelecimento modelar não esteja inteiramente concluída em especial a ala direita do Balneário e a *buvette* pois que o movimento de banhistas é cada vez maior.”.

A abertura do estabelecimento termal foi a primeira grande vitória da tenacidade de Fausto de Figueiredo e, a sua importância para o reconhecimento, nacional e internacional do Estoril, não pode deixar de ser sublinhada. Não há dúvida que os serviços aqui prestados eram da melhor qualidade, como atesta um outro artigo, publicado em 1932:

“O Estoril possui uma importante estância hidrologica-mineral: Estoril-Termas, com uma nascente de água minero-medicinal, termal, hipersalina, cloretada, sódica, magnesiânica, sulfatada e bicarbonetada, cálcica e litínica, conforme classificação e análise oficial do Prof. Charles Lepierre.(...) O estabelecimento elegante, grandioso e confortável, é dos mais importantes do país. Está dotado com as instalações mais modernas de uso terapêutico para a aplicação de Calor, Luz, Electricidade, Maçagem, Gimnástica, etc., salientando-se entre elas como modelar a da Mecanoterapia”<sup>667</sup>. Estamos perante uma imagem diferente do termalismo tradicional, exclusivamente para doentes, e mais próximos de um conceito que estará entre o velho *spa* e o *health-club* dos nossos dias.

Muito lentamente a grande estância internacional, com que havia sonhado Fausto de Figueiredo, ia ganhando adeptos e equipamentos: casino, hotéis, esplanada sobre a praia, estabelecimento termal, mas também, um vasto conjunto de infra-estruturas desportivas: golfe, hipismo, ténis, esgrima, tiro aos pombos e aos pratos, contando ainda com a proximidade do hipódromo da Marinha, apenas a 12 quilómetros, que era o “rendez-vous da sociedade elegante de Sintra e de todas as colónias balneares da Costa do

---

<sup>667</sup> “O Concelho de Cascais”, in *A Hora*, Cascais, 1932, pp.28-29

Estoril”<sup>668</sup>.Ao mesmo tempo, o Estoril salpicava-se de um conjunto de moradias, que se foram construindo nos arruamentos abertos no Parque, e que sugeriam a Branca de Gonta Colaço o seguinte comentário: “O Estoril é um mostruário da alta burguesia lisboeta. Cada moradia, cada palacete, cada *chalet*, ali erguidos, têm a etiqueta dum morador ou dum proprietário com situação ou nome cotado e classificado no modesto caleidoscópio da vida nacional”<sup>669</sup>. Pouco a pouco, e, sobretudo, com a melhoria das acessibilidades rodoviárias, são cada vez mais os proprietários que passam a residir permanentemente no Estoril.

O processo arrastou-se muito para além de 1930, e o que se fez ou não fez, é uma questão de importância menor. Todos os grandes projectos urbanos têm um tempo longo de consolidação, e a vida futura dos espaços imaginados escapa sempre aos que os idealizaram. O Estoril não é excepção e, como qualquer plano global, embora demasiado ambicioso, teve a virtude de organizar um espaço de forma sistemática, onde havia lugar para um desenvolvimento harmonioso. E isto era, até aqui, inédito em Portugal para programas de vilegiatura balnear.

Os revezes provocados pela Grande Guerra, as dificuldades financeiras, ou as mudanças de arquitecto, não desanimaram os promotores e, logo em 1918, quando se abria ao público o estabelecimento termal, a Sociedade Estoril abriu um concurso convidando alguns arquitectos a apresentarem projectos, já não para equipamentos, mas para casas de habitação, a construir nos talhões que, entretanto, loteara. Apenas apresentaram projectos três arquitectos: Silva Júnior, Norte Júnior e Edmundo Tavares, com desenhos de “estilização tradicionalista” mas, na sua sequência, apareceu a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa, que compra uma série de terrenos à empresa e se propõe construir casas para

---

<sup>668</sup> J. de Ataíde, “Algumas Notas sobre o Turismo em Portugal”, *Anuário-Turismo 1933-34*, cit. In Carminda Cavaco, op. cit., p.42

<sup>669</sup> Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, op. cit., p.307

vender no prazo de dez anos. Dela voltaremos a falar. O Estoril tornava-se também uma vasta operação de urbanização e venda de terrenos.

“As moradias que começavam a ser edificadas são paradigma, nas suas propostas do final dos anos 10, do desolador panorama da arquitectura nacional. (...) Se, com algum dramatismo, nos recordarmos que no início da década de 20, Walter Gropius, Mies Van der Rohe ou Corbusier têm 40 anos, que o manifesto da Bauhaus é de 1919, que Lloyd Wright construía as *Prairie Houses* cerca de 1900... ou, sem tanto dramatismo, aproximarmos estes projectos dos que Ventura Terra, Raul Lino ou mesmo Álvaro Machado haviam criado no início do século para o Monte Estoril, entende-se o carácter profundamente retrógrado que vinha marcando a sociedade portuguesa e evidentemente os seus arquitectos, e que a ditadura dos valores ruralizantes que se aproxima tinha na cidade solo fecundo de que se alimentar”<sup>670</sup>. Em 1924, Raul Proença, ao escrever o artigo sobre os “Estoris” para o seu *Guia de Portugal*, elogia a excelência da estância, mas não assinala um só exemplo de arquitectura particular, já construído nos terrenos do “Parque”. Eram as infra-estruturas turísticas que o impressionavam, grandiosas e europeias, numa apreciação que, entretanto, se tinha modificado com a propaganda crescente da nova indústria “salvadora da pátria”: “É já um campo enorme todo arroteado, com finas, verdes *pelouses* no chão macio. Cá fora as instalações eléctricas, lá dentro o jardim imenso, o esqueleto do grande Casino em construção, com sua colunata clássica, o grande edifício das Termas, o grande Hotel – tudo grande e europeu. Nos últimos planos as terras sobem, há manchas aveludadas de pinheirais ondulantes, maciços de verdura, e já casinhas guapas se alcandoram nos visos dos outeiros. De aqui a dez anos este parque enorme, com os seus 800.000m.q. de superfície, o seu campo de *golf* de 7 km., e o seu hipódromo, os seus arruamentos para peões e veículos, as suas

---

<sup>670</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit., p.52



esplanadas sobre o mar, o seu Casino (planta de Silva Júnior) completamente terminado, o seu teatro, e os outros dois hotéis que se projectam, será uma das estâncias da Europa onde mais doce correrá a vida”<sup>671</sup>. ‘Casinhas guapas’ foi o máximo elogio que o nosso grande autor concedeu a estas moradias, ao contrário do que faz para muitas outras, na mesma zona.

Relacionada com o surto de loteamento e construção, está a criação, em 1921, da Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, regulamentada pelo decreto nº 8046, de 24 de Fevereiro de 1922. E, já na vigência do Estado Novo, a reforma da contribuição predial e paralela constituição de um “fundo nacional de construção”, destinado a promover e subsidiar as iniciativas particulares, que vieram proporcionar um novo alento às companhias de urbanização que proliferavam na capital e eram cada vez mais activas no Estoril, graças à abundância de terrenos e à crescente procura. Aqui começa, de facto, uma ocupação com índice de crescimento alarmante, criticado frequentemente em publicações especializadas, a ponto de se temer que toda a área seja tomada de assalto. Para que isso não aconteça, a região terá de ser protegida e é esse o sentido do Decreto nº19252, de 19 de Janeiro de 1931, que decide: “Os ministérios do Interior, do Comércio e Comunicações e da Agricultura, (...) promoverão o embelezamento dos locais compreendidos entre Lisboa e as zonas de turismo – Queluz, Sintra, Cascais e Estoril – com o auxílio das respectivas câmaras municipais e comissões de Iniciativa e Turismo”. Embora ainda pouco interveniente, este documento tem a importância de ser o primeiro instrumento de intervenção do Estado no empreendimento do Estoril. Fausto de Figueiredo não perde as suas prerrogativas mas, a partir de então, a iniciativa pertencerá ao Estado e o futuro do Parque será o resultado das suas escolhas. Em 1931, com a inauguração do Casino, o projecto inicial

---

<sup>671</sup> Raul Proença, “Aos Estoris e Cascais”, in *Guia de Portugal. Lisboa e Arredores*, F.C.G., 1982, p.597

podia considerar-se terminado, apesar do que ficara por realizar, mantendo as características fundamentais. Os promotores podiam considerar-se satisfeitos com a obra realizada.

Em 1933, o ministro Duarte Pacheco encarregou Alfred Donat Agache do “estudo preliminar da urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais”, consignado no Decret-Lei nº22444 de 10 de Agosto de 1933, mostrando a importância que dava a esta zona de expansão de Lisboa. Por sua iniciativa também lançava-se o projecto de construção da Avenida Marginal, ligando pela zona ribeirinha Lisboa a Cascais, que o ministro considerava indispensável para o desenvolvimento turístico deste “arrabalde” marítimo de excepção. Em 1934, anuncia a construção da auto-estrada do Estoril, através do futuro Parque Municipal de Monsanto, em ligação directa com a Praça Marquês de Pombal.

A culminar todo este processo é publicada a Lei nº1909 de 22 de Maio de 1935 que oficializava o nome de Costa do Sol<sup>672</sup>, para a região antes conhecida por “Enseada Azul”, e regulava a sua urbanização, dirigida directamente pelo Ministério das Obras Públicas, através de um Gabinete organizado em 1936 e que concentrava competências até então exercidas pela municipalidade.

Apesar deste novo contexto, “as virtualidades do espaço agenciado, a forte imagem que conseguiu dinamizar permaneceu como «marca» perene do Estoril: contraposto a Cascais e ao Monte, que herdaram as dimensões familiares e românticas da vivência oitocentista, o relativo gigantismo dos espaços do Estoril é um signo do optimismo modernista dos anos 20, quando se acreditava que do triunfo da industrialização iria nascer um mundo definitivamente ordenado”<sup>673</sup>.

---

<sup>672</sup> Esta designação era já vulgar desde 1929

<sup>673</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit., pp. 57-58

A Sociedade Estoril-Plage, proprietária do vasto pinhal que tinha sido de José Viana, é responsável pelo planeamento e construção da zona central e seus equipamentos fundamentais, como vimos atrás, mas também é ela que faz a urbanização e loteamento dos terrenos circundantes, onde vai surgir a zona residencial do Estoril. Através do grande terreno em declive, verdadeiro “anfiteatro” em torno da vasta perspectiva central, onde não houvera aterros ou desaterros, abriu ruas e avenidas largas e sinuosas, e dividiu o espaço agenciado em talhões de dimensões consideráveis, de modo a que, todos os novos habitantes usufruíssem da maior privacidade e, ao mesmo tempo, do melhor panorama. Todo este novo espaço, aberto à construção, que era chamado de Parque Estoril, estendia-se desde a estrada de Bicesse, a nascente, os terrenos do convento de Santo António, a poente, e desde a estrada nacional até ao golfe do Estoril. As ruas e avenidas foram numeradas, desde a Rua nº1, que correspondia ao troço da estrada nacional, entre o Alto Estoril e o Estoril, a Rua nº2, que correspondia à estrada de Bicesse, e assim sucessivamente. Os talhões, também numerados, quase sempre irregulares, mas beneficiando da extraordinária exposição a sul e ao mar, eram adquiridos por particulares ou companhias que construíam casas segundo os princípios estéticos impostos pela sociedade<sup>674</sup>. A maior parte dos processos de obra, incluem requerimentos feitos pelo próprio proprietário, mas surgem com alguma frequência empresas imobiliárias lisboetas, como a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa, que já mencionámos, e que é responsável por sete projectos, entre 1919 e 1924. A empresa, proprietária do terreno, construía para um cliente, mediante um projecto encomendado a diferentes arquitectos. O primeiro destes processos, para o talhão 388, sobre a Estrada Nacional, era da autoria de Norte Júnior (1878-1962), com projecto publicado em *A Construção Moderna*<sup>675</sup> e aí

---

<sup>674</sup> Informação colhida em conversa particular com um antigo arquitecto da Estoril-Plage. A sociedade funcionava como “uma câmara dentro da câmara”, para a aprovação dos projectos para o Estoril

<sup>675</sup> *A Construção Moderna*, nº540 de 25 de Junho de 1919

definido como exemplo notável de “estilização tradicionalista”. É uma casa com planta em L, cheia de beirais, telheiros e alegretes, usando largamente a decoração de azulejos, mas com alguma originalidade no seu telhado “à Mardel”, usado pouco antes por Raul Lino no “Casal de S. Roque”, nas suas janelas de ângulo e *bow-window* na fachada lateral. Este exemplo, hoje desaparecido, parece servir de arquétipo a quase todas as casas construídas no Parque até aos finais da década de 1920<sup>676</sup>. Na verdade, todas as moradias construídas pela Companhia, são variações da “casa portuguesa”, embora a qualidade das restantes fique muito aquém da inventiva do grande arquitecto. Do mesmo ano é o enorme casarão, que ainda hoje ocupa a esquina da Av. de Portugal com a Av. D. Nuno Álvares Pereira que mantém do modelo de Norte Júnior alguns elementos, como a articulação dos corpos, as janelas de ângulo e os corpos salientes envidraçados. A terceira, digna de menção, ergue-se hoje sobre a Av. Marginal, fazendo esquina com a Av. Biarritz e é um projecto de 1921. Usando sempre a decoração de azulejos azuis e brancos, mostra um corpo de varandas em ângulo, sobre arcadas, que a tornam rara no seu género. A última casa feita pela Companhia que queremos citar, foi construída para Elísio Leitão Vieira dos Santos, em 1923. Situa-se entre a Av. dos Bombeiros Voluntários (estrada de Bicesse) e a Rua do Porto e, apesar de muito alterada, dá uma ideia muito clara da vulgarização do vocabulário da “casa portuguesa”, mas sem qualquer

---

<sup>676</sup> Fenómeno inevitável, na opinião de Nuno Portas, quando escreve: “basta referir que, sendo a arquitectura entendida na cultura portuguesa sobretudo como uma questão de estilo e gosto, a barafunda de linguajares de importação, a entrega a evocações passadistas tão arbitrarias como quaisquer outras, não poderia deixar de provocar estoutro movimento de ‘refúgio’, xenófobo, de ir desenterrar sinais, apressadamente exteriores, ao catálogo imaginário da arquitectura espontânea rural de várias províncias (...) para os enxertar nos modelos solarengos eruditos ou semieruditos. Assim se respondia ao estrangeirismo, também epidérmico e ostentatório, e ao mesmo tempo se procurava dar uma consolação mais ao conservadorismo nacionalista, *a priori* reaccionário, contrário a toda a ameaça de mudança” (“A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, 2º vol., p. 704)

imaginação – planta convencional, fachadas compostas dos elementos típicos e decoração standartizada<sup>677</sup>.

Esta homogeneidade de gosto está dentro da lógica do que vimos acontecer, em todas as outras estâncias, exactamente nos anos em que se iniciou a urbanização do “Parque Estoril”. A única excepção que encontramos, é um edifício de 1919, que ainda mantém a formulação característica dos anos de 1910, onde a decoração rebuscada em estuque e os azulejos coloridos, são os aspectos mais valorizados. Só muito perto de 1930, com a chegada de uma nova geração de arquitectos, e também na sequência da viragem estética que entretanto se operava, aparecem os primeiros exemplos de arquitectura modernista, de que o Estoril é, com certeza, um dos centros mais importantes no panorama nacional.

Mas, antes de analisarmos os edifícios mais interessantes desse primeiro conjunto, devemos chamar a atenção para duas reconstruções, efectuadas neste período, dentro do espaço recém transformado em zona residencial. A primeira, datada de 1919, situa-se na Rua de Nice e foi mandada fazer pelo Diogo de Castro e Brito. Pelo processo de obra, ficamos a saber que se tratava de um modelo, muito simples, da tipologia *chalet* para uma casa geminada, muito próxima das casas que José Viana construía para aluguer, como vimos atrás. Em 1919, o pequeno edifício, de rés-do-chão e águas furtadas, transforma-se num imponente “palácio português do século XVIII”: dois andares, térreo e andar nobre, separados por friso, onde se apoiam os varandins das sacadas superiores, decoração barroca dos vãos e um falso frontão contracurvado, sob o qual se coloca um pequeno painel de

---

<sup>677</sup> “Neste carnavalesco çarambeque, uma das máscaras preferidas agora é a «à antiga portuguesa». Estonteia a algaravia que sai dalguns destes exemplares. Que esforço dispendido para que não se duvide das nacionalistas intenções! Linha geral, proporções das janelas, das portas, ou dos alpendres? Coisa secundária; qualquer disposição serve para urdidura deste portuguesinho croché. É de rigor a pala levantada em frontão curvo e chapado de azulejos. Visto que o beiral dos telhados é português, que se adopte, mas multiplicado por quantas portas e janelas houver, a cada vão seu telhadinho, assim mesmo é que tem de ser. Mais autêntico ainda é o revirar dos cantos do beiral, com bicos à mourisca; pois cá os temos, cada testada com seu par de pontas; e é de ver a porta em hastes limpas, e cada janela desembolada,

azulejos, à maneira de brasão. A segunda reconstrução, de que não conhecemos o edifício existente, foi feita em 1924, por Fernando Martins de Carvalho, na Rua do Porto, mesmo em frente ao Hotel Inglaterra. Trata-se de um princípio idêntico, de vontade de maior dignificação arquitectónica da zona, embora mais coerente por ser uma só residência, escolhendo-se, neste caso, o casarão português do século XVII. As duas casas parecem ser uma réplica, trinta anos depois, da austeridade trazida para o Estoril por António Viana.

Das restantes casas construídas nos primeiros anos da urbanização do “Parque Estoril”, todas segundo os princípios do gosto dominante, vejamos os exemplos mais importantes. O mais antigo processo camarário, de 1919, é uma casa para Alberto de Melo e Sousa, que deu o seu nome à Rua nº26 do Parque. Trata-se de uma enorme mansão, de planta compósita e elementos decorativos predominantemente “à portuguesa”, mas guardando, curiosamente, estruturas vindas de modelos ultrapassados – um corpo torreão e uma varanda de ferro – misturando-se com beirais, alegretes e telheiros, que dão o tom da época. Em 1920 o número de projectos entrados na Câmara multiplica-se. O primeiro é assinado por Raul Lino, para Norberto V. Mascarenhas Pedroso, e ergue-se na Av. Biarritz. É o exemplo menos interessante que o arquitecto realizou no concelho de Cascais, num terreno de frente muito estreita, o que condiciona a planta, e com um único pormenor original na sua empena triangular, com duas aberturas e remate curvo. Ao lado desta casa, surge um outro edifício do mesmo ano, construído para Augusto de Assis. É um modelo bastante mais elaborado, com citações diversas da arquitectura portuguesa - varanda com arcada sobre o corpo saliente, janelas geminadas em arco, pequenos frontões e molduras barrocas – e uma pequena *bow-window* redonda, que já vimos nos

---

pronta a saltar; toda a fachada só lembra agora manada de toiros, avançando para acometer os infelizes que por ali passam!”, Raul Lino, *Casas Portuguesas*, 1933, p.69

desenhos de Norte Júnior. Muito perto, entre a Av. dos Bombeiros Voluntários e a Rua do Porto, encontramos a casa que Ernesto Santos Bastos mandou fazer (“Casa dos Beirados”), com projecto de Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969)<sup>678</sup>, e que é o exemplar mais característico do vocabulário de “estilização tradicionalista”, pela exaustiva utilização de todo o léxico divulgado. Finalmente, ainda de 1920, é a casa do arquitecto Jorge Pereira Leite<sup>679</sup> (“Shalimar”), na Rua da Beira Litoral. É um modelo simples, mas equilibrado, com o seu alpendre de entrada e o corpo de janelas triplas, decoradas por azulejos azuis e brancos.

Todas as moradias, que vimos até agora, com excepção da casa de Alberto Melo e Sousa, se situam a nascente do jardim central, ou seja, a zona compreendida entre a antiga estrada de Bicesse, onde começava o “bairro” do Alto Estoril, e os terrenos do futuro grande hotel e estabelecimento termal. Este espaço, onde já havia alguns arruamentos anteriores, foi o primeiro a ser ocupado, simultaneamente com a zona poente do jardim, que se inicia, precisamente, com a Rua Melo e Sousa. Só em 1923, surge o primeiro processo de obra para a zona norte, em que a estrada de Bicesse (esta vindo do Monte Estoril) constituía a principal via estrutural.

Por uma questão cronológica, vamos atravessar o jardim e regressar à Rua Melo e Sousa onde, em 1922, Carmen de Burgos Seguy, moradora no Hotel Paris, e como procuradora de Ramon Gomez de la Serna, apresentou um projecto para o lote nº258. Os desenhos mostram um edifício de grandes dimensões, com um corpo torreão, uma fachada virada a sul que se abre largamente ao exterior e uma decoração onde predominam os motivos “à portuguesa”. Por qualquer motivo, o projecto não teve realização e, no ano seguinte, surge um novo processo camarário, desta vez em nome do

---

<sup>678</sup> Trabalhando muitas vezes em colaboração com o seu irmão mais velho Carlos, com ele venceu um prémio Valmor precisamente pelo projecto de uma casa particular no gosto “nacionalizado” oficial, em 1938 (J. M. Pedreirinha, op. cit., p.53)

<sup>679</sup> Activo na região de Lisboa nos princípios do século XX é sobretudo autor de prédios e moradias, com uma menção honrosa do prémio Valmor em 1904 (idem, p.143)

verdadeiro proprietário, que acabou por ser construído, e ainda há poucos anos existia, embora em ruínas. Mostra, como o anterior, uma composição híbrida, com um corpo cilíndrico de escadas, com cobertura cónica, beirais ondulados, sobre as janelas e remates das empenas e uma janela dupla, de arcos ultrapassados, assentes sobre colunelos. O principal interesse desta casa está no seu proprietário, nome prestigiado da intelectualidade espanhola e grande amigo de Portugal, que muito contribuiu para a propaganda, no país vizinho, da nossa amena “Riviera”<sup>680</sup>.

Do mesmo ano é também, uma casa para um membro da família Pardal Monteiro (1897-1957), para a mesma zona, hoje inexistente. Porém, no lote vizinho, ergue-se ainda *Demétria*, que é, seguramente, dos mesmos anos, e mostra uma composição muito simples, mas com um curioso remate envolvendo a janela central do primeiro andar.

O lote que fica a sul de Gomez de la Serna e que confinava com a estrada nacional (hoje Marginal), tem uma história que começa em 1923 e que só termina em 1930. Tinha sido adquirido por Camilo Farinhas, rico comerciante do Estoril, e que já em 1909 mandara construir a sua primeira casa sobre a estrada real. Em 1923, resolve mudar-se para a zona mais nobre do Parque, e encomenda a Norte Júnior, o projecto da sua nova moradia. O arquitecto, dando largas à imaginação, desenha um modelo de decoração extremamente elaborada, com uma fachada principal digna do desejo de um novo rico. Assustado com o preço da obra, ou com a sua magnificência, o proprietário desiste do projecto e, em 1930, substitui-o pelo do engenheiro Jacinto dos Reis Betencourt, logo acrescentado de um andar, que hoje, algo modificado, ainda se ergue junto ao Turismo. É um edifício bastante simples, em que as varandas a sul introduzem alguma animação, construído no local em que abrira as suas portas o primeiro Hotel Paris.

---

<sup>680</sup> O círculo em que da la Serna se movia, em Madrid, foi fundamental para o sucesso profissional de Almada Negreiros durante a sua longa estadia nesta cidade (1927-32) (José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, 1984, p.136)



Do mesmo ano de 1923, e na mesma rua, é a casa de António Júdice Bustorff da Silva. É um modelo de planta compacta que, embora não recusando o gosto dominante, procura alguma sobriedade nos motivos seiscentistas e setecentistas da arquitectura portuguesa, nas pilastras de ângulo, molduras das janelas superiores e sacada central.

Ainda nesta zona poente, citemos um último exemplo, datado de 1925, que Tertuliano Marques desenhou para António de Sousa e Melo. O enorme edifício nada tem de notável, a não ser o seu tamanho, o que permitiu ao arquitecto, que tanto contribuíra para os divulgar, uma variação considerável dos elementos de “estilização tradicionalista”.

Mas regressemos à encosta nascente do parque e a 1923, para dar conta de dois edifícios importantes. O primeiro, na esquina da Av. dos Bombeiros Voluntários e Rua do Porto, foi construída para Elísio Leitão Vieira dos Santos, proprietário também dos lotes vizinhos, como vimos, segundo um projecto de Carlos Ramos (1897-1969). Este primeiro trabalho do arquitecto, para o “Parque Estoril”, é um curioso programa para uma casa secundária, de um só piso e águas furtadas, de uma extraordinária simplicidade estrutural e decorativa, cuja composição da fachada poente (virada ao mar), lembra um pequeno *cottage*. Hoje muito alterada, é um exemplo que tem a virtude dupla de fugir às tipologias urbanas dominantes e ao vocabulário estereotipado da decoração “portuguesinha”. A segunda casa, na esquina da Av. de Portugal com a Rua da Beira Litoral, foi construída para Leopoldo Periz Parreira Cortez. A sua menção, nada tem a ver com os motivos da anterior, mas com o facto de ser um dos exemplos existentes que menos alterações sofreu e, dentro do seu gosto, ser uma das casas com desenho mais equilibrado e maior imaginação.

Entramos, agora, na zona norte do Parque, ou seja, nos terrenos que se estendem do velho Casino até ao campo de golfe. O mais antigo processo é de 1923 e trata-se de um palacete, construído para Luís Teixeira Beltrão,

sobre a Av. Nuno Álvares Pereira (antiga estrada de Bicesse vindo do Monte). O edifício, que hoje é apenas uma ruína abandonada, mostra uma curiosa composição de corpos com diferentes alturas e uma planta em U. O corpo central, mais elevado e recuado, funciona como entrada nobre, através de uma *loggia* e escadaria dupla, em pedra. O resto do edifício, muito sóbrio, não contraria o carácter deste corpo principal, com os seus vãos regulares e simétricos e as suas pilastras, frisos e molduras de pedra lisa.

De 1923 restam ainda dois exemplos interessantes, ambos para a rua nº38, hoje ocupando as Ruas de João das Regras e do Alentejo. A primeira é a casa construída para António da Fonseca que, ocupando um imenso lote de gaveto, mostra uma planta muito elaborada, mas cedendo mais uma vez ao vocabulário dominante, sem grande imaginação, apesar da riqueza da composição. O segundo edifício é um grandioso projecto, especificamente chamado no processo de “casa estilo sevilhano”, construído para Octávio Pinto da Rocha. Tratava-se de um enorme rectângulo que abrigava no seu interior um pátio quadrado, animado por dois corpos salientes na fachada sul; um destes, abria-se numa varanda sobre colunas, por onde se praticava a entrada principal, e que terminava num lanternim de cobertura rebuscada. Um friso separando os dois andares, uma platibanda escondendo o telhado e molduras de pedra, de gosto tradicional, completam a composição. Porém, em 1928, estando ainda em construção, é apresentado um projecto de alterações, agora assinado por Jorge Segurado (1898-1981). Toda a estrutura inicial é mantida, e a intervenção do grande arquitecto, limita-se a alguns pormenores – a sacada nobre do primeiro andar, assim como as janelas baixas do corpo de ângulo, transformam-se em pequenas *marquises* e o lanternim sobre a entrada, dá lugar a um mirante em colonata. O edifício, hoje transformado em condomínio de luxo, perdeu este último elemento e mostra vãos com molduras lisas.

Em 1924 aparecem dois projectos, muito diferentes no seu espírito, mas ambos curiosos. O primeiro é a vivenda “Volubilis”, construída no ângulo da Av. D. Nuno Álvares Pereira com a Rua de Macau, para Domingos Centeno. A sua principal curiosidade é ser uma réplica, embora mais pobre nos pormenores construtivos e até nos materiais, da casa desenhada por Carlos Ramos, no ano anterior, para Elísio Santos. Hoje está completamente desfigurada, pelo acrescento de um andar, e foi obra da firma construtora Ambi-Liebermann, que teve outras intervenções no Estoril. O segundo, é o último projecto de Norte Júnior para o Parque, desta vez para Manuel Dias da Fonseca. Trata-se de uma composição em diferentes corpos articulados, onde se recupera o motivo do torreão com cobertura pontiaguda e o soco de pedra, em que predomina a decoração de gosto português, e onde, o detalhe mais imaginativo, é o friso de azulejos que percorre todo o edifício, a meia altura do segundo piso.

Os últimos anos da década, vão trazer, finalmente, algo diferente, apesar da produção ser ainda, maioritariamente, tradicionalista. É a própria Sociedade Estoril a promover este gosto retrógrado, como se prova numa moradia que faz construir, em 1929, para a Rua Melo e Sousa, que não é mais do que uma citação, em miniatura, da casa do Dr. Bustorff Silva. A aprovação prévia exercida pela companhia, de que falámos atrás, é, com certeza responsável por esta uniformidade desoladora mas, as novas tendências aceites pelo poder político e o enfraquecimento das competências da sociedade, levaram a que a situação se começasse a modificar.

De facto, é também em 1929, que vão surgir os primeiros projectos modernistas para o Estoril. O mais importante é, sem dúvida, a casa do engenheiro Álvaro Pedro de Sousa, que deu o nome à rua onde hoje ainda se ergue a magnífica moradia. O processo de obra é para alterações e ampliação, de um edifício já construído, e vem assinado por Luís Cristino da Silva (1896-1976) e Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), que também

desenham os jardins. A documentação junta ao projecto, contém o levantamento das fachadas e plantas do edifício construído, que mostram um modelo já com alguns elementos modernistas, mas ainda preso a uma decoração tradicional. O novo projecto elimina, praticamente, todos esses pormenores passadistas, introduz uma maior liberdade na articulação dos corpos do edifício e destaca o terraço-mirante, terminado em “pérgola”, elemento que será repetido inúmeras vezes na arquitectura do Parque.

O segundo projecto, é também da autoria de Pardal Monteiro, e abrange os anos de 1929 e 1930. É a casa de José Espírito Santo Silva, que tivera um primeiro projecto considerado “de péssimo gosto” pelo funcionário da Câmara Municipal de Cascais, o que terá levado à encomenda de um segundo, ao mesmo arquitecto, datado do ano seguinte. A moradia foi edificada em 1930 pelo construtor Elyziario Filipe dos Santos e é de composição muito simples, com rés-do-chão e águas furtadas e uma grande alpendrada, sobre duas fachadas, tudo abrangido pela mesma cobertura em telhado “que desce quase tocando o terreno (...) de clara influência nórdica”<sup>681</sup>. Adaptando-se perfeitamente ao terreno que ocupa e à função a que se destinava, a “ousadia” deste objecto, completa-se pela forma de inserção no lote: ao contrário de todas as casas anteriores, não se agencia um jardim, propriamente dito, construindo-se a casa no meio do imenso lote, rodeada pelo denso pinhal pré-existente<sup>682</sup>. Estes dois últimos projectos, que iniciam o modernismo na arquitectura dos “Estoris”, trazem também uma nova técnica construtiva – a do betão armado –naturalmente explorada pelos arquitectos mais novos que dela se servem para concretizar a sua vontade de mudança. Utilizada inicialmente em programas específicos de equipamentos

---

<sup>681</sup> Ana Ruela Ramos, *Porfírio Pardal Monteiro...*, 1998, p.63. Esta autora acrescenta ainda que “a linguagem deste telhado (...)faz-nos duvidar da autoria do projecto, pois apesar de ter sido assinado pelo (...) arquitecto, não parece tratar-se de uma obra sua, pois Pardal Monteiro nunca usou linguagens tradicionais de arquitectura de outros países” (*idem, ibidem*)

<sup>682</sup> Experiência sem continuidade no Estoril, mas que voltaremos a encontrar nos anos 40, quando os modelos internacionais do subúrbio-jardim informarem as escolhas dos urbanistas portugueses, como é o caso de Ofir

públicos, com um primeiro regulamento em 1918<sup>683</sup>, ao longo da década de 20 foi entrando na prática corrente da construção civil e são os arquitectos da primeira geração modernista a torná-la um processo sistemático.

Aos poucos, grande parte do antigo pinhal que rodeava o conjunto monumental das infra-estruturas turísticas projectadas por Fausto de Figueiredo, imaginado, então, como um parque com zonas par actividades desportivas, transformava-se num bairro residencial de luxo, permitindo à sociedade os capitais necessários para o seu ambicioso programa. A ocupação dos lotes, ainda muito baixa em 1930, foi continuando até à quase saturação actual, o que levou a mudanças de plano, sobretudo nas zonas centrais, que fazem temer pelo conjunto que é único em todo o território nacional.

#### 4.1.2.2. O Modernismo no Estoril

A década de 30 do século XX marca, de facto, a afirmação definitiva do Estoril, como a mais importante estância de vilegiatura internacional do nosso país. A propaganda intensifica-se, numa acção conjunta dos particulares, nomeadamente as empresas de Fausto de Figueiredo, e dos dois organismos especialmente vocacionados para tal – A Comissão de Iniciativa do Concelho de Cascais e a Sociedade de Propaganda da Costa do Sol. São inúmeros os cartazes, de arrojado desenho, então produzidos, bem como os guias e folhetos ilustrados, traduzidos em várias línguas, e onde as termas são ainda um dos pratos fortes da promoção. Em 1937, pelo Decreto-Lei nº27704, de 18 de Maio, é criada a Junta de Turismo de Cascais, procurando melhorar a vida da população e promover uma mais adequada recepção aos visitantes. Finalmente, abriam as suas portas os dois equipamentos mais

---

<sup>683</sup> “Primeiro Regulamento para o Emprego do Betom Armado” ( J. Manuel Fernandes, *Arquitectura Modernista em Portugal*, 1993, p.27)

importantes de todo o conjunto – o Hotel Palácio e o Casino Estoril. O hotel foi inaugurado a 31 de Agosto de 1930, com a presença do Presidente da República, ministros e corpo diplomático, numa cerimónia em que Fausto de Figueiredo foi condecorado com a Grã-Cruz de Mérito Agrícola e Industrial. Na véspera, tinha sido oferecido um chá aos representantes da imprensa, seguido de uma visita ao hotel e, nos dias seguintes, os jornais estavam cheios de notícias entusiásticas sobre os seus 200 quartos, as 100 casas de banho, as suites, o mobiliário que, orgulhosamente se afirmava ser obra nacional, produzido pelos Armazéns Nascimento do Porto. Para além deste sinal de mudança, o hotel mostrava também no seu projecto final algumas modificações significativas, “criando na fachada principal dois amplos corpos salientes, descentrados, de linhas claras e diferente coroamento que introduziram um ritmo totalmente inexistente no projecto de Martinet; do mesmo modo, a simplificação de molduras das janelas e arcarias, a utilização geometrizarante dos próprios frontões nos corpos salientes e a introdução do terraço superior constituem elementos de sabor modernista num corpo academizante”<sup>684</sup>. Mas a “vantagem”, do ponto de vista artístico, do atraso na realização das obras, é ainda mais decisiva no Casino, inaugurado a 15 de Agosto de 1931, sobre as fundações do edifício de Silva Júnior, que mostra uma volumetria já perfeitamente modernista, cedendo apenas, nalguns pormenores, ao gosto das artes decorativas. Marcando a viragem do gosto nacional, mas também da empresa proprietária, é um importante modelo para a arquitectura imediata do Estoril, com um projecto, realizado ainda nos anos 20, por um arquitecto francês chamado Raoul Jourde. Teve a colaboração de Pardal Monteiro no acompanhamento das obras finais<sup>685</sup> e a “documentação gráfica encontrada recentemente, est(á)

---

<sup>684</sup> Raquel Henriques da Silva, op. cit., p.56

<sup>685</sup> Bem como intervenções plásticas de Estrela de Faria

toda assinada pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro”<sup>686</sup> e apenas as perspectivas possuem o nome de Jourde. Levantado no local que lhe reservara Martinet, no terraço que limitava o jardim central do Parque e aberto à paisagem de mar, “o edifício possuía um único piso, tinha cobertura em terraço e as suas formas eram predominantemente curvas”<sup>687</sup>. Antes das últimas obras do novo casino do Estoril, que desfiguraram completamente o que ainda restava deste edifício, alguns espaços interiores eram visíveis, como o vestíbulo da entrada principal “que pod(ia) servir para uma viagem no tempo, com o seu tecto animado de curiosas pirâmides invertidas em vidro”<sup>688</sup>, característico do gosto «arts déco» presente em muitos aspectos do desenho do edifício.

Um outro dado importante para o reforço desta mudança é a substituição de Tertuliano Marques, “campeão” dos modelos tradicionalistas, por Jorge Segurado (1898-1990), na Câmara Municipal de Cascais. A prová-lo está um caso exemplar, precisamente do ano de 1930. A proprietária, Quinta Carbone, apresenta um projecto à Câmara, para um lote na esquina da Rua Serpa Pinto com a Av. de Portugal, que é indeferido, por um parecer assinado por Jorge Segurado. Meses depois, é aprovado um novo projecto, desta vez assinado por um engenheiro da Câmara Municipal de Cascais, Manuel Gomes, que acabou por ser construído. É um edifício de composição muito simples, mas assumidamente modernista, que Segurado aprovou. Se as tendências estéticas, destes anos, já assinalavam uma viragem a favor do modernismo, a presença de Segurado na Câmara só podia acelerar o processo. Foi o que aconteceu, nos anos seguintes, com resultados bastante interessantes.

---

<sup>686</sup> Carta de Pardal Monteiro ao administrador da sociedade ‘Estoril Plage’, sobre a conclusão das obras do casino, 30 de Janeiro de 1931 (nota 42, p.78, in Ana Ruela Ramos, op. cit.)

<sup>687</sup> Ana Ruela Ramos, op. cit., p.48

<sup>688</sup> *Idem*, p.49

De facto, qualquer abordagem da arquitectura do Parque, obriga-nos, necessariamente, a tomar em consideração o seu considerável acervo de edifícios modernistas, bem como a defender a sua preservação da voragem dos especuladores actuais. O processo iniciado, timidamente, em 1929, com o projecto de remodelação de Pardal Monteiro e Cristino da Silva, para a casa de Álvaro de Sousa, acentua-se ao longo da década seguinte, atingindo a sua expressão mais evidente em meados dos anos 30, para acabar numa profunda crise, ou confusão de valores, ao aproximar-se o ano de 1940. Entretanto, e durante dez anos, os arquitectos modernistas conseguem fazer prevalecer as suas propostas, sobre os arquitectos “tradicionalistas” e, em 1939, Keil do Amaral (1910-1975) podia afirmar com verdade, em resposta a um ataque de Ressano Garcia, “que até esse momento tinham sido os arquitectos modernistas que tinham praticamente ganho todos os concursos, e que a eles tinham sido confiados os mais significativos trabalhos”<sup>689</sup>.

Esta afirmação de um novo gosto, aceite ou mesmo promovido pelas instituições dirigentes, que acontece simultaneamente ao período de maior impulso de construção no Parque, explica o importante conjunto de objectos, que agora nos ocupa. Como acontece na generalidade da arquitectura portuguesa modernista, também aqui encontramos uma “genealogia” de influências estrangeiras, predominando as escolhas dos arquitectos mais activos no Estoril, que criam os modelos posteriormente copiados, com maior ou menor compreensão, por engenheiros e construtores. Aliás, a maior percentagem de projectos modernistas para o Estoril, é da responsabilidade de engenheiros, seguidos pelos construtores civis e, só uma minoria é da autoria de arquitectos. O domínio completo dos aspectos técnicos e a compreensão progressiva dos valores da arquitectura moderna,

---

<sup>689</sup> Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, in *História da Arte em Portugal*, vol. 14, “A Arquitectura Moderna”, 1986, p.



permitem o aparecimento de alguns exemplos notáveis, precisamente com risco de engenheiros.

As duas mais importantes influências presentes são, por um lado, a da arquitectura holandesa, misturando formulações marcadamente expressionistas e, por outro, a ressonância da arquitectura racionalista, não como a entendiam Gropius ou Le Corbusier, mas a mais fácil proposta de arquitectos como R. Mallet-Stevens, “que explorava uma linguagem de «racionalismo doce», algo decorativo, não isento de alguma contradição não dominada, mas que por isso mesmo respondia melhor à timidez da formação teórica da arquitectura portuguesa”<sup>690</sup>. A primeira destas tendências, liga-se às intervenções dos arquitectos Adelino Nunes (1903-1948)<sup>691</sup> e António Varela (1902-1963)<sup>692</sup>, responsáveis pelos projectos modernistas mais importantes do Estoril, a partir de 1932. Ambos trabalharam, assiduamente, em colaboração com Jorge Segurado que, juntamente com Keil do Amaral, era o grande conhecedor da arquitectura holandesa e, sobretudo, da obra de W. Dudok, de que é prova o magnífico projecto para a Casa da Moeda, em Lisboa. A segunda proposta, insere-se na tendência mais geral da arquitectura portuguesa destes anos, uma vez que, a maioria dos nossos arquitectos se sentia mais à vontade com estas formulações menos abstractas, ao mesmo tempo que os modelos produzidos são mais acessíveis às reproduções feitas por engenheiros e construtores.

Se o ano de 1931 marca o início de um novo ciclo na arquitectura do Estoril, inaugurando o seu mais emblemático equipamento dentro do novo

---

<sup>690</sup> Pedro Vieira da Almeida e José Manuel Fernandes, *ibidem*

<sup>691</sup> Fazendo parte da Comissão Construtora dos Novos Edifícios dos CTT, é um dos arquitectos modernistas com um maior número de edifícios construídos e por todo o território nacional, de Barcelos ao Funchal. Mas além dos Correios, o seu nome está ainda ligado aos concursos para os liceus (1931), em equipa com Carlos Ramos e Jorge Segurado, tendo vencido o concurso para o liceu Júlio Henriques em Coimbra, que foi construído.

<sup>692</sup> É o responsável por um dos primeiros edifícios fabris modernistas com o projecto, de 1938 para Matosinhos, de uma fábrica de conservas, publicado em *A Arquitectura Portuguesa*, nº40, Julho de 1938. Também ele colaborou com Jorge Segurado em, pelo menos dois projectos: em 1934, para uma ‘cidade olímpica’, no Campo Grande, e para o ‘Lar dos Pobres’, nas Caldas da Rainha, em 1941, publicado na mesma revista no nº74 de Maio de 1941

gosto, logo em 1932, surge um programa da maior importância, cuja polémica levará à construção de um dos mais notáveis edifícios modernistas do Estoril. Trata-se do projecto para os Telefones, nessa altura ainda propriedade da companhia inglesa –The Anglo-Portuguese Telephone C.<sup>a</sup>.Lda.. A primeira proposta apresentada, da autoria dos engenheiros da empresa, foi rejeitada por ter altura excessiva para o local previsto, quase sobre a praia, entre a estrada nacional e a linha de caminho de ferro. O resultado desta recusa acertada, foi uma nova encomenda, desta vez a Adelino Nunes e a construção, em 1933, do edifício que ainda hoje podemos admirar. Compreendendo a particularidade do local, o arquitecto desenhóu um edifício de um único piso, ao nível da rua e outro em cave, que se desenvolve em comprimento, onde a monotonia é completamente superada pelo jogo de corpos assimétricos, acentuado no volume cilíndrico, de linhas verticais e horizontais, através da fenestração e de sóbrios pormenores decorativos.

O mesmo arquitecto realiza ainda, os dois projectos mais interessantes, que se seguem no tempo. O primeiro, é para uma casa particular, construída para Maria da Câmara Assis Posser de Andrade, em 1935, no gaveto das Ruas Prof. Egas Moniz e Afonso de Albuquerque, na zona norte do Parque onde, aliás predominam as escolhas modernistas. Algo desfigurada pelo acrescento do piso recuado que hoje apresenta, combina soluções quer do edifício anterior, quer do seguinte, para os Correios: uma planta em V, aproveitando da melhor maneira o lote em ângulo agudo, que veremos retomada no projecto seguinte, a pequena pala semi-circular, apoiada em colunas lisas, que dialoga com as varandas estreitas, também terminadas em volumes redondos, que são citações do projecto anterior. A escolha de uma entrada recuada e a absoluta simetria dos volumes, fazem a principal diferença relativamente aos outros projectos.

Com muito mais ousadia, imaginação e cuidado de pormenores, Adelino Nunes vai apresentar, no ano seguinte, uma proposta de planta idêntica para o edifício dos Correios, na esquina da hoje Av. Marginal com a Av. de Nice. O notável jogo dos materiais, dos volumes e das superfícies, fazem deste projecto uma das peças mais importantes do modernismo do Estoril. Assumindo claramente o valor plástico das volumetrias assimétricas, sem recorrer, praticamente, a elementos decorativos para animar as fachadas, o arquitecto mostra um grande domínio dos valores modernistas, aproximando-se como nunca dos exemplos da arquitectura holandesa. A demonstrá-lo está, não só, o hábil jogo de planos e linhas “neoplasticista”, mas também a criação de um espaço novo, em termos urbanos, conseguido pela “esquina dinâmica”, espacial e volumetricamente evidenciada pelo poderoso cilindro, elemento gerador de toda a organização do espaço interior.

No mesmo ano de 1936, surge o melhor objecto de arquitectura particular, na casa do engenheiro António Cortez Lobão, com um projecto de António Varela, para o lote imediatamente a nascente dos Correios. A casa, de planta bastante regular, onde predominam os ângulos rectos, consegue uma notável harmonia pelo discreto jogo dos volumes e pela sábia distribuição das aberturas. Um corpo cilíndrico no primeiro pavimento, correspondente à sala de jantar e coberto por um terraço servindo o quarto superior, na fachada poente, o recuo e desnível dos corpos na fachada nascente, aliando-se ao desenho das janelas baixas e assimétricas contornando os ângulos, assim como às pequenas “vigias” redondas da empena oeste, assinalam a qualidade deste projecto, bem como a sua fidelidade ao princípio modernista do tratamento rigorosamente equivalente de todas as fachadas, acentuada pela lateralização da entrada.

A restante produção modernista destes anos, de qualidade muito desigual, tem ainda alguns edifícios que merecem ser citados, quer pela sua

excepção, quer pelo seu carácter de modelos de maior reprodução no Estoril. No primeiro caso, está a moradia construída no gaveto da Av. D. Nuno Álvares Pereira com a Rua Melo e Sousa, encomendada a um engenheiro pela Sociedade de Edificações Lda., de Lisboa, em 1938. A sua grande mais valia está na planta que, aproveitando correctamente o traçado e a exiguidade do lote, consegue uma solução muito dinâmica de volumes curvos. Alterada pelo elemento construído no terraço de cobertura, mantém ainda os típicos gradeamentos da época e utiliza, uma vez mais, o corpo semi-cilíndrico, com janelas e varanda, frequentemente repetido.

Duas outras casas, novamente na zona norte do Parque, podem ser incluídas neste pequeno conjunto de exemplos de maior qualidade, únicas comparáveis ao modelo de António Varela. A primeira, ergue-se sobre a Av. de Inglaterra, e consta de um projecto para duas moradias geminadas, em que a forte assimetria esconde e valoriza o seu carácter. A complexidade da volumetria, o tratamento cuidado das superfícies e o dinamismo das aberturas, fazem dela um objecto de excepção no modernismo do Estoril. A segunda, na Rua Mouzinho de Albuquerque, mostra, mais do que qualquer outra, a influência dos desenhos de Mallet-Stevens (1886-1945), com a sua estrutura de volumes fortemente animada, sobretudo no corpo de escadas, sobre ailhargada poente, com um notável jogo das aberturas. O arquitecto francês, principalmente activo em Paris, fizera, no entanto, algumas obras emblemáticas para sítios da costa, como o Hotel-Casino em Saint Jean-de-Luz, entre 1923 e 1928<sup>693</sup>, ainda de marcada simetria, e a *villa* de Hyeres para o visconde Charles de Noailles, entre 1924 e 1933<sup>694</sup>, onde encontramos as referências fundamentais para estas casas do Estoril.

Ao longo da Av. General Carmona, que sobe perpendicularmente à meia-lua de estacionamento do primeiro Casino, todas as casas são destes

---

<sup>693</sup> *Dictionnaire d'Architecture du XX ème Siècle*, 1996, p.572

<sup>694</sup> A magnífica moradia tinha também um famoso jardim, desenhado por Grevekian (conhecido desde a Exp. das Artes Decorativas de 1925, em Paris) (Cf. *The House Book*, 2001, p. 277)

anos e constituem um verdadeiro repositório do modernismo português, bem como das influências dominantes, presentes no Estoril. Infelizmente, nenhuma delas alcança a qualidade das anteriores, mas são um óptimo conjunto de estudo para os aspectos acima referidos. Como exemplo, vejamos duas moradias: a primeira, no nº6 da avenida, onde um poderoso corpo cilíndrico de escadas, com abertura vertical e encimado por um volume idêntico, de menores proporções, lembra os valores da arquitectura expressionista, enquanto o desenho da varanda e os pormenores da cobertura, mostram a filiação na importante escola holandesa; a segunda, ocupando o nº4, é a casa *Vale Florido*, concluída em 1939 por Luís Cristino da Silva (o projecto é de 1936). Trata-se de um conjunto de duas moradias geminadas, destinando-se uma delas a habitação secundária do arquitecto e a outra a rendimento. Cristino, sempre mostrara interesse pela zona da Costa do Sol e, em 1927, publicara na revista *Arquitectura* um artigo intitulado “O Regionalismo e a Arquitectura”, onde o tema inflamado era a crítica severa aos “chalets suíços” que tinham invadido a Costa do Estoril, defendendo, em seguida, que uma tendência podia salvar essa região – o regionalismo, definindo-o assim: “A adaptação da arquitectura à região não consta só da aplicação de elementos que dizem ser portugueses: alpendres, beirados, vasos à janela, azulejos, etc., distribuídos ao acaso pelas fachadas, não! Isso é arquitectura de bric-à-brac! O regionalismo é qualquer coisa de mais profundo e rasgado: atender, sim, aos elementos nacionais, mas antes de mais nada formar um sentido de conjunto deixando para depois a pormenorização.”<sup>695</sup> O texto é muito interessante por diferentes razões: em primeiro lugar, como sintoma da cultura arquitectónica em Portugal no final dos anos 20, período dos primeiros projectos modernistas (como o Capitólio do próprio arquitecto), provando que a nova linguagem ensaiada constituía apenas mais um “estilo”; em segundo lugar, a afirmação de uma nova

---

<sup>695</sup> *Arquitectura*, nº5, Maio de 1927

mentalidade desta geração de arquitectos que, apesar de tudo, combatem os valores decorativos triunfantes da “casa portuguesa”, defendendo a primazia das estruturas arquitectónicas; por último, a curiosa evolução que, dez anos depois, o arquitecto mostra na sua casa do Estoril, optando claramente pela arquitectura racionalista – superfícies rebocadas lisas, vãos não guarnecidos, volumes simples pintados a branco e cobertura em terraço – embora “as pérgolas, os arcos e os muros de alvenaria rústica de pedra, nas traseiras, resta(ssem) como elementos de carácter regionalista.”<sup>696</sup> No seu conjunto, o edifício apresenta uma enorme contenção e sobriedade na sua rigorosa simetria, aliadas a um magnífico equilíbrio de proporções e a um belíssimo desenho das janelas, numa combinação muito próxima da melhor prática modernista.

Observando as plantas da maioria destas casas modernistas, vemos que, ao nível da distribuição dos espaços, aparecem, embora timidamente, algumas inovações. A mais comum é uma nova articulação, já não imposta pela fachada principal, tirando partido do jogo das volumetrias assimétricas, entre as diferentes divisões interiores e uma nova relação destas com o exterior; mais rara, é a total abertura dos espaços sociais, com a indiferenciação de funções, que o modernismo também propunha, mas que os donos destas casas ainda não aceitavam.

Se considerarmos, individualmente, cada um dos objectos modernistas que ainda sobrevivem no Estoril, teremos de reconhecer que, o número de edifícios, realmente notáveis, é bastante diminuto. Porém, dois aspectos devem ser sublinhados, em relação a eles. Em primeiro lugar, pela intensidade da construção que é característica destes anos, o modernismo marca o carácter arquitectónico do Estoril. Em segundo lugar, se observarmos estes objectos na sua totalidade, eles constituem um campo de estudo, para o nosso modernismo, único em todo o país, ao mesmo tempo

---

<sup>696</sup> João de Sousa Rodolfo, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, 2002, p.83

que encerram uma vivência e uma memória que são dignas de preservar. A corajosa “aventura” do nosso primeiro modernismo está aqui patente, não em projectos, mas em edifícios construídos, o que “era uma lança em ...Portugal”, uma vez que não se apoiam numa reflexão teórica ou se discutem no ensino oficial. “Desde o receituário de Lino, (...) que nenhum arquitecto publicara um livro de divulgação ou teorização, nem mesmo panfletos ou artigos, e as revistas que vegetaram ao longo dos anos 20 pouca e má divulgação faziam do que lá fora se estava a passar”<sup>697</sup>.

A chegada do ano de 1940 marca, como em toda a produção arquitectónica portuguesa, uma viragem retrógrada no modernismo, dando lugar àquela produção que, adoptando as palavras de Ramon Maria Puig<sup>698</sup> chamaríamos de “arquitectura de consumo” (ou de “subarquitectura”), quando a define assim: “arquitectura absolutamente integrada nos códigos estabelecidos. Aceitam-se as normas de convivência que regulam a nossa sociedade. Constroem-se edifícios para permitir um sistema de vida tradicional sem pretender alterá-lo... (...) Este tipo de arquitectura põe «palavras» para dizer as «coisas» que não põe em discussão”<sup>699</sup>. Ou, como lhe chama Keil do Amaral, “a Arquitectura de aparato-e-compromisso”, quando reflecte sobre as “maleitas” da arquitectura portuguesa recente, fazendo uma das mais lúcidas críticas a esta produção, quando escreve: “Pioneiros da arquitectura moderna em Portugal fazem agora aparatosos prédios ou edifícios públicos, com portas super-barrocas, falsos andares nobres, falsos beirados e janelas-de-aventail-e-chapéu-de-plumas; jovens arquitectos de quem se esperava uma arquitectura jovem, inexperiente mas jovem, aparecem subitamente mestres na arte dos lugares-comuns, dos

---

<sup>697</sup> Nuno Portas, op. cit., p.708

<sup>698</sup> Arquitecto catalão. Nestes anos sessenta e início de setenta, são as revistas da Catalunha a fornecer a principal colaboração estrangeira à nossa *Arquitectura*

<sup>699</sup> Ramon Maria Puig, “Arquitectura – Subarquitectura”, in *Arquitectura*, nº115, Maio de 1970, p.102

rodriguiños arquitectónicos; outros tentam abrir caminho na senda que conduz à fortuna construindo moradias de uma cenografia pretensiosa, feita de arcarias despropositadas, complicadas chaminés, retorcidos e abundantes ferros forjados... Outros, ainda, dedicam-se a procurar nas revistas alemãs e de outras nacionalidades os modelos para as obras de sabor português que tanto encantam os mentores da campanha pró-arquitectura nacional”<sup>700</sup>. Acontecia, porém, que “quando por volta de 1938, a História entra na ordem do dia, com o pretexto das celebrações centenárias, e uma nova onda de nacionalismo renasce a par das convulsões europeias, atravessando toda a cultura nacional de uma revisitação ao passado, os arquitectos não estavam aptos a oferecer uma alternativa que partisse do presente e fosse de encontro ao país numa mesma procura de autenticidade com que racionalizavam as suas propostas”<sup>701</sup>. Estão aqui enunciadas duas das questões centrais que ocuparão os próximos anos – a recuperação da modernidade e a pesquisa séria da arquitectura portuguesa - como veremos nos capítulos seguintes.

Porém, o Estoril já tinha ganho, então, o seu carácter definitivo e, finalmente, alcançado o seu lugar de excepção na história da vilegiatura nacional. Era, agora, como Fausto de Figueiredo sonhara, a estância cosmopolita, luxuosa, animada pela presença de cada vez mais visitantes estrangeiros, a escolhida pelos monarcas exilados, na sequência das graves convulsões que atravessam a Europa.

As termas e as estruturas a elas ligadas, que tinham tido um papel central na vida do Estoril, desde 1918, são, nestes anos, ultrapassadas por outros pólos de atracção, como o Casino, o Hotel Palácio ou o Tamariz. Este “triângulo” passou a funcionar como o mais forte cartaz da estância, em perfeita complementaridade: os hóspedes do Hotel podiam frequentar e

---

<sup>700</sup> F. Keil do Amaral, “Maleitas da Arquitectura Nacional 2”, in *Arquitectura*, nº19, Janeiro de 1948, p. 18 (segundo de uma série de artigos que, sob o mesmo título, o arquitecto começa a publicar no número de Julho-Agosto de 1947)

<sup>701</sup> Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal...*, 1991, pp.596-597



tomar as suas refeições, em qualquer dos locais, conforme a sua vontade e a hora do dia. Numas *Cartas de Lisboa*, publicadas em 1943, podemos ler:

“Fui ao Tamariz e é dele que falo hoje.

O Tamariz tem sido o lugar mundano mais concorrido da chamada *Costa do Sol*. Junto do oceano, cheio de sombras, em comunicação com a praia, com o seu belo restaurante, passam-se ali magníficas manhãs e óptimas tardes. (...) Convidei *Madame X* chegada há três dias de Paris (...). Agora encontra-se no Palace para onde veio descansar alguns meses em Portugal”<sup>702</sup>. E, de uma apreciação da zona de Cascais, feita em 1953, podemos ainda citar: “ao passo que Cascais é uma antiga e nobre vila, o Estoril é um produto do século XX que, com as suas modernas e confortáveis vivendas, os seus hotéis de primeira classe, o seu casino, as suas lojas luxuosas nas Arcadas e o seu elegante restaurante sobre a praia, tem mais carácter internacional do que português”<sup>703</sup>. As termas ficaram lá atrás, agora é a praia, o mar, os pontos de encontro mundanos, que concentram as atenções.

Com a abertura da estrada marginal no início dos anos 40, com os seus 20 km. de extensão, faixa de rodagem dupla de 12 metros, e a construção da auto-estrada<sup>704</sup>, até ao Estádio Nacional, completando o ambicioso projecto de Duarte Pacheco, o Estoril tornou-se a estância portuguesa, não só mais bem equipada, mas também a de acesso mais fácil e moderno. Com todas estas vantagens, só bem depois do meio do século XX, outros locais poderão vir a rivalizar com a Costa do Sol, na preferência dos turistas nacionais e estrangeiros.

---

<sup>702</sup> Alfredo Pinto (Sacavém), *Cartas de Lisboa*, Lisboa, 1943, pp.18-19

<sup>703</sup> Eva-Renata d’Esaguy, *Cascais – Terra de Reis e Pescadores*, Lisboa, 1953, p.7

<sup>704</sup> O Viaduto Duarte Pacheco, ode se inicia a auto-estrada, foi inaugurado em 28 de Maio de 1944



## 4.2.OFIR

Paradoxalmente, é em plena Segunda Guerra Mundial que vai surgir um projecto de instalação balnear, totalmente novo, fenómeno excepcional nas décadas anteriores, para uma zona excelente mas com pouca tradição na vilegiatura marítima em Portugal. Parte da razão está em que, “apesar das graves dificuldades económicas originadas pelo bloqueio e pela falta de transportes marítimos, a guerra constitui um momento de prosperidade global da economia portuguesa”<sup>705</sup> e, entre 1938 e 1947, a taxa de crescimento é elevada, resultado, sobretudo, dos lucros com os negócios de guerra<sup>706</sup>, conjuntura esta responsável por algum optimismo. A primeira metade do século XX ocupa-se, principalmente, com a transformação ou renovação<sup>707</sup> de lugares já frequentados por banhistas desde o século XIX e este caso revela, pela primeira vez, uma vontade de diferença, que põe em causa os modelos então vigentes para estes espaços. Porém, o alargamento extraordinário do hábito social do banho de mar levou a que, sobretudo a norte do Tejo, a maior parte das praias com condições de uso balnear e com um mínimo de estruturas nas proximidades, passassem a ser procuradas por banhistas. Um pouco a norte da Póvoa do Varzim, uma das mais frequentadas praias minhotas desde o princípio do século XX, encontramos dois destes casos, a praia de Fão e a Apúlia, nas proximidades de Esposende, a cujo concelho pertencem<sup>708</sup>. No início dos anos 40, a pequena localidade de Fão, à beira do rio Cávado e da estrada nacional que liga o Porto a Viana do Castelo, era já um modesto núcleo balnear pela sua excepcional situação geográfica, com duas estradas de acesso ao mar, “uma em linha recta, que

---

<sup>705</sup> Fernando Rosas, op. cit., p.349

<sup>706</sup> Cf. *idem, ibidem*

<sup>707</sup> Cf. ponto 2.4.1. sobre Planos de Urbanização

<sup>708</sup> Numa tabela de dados estatísticos, realizada a pedido do urbanista, em 1963 (era então Viana de Lima) ficamos a saber que, das três localidades do concelho (Esposende, Apúlia e Fão), entre 1940 e 1960, as mais populosas são a Apúlia e Fão. O nº de banhistas em Fão era de 30 em 1940, em 1950 de 150 e em 1960 de 1800

encurta a distância à praia, apenas com 900 metros; a outra, dá a volta pela Senhora-da-Bonança e, atravessando os pinheirais, vai ligar-se à primeira, perto da praia”<sup>709</sup>. Esta combinatória, de rio, mar e pinhal a par de “uma bela temperatura e boa camaradagem, são e agradável, entre os Banhistas, contribui(u) (...) para que Fão seja, como de facto é, uma deliciosa estação de repouso”<sup>710</sup>. Mas a sua capacidade receptiva era ainda insignificante: “em Fão alugam-se casas mobiladas a preços muito acessíveis e há duas pensões onde se podem instalar algumas dezenas de pessoas”<sup>711</sup>.

É junto à praia marítima de Fão que vamos encontrar o projecto de uma nova estância que se preparava “para protagonizar o centro de turismo de qualidade do Norte que tivera a Granja como motor das primeiras décadas do século e a Figueira da Foz como alternativa, mais ligada à Beira”<sup>712</sup>. Com este objectivo, em 1945, a Sociedade Engenheiros Reunidos, proprietária de uma larga faixa de terreno de pinhal e dunas<sup>713</sup>, sobretudo através de Raul Sousa Martins, encomenda ao arquitecto Alfredo Ângelo de Magalhães<sup>714</sup> um plano parcial de urbanização tendo em vista a construção de um grande hotel e de um restaurante sobre as dunas. Neste mesmo ano de 1945, o arquitecto já construíra uma primeira moradia unifamiliar, isolada no pinhal, para José Júlio de Oliveira<sup>715</sup>, dando início a uma ocupação que, até 1950, será bastante constante<sup>716</sup>. O primeiro projecto dos equipamentos a construir na praia, é para um restaurante, logo construído sobre a duna, no qual Ângelo de Magalhães combina um corpo rectangular muito simples,

---

<sup>709</sup> *Monografia de Fão*, Esposende, Tipografia e Papelaria Cávado Esposende, 1948, p.38

<sup>710</sup> *Idem, ibidem*

<sup>711</sup> *Idem*, p.42

<sup>712</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.643

<sup>713</sup> A “empresa existente, possuidora da maior parte dos terrenos, não só de construção como também dos necessários às realizações de interesse” (carta da Dir.-Geral dos Serviços de Urbanização ao Pres. Da Câmara de Esposende, de 21 de Julho de 1954)

<sup>714</sup> Licenciado em Arquitectura pela Escola de Belas Artes do Porto, em 1944, é desde então arquitecto-chefe da Soc. Engenheiros Reunidos (cf. *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1950)

<sup>715</sup> O proprietário é também arquitecto e, tendo-se instalado permanentemente em Ofir, será o autor de uma série de projectos para o sítio a partir de 1956

<sup>716</sup> Segundo a documentação do Arquivo da Câmara de Esposende, os anos de 1946 a 1949 foram os de máximo incremento da construção em Ofir que depois abrandará até 1954.

com um único piso e cobertura em telhado com águas furtadas<sup>717</sup>, que se prolonga por uma esplanada na face sul, limitada por um pórtico modernista em betão. Em 1946, e sempre ao mesmo arquitecto<sup>718</sup>, entrega-se o projecto do hotel, inaugurado em 1948, a construir perto do mar mas já integrado no pinhal<sup>719</sup>. O edifício, de assumido modernismo<sup>720</sup>, articula três corpos diferenciados por funções: um maior longitudinal “de seis pisos ocupado pelos apartamentos, galerias de acesso e pequenas salas de estar, servidas por amplas varandas de repouso parcialmente defendidas do sol” e um outro de quatro pisos, disposto perpendicularmente ao anterior, e ligado a este por um corpo mais alto de escadas e elevadores, para “serviços de recepção, salas de estar, salão de festas e, no rés-do-chão, salão de jogos directamente ligado ao restaurante –bar e esplanada ao ar livre”<sup>721</sup>. No prolongamento a leste deste último, aparece um corpo baixo e longo, destinado aos serviços do hotel (cozinha, garrafeira, lavandaria, etc.) que, na extremidade, se eleva um andar onde funcionava um “amplo salão de festas, ligado ao grande terraço de cobertura”<sup>722</sup>, independente do edifício principal, não perturbando assim o sossego dos hóspedes. O corpo dos quartos também tem cobertura em terraço aproveitada para um solário “com paredes de protecção dos ventos dominantes e placa de defesa do sol”<sup>723</sup>. Este espaço é complementado por um miradouro, ao qual se acede por uma escada em caracol, que domina o magnífico panorama de mar, pinhal, rio e montes até a Sta. Luzia, em Viana do Castelo. A solução é pertinente, uma vez que, mesmo tendo os quartos varandas, o pinhal e a duna escondem parte desta bela paisagem. A grande qualidade arquitectónica deste conjunto, apoiada

---

<sup>717</sup> Segundo um antigo habitante, dono da “Casa Penetra”, em Fão, estas águas furtadas estavam organizadas em meia dúzia de quartos que se alugavam antes do hotel estar construído

<sup>718</sup> Trabalhando aqui com o engenheiro civil José Pinto de Sá

<sup>719</sup> A uma cota mais baixa que o restaurante (sensivelmente dois andares)

<sup>720</sup> Segundo Nuno Portas o projecto teve a colaboração do arquitecto José Porto, autor da moradia de Manuel de Oliveira em 1942, que N. Portas considera “um dos raros (...)exemplos de predominância das preocupações pelo espaço interior” (Nuno Portas, op. cit., p.738)

<sup>721</sup> “Hotel Ofir”, in *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1950

<sup>722</sup> *Idem*

numa decoração interior do mesmo nível, também desenhada pelo arquitecto, foram “exigências que deram o tom generalizado da nova referência do lugar”<sup>724</sup>.

Proprietária destes excelentes equipamentos, bem como dos terrenos onde se continuava a construir moradias (venda de lotes), a Sociedade parece não se interessar por um plano de desenvolvimento urbano, e até turístico, que lhe possibilitasse um desenvolvimento sustentado. Os arranjos urbanísticos de Alfredo Ângelo de Magalhães limitam-se à praca de acesso ao hotel, ao parque de estacionamento e às ligações ao restaurante e à praia.

Em 14 de Setembro de 1945, o Director Geral dos Serviços de Urbanização<sup>725</sup> solicita à Câmara de Esposende se digne informar se existe um plano de urbanização da praia de Fão. A resposta foi, necessariamente, negativa pois, em Outubro do mesmo ano, a Direcção Geral afirma ser “necessário fixar as condições em que se deverão realizar as construções, a divisão dos lotes de terreno para se conseguir um melhor aproveitamento e estudar o abastecimento de águas e a rede de esgotos, problemas estes de capital importância para aquelas praias”<sup>726</sup>. A preocupação dos serviços centrais com o crescimento não enquadrado desta zona, potencialmente importante no turismo da região e do país, continua até que, em 1946, é acordado um contrato para a conclusão de um plano de urbanização com o engenheiro do Porto, José Miranda de Vasconcelos<sup>727</sup>. Este primeiro “Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão”<sup>728</sup>, foi apresentado em 16 de Dezembro de 1946 e aprovado, após alguns projectos intercalares de alterações, em 17 de Março de 1949. O primeiro aspecto a reter, da

---

<sup>723</sup> *Idem*

<sup>724</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., 643

<sup>725</sup> Engenheiro Manuel de Sá e Melo

<sup>726</sup> Ofício da D.G.S.U. de 10 de Outubro de 1945 (Arquivo da Câmara Municipal de Esposende)

<sup>727</sup> O ofício da D.G.S.U. de 3 de Julho de 1946, estipula ainda que o custo do projecto seria participado pelo Fundo do Desemprego em 29.950\$00, correspondente a 50% dos honorários a pagar ao urbanista

<sup>728</sup> Onde estavam englobados os terrenos pertencentes à Sociedade. O plano total encomendado ao urbanista, incluí a Apúlia e Esposende e este, parcial, é entregue com maior brevidade por se considerar o

observação deste instrumento, é a inclusão dos arranjos urbanos mínimos realizados pela Sociedade bem como, a implantação dos edifícios já construídos ou em construção: o hotel, o restaurante e uma série de casas espalhadas pelo pinhal<sup>729</sup>. Nas considerações gerais sobre o plano, feitas por Miranda de Vasconcelos na memória descritiva, alguns aspectos relativos a infra-estruturas básicas, merecem atenção: a rede viária proposta pretende apoiar-se nas estradas existentes<sup>730</sup>, bem como nos caminhos já abertos, onde se farão, apenas, “alargamentos ou simples rectificações”; não se apresenta planta para sistema de drenagem, considerada desnecessária pelas condições do terreno, e o mesmo se passa com a rede de esgotos, que deverão continuar com o sistema de fossa séptica na areia; o abastecimento de água também não está previsto no plano por falta dos estudos prévios necessários e a solução é encontrada na abertura de poços e construção de reservatórios para abastecimentos dos particulares.

A zona abrangida pelo plano parcial “corresponde a uma vasta área com cerca de 480 hectares, limitada a poente pelo Oceano Atlântico, a norte pelo Rio Cávado, a nascente pela vila de Fão e Estrada Nacional nº13, e a sul pelo caminho das Pedrinhas e zona agrícola da Apúlia”<sup>731</sup> e tem o objectivo de criar uma zona habitacional de repouso e turismo respeitando os valores paisagísticos do sítio. Assim, propõe-se a conservação das dunas, com a sua flora, e a preservação dos pinheiros, tanto quanto seja possível, quer na implantação das casas, quer na abertura de caminhos, ou seja, “procurar que a paisagem do pinhal, que se disfruta das dunas, apresente sempre a vista actual, e nunca venha a ser cortada pelo aparecimento de

---

mais urgente: “organizado com o objectivo de atender necessidades inadiáveis de expansão da Praia de Fão” (Memória Descritiva, ass. José Miranda de Vasconcelos, 16 Dez. 1946)

<sup>729</sup> Segundo a lista elaborada pelo Arquitecto da Câmara Municipal de Esposende, Paulo A. Lima Guerreiro, no final de 1946, já se contavam, pelo menos, 10 moradias construídas, das quais 8 com projectos de Alfredo Ângelo de Magalhães, o que parece indicar uma forma de controle da produção arquitectónica privada por parte da Sociedade

<sup>730</sup> As excepções são as duas estradas marginais (junto ao rio e ao mar) a construir para lá da zona a urbanizar, bem em cima do areal, que se encontravam perto da extremidade da restinga de Fão e que logo são reprovadas pelos pareceres ao plano

qualquer edifício ou mesmo telhado, procurando-se assim conservar o aspecto duma vasta zona desabitada”<sup>732</sup>. Como já se disse atrás, a construção de novas vias seria mínima<sup>733</sup>, prevendo-se apenas “veredas de acesso, sendo o seu traçado irregular, procurando adaptar-se o mais possível ao terreno”<sup>734</sup>, ou seja, continuando uma prática adoptada para o acesso dos edifícios já construídos. A proposta de zonamento também parte dos objectos já construídos (restaurante) ou em construção (hotel e parque de estacionamento), propondo a construção de um outro hotel e casino, fazendo conjunto com os anteriores e reforçando, assim, o carácter turístico desta zona, no terminus da via principal de acesso, junto ao mar. Além destes equipamentos, estava prevista uma pousada no interior do pinhal, em apoio ao campo de golfe, que seria agenciado a sul, entre as árvores e as dunas, de um e de outro lado da estrada que liga à Apúlia, com o seu pavilhão e respectivo acesso. Ainda mais a sul, previa-se a construção de uma colónia balnear e de um sanatório marítimo. Outras estruturas desportivas, como campos de ténis, *rink* de patinagem e uma piscina-praia, seriam construídas em combinatória com os hotéis e restaurante. Finalmente, projectavam-se dois pequenos bairros piscatórios, a construir nos limites norte e sul da área do plano. Em relação às moradias, as regras eram, essencialmente, estas: logradouros com pelo menos 1000 m<sup>2</sup>, edifícios cuja altura nunca ultrapasse o cume dos pinheiros e vedações e divisórias de verdura, exclusivamente, ou combinados com muretes de alvenaria com um máximo de 50 cm. de altura<sup>735</sup>. Por último, o urbanista propõe três pequenas zonas de comércio e artesanato, duas servindo também Fão e a Apúlia, e uma terceira muito reduzida bem dentro de Ofir. Durante o período de elaboração do plano e respectiva apreciação, todas as construções, a fazer, deverão ter a

---

<sup>731</sup> Memória Descritiva, doc. cit., p.2

<sup>732</sup> Memória Descritiva, doc. cit., p.4

<sup>733</sup> Em rigor uma única via nova que ligava a variante da estrada nacional à praça do hotel

<sup>734</sup> Memória Descritiva, doc. cit., p.5

<sup>735</sup> Excluídos os pilares para apoio de portões



concordância do autor do plano de urbanização<sup>736</sup>. O instrumento entregue foi, desde logo, alvo de críticas por parte do M.O.P. e, em Dezembro de 1947, já aparece um parecer, pedido pelo ministro ao arquitecto da Repartição de Estudos de Urbanização, sobre a remodelação do plano<sup>737</sup>, feita sob instrução ministerial. Porém, as novas propostas foram consideradas insuficientes e, em Janeiro de 1949, encontramos um novo parecer<sup>738</sup> dirigido ao ministro, José Frederico Ulrich, que é bastante esclarecedor. Em primeiro lugar, aparece uma nova implantação do golfe, agora definida por “um técnico inglês especializado no assunto” o arquitecto inglês Mackenzie Ross, que já havia traçado os campos do Estoril e do Vidago<sup>739</sup>, mas também, uma nova planta de urbanização “contendo sensíveis alterações à primitiva apresentada”<sup>740</sup>. Está-se de acordo com os objectivos iniciais - transformar a Praia de Fão num importante centro de turismo e conservar os valores naturais do sítio – mas a forma proposta merece objecções: a primeira é quanto ao zonamento, não se considerando razoável que a quase totalidade do pinhal próximo da praia seja ocupado por moradias individuais, propondo-se a reserva de áreas de acesso público; a segunda, diz respeito ao necessário faseamento da realização, tendo em conta o cálculo previsto de crescimento, bem como a economia e segurança na realização do plano. O traçado da rede viária também merece reparos: fundamentais serão um bom acesso à E.N. 13, a partir do centro do aglomerado e à praia da Apúlia, mas a estrada marginal “projectada parece apresentar dificuldades técnicas e económicas de execução, (...) não se justificando a sua necessidade (...) considerando-se sómente conveniente uma esplanada marginal frente ao centro principal de hotéis”<sup>741</sup>. Critica-se,

---

<sup>736</sup> Cf. ofício da D.G.S.U. para a Câmara de Esposende, de 18 de Fevereiro de 1946

<sup>737</sup> Aqui já nomeado como Ante-Plano, conforme legislação de 1946

<sup>738</sup> Parecer “urgente” da D.G.S.U para o ministro, de 20 de Janeiro de 1949

<sup>739</sup> Cf. *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1950

<sup>740</sup> Parecer de 20 -1-49, pp.1-2

<sup>741</sup> *Idem*, p.3

ainda, o arranjo proposto para este centro onde se localizam os principais equipamentos, sem sentido de composição e sem ter em consideração o “excepcional partido arquitectónico que se poderá obter”<sup>742</sup> com a articulação dos objectos programados. Em conclusão, afirma-se que, se bem que o plano precise de ser revisto, deverá “no entanto, para satisfação das necessidades prementes de orientação do desenvolvimento desta zona turística, definir-se desde já uma primeira fase de realização na qual se poderá dar início à construção dos elementos que primeiramente interessam ao seu desenvolvimento”<sup>743</sup>. As definições consideradas mais urgentes são o arranjo do centro principal e a área para construção de moradias com regras precisas. Este carácter de “urgência” fará com que o plano seja aprovado pouco depois mas, a 10 de Março de 1949, apenas sete dias antes dessa aprovação, um outro parecer enviado ao ministro mostra que continuam a existir muitas reticências em relação a ele. Na sua leitura, ficamos a saber que, a esta data, Ofir “possui apenas um excelente hotel, um pequeno restaurante e algumas moradias”<sup>744</sup>, ou seja, o conjunto realizado pela Sociedade, só alargado no número de moradias já construídas<sup>745</sup> e, na apreciação que é feita, aparece, como introdução, uma ideia muito interessante, que coloca a questão em termos realmente novos: “contrariamente ao problema corrente, neste caso, a urbanização não depende das condições de vida da região que abrange a zona a urbanizar visto que se pretende criar condições de vida completamente diferentes. Esta será consequência da urbanização projectada”<sup>746</sup>. Compreende-se que um plano de urbanização que pretenda “criar” um importante centro turístico, não pode limitar-se a “arrumar” alguns objectos, (já construídos ou não,

---

<sup>742</sup> *Idem*, p.4

<sup>743</sup> *Idem*, p.5

<sup>744</sup> Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas para o ministro das Obras Públicas, em 10 de Março de 1949

<sup>745</sup> Seriam, agora, umas vinte, na sua quase totalidade com projectos de Alfredo Ângelo de Magalhães

<sup>746</sup> Parecer do C.S.O.P., doc. cit., p.4

segundo interesses particulares) e deve inserir-se num plano orientador de toda a região. Apesar destes pressupostos, que encerram já um outro pensamento sobre o peso socio-económico destes espaços, o parecer admite que se podem aceitar algumas propostas por não constituírem inconveniente a expansões futuras. Pensa-se, fundamentalmente, na zona dos hotéis e na área residencial, às quais se impõem algumas reformulações. Quanto à primeira, reafirma-se a intenção de lhe dar um aspecto não citadino, sem circulação automóvel, e não ficar separada da praia pela marginal; no que diz respeito à zona residencial, o cuidado maior deve ser com a regulamentação, uma vez que o desenho urbano é quase irrelevante. Estas regras especificam a obrigatoriedade de: moradias unifamiliares, área mínima de lotes por moradia de 2000 m<sup>2</sup>, percentagem máxima de ocupação de 6%, distâncias mínimas das moradias aos limites dos lotes de 12 m (ao alinhamento das ruas) e de 6 m (aos limites laterais, altura máxima de dois pisos e aproveitamento de sótão, altura máxima dos muros de 50 cm e proibição de cortar árvores não absolutamente necessárias<sup>747</sup>. À excepção do campo de golfe, os restantes equipamentos desportivos devem ser repensados na sua utilidade e na sua localização. Finalmente, exige-se uma solução mais capaz para o problema do abastecimento de água e do sistema de esgotos.

Curiosamente, a difícil aprovação do ante-plano parcial, parece não ter sido motor de desenvolvimento, bem pelo contrário. Em 1954, por um ofício da D.G.S.U., ficamos a saber que, desde 1950, não se construiu qualquer habitação em Ofir<sup>748</sup> e, por este facto, se considera necessário rever o plano “no sentido de o harmonizar com as necessidades actuais daquela zona turística e estudar os meios de fomentar o seu desenvolvimento”<sup>749</sup>. O

---

<sup>747</sup> Em rigor, as mesmas regras propostas pelo urbanista, mas com maior precisão

<sup>748</sup> Por um ofício de 5 de Novembro de 1954, proveniente da D.G.S.U ficamos a saber também que, desde 1948, o urbanista nunca mais foi contactado pela Câmara, quer para informações, quer para pareceres de obras a realizar

<sup>749</sup> Ofício da D.G.S.U. para o Presidente da Câmara de Esposende, datado de 21 de Julho de 1954

interesse do início diminuía e até o hotel, inaugurado em 1948, se vira obrigado a abrir apenas no verão, “e mesmo assim só no mês de Agosto ter certa frequência”<sup>750</sup>. Mais importante ainda é a enumeração das causas responsáveis pela situação que resultariam, em primeiro lugar, do enorme aumento dos preços dos terrenos mas também, “da falta de visão por parte da administração da Sociedade, que foi comprometer todos os seus capitais na construção do Hotel, sem primeiro ter criado os motivos de interesse para o desenvolvimento daquela Zona”<sup>751</sup>. A Sociedade, possuidora da maior parte dos terrenos, está em grave situação financeira, comprometendo novas realizações, uma vez que esses terrenos “se encontram cativos por via das hipotecas realizadas”<sup>752</sup>. Foram os proprietários das moradias que, desejando melhorar as condições das suas estadias no sítio excelente, fizeram um clube de pesca onde se guardam os barcos de recreio, uma pequena piscina junto ao clube e um *court* de ténis mas “apesar destas realizações serem particulares, são as únicas no seu género que existem, e que servem à Empresa para os reclames de propaganda do seu Hotel”<sup>753</sup>. Em conclusão, não é a remodelação do ante-plano que irá resolver a situação, mas um novo, mais pequeno, “baseado nas realidades e que sirva de momento ao futuro desenvolvimento desta Praia, cujas condições são as necessárias, mas que não souberam ser devidamente orientadas para serem aproveitadas”<sup>754</sup>. Estes documentos, provenientes dos serviços centrais, mostram ainda as dificuldades económicas das pequenas Câmaras, como Esposende, o que fica bem claro numa carta de 1955 dirigida aos Serviços de Melhoramentos Urbanos<sup>755</sup>, onde o Presidente informa não ter a autarquia qualquer possibilidade de pagar, ou vir a pagar um novo ante-plano e rogar aos

---

<sup>750</sup> Ofício da D.G.S.U. de 21 de Julho de 1954, p.1

<sup>751</sup> *Idem, ibidem*

<sup>752</sup> *Idem*, p.2

<sup>753</sup> *Idem, ibidem*

<sup>754</sup> *Idem, ibidem*

<sup>755</sup> Sem data precisa

serviços que arquem com a despesa, dada a urgência deste pelo “novo recrudescer da estância de Ofir”. Mas a situação continua num impasse e, só em 1960, aparecem novamente referências sobre a revisão do ante-plano de Ofir. Numa carta ao Ministro das Obras Públicas, a Câmara de Espozende afirma ainda não ter sido possível realizar um contrato com um urbanista e explica o insucesso de uma tentativa realizada para resolver o problema com o arquitecto Viana de Lima (1913-1991)<sup>756</sup>: “o arquitecto Senhor Alfredo Viana de Lima que, por ser filho da terra, supuz poder fazer estes trabalhos pelos 50% do Estado e a princípio aceitou (...) breve acabou por dizer que não lhe era possível, em face da nova tabela elaborada pela Direcção-Geral de Urbanização, que tornara esse subsídio mais exíguo”<sup>757</sup>. Pelo restante teor da carta, percebemos que Viana de Lima fez, apenas, alguns esboços de arranjo urbano e que é a ele que a Câmara tem recorrido para decidir sobre os projectos que vão aparecendo. Por último, pede-se a interferência do ministro para que seja contratado directamente pela Direcção Geral um urbanista a quem sejam fixados prazos para a realização do novo plano.

É exactamente no início dos anos 60 que aparece uma nova empresa que havia comprado o Hotel e Restaurante Ofir<sup>758</sup>, bem como os terrenos que haviam pertencido à anterior sociedade – a Sofir<sup>759</sup>. Esta nova companhia mostra-se, finalmente, interessada na revisão do plano de urbanização e propõe-se não vender terrenos a particulares enquanto esse

---

<sup>756</sup> Natural de Espozende, é diplomado pela ESBAP em 1941 e um dos mais importantes defensores da arquitectura moderna, tendo pertencido à ODAM e participado dos CIAM a partir de 1951 (com Fernando Távora e Octávio Filgueiras apresenta em Dubrovnik, em 1956, o projecto para a recuperação de uma comunidade rural em Trás-os-Montes em que é visível a influência do inquérito à arquitectura popular). Admirador de Le Corbusier, desenha a sua emblemática casa na Rua Honório Lima (1939-42). Professor da ESBAP desde 1961 e da ESBAL desde 1983, foi consultor de diversos organismos como a UNESCO e a F. Gulbenkian. Nos anos 40 e 50 foi autor de uma série de projectos para a zona de Espozende-Ofir

<sup>757</sup> Carta do Presidente da Câmara Municipal de Espozende ao Ministro das Obras Públicas de 8 de Agosto de 1960

<sup>758</sup> De facto, a denominação Ofir é feita por alargamento ao espaço pertencente à sociedade, a partir dos equipamentos que esta constrói entre 1945 e 1948. Só a partir dos anos 50, a documentação deixa de usar a designação de praia de Fão e passa a usar a de Ofir. (O nome tem origem numa lenda da região, que conta uma “estória” sobre uns cavalos do rei Salomão que, numa busca à terra do ouro, teriam ficado petrificados pela beleza do sítio)

assunto não estiver definido. Mais, prontifica-se a pagar, na proporção da sua área, em relação à de todo o plano, a parte que caberia à Câmara Municipal<sup>760</sup>. De facto, a Sofir contribui com 40.000\$00, correspondente a 324 hectares, muito mais do que a sociedade possuía, no intuito de desbloquear o impasse relativo à revisão do plano<sup>761</sup> porém, o arrastamento do processo não lhe permite cumprir a sua intenção inicial em relação à venda de terrenos e, num ofício da D.G.S.U., de 1964, diz-se expressamente que a “Sofir – tem vendido numerosos lotes de terreno abrangido pelo estudo urbanístico”<sup>762</sup>. Ficamos a saber também que o plano em vigor ainda é o aprovado em 1949 e que o urbanista que continua a estudar a revisão é Viana de Lima mas, em carta da Câmara ao arquitecto, de Março de 1965, esta diz haver sido decidida a rescisão dos contratos celebrados em 1962, alegando falta de cumprimento dos prazos acordados para a apresentação dos ante-planos<sup>763</sup>. A documentação refere, de facto, que o arquitecto realizara, apenas, dois desenhos (não acompanhados de memória descritiva) sobre o “estudo do arranjo urbanístico dos terrenos a norte do Hotel Ofir”<sup>764</sup>, ou seja, na zona de maior interesse para a Sofir e a quem o arquitecto entregara os seus desenhos. São estes dois esboços, juntamente com os pareceres dos antigos ante-planos de Esposende e Ofir, que a secção do Porto da D.G.S.U. vai submeter à apreciação do novo urbanista contratado, o arquitecto do Porto, Carlos Alberto Carvalho Dias, alguns meses depois<sup>765</sup>. Aqui se inicia, finalmente, o processo de revisão urbanística para todo o concelho e para Ofir, em particular, porém, num tempo em que a perspectiva

---

<sup>759</sup> Sociedade de Turismo de Ofir, S.A.R.L., com sede provisória na Rua do Alecrim em Lisboa e endereço telegráfico no hotel de Ofir

<sup>760</sup> Cf. Carta da Sofir ao Presidente da Câmara de Esposende de 20 de Junho de 1961

<sup>761</sup> Conforme carta da Sofir à C.M.E. de 7 de Julho de 1964

<sup>762</sup> Ofício da D.G.S.U. para a C.M.E. de 20 de Agosto de 1964

<sup>763</sup> Carta da C.M.E. ao arquitecto Alfredo Viana de Lima de 22 de Maio de 1965. A referência a planos, no plural, significa que o novo ante-plano abrangia Esposende, Fão e Apúlia, ou seja, uma área muito mais vasta que a do primeiro plano parcial

<sup>764</sup> Cf. ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos ao Engenheiro Director-Geral dos Serviços de Urbanização, de 3 de Agosto de 1964

<sup>765</sup> Ofício nº1.815 de 4 de Outubro de 1965

sobre as questões do urbanismo e do turismo eram já muito diferentes das defendidas em 1946. Como resultado do novo instrumento, profundamente diferente na sua lógica de ocupação, vão aparecer os primeiros edifícios em altura, sobre a praia<sup>766</sup> como também a grande maioria dos equipamentos desportivos projectados. Mas a lentidão de resoluções fez com que a estância de Ofir, no seu conjunto, mantivesse o carácter desejado pelos seus iniciadores, numa preferência pela dispersão e privacidade, valorizando o sossego e o contacto com a natureza. O modelo mais próximo, em estâncias internacionais, encontramos-lo em Paris-Plage-Le Touquet que, nos anos 20, agenciara uma extensão urbana ao núcleo primitivo, muito concentrado junto à praia, como um subúrbio-jardim, de clara influência inglesa, de ruas sinuosas e casas unifamiliares no meio de um pinhal visualmente contínuo, pela ausência de vedações. É também o princípio de outras ocupações destinadas ao veraneio, no nosso país, características dos anos 40, como o “bairro dos arquitectos” no Rodízio e, logo a seguir, no Banzão, ambos em continuidade com as praias Grande e das Maças, na região de Sintra. São estas ideias que estão na mente dos primeiros promotores de Ofir e o plano urbanístico, aprovado em 1949, não chega a discuti-las. Como vimos, para além de um ou dois novos equipamentos hoteleiros e de algumas estruturas desportivas, o urbanista não alterava a lógica do subúrbio onde, inclusivamente, o mercado e os locais para comércio e artesanato, se localizavam em função dos centros urbanos pré-existentes.

Se a história do projecto turístico de Ofir, que brevemente traçamos, nos parece “exemplar” para melhor se entender o percurso da nossa vilegiatura balnear, ele é ainda muito interessante numa comparação entre as estâncias das primeiras décadas do século, como o Estoril, e os programas, realmente completos, da segunda metade de Novecentos, que analisaremos

---

<sup>766</sup> As célebres torres de Ofir que, actualmente, parecem “condenadas” à demolição, pois além de outras razões, estéticas e ecológicas, porque a sua implantação, sobre as dunas, está ameaçada pelo avanço das águas do mar

em seguida. O Estoril arrasta modelos que vinham do final do século XIX, combinando as largas perspectivas urbanas com o pitoresco das “casinhas” semeadas na encosta, enquanto Ofir se baseia em alguns dos mais importantes princípios do urbanismo do século XX. Mas a conjuntura da sociedade portuguesa ainda não permitia programas de maior fôlego e concertação, como os que veremos surgir na década de 60.

Ofir apresenta, no entanto, uma outra faceta que merece a maior atenção. Já referimos, mais acima, o cuidado com que foi projectado o hotel, pelo arquitecto da sociedade, Alfredo Ângelo de Magalhães, autor também da maioria das moradias construídas no pinhal. Muito activo de 1945 a 1948, voltamos a encontrar o seu nome a partir de 1957, em pelo menos quatro casas unifamiliares e numa ampliação do hotel<sup>767</sup>, até 1960, ou seja, o período que corresponde à existência da primeira sociedade. Nos anos seguintes, quando a Sofir passa a proprietária dos equipamentos e terrenos da anterior companhia, o arquitecto terá ainda algumas intervenções esporádicas no sítio até 1975. Nos projectos para moradias, todas entre os pinheiros, as opções do arquitecto tomam o mesmo partido das que informavam o restaurante, afastando-se claramente da assumida modernidade do hotel, mas a exigência de qualidade permanece a mesma. Escolhendo materiais da região, tirando partido de panos de parede de alvenaria de pedra rústica combinados com superfícies lisas, pavimentos em betão permitindo varandas livres e grandes vãos de janela, utilizando com mais frequência a cobertura em telhado, mas também o terraço-solário, o arquitecto diferencia ainda estes objectos pelo cuidado do desenho de interiores e decoração que, tal como no hotel, são também da sua responsabilidade. Entre os projectos, todos para moradias unifamiliares

---

<sup>767</sup> O nome que consta como encomendador no processo camarário é Artur Adriano Aires. O arquitecto fará, ainda, mais dois projectos de ampliação do hotel, em 1965 e 1966, a pedido da Sofir



isoladas, aparece um que, tendo o mesmo enquadramento paisagístico, se organiza em dois “apartamentos gémeos”. De dimensões relativamente modestas, as soluções utilizadas são as mesmas, num programa interessante, uma vez que, “a exploração destes apartamentos, embora sejam propriedade particular, é feita pelo Hotel Ofir – constituindo uma curiosa iniciativa”<sup>768</sup>. Apesar da qualidade inegável destas construções, na continuidade do alto “standing” desejado pela sociedade imobiliária<sup>769</sup>, o projecto que mais nos interessa, realizado em Ofir nos anos 40, é a casa desenhada por Rogério Martins e João Andresen, em 1946, e construída também no meio do pinhal. Organizada num único piso, utilizando exclusivamente materiais tradicionais<sup>770</sup> à excepção da cobertura em chapa ondulada “Lusalite”, recusando qualquer recurso ao betão, esta proposta é a “manifesta confirmação de que os caminhos para uma nova e sã arquitectura dependem mais do critério a seguir do que dos materiais empregados na construção”<sup>771</sup>. Nova é também a distribuição dos espaços interiores, com um *living-room*<sup>772</sup> directamente acessível do exterior, em que as divisórias funcionais são feitas pelo próprio mobiliário. A pesquisa que aqui se iniciava, e que é defendida em 1950 pela revista *Arquitectura*, coloca uma questão fundamental “no momento exacto em que esse mesmo projectar se questionava”<sup>773</sup>, no contexto da arquitectura portuguesa em geral, mas também no que concerne, especificamente, ao construir para uma zona de vilegiatura. Ao olharmos para este objecto de Rogério Martins e João Andresen é impossível não nos lembrarmos, imediatamente, das poucas casas projectadas, com programas equivalentes, por Le Corbusier. A “Maison aux Mathes”, construída para o chefe da polícia de Paris, em 1935, sobre a duna

<sup>768</sup> “Apartamentos Gémeos”, in *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1950

<sup>769</sup> Cf. Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.643

<sup>770</sup> E baratos: “pedra de cor viva, recolhida numas minas de volfrâmio abandonadas, madeira (...) e tijolo” (“Casa de Férias em Ofir”, in *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1959)

<sup>771</sup> “Casa de Férias em Ofir”, in *Arquitectura*, nº33-34, Maio de 1950

<sup>772</sup> Termo que entra na linguagem comum, com a “ajuda” do cinema americano, ao lado de *Kitchinette* (ou cozinha americana), cinema que contribui também para a divulgação de uma nova forma de habitar

e entre os pinheiros, na costa atlântica francesa<sup>774</sup>, é o modelo directo desta moradia, quer na organização, quer na escolha de materiais, madeira e pedra, e até mesmo na cobertura em V muito aberto de chapa ondulada “Lusalite”. O arquitecto, apesar das fortes convicções que lhe conhecemos sobre arquitectura e urbanismo, parece revê-las quando é chamado a resolver problemas para espaços funcionalmente diferentes da cidade convencional. No comentário que o arquitecto faz sobre um outro projecto muito semelhante, construído em 1930, no Chile, defende a sua escolha desta maneira: “cette maison est construite au bord de l’Océan Pacifique. Comme on ne disposait pas, à cet endroit, des ressources d’une main-d’oeuvre technique suffisante, on a composé avec les éléments existant sur place et d’une mise en oeuvre facile (...). La rusticité des matériaux n’est aucunement une entrave à la manifestation d’un plan clair et d’une esthétique moderne”<sup>775</sup>. E, em 1952, Le Corbusier, quando constrói pela única vez para si próprio, chega à mais radical das propostas, com o refúgio “Petit Cabanon”, em Roquebrune, na costa mediterrânica francesa<sup>776</sup>, totalmente em madeira tosca e a mesma chapa ondulada.

Este aspecto experimental de que os sítios de vilegiatura são, na arquitectura privada, o mais fértil dos campos, é igualmente visível num outro conjunto importante de objectos, também construídos ou projectados nos anos 40, para o pinhal do Rodízio. O melhor exemplo construído é a casa de Keil do Amaral, com um programa muito simples organizado num só piso, e combinando processos tradicionais, vigamento de madeira à vista com telhado e paredes de alvenaria de pedra, com algumas estruturas de betão. A racionalidade do interior, onde todo o espaço é aproveitado, a deliberada integração na paisagem e a valorização da intimidade, colocam

---

<sup>773</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., pp. 643-644

<sup>774</sup> La Rochele

<sup>775</sup> Le Corbusier, *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: oeuvre complète*, (1967?), 1984 (10ème ed.), p.48

<sup>776</sup> Caminho paralelo ao Sentier du Bord de Mer, Plage du Buse; a 5 km de Menton e a 26 km de Nice (Deborah Gans, “Le Corbusier”, *Guias de Arquitectura*, 1988, p.95

esta casa no mesmo plano das experiências de Ofir e todas são sintoma “de uma reflexão profunda que não se ficava pela redescoberta das coisas portuguesas como dignas de interesse estético nem pelo culto extremo de um racionalismo puro e duro”<sup>777</sup>, mais visível nos arquitectos do norte mas comum a Keil do Amaral e aos seus colegas do “bairro dos arquitectos” no Rodízio. Em ambos os casos, também, encontramos a mesma vontade de inovar nos aspectos decorativos, ensaiando formas que ao mesmo tempo se combinassem com o ambiente “rústico” que estas casas tinham mas sem esquecer a funcionalidade e adaptabilidade desse mobiliário<sup>778</sup>. Este aspecto, aliás, estava presente nos interesses de António Ferro que lhe deu destaque na sua revista *Panorama*<sup>779</sup>, o que constituiu um gesto positivo para chamar a atenção para um novo desenho de mobiliário “compondo uma imagem de habitação atractiva, em termos de conforto e gosto, num contexto de modernização dentro de parâmetros nacionalistas que deu alento a um “género’ de natureza híbrida que ficou sendo conhecido como ‘rústico’”<sup>780</sup>. Mas, ao contrário das casas de Sintra, em que todos os proprietários são arquitectos, as casas de Ofir foram construídas para outros clientes, sobretudo da grande burguesia do Porto, que aceitaram estas propostas, mostrando uma renovação cultural e de gosto, ao nível de um certo público, que aqui começava a manifestar-se também<sup>781</sup>.

Os arquitectos ligados a Ofir, de que já falámos, e ainda Arménio Losa, Cassiano Barbosa e Fernando Távora, que nos vão aparecer em seguida, são todos membros fundadores da ODAM, em 1947, apostados em divulgar a Arquitectura Moderna no contexto renovado do pós-guerra,

---

<sup>777</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.594

<sup>778</sup> Sobretudo de pinho escurecido e de ferro

<sup>779</sup> Na rubrica habitual, “Bom Senso e Bom Gosto”, a revista *Panorama*, nº15-16 de Julho de 1943 mostra precisamente estas casas do “bairro dos arquitectos” no Rodízio, com imagens de exteriores e interiores das moradias de Keil do Amaral, Raúl Tojal, Adelino Nunes e Faria da Costa

<sup>780</sup> Margarida Acciaiuoli, op. cit., p.593

<sup>781</sup> Uma das primeiras moradias no pinhal de Ofir, construída em 1946, com projecto de Ângelo Magalhães, foi para Cupertino de Miranda, o banqueiro do Porto que vamos encontrar no programa de Vilamoura nos anos 60

quando no Porto, “nos últimos anos da década de 40, ainda se ouviam as vozes sentimentais dos trovadores do ‘tipismo’ nacional exaltar a casa ‘à antiga portuguesa’ e celebrar os predicados poéticos dos becos ribeirinhos”<sup>782</sup>. São, de facto, os arquitectos portuenses, sobretudo ligados a programas de arquitectura privada, logo com maior liberdade, que melhor representam esta viragem que se processa ao longo dos anos 40. Assim se percebe que, “já por volta de 40, duas personalidades portuguesas muito marcantes – Arménio Losa e Viana de Lima – tenham deixado trabalhos polémicos capazes de entusiasmar os que frequentavam a escola onde já ensinava, com competência e abertura de vistas, Carlos Ramos”<sup>783</sup>. Esta “resistência”, que fará a passagem do testemunho entre a geração de 30 e a de 50, vai ter o seu ponto culminante no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, donde sai uma premissa fundamental – a rejeição do chamado “português suave”<sup>784</sup>.

Nestes últimos anos da década de 40, arquitectos portuenses como João Andresen, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, projectam e/ou constroem moradias unifamiliares, para os sítios de férias que aqui nos ocupam, assinalando propostas que merecem a nossa atenção. O primeiro, com o projecto vencedor de um concurso para uma casa de férias no Alto Rodízio, publicado em 1948 pela revista *Arquitectura*<sup>785</sup>, e defendido por Carlos Ramos, em nome do júri que avaliara os concorrentes. De todas as propostas apresentadas, a de J. Andresen é a mais ousada e “revolucionária” ao inspirar-se em modelos sobretudo divulgados pela arquitectura moderna norte americana, referência bastante rara entre os arquitectos portugueses nas duas décadas anteriores. O segundo, é um magnífico objecto, desenhado por Arménio Losa e Cassiano Barbosa, construído no pinhal de Ofir em

---

<sup>782</sup> Cassiano Barbosa, in *ODAM Organização dos Arquitectos Modernos 1947-1952*, 1972, p.10

<sup>783</sup> Nuno Portas, op. cit., p. 737

<sup>784</sup> Apesar do problema se manter ainda actual quando em 1956 se iniciar o Inquérito à Arquitectura Popular

<sup>785</sup> *Arquitectura*, nº 23-24, Maio-Junho de 1948

1950. Com um programa mais elaborado que a moradia de J. Andresen e R. Martins, de 1946, utiliza, no entanto, elementos que ali estavam presentes, como a cobertura de chapa de amianto-cimento e os panos de parede em pedra rústica, mas num conjunto assumidamente moderno, de corpos articulados de diferente altura e planta, aberturas longitudinais a toda a largura da parede e finos *pilotis* de betão sob a placa de cobertura. A completar esta modernidade, o painel de azulejos que cobre todo um pano de muro exterior, extremamente ritmado e já abstracto na criação do espaço da representação.

Fernando Távora (1923-), um pouco mais novo que os arquitectos portuenses que acima referimos, é “o primeiro da sua geração a tentar teorizar, desde 1947, e a praticar exemplarmente uma crítica à transposição superficial desses modelos (racionalistas), procurando ele próprio vias novas capazes de reflectir, embora sem mimetismo, materiais da tradição, referências aos próprios locais e, ainda, outros filões da ‘tradição moderna’ que se não esgotavam na imagem obsessiva do mestre da Unité de Marselha via discípulos do Rio de Janeiro ou dos ‘grands ensemble’ franceses”<sup>786</sup>. Iniciando uma colecção denominada “Cadernos de Arquitectura”, F. Távora publica um texto onde faz uma importante reflexão sobre “O Problema da Casa Portuguesa”, onde equaciona os termos da questão do momento, tradição *versus* modernidade, e faz apelo a um seguir em frente com mais actualizada e despreconceituosa atitude, única capaz de “aumentar ao passado algo do presente”<sup>787</sup>. Os anos seguintes que são os do Congresso, mas também os do aprofundar da crítica quando o Sindicato dos Arquitectos Portugueses tomar conta da revista *Arquitectura*, vão tornar mais premente a revisão dos estereótipos internacionais mas também o estudo do meio e das arquitecturas portuguesas. Será este o Inquérito à *Arquitectura Popular*

---

<sup>786</sup> Nuno Portas, op. cit., p.732

<sup>787</sup> Fernando Távora, *O Problema da Casa Portuguesa*, 1947, p.12

iniciado em 1956, sobretudo devido à acção de Keil do Amaral, mas envolvendo muitos outros arquitectos modernos, entre os quais F. Távora<sup>788</sup> que, à medida que se ia fazendo, mostrava que “o bom povo português sempre fora naturalmente ‘racionalista’, isto é, sempre dera as formas que o clima, a economia, as técnicas ou o programa funcional pediam”<sup>789</sup>.

É precisamente em 1956 que Fernando Távora projecta, para o pinhal de Ofir, uma das obras mais emblemáticas de toda a arquitectura privada do nosso século XX<sup>790</sup>. O arquitecto, primeiro protagonista destes anos em que se começam a pôr em causa os CIAM, defendendo uma arquitectura mais humana e mais atenta aos valores locais, propõe nesta casa, um encontro entre modernidade e tradição, dando forma à primeira revisão crítica ao Movimento Moderno em Portugal. No texto de apresentação do projecto, que acompanha o artigo a ele dedicado pela revista *Arquitectura* em 1957, é o próprio arquitecto que nos diz a forma como chegou a este resultado. A arquitectura é um “composto” e não uma “nistura”, no qual entram uma série infindável de factores: alguns, exteriores ao arquitecto, como a família que irá habitar a casa, o terreno e a vegetação específicos, os materiais abundantes na região e a mão de obra existente, etc.; outros, são as contribuições do arquitecto que “tem a sua formação cultural, plástica e humana (para ele, por exemplo, a casa não é apenas um edifício), conhece o sentido de termos como organicismo, funcionalismo, neo-empirismo, cubismo, etc., e, paralelamente, sente por todas as manifestações da arquitectura espontânea do seu País um amor sem limites que já vem de muito longe”<sup>791</sup>. É a afirmação da síntese necessária, mas não natural, que o arquitecto deve procurar para que as suas obras atinjam, “pela sua

---

<sup>788</sup> Em equipa com O. Filgueiras, “dois elementos com apreciável bagagem cultural e sobretudo com um entendimento da arquitectura moderna menos funcionalista do que a maioria dos seus colegas de empresa” (N. Portas, op. cit., p.736)

<sup>789</sup> *Idem, ibidem*

<sup>790</sup> Encomenda de Fernando Ribeiro da Silva, com projecto de engenharia de Bernardo Ferrão e construção de Ribeiro da Silva, Lda. (*Arquitectura*, nº59, Setembro de 1957)

<sup>791</sup> Fernando Távora, “Casa em Ofir”, in *Arquitectura*, nº59, Setembro de 1957, p.11

individualidade, valor universal”. Começando por considerar o sítio, com o seu relevo, a sua vegetação e a presença dos ventos dominantes, o arquitecto organiza um espaço onde se identificam claramente três zonas distintas, articuladas por um vestíbulo – sala comum<sup>792</sup>, zona de serviços e zona de quartos. Partindo de uma planta em T, usando paredes espessas e telhados, busca-se “interpenetrar ambiente e casa, jardim e espaços encerrados”, através da inflexão do corpo principal, que abre mais a casa ao exterior, formando o que o arquitecto chama de pátio, onde, entre relva e pinheiros, se encontra um lago em taça de betão. O mesmo cuidado nas aberturas, com as mais largas viradas ao pátio e as mais pequenas, colocadas aparentemente a “esmo” nas fachadas viradas aos ventos dominantes. Os materiais combinam também diferentes escolhas – vigas em betão aparente que sustentam a cobertura sobre portas e janelas que abrem sobre o pátio, com pavimentos de tijoleira na sala, onde se ergue uma enorme lareira de granito não polido, caixilharias e portas de pinho natural e cobertura de telha<sup>793</sup>.

O exemplo de F. Távora foi espalhando sementes, sobretudo nos arquitectos mais novos que, na década de 60, vão ter oportunidade de trabalhar em programas importantes dentro da arquitectura privada. Se o caso mais célebre é o de Álvaro Siza Vieira, ainda dentro da Escola do Porto, outros nomes aproveitarão dos seus ensinamentos, como Francisco Conceição Silva que vamos encontrar, em seguida, nos projectos para Tróia.

---

<sup>792</sup> O *living room*, de que atrás já falámos, que “possivelmente foi implantado mais generalizadamente pela geração que iniciou a vida profissional por volta dos finais da década de 40 e que conhecia a obra de Frank Lloyd Wright ou o subcapítulo ‘A planta livre e o espaço orgânico da idade moderna’ de Bruno Zevi” (Michel Toussaint, *Casa de Férias em Ofir*, 1992, p.4)

<sup>793</sup> Aproximações ao vernáculo, que já vimos LeCorbusier fazer desde 1930, mas que também “foram praticadas por vários arquitectos nórdicos como Arne Jacobsen ou Alvar Aalto, ou arquitectos catalães nos anos 50, como Josep Cordech, Frederic Correa e Alfonso Milá ou Martorell, Bohigas y Mackay, em particular para casas de habitação permanente ou de férias” (*idem*, p.10)

## 4.3. TRÓIA

### 4.3.1. Os anos 60 e o sul do País

*“Olhar para o País na década de 60 é enfrentar um mundo completamente diferente”*<sup>794</sup>.

Em 1876, quando Ramalho Ortigão faz o roteiro das praias portuguesas<sup>795</sup>, a única referência que aí encontramos, para toda a costa a sul do rio Tejo, é a uma modesta zona de banhos em Setúbal, frequentada por banhistas da região e uns poucos da Estremadura espanhola. Nos oitenta anos seguintes, a situação manteve-se quase inalterável, já que, as poucas excepções dizem respeito a alguns novos locais utilizados para o recreio balnear, mas sem que nenhum deles se tenha tornado um destino importante nas escolhas de portugueses ou estrangeiros. Na verdade, as praias alentejanas permanecem desertas, os areais algarvios recebem quase exclusivamente gente das redondezas e, a mais “cosmopolita” praia a sul de Lisboa era, nos anos 50, a Costa da Caparica, transformada em estância de banhos da forma mais empírica, como vimos<sup>796</sup>. A mudança profunda dos hábitos ligados ao veraneio marítimo e os exemplos vindos de outros países, de condições climáticas comparáveis às nossas, foi alterando esta concentração quase total a norte e possibilitou o desenvolvimento de projectos impensáveis duas décadas antes.

Por outro lado, e mais importante ainda, as grandes transformações sociais, económicas e tecnológicas que caracterizam o mundo industrializado, no pós Segunda Guerra Mundial, vão ter o maior impacto no tipo de programas que aqui nos ocupam. Entre nós, “sob a ‘invisibilidade’ criada pela censura, pela ausência de liberdades, pelo peso do

---

<sup>794</sup> Fernando Rosas, op. cit., p.441

<sup>795</sup> Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, 1ª ed. 1876

<sup>796</sup> Cf. pnto 2.4.1. do cap. sobre a Vilegiatura Contemporânea em Portugal



conservadorismo dominante, a sociedade portuguesa iniciava um dos mais profundos processos de mudança estrutural da sua história, não obstante poderosos factores sociais e políticos de resistência que subsistem, condicionando negativamente o ritmo e o alcance das transformações modernizadoras”<sup>797</sup>. A explosão urbana, que acompanha estas mudanças, constitui um outro dado fundamental, fenómeno particularmente visível nos anos 60, resultando numa percentagem de 77% da população portuguesa a viver em centros urbanos no ano de 1970<sup>798</sup>. É sobretudo esta massa cosmopolita a desencadear este processo que implica também, inevitavelmente, importantes mudanças sociais<sup>799</sup>, culturais e das mentalidades, que sustentam novas formas de sociabilidade, fazem nascer novas apetências e levam a novas exigências. Por último, interessa sublinhar ainda que, “o resultado mais espectacular deste desenvolvimento e promoção sócio-económica é sem dúvida a conquista do tempo livre da qual resultará uma problemática nova que começa por afligir os responsáveis pelos aspectos sociológicos e, concomitantemente, os planeadores dos espaços onde decorrerá a ocupação desse tempo livre”<sup>800</sup>. O tempo da vilegiatura para uma reduzida elite, dá lugar às férias para a maioria das classes médias ocidentais, ao mesmo tempo que se multiplica a oferta de novos locais capazes de responder aos novos gostos e vivências. Se em Portugal, o crescimento do tempo livre e das capacidades económicas, se processa ainda lentamente, ao longo das décadas de 1950 e 1960, estes são já uma conquista consolidada<sup>801</sup> entre as populações dos países mais desenvolvidos, dando origem ao chamado “turismo de massas” que, num

---

<sup>797</sup> Fernando Rosas, “As ‘mudanças invisíveis’ do pós-guerra” in op. cit., p.419

<sup>798</sup> Cf. *idem*, p. 423

<sup>799</sup> “Entre 1950 e 1970 a população activa portuguesa iria, finalmente, conhecer uma drástica mudança induzida pela progressiva industrialização e terciarização da sociedade e do tecido económico” (*idem*, p.426)

<sup>800</sup> Duarte Castelo Branco, “Implicações Urbanísticas do Lazer”, in *Arquitectura*, nº99, Setembro-Outubro, 1967, p.211

<sup>801</sup> A título de exemplo citemos os casos de França e Inglaterra em que, desde 1936, os trabalhadores têm legalmente direito a férias pagas

movimento que abrange outras nações do sul da Europa, procuram o nosso espaço “transformando-se naquilo que para nós é hoje um Eldorado; o turismo dos outros, que a força de uma situação geográfica, que é a nossa, ambientada por um sol de cerca de 3000 horas anuais seguramente atrairá, de par com tantos outros aspectos do nosso património cultural”<sup>802</sup>. De facto, a importância do turismo como a grande “indústria salvadora” da nossa economia, começa a ser compreendida pelas instâncias políticas<sup>803</sup>, ao mesmo tempo que se verifica uma preferência, altamente concentrada, nas qualidades excepcionais das nossas praias. É neste contexto que, no início da década de 1960, vemos surgir um conjunto de projectos, até então inéditos entre nós e de ambição comparável, ou mesmo superior, ao que então se fazia nas costas mediterrânicas europeias. Agora, seria mais correcto falar de “cidades”, vocacionadas para o turismo e o lazer de forma abrangente, em vez de “estâncias balneares”, termo demasiado redutor para estes novos projectos. Daqui decorre, naturalmente, uma acrescida importância dada aos planos de urbanização e aos problemas ambientais.

#### **4.3.2. O Plano de Urbanização de Keil do Amaral**

O primeiro destes programas que iremos tratar é, por razões cronológicas e geográficas, o plano de urbanização da península de Tróia. A estreita faixa de terra arenosa<sup>804</sup>, que se estende na direcção sudeste/noroeste, entre a costa alentejana e a foz do Rio Sado, terminando em frente à cidade de Setúbal era, ainda em 1960, a chamada “Quinta da Herdade”, parte pouco rentável, à excepção do pinhal e eucaliptal, de uma grande propriedade agrícola. Sem quaisquer infra-estruturas viárias ou

---

<sup>802</sup> Duarte Castelo Branco, op. cit., p.211

<sup>803</sup> Já vimos atrás, no ponto 2.4. do cap. sobre Vilegiatura Contemporânea em Portugal, como se modificaram os conteúdos dos Planos de Fomento a partir de 1965

<sup>804</sup> Note-se a semelhança geográfica, a outra escala, com a restinga de Fão, onde surgira Ofir

campos cultivados, ocupando uma área de cerca de 1600 ha, com um relevo insignificante (10 a 30 m), a extensa língua oferecia condições excelentes de exploração turística, aliadas a algumas mais-valias importantes: a existência de um conjunto arqueológico da época romana, a “caldeira” ou lagoa quase fechada comunicando com o rio e uma extensão considerável de areais e dunas, quer nas costas de mar, quer nas fluviais. Em 1962 a Soltroia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo, criada deliberadamente para este projecto, compra ao proprietário do latifúndio a quase totalidade da península, constituindo uma enorme propriedade que terminava próximo da Comporta. Ainda neste ano, a nova sociedade encomenda ao arquitecto Keil do Amaral (1910-1975)<sup>805</sup> um plano de urbanização para toda a península, que será aprovado em 6 de Janeiro de 1964. Um mês depois o *Diário de Lisboa* publicava um longo artigo, de quase três páginas, sobre o projecto com o título “A península de Tróia vai constituir um moderno centro turístico de incomparável beleza e largas proporções urbanizado segundo concepções novas”<sup>806</sup>. Ilustrado com fotografias do plano de urbanização, das ruínas romanas, da paisagem intacta do local e do próprio arquitecto Keil do Amaral, o artigo apresenta, em primeiro lugar, a nova sociedade encomendadora e faz o elogio do autor do projecto ao qual se faz uma breve entrevista onde Keil do Amaral sublinha a excepionalidade da obra, afirmando que “nunca se planeou em Portugal uma iniciativa deste tipo, com este vulto e complexidade. Mesmo no estrangeiro são raros os empreendimentos turísticos desta envergadura”<sup>807</sup>. É também Keil do Amaral que nos apresenta os seus colaboradores na realização do plano de urbanização: os arquitectos Antunes da Silva, Jácome da Costa, Mário Casimiro, Justino de Moraes e José Norberto. O corpo do artigo ocupa-se, de

---

<sup>805</sup> O arquitecto trabalha, desde a licenciatura, na C.M.L., onde se dedica especialmente ao planeamento de zonas verdes, como Monsanto e Campo Grande, bem como dos edifícios, alguns em colaboração com A. Pessoa e H. Gandra

<sup>806</sup> *Diário de Lisboa*, Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1964

<sup>807</sup> *Idem*, página central

seguida, com múltiplas citações da “memória descritiva”, para compreensão dos objectivos fundamentais do plano e termina com a formulação de um desejo: “resta-nos dizer que, se o arquitecto Keil Amaral espera que os trabalhos possam prosseguir no mesmo ritmo e com o mesmo sentido que exige obra de tão larga projecção, o País só pode acompanhá-lo nessa esperança, para que surja, finalmente, um grande centro turístico digno da nossa terra e da nossa época.”<sup>808</sup> A declaração é claramente reveladora das transformações estruturais, quer político-económicas, quer das mentalidades, que se manifestavam desde os últimos anos da década de 50. Apesar de ter sido rapidamente ultrapassado por um outro projecto<sup>809</sup>, que longamente perdurará como base de todas as obras a realizar em Tróia, mas sendo “a mais clara ilustração do pensamento urbanístico de Keil do Amaral”<sup>810</sup>, vale a pena determo-nos, um pouco, neste primeiro documento. O arquitecto prevê, para além das infra-estruturas necessárias – vias de acesso e circulação, abastecimento de água, luz eléctrica, etc. – um vasto complexo para 52000 habitantes, distribuídos em “vilas turísticas” de baixa densidade populacional e uma ocupação bastante homogénea por toda a península<sup>811</sup>. A esta distribuição regular dos conjuntos a edificar, escapam apenas duas zonas: as ruínas arqueológicas, com uma zona envolvente de protecção, e os terrenos que estavam então a ser negociados para instalações militares da NATO, qualquer delas no centro da península e nas margens do rio Sado. Pela extensão da propriedade, com mais de 15 km e uma largura máxima de 1500 m, prevê uma realização faseada da construção e é, sobre o primeiro sector a urbanizar, um conjunto de sete células para cerca de 30.000 hab., que o plano pretende dar uma ideia aproximada da ocupação

---

<sup>808</sup> *Diário de Lisboa*, 7 de Fevereiro 1964, p.12

<sup>809</sup> O chamado “Plano Andresen”, de que adiante falaremos

<sup>810</sup> *Keil do Amaral. O arquitecto e o humanista*, 1994, p. 75

<sup>811</sup> Olhando para a linha do Estoril, com as suas várias povoações de veraneio, o arquitecto “pensava que uma magnitude tal não podia ser concebida como um bloco; só seria possível como conjunto de pequenas ‘aldeias’ com a sua vida própria” (*idem*, p.76)

que se propõe. Para elucidação mais pormenorizada, detém-se nas plantas para as células 1 e 7, “a primeira para exemplificar o carácter das ‘vilas’ que constituem elementos basilares do complexo urbano- turístico concebido; e a outra para ilustrar o carácter do núcleo de apoio a um conjunto de ‘vilas’ – a ‘cidade’, como nos habituámos a designá-lo no atelier, com alguma ironia e impropriedade, na falta de uma designação mais correcta”<sup>812</sup>. Na perspectiva do arquitecto, informada pela visita a centros turísticos então em moda, bem como pela leitura de estudos recentes, parece-lhe óbvio “que a maioria dos turistas actuais já não considera as grandes cidades de banhos, ou de águas, com aparatosos palace-hotéis, casinos espectaculares, como apetecíveis locais para as suas vilegiaturas. Busca, antes, contactos com a Natureza em povoados menores, pitorescos, aconchegados, e facilidade de ocupação variada, pouco dispendiosa e divertida do seu tempo de férias, quase sempre escasso, com dias contados”<sup>813</sup>. É a partir destas premissas que Keil do Amaral propõe “organizar a ocupação urbana do território com pequenos núcleos distintos, cada um deles para uma população compreendida entre 3.000 e 4.000 pessoas – verdadeiras ‘vilas’ de férias, cuja dimensão, escala e características facilitem aos seus ocupantes uma rápida integração, não só num meio físico – geográfico, urbanístico e arquitectónico – mas também num meio humano – numa vizinhança”<sup>814</sup>.

Cada um destes núcleos teria uma relativa auto-suficiência, para o abastecimento básico, o convívio e a diversão. E, se numa primeira fase, se conta com a proximidade da cidade de Setúbal para colmatar a escassez inicial de equipamentos, ali se defendia que, logo que se justifique, deve prever-se e promover-se a construção de um centro urbano para um grupo de “vilas”. No final da realização deveriam existir dois destes centros, de feição

---

<sup>812</sup> Memória descritiva e justificativa, a que o arquitecto chama “Esclarecimentos”; ass. Keil do Amaral, s/d.(Arquivo do CCR Alentejo – Évora) p.1

<sup>813</sup> Keil do Amaral, doc. cit., p.14

<sup>814</sup> *Idem, ibidem*

nitidamente mais citadina, para um conjunto total de doze células. Alguns equipamentos que, pelas suas características excepcionais, quer em área, quer em volume de investimento, devem ser comuns a todo o complexo, nomeadamente uma ampla doca para barcos de recreio, um campo de golfe e uma sociedade hípica, deverão ser distribuídos pelo território segundo critérios de conveniência topográfica, bem como de facilidade de acesso dos habitantes. Apesar de não serem considerados, como outrora, elementos aglutinadores por excelência, os hotéis são vistos como estruturas cuja autonomia é importante para o desenvolvimento do projecto, e por isso, o urbanista inclui um em cada célula, “em local privilegiado, suficientemente isolado mas de fácil comunicação com os outros sectores”<sup>815</sup>.

O esquema base de uma “vila” é o seguinte. Um sector central, organizado em torno de um largo, onde se prevêem só apartamentos, de diversos tipos, quer em área, quer em acabamentos; este largo divide-se em dois núcleos. um para o comércio local e outro para café, restaurante e esplanada, disposto a um nível superior para permitir dominar o movimento do largo; deste sector central acede-se facilmente à praia e, ao longo de uma alameda fronteira ao mar, com esplanadas e outros apoios dos banhistas, deve situar-se o hotel. Envolvendo este centro, distribuem-se os lotes para moradias unifamiliares, com cerca de 2000 m<sup>2</sup>, “dispostas sem formalismo, de acordo com a orografia e as árvores. Pensa-se proibir os muros entre lotes, autorizando apenas vedações que não cortem a continuidade da paisagem”<sup>816</sup>; para além destes dois espaços, haverá ainda lugar a grupos de moradias em banda, dispostas em torno de um recinto comum, arborizado, “mas cada uma delas abrindo para um pátio privativo”<sup>817</sup>. As células a que a memória chama de “cidades”, por oposição aos núcleos mais pequenos, são previstos para uma população de cerca de 7000 pessoas, com conjuntos de

---

<sup>815</sup> Keil do Amaral, doc. cit., p.16

<sup>816</sup> *Idem*, p.29 (o mesmo princípio que vimos aplicado a Ofir)

<sup>817</sup> *Idem, Ibidem*

habitação e comércio, só de habitação, de recreio e desporto e de indústrias de manutenção. O seu carácter é claramente mais urbano, sem moradias isoladas ou agrupadas, com capacidade de serviços que ultrapassam as necessidades da população da célula, mas com um nítido predomínio das instalações de lazer e recreio. Para além destas unidades de características semelhantes, o arquitecto prevê ainda a existências de núcleos especiais, nas zonas envolventes dos grandes equipamentos desportivos (clubes náuticos, golfe), onde predominariam os lotes para moradias unifamiliares de maior dimensão e onde deviam erguer-se os únicos hotéis de luxo

Tratando-se tão só das “Bases para a criação dum centro turístico”, o arquitecto-urbanista tem como fundamental fazer passar as ideias fortes do seu plano para Tróia, e estas são o aspecto mais relevante. Em primeiro lugar, tentar responder às questões: “Como vão viver os turistas em Tróia? Em que espécie, ou espécies de aglomerados urbanos? Onde vão abastecer-se? E como vão ocupar o seu tempo de férias ou de permanência? Que variedade de ocupações ou divertimentos devemos proporcionar à sua multiplicidade de interesses? Como iremos evitar-lhes a sensação de isolamento que engendra a melancolia, a de promiscuidade – que constrange – ou a arregimentação que inferioriza?”.<sup>818</sup> E, paralelamente, ter em conta que é preciso defender a península de uma ocupação excessiva e pouco cautelosa, bem como proteger, dentro dos limites da sensatez, a natureza do local – dunas, vegetação característica, relevo, etc.. Manter o equilíbrio e a harmonia entre todos estes factores, é o grande desafio do urbanista dum espaço “virgem”, quando ele compreende que a viabilidade de um centro de turismo internacional “não pode ser constituído por umas dezenas, ou centenas de discretas casinhas de férias, cautelosamente esparsas entre a vegetação”<sup>819</sup>, mas exige um vasto conjunto de instalações e, logicamente,

---

<sup>818</sup> Keil do Amaral, doc. cit., p.13

<sup>819</sup> *Idem*, p.10

um certo número e uma certa densidade de habitantes<sup>820</sup>. Sem nos alongarmos mais na sua análise digamos, desde já, que o texto de Keil do Amaral é absolutamente exemplar, muito mais interessante e rigoroso nos seus pressupostos que qualquer das memórias descritivas que acompanharão os diversos planos elaborados para Tróia nos vinte anos seguintes. A clareza e a modernidade destas páginas, que provam a capacidade do arquitecto reflectir sobre os problemas antes de se lançar nas soluções, deviam ser leitura obrigatória para aqueles que têm responsabilidades no urbanismo de muitas das nossas estâncias turísticas.

Finalmente, uma última referência a algumas infra-estruturas discutidas neste plano, que constituem, aliás, os únicos aspectos que vão ter continuidade nos projectos posteriores. O primeiro problema é o dos acessos à futura urbanização, praticamente inexistentes, quer por estrada, quer pelo rio. Assim, propõe-se a construção imediata de uma via rápida, ou estrada turística, com 12 m de faixa de rodagem, que se projecta “deliberadamente pelo interior de península, pois discordamos, para este caso, de qualquer estrada marginal que, embora satisfazendo aspirações convencionais, acabaria por destruir o que de melhor e mais invulgar Tróia poderá oferecer aos turistas”<sup>821</sup>. Esta via será construída, segundo a proposta de Keil do Amaral, logo nesta primeira fase, desde a Comporta até às instalações militares, com a participação da NATO e, o segundo troço, até à Ponta do Adoxe (no extremo da península), já sob a administração da Torralta. Para além desta ligação essencial à rede das estradas nacionais, o documento prevê mais quatro tipos de arruamentos – de penetração nas células, de acesso ao hotel e à praia, com faixas de rodagem de 7 m e passeios de largura variável e terminando junto ao sector central das “vilas” em amplos parques de estacionamento; arruamentos de acesso às moradias, de traçado

---

<sup>820</sup> Crítica que, claramente, se pode fazer a Ofir

<sup>821</sup> Keil do Amaral, doc. cit., p.22



sinuoso e pavimento diferenciado; ruas/passeios só para peões, mas permitindo recolhas de lixo, abastecimentos, etc.; e, finalmente, caminhos exclusivamente para peões, facilitando certas ligações e permitindo deambulações agradáveis. Aqui, mais uma vez, o arquitecto mostra o seu agudo sentido de observação quando, ao defender este traçado de arruamentos, afirma: “ por vezes, depois de termos gasto semanas a conceber traçados e dispositivos para assegurar aos peões uma absoluta independência em relação às ruas de trânsito automóvel, por meio de passagens subterrâneas, desdobramentos de vias, etc., decidimos abandonar essas soluções, teoricamente perfeitas, e procurar outras mais simples, mais adequadas ao comportamento normal das pessoas, nomeadamente no que se refere à grande lei do menor esforço”<sup>822</sup>. A segunda questão primordial, neste capítulo, é a do acesso fluvial, a partir de Setúbal, afirmando a necessidade absoluta de construir um novo molhe em Tróia, onde pudessem atracar “ferry-boats” o que não era possível com o pequeno cais existente, só para barcos de passageiros e que, de facto, logo se fez quando arrancaram as obras na Ponta do Adoxe. Uma terceira razão de empenhamento deste plano é a realização de um porto de recreio na península, considerado atracção maior para a futura estância, tanto pela sua situação geográfica como pelas suas condições naturais. A proposta do arquitecto é para que ele venha a ser construído na “caldeira” de Tróia, aproveitando o natural abrigo que ela proporciona. Ainda hoje, Tróia não tem este equipamento mas, todos os projectos seguintes o retomam e, até aos recentíssimos projectos da Sonae Turismo<sup>823</sup>, sempre para o mesmo local. Paralelamente a este espaço de grande atracção, o arquitecto salienta a importância de um campo de golfe, projectado numa localização e com uma organização que vão ser mantidos e concretizados aquando da sua construção. Por último, devemos salientar a

---

<sup>822</sup> Keil do Amaral, doc. cit., p.24

<sup>823</sup> Como é visível na maqueta em exposição no vestibulo da sede da Sonae Turismo, na Av. Duque de Loulé (antigo edificio Torralta), bem como nos planos que nos foram facultados

preocupação do arquitecto com alguns problemas práticos, mas essenciais, para os quais propõe soluções viáveis, cabais e com correcta previsão de futura – abastecimento de água (através de furos que imediatamente se devem começar a fazer), de electricidade, de gás, de recolha de lixos, de tratamento de esgotos, etc..

#### 4.3.3. O “Plano Andresen”

Porém, apesar das muitas qualidades e potencialidades que este plano apresentava, os promotores da urbanização, logo no ano da sua aprovação, 1964, decidem substituí-lo por um outro, de características algo diferentes, sobretudo num aspecto fundamental sob uma perspectiva de especulação imobiliária – o mais elevado índice de ocupação. O novo projecto, intitulado “Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Península de Tróia” (P.D.U.P.T.), rapidamente nomeado em toda a documentação por “Plano Andresen”, está datado de 12 de Dezembro de 1964 e é assinada pelo arquitecto João Andresen (1920-1967)<sup>824</sup> em nome do Gabinete Técnico da Soltroia<sup>825</sup>. Depois de ter sido apreciado pelos organismos competentes, o Plano Geral foi aprovado pelo Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira<sup>826</sup>, em 1 de Março de 1965<sup>827</sup>. É este plano que vai vigorar até,

---

<sup>824</sup> Formado pela ESBAP trabalha inicialmente com Januário Godinho. Capaz de aliar tradição com grande modernidade, “ao contrário da maioria dos profissionais do seu tempo que trabalham geralmente em territórios de sentido cultural e regional determinados, a sua acção não se confinou exclusivamente à região norte, e neste facto reside igualmente a originalidade e a inteligência das suas propostas que se adaptam com sabedoria a diversos contextos e programas” in Ana Tostões, *Arquitectura Portuguesa nos Anos 50*, 1994, p. 61. Foi um dos fundadores da ODAM, membro dos CIAM e professor da Escola do Porto. Ganhou notoriedade com o projecto apresentado no último concurso para o monumento de Sagres, com escultura de Barata Feyo e vencedor em 1955

<sup>825</sup> Além de J. Andresen era composto por: Engº André Gonçalves, Arqº Henrique Mendim, Arqº Luís Possolo e Arqº Teixeira Guerra, co-responsáveis pelo plano.

<sup>826</sup> Ministro das Obras Públicas de 1954 a 1967

<sup>827</sup> Os termos são estes: “Concordo. Fica pois a empresa habilitada a levar por diante os seus estudos, tendo presentes as recomendações – aliás caracterizadas vagas – dos serviços públicos responsáveis. De todas estas recomendações sobressaem as que se prendem com os riscos de instabilidade da Península cujas faixas marginais estão expostas à acção do mar. Fica desde já assente que em momento algum poderá ser pedida a intervenção dos serviços do Estado para remediar qualquer situação desfavorável que venha a verificar-se neste aspecto. 1-III-65. Arantes e Oliveira”

praticamente, aos nossos dias, e daí, a sua enorme responsabilidade na ocupação efectuada em Tróia, embora num âmbito diferente, como veremos. Entre os vários pareceres, legalmente exigidos para a sua aprovação pelo Ministério da Obras Públicas<sup>828</sup>, um em especial merece a nossa atenção, quer pelo rigor, quer pelo seu carácter esclarecedor. É emitido pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização<sup>829</sup> e datado de 27 de Fevereiro de 1965. Depois de se fazer uma breve introdução, enumerando os documentos estudados e explicando que o novo estudo tem como antecedentes o plano aprovado de Keil do Amaral, esclarece: “enquanto no primeiro estudo se contava com uma população de 52.000 habitantes, neste já o seu valor sobe para 78.000 habitantes. No entanto, onde a diferença é maior é na forma como tal população é distribuída pelas respectivas áreas residenciais. Com efeito, no primeiro plano, partia-se duma organização das áreas residenciais em ‘vilas turísticas’ de baixa densidade e, agora, propõe-se uma organização em ‘cidades turísticas’, adoptando-se densidade muito mais elevada, de ordem de 210 hab./hectare, implicando que, nelas, cerca de 34% da população viva em casas unifamiliares e 76% em prédios polifamiliares. Nestas condições o espaço ocupado é muito menor neste plano que no inicial e o mesmo encontra-se distribuído como se segue:

a)- 32 hectares, à média de 210 hab./ha distribuídos por 4 grandes núcleos urbanos .....67.200 hab.  
e 100 hectares em lotes de 1000 m2.....10.750 hab.  
.....= 78.000 hab.

O que dá uma densidade geral de 170 hab./hectare

b)- Hotéis ocupando 35 hectares para 5.750 hóspedes

<sup>828</sup> A intervenção do Ministro das Obras Públicas (tal como a que acontece em 1970) enquadra-se na alínea a) ,do nº1, da Base V da Lei nº2099, de 14 de Agosto de 1954 (Plano Director da Região de Lisboa, aplicável à Península de Tróia por via do despacho ministerial de 16 de Outubro de 1962, proferido ao abrigo do nº4 da Base 1 da referida Lei e publicada no Diário do Governo, 11ª série, de 28 de Novembro de 1962.

<sup>829</sup> Gabinete do Plano Director de Região de Lisboa, Arquivos do CCR Alentejo, Évora.

c)-Campo de Golf.....	75 hectares
Áreas livres para outros clubes, parques, piscinas, etc.	695 hectares
d)- Praias na extensão de.....	135 hectares
e)- Aeroporto com pista de 1500m.....	40 hectares” <sup>830</sup> .

Mais adiante, refere os pareceres já realizados e resume as preocupações, neles inseridas, de maior relevância: “3. O estudo em causa encontra-se já instruído com os pareceres de várias entidades. Assim, obtiveram-se as informações da Câmara e Concelho Municipais, do S.N. Informação, do Sec. Geral de Defesa Nacional, da Dir. Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da Junta Autónoma das Estradas e da Junta Autónoma do Porto de Setúbal. Estes pareceres são favoráveis (...). A Dir. Geral dos Serviços Hidráulicos refere preocupações quanto à incerteza sobre a estabilidade da península, nas faixas marítimas” e, para terminar, refere uma informação preciosa: “4. Uma vez que, de acordo com a informação do S.N.I. parece dever concluir-se que a nova concepção de aproveitamento defenderá os interesses do turismo, julga-se que a mesma concepção poderá servir de base ao desenvolvimento do planeamento da zona”<sup>831</sup>. Se a este documento juntarmos os dados complementares obtidos noutras leituras do mesmo teor<sup>832</sup>, conseguimos obter uma série de conclusões importantes. Em primeiro lugar, a distância considerável que separa o “Plano Andresen” do inicial, da autoria de Keil do Amaral: a lógica parece ter-se alterado, não apenas no sentido de um aumento relevante quanto ao número final de habitantes previstos mas, acima de tudo, uma organização concentrada em poucos grandes núcleos, absolutamente auto-suficientes, o que permitia dois resultados fundamentais – um ganho financeiro-imobiliário mais elevado e a certeza de que, a realização de um único destes núcleos era suficiente para viabilizar economicamente todo o programa de infra-estruturas e

<sup>830</sup> Parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, doc. cit., pp. 2-3

<sup>831</sup> Parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, pp. 3-4

<sup>832</sup> Correspondência inter institucional, pareceres parcelares, esclarecimentos, etc.

equipamentos que era necessário levar a cabo<sup>833</sup>. A história futura da urbanização provou que foi exactamente esta lógica que vingou... Em segundo lugar, ficamos a perceber, também, o peso relativo das várias instâncias para se conseguir a aprovação de um documento como este e, neste contexto, dois pareceres se destacam nitidamente. O do S.N.I.<sup>834</sup>, órgão máximo do turismo no Estado Novo, reforçado pelas directrizes do Plano de Fomento onde se concedia à actividade turística “a distinção de valioso instrumento operacional que, mediante a obtenção de disponibilidades cambiais necessárias correlativas, hotelaria, transportes, artesanato, agri-serviços, poderia prestar um notável contributo para a manutenção da estabilidade financeira interna e da solvabilidade externa da moeda nacional”<sup>835</sup>. E, além deste, o da própria Direcção Geral que nos informou, com um enorme peso do Gabinete do Plano Director de Lisboa que, aliás, é decisivo para a aprovação ministerial como o provam o conteúdo do despacho e a sua data.

O P.D.U.P.T. definia com precisão as grandes linhas urbanísticas do loteamento, para o desenvolvimento turístico daquela área do Concelho de Grândola, designadamente o zonamento básico, a rede viária e índices de ocupação do solo; porém, é no ante-plano<sup>836</sup> para o Núcleo B III, reestruturação da Ponta do Adoxe e da zona livre entre o núcleo B III e o núcleo C I<sup>837</sup>, que melhor compreendemos as intenções dos seus autores. A escolha deste núcleo, no centro da península e declaradamente destinado ao turismo internacional, para o arranque da urbanização, prende-se com um conjunto de razões brevemente enunciadas – proximidade da lagoa onde se

---

<sup>833</sup> Lembremos o que se escreve no início deste capítulo, sobre as transformações operadas nos anos 60, nomeadamente naqueles aspectos que à política de turismo dizem respeito

<sup>834</sup> Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, criado em 1944 e sucedendo ao Secretariado de propaganda Nacional (S.P.N.), em plena 2ª Guerra Mundial e num momento em que a agitação oposicionista recomendava algumas operações de “cosmética” política

<sup>835</sup> A. Magalhães Coelho, 1968, cit. in Carminda Cavaco, “Geografia e Turismo no Algarve – Aspectos Contemporâneos” in *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. IV, nº8, p.221

<sup>836</sup> Figura obrigatória, desde 1946, para todo o território à excepção de Lisboa e Porto

projectava construir a marina; confinar com a área que o separa do núcleo C I, onde se agenciaria o campo de golfe, retomando, como sabemos, a escolha do plano inicial; situar-se a uma distância razoável da Ponta do Adoxe que, como veremos, se destinava a um outro tipo de turismo; finalmente, as suas características de relevo, o magnífico complexo de dunas e a forte arborização. Adoptando um sistema de rede viária muito semelhante ao de Keil do Amaral, com uma distinção clara entre caminhos, praças e pracetas para peões e vias destinadas a veículos motorizados, João Andressen, que assina a Memória Descritiva e Justificativa, datada de 9 de Julho de 1966, propõe uma organização do espaço necessariamente muito diferente. No entanto, no texto de introdução do seu memorando, J. Andresen parece fazer eco dos ensinamentos do primeiro urbanista de Tróia, quando afirma: “pesou muito a intenção deliberada de, ao mesmo tempo que se procurava dotar o conjunto da comodidade e da eficiência funcional inerentes a uma criação urbana dos nossos dias, evitar cair em soluções que tomassem uma expressão demasiado rígida, resultando de uma concepção mais mecânica do que orgânica. Pretendeu-se dar aos mais variados sectores deste conjunto um ambiente mais espontâneo, ao qual não serão indiferentes tantos exemplos típicos dos pequenos aglomerados portugueses, tão conhecidos pelo seu carácter, intimidade e escala humana (...) de maneira que este primeiro núcleo que a Soltroia pretende edificar seja uma válida síntese duma moderna criação urbana portuguesa, dentro de um programa específico e das condicionantes naturais que houve que respeitar”<sup>837</sup>. Em rigor, é toda a discussão teórica que nestes anos ocupava os arquitectos portugueses, na sequência de factos tão importantes como o Inquérito à Arquitectura

---

<sup>837</sup> Cf. o mapa, reproduzido no vol. II, tendo em conta que o núcleo A corresponde à zona da Ponta do Adoxe

<sup>838</sup> P.D.U.P.T., Memória Descritiva e Justificativa, ponto A. Antepiano de Urbanização do Núcleo B III, p.1, Arquivo do CCR Alentejo, Évora

Popular<sup>839</sup> ou a mudança de rumo dos programas urbanos entre Olivais Norte e Olivais Sul<sup>840</sup>, ou seja, a revisão dos princípios dos CIAM, que já vimos acontecer em Ofir, para a arquitectura, faz-se, agora, em relação ao urbanismo e novamente em terreno experimental, como são os sítios de vilegiatura. Para além deste “ambiente português, beneficiado discretamente e eficientemente por uma técnica urbanística de acordo com as exigências da vida moderna”, o arquitecto defende ainda mais uma ideia já presente no plano anterior quando diz: “se observarmos as grandes realizações turísticas da nossa época, verifica-se que a hotelaria numa maneira geral, começa a ter um papel secundário, como elemento determinante do dimensionamento populacional dos centros de turismo. Assim se compreende o critério (...) quanto ao escalonamento das unidades hoteleiras em Tróia, em que estas seriam dispersas, sobretudo nas áreas livres entre o arvoredo, admitindo-se apenas nos núcleos algumas unidades mais pequenas para apoio hoteleiro desses núcleos, pois estes estão concebidos mais à imagem e semelhança de pequenas cidades ou vilas postas à disposição do turista, com uma densidade de 210 habitantes/hectare, em contraste com a densidade habitacional das áreas livres da ordem dos 10 hab/ha”<sup>841</sup>.

No que respeita aos programas habitacionais prevêem-se três tipos distintos – habitações unifamiliares em banda contínua com um ou dois

---

<sup>839</sup> “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa” foi um dos projectos mais importantes que saiu do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, realizado, entre 1955 e 1961 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos

<sup>840</sup> “Neste contexto de revisão da produção (da arquitectura internacional) surgirá um grande novo bairro municipal, no nordeste periférico da cidade de Lisboa, aproveitando as expropriações desencadeadas ainda por Duarte Pacheco. Significativo pelo experimentalismo de conceitos colocados na base de um projecto moderno, depois da experiência de Alvalade, os Olivais foram o laboratório definitivo da arquitectura moderna e da cultura arquitectónica da Lisboa. Se os Olivais Norte (1955-1958), como um ensaio à escala reduzida (40ha) da operação mais vasta que lhe sucederia a sul, assumem a expressão urbana moderna e internacional, por fim concretizada num conjunto pensado de raiz no espírito da Carta de Atenas, os Olivais Sul (186ha) projectados por Rafael Botelho e Carlos Duarte (1959-1962), constituirão por seu lado, um verdadeiro laboratório de experiências tipológicas e urbanísticas, que acabaria por se traduzir num reservatório de soluções, onde se retomam significativamente, no caso pontual e tão subversivo como o fora o Bairro das Estacas dez anos antes, a experiência de refazer, cuidadosamente, a rua tradicional” (Ana Tostões, “Arquitectura Portuguesa do Século XX”, in *História da Arte Portuguesa*, vol.III, 1995, p.542)

pisos; blocos de apartamentos com o máximo de três pisos; e blocos de apartamentos altos, com seis, nove e dezanove andares. Estes sectores residenciais que, nos segundo e terceiro tipos admitem alguma utilização terciária, combinam-se com um sector central onde se deve concentrar a maioria dos equipamentos de interesse público e se articula em três espaços principais – uma ampla praça aberta sobre o mar, destinada por excelência ao contacto social, uma segunda praça “do mercado” e, a unir as duas, um “passeio público”, de perspectivas variáveis; em todo este sector só se admite circulação de peões. O sector balnear comporta quatro elementos ligados ao uso da praia do núcleo B III – piscinas com restaurantes e esplanadas cobertas; balneários e vestiários da praia e uma esplanada à cota do areal; uma esplanada pública à cota da piscina e em comunicação com a praça principal; e um edifício de sete pisos para um hotel de 100 quartos que pode fazer conjunto com as piscinas. O núcleo devia ainda ter um sector desportivo, com campos de ténis, recinto de patinagem, bowling, etc., bem como recreios ao ar livre. Finalmente, existiriam espaços para os chamados “clubes residenciais”, de carácter especial, mais privado, constituídos essencialmente por grupos de habitações, formando um conjunto fechado, de um ou dois pisos, dispondo de um jardim comum com piscina e outros apoios<sup>842</sup>. O núcleo B III ocupa uma área de 51,5 ha, com exclusão da faixa da praia, que se deveriam distribuir da seguinte maneira:

“a) terrenos adstritos à construção de habitações unifamiliares  
175.753m<sup>2</sup>

b) terrenos adstritos a edificações de carácter diverso... 57.894m<sup>2</sup>

c) Rodovias V2 - 28.800m<sup>2</sup>

V3 – 21.700m<sup>2</sup>

V4. - 2.496m<sup>2</sup>

---

<sup>841</sup> João Andresen, doc. cit., p.5 (um dos desfasamentos que vimos acontecer em Ofir)

<sup>842</sup> Princípio dos “condomínios fechados” que vão aparecer primeiro em programas de lazer elitista e depois também nas grandes cidades



d)Parquesdeestacionamento.....	38.880m2
e) espaços livres (praças, pracetas, caminhos de peões, espaços verdes tratados, espaços livres naturais) .....	142.902m2
f)Clubes residenciais.....	29.144m2
g)sector desportivo.....	18.424m2

54% correspondem à soma das alíneas a) b) c) e d); 46% são destinados a áreas livres com fins diversos, entre os quais as rodovias e parques de estacionamento, que ocupam 17,7% da área total do núcleo”<sup>843</sup>. Como sabemos, o projecto nunca foi realizado, e o seu interesse para nós reside no facto de nos ajudar a compreender a linha de continuidade e os elementos de transformação que explicam a realidade presente, hoje, em Tróia, mas não podemos deixar de perguntar como iria o arquitecto, cumprindo estes pressupostos, conseguir obter aquela imagem quase “medieval” que, no início, defendia para a sua urbanização.

O segundo item da *Memória* diz respeito à reestruturação da Ponta do Adoxe, zona fulcral no desenvolvimento urbanístico da península. No plano aprovado este extremo noroeste da península seria ocupado pelo núcleo A, com uma população prevista de 8400 hab., mas depressa se constatou que seria necessária uma solução diferente, adequada aos problemas específicos do local, resultantes do intenso movimento de visitantes aos sábados, domingos e feriados. Visitantes na sua maioria de Setúbal e região envolvente, que não pernoitavam em Tróia, e que se queriam fixar num determinado ponto de modo a preservar a privacidade e o sossego dos habitantes e turistas propriamente ditos. Com esta intenção, propõe-se uma divisão do núcleo A em dois sub-núcleos, claramente separados por uma extensa área livre. Na Ponta do Adoxe, mais próxima de Setúbal e do cais de desembarque, predominariam os equipamentos necessários aos banhista de

---

<sup>843</sup> João Andresen, doc. cit., p.13

um dia, ou seja, balneários, esplanadas, campos de jogos e desportos, pavilhões de recreio ou simplesmente áreas livres de passeio ou repouso. Admitia-se, ainda, a construção de uma pousada para estudantes, completando o núcleo de que se dizia: “viria essa área a constituir virtualmente um sítio de recreio e lazeres ao dispor da própria região de Lisboa, já que nela se encontraria a principal reserva de público utente. Com efeito, inaugurada a Ponte sobre o Tejo, apreciável massa de visitantes se deslocaria facilmente a Setúbal e iria a Tróia, tanto utilizando os barcos de carreira, para peões, como servindo-se dos ‘ferry-boats’ que virão a ligar o cais de Setúbal à Ponta do Adoxe e facilitar o tráfego motorizado”<sup>844</sup>. O texto mais parece um programa para o turismo popular, dentro do âmbito da F.N.A.T., do que uma proposta para o grande turismo internacional. Começava a definir-se uma tendência que, de facto se acentuou, e que explica, até certo ponto, o desenvolvimento mais rápido desta zona, com resultados que adiante analisaremos. A última citação toca também num ponto extremamente sensível no programa turístico de Tróia e que é o das facilidades de acesso à península: a estrada turística, que já estava em construção, obrigava a um percurso demasiado longo, agravado pela inexistência de boas estradas até à Comporta e da falta de uma ponte sobre o Tejo<sup>845</sup> que se inauguraria só dois anos depois; a travessia do rio Sado, através de uma linha de “ferry-boats”, prevista desde o início, não resolverá cabalmente o problema, uma vez que, foi sobretudo para os veraneantes da região de Setúbal que ela se tornou mais atraente, afastando outros visitantes que Tróia pretendia cativar.

---

<sup>844</sup> *Idem*, Re-estruturação da Ponta do Adoxe, p.1, Arquivo do CCR Alentejo, Évora

<sup>845</sup> A construção de uma ponte no estuário do Tejo era de capital importância para toda a economia nacional e, particularmente, no âmbito turístico. É, precisamente, este aspecto que o Arquitecto Formosinho Sanchez sublinha num artigo intitulado “A Ponte Salazar e a península de Setúbal” publicado no *Diário de Lisboa* de 14 de Março de 1967, de onde citamos: “Incumbe promover turisticamente toda uma região a que a construção da ponte conferiu alta possibilidade para turismo interno e para turismo estrangeiro e que,

O último item deste memorando trata da estruturação da área livre entre o núcleo B III e o núcleo C I. Segundo o P.D.U.P.T. os espaços entre núcleos eram reservados a amplas zonas verdes, susceptíveis de aceitar programas especiais, nomeadamente lotes para moradias isoladas, as unidades hoteleiras de maior envergadura e algumas actividades desportivas mais exigentes em termos de espaço. É o caso do clube de golfe que, mais uma vez, se prevê nesta localização, em conjunto com outras unidades habitacionais, quer em hotelaria, quer em moradias discretamente disseminadas pelo pinhal. A ambição do projecto encara a hipótese de se vir a construir, aqui, o maior complexo de golfe da Europa, com três campos de 18 buracos cada. A Soltroia já tinha, entretanto, encomendado a um grande especialista mundial, Robert Trent Jones, o projecto preliminar para uma área que devia oscilar entre os 140 e os 200 hectares.

J. Andresen defendia, também ele, que era “já desnecessário encarecer a importância da presença de um club de golf num centro de turismo, não só pelo prestígio que daí advém, como pelo facto de ser um elemento importante de atracção de turistas de elevado nível económico”, que não se concentrava apenas nos meses de verão. Acrescentava, ainda, que “por outro lado, (...) um campo de golf é o melhor elemento de valorização duma zona verde”<sup>846</sup>. De todo este programa ficará apenas um campo de golfe de nove buracos, construído anos depois, mas obedecendo aos estudos do famoso projectista escocês, trabalhando então para a Torralta.

#### **4.3.4. A Ponta do Adoxe e a chegada de Conceição Silva**

---

assim, se coloca no quadro do desenvolvimento turístico do País, a par das regiões do Algarve e da Madeira”.(p.9/10)

<sup>846</sup> J. Andresen, Estruturação da área livre entre o Núcleo B III e o Núcleo C I, p.2, Arquivo do CCR Alentejo, Évora

Em Abril de 1967, um responsável do Comissariado do Turismo, constata que o processo de Tróia se encontra “parado” e pergunta se por falta atribuível aos serviços, ou por incapacidade dos promotores do projecto. A resposta, que não se conhece, muito provavelmente, passaria pelas duas hipóteses colocadas. Nesse mesmo ano, morre o arquitecto. João Andresen e constitui-se uma nova sociedade que, desde então, estará ligada aos destinos da urbanização da península. A Torralta, Club Internacional de Férias, S.A.R.L.<sup>847</sup>, fundada por escritura de 8 de Março de 1967, com sede social no Hotel Golfinho, em Lagos, afirmava como principal dos seus objectivos a exploração da indústria hoteleira, bem como a urbanização, promoção e realização de empreendimentos turísticos<sup>848</sup>. Inicialmente ainda em parceria com a Soltroia<sup>849</sup>, possivelmente para ultrapassar dificuldades financeiras mas, a pouco e pouco, comprando vastas parcelas de terreno, é já em acordo com a Torralta que se apresenta o terceiro ante-plano para a urbanização de Tróia, aprovado em 26 de Outubro de 1970, pelo então Ministro das Obras Públicas, Rui Sanches<sup>850</sup>. Este projecto é o primeiro, da responsabilidade do arquitecto Francisco Conceição e Silva (1922-1982)<sup>851</sup> para a península, e será o único a ser efectivamente construído na sua quase totalidade. O programa foi apresentado publicamente em 7 de Janeiro de 1971, num jantar oferecido aos correspondentes do jornal *The Herald Tribune*, num restaurante da Torralta, já a funcionar em Tróia, conforme notícia do *Diário de Lisboa* com o título “Novo e grandioso empreendimento da Torralta: um milhão e meio de contos para o conjunto

---

<sup>847</sup> Note-se a designação da nova empresa que, por si só, constitui um programa turístico de características inovadoras entre nós.

<sup>848</sup> *Estatutos, Torralta, Club Internacional de Férias, S.A.R.L.*, s/d, s/l.

<sup>849</sup> O vice-presidente do conselho de administração da Torralta em 1971, aquando da apresentação pública dos novos projectos, é Agostinho da Silva, o principal promotor da Soltroia.

<sup>850</sup> No início deste ano, “com o propósito de acelerar o desenvolvimento desta península (...) criou-se a Sociedade Turística Ponta do Adoxe. Foram seus sócios fundadores, a SOLTROIA, proprietária da península e que, desde alguns anos, vem procurando resolver os complexos problemas da implantação de um grande conjunto turístico-residencial, a ARQUITECTURA E CONSTRUÇÕES (...) e a TORRALTA que, no Algarve, se vem impondo no fomento das actividades turísticas.” In *Diário de Lisboa*, 8 de Janeiro de 1971, p.20

urbanístico de Tróia”<sup>852</sup>. Explicando os objectivos do projecto, o comandante Hildegardo de Noronha, administrador da Soltroia, começa por sublinhar as razões da escolha da firma de architectos, “sobejamente conhecida no sector especializado”, bem como a vontade de acelerar o processo de ocupação da península através da melhoria de acessos e rapidez de construção na Ponta do Adoxe: “torna-se evidente o propósito de servir uma população numerosa, dado que o grandioso empreendimento se propõe atender uma população flutuante prevista para 20/25 mil pessoas por fim-de-semana, nos meses de Verão, constituindo uma autêntica ‘cidade-turística’, com clube de pesca e caça (primeira iniciativa a realizar) e grande centro de atracção da população de Lisboa (...)”<sup>853</sup>. O artigo é ilustrado com uma fotografia da maqueta do Club-Hotel, assim chamado pela vontade acima expressa, de o associar ao clube de caça e pesca. O novo plano destinava-se, exclusivamente, à solução urbana da Ponta do Adoxe, compreendendo uma área de apenas 40 hectares. Tendo como base os valores aprovados no “Plano Andresen”<sup>854</sup>, o architecto propõe uma população de 7.800 habitantes, com uma densidade de 197 hab./ha, ou seja, um pouco mais baixa que a anterior, mas distribuída de forma muito semelhante à daquele programa. Em rigor, trata-se de uma reestruturação, desta vez para a Ponta do Adoxe, zona que agora se considera a mais interessante, em termos de uma mais rápida ocupação/utilização, com os benefícios financeiros daí decorrentes e, por isso mesmo, a escolhida para o início da realização. A intenção dos promotores pretendia dar resposta a um fenómeno que, então, já era bem visível: após a inauguração da nova ponte sobre o Tejo e a construção dum primeiro troço da auto-estrada do sul, os visitantes, utilizando os “ferry-boats”, a partir de Setúbal, tinham-se multiplicado, quer

---

<sup>851</sup> Licenciado pela EBAL em 1950

<sup>852</sup> Diário de Lisboa, 8 de Janeiro de 1971, p.20

<sup>853</sup> *Idem, ibidem*

<sup>854</sup> No qual este novo plano corresponderia ao núcleo A.

em consequência destas facilidades, quer pelas excelentes praias que o extremo da península possui, quer ainda, pela curiosidade em relação aos grandiosos projectos que, desde há alguns anos, se anunciavam para o local. Turismo nacional, sobretudo, mas também internacional, já que o número de estrangeiros, a visitar o nosso país, aumentava aceleradamente, com 2,5 milhões em 1967 e estimativas revolucionárias para os anos seguintes. Era o acelerar do processo de transformação do país, neste final da década de 60, já no quadro daquilo que Fernando Rosas chama de “modelo marcelista”<sup>855</sup> que se traduzia por “um fomento industrial claramente voltado para o exterior, pressupondo um novo e amplo papel da iniciativa privada com forte apoio estatal”<sup>856</sup> e cujo resultado fundamental, e imediatamente visível, está no crescimento real dos salários “a uma taxa média de 6,7%, particularmente nítido no subperíodo de 1969-1973”<sup>857</sup>. O próprio Conceição Silva fala da sua visão sobre o fenómeno, não nas suas memórias descritivas, mas num artigo publicado em 1972, onde afirma:

**“O turismo tal como progressivamente tem vindo a ser vivido e concebido concebido não é uma simples viagem nem um repouso passivo. As correntes turísticas são cada vez mais exigentes e variadas. Portanto a oferta de serviços não pode perder a capacidade de iniciativa. Tem que se ultrapassar permanentemente e ultrapassar o que pontualmente lhes é exigido. Por isso os planeamentos turísticos devem ser concebidos e realizados de forma a serem completos, ou seja, irem ao encontro das mais variadas exigências.**

A qualidade do turismo define-se pelo tipo de ocupação dos tempos livres que se propõe. O turismo não é a descoberta de um determinado local

---

<sup>855</sup> “Todo este processo de desenvolvimento se deve entender no quadro de duas mudanças de fundo no tecido económico português. (...)A primeira, respeitante ao importante afluxo de capital estrangeiro verificado desde o início dos anos 60, mas potenciado, sobretudo, com a abertura e as facilidades da política marcelista(...). A outra, e principal, respeita à plena estruturação ao longo dos anos 60, e particularmente com o apoio do Estado marcelista, dos grandes grupos financeiros que passarão a controlar o essencial da economia portuguesa” in Fernando Rosas, op. cit., p.470

<sup>856</sup> *Idem.*, pp.466-467

mas sim o que se oferece para o turista viver. A atracção do turista deve ser gerada por situações completamente diferentes das que estão a ser utilizadas. Não é só a paisagem e o folclore que devem atrair o turista. São actuações culturais muito mais profundas e de uma actualidade constante que podem prender o turista ao país, prendendo-o por razões válidas e portanto mais persistentes. O folclore e a paisagem, ... são rapidamente consumíveis, enquanto a permanência duma actividade, em toda a sua extensão torna o turismo um organismo vivo e inesgotável”<sup>858</sup>. É curioso comparar este texto com as afirmações de Keil do Amaral<sup>859</sup>, sobre o mesmo tema, e encontrar ao lado de importantes paralelos, sobretudo, algumas perspectivas diferentes. Passaram-se, entretanto, quase dez anos, correspondentes a uma década de viragem “milagrosa” no turismo nacional e, por isso, vemos algumas críticas pertinentes àquilo que agora já era um facto mas que, em 1962/63, era apenas uma expectativa. É o caso das referências ao folclore e à paisagem, de facto, considerados componentes quase suficientes para atrair turistas, tanto por promotores, como por algumas instâncias oficiais responsáveis pela nossa política de turismo. Por outro lado, quando encontramos posições muito próximas das de Keil do Amaral, podemos ler nas entrelinhas uma realidade nova, que é a da procura, imensamente superior, por parte dos turistas portugueses e estrangeiros, provenientes das classes trabalhadoras, cujo peso é cada vez mais importante para qualquer solução neste âmbito. Esta diversificação de “público alvo” verifica-se também, por repetidas vezes, nos pareceres elaborados sobre o plano de Conceição e Silva, de 1970, especificando que se trata da “criação nesta ponta (do Adoxe) dum núcleo turístico com as características de estância para férias de praia, destinado essencialmente à classe média”<sup>860</sup>. É

---

<sup>857</sup> *Idem*, p.469

<sup>858</sup> *Diário de Lisboa*, 7 de Julho de 1972

<sup>859</sup> Memória descritiva e justificativa do primeiro plano de Tróia, 1962/63

<sup>860</sup> in Despacho do Ministro Rui Sanches, 26-10-70, Arquivo do CCR Alentejo, Évora

exactamente neste aspecto que o programa de Tróia encerra um dos seus maiores problemas, até hoje jamais resolvido. Ao iniciar-se a urbanização pela zona de mais imediato acesso, a procura cresceu, sobretudo, entre a população que vem passar o dia à praia ou, no máximo, pernoita um fim de semana. Daí a ocupação dos *aparthóteis* e dos apartamentos, que foi relativamente rápida, quando o hotel de luxo, um dos primeiros a começar a sua construção, continua, trinta anos volvidos, sem ser concluído. Ao lado dos alojamentos mais económicos, atrás citados, vemos também encherem-se as esplanadas, restaurantes e piscinas com os visitantes que, em maior número, atravessam o Sado para um dia bem passado num local excelente. Conseguir um equilíbrio ideal, entre diferentes clientelas, sem perder a qualidade e poder de atracção diferenciado, é o difícil desafio dos grandes empreendimentos turísticos da segunda metade de novecentos e, no caso de Tróia, com todas as intervenções de que tem sido alvo, o problema continua em aberto.

Conceição e Silva que, até ao final da década de cinquenta, era sobretudo conhecido pelos seus trabalhos de arquitectura de interior<sup>861</sup>, surgira, no início de sessenta, ligado a programas turísticos, com uma das melhores obras da arquitectura portuguesa destes anos, ao projectar o Hotel do Mar em Sesimbra<sup>862</sup>, inaugurado em 1964, que constitui o momento mais alto da sua carreira em Portugal. Muito influenciado pela moderna arquitectura britânica e, especialmente neste projecto, valorizando a lição da arquitectura japonesa, consegue com este trabalho uma notoriedade que lhe vai permitir desenvolver uma quase “especialidade” neste tipo de programas. Pouco tempo depois, vamos encontrá-lo no Algarve, como

---

<sup>861</sup> Sobretudo em colaboração com João Alcobia, dono da casa de decoração Jalco, Lda. e um dos investidores do Hotel do Mar, facto que não foi, certamente, alheio na escolha do arquitecto para esse projecto.

<sup>862</sup> Projecto iniciado em 1956 onde o arquitecto atinge “uma notável mestria, desenvolvendo uma ideia de dentro para fora, que parte do ambiente intimista interior para o relacionar com a paisagem e a modulação do terreno” (Ana Tostões, *Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, p.139)



responsável pelo projecto, datado de 1965, do luxuoso Hotel da Balaia, na praia Maria Luísa, inaugurado em 1968. Além disso, o atelier do arquitecto foi também chamado para a realização de conjuntos de apartamentos, quer em Sesimbra, a chamada urbanização do Porto de Abrigo, em continuidade espacial com o hotel, quer para a Balaia com um programa ainda mais completo<sup>863</sup>. A escolha do arquitecto, por parte da sociedade promotora de Tróia parece, assim, fazer todo o sentido embora aqui se lhe exigisse que fosse, antes de mais, um urbanista.

A Torralta compra, nesta primeira fase, cerca de 100 hectares à Soltroia, no extremo noroeste da península, onde se insere o complexo turístico projectado por Conceição e Silva. O primeiro alvará de licença de loteamento data de 14 de Dezembro de 1971<sup>864</sup>, quando alguns trabalhos já se haviam iniciado. Esta licença também autorizava a venda de edifícios, ou suas parcelas, em regime de propriedade horizontal, e os requerentes obrigavam-se a construir na zona, para além das infra-estruturas urbanas básicas, um conjunto que compreendia: um centro desportivo e cultural, um centro recreativo com sala de espectáculos, compreendida ou não no edifício daquele, um supermercado, um terminal rodoviário, instalações para funcionamento de serviços municipais, instalações de saúde, bombeiros, socorros a náufragos, posto da P.S.P. ou G.N.R. e correio. Só agora se irá concluir a estrada turística que, atravessando toda a península, ligava o cais fluvial à Comporta, se aceleram as infra-estruturas básicas, com captação de água, fornecimento de energia eléctrica, etc. e se inicia a construção do conjunto de edifícios planeados. Cumprindo o programa estabelecido, o arquitecto desenha dois tipos de alojamentos: edifícios em barra de

---

<sup>863</sup> O hotel, já a funcionar, bem como os projectos para moradias a construir no mesmo complexo turístico, são apresentados na revista *Arquitectura*, nº108, Março-Abril de 1969. No atelier do arquitecto, partilhado com Maurício de Vasconcelos, colaboravam, então, os arquitectos Tomás Taveira (principal responsável pelo proj. do hotel), J. Soares de Oliveira, Carlos Calvet e Carmo Valente

<sup>864</sup> Alvará de Licença de Loteamento nº1/71, Câmara Municipal de Grândola, Arquivo do CCR do Alentejo, Évora.

apartamentos, para venda, alternando, estes, entre quatro e sete pisos, que se agrupam entre si, constituindo e organizando espaços de convívio ou de acessibilidade; torres de organização marcadamente vertical, oscilando entre treze e dezasseis andares, destinados a aparthotéis, erguidas no meio de um vasto espaço verde , e que se espalham pelo terreno urbanizado. Das primeiras unidades, construíram-se oito, todas com quatro pisos, combinando diversamente apartamentos T0, T1 e T2., de organização semelhante, mas diferenciados por pequenas variantes nas fachadas, acessos, cores, etc.; da sua implantação resultam enormes pátios ajardinados, em U, com diversas áreas de recreio, como parque infantil e zona de jogos. Este conjunto é, em termos arquitectónicos o mais interessante, quer pelo desenho das fachadas, ilhargas, sistemas de circulação, etc., quer pela implantação que nos lembra imediatamente a solução encontrada por Formosinho Sanches e Ruy d'Atouguia, para o denominado “Bairro das Estacas”, em Lisboa (1949-1954)<sup>865</sup>, onde, curiosamente, Conceição Silva morou durante muitos anos, mas combinando a lembrança de experiências mais recentes, como as do grande arquitecto inglês James Stirling. Das segundas, iniciou-se a construção de cinco, mas só três foram concluídas, também aqui com uma combinação variável de apartamentos T0, T1 e T2, mas com predominância dos primeiros, para duas ou três camas, uma vez que a sua utilização é diferente; neste caso, os edifícios são rigorosamente iguais, consentindo variantes apenas nas cores, e retomando uma solução, que o arquitecto ensaiara no hotel da Balaia, articulando uma planta quase triangular onde se insere como que um “poço-átrio”, neste caso apenas aberto até ao terceiro piso, criando uma continuidade espacial de circulações verticais e horizontais, enquanto os restantes andares só têm circulação vertical, no interior do edifício, acentuado pela iluminação zenital, conseguindo uma ligação entre a terra e o céu.

---

<sup>865</sup> Menção honrosa na II Bienal de S. Paulo

O restante conjunto de edificações, de apoio a habitantes e visitantes, compõe-se: de um hotel de luxo com quinze pisos, erguido num vasto espaço que o isola das restantes edificações, e muito perto da praia do extremo da península, virando a sua fachada à serra da Arrábida; uma unidade de restauração, chamado “Conjunto Troiamar”, ocupando uma área de 3.600 m<sup>2</sup> com uma construção em alvenaria de betão e de madeira e cobertura em chapa de cobre, alojando dois restaurantes, cervejaria e bares de praia; o chamado “Conjunto do Bico das Lulas”, junto à praia atlântica, com uma piscina olímpica e restaurante para 700 lugares, de construção muito semelhante ao anterior; o “Conjunto da Galé”, ainda nesta costa, mas um pouco a nascente, com duas piscinas, e três espaços de restauração, para um total de 1600 pessoas. Todos estes projectos são da exclusiva responsabilidade do atelier de Conceição Silva, apesar de algumas alterações que o arquitecto se viu obrigado a fazer. É o caso do hotel, logo programado para a categoria de luxo onde, num primeiro desenho, se imagina algo de extraordinário ao incluir piscinas privadas nas varandas das *suites*, que ocupam o corpo do ângulo noroeste. O edifício construído, mas nunca completamente terminado, como dissemos, mantém o mesmo esquema volumétrico, embora muito mais simplificado. Os complexos dos restaurantes Troiamar e das piscinas, são os mais imediatamente reconhecíveis como desenhos do arquitecto. O primeiro, organiza um vasto espaço comum, de pé direito muito baixo, que quase se “enterra” na areia, e uma longa fachada envidraçada virada ao mar, que se quebra acompanhando a linha da costa. O conjunto do “Bico da Lulas”, compõe-se de um edifício de volumetria simétrica, com dois corpos salientes compondo um pátio com um outro muito recuado; o arquitecto joga aqui com uma outra solução que lhe é característica, ao combinar pés direitos muito baixos que abrem para espaços de grandes dimensões a duas alturas; o exterior, paradoxalmente, contraria a axialidade do construído, o que era obrigatório para a piscina,

mas evitável para os terraços e ajardinados. O complexo da Galé, agenciado em três terraços, a partir das dunas, articula o mais baixo para acessos, balneários, etc., o do meio com as duas piscinas, formando em conjunto um semi-círculo, e o mais elevado com o conjunto de restaurantes e bares; este último edifício, num só piso como o Troiamar, utiliza também o pátio profundo para diversificar ocupações e liga-se com as piscinas por um terraço com uma enorme pérgola. Nestes três projectos, também é muito clara a atenção que o arquitecto dá, pelo menos desde o Hotel do Mar, à expressão dos materiais, sobretudo jogando com a madeira, o betão “bruto”, o vidro e os pavimentos de tijoleira vermelha. Todos eles, construídos num tempo diferente da história da urbanização, estão actualmente desactivados, e o seu destino, no recente programa para Tróia, após a aquisição da Sonae Turismo, é o desaparecimento, bem como o das torres nunca acabadas.

Quanto a equipamentos desportivos, e retomando escolhas que vinham, como vimos, desde o primeiro plano de Keil do Amaral, agencia-se o golfe, numa área de pinhal com extensa frente de mar, sobre o mesmo projecto de Robert Trent Jones, que acabará por ter 18 buracos num percurso de 6338m e um conjunto de doze campos de ténis, com bar e esplanada. Os edifícios exigidos pela Câmara, aquando dos alvarás, também foram desenhados e construídos, junto ao complexo Troiamar – supermercado, cinema, sala de congressos, etc., ocupando edifícios longos, de secção trapezoidal.

Quando todo este conjunto de edifícios e infra-estruturas já estava em construção, e alguns até já concluídos (restaurantes e piscinas), a Torralta adquire mais cerca de 400 hectares à Soltroia<sup>866</sup>, na continuidade dos loteamentos feitos e, o mesmo atelier de Conceição e Silva propõe um novo ante-plano para ocupação destes novos terrenos, que completaria o programa

---

<sup>866</sup> Em Março de 1972 a Torralta aprova, em Assembleia Geral, um aumento de capital de 130 mil para 230 mil contos.

estabelecido pela sociedade promotora. Este projecto, datado de 24 de Agosto de 1973, e aprovado em 24 de Janeiro de 1974, pelo Secretário de Estado das Obras Públicas Nogueira de Brito, abrangendo os núcleos A, B1, B2 e B3 do “Plano Andresen”, para uma população de 37.060 habitantes, mostra a totalidade do programa turístico da Torralta para a península de Tróia. Ao ler a documentação, respeitante à aprovação deste projecto, constatamos que o principal argumento a favor da sua realização era a vontade dos poderes públicos de que existisse uma dinâmica e moderna zona de turismo, na região de Lisboa, que funcionasse como alternativa ao Algarve, cada vez mais procurado por nacionais e estrangeiros. Por sua vez, os promotores económicos do projecto, pensavam também em Tróia como uma zona habitacional de qualidade, possível no âmbito dos gigantescos programas industriais da região de Setúbal e de Sines, ligados aos estaleiros navais<sup>867</sup>. Entretanto, falava-se já então, da necessidade de um novo aeroporto de Lisboa e apontava-se, como local mais provável para a sua construção, a zona de Rio Frio, na margem sul do Tejo o que seria um factor importante para diminuir os problemas de acesso que Tróia sempre terá.

Na planta geral vemos, para além do campo de golfe em construção, o retomar do projecto de uma marina aproveitando a “caldeira” de Tróia, bem como o de um hipódromo, e uma série de novas unidades habitacionais e hoteleiras, que se harmonizam com as edificações já em curso. Com uma área várias vezes superior à inicial, “o espaço que se organiza de acordo com as vicissitudes económicas recentes transpõe, com este ‘acto voluntário’ (planeamento e construção da cidade), a timidez e os actos simples levados a cabo pelos empresários nacionais”<sup>868/869</sup>. A ambição do arquitecto é, de facto, a realização de um espaço urbanizado completo e auto-suficiente que,

---

<sup>867</sup> A Setenave, com os seus 5000 empregos previstos, traria um acréscimo populacional de 15000 pessoas a Setúbal, e a área de Sines, 20 a 25000 novos empregos com uma população de 80.000 novos habitantes. Acrescentava-se ainda, a previsão de 8.000 novos habitantes, ligados ao futuro aeroporto de Rio Frio...

<sup>868</sup> Memória Descritiva, p.8, 24-08-73, ass. Conceição e Silva, Arquivo da Torralta, Tróia.

<sup>869</sup> As “vicissitudes económicas” são as da crise internacional resultante dos novos preços do petróleo

pelas suas características, se reconheça como espaço de férias, de lazer. “A disponibilidade de espaço possibilita o planeamento e subsequente construção duma cidade nova, ilibada das contingências decorrentes nas cidades vulgares. A cidade turística virá, concerteza, a ser frequentada especialmente por certos estratos populacionais de proveniência urbana. A evasão do espaço, onde se desenrolam as actividades quotidianas, em ritmo palpitante, que impulsiona e cerceia ‘vontades’, atribui e banaliza ‘valores’, que inventa e vulgariza ‘hábitos’... e em jeito de pseudónimos ignora nomes próprios. (...) O Homem citadino – envolvido e disperso num turbilhonar estridente pulsa de tensão, de canseira. Mas, a chegada ao ‘novo espaço’, não pendularmente monótono, mas terrivelmente vivo de acontecimentos tranquilizantes fê-lo alterar o seu comportamento (...). A simplicidade dos seus actos fá-lo agir de tal sorte, que se a evasão (tranquilidade) não é plena algum problema social o desassossega. Mas o espaço é NOVO, a concentração das unidades construídas, onde periodicamente residirá, permite a permanência de certos traços da paisagem natural, fonte de revitalização psíquica. As actividades lúdicas que se projectam constituirão aliciantes ao homem, vedado a utilizar o seu complemento motorizado; solicitá-lo-ão a movimentar-se naturalmente, incitá-lo-ão ao exercício físico”<sup>870</sup>. Novamente o eco das palavras de Keil do Amaral...

Com este alargamento do projecto para a Ponta do Adoxe, a área ocupada passava de 54.342m<sup>2</sup> para 214.675m<sup>2</sup>, sem contar, naturalmente, com os equipamentos desportivos e espaços naturais, para um total de 6468 fogos e 23.101camas, mas baixando o índice de habitantes por hectare, para 51,33. Este valor, que resulta da dispersão dos núcleos residenciais pelo vasto terreno, não implica, no entanto, uma mudança real no tipo de ocupação já que, um número considerável dos novos edifícios projectados, se desenvolve em conjuntos concentrados de quinze e mais pisos acima do

---

<sup>870</sup> Memória descritiva, pp.8-9

solo. Há, porém, uma solução bastante diferente para um novo “bairro” projectado, de edificios em banda, que é a recuperação da rua tradicional, o que não existe no espaço que efectivamente foi urbanizado. Quando lemos a memória descritiva e olhamos a planta, chamam a nossa atenção mais alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, o carácter abrangente do programa que, para além de contemplar os equipamentos directamente ligados ao turismo, prevê uma série de outros serviços – sociais, comerciais, industriais, de transportes, de saúde, de educação, oficiais e culturais – preenchendo, na verdade, todas as necessidades duma verdadeira cidade. Em segundo lugar, uma maior diversidade de tipologias para os diferentes núcleos: edificios de grande extensão linear e só com um ou dois pisos, para aparthotéis a construir, quer a norte quer a sul da estrada que atravessa interiormente toda a península; as “barras”, de que falámos atrás, com cinco e nove pisos, também destinadas a aparthotéis, colocadas agora paralelamente, com espaços intersticiais consideráveis, mas articulando-se com a rua; blocos concentrados de três e quatro edificios, para serviços administrativos, que chegam aos vinte cinco andares acima do solo; três torres de planta circular, para aparthotéis da marina, com trinta e cinco pisos; um projecto para o casino, inédito até aqui, a localizar nas proximidades da futura marina; e, finalmente, um novo hotel (Hotel 1001), de apoio ao golfe, a construir junto a este, do lado nascente, com quinze pisos, como o Hotel Club, já em fase adiantada de construção, na Ponta do Adoxe.

A crise internacional dos combustíveis<sup>871</sup>, que acontece precisamente no ano em que é apresentado o novo plano que, aliás, lhe faz referência, e as

---

<sup>871</sup> O “choque petrolífero” de Outubro de 73 foi o último de uma série de factores que levaram a que “em 1972 e 1973 a situação (se) deterio(asse) dramaticamente e, na prática, cessa(ssen) as condições de crescimento: as contas externas apresentavam-se fortemente negativas, a inflação atingia os dois dígitos, o mercado de capitais, artificialmente desenvolvido, soçobra na queda da Bolsa de Valores (Outubro/Novembro de 1973). No fundo, desaparecia a confiança, praticamente paralisado o investimento produtivo, o sistema perdia condições de funcionamento” in Fernando Rosas, op. cit., p.471

convulsões nacionais do ano seguinte<sup>872</sup>, comprometeram irremediavelmente a concretização deste, e de outros, programas para Tróia. Pouco depois do 25 de Abril de 1974, Conceição Silva fechou o seu atelier e emigrou para o Brasil, onde veio a falecer, e a Torralta foi intervencionada pelo Estado português, através de um grupo de bancos, entretanto também nacionalizados. Esta situação só começou a desbloquear-se após 1978, numa conjuntura nacional muito diferente em que, a intervenção de novas instituições, sobretudo as ligadas ao ambiente, vão pôr em causa todo o desenvolvimento urbanístico da península e comprometer, se outras razões de ordem financeira não existissem, a continuação dos trabalhos.

No final da década de setenta, a Torralta, num esforço louvável de retomar as realizações em Tróia, associa-se a duas outras empresas, ligadas ao investimento imobiliário e ao turismo: a *Soberana*, que vai tentar desenvolver a urbanização do núcleo B III<sup>873</sup>, e a *Delphinus*, que se irá ocupar do projecto do casino e palácio de congressos a realizar em conjunto com o já adiantado Hotel Club. De facto, as negociações com vista a obter uma concessão de jogo permanente para Tróia, acabam com sucesso, em 1980, aquando da publicação do Art.º 4º do Decreto Regulamentar nº56/80 de 8 de Outubro de 1980, e com a assinatura do contrato de concessão entre o Governo e a *Sociedade de Turismo e Diversões de Tróia – Delphinus, S.A.R.L.*, onde esta se obriga a executar na península as seguintes realizações principais: um casino, reversível para o Estado, dotado das características definidas na Portaria de 8 de Outubro de 1980<sup>874</sup>, a conclusão de um hotel em construção, com 450 camas e categoria de 5 estrelas e a construção de

---

<sup>872</sup> A Revolução iniciada pelos militares em Abril de 1974 acaba, finalmente, com o Estado Novo, restaura a democracia e em breve põe fim à Guerra Colonial que, tendo sido a causa mais próxima do descontentamento militar e da sociedade em geral, se deve compreender dentro duma mais vasta conjuntura favorável aos ventos de rebelião

<sup>873</sup> Referente ao “Plano Andresen”, que se mantém em vigor: Este plano continua a ser o único instrumento do Planeamento aprovado e eficaz para toda a península, e foi com base nele que foram definidas e aprovadas as intenções de desenvolvimento urbanístico nos terrenos do Grupo Torralta, concretamente Plano (...), etc.”, in dossier *Península de Tróia – Realizações e Programa Actualizado* do Grupo Torralta, Tróia, Maio de 1991, p.2



um centro de congressos de utilização polivalente. Apesar deste licenciamento, as constantes revisões aos planos para Tróia, comprometeram esta intenção

e até o hotel de Conceição e Silva, já muito adiantado, para o qual a concessionária pede, em 1984, um projecto de acabamentos ao gabinete de Carlos Ramos, nunca será inaugurado.

Em 1979 surgira, já nesta nova conjuntura, um novo plano de reestruturação contemplando, eminentemente, as áreas em construção na perspectiva da sua conclusão, os projectos para o núcleo B III e a construção da marina, novamente projectada para a “caldeira”. O plano, da responsabilidade da firma Tomás Taveira, Projectos, Estudos Urbanos e Sócio-económicos, S.A.R.L.<sup>875</sup>, é objecto de vários pareceres negativos, sobretudo em dois aspectos – a localização proposta para a marina, mal vista pelos responsáveis do ambiente, por ser uma zona rica de sapal e a densidade e altura dos edifícios, propostas para alguns núcleos. Na sua sequência, as Secretarias de Estado do Ordenamento e Ambiente e do Turismo, publicam o seguinte despacho<sup>876</sup>:

“A península de Tróia, pela sua localização e atributos naturais, apresenta incontestável vocação turística.

No entanto, a criação de uma frente turística de qualidade contígua a uma área de considerável valor ecológico, científico e económico, como é a do estuário do Sado (e que urge defender), exige que o desenvolvimento dessas potencialidades tenha em conta aquele conjunto de valores.

Logo, a ocupação turística da península de Tróia deve reflectir, na sua concepção, uma visão global de desenvolvimento integrado, que abrange,

---

<sup>874</sup> O Ministro do Comércio e Turismo

<sup>875</sup> Tomás Taveira (1938-) trabalhou, como vimos, no atelier de Conceição Silva/Maurício de Vasconcelos, onde foi responsável por numerosos projectos, como o do hotel Balaia e do edifício Castil, em 1971. (As torres de Tróia, aliás, utilizam uma linguagem muito próxima destes projectos). O seu atelier era, em finais dos anos 70, a escolha mais lógica pelo conhecimento profundo que o arquitecto tinha de todo o processo

<sup>876</sup> Diário da República, I Série, nº231, de 6-10-1980, Despacho Normativo nº322/80

por um lado, o ambiente natural de alta qualidade paisagística e, por outro lado, essa mesma qualidade transposta para o ambiente urbano mais adequado às características da zona.

A estes parâmetros deve obedecer a reformulação dos estudos apresentados para a península de Tróia.

Em colaboração com as entidades oficiais de tutela, serão alcançadas soluções técnicas e estéticas que defendam as condições naturais e a sua compatibilidade com a implantação dos complexos turísticos de alta qualidade essenciais para a valorização da nossa oferta nos mercados internacionais.”

A mudança de mentalidade que se sente neste texto e que se comprova, facilmente, em inúmeros pareceres produzidos de 1979 em diante, sobre projectos do Grupo Torralta, constitui um dado importante de reflexão. Vejamos, a título de exemplo, um texto produzido pela Câmara Municipal de Grândola, em 1982, ainda sobre o projecto de Tomás Taveira: “1. (...)Julga-se possível e desejável o desenvolvimento turístico da zona desde que integrado em objectivos gerais e que, por essa razão, haverá que sujeitar toda a faixa litoral a nova disciplina de ordenamento diferente daquela que tem vigorado. 2. Relativamente à ocupação implícita na presente proposta, baseia-se a mesma no Plano Andresen. Não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de ser duvidoso que se considere o Plano Andresen em vigor, não só do ponto de vista legal como do ponto de vista técnico, uma vez que os anos que sobre ele decorreram, tornam discutíveis as densidades e locais de ocupação, o que aliás é atestado pelas delimitações legais de protecção à zona, entretanto decretadas<sup>877</sup>. 3. Considera-se no estudo em causa positivo a criação do Parque Ornitológico e do Oceanário, assim como a ausência de ocupação habitacional da zona arqueológica. No entanto, os elementos fornecidos pouco mais permitem

---

<sup>877</sup> O Ordenamento da Faixa Litoral e a criação da Reserva Natural do Estuário do Sado.

que constatar intenções. 4. Relativamente à Marina, não podemos deixar de notar: 4.1. Desde sempre que a intenção de construir uma Marina no local apontado tem merecido parecer desfavorável das entidades responsáveis pelo Património Cultural. Assim foi no caso do Plano aprovado em 1974 e do Plano aprovado (condicionalmente) em 81.(...) Deste modo, e ainda que remotamente a hipótese da Marina se pusesse, o seu projecto deveria ser avaliado por entidades de reconhecida competência na matéria”<sup>878</sup>.

O P.D.U.P.T. estava e estaria ainda muitos anos em vigor<sup>879</sup>, mas começava, de facto, nestes anos, a apreciarem-se negativamente os trabalhos já realizados em Tróia, bem como os seus resultados, sobretudo no contexto do turismo internacional, a que o texto conjunto das Secretarias de Estado se referia. O sentimento de que o espaço agenciado, quase exclusivamente entre 1971 e 1974<sup>880</sup>, não atraía a população desejável, que cada vez mais preferia o Algarve, levou a um impasse no desenvolvimento urbanístico da península e à ideia de que, o que já existia, necessitava de uma reconversão para se poder iniciar uma nova fase de prosperidade. Este clima de indecisão, que se prolonga no tempo, acaba por trazer enormes dificuldades financeiras às sociedades promotoras e, o resultado final, será uma última tentativa de acordo, desta vez entre o Estado e a Sonae, para uma reconversão total do plano, quer do já construído, quer dos restantes conjuntos urbanos e de equipamentos, que continuam a estar programados. Finalmente, abandona-se o “Plano Andresen”, projecta-se um porto de recreio para a costa marítima e não para a “caldeira”, baixam-se os índices de ocupação e limite de altura dos edifícios, organiza-se uma nova distribuição no espaço dos diferentes núcleos turísticos e desportivos e, por

---

<sup>878</sup> Parecer da C.M.G. sobre o Plano de Urbanização de Tróia, Núcleos A e B (Pl. T. Taveira), 20-05-82, Arquivo do CCR Alentejo, Évora.

<sup>879</sup> “Até à presente data o PDU da Península de Tróia (Andresen) é o único instrumento urbanístico que abrangendo toda a área da Herdade de Tróia se mantém em vigor tendo força vinculativa (...) como regulamento administrativo”(Relatório do M.P.A.T., de 19-03-91. Arquivo do CCR Alentejo, Évora.

último, encara-se a hipótese de arrasar parte do construído na Ponta do Adoxe.

É já dentro desta nova perspectiva que voltamos a encontrar a pioneira Soltroia, ainda proprietária de grande parte da península, envolvida num projecto de urbanização, que leva o seu nome, para um grande espaço a norte e a sul da estrada nacional, na zona sudeste, mais perto da Comporta. No início da década de noventa, a sociedade consegue, com o auxílio de investidores árabes, e de muitos petro-dólares, montar um conjunto de infra-estruturas de excelente qualidade (arruamentos, passeios, iluminação, saneamento básico, etc.), que lhe permitiram atrair rapidamente investidores particulares para a compra dos seus lotes, quase exclusivamente destinados a moradias unifamiliares, num esquema organizativo bastante próximo do da Quinta da Marinha, em Cascais, quer no programa, quer nos métodos de aprovação<sup>881</sup>. Apesar de aqui também se registarem, com frequência, questões com os organismos ambientais (sobretudo por causa dos projectos sobre as dunas), o plano tem avançado a um ritmo bastante animador e com resultados considerados muito bons, por críticos e promotores.

Com esta excepção, poderíamos dizer que em Tróia o futuro tem já mais de trinta anos, uma vez que, o processo de urbanização da Torralta, iniciado com enorme vigor em 1971 e, praticamente parado desde 1974, está ainda em aberto e só quando, os novos investidores mostrarem as suas capacidades de realização, e o seu novo plano tiver efectiva realização no terreno, poderemos fazer uma verdadeira apreciação daquela que se queria, desde 1962, uma moderna e exemplar cidade turística, para o futuro.

---

<sup>880</sup> Depois de 1974, só se realizou a conclusão de alguns edifícios já adiantados, por vezes, com pequenas alterações nos projectos de pormenor, como é o caso da terceira torre (Tulipamar) com um novo desenho de fachada do Arq. Tomás Taveira.

<sup>881</sup> Um conjunto de regras para as construções particulares e uma prévia aprovação dos mesmos pela entidade promotora, são expedientes conhecidos desde a Sociedade Estoril, para a ocupação do Parque Estoril, como sabemos.

## 4.4. VILAMOURA

### 4.4.1. O Algarve até aos anos 60

Em 1927, quando finalmente se regulamenta o jogo em Portugal, são feitas concessões, de carácter permanente para o Estoril e Madeira<sup>882</sup>, e temporárias para uma série de estâncias balneares (Figueira da Foz, Espinho, Póvoa do Varzim) e também termais (Vidago - Pedras Salgadas)<sup>883</sup>. Entre estas, surge uma concessão para o Algarve, permitindo o jogo sazonal na Praia da Rocha. Este facto mostra, que a província mais a sul do país, teve alguma expressão no turismo nacional, ainda na primeira metade do século XX e, desde o início de novecentos, que Monte Gordo e a Praia da Rocha, ganharam alguma importância balnear. A procura dos veraneantes, vindos sobretudo das regiões próximas, era então complementada por uma quantidade significativa de espanhóis, que justificavam aquela concessão. Porém, esse fluxo do país vizinho abrandará, significativamente, a partir de 1936 com a Guerra Civil no país vizinho e depois dela, com as dificuldades económicas que se arrastam até ao pós-guerra.

Monte Gordo, sobretudo a partir de 1906, quando foi terminada a linha férrea que o ligava a Faro, torna-se o principal centro de veraneio do sotavento algarvio, ao mesmo tempo que recebe muitos veraneantes espanhóis, principalmente de Ayamonte, Huelva e Sevilha a quem oferecia uma larga baía de águas pouco profundas, extensa faixa de areal excelente e mar calmo<sup>884</sup>. Foi também uma família espanhola que abriu a primeira

---

<sup>882</sup> “Zonas de Jogo Permanentes”, Decreto nº 14.643

<sup>883</sup> “Zonas Temporárias de Jogo”, Decreto nº 14.722

<sup>884</sup> Em 1917, figuravam entre os veraneantes de Monte Gordo “uma dezena de médicos de Castro Marim, Faro, Mértola, Serpa, Castro Verde, Ervidel, Beja e Lisboa; engenheiros, advogados e notários destas cidades; empregados bancários e comerciantes de Faro, Beja e Beringel; empregados da C.U.F. e da C.P.; professores do liceu de Faro; o cônsul de Espanha em Faro; o presidente da Câmara de Faro e o governador civil do distrito. Juntavam-se outros membros do sector secundário de Vila Real, ligados à Litografia Progresso e à indústria de conservas, grandes proprietários rurais da região e de todo o Baixo Alentejo e

pensão em Monte Gordo, ainda antes da guerra de 1914-1918, ao mesmo tempo que mais de uma dezena de casas eram construídas pelos veraneantes. Atenuado o seu desenvolvimento nos anos 30, pela partida dos espanhóis, não deixou de ser objecto da atenção do Estado Novo<sup>885</sup>, na sequência da visita de Duarte Pacheco ao concelho de Vila Real, em 1934, quando ainda só a Pensão Espanhola dava resposta à procura dos visitantes. Na ocasião, o ministro salientou a necessidade de novas unidades hoteleiras, com maior capacidade e qualidade<sup>886</sup>, porém, só em 1960, com a construção do hotel Vasco da Gama, a estância ganhou a estrutura que há muito reclamava.

A Praia da Rocha, primeiro conhecida por Praia de Santa Catarina, apesar da sua grande beleza natural, nos primeiros anos do século não tinha ainda qualquer hospedaria e as barracas na praia eram raras. Os acessos eram difíceis, com más estradas e sem caminho-de-ferro que animasse esta praia ou qualquer outra da costa sul do país<sup>887</sup>. Os visitantes alojavam-se exclusivamente em Portimão, centro urbano mais próximo mas, em 1910, abriu um casino o que “é sintomático da crescente procura desta estância balnear e marca uma fase de sucessivos melhoramentos que vão atrair a aristocracia do Sul do País e da Andaluzia”<sup>888</sup>, ao mesmo tempo que, algumas destas famílias mais abastadas, construíam casas e *chalets*, habitados, principalmente, durante o mês de Maio<sup>889</sup>. Nos anos imediatamente antes da Guerra Civil espanhola é a nobreza andaluza que ocupa as melhores casas, logo seguida pelos visitantes ingleses, sempre em número crescente, mas que preferem o Inverno para as suas estadias. O primeiro hotel foi construído cerca de 1910 mas, rapidamente, deixou de

---

alguns industriais e comerciantes espanhóis, sobretudo de Aiamonte e da Isla Cristina” in Carminda Cavaco, “Monte Gordo: Aglomerado Piscatório e de Veraneio”, in *Finisterra*, vol. IX – 18, 1974, pp.94-95

<sup>885</sup> Veja-se o ponto 2.4.1. sobre Planos de Urbanização

<sup>886</sup> Cf. Carminda Cavaco, op. cit., p.97

<sup>887</sup> Em 1889 foi construída a linha férrea que ligava o centro do país a Faro e, no final da monarquia, inauguravam-se as primeiras linhas regionais dando acesso a alguns lugares da costa (cf. A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, pp. 90-92)

<sup>888</sup> Maria da Graça Mateus Ventura e Maria da Graça Maia Marques, *Portimão*, 1993, p.107

poder dar resposta a todos os “touristes” que o procuravam e, em 1932, “a empresa hoteleira da Praia da Rocha remodela o Hotel Viola, amplia-o dotando-o de 80 quartos, casa de banho, uma soberba casa de jantar e sala de visitas”<sup>890</sup>. Até à década de 50 a Praia da Rocha terá apenas outro hotel, inaugurado em 1936, e chamado Bela Vista<sup>891</sup>. No início dos anos 30 um novo local de diversão veio rivalizar com o casino – o Pavilhão Avenida, uma vez que, “ambos garantiam música ao vivo por ‘*magníficas orquestras jazz*’ e disputavam a melhor clientela”, e dar algum cosmopolitismo ao sítio pois “os ‘*gentis hóspedes espanhóis da Isla Cristina*’ deslocavam-se expressamente para assistir às suas festas e espectáculos”<sup>892</sup>. Esta década de 30 viu, finalmente, algumas melhorias nas infra-estruturas fundamentais<sup>893</sup>, na sequência da criação da Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, em 1930, mas reclamadas desde 1915, no I Congresso Regional Algarvio, promovido por Tomás Cabreira<sup>894</sup> e realizado no casino da Praia da Rocha, onde se denunciava o atraso da região bem como o sub-aproveitamento das suas potencialidades turísticas<sup>895</sup>.

Conservando-se neste semi-esquecimento durante décadas, o Algarve vai ressurgir, com uma dinâmica excepcional no panorama do turismo português, no início da década de 1960<sup>896</sup>. De região mais pobre e menos

---

<sup>889</sup> Ao contrário das praias do norte onde, nestes anos, os meses “obrigatórios” eram os do fim do Verão e princípio do outono, aqui o tempo de banhos por excelência é o do fim da Primavera

<sup>890</sup> M<sup>a</sup> da Graça Ventura e M<sup>a</sup> da Graça Marques, op. cit., p.110

<sup>891</sup> Por adaptação da “Villa Nossa S.a das Dores, mandada construir por António Júdice Magalhães Barros nos finais do século XIX” (*Idem, ibidem*)

<sup>892</sup> *Idem*, p.115

<sup>893</sup> Esta praia também teve um plano de urbanização nestes anos (cf. ponto 2.4.1.)

<sup>894</sup> Sociedade Propaganda de Portugal (cf. ponto 2.3. sobre o Fenómeno do Turismo). Min. Das Finanças em 1914, aquando do projecto de Fausto de Figueiredo para o estoril (cf. Ponto 4.1.)

<sup>895</sup> Ainda em 1936, no I Congresso Nacional de Turismo, se propunha um vasto plano de obras para o sítio e se defendia a construção de um grande hotel, só erguido na década de 60, junto ao casino, o actual Hotel Algarve (cf. a Graça Ventura e M<sup>a</sup> da Graça Marques, op. cit, p.116)

<sup>896</sup> Resultado, também, das profundas transformações sociais e económicas, (que já referimos no ponto 4.3. para o caso de Tróia), pois, “nestas condições, e uma vez que a maioria das transações, tanto de exportações (...) como de importações (...), se fazem com os principais países emissores da clientela turística internacional, compreende-se que, no aspecto macro-económico, o turismo, com a respectiva entrada de divisas, representasse para Portugal uma importante possibilidade de salvar, pelo menos aparentemente, a independência económica” in Carinda Cavaco “Geografia e Turismo no Algarve – Aspectos Contemporâneos”, in *Finisterra*, vol.IV – 8, 1969, p.220

desenvolvida do continente, passa a ocupar o lugar de grande centro de veraneio nacional e internacional, tornando-se a zona do país onde a nova indústria turística mais rapidamente cresceu. O movimento acelerado da procura internacional pelo nosso país, que nestes anos se inicia, tem no Algarve um dos seus principais destinos e, rapidamente, o poder político compreende a sua importância para o planeamento da economia da região, como se comprova pela aprovação do Plano Intercalar de 1965 e, mais ainda, do III Plano de Fomento, de 1968, onde se lê: “Quanto à sub-região do Algarve, o seu desenvolvimento próximo basear-se-á, como se disse, fundamentalmente na expansão do turismo (...) e no aproveitamento dos respectivos reflexos”<sup>897</sup>.

De facto, o Algarve possuía uma série de factores que iriam mostrar-se decisivos para que viesse a ocupar uma posição de privilégio entre as zonas de veraneio balnear mais populares da Europa. Em primeiro lugar, as suas óptimas condições geográficas e climatéricas, de características quase mediterrânicas, mas sem a saturação estival de outros centros já famosos. Em segundo lugar, a extensão, variedade e qualidade das suas praias, todas de areia fina, que se espalham de Barlavento a Sotavento. Por último, o “Algarve, dominado por um povoamento costeiro, em que quase todas as aglomerações importantes se situam à beira-mar, oferecia já as infra-estruturas mínimas para uma promoção destacada”<sup>898</sup>. À medida que crescem os fluxos de visitantes, estas velhas povoações vão sendo progressivamente equipadas e renovadas<sup>899</sup>, mas logo começarão a surgir os centros turísticos criados de novo. A estes factores objectivos locais, aliam-se as conjunturas socio-económicas nacional e internacional: os estrangeiros procuram novas opções de lazer e Portugal acredita resolver as

---

<sup>897</sup> III Plano de Fomento, cit. in *idem*, p.225

<sup>898</sup> Carminda Cavaco, “Geografia e Turismo no Algarve – Aspectos Contemporâneos”, in *Finisterra*, vol.IV, nº8, p.222.

<sup>899</sup> É o caso, mais emblemático, da vila piscatória de Albufeira, “descoberta” em 1962 por um grupo de artistas modernos ingleses.



insuficiências estruturais da região<sup>900</sup> e o desequilíbrio das suas contas externas através do turismo. Finalmente, há que contar com um factor, talvez ainda mais importante, que é a moda, criada por uma propaganda eficiente e favorecida, no caso do Algarve, pela importância que a vida balnear ganhou na segunda metade de novecentos. Aqui joga também a existência de transportes rápidos e modernos, sobretudo importante para uma província “longínqua” como era o Algarve. A construção do aeroporto de Faro, aberto à circulação no verão de 1965, permitiu compensar a distância que separa a região dos grandes centros emissores de clientela. Mas o III Plano de Fomento chama também a atenção para a necessidade de se construírem outros acessos, quer portos de mar para o movimento turístico, quer “a construção de uma via rápida que, saindo de Lisboa, corra paralelamente à costa ocidental e continue depois, em sentido longitudinal, até à fronteira espanhola”<sup>901</sup>. É que “o turista moderno, viajando de avião ou mesmo de automóvel, atravessa rapidamente e quase sempre com indiferença as terras que o separam da praia escolhida. (...) Outros aspectos se lhe impõem: céu azul, dias soalheiros, temperatura amena, mar calmo, recantos abrigados de praia com areia fina e confortáveis hotéis, *boîtes*, casinos e terrenos de jogo. De acordo com algumas destas exigências da procura, o Algarve, terra quase vazia para o turismo até 1960, foi eleito”<sup>902</sup>.

Entre 1962 e 1965 assiste-se a um crescimento constante da clientela inglesa, que se concentra sobretudo nas praias entre Albufeira e Faro, e, logo depois, uma enorme procura de alemães, que escolhem preferencialmente as praias do Barlavento – Lagos, Portimão e Sagres.

---

<sup>900</sup> O Algarve não tinha importantes estruturas industriais (estas reduziam-se, praticamente, às conservas), vivia, sobretudo, de uma agricultura cada vez menos competitiva e o resultado eram uma forte emigração e muito desemprego. Os programas turísticos apresentavam-se como uma excelente forma de criar emprego diversificado (construção civil, hotelaria, etc.), com salários mais altos que a agricultura, de captar capitais e pôr em marcha o desenvolvimento, ou seja, de funcionar como um “catalizador de múltiplos efeitos induzidos em várias actividades, às quais proporcionará mercados importantes” (Alfredo Coelho de Magalhães, “O Planeamento e o Sector do Turismo”, in *Boletim do Comissariado do Turismo*, nº3, 1968, p.14)

<sup>901</sup> III Plano de Fomento, 1968, cit in Carminda Cavaco, op. cit., p. 226

Paralelamente à evolução da procura desenvolve-se a capacidade de recepção. Em 1958, a construção do edifício da F.N.A.T., em Albufeira, começara a desviar alguns lisboetas para estas praias e, em 1960, ano das Comemorações Henriquinas, este turismo nacional acentuou-se. Construiu-se, então, o primeiro grande hotel de todo o Algarve – o Vasco da Gama em Monte Gordo que, pela sua situação junto à fronteira, teve um papel pioneiro entre as praias algarvias. No ano seguinte, o Estado encomenda a Keil do Amaral um estudo de urbanismo para toda a província – “Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve” – no qual trabalhou afincadamente. O relatório do estudo revela claro entendimento da complexidade e do cuidado a ter neste processo, forçosamente a longo prazo, e nele é “também patente a argúcia com que detectou os germes – ainda encobertos – da degradação do Algarve”<sup>903</sup>. Para o autor a questão fundamental é esta:

“Valorização para que espécie de turismo? E para que espécie de turistas? Cometeríamos um erro, desses que se pagam caro, se não começássemos por esclarecer tais aspectos. Antes de se decidir valorizar seja o que for, é necessário saber exactamente para quê, com que objectivo; é preciso ter uma finalidade ponderada e concreta, para que a improvisação não se instale logo na base da obra que pretendemos realizar. (...) A existência de pequenas praias não urbanizadas, de recantos isolados, duma natureza natural, ainda não adulterada, paralelamente à de importantes centros estivais, é, quanto a mim, um dos mais valiosos trunfos de que dispomos para atrair turistas de além-fronteiras e mesmo alguns nacionais a quem já não seduz a promiscuidade e o bulício das nossas praias concorridas. É isso, fundamentalmente, o que já não existe por essa Europa além. (...)”

---

<sup>902</sup> Carminda Cavaco, op. cit., p.228

<sup>903</sup> Keil do Amaral. *O arquitecto e o humanista*, p.76

A necessidade de planeamento constitui, pois, no meu entender, uma conclusão primacial sobre a qual se torna indispensável assentar. Mas essa necessidade não deve apenas levar o Governo a impor determinadas normas restritivas ou coordenadoras. Deve, também, conduzi-lo a uma larga acção de esclarecimento, de apoio técnico, de apoio económico, a certas atitudes exemplares<sup>904</sup>. São os resultados desta reflexão, e os pressupostos aqui enunciados que Keil do Amaral mostrará, mais concretamente, no plano de urbanização de Tróia, realizado logo depois<sup>905</sup>.

Em 1962, o distrito de Faro possuía apenas 57 estabelecimentos hoteleiros: sete hotéis, dos quais cinco de 1ª classe, seis pousadas e estalagens e 44 pensões. Em 1967, este número eleve-se para 98, dos quais 21 são hotéis, com 14 de 1ª classe, treze pousadas e estalagens e 62 pensões. Como vemos pelos últimos números é, sobretudo, nos equipamentos de qualidade que se regista um maior acréscimo, de acordo com as preferências da clientela estrangeira, geralmente de classe social abastada, pela selecção espontânea que a posição marginal do Algarve introduz.

É verdade que, ao longo dos anos 60, esta explosão de turismo no Algarve vai também ser responsável por inúmeros “crimes” urbanos, arquitectónicos e paisagísticos<sup>906</sup>, fruto de uma especulação imobiliária desenfreada e mal controlada, porém, é no sentido oposto, na procura de qualidade sem agredir demasiadamente valores culturais presentes, que alguns programas turísticos, de escala europeia, vão ser postos em prática, com resultados bastante interessantes, para a nossa história balnear, e com carácter modelar para experiências futuras. É este o caso da Balaia, é

---

<sup>904</sup> Keil do Amaral, *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve*, introdução ao “relatório”, cit. in Idem, p.77

<sup>905</sup> Cf. ponto 4.3.2. sobre este plano

<sup>906</sup> Vejam-se os casos da Quarteira e/ou Albufeira, só para citar dois mais flagrantes. Aquilo para que Keil do Amaral já nos ‘avisava’ em 1961-62 quando escrevia: “Já os gaviões do negócio contaminaram da sede do lucro muitos proprietários de terrenos confinantes com algumas dessas praiaszinhas. Já o ambiente geral é o da mira num enriquecimento fácil e rápido, vendendo terreno em lotes” (*Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve*, cit in Keil do Amaral. O arquitecto e o humanista, p.77)

também o da Praia do Vau, mas é, acima de tudo, o do projecto que aqui nos ocupa - Vilamoura.

#### 4.4.2. A “Quinta da Quarteira”

No início era a Quinta da Quarteira ou, mais vulgar ainda entre os algarvios, o Morgado da Quarteira, situado no litoral, junto aos limites comuns dos concelhos de Loulé e Albufeira. Fazia parte das propriedades da coroa (reguengos), por reserva de D. Afonso III, em 1266. D. João I, que aí fizera os primeiros ensaios de plantação de cana do açúcar, cedeu a quinta, em 1413, ao fidalgo Gonçalo Nunes Barreto, como recompensa da sua lealdade, mas também com a finalidade de ali manter a soberania do novo rei, bem como, organizar um pequeno exército para ajudar na conquista de Ceuta, em 1415<sup>907</sup>. Longamente permaneceram estas terras nas mãos da família dos Barretos, onde se destacaram algumas figuras marcantes da nossa história, quer nos feitos militares, quer no desempenho político. Em 1863, quando o rei D. Luís extingue o sistema de morgadios, a Quinta da Quarteira começa a viver com grandes dificuldades e, para fazer face às despesas do seu palácio da Palhavã, os proprietários arrendam parte das terras e contraem pesadas hipotecas. Em 1915, e perante a situação cada vez mais delicada, é decidido em conselho de família que se procedesse à venda dos bens da Quinta, constituindo-se, então, a Sociedade Santos Lima, Lda., para exploração e revenda em talhões, o que veio a suceder em 1928. Até Junho de 1964, a Quinta da Quarteira foi explorada e arrendada por várias sociedades quando, o banqueiro Arthur Cupertino de Miranda<sup>908</sup>, com o

---

<sup>907</sup> Cf. Rogério Vieira Fontes, *Cerro da Vila – Um Documento Histórico*, 2001 (doc. Lusotur)

<sup>908</sup> Presidente do Banco Português do Atlântico. Fazia parte “de um grupo pequeno, mais ou menos fechado, de autênticos ‘senhores feudais’ na indústria, no comércio e na banca”, favorecidos por Salazar e ainda mais por Marcelo Caetano este, aliás, “já dentro de uma política deliberada de apoio a um neo-capitalismo renovador do País”. Ao lado deste banco, apareciam, em 1973, como grupos financeiros principais, o grupo CUF, o grupo Espírito Santo, o grupo Champalimaud, o grupo Borges e Irmãos, o

intuito de concretizar o sonho de transformar a propriedade no maior empreendimento turístico privado da Europa, adquiriu as quotas da sociedade proprietária em 27 de Outubro de 1964, passando o nome Quinta da Quarteira para Vilamoura. “Esta evolução foi comum a outras grandes propriedades do Algarve: reguengos, cedência dos mesmos à nobreza, venda a uma nova burguesia endinheirada, que por sua vez os vendem nos anos 60 a grandes sociedades de desenvolvimento turístico”<sup>909</sup>. Para a administração do novo projecto constituíra-se a Lusotur – Sociedade Financeira de Turismo, S.A.R.L.. Criada em 1965, tinha como objectivo estatutário a urbanização dos terrenos da Quinta ou Morgado da Quarteira, de modo a fazer nascer a “cidade” turística de Vilamoura. “O propósito da Lusotur era, naturalmente, acompanhar o desenvolvimento do fenómeno turístico que despertou no início da década de 60, especialmente na Europa do Sul. Iniciado com o objectivo de se tornar num dos maiores e mais completos empreendimentos turísticos privados da Europa, a sua consecução pode e deve ser considerada como parcialmente (1ª fase) realizada”<sup>910</sup>. Em 1963, num acaso dos seus trabalhos agrícolas, um dos rendeiros da Quinta descobriu um conjunto de desenhos feitos com mosaicos. Assim começou a história da Estação Arqueológica do Cerro da Vila<sup>911</sup>, ocupando uma área de três hectares, que a Lusotur tem gerido e conservado, desde então. As mudanças no traçado do litoral explicam a presença destas ruínas de uma antiga vila romana, servida por navegação costeira e fluvial, que constituem

---

grupo Banco Nacional Ultramarino e o grupo FONSECAS e BURNAY (Cf. A.H de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, pp. 482-483)

<sup>909</sup> Carminda Cavaco, “Da Quinta da Quarteira à Vilamoura”, in *Turismo e Lazeres*, Centro de Estudos Geográficos, U.L., nº45, 1996, p.99

<sup>910</sup> *Breve historial da Lusotur – Sociedade Financeira de Turismo, S.A.*, doc. da Lusotur, 2001

<sup>911</sup> Em 1878, já Estácio da Veiga o referenciara na sua Carta Arqueológica do Algarve mas apenas por materiais de superfície. Aquando desta descoberta, a Lusotur estabeleceu um acordo com o rendeiro e chamou um arqueólogo (eng. Farrajota) para iniciar as escavações no local. Logo puseram a descoberto uma *villa* romana e, nos vinte anos seguintes, com a colaboração de vários cientistas e sob a orientação do arqueólogo José Luís de Matos, a já Estação Arqueológica passou a ocupar três hectares que englobam, para além da *villa*, um complexo de balneários públicos, outras casas menores com mosaicos, vários tanques de salga de peixe e uma necrópole (cf. Rogério Vieira Fontes, op. cit., p.5)

um importante acervo patrimonial e um motivo extra de atracção para os visitantes.

#### **4.4.3. O Plano da Lusotur para Vilamoura**

O Plano abrangia, na sua versão inicial, uma área de 1.631 hectares, dos quais 1.053 se destinavam a utilização turística, contemplando a criação de 50.000 camas e toda uma vasta gama de serviços e estruturas, de diversa natureza – hoteleiras, económicas, sociais, desportivas, recreativas e de apoio geral – próprias de uma “nova cidade”. Entre estas estruturas devemos sublinhar, pela sua inovação em Portugal, a marina, os campos de golfe, o casino, os lagos e as zonas verdes. Desde 1926, transformada em sociedade agrícola, a quinta teve, desde cedo, orientação capitalista e, a passagem para a exploração turística, não anulou de imediato aquela actividade. Começando a urbanização a leste, pelas zonas de pinhal, foram deixadas as várzeas e as terras mais férteis de oeste, onde se situava a principal área de lavoura: “aqui apenas foi instalada uma pequena estalagem de qualidade e criada a escola de equitação. A actividade agrícola foi, aliás, reconhecida como fundamental no modelo de exploração preconizado para a Quinta pela nova empresa proprietária, que apenas procurou adaptá-la à vocação já tradicional dos terrenos arenosos de beira-mar algarvia, para a produção de primores hortícolas e frutícolas, e às perspectivas do mercado regional, carente quanto a abastecimento de leite em natureza”<sup>912</sup>. Apesar desta coexistência não ter sobrevivido às modernas técnicas de mercado, a solução é extremamente original e funcionou com sucesso durante muitos anos. Programada desde o início, esta “Zona Rural de Protecção” foi prevista, “não só como elemento necessário de individualização do novo aglomerado, mas também com funções abastecedoras, não sendo de encarar a sua

---

<sup>912</sup> Carminda Cavaco, op. cit., p.102

ocupação com expansões urbanas ou turísticas, e, em qualquer caso, nunca antes de decorridos, pelo menos 20 anos após a aprovação deste regulamento”<sup>913</sup>. A estalagem de que se fala no texto mais acima<sup>914</sup>, foi a primeira estrutura de alojamento a funcionar em Vilamoura, instalada na antiga residência dos morgados de Quarteira. Começou a funcionar logo em 1965, sobretudo para apoio dos técnicos e gestores do projecto e, depois do tremor de terra de 1969, foi profundamente remodelada para receber todo o tipo de visitantes.

Procurando uma experiência em projectos privados a esta escala, que não existia em Portugal, a Lusotur acabou por se virar para a costa oeste dos Estados Unidos, onde, nesses anos, uma firma de arquitectos de Los Angeles, projectara a famosa estância *Rancho Palos Verdes*<sup>915</sup>. Estava assim encontrada uma preciosa colaboração para o plano de urbanização. ao mesmo tempo que se estabelecia uma não menos importante parceria financeira. O Gabinete de Estudos Urbanísticos, que levará o nome de GEUR, congregava três ateliers: Carver L. Baker & Assoc. (Los Angeles) com Frank Sata e Bill O’Dowd; S.E.T.A.P. (Paris) com os arquitectos P. Gennet, J. Dimitrijevic, H. Coulomb e J. M. Charuet; e GEFEL, S.A.R.L. (Lisboa) de João Caetano, Eduardo Medeiros e António Abrantes. Os serviços técnicos e de engenharia foram coordenados pela Hidrotécnica Portuguesa, Lda. e os projectos do golfe foram realizados por C. K. Cotton & Co., J. J. F. Pennink e José Sousa Melo<sup>916</sup>. Uma verdadeira equipa internacional, para um programa privado de grande ambição, também a nível financeiro. Na primeira página do Ante-Plano<sup>917</sup> pode ler-se: “nesta

---

<sup>913</sup> Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura, Memória Descritiva e Justificativa, ponto 4.5., doc. ass. pelo Prof. Costa Lobo, s/d (depois de 21 de Março de 1966), Arquivo da Lusotur, Vilamoura

<sup>914</sup> Estalagem da Cegonha

<sup>915</sup> Costa de S. Pedro, Los Angeles, Califórnia

<sup>916</sup> O estudo do regime administrativo do empreendimento foi encomendado a Marcelo Caetano (professor catedrático de direito administrativo) segundo carta da Lusotur para o M.O.P. de 1966 (sem dia e mês) (doc.Lusotur)

<sup>917</sup> O Ante-plano foi elaborado segundo as orientações do ministro das Obras Públicas e da Direcção Geral de Urbanização (conf. carta da Lusotur para o M.O.P. de 23 de Novembro de 1965 – doc. Lusotur). A

sociedade estão representados capitais portugueses congregados pelo BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO e capitais norte-americanos congregados por GREAT LAKES PROPERTIES INC., com sede em 630 Shato Place, Los Angeles, Califórnia 90005. U.S.A.”<sup>918</sup>.

O primeiro item deste ante-plano diz respeito aos números da população previstos para o final desta fase da urbanização: um total de 50.000 pessoas na estância, das quais cerca de 38.000 serão turistas e 12.000 complementares. Do total de habitantes, sensivelmente 36.000 permanecerão permanentemente em Vilamoura. Este número de pessoas representam cerca de 13.000 fogos turísticos e 5.000 fogos complementares, num total de 18.000. No final da operação, e para abrigar esta população, a estância deverá disponibilizar: 4.700 quartos de hotel, 3.100 alojamentos de baixa densidade; 8.200 de alta densidade e 2.000 lugares em campos de férias. Prevê-se uma circulação máxima de 13.000 veículos e um faseamento de construção por etapas ao longo de vinte anos. A seguir, fala-se das estruturas, infraestruturas e equipamentos, começando por se dizer: “O objectivo do PRELIMINARY MASTER PLAN é precisamente o de definir o partido de ordenação do conjunto da zona considerada, a infraestrutura sobre a qual se deverá organizar os equipamentos colectivos, públicos e privados. A sociedade LUSOTUR, tendo, aliás, plenamente consciência da importância da futura estância e da influência que ela terá certamente sobre o meio económico e social da região, aceitou o princípio que as áreas necessárias para a instalação dos diversos equipamentos colectivos, públicos e privados, sejam reservados, desde logo, no quadro do plano de MASSA geral”<sup>919</sup>. Para compreendermos do que trata este plano, devemos recorrer a

---

figura do Ante-plano foi criada em 1946, com carácter obrigatório para todas as Câmaras à excepção de Lisboa e Porto pelos Decretos-lei 33.921 (realização) e 35.931 (aprovação)

<sup>918</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, Relatórios Técnicos, GEUR para a Lusotur, s/d, Arquivo da Lusotur, Vilamoura. Punha-se aqui em prática uma das orientações fundamentais da futura política marcelista: “novo e amplo papel da iniciativa privada com forte apoio estatal” e “o apelo aberto do Governo ao investimento estrangeiro” in nando Rosas, op. cit., p.467

<sup>919</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., p.41



um outro documento, com origem na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do M.O.P. onde se afirma que esta é uma “iniciativa privada perfeitamente integrada nos programas de desenvolvimento regional” que o Ministério quer promover para o Algarve “e que corresponde à execução de uma das partes essenciais do referido desenvolvimento”. Ainda segundo o mesmo documento, esse programa tem como “elementos fundamentais de valorização turística do litoral algarvio, a criação de cinco grandes estâncias turísticas, estrategicamente distribuídas em função da localização das maiores praias” e um destes núcleos deverá ser, precisamente, nos terrenos que a Lusotur adquiriu a poente da Quarteira<sup>920/921</sup>. O signatário deste documento, Celestino da Costa, é o nome que nos aparece com maior frequência, uma vez que é ele o responsável pela coordenação entre os promotores privados do projecto e os organismos públicos com poderes de decisão. Dirigindo, então, o Gabinete Técnico do Algarve, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, o engenheiro Celestino da Costa pertencia ao primeiro grupo de técnicos da administração a ser formado em urbanismo, em Inglaterra, juntamente com um outro engenheiro, Pedro de Vasconcelos e o arquitecto Fernando Mesquita, em 1944.

O vasto programa de equipamentos previsto distribui-se pelas categorias seguintes: equipamentos médico-socio-culturais e religiosos (serviços médicos, de assistência, escolares, religiosos e culturais), equipamentos administrativos (serviços de estado e municipais, empresas públicas e segurança pública), infraestruturas primárias (transportes, saneamento, redes de abastecimento público e regularização da costa e drenagem), actividades primárias e secundárias, actividades terciárias e, finalmente, equipamentos de recreio e desporto, com uma longa lista de

---

<sup>920</sup> Informação ao Exmo. Engenheiro-Geral, M.O.P., D.G.S.U., 15 de Março de 1966, ass. A. Celestino da Costa, p.1 (doc. Lusotur)

<sup>921</sup> As possibilidades e limitações do empreendimento pretendido foram pedidos em requerimento de 5 de Outubro de 1964 e aprovadas pelo Ministro por despacho de 2 de Novembro de 1964. Logo depois realizou-se a aquisição.

elementos que vão do golfe aos cais da marina, passando por piscinas, campos de ténis, clube de tiro, picadeiro, etc..

Quanto às áreas necessárias para o arranjo do conjunto da estância, estavam previstos os seguintes valores para as várias categorias de ocupação do solo: habitações turísticas e complementares (todas as categorias) - 317,4 hectares; equipamentos colectivos (todas as categorias) – 412,99 hectares; espaços verdes naturais – 323,91 hectares; zona agrícola – 576,70 hectares. Não só em termos de área, mas em índices de ocupação, é importante conhecer os valores propostos pelo ante-plano para as diferentes categorias de habitações, englobando hotéis e restantes alojamentos. Numa estimativa para o total da urbanização, os primeiros são distribuídos por quatro categorias, segundo a densidade prevista. Assim, o tipo A supõe cinco alojamentos por hectare, ou seja, cerca de 60 quartos/ha, e hotéis com dimensões de 150 a 300 camas; o tipo B prevê 35 alojamentos por hectare (cerca de 100 quartos/ha) com hotéis de 100 a 150 camas; o tipo C propõe 65 aloj./há (cerca de 150 quartos/hectare) e dimensões de 50 a 100 camas; finalmente, para a categoria D a densidade prevista é de 106 alojamentos/hectare (cerca de 200 quartos/hectare) com unidades hoteleiras de 20 a 50 camas.

Em relação aos restantes alojamentos, distinguem-se dois tipos: de baixa densidade e de alta densidade. Por sua vez, cada um destes se divide em duas categorias. Quanto aos primeiros:

Categoria A – densidade prevista de 5 alojamentos/hectare; cerca de 700m<sup>2</sup> de piso construído por hectare; altura média de 1 piso (R/c.); ocupação do solo em cerca de 10%

Categoria B – densidade prevista de 35 alojamentos/hectare; cerca de 3.500m<sup>2</sup> de piso construído por hectare; altura média de 2 pisos (R/c.+1 piso); ocupação do solo de 15 a 20%.

Em relação aos segundos, de alta densidade:

Categoria C – densidade prevista de 65 alojamentos/hectare; cerca de 6.500m<sup>2</sup> de piso construído por hectare; altura média de 3 pisos(R/c.+2 pisos); ocupação do solo de 20%.

Categoria D – densidade prevista de 106 alojamentos/hectare; cerca de 7.500m<sup>2</sup> de piso construído por hectare; altura média de 4 pisos (R/c.+3 pisos); ocupação do solo de 20 a 25%.

“As densidades consideradas foram estabelecidas de modo a salvaguardar o carácter do local e o carácter da estância, conservando-se propositadamente bastante baixa, no enquadramento duma arquitectura de espírito tradicional”<sup>922</sup>. Devemos lembrar aqui, que a densidade global admitida pelo Plano Regional do Algarve, para a zona urbanizada da Quinta da Quarteira, era de 100 habitantes ou 30 alojamentos por hectare. Esta densidade, no entanto, poderia atingir 300 habitantes ou 90 alojamentos por hectare, nas zonas mais urbanizadas. Estes elevados índices, consignados na lei, vão constituir um poderoso factor de pressão, por parte da Lusotur, quando pretender pôr em prática a 2ª fase de urbanização de Vilamoura, já nos finais da década de 1990.

Neste Plano Regional previa-se, também, a construção de uma auto-estrada ou via rápida ao longo da província, que ligaria Lagos a uma ponte sobre o Guadiana<sup>923</sup>, estabelecendo uma fácil e rápida ligação com Espanha, bem como uma nova auto-estrada entre Lisboa e o Algarve, com o limite próximo de Albufeira, em posição central em relação à costa<sup>924</sup>. No entanto, quando o plano foi apresentado, a principal via de trânsito regional era a estrada nacional nº125 e, naturalmente, a primeira preocupação dos acessos a Vilamoura foi a ligação a esta estrada. A estrada municipal nº526, de Albufeira a Quarteira, era a única que servia a Quinta e o seu

---

<sup>922</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., pp.46-47

<sup>923</sup> Chamada “Via do Infante”. O primeiro troço de sotavento, até à fronteira espanhola, foi completado em 1992, por ocasião da Exposição Universal de Sevilha, e que hoje liga à “Auto-pista del Centenario”

<sup>924</sup> Tanto a via transversal até Espanha como a auto-estrada de Lisboa ao Algarve, já eram propostas em 1936 no I Congresso Nacional de Turismo, como vimos atrás

aproveitamento está nos planos dos urbanistas, para permitir o desvio do tráfego do centro da futura estância. A rede viária a construir, proposta no plano, deve contemplar vias para peões, cavaleiros e veículos automóveis, comportando estas um serviço de transportes colectivos. A “Via Central”, como é chamada na planta, é um elemento fixo, bem como todas as vias intersectoriais constantes do plano geral. As restantes rodovias poderão ser ajustadas nos planos de sector. A via principal deverá ter separador central e uma largura total não inferior a 30 metros, enquanto as intersectoriais terão uma faixa de rodagem de 9m e uma largura total de 18 metros. As superfícies reservadas a estacionamento em cada sector, devem garantir a possibilidade de estacionamento para 50 automóveis além dos necessários para as habitações e hotéis e, na área central de Vilamoura, esse número deve ser de 1000, além dos lugares reservados à praia.

A vasta propriedade tem a configuração de um polígono irregular com cerca de 4.000 metros de norte a sul e 3.000 de este a oeste, banhado pelo oceano, segundo uma linha orientada sensivelmente NO/SE e compreende, no plano físico, duas zonas distintas, de valor equivalente: uma zona plana e baixa – a várzea, e uma zona de relevo pouco acentuado – as colinas. A zona das colinas, que ocupa a parte norte do terreno, é composta por pequenas elevações, de 30 a 50 m, formando uma série de cabeços de inclinação suave e separados por depressões ligeiras. Algumas destas colinas estão cobertas de pinheiros e eucaliptos, e outras, por plantações de figueiras, oliveiras e amendoeiras. A várzea, ocupa a parte mais próxima do mar, com uma largura média de 1.000 a 1.500 metros e é atravessada a oeste por uma ribeira. A costa é baixa, com praias arenosas, formando na parte posterior uma linha de arribas ligeiramente mais elevada que a várzea. “O local oferece, portanto, grandes possibilidades de ordenação, mas requer uma

ordenação”<sup>925</sup>. Os condicionamentos urbanísticos prévios, expostos no ante-plano, são os seguintes:

“A)- A ordenação turística da propriedade não poderá cobrir totalmente a área desta última, mas somente cerca de dois terços, pelo menos nos primeiros anos. De qualquer modo, parte das melhores terras de cultura deverão ficar em regime de exploração agrícola.

B)- A densidade desta urbanização não deverá igualmente ultrapassar uma densidade de 100 pessoas por hectare.

C)- O traçado das estradas de acesso ao Centro deverá ter em conta as disposições do esquema das futuras comunicações regionais.

D)- Duma maneira geral, a estância não deverá constituir um elemento estranho ao meio regional circundante, mas pelo contrário, ser quanto possível um elemento de desenvolvimento económico e de evolução desse meio regional”<sup>926</sup>.

Tendo em vista estas premissas básicas, o plano propõe um desenvolvimento urbanístico, cujas linhas directrizes são as seguintes:

“1º- Concentração duma parte dos alojamentos e dos hotéis nos cumes e vertentes das colinas, acima da costa +20m, utilizando de preferência as encostas Sul e Sueste a fim de beneficiar da vista, da brisa marítima e da melhor exposição solar.

2º- Animação e valorização da parte mais baixa da planície, pela criação dum porto interior e dum lago, transformando assim esta zona, sem grande interesse turístico, num local artificial de valor, em torno do qual será possível criar, em excelentes condições, um núcleo urbano importante.

3º- Reservar o conjunto da orla costeira, numa profundidade superior a 200 m, para a instalação de equipamentos colectivos, públicos e privados.

---

<sup>925</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., p.98

<sup>926</sup> *Idem*, p.99

4º- Utilização do pinhal mais importante, situado numa colina no centro da propriedade para a instalação dum Campo de Golfe, de categoria internacional, que constituirá uma atracção comparável, em certa medida, à do porto.

5º- Manter e acusar o carácter paisagístico, cultivado ou não, da zona da Várzea, situada entre o porto e o sopé das colinas, a fim de:

- organizar perspectivas para os alojamentos situados nas colinas
- quebrar a intensidade de urbanização
- manter as características da paisagem.

6º- Agrupar os alojamentos previstos em núcleos e zonas urbanizadas, dentro do espírito e da escala das aldeias existentes presentemente no Algarve.

7º- Ligar o centro da zona a urbanizar tanto à estrada nacional como ao aeródromo de Faro e, posteriormente, à futura auto-estrada regional por estradas de largas dimensões, fazendo passar:

- a primeira pelo vale principal, situado a Oeste da zona urbanizada
- a segunda por uma depressão de menor importância, situada na extremidade Leste da propriedade.

8º- Distribuir a maior parte dos equipamentos, administrativos, económicos e sociais, necessários ao conjunto da população, por três centros principais, um no porto, dois sobre as colinas e deixar, entre estas, zonas de recreio ou núcleos predominantemente residenciais.

9º- Concentrar na zona arborizada, intermédia, os múltiplos equipamentos turísticos e de recreio, não forçosamente ligados à proximidade imediata do mar, a fim de diversificar geograficamente os diferentes centros de interesse e criar assim motivos para deslocações entre os diversos centros do conjunto”<sup>927</sup>.

---

<sup>927</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., pp.101-102

Digamos, desde já, que este conjunto de directrizes, extremamente bem concebido, virá a ser cumprido, na sua quase totalidade, durante a realização do projecto. Mas vejamos agora como se organiza a estrutura da estância, contemplando 18.000 alojamentos, dos quais 4.700 quartos de hotel, para uma população total de 50 a 55.000 habitantes onde, aproximadamente, 35.000 serão permanentes com cerca de 15.000 complementares. A necessária unidade e nível de qualidade que se desejam, num plano a realizar em fases sucessivas, com duração impossível de calcular, obriga a uma estrutura forte que permita aos responsáveis controlar e orientar os estudos posteriores. Assim, são definidos oito sectores, dos quais sete estão destinados a urbanização e o oitavo a exploração agrícola. “Estes sectores urbanos serão de importância diferente e será a sua composição, e não a sua simples justaposição, que constituirá a estância de Vilamoura”<sup>928</sup>. Funcionando em ligação e complementaridade entre si, estes sectores são os seguintes:

Sector 1 – O Porto	Capacidade possível de recepção	17.000 pessoas
Sector 2 – O Pinhal	“ “ “	7.000
Sector 3 – O Figueiral	“ “ “	7.000
Sector 4 – O Golfe	“ “ “	6.000
Sector 5 – O Lago	“ “ “	3.000
Sector 6 – O Olival	“ “ “	12.000
Sector 7 – A Praia	“ “ “	3.000
Sector 8 – Actividade Agrícola		

A fim de dar a cada um dos sectores uma finalidade e um carácter particular, escolhem-se densidades propositadamente diferentes, bem como uma distribuição diversificada dos equipamentos colectivos, destinando-se uns, sobretudo a zonas residenciais e outros, mais particularmente a espaços de recreio. À excepção do sector do Porto, que deveria funcionar como

<sup>928</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., p.103

centro da futura “cidade”, a zona mais urbanizada é a do Pinhal, devido à presença do campo de férias. Altas e médias densidades concentram-se na marina e nos cumes e vertentes das colinas, enquanto as baixas e muito baixas se concentram perto das zonas de recreio, na várzea e em redor do golfe.

O porto interior propõe-se ter uma área molhada de 20 hectares, permitindo abrigar 1.000 embarcações de recreio, grandes, médias e pequenas, com cais acostáveis e *passarellas* flutuantes. O acesso à bacia seria feito através de um ante-porto protegido por molhes, onde se poderão abrigar muito grandes embarcações de recreio ou de pesca. Todos os serviços necessários ao bom funcionamento de um porto de recreio estarão disponíveis, segundo os princípios utilizados, então, nas mais importantes marinas do Mediterrâneo. Os estudos técnicos e a responsabilidade da construção deste porto foram entregues à Hidrotécnica Portuguesa, Lda. que, utilizando o sistema de sub-empregadas, logo começou os trabalhos necessários, em rigoroso cumprimento do plano geral. A ilha, o canal e o lago, parte muito interessante do projecto, foram adiados e, com uma nova estrutura e organização, surgem na 2ª fase de urbanização, actualmente em curso. Em termos de importância turística, o segundo equipamento de Vilamoura será o campo de golfe (sector 4), cujo estudo foi entregue a uma firma inglesa, C. K. Cotton & Co., e o local escolhido a colina mais alta, chamada de Vale Tisnado, ao centro da parte norte da propriedade, muito próximo da via de acesso principal. “O conjunto do sector do Golfe ocupa cerca de 230 hectares e divide-se em três zonas distintas: a zona do golfe propriamente dita; a zona imediatamente circundante ou primeira zona residencial; a zona do golfe ou segunda zona residencial. Estas três zonas estão cercadas por uma importante zona de protecção constituída por campos de cultura e espaços verdes de isolamento”<sup>929</sup>. O terceiro aspecto a

---

<sup>929</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., pp.107-108



merecer a maior atenção dos urbanistas responsáveis diz respeito aos espaços verdes, com vista a definir, desde o início, uma verdadeira política de plantações e arranjo do solo. As características destas plantações devem ser determinadas pelas funções que irão desempenhar, tal como: espaços verdes de isolamento, nas proximidades das vias de trânsito e parques de estacionamento; espaços verdes de ligação e caminhos para peões; espaços verdes de recreio e passeio; e espaços verdes ajardinados de carácter urbano.

Apesar da natureza deste estudo urbanístico, que “deve ser encarado como um plano de orientação geral e enquadramento dos planos parciais de pormenor, sempre sujeito a ajustamentos derivados do estudo mais aprofundado dum dado sector ou de determinado aspecto”<sup>930</sup>, “a importância da estância na fase final e o desejo de lhe querer dar um determinado carácter, implicam a necessidade de definir, desde já, uma política de arquitectura que possa orientar ao mesmo tempo: - os estudos de arquitectura propriamente ditos; - a política a seguir na venda dos terrenos e na realização das construções”<sup>931</sup>. Neste contexto, o primeiro dado a ter em conta, é um dos aspectos mais interessantes e originais de todo o projecto, isto é, a compreensão de que a nova estância, embora orientada preferencialmente para a função turística, pela sua dimensão, será também um centro urbano importante no quadro da região. Os diferentes núcleos, embora de características diversas, de acordo com uma ordenação integrada na paisagem natural, funcionam como um conjunto e constituem uma verdadeira unidade. Quanto ao espírito da arquitectura, o plano coloca a questão que lhe parece fundamental: “- Como satisfazer a pressão da actividade turística nas regiões costeiras sem causar estragos ou perdas irreparáveis na paisagem natural?”<sup>932</sup> Para tal, é preciso planear segundo

---

<sup>930</sup> Informação do Gabinete do Plano Regional do Algarve (D.G.S.U.;M.O.P.), ass. A.Celestino da Costa, 15-03-66, pp.4-5

<sup>931</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., p.92

<sup>932</sup> *Idem*, p.93

uma pesquisa sociológica, económica e ecológica e a introdução de novas tipologias deve ser objecto de estudo específico. A necessidade imperiosa de criar um novo tipo de “habitat”, uma vez que se urbaniza um terreno rural, e para uma população com exigências elevadas, não deve fazer esquecer as características do lugar, encarando-as como uma mais-valia turística. O plano conclui que: “a arquitectura de uma dada região ou local poderá oferecer, eventualmente, do seu repositório, certas contribuições de interesse para a concepção dos novos tipos de alojamentos a criar. E estes dependerão ainda dos processos construtivos a adoptar, dos materiais a empregar e de uma real e adequada investigação no campo da Arquitectura. Em resumo, se não é possível nem desejável querer reproduzir exactamente as aldeias existentes num número dado de exemplares, poderá, contudo, ser possível guardar o espírito e a escala dessas aldeias principalmente no que diz respeito:

- às alturas, intencionalmente limitadas, dos seus alojamentos
- ao agrupamento desses alojamentos
- ao desenho das ruas, praças e jardins
- na sobriedade dos materiais e harmonia das cores.

O que implica por consequência:

- evitar toda a arquitectura incaracterística ou banalmente cosmopolita
- evitar os edifícios altos e muito compridos, susceptíveis de constituir uma barreira que intercepte as vistas”<sup>933</sup>.

Afirmando-se como um conjunto de linhas gerais, trata-se, no entanto, de um verdadeiro programa arquitectónico para Vilamoura que, de uma maneira geral, será posto em prática, como veremos adiante. Para salvaguardar esta unidade, difícil num projecto que implicará múltiplos promotores e uma realização num longo período de tempo, a sociedade

---

<sup>933</sup> Vilamoura, Ante Plano de Urbanização, doc. cit., pp.93-94

Lusotur deve coordenar o desenvolvimento das parcelas vendidas, quer no loteamento, quer na construção, de modo a controlar o crescimento dos núcleos e fazer respeitar as regras arquitectónicas desejadas para todo o planeamento. Esta política de construção e arquitectura, deve ser fiscalizada por um gabinete ou “colégio” de arquitectos, urbanistas e engenheiros, representantes da Lusotur, exercendo uma pré-aprovação de todos os projectos privados, antes destes serem submetidos às entidades oficiais competentes<sup>934</sup>. Este sistema, apesar de não explícito no programa publicamente apresentado, sabemos que foi uma inovação introduzida pela Sociedade Estoril, quando começou a urbanizar o Parque.

O Ante Plano de Urbanização de Vilamoura, foi apresentado, para aprovação oficial, em 23 de Novembro de 1965, e imediatamente enviado para consulta à Direcção Geral de Serviços Hidráulicos, à Junta Autónoma das Estradas, à Câmara Municipal de Loulé e ao Comissariado de Turismo. A 1 de Fevereiro de 1966, foram submetidos à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, os ante-projectos das infraestruturas urbanísticas, incluindo o ante-projecto do porto de recreio, bem como uma proposta dos aspectos administrativos da nova estância. Em 15 de Março de 1966, o Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, órgão coordenador entre a empresa e as instituições estatais, emite uma informação da maior importância para a futura aprovação do plano, e faz o mais pertinente dos comentários aos vários aspectos do mesmo. Louva-se a qualidade, rigor e profundidade dos estudos realizados, bem como o cuidado com as questões económicas e financeiras que um tal projecto implica; aprecia-se, positivamente, a manutenção da zona agrícola, a preservação das ruínas arqueológicas, a

---

<sup>934</sup> Cf. Art.4 do Capítulo I da Proposta de Regulamento Geral (Urbanismo e Arquitectura) com o título “missão de coordenação e de controle onde se diz expressamente que este organismo: “-dará todas as indicações prévias respeitantes às possibilidades e modalidades de ocupação do solo (...) e os condicionamentos urbanísticos e arquitectónicos a respeitar; (...) –controlará os esboços e anteprojectos; -rubricará obrigatoriamente os projectos antes da sua apresentação às entidades oficiais; -controlará as implantações e as condições de realização de todos e quaisquer obras efectuadas”, pp.8-9

afirmação de uma política de arquitectura e a importância regional e local dos projectos de equipamentos turísticos, nomeadamente os campos de golfe e a marina. Porém, é sobretudo quando trata da concepção e estruturação geral do plano, que o documento é mais interessante:

“4.2. Toda a estruturação geral gira em volta dum conceito actualizado de organização urbana que tem a melhor exemplificação nas Novas Cidades inglesas e que se adapta – quase diremos, melhor se aplica – a estâncias turísticas de grandes dimensões como Vilamoura. A necessidade, por um lado, de se conceber um organismo em que cada uma das células possa realizar-se e funcionar com relativa independência das restantes e em que à desejável variedade de ambiente dentro do todo se contraponha uma procurada unidade arquitectural de cada parcela, e, por outro lado, a indispensável criação dum conjunto integrado na natureza, em que esta predomine, como ambiente, contrastando com o clima urbano de onde se desloca a grande maioria dos seus futuros utentes, - estas e outras condições implicam a estruturação fragmentada que se adoptou, em que os espaços livres públicos arborizados, as lagoas, a bacia portuária, a própria praia e os campos desportivos, penetram e envolvem todas as áreas residenciais, constituindo um natural e desejável prolongamento”<sup>935</sup> Abordam-se aqui algumas questões incontornáveis quando se fala de novas estâncias balneares, num tempo de turismo de massas. O isolamento e as características excepcionais dos programas característicos dos finais do século XIX e continuados na primeira metade do século XX, são inoperantes no contexto socio-económico e tecnológico do pós 2ª Guerra. A resposta dos promotores tem de passar, necessariamente, pela forma da “cidade” colocando-se, então, o problema capital de todos os aglomerados turísticos recentes – o que diferencia, de facto, as “New Towns” inglesas ou as “Villes Nouvelles” francesas, nascidas da necessidade de requalificar as condições

---

<sup>935</sup> Informação do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, doc. cit, p.8

de vida das populações urbanas, largamente multiplicadas, e as novas cidades de lazer, onde as mesmas pessoas procuram um ambiente diferente do seu quotidiano, para gozarem as suas férias? Se as novas estâncias exigem uma dimensão e uma autonomia que as classifica como cidades, o que devem ter para que as reconheçamos como zonas de vilegiatura e, mais importante, que nos transmitam, por um conjunto de características, que estamos num espaço diferenciado, num espaço de lazer? No caso do nosso exemplo, o signatário dá uma resposta esclarecedora: o exemplo da tradição inglesa, que nascera na teoria das “cidades-jardim”, como o melhor para obter a necessária integração na natureza que, como o autor diz, “melhor se aplica” a estâncias turísticas; a variedade de ambientes através da sectorização; finalmente, a interpenetração dos espaços de recreio na malha das áreas residenciais. Apesar de não ser aqui referido, devemos também lembrar a experiência dos arquitectos americanos envolvidos no projecto e até o próprio exemplo de *Palos Verdes*. Ao contrário da costa leste dos Estados Unidos, onde a evolução urbanística foi no sentido das cidades em altura, como Miami, a costa de Los Angeles, com grandes semelhanças de ambiente físico com o nosso Algarve<sup>936</sup>, prefere as organizações mais naturais, onde um centro de maior concentração, serve uma população alojada, preferencialmente, nas colinas, no meio de espaços verdes e com arquitecturas muito baixas. É um esquema como este que prevalece em Vilamoura, funcionando o núcleo do porto como centro, com a mais elevada densidade, e uma intensa vida social e recreativa, em contraste, por exemplo, com o sector do golfe, de fraquíssima densidade, mas com um equipamento de importância dominante.

O Ante Plano, complementado por uma série de sucessivas propostas, também aceites, foi aprovado pelo ministro Rui Sanches em 21 de Março de 1966, e publicado, com resumos da memória descritiva e grande quantidade

---

<sup>936</sup> Ambos biomas mediterrânicos

de plantas, em Abril do ano seguinte<sup>937</sup>. Da documentação posteriormente acrescentada, constam as normas reguladoras do desenvolvimento urbanístico de Vilamoura, assinadas pelo Professor Engenheiro Costa Lobo<sup>938/939</sup>, que é também o responsável, em nome da Lusotur, pelos primeiros projectos parciais para os sectores 2 e 4. Através deste texto ficamos a saber que não houve alterações substanciais ao ante-plano, à excepção de três pontos: “1º a alteração proposta para o traçado da via central, agora mais adequada à sua função de penetração, a partir da estrada nacional até ao coração do aglomerado, e perdendo o carácter de atravessamento, que seria inconveniente; 2º a previsão dum possível futuro ajustamento ao perímetro urbano do lado da Quarteira, por alteração da implantação da zona tampão e reajustamento dos traçados envolventes, de forma a melhor rematar o próprio aglomerado de Quarteira e melhor individualizar a cidade turística de Vilamoura; 3º a definição do anel de protecção ao novo aglomerado”<sup>940</sup>. O primeiro ponto é pacífico e, correctamente, a via central será traçada segundo a nova orientação mas, em relação aos segundo e terceiro pontos, devemos fazer um breve comentário. Para além de todos os aspectos importantes de distinção e individualização, indispensáveis a este tipo de “cidade”, de que já falámos, surge aqui um outro também fundamental que é o das “zonas tampão”. A poente o problema estava naturalmente resolvido pela manutenção da área agrícola mas, a norte e a nascente, a situação era, ou poderia vir a ser, bem diferente. A norte, resolveu-se através da criação do sector 6 a, que protegia o aglomerado de futuras urbanizações mas a este já existia a povoação de Quarteira, de características económicas, sociais e urbanísticas muito

---

<sup>937</sup> *Arquitectura*, nº96, Março-Abril, 1967, pp.52-63

<sup>938</sup> Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura, s/d, Arquivo da Lusotur, Vilamoura

<sup>939</sup> Tal como Celestino da Costa, Costa Lobo pertencia aos urbanistas formados em Inglaterra, regressado em 1945, na companhia do engenheiro Matos Cardoso e dos arquitectos Manuel Laginha, Ambrosina Gonçalves e Cabeça Padrão

<sup>940</sup> Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura, doc. cit., sem numeração de página

diferentes das pretendidas para Vilamoura, mas “protegida” pelos poderes locais que, naturalmente, pretendem fazê-la prosperar à sombra do novo empreendimento. Mais uma vez, é Celestino da Costa que defende a orientação dos promotores, ao afirmar: “a importância e predominância da nova cidade turística projectada e a necessidade de se lhe criar condições de defesa urbanística contra a eventual tentativa de se proceder a urbanizações parasitárias, lesivas do nível geral pretendido, quer na edificação como na exploração, parecem aconselhar a que sejam apreciadas, a esta luz, as propostas apresentadas”<sup>941</sup>.

Ainda no documento sobre normas de desenvolvimento, encontramos informação importante sobre escalonamento de estudos e realizações, onde, para além dos procedimentos obrigatório, se pode ler: “o primeiro «Sector» a planear será o referido com o número 4 na Planta Geral, com apoio no Campo de Golf e respectivo equipamento (...) o sector 2 será planeado seguidamente, com apoio na proximidade de Quarteira, dum lado, e da praia, do outro”<sup>942</sup>. Os restantes sectores terão realização escalonada posterior mas, desde logo, se acentua a importância do núcleo do porto, cujo planeamento se deve seguir imediatamente às obras de engenharia necessárias. Enquanto isso não acontece, será autorizado, a título provisório, a realização de equipamento de apoio neste sector, bem como junto à praia de Vilamoura.

Assim, e cumprindo este programa, logo após a aprovação do antepiano, são apresentados os projectos urbanísticos dos sectores 4 e 2, ambos da responsabilidade de Costa Lobo, como sabemos, aprovados, respectivamente, em 28 de Abril de 1967 e 22 de Setembro de 1967.

O núcleo do golfe, que logo iniciou a sua urbanização<sup>943</sup>, com a “aldeia

---

<sup>941</sup> Informação do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, doc. cit., p.10

<sup>942</sup> Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura, doc. cit., s/p.

<sup>943</sup> O primeiro alvará de construção em Vilamoura, ainda de 1967, foi para o sector do golfe

do golfe”<sup>944</sup>, primeiro projecto entregue a uma outra empresa, o motel e o campo de golfe e respectivo clube (Old Course), juntamente com o núcleo da marina e a “aldeia do mar” no sector 2, ainda hoje constituem a imagem mais característica que temos de Vilamoura. Obedecendo à proposta inicial, de começar a ocupação urbana pelas colinas, e dentro do programa do plano geral, o planeamento do sector apresentava as seguintes linhas directrizes: numa área total de 2.366.280m<sup>2</sup>, delimitam-se 12 zonas (e algumas sub-zonas) para urbanização, ocupando estas 1.435.500m<sup>2</sup>, a área do golfe com 608.380m<sup>2</sup> e preserva-se uma zona agrícola de 322.400m<sup>2</sup> (como “zona tampão”); a área construída será de 824.418m<sup>2</sup>, com uma ocupação máxima na zona 12, correspondente ao centro do sector, as grandes áreas verdes, públicas e privadas, terão 480.447m<sup>2</sup> e os arruamentos e espaços entre zonas 130.740m<sup>2</sup>; a população prevista de 7005 habitantes, deverá distribuir-se da seguinte maneira: 1870 em instalações hoteleiras, situadas nas zonas especiais e na zona urbana (centro), 1040 em habitações agrupadas, 230 em moradias geminadas, 465 em moradias isoladas e os restantes 3300 nos dois núcleos urbanos (zonas 6 e 12). Na memória descritiva do plano, encontramos também a justificação de algumas opções importantes, não coincidentes com a planta geral: “1)- a ocupação das zonas 2 e 3, não previstas no plano inicial, que permitem uma dimensão mais conveniente para o conjunto das zonas 1, 2, 3 e 4, possibilitando encarar o seu equipamento com comércio diário (...); 2)- a conservação da maior parte do pinhal situado a nordeste, e que pareceu mais consentâneo com as suas características de maior densidade (...); 3)- a implantação das áreas de grande densidade fora do pinhal que fica a sul do Golf, reservando para aí zonas de moradias e espaços verdes públicos; 4)- estabelecimento dum espaço urbano principal mais denso, em local próximo do que já tinha sido

---

<sup>944</sup> Note-se a designação, rapidamente adoptada em projectos da mesma índole, como “aldeamento turístico”, conceito que só se compreende à luz das novas orientações da arquitectura portuguesa



previsto”<sup>945</sup>. Olhando a planta, vemos, antes de mais, o grande triângulo central, correspondente ao campo de golfe, a distribuição das zonas habitacionais, dos diversos tipos previstos, o núcleo mais denso que funcionará de centro urbano, os espaços para os equipamentos desportivos e hoteleiros e, ainda, o traçado sinuoso dos arruamentos, contornando as diferentes zonas e valorizando os espaços verdes. Se a arrumação do espaço teve alterações ao longo do tempo de realização e se o hotel de luxo previsto para este conjunto nunca chegou a existir, as tipologias propostas e o esquema geral foram mantidos. Logo iniciada a realização dos trabalhos, em 1969 começaram a funcionar o golfe e o motel com piscina, atraindo os primeiros turistas de Vilamoura. A “Aldeia do Golfe”, designação empregue em muitos outros projectos urbanos da estância, numa aproximação aos princípios arquitectónicos defendidos pelos promotores, como vimos, trouxe um modelo elaborado a partir da arquitectura regional que será inúmeras vezes repetido, quer em Vilamoura, quer em muitos empreendimentos turísticos algarvios posteriores, com resultados por vezes bastante medíocres. A propósito deste aldeamento pioneiro, é curioso ver as propostas exemplificativas apresentadas, em 1967, aquando da aprovação do ante-plano, e que a revista *Arquitectura* publicou (simultaneamente com o plano geral) com esta introdução:

“É natural que as condições climatéricas do Algarve, venham condicionar de certa maneira as formas arquitectónicas dos edifícios a erguer na futura estância turística de Vilamoura.

Poder-se-ão, certamente, tomar da arquitectura regional certos exemplos, entre os mais notórios, de uma adaptação às condições naturais. Contudo há que observar que, mesmo na arquitectura não erudita (rural ou dita «espontânea»), e dentro de uma larga margem, parecem não ser as

---

<sup>945</sup> Memória Descritiva e Justificativa, sector 4, ass. Costa Lobo, s/d, s/p.

condições naturais, mas sim a «civilização» a principal responsável da difusão de determinadas formas arquitectónicas.

Na região considerada, o Algarve, pode-se por exemplo observar uma gama variadíssima de coberturas de casas. Se umas parecem adaptar-se bem às condições do clima local – como no caso da açoteia algarvia – outros há em que o clima não oferece uma explicação fundamentada – como os telhados múltiplos ou «de tesouro» particularmente difundidos em Tavira.

De qualquer modo é natural que nas futuras edificações de Vilamoura tomem importância certas formas arquitectónicas resultantes das condições climatéricas locais: pátios interiores, coberturas planas ou pouco inclinadas, vãos para o exterior reduzidos ou devidamente defendidos de uma forte insolação e intensa luminosidade, etc.”<sup>946</sup>.

Depois de fazer um resumo das premissas sobre o “espírito da arquitectura”, apresentadas no ante-plano, o artigo mostra uma série de imagens de diversos objectos arquitectónicos, numa grande parte com vista ao sector do golfe, da autoria dos arquitectos franceses J. Dimitrijevic e J. M. Charuet<sup>947</sup>: projecto para um conjunto de média densidade (30/70 habitantes por hectare) de habitações individuais agrupadas num terreno de média inclinação, com uma solução em socacos e estacionamento exterior; conjunto residencial de alta densidade (70/130 hab. por hectare, em banda contínua, variando entre 5 e 7 pisos, com acessos por escadas e distribuição por galerias e estacionamento sob os edifícios; tipos de moradias isoladas, a construir nas proximidades do campo de golfe, tanto quanto possível dissimuladas na paisagem e tentando conservar características fundamentais das construções tradicionais algarvias<sup>948</sup>. Embora se trate, apenas, de modelos exemplificativos, a política de controle sobre os projectos

---

<sup>946</sup> *Arquitectura*, nº96, Março-Abril 1967, p.59

<sup>947</sup> Do atelier S.E.T.A.P., de Paris que, como vimos, fazia parte do gabinete responsável pelo plano de urbanização

<sup>948</sup> Estes dois tipos concebidos pelo arquitecto Bill O’Dowd, do atelier de Los Angeles

particulares da Lusotur levou a que o carácter pretendido para este (e os outros) sectores se mantivesse muito próximo destas soluções.

O plano do sector 2, também da responsabilidade de Costa Lobo, completa este primeiro momento da urbanização de Vilamoura. Ao contrário do anterior, aqui os principais focos de interesse são a praia e a proximidade da Quarteira o que, ao mesmo tempo, punha outro tipo de problemas, obrigando a reajustamentos, em relação ao previsto no plano geral, como vimos. Respeitando-se as densidades e equipamentos determinados, pretende-se uma solução mais adequada ao conjunto urbano de Vilamoura que “nos parece harmónica e integrada no meio ambiente, sem diminuir, antes aumentando, o valor natural do pinhal da Quarteira”<sup>949</sup>. As principais condicionantes do projecto são a existência do grande pinhal, entre o sector 3 e a Quarteira, que se quer preservar, e a necessidade da criação de uma zona tampão entre Vilamoura e Quarteira (com cerca de 40 hectares) “sem total quebra de íntima relação ainda que haja forte diferenciação da ocupação do solo”<sup>950</sup>. O esquema geral não é muito diferente do anterior, sobretudo no traçado dos arruamentos e na preservação dos espaços verdes naturais, porém, e em consonância com o plano geral, os núcleos urbanos admitem novas soluções. Apesar de continuarem a estar previstos núcleos de baixa e média densidade, com moradias isoladas, em banda e edifícios de habitação colectiva de pequena altura, são propostos, para as zonas mais próximas da praia, quer para hotelaria, quer para residências privadas, edifícios em torre, de grande altura e integrados em espaços verdes próprios. O sector, que confina a nascente com a zona de expansão de Quarteira e a poente com a futura zona envolvente da marina, é pensado em estreita complementaridade com esta última, ou seja, como a primeira parte desse centro urbano principal de toda a estância. De facto, é aqui que se encontram

---

<sup>949</sup> Memória Descritiva e Justificativa, sector 2, ass. Prof. Eng. M. L. da Costa Lobo, Maio de 1967, p.1, Arquivo da Lusotur, Vilamoura

<sup>950</sup> *Idem*, p.3

muitos dos equipamentos previstos para o conjunto da “cidade”, desde o casino aos cinemas, escritórios e dependências bancárias, etc.. Alguns destes edifícios foram projectados por Keil do Amaral - um centro comercial, um restaurante, o primeiro casino e uma igreja, que se demarcam das opções estilísticas a que nos habituara, por uma maior modernidade, sem qualquer referência vernacular. O arquitecto está ainda ligado a Vilamoura pela autoria de um dos complexos turísticos, desde o início programado, no chamado “Pinhal”, ocupando três hectares de superfície, “para cliente que soube equilibrar objectivos financeiros realistas com o gosto de produzir obra de qualidade”<sup>951</sup>, onde se combinam elementos muitos diversificados, quer em volumetria, quer em altura, em *rapport* ou destacados, implantados equilibradamente no espaço a disciplinar.

Quando os trabalhos do porto de recreio<sup>952</sup> já estavam adiantados, sob a responsabilidade de Hidrotécnica Portuguesa, mas com muitas outras colaborações nacionais e estrangeiras, a Lusotur decidiu iniciar a urbanização da sua zona envolvente, através de um concurso internacional<sup>953</sup>, o primeiro em cerca de duas décadas, processo inédito em Portugal para este tipo de projectos, e que teve grande repercussão nos meios mais ligados a estas questões<sup>954</sup>. No regulamento do concurso dão-se, em primeiro lugar, algumas informações sobre este sector 1, que constituirá o futuro núcleo central da “cidade” de Vilamoura: uma área de 137 hectares dos quais cerca de 17 serão ocupados pelo porto; um faseamento de execução previsto na ordem dos 50.000m<sup>2</sup> por ano, iniciando-se pelos terrenos contíguos ao porto com edifícios que a própria empresa tenciona construir e vender; além dos portugueses, os mercados mais interessantes

---

<sup>951</sup> Keil do Amaral. *O arquitecto e o humanista*, p.76

<sup>952</sup> Há muito reclamado na imprensa como, por exemplo, no artigo “Fazem falta portos de recreio no litoral português” publicado no *Diário de Lisboa* de 19 de Março de 1967, p.9

<sup>953</sup> O concurso foi anunciado no *Diário de Lisboa* de 5 de Junho de 1971, com as regras gerais e os valores dos prémios a atribuir

<sup>954</sup> Lembramos a exposição dos projectos premiados, feita em Lisboa, com enorme afluência de público

eram, então, os escandinavos, centro-europeus, ingleses e norte-americanos; o concurso é organizado com o patrocínio da União Internacional dos Arquitectos e da Secção Portuguesa desta instituição por delegação do Sindicato Nacional dos Arquitectos. O concurso realiza-se num só grau e a presença de ateliers estrangeiros resulta de convites feitos, a cerca de meia centena de profissionais, pela Lusotur. As inscrições teriam de ser feitas até Junho de 1971, a entrega das propostas até Dezembro do mesmo ano e a proclamação dos resultados até Fevereiro de 1972. A apresentação do projecto completo escolhido para a primeira fase seria até Outubro de 1972 e a finalização destas primeiras obras está prevista para Abril de 1974. O júri do concurso será constituído por sete membros efectivos: dois ingleses, professores de arquitectura (Sir Leslie Martin<sup>955</sup> e P. Johnson Marshall<sup>956</sup>), um espanhol (Oriol Bohigas<sup>957</sup>), um italiano (Giancarlo de Carlo<sup>958</sup>), um arquitecto urbanista português (José Rafael Botelho<sup>959</sup>), o Eng.º da D.G.S.U. Celestino da Costa e o Eng.º da C.E.D.P. Sá e Melo; os membros suplentes são o dinamarquês J. Alpass (director urbanístico da CIP) e Nuno Portas<sup>960</sup>,

---

<sup>955</sup> Licenciado em arquitectura pela Universidade de Manchester, em 1933, foi arquitecto do London County Council e professor titular ou convidado em várias universidades: Hull, Cambridge, Oxford, Yale e do Royal College of Art de Londres. Foi consultor da Fundação Gulbenkian e, do seu atelier de “arquitectos associados”, saiu o projecto do Centro de Arte Moderna da F.C.G., em Lisboa. É feito “Sir”, no seu país e é agraciado em Portugal com o grau de comendador da Ordem de Sant’Iago da Espada (cf. *Ideias e Edifícios 1933-1986. Atelier de Leslie Martin e seus Associados*, 1986, p.5)

<sup>956</sup> (1915-1993) Arquitecto, urbanista e professor activo na Birmânia e G.Bretanha onde se licenciou em Liverpool em 1936. Depois da guerra trabalha no novo ministério da Cidade e da Planificação rural e, de 1949 a 1959, no London City Council, onde contribui para a reconstrução da cidade. É fundador do departamento de urbanismo e planificação regional da universidade de Edimburgo, que dirigiu de 1967 a 1985 (cf. *Dictionnaire d’Architecture du XXème Siècle*, 1996, p.453)

<sup>957</sup> (1927-) Arquitecto e urbanista de Barcelona, é um dos fundadores do Grupo R e em 1962 constitui, com Josep Martorell e David Mackay o atelier MBM. Em 1971 começa a ensinar Composição na Escola de Barcelona e é seu director de 1977 a 1980. Entre 1980 e 1984 é conselheiro de urbanismo do município de Barcelona (cf. *Idem*, p.129)

<sup>958</sup> (1919-) Nasce em Génova e diploma-se em arquitectura em Veneza, em 1949. Trabalha longamente (desde 1951) para a cidade de Urbino, com importantes projectos de arquitectura e urbanismo e, nesta cidade, funda em 1976 o International Laboratory of Architecture and Urban Design e é professor da Escola de Veneza desde 1970 e da Escola de Génova desde 1983. Entre 1970 e 1972 fez o plano para a cidade de Rimini (cf. *Idem*, p.234)

<sup>959</sup> (1923-) Licenciado pela ESBAL em 1952, dedica-se exclusivamente ao planeamento urbano e é co-autor com Carlos Duarte do plano de Olivais-Sul, entre outros de menor envergadura, como para Setúbal e Funchal.

<sup>960</sup> (1934-) Arquitecto pela ESBAP em 1960, dedica-se à crítica da arquitectura desde 1955, bem como à docência (ESBAL-1965/69 e ESBAP-desde 1983); associado a Nuno teutónio Pereira, colaborou em projectos de moradias para a Praia das Maças, Vila Viçosa e Sesimbra, torre de habitação em Olivais-

da Secção Portuguesa da União Internacional de Arquitectos; o conselheiro profissional para o concurso é o engenheiro M. Costa Lobo, sem voto. O 1º prémio, a ser atribuído, é de 14.000 U.S.\$ e igual soma para prémios secundários e menções com recompensa; ao concorrente, cuja proposta for escolhida, será confiado o projecto pormenorizado da primeira fase (50.000m<sup>2</sup> de pavimentos cobertos e espaços exteriores integrados). De acordo com o plano inicial, o sector do porto comportará uma população permanente e temporária na ordem de 18.000 habitantes, a instalar em apartamentos agrupados de forma livre; a população temporária visada pertencerá a extractos económicos médios e elevados, com 20% do total previsto para população permanente; as instalações hoteleiras devem alcançar 4.000 camas, distribuídas em diversos tipos e categorias, mas com duas a três unidades de grande capacidade e nível de qualidade; 10 a 20% da área edificada deverá ser destinada a instalações para alimentação, comércio e diversão; deverão ainda existir espaços para funções culturais, tais como biblioteca, museu<sup>961</sup> e sala de espectáculos; na zona periférica da marina devem prever-se locais para o Club Náutico e estruturas de apoio aos visitantes que chegam de barco, bem como aos que aí guardam as suas embarcações. Para a primeira fase é exigido um estudo pormenorizado de forma a mostrar “a distribuição dos tipos de edifícios, o tratamento dos espaços livres, as áreas de circulação de veículos e/ou peões, e ainda as características distribuídas e arquitectónicas dos edifícios”<sup>962</sup>, assim como uma maquete à escala de 1:500.

O concurso processou-se dentro dos prazos previstos e, em Março de 1972, foram conhecidos os resultados e expostos os trabalhos. Não foi

---

Norte(Prémio Valmor de 1968), habitações Célula em Olivais-Sul, Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Prémio Valmor de 1975); como urbanista, foi co-autor para um bairro de hab. social na Pasteleira, Porto, do PU de Vila Viçosa, autor do PGU de Vila do Conde e fez parte da equipa internacional que, entre 1979 e 1982, fez a revisão do PGU de Madrid

<sup>961</sup> Recordemos que a estação arqueológica, em instalação, se encontra na zona do porto

<sup>962</sup> Concurso Internacional Para a Planificação da Área Central de Vilamoura, Programa do Concurso, Lusotur, p.5, Arquivo da Lusotur, Vilamoura

atribuído o 1º prémio e os vencedores foram dois projectos, que partilharam o 2º lugar, respectivamente, do atelier português de Pedro Vieira de Almeida<sup>963</sup> e do escritório inglês de Eric Lyons Cunningham and Partners. O primeiro, que teve enorme impacto quando foi conhecido, apresentava uma proposta extraordinária, com uma rede de canais distribuindo os espaços construídos, à maneira de uma “Veneza portuguesa”, a partir do porto interior. O arquitecto imaginou um engenhoso sistema de circulação (com os automóveis e transporte de mercadorias passando sob os canais) e de renovação permanente da água (aproveitando a ribeira próxima e um pequeno desnível do terreno, através de um económico processo de vasos comunicantes). O apelo lúdico, sobretudo visível na maquete, foi suficiente para que o júri do concurso o premiasse, mas os difíceis problemas técnicos que implicava e os seus presumíveis custos financeiros, afastaram-no da escolha para realização. Existe ainda, porventura, uma terceira razão para este “chumbo” do projecto português, discutida por Keil do Amaral numa entrevista dada à revista *Arquitectura*, em 1972<sup>964</sup>. Ao estabelecer uma comparação entre os arquitectos de “vão de escada”, que trabalham sozinhos ou quase, e as grandes empresas que abarcam uma série de actividades subsidiárias, Keil do Amaral defende as virtudes dos pequenos ateliers, como o seu, exemplificando as suas potencialidades exactamente com o projecto da marina de Vilamoura, dizendo: “ao recente concurso internacional para a urbanização do centro de Vilamoura concorreram várias empresas importantes, nacionais e estrangeiras. Pois ganhou um ‘outsider’ do sistema, o Pedro Vieira de Almeida, trabalhando praticamente sozinho. Como já tinha sucedido, aliás, com o Lúcio Costa, quando do concurso para a urbanização de Brasília. É natural que o Vieira de Almeida, se vier a

---

<sup>963</sup> (1933-) Diplomado pela ESBAP, colaborou com N. Portas e N. Teutónio Pereira no projecto duma moradia em Vila Viçosa e na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa; trabalha no planeamento turístico do Algarve, mas também nos planos de Urbanização de Telheiras I, II e Norte; são seus textos de referência sobre a história e a crítica da arquitectura portuguesa contemporânea.

<sup>964</sup> *Arquitectura*, nº125, Agosto de 1972, p.46 a 48 e 79

realizar o seu plano, tenha de organizar o seu ‘atelier’ para o efeito, com uma outra colaboração. Mas não precisará de o transformar numa empresa comercial.”<sup>965</sup> Porém, parece não ter sido esta a opinião dos promotores, receando a eficácia de resposta do arquitecto português<sup>966</sup> e, assim, foi o outro projecto, inglês, também distinguido, que se decidiu construir nesta parte mais nobre da estância.

A proposta de Eric Lyons apresentava o ante-projecto director para todo o conjunto (1ª e 2ª fases do centro da cidade), no intuito de demonstrar a sua relação e potencialidades de desenvolvimento, mas detém-se em pormenor na sub-fase A, correspondente aos lados norte e oriente da marina (planta), por onde se vai iniciar a construção. Neste conjunto estão previstas três categorias de edifícios:

“1. Casas sobrepostas, do lado ocidental, contidas em dois blocos (1 e 2) intimamente ligados. Basicamente, estes são edifícios de quatro andares, utilizando a forma «duplex» de maneira a fornecer apartamentos familiares de dois andares que se denominam «moradias» (VA e VB) devido à sua semelhança com moradias em banda.

2. O Clube da Marina funcionará como clube naval provisório enquanto não estiver construído o Clube Naval definitivo, previsto para uma fase posterior da evolução da Marina. (...)

3. Lojas, encimadas por habitações completarão os edifícios previstos para a sub-fase «a», com mais algumas construções menores, tais como um café e um mercado ao ar livre na Praça da Marina”<sup>967</sup>. E, completando esta verdadeira legenda ao plano que se mostra, o arquitecto chama a atenção para mais alguns aspectos importantes deste projecto:

---

<sup>965</sup> *Arquitectura*, nº125, Agosto de 1972, p.79

<sup>966</sup> Segundo Pedro Vieira de Almeida, o único arquitecto em Portugal que, à data do concurso para a marina de Vilamoura, tinha um atelier organizado de forma empresarial, era Francisco Conceição Silva, uma das razões que, como vimos, terá estado presente na sua escolha para a urbanização de Tróia.

<sup>967</sup> Vilamoura – Primeira Fase do Centro da Cidade, Memória Descritiva relativa à Sub-fase “a”, ass. Eric Lyons, Junho de 1973, p.4, Arquivo da Lusotur, Vilamoura



“A construção habitacional será na sua maior parte composta de apartamentos de 1, 2 ou 3 divisões assoalhadas (SA, SB, SC) dando blocos com alturas variando entre 3 e 4 pisos.

O sector das lojas é flexível e está concebido de maneira a facilitar uma grande variedade de lojas, prevendo muitas mudanças nos primeiros tempos de crescimento do Centro. As lojas serão quase todas de um piso, dando as traseiras para parques de automóveis ou pátios de serventia, aproveitando assim a possibilidade de terem entradas ou vitrinas dos dois lados.

Chama-se a atenção para os blocos 7 e 8 onde estão previstas lojas de dois andares, havendo a possibilidade de comunicação interna entre o 1º e o 2º piso ou utilização independente entre os dois níveis. Daqui resulta do lado da Marina uma colunata sobreposta dando ligação ao nível superior da Praça da Marina e Clube da Marina; no nível inferior (nível do cais) há ligação com o beco traseiro onde estão projectadas boutiques e lojas pequenas de artesanato e outras atracções turísticas.

É de notar a previsão de estacionamento adequada para os carros cujo acesso deriva da Avenida da Marina. O estacionamento para os blocos 6 e 7 é previsto provisoriamente no terreno traseiro; mais tarde, quando da construção das sub-fases «b» e «c», serão criados parques de automóveis definitivos.

A notável vantagem desta concepção de estacionamento é que liberta o lado da Marina de carros. O cais será totalmente reservado aos peões, fora uns acessos de emergência especialmente controlados (...).

Está prevista a construção rápida da sub-fase «a» de maneira a cercar a Marina, criando, assim, um ambiente interessante e animado”<sup>968</sup>.

Esta primeira fase foi pensada de modo a que o conjunto tivesse rapidamente um aspecto “inteiro”, proporcionando aos habitantes um

---

<sup>968</sup> Vilamoura – Primeira Fase do Centro da Cidade, doc. cit., pp.4-5

ambiente agradável para viver, possibilitasse o desenvolvimento do comércio e da marina e aos visitantes, poderem divertir-se sem sofrerem o incómodo da continuação dos trabalhos no complexo central.

Quanto às escolhas arquitectónicas, defende-se a “simplicidade no formato dos edifícios, e os acabamentos limitar-se-ão a tijoleira tradicional e tintas de cor”, uma vez que, “o objectivo estético tem sido o de criar um ritmo simples, procurando interesse na variedade das relações espaciais com as diferentes silhuetas dos edifícios”, o que se pretende, resultará, num “ambiente de escala humana e (n)um total sentido de identificação do conjunto das construções”<sup>969</sup>.

De facto, começando a construção pelos edifícios da frente cais, a marina de Vilamoura logo ganhou animação, sem ser perturbada pela continuação dos trabalhos. Todo o texto citado, aliás, comprova a inteligência do partido tomado pelo arquitecto, para este sector fundamental, corrigindo deficiências que encontramos em programas semelhantes, por exemplo na vizinha Espanha, e já então em funcionamento, ou propondo soluções urbanas simples mas eficazes, com uma correcta noção da escala e da tradição da arquitectura portuguesa. No entanto, há ainda alguns aspectos que nos parecem relevantes e sobre os quais, nem a memória descritiva nem a planta, nos dão o esclarecimento necessário. Os dois lados do porto a ocupar nesta primeira fase (norte e nascente), possuem inclinações médias entre os seus limites sectoriais e a água; o arquitecto conserva essa encosta, tirando partido dela para a distribuição urbana original e extremamente adequada a este tipo de projecto; construindo os edifícios em volta de pequenos largos ou pátios, a diferentes cotas ligadas por escadas, potencializa circuitos pedonais diversificados, mas não esquece uma multiplicidade de locais de estacionamento que facilitam a vida aos visitantes. Outro aspecto, ainda, que merece ser sublinhado é a localização

---

<sup>969</sup> Vilamoura – Primeira Fase do Centro da Cidade, doc. cit., p.5

prevista para os hotéis, todos nos terrenos mais altos do lado nascente e sobre a beira-mar, ou seja, proporcionando o melhor panorama para o conjunto da população, sem perturbar as actividades mais “frenéticas” das zonas junto aos cais. A construção destas unidades, que se queriam de 4 ou 5 estrelas, foi um pouco demorada mas cumpriu o programa aqui delineado: a primeira concessão foi para o hotel D. Pedro, do grupo Saviotti, a segunda para o hotel Atlantis, do grupo Grão-Pará e, o último grande hotel, previsto para a entrada do porto, será o Marina, o maior e de situação mais desejada.

O primeiro barco a fundear no porto foi o iate do Conde de Barcelona, inaugurando a marina de Vilamoura, apenas alguns dias antes do 25 de Abril de 1974. Apesar deste acontecimento, que tanto comprometeu outros projectos em curso, como no caso de Tróia, os promotores desta estância tiveram a coragem e a oportunidade de continuar a sua obra, atravessando momentos imensamente difíceis, quer financeiros, quer logísticos. Na eminência da intervenção estatal, Cupertino de Miranda, a sua família e os seus sócios estrangeiros, conseguiram o que parecia impossível - manter o controle do projecto e reunir meios financeiros para prosseguir.

Se é verdade que ficaram para trás os modelos do século XIX e ainda da primeira metade do século XX, no que diz respeito a estâncias balneares, é certo que o jogo, sobretudo em Portugal que o permitia, ao contrário da Espanha, continua a ter um grande peso na atracção turística das nossas praias. Logo na fase de construção dos sectores 2 e 4, a Lusotur, com o apoio de profissionais de Macau, habilitou-se ao concurso para uma nova concessão de jogo no Algarve. Ao longo das negociações que se seguiram acordou-se, por iniciativa do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, subdividir essa licença por três praias algarvias, contemplando Vilamoura, Monte Gordo e Alvor. Curiosamente, a evolução turística da província fizera com que a primeira concessão, de 1927, para a praia da Rocha, não fosse aqui tomada em consideração. O primeiro casino de

Vilamoura ocupava um edifício provisório e, só depois da construção da primeira fase do sector 1, se instalou num espaço definitivo, muito perto da zona dos hotéis principais.

Nos anos de 1986/87 a Lusotur prepara a 2ª fase de urbanização de Vilamoura, conforme a letra do plano original. Como estava previsto, propõe-se lotear parte do sector agrícola, entretanto esvaziado de interesse económico, nos terrenos a sul da via central, bem como completar os programas já aprovados para os sectores 5 e 7, ou seja, o do lago e o da praia de Vilamoura (a ponte da marina). As dificuldades encontradas para os terrenos sem urbanização aprovada foram grandes, mas a persistência dos responsáveis da empresa deram os seus frutos. Segundo um antigo funcionário da Lusotur<sup>970</sup>, o argumento decisivo foi bem curioso. O plano regulador do Algarve permite, em zonas especiais como esta, densidades de ocupação muito superiores às praticadas nos sectores construídos de Vilamoura. Assim, os promotores da empresa, perante a recusa das autoridades, “ameaçam” densificar os espaços construídos, transformando a estância numa outra “Benidorm”, imagem extremamente negativa, quer em termos de qualidade urbana, quer de nível de visitantes, resultado de uma desenfreada especulação imobiliária, sem o indispensável controle dos poderes públicos. Seja como for, o plano de urbanização da 2ª fase, publicamente conhecido como “Vilamoura XXI”, foi aprovado por unanimidade, em 27 de Março de 1998, pela Assembleia Municipal de Loulé. A sua ratificação, em Conselho de Ministros, ocorreu no dia 25 de Março de 1999.

“Este plano, que envolve uma área de 850 hectares, prevê o desenvolvimento de cerca de 950.000m<sup>2</sup> de construção, a que corresponderá a oferta de 24.000 camas em hotéis, aldeamentos turísticos, moradias e

---

<sup>970</sup> Sr. José Caetano, colaborador do empreendimento desde as negociações da compra da Quinta da Quarteira, antes, portanto, da fundação da Lusotur (1965) e o grande conhecedor da sua história.

apartamentos, suportados pelos equipamentos e serviços considerados adequados à elevada qualidade do empreendimento”<sup>971</sup>. Destes últimos destacam-se: novos campos de golfe, que transformarão a estância num dos principais complexos de golfe da Europa; uma marina interior, além de lagos e canais (recuperando, em parte, a ideia de Vieira de Almeida, bem como o projecto inicial para o sector 5); um parque ecológico; um centro de treinamento desportivo, para estágios de grandes equipas de futebol, respondendo a uma procura, altamente rentável e cada vez maior, deste tipo de estruturas; uma pista de corta-mato, já concluída para o Campeonato do Mundo de 2000 e um novo centro hípico.

Parece, assim, assegurada a continuidade desta nossa importante “cidade” turística, salvaguardando o seu carácter e a imagem que dela temos, em boa verdade, muito próxima daquela que imaginaram os seus promotores, a partir de 1965.

Iniciativa privada, perfeitamente integrada no programa de desenvolvimento regional, é um exemplo de sucesso no panorama nacional e a vários títulos. Em primeiro lugar, a capacidade efectiva de realização de um tão ambicioso projecto, ao qual só podemos comparar Tróia, com os resultados muito diferentes que já analisámos. Em segundo lugar, no contexto do próprio desenvolvimento turístico do Algarve onde, quase todos os projectos de maiores dimensões, resvalaram para aglomerados incaracterísticos e de grande falta de qualidade, com inúmeros abusos especulativos, ambientais, etc.; só alguns programas, extremamente confinados, conseguem manter, na costa algarvia, um nível igual ou superior ao de Vilamoura.

As razões para este sucesso não estão só, seguramente, na escolha de uma pessoa, de um local, de um programa, de uma estratégia económica,

---

<sup>971</sup> Breve historial da Lusotur – Sociedade Financeira de Turismo, S.A, 2000, Escritórios da Lusotur, Vilamoura

mas todos estes aspectos tiveram a sua influência decisiva. Sem nos querermos alongar numa comparação com Tróia, única possível, constatamos algumas diferenças que, pelo menos até certo ponto, fizeram a “diferença”. Citemos algumas que nos parecem mais importantes:

- a localização – ao contrário de Tróia, Vilamoura quer ser o centro urbano mais importante desta zona da costa algarvia; por outro lado, o acesso à estância algarvia acaba por ser mais agradável do que em Tróia, muito condicionada pela sua situação<sup>972</sup>;
- o partido do ante-plano, extremamente bem faseado e integrado num projecto geral de planeamento para a região;
- a escolha dos urbanistas com maior experiência neste tipo de programas e a prioridade dada a alguns equipamentos, principalmente o golfe e o porto de recreio;
- a capacidade financeira e de negociação com os poderes públicos que permitiu um longo percurso sem incidentes, bem como a recuperação necessária depois do 25 de Abril.

Com vários sectores já completamente concluídos, um conjunto de equipamentos único em território nacional, uma actividade cosmopolita que se mantém ao longo de todo o ano e uma qualidade urbanística e arquitectónica invejável para todo o Algarve, e até internacionalmente, e uma nova e ambiciosa fase em pleno desenvolvimento, podemos afirmar que em Vilamoura, se concretizam as aspirações de construção de uma “cidade turística” que se manifestavam desde o início dos anos 60.

---

<sup>972</sup> Apesar da relativa proximidade de Lisboa, Tróia tinha, e continua a ter, um problema de acesso, perspectiva, aliás, partilhada pelos actuais responsáveis pela urbanização: o acesso por estrada é difícil e a alternativa do ferry-boat é demasiado condicionante

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“La concezione etico-pratica del sistema capitalistico esige la separazione fra lavoro e tempo libero (dalle sue forme più spontanee alle più industrializzate). La gioia sottratta al lavoro, se si superano i livelli più elementari della riproduzione, richiede un recupero bio-psicologico da rendere accessibile in forme generalizzate. Il consumo del tempo non lavorativo e di uno spazio non direttamente produttivo entra perciò nella composizione della città industrial, come invenzione e appropriazione dei gruppi sociali, come offerta di mercato dell’industria dello spettacolo, come fruizione della città fuori dai ritmi di lavoro, come insieme di politiche urbane”.*<sup>973</sup>

Esta necessidade, que antes classificaríamos de psico-social é, de facto, um dos traços característicos das sociedades contemporâneas e a responsável por fenómenos estéticos, sociais e económicos da maior importância para a compreensão da nossa época. Se, desde os finais do século XVIII até às primeiras décadas do século XX, a importância crescente da vilegiatura balnear marítima esteve ligada exclusivamente ao mundo ocidental, fruto do aumento de bem-estar destas sociedades, a partir do pós segunda guerra, tornou-se na mais universal das escolhas de férias e de atracção de turistas em todos os continentes.

A moda, inicialmente “higiénica”, introduzida pelos ingleses, também chega a Portugal, bem no início de oitocentos mas, por longo tempo ainda, sem produzir ocupações e colonizações importantes ao longo da nossa costa. Quando isso acontece, quer aproveitando núcleos urbanos pré-existentes, quer lançando programas *ab initio*, os exemplos nacionais que analisámos, mostram aspectos que devemos colocar em paralelo, simultaneamente, com os principais modelos internacionais e com as idiossincrasias da realidade

---

<sup>973</sup> P. Sica, op. cit., vol. II, pp. 1041/41

portuguesa contemporânea, para melhor compreendermos as particularidades das nossas estâncias marítimas.

Em primeiro lugar, a condição periférica da cultura portuguesa, particularmente arquitectónica, em relação às correntes internacionais dominantes. Quase atavicamente temos sido dependentes do que sucede no exterior mas, mesmo assim, existe uma elaboração autóctone desses modelos, conseguimos dar-lhes um carácter peculiar, que não pode reduzir-se ao simples reflexo provinciano das tendências gerais europeias. Como país pequeno e de fracos recursos, as comparações são possíveis mas os juízos de valor têm, necessariamente, de ter em conta as diferenças quantitativas para poderem fazer justiça às nossas estâncias. Como exemplo, podemos citar o caso do Monte Estoril que, nas suas escolhas urbanístico-arquitectónicas, se pode considerar uma solução semelhante às que encontramos em Dinard ou Bournemouth mas o Monte não é na costa da Bretanha ou da Mancha e a sua história liga-se a uma sociedade bem diferente das prósperas França e Inglaterra.

Esta questão introduz, imediatamente, uma outra, directamente relacionada com o nosso “atraso” temporal na ocupação de novos lugares para a prática balnear e que é a facilidade de transportes e de acesso. Só tardiamente tivemos uma rede capaz de caminho-de-ferro<sup>974</sup> e, ainda mais tardia, uma rede viária que permitisse a exploração de muitas zonas do país. Tudo isto aliado à nossa posição geográfica periférica que afastou os visitantes de antanho e continuou a onerar os turistas do século XX, levando-os a escolher outros destinos. Este problema foi fulcral para o desenvolvimento de todas as grandes estância internacionais e, em Portugal, ele é também responsável pela viabilidade dos nossos projectos. Mais uma vez lembremos o exemplo do Monte Estoril, cuja Companhia se fundou no

---

<sup>974</sup> Nos indicadores de desenvolvimento económico para 1910, o caminho-de-ferro tinha, em Portugal, 0,033 km por km quadrado, enquanto a média europeia já era de 0,104, ou seja, mais do triplo. In Jaime Reis, *O Atraso Económico Português*, 1993, p.11



preciso ano em que o comboio chegou a Cascais (1889), ou ainda, a Granja, também ela “nascida” à beira da linha que liga Lisboa ao Porto (1864).

Em íntima conjugação com estes factores, surge um terceiro da maior importância e que tem a ver com as estruturas (ou a falta delas) da nossa economia. Todas as estâncias internacionais, que alcançaram grande prestígio, tiveram o apoio de um capitalismo moderno, de uma especulação imobiliária desenvolvida e de instituições bancárias que as suportaram. Ora Portugal, nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial, “carecia inteiramente de algo que se assemelhasse ao sector dos bancos de desenvolvimento”<sup>975</sup> e “o crédito era difícil de obter e caro”<sup>976</sup>, aspectos fulcrais para a promoção de novos sectores económicos, como era a indústria do turismo. Entre nós, onde tudo isso foi tão precário e tardio, o que admira é que, perante tão escassos recursos, alguns projectos tivessem sequer sido postos em prática. Como vimos, a maior parte dos nossos programas do século XIX resultaram, ou da iniciativa exclusivamente privada (casos da Granja ou de São João do Estoril) ou de companhias que, à falta de apoio municipal ou outro, acabaram por falir, deixando o destino dos seus projectos nas mãos das Câmaras (caso do Monte Estoril). A título de exemplo comparativo podemos citar Nice onde, em 1863, logo após a sua fundação, se instalou o Crédit Lyonnais, responsável pela actividade construtora na vizinhança dos boulevards da moda. Depois da guerra Franco-Prussiana, em 1870, vemos igualmente surgir a especulação urbana a grande escala, especialmente por parte da alta burguesia parisiense, bem como a fundação da “Compagnie de Nice”, dedicada ao desenvolvimento fundiário. Mas se Nice era um velho burgo que ficara na moda desde finais do século XVIII, Bournemouth é um projecto absolutamente novo, lançado para um local deserto e, no entanto, encontramos aqui os mesmos

---

<sup>975</sup> Jaime Reis, op. cit., p.169

<sup>976</sup> *Idem*, p.173

mecanismos capitalistas que permitiram o sucesso do empreendimento e, inclusive, a formação de sociedades financeiras exclusivamente dedicadas à especulação imobiliária da nova estância. Convém lembrar aqui que Bournemouth, para além destes aspectos mais práticos do seu desenvolvimento, podia e devia ter servido de exemplo para a maior parte dos programas nacionais, num outro conjunto de procedimentos extremamente interessantes: a criação do *Bournemouth Improvement Act*, de 1892, veio dar poderes sem precedentes, ao concelho municipal, na regulamentação do carácter social, físico e higiénico dos novos bairros da estância e o documento serviu de modelo para o primeiro British Town Planning Act de 1909. A verdade é que, para além deste caso exemplar, a maioria dos concelhos municipais destas estâncias, através da combinação de rigorosas exigências estéticas e a constante introdução de serviços e estruturas essenciais, foram capazes de consolidar, em regiões inicialmente completamente desprovidas, modernos e desenvolvidos ambientes urbanos de carisma considerável e relativa sofisticação. Tudo, ou quase tudo isto faltou aos projectos nacionais, pelo menos até ao lançamento do ambicioso programa do Estoril, em 1914. Pela primeira vez, vemos a tentativa de combinar competências públicas e privadas para a realização dum objectivo de importância nacional mas, mesmo neste caso, a grande maioria dos problemas estruturais só terão resposta cabal com o Estado Novo e, particularmente, com a acção de Duarte Pacheco, já nos anos trinta do século XX. Para os programas nacionais, em funcionamento desde o século XIX, só com a criação das Comissões de Iniciativa, em 1921, poderão dispor de mecanismos organizados e meios financeiros, geralmente reduzidos, para o seu desenvolvimento<sup>977</sup>.

---

<sup>977</sup> Exemplo da Granja: em 20 de Abril de 1923 realiza-se a “Sessão de Instalação da Comissão de Iniciativa para o desenvolvimento da praia da Granja e fomento da indústria do turismo naquela estância” (*Livro da Actas da Comissão de Iniciativa da Praia da Granja, 1923-1936*)

Este conjunto de factores também explica, em larga medida, uma outra característica das nossas estâncias marítimas. É verdade que um dos aspectos mais relevantes para que se faça o estudo destes sítios é o de terem constituído, frequentemente, experiências urbanas para o conjunto do território, porém, ao contrário do que aconteceu em Bournemouth, como vimos, a falta de esforços combinados comprometeu, de algum modo, este papel que é, em nossa opinião, um dos mais importantes para o conjunto das estâncias de vilegiatura do mundo ocidental<sup>978</sup>. Numa outra vertente, já não física, as estâncias portuguesas tiveram, à semelhança das suas congéneres internacionais, exactamente o mesmo papel, e não menos importante, ao proporem novos comportamentos, funcionando como verdadeiros laboratórios sociais, quer nas vivências familiares quer no usufruir dos espaços públicos. A praia propicia uma forma de vida mais aberta, um convívio social menos rígido e uma mistura mais “democrática” de indivíduos, em contraste com a atmosfera mais formal das cidades convencionais.

Voltando à nossa citação inicial, e à questão da “necessidade” do lazer e de espaços diferenciados para ele, falemos um pouco dessa “invenção” da sociedade industrial. Na verdade, é no seio da própria cidade capitalista que nasce a ideologia anti-urbana subjacente, quer aos programas dos “garden-suburbs”, quer à criação destas novas “cidades-balneares”. É a burguesia dominante que se põe à procura da sua própria identificação, da sua própria paisagem ideal, num ambiente depurado dos problemas crescentes do economicismo e rico de valores estéticos e morais, porém, apto a propôr-se imediatamente como sinal económico, que nivela ou diferencia. Quer no subúrbio quer na estância, recupera-se a calma ambiental, a protecção, as ruas amplas e desertas, em suma, assegura-se a distância com a cidade. Por

---

<sup>978</sup> Veja-se o caso paradigmático de Bath onde, todo um conjunto de novas experiências urbanas, passou a funcionar como modelo ideal para toda a Grã-Bretanha.

mais pergaminhos “reais” ou aristocráticos que evoquem, todas estas novas instalações são burguesas e é nelas que encontramos o melhor exemplo dos seus valores e ambições: a preferência pela casa unifamiliar, afastada da estrada, o carácter privado do jardim e que, mesmo que se pareça com a do seu vizinho<sup>979</sup>, encontra sempre uma via expressiva apropriada, onde a diversidade formal e decorativa são o sinal e o carisma cultural do direito do proprietário. A atomização da residência leva, necessariamente, a uma multiplicação ao infinito das soluções estilísticas e os desejos desta burguesia vão obter a melhor resposta no ecletismo reinante até às primeiras décadas do século XX: as diferenças decorativas mas também as mais diversas tipologias, de todas as origens geográficas, convivem lado a lado, em Nice ou Brighthon, em Trouville ou em Cascais, em Biarritz ou na Granja. Imitação de modelos internacionais, exigência das procuras do mercado ou, ainda, falta de soluções originais, esta “cacofonia” de “chalets”, “cottages” e “villas”, como lhe chamou Ramalho<sup>980</sup>, é um denominador comum de todas as estâncias marítimas do ocidente, ao longo do século XIX e, em Portugal, até bem dentro do século XX.

O novo século, porém, alarga necessariamente o fenómeno do veraneio balnear marítimo e, embora lentamente, acabará por conhecer também o “turismo de massas”. Aquilo que ainda não fora possível realizar em Ofir, quando nos meados de novecentos pareciam já criadas as condições de um novo arranque para esta vilegiatura, acabará por acontecer no início dos anos 60. Fruto de uma conjuntura internacional altamente favorável, aliada a uma nova forma de perspectivar o fenómeno, por parte dos poderes político e económico nacionais, surgem os primeiros programas verdadeiramente actualizados e, pela primeira vez também, diversificando geograficamente as propostas. Aliás, no mesmo sentido do que acontecera em países como a França e a Espanha que, só bem dentro do século XX viram “invadidas” de banhistas as suas costas mediterrânicas. Com resultados e sucesso relativo bem diferentes, como vimos, Tróia e

---

<sup>979</sup> Kerr, em 1864, no seu *The English Gentleman's House*, fornece dez fachadas diferentes sobre uma mesma planta

<sup>980</sup> Ver ponto 3.1.2. sobre o Monte Estoril.

Vilamoura são programas que se devem analisar em paralelo e, em ambos, as questões do urbanismo, tradicionalmente “improvisadas” nestes sítios, ou resolvidas em função de uns quantos equipamentos, como no Estoril, surgem como o aspecto fundamental a ter em consideração. Alguma reflexão, neste campo, surgirá, entretanto, pela necessidade urgente do planeamento de algumas estâncias, ainda antes de 1950, como é o caso mais importante da Costa da Caparica, introduzindo pela primeira vez, alguns princípios já modernistas. Mas são os programas dos anos 60 a obrigar a uma discussão das escolhas a um outro nível de profundidade. Se compararmos as memórias que acompanham os ante-planos de urbanização de Miranda de Vasconcelos, para a Praia de Fão (Ofir), de Keil do Amaral, para Tróia e do GEUR, para Vilamoura, é nítido o alargamento das premissas que se colocam e a abrangência cada vez maior de outras preocupações que não sejam as exclusivamente práticas ou formais, entre o primeiro e os segundos exemplos.

A atomização da residência, de que falávamos atrás, ainda é a tendência dominante nas ocupações nascidas na primeira metade do século XX, bem evidente nos casos do Estoril e Ofir, mas as escolhas arquitectónicas vão mudar e permitir alguns conjuntos muito interessantes no âmbito da arquitectura privada. Os anos 30 trazem ao Estoril arquitectos e edifícios notáveis do nosso primeiro modernismo, de que destacamos a moradia de António Varela e os Correios do Adelino Nunes. Porém, o interesse do poder político na Costa do Sol, encerrou o tempo das experiências neste campo e, o Estoril, nos anos 40, é um verdadeiro repositório da arquitectura “nacionalizada” saída das directrizes oficiais. É, por isso, noutros sítios, menos comprometidos com as “fachadas” do regime, como em Ofir ou no Rodízio, que vamos encontrar a continuidade da reflexão da arquitectura moderna, novamente dentro de um carácter experimental, como é característico destes programas. Nos anos 40 e 50, é longe das encomendas do Estado e dos lugares demasiado próximos dele, que vemos acontecerem as grandes inovações no campo da arquitectura, quer a nível de programa, quer na sua conceptualização espacial. Ao mesmo tempo, é também aqui que se inicia uma crítica, finalmente amadurecida, à arquitectura moderna e se colocam questões fundamentais como os

ensinamentos da construção espontânea tradicional. Mais uma vez, trata-se daquela vertente “laboratório”, que citámos na “Introdução”, e que vai ser da maior importância para os projectos dos anos 60.

Este último aspecto remete-nos, também, para outra questão incontornável, que é a da crítica de arquitectura e urbanismo em Portugal. Nas primeiras décadas da nossa pesquisa, o trabalho teórico é feito pelos homens de letras, como J. César Machado e, acima de todos, Ramalho Ortigão, por vezes com bastante acerto, mas não indo além das discussões do gosto. Em 1922, Guilherme Filipe afirmava que “não há arte em Portugal porque não há crítica!”<sup>981</sup>, denunciando uma realidade que ainda era mais desoladora no campo da arquitectura. Uma leitura das revistas especializadas é elucidativa dessa aridez teórica e, depois de 1927, quando se inicia a publicação de *Arquitectura*, com uma geralmente mais acertada escolha de projectos, a reflexão também aqui não se fará durante muitos anos. Os arquitectos da primeira geração modernista, levantam a bandeira de um “funcionalismo” que conhecem superficialmente, assinalando “uma ruptura na linguagem figurativa” e “um novo gosto depurado”, mais “do que um fundamento metodológico rigoroso da criação”<sup>982</sup> e quase sempre inspirado nos racionalismos francês e alemão. Em 1948, Keil do Amaral volta a chamar a atenção para o problema: “e as críticas, as referências aos trabalhos que realizamos? Onde estão? Quem as faz?”<sup>983</sup>. Com ele, vão estar os arquitectos mais novos que marcam o panorama da arquitectura portuguesa pós-Congresso, aqueles que, de facto, vão actualizar um pensamento sobre a arquitectura e o urbanismo, divulgando o movimento moderno para lá das referências mais conhecidas e pondo em causa os princípios dos CIAM. E, também aqueles, que vão fazer o “Inquérito” à

---

<sup>981</sup> Guilherme Filipe, no cat. da sua exposição em Coimbra em 1922, cit. in José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, p.98

<sup>982</sup> Nuno Portas, op. cit., p.710

<sup>983</sup> Keil do Amaral, “Maleitas da Arquitectura Nacional (2)”, in *Arquitectura*, nº 19, Janeiro 1948, p.18

arquitectura popular permitindo “acertar o passo com os novos interesses e reflexões baseados na primazia dada ao espaço interno na concepção da forma, na recuperação da morfologia do tecido urbano existente, na visão mais sociológica e também interdisciplinar dos programas da casa e dos equipamentos, da arquitectura”<sup>984</sup>. É já neste novo contexto que surgem os programas de Tróia e Vilamoura, informados em experiências de origens tão diferentes como a Catalunha, a Itália ou os Estados Unidos, mas tentando ter presente os valores da nossa arquitectura, ensaiando uma nova aproximação aos sítios a “colonizar” e procurando soluções mais ricas em significados.

Sítios balneares, espaços por excelência de experiências urbanas e arquitectónicas, naturalmente de interesse desigual, mas todos contribuindo para uma história mais rica da nossa época contemporânea e, por isso, dignos de serem encarados e preservados com mais cuidado do que tem sido hábito. Uns, porque são conjuntos notáveis de estudo para períodos mais recuados dos nossos urbanismo e arquitectura, todos, porque o jogo dos interesses económicos os ameaçam ou, já parcialmente, os descaracterizaram.

---

<sup>984</sup> Ana Tostões, op. cit., p.244

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Aalto**, Alvar, 359
- Abrantes**, António, 407
- Abranches**, Emídio, 96
- Abranches**, Joaquim, 96
- Acciaiuoli**, Luiz, 58
- Acciaiuoli**, Margarida, 80, 81, 94, 95, 336, 340, 342, 353, 354, 355
- Ackerman**, James S., 15, 16, 22, 27
- Agache**, Donat-Alfred, 95, 99, 314
- Allen**, Ralf, 17
- Alorna** (marquês de Fronteira e), 64, 66
- Alpass**, J., 429
- Amaral**, Francisco Keil do, 98, 328, 329, 335, 336, 354, 355, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 374, 383, 390, 402, 403, 428, 431, 445, 446
- Almeida**, Pedro Vieira de, 171, 328, 431, 432
- Andrade**, Ferreira, 113, 115, 120, 121, 123, 124, 128, 132, 140, 165, 211
- Andrade**, Guilherme Rebelo, 319
- Andresen**, João, 353, 356, 370, 374, 377, 378, 379, 380
- Anjos**, Carlos, 145, 146, 147, 155, 163
- Araújo**, Ilídio de, 44, 45
- Archer**, Maria, 45, 66, 68, 76, 108, 144, 145, 146, 148, 149, 155, 156, 162, 178, 187, 191, 200, 202, 205, 276, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 311
- Ataíde**, José, 88
- Ataíde**, J. de, 311
- Athouguia**, Ruy d', 386
- Austen**, Jane, 19
- Ávila e Bolama** (duque de), 57
- Ávila**, Luis Caetano Pedro de, 116
- Ayres**, Fructuoso da Silva, 245, 248, 250, 270, 273
- Azevedo**, Rogério, 80, 81
- Baker**, Carver L., 407
- Balzac**, Honoré, 30
- Bandeira**, António, 196, 197



**Barbosa**, Cassiano, 355, 356  
**Barbosa**, Vilhena, 46  
**Barreiros**, Joaquim António Vellez (visc. de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz), 112  
**Barruncho**, Pedro, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 123, 144, 145, 183, 185  
**Bastos**, A. Magalhães, 216  
**Beauregard**, N.G., 179  
**Benevolo**, Leonardo, 18  
**Barreiros**, Joaquim António Vellez, 111  
**Benevides**, Fonseca, 55  
**Betencourt**, Jacinto dos Reis, 320  
**Bigaglia**, Nicola, 52, 288  
**Borges**, José Pedro de Aboim, 75  
**Botelho**, António Cardoso, 243  
**Botelho**, José Rafael, 429  
**Boygas**, Oriol, 359, 429  
**Branco**, Camilo Castelo, 220  
**Branco**, Cassiano, 81, 93, 94  
**Branco**, Duarte Castelo, 361  
**Brandão**, Raul, 214  
**Bravo**, António, 241  
**Breyner**, D.Tomás de Mello, 117, 127  
**Breyner**, Gonçalo de Mello, 272  
**Briz**, M<sup>a</sup> da Graça Gonzalez, 7, 9  
**Burlington** (lord), 47  
**Burton**, Decimus, 23  
**Byron**, 36  
**Cabreira**, Tomás, 302, 399  
**Caetano**, João, 407  
**Caetano**, Marcelo, 407  
**Calvet**, Carlos, 385  
**Campos**, Ezequiel, 92  
**Cambon**, M., 35  
**Cardoso**, Luís, 174  
**Cardoso**, Martins, 422

**Carlo**, Giancarlo de, 429  
**Carp**, Émile, 201, 203, 281  
**Cars**, Jean, 42  
**Carvalheira**, Rosendo, 148  
Carvalho, M<sup>a</sup> Amália Vaz de, 120  
**Carvalho**, M<sup>a</sup> Filomena Barros de, 215, 218, 219, 230, 236, 238, 239  
**Cavaco**, Carminda, 65, 78, 79, 81, 84, 143, 152, 190, 311, 373, 399, 400, 401, 402, 405, 406  
**César**, César Figueiredo, 52, 53  
**Chagas**, Álvaro Pinheiro, 140, 141  
**Charnet**, J.M., 407, 426  
**Chateaubriand**, 30  
**Choay**, Françoise, 22  
**Cinatti**, Demetrio, 48, 49  
**Clerget**, P., 22  
**Coelho**, Alfredo de Magalhães, 86, 88, 370, 401  
**Colaço**, Branca de Gonta, 45, 66, 68, 76, 108, 144, 145, 146, 148, 149, 155, 156, 162, 178, 187, 194, 200, 202, 205, 276, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 311  
**Colaço**, Jorge, 171  
**Contreiras**, Manuel José Martins, 187, 188, 193  
**Cordech**, Josep, 359  
**Correa**, Frederic, 359  
**Corvo**, Andrade, 57  
**Costa**, Celestino da, 409, 423, 429  
**Costa**, Faria da, 98, 99, 100  
**Costa**, Jácome, 363  
**Costa**, Leonildo Mendonça e, 87  
**Costa**, Lúcio, 432  
**Costa**, Sousa, 72  
**Cotton**, C.K., 407  
**Coulomb**, H., 407  
**Coutinho**, Bárbara dos Santos, 95  
**Couto**, Adélio Fernandes, 233  
**Couto**, António, 174

**Cruz**, Luiz, 242  
**Cunha**, Paulo, 98  
**Cuningham**, Eric Lyons, 431, 432  
**Dale**, Antony, 20  
**Dalgado**, D.G., 87, 160, 300  
**David**, Emílio, 220  
**Defoe**, Daniel, 17  
**Devisme**, 47  
**Dias**, Carlos Alberto Carvalho, 350  
**Dias**, Carlos Malheiro, 130, 131, 132, 146  
**Dimitrijevic**, J., 407, 426  
**Dinis**, Júlio, 226  
**Dudok**, Willem, 329  
**Elleray**, D. Robert, 20  
**Enault**, Louis, 18  
**Encarnação**, José d', 301,302  
**Esaguy**, Eva-Renata d', 337  
**Eschwege**, Ludwig von, 48  
**Espregueira**, M. Afonso, 248, 255  
**Esteves**, Raimundo, 72, 73  
**Falcão**, Pedro, 128, 130, 140  
**Faria**, Casimiro Jerónimo, 235  
**Fernandes**, Francisco Barata, 93, 94  
**Fernandes**, José Alberto Rio, 218, 226, 229, 230  
**Fernandes**, José Manuel, 94, 98, 325, 328  
**Ferreira**, Amorim, 160  
**Ferreira**, L.F. Marrecas, 154  
**Ferreira**, J.A, 232.  
**Ferreira**, Manuel Francisco, 239, 242  
**Ferreira**, Raul Hestnes, 94  
**Ferreira**, Ricardo, 179  
**Ferro**, António, 80, 81, 82, 355  
**Ferry**, B., 23

**Figueiredo**, Fausto de, 89, 144, 177, 209, 211, 212, 275, 276, 295, 296, 297, 304, 307, 310, 311, 325, 326, 399

**Figueiredo**, José, 284

**Figueiredo**, Rute, 130, 138

**Filipe**, Guilherme, 446

**Fonseca**, António Tomás da, 49

**Fontes**, Rogério Vieira, 402, 405

**Forestier**, 95

**França**, José-Augusto, 170, 227, 320, 446

**Gama**, Arnaldo, 220

**Gama**, Augusto, 214

**Garcia**, Arnaldo Ressano, 95, 328

**Garnier**, Charles, 25, 32, 37, 116

**Garrett**, Almeida, 75

**Gennet**, P., 407

**Gildemeester**, Daniel, 47

**Gomes**, Guilherme, 137, 195

**Gomes**, João José, 221

**Gonçalves**, Ambrosina, 422

**Gonçalves**, André, 370

**Gröer**, Étienne de, 95, 99

**Gropius**, Walter, 312

**Guerra**, Teixeira, 370

**Haupt**, Albrecht, 131, 173

**Haussmann** (barão de), 92

**Heine**, 36

**Hitchcock**, H.R., 24, 32, 115

**Howard**, Ebenezer, 95, 99

**Holland**, Henry, 21

**Ianz**, César, 288

**Fefferys**, C.P.B., 39

**Fouchier**, L. de, 179

**Jacobsen**, Arne, 359

**Jefferys**, C.R.B., 40

**Jesus**, Francisco José Cruz de, 73, 74

**Jones**, Robert Trent, 378

**Jourde**, Raoul, 326, 327

**Kerr**, W., 444

**Knowles Jr.**, James, 48

**Korrodi**, Ernesto, 288

**Kubler**, George, 276

**Lacerda**, Artur Veiga de, 228

**Laginha**, Manuel, 422

**Laloux**, Victor, 168

**Lamartine**, A 30

**Landeck**, Gaston, 74, 161, 166, 197, 280, 281

**Larouz**, P. 34

**Lauwereins**, 35

**Leal**, António José Marques, 184, 185, 188, 189

**Leal**, M.L., 218, 240

**Le Corbusier**, 93, 97, 100, 329, 349, 353, 354

**Leite**, Jorge Pereira, 319

**Leitão**, Joaquim, 213, 224, 225, 227

**Lencastre**, D. J. Coutinho de, 67, 68, 69

**Lepierre**, Charles, 310

**Lima**, Alfredo Viana de, 100, 339, 348, 349, 356

**Lima**, Pe. André de, 70

**Lima**, Manuel Rodrigues, 113

**Lima**, Sebastião Magalhães de, 88

**Lino**, Raul, 52, 80, 89, 132, 133, 135, 136, 137, 168, 171, 172, 173, 244, 286, 312, 316, 317, 318, 335

**Lisboa**, M<sup>a</sup> Helena, 243

**Lobato**, Gervásio, 79, 80

**Lobo**, Costa, 407, 422, 423, 427

**Lobo**, Margarida Souza, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100

**Lopes**, Ignácio, 248, 255

**Losa**, Arménio, 100, 355, 356

**Loudon**, 24

**Luca**, Giuseppe Giannelli di, 36

**Machado**, Álvaro, 119, 169, 283, 284, 312

**Machado**, Helena Cristina Ferreira, 39, 76

**Machado**, Júlio César, 44, 54 58, 63, 71, 446

**Magalhães**, Alfredo Ângelo Vidal Coelho de, 340, 342, 343, 346, 352, 355

**Mahomed**, Sake Deen, 20

**Maia**, Sebastião de Oliveira, 214, 219, 223, 228

**Mallet-Stevens**, Robert, 329, 332

**Manini**, Luigi, 52, 130

**Mardel**, Carlos, 46, 316

**Marques**, A. H. de Oliveira, 58, 83, 267, 398, 405

**Marques**, M<sup>a</sup> da Graça Maia, 398, 399

**Marques**, Tertuliano Lacerda, 180, 204, 290, 321, 327

**Marshall**, P. Johnson, 429

**Martin**, Leslie (sir), 429

**Martinet**, 60, 296, 305, 306, 308

**Martins**, Luís Paulo Saldanha, 9, 19, 46, 61, 63, 66, 69, 76, 79, 219, 220, 221, 245, 346, 253, 255, 266, 269, 270

**Martins**, Raul Sousa, 340

**Martins**, Rogério, 353, 356

**Martorell**, Josep, 359, 429

**Mateus**, M<sup>a</sup> da Graça Ventura, 398, 399

**Matos**, Augusto José de, 241

**Matta**, Luís Filipe da, 185, 188, 189, 191, 193

**Mckay**, David, 359, 429

**Medeiros**, Eduardo, 407

**Melo**, Bandeira de, 72

**Mello**, Bernardo Pinheiro de (conde de Arnoso), 129, 131, 135, 289

**Melo**, José Sousa, 407

**Melo**, Manuel de Sá e, 342

**Mello**, Rafael Duarte, 60, 173, 174, 203, 284, 309

**Mendim**, Henrique, 370

**Mesquita**, Fernando, 40

**Michelet**, J., 20

**Milá**, Alfonso, 359  
**Miranda**, Artur Cupertino de, 355, 404  
**Monet**, Claude, 37  
**Monteiro**, José Luís, 49, 74, 91, 128  
**Monteiro**, Porfírio Pardal, 82, 304, 320, 324, 327, 328  
**Monterey**, Guido de, 223, 224, 228, 229  
**Montez**, Paulino, 98  
**Morais**, Justino de, 363  
**Morris**, William, 173  
**Naert**, 35  
**Narciso**, Armindo, 17, 27, 56, 57, 62, 63  
**Nash**, John, 21, 23, 40, 47  
**Nash**, Richard “Beau”, 17  
**Nasoni**, Nicolau, 220  
**Negreiros**, José de Almada, 320  
**Nicolai**, 26  
**Norberto**, José, 363  
**Norte Júnior**, Manuel Joaquim, 51, 138, 177, 282, 291, 309, 312, 316, 318, 323  
**Nunes**, Adelino, 329, 331, 445  
**O’Dowd**, Bill, 407, 426  
**Oliveira**, Arantes e, 370  
**Oliveira**, J, Soares de, 385  
**Oliveira**, Manuel d’, 243  
**Ortigão**, Ramalho, 44, 67, 72, 74, 109, 110, 114, 120, 123, 129, 139, 147, 163, 167, 198, 295, 296, 360, 444, 446  
**Osório**, Paulo, 63  
**Pacheco**, Ana Ruela Ramos de Assis, 324, 327  
**Pacheco**, Duarte, 80, 82, 91, 94, 95, 100, 111, 313, 375, 442  
**Padrão**, Cabeça, 422  
**Palladio**, Andrea, 16  
**Parker**, Barry, 91  
**Paxton**, Joseph, 31  
**Pedreirinho**, J.M., 98, 148, 220, 272, 319  
**Penninck**, J.J.F., 407

**Pereira**, Álvaro, 71, 72  
**Pereira**, Margarida, 111  
**Pereira**, Nuno Teutónio, 431  
**Pessoa**, Cunha, 55  
**Pimentel**, Alberto, 217, 220, 226, 228  
**Pina**, Paulo, 78, 79, 84, 87, 88, 90, 94  
**Pinheiro**, Rafael Bordalo, 122  
**Pinho**, Barbosa de, 232  
**Pinon**, Pierre, 42  
**Pinto**, Alfredo (Sacavém), 337  
**Pinto**, Jayme Artur da Costa, 125, 141, 187  
**Pinto**, Maurício, 72, 73  
**Portas**, Nuno, 316, 335, 341, 356, 357, 358, 430, 446  
**Possolo**, Luís, 370  
**Proença**, Raul, 93, 110, 111, 286, 312, 313  
**Proust**, Marcel, 33  
**Puig**, Ramon Maria, 335  
**Ramalho**, António, 74, 148  
**Ramos**, Carlos, 91, 92, 96, 98, 180, 181, 321, 323, 356, 392  
**Ratazzi**, Mme., 226  
**Regaleira**, Vasco, 81  
**Reis**, Evaristo, 233  
**Reis**, Jaime, 440, 441  
**Reis**, Jaime Batalha, 180  
**Reis**, José de Freitas, 114  
**Reis**, Veloso, 81  
**Ribeiro**, João Baptista, 221  
**Ritz**, Cesar, 41  
**Rodrigues**, Paulo R.S., 87  
**Rohe**, Mies van der, 312  
**Roquete**, João, 243  
**Rosa**, Jacobetty, 98  
**Rosas**, Fernando, 82, 86, 100, 339, 360, 361, 382, 391, 408  
**Ross**, Mackenzie, 344



**Rouillard**, Dominique, 7, 12, 15, 18, 30, 31, 34, 42, 157, 242

**Routh**, William Pole, 263

**Rudolfo**, José de Sousa, 91, 98, 334

**Ruskin**, John, 173

**Russel**, Richard, 19

**Sá**, José Pinto de, 341

**Sá**, Manuel António de, 242

**Sá**, Manuel Fernandes de, 93, 94

**Sampaio**, Henriques Domingues, 272

**Sanches**, Rui, 383, 421

**Sanches**, Sebastião Formosinho, 386

**Sande e Castro**, António Paes de, 246, 249, 250, 252, 253, 254, 257, 261, 263, 264, 265, 266

**Santos**, Augusto Luís César dos, 77

**Santos**, Joaquim, 280

**Sata**, Frank, 407

**Schröeter**, Ernesto Driesel, 292, 298

**Segurado**, Jorge, 96, 98, 100, 322, 327, 329

**Semper**, Gotfried, 26

**Serrão**, Vítor, 49

**Shelley**, 36

**Sica**, Paolo, 21, 23, 24, 32, 36, 37, 379

**Silva**, António Alves da, 243

**Silva**, António Dias da, 125

**Silva Júnior**, António Rodrigues da, 60, 62, 305, 307, 308, 312, 313, 326

**Silva**, Antunes da, 363

**Silva**, David Moreira da, 98

**Silva**, Francisco Conceição, 359, 379, 380, 381, 382, 385, 386, 387, 389

**Silva**, Francisco dos Santos, 267, 272

**Silva**, Francisco Joaquim da Costa e, 113

**Silva**, Francisco Maria Pereira da, 73

**Silva**, José da Costa e, 47

**Silva**, Francisco Maria Pereira da, 75, 76, 77

**Silva**, Luís Cristino da, 91, 97, 98, 324, 328, 333

**Silva**, José Marques da, 244  
**Silva**, José da Costa e, 48  
**Silva**, Manuel Gomes da, 263  
**Silva**, Possidónio da, 48, 170  
**Silva**, Raquel Henriques da, 172, 175, 189, 193, 198, 290, 301, 306, 312, 315  
**Soane**, J.V.N., 7 12, 23  
**Sousa**, Manuel Moreira de, 243  
**Sousa**, Tude de, 61  
**Stirling**, James, 386  
**Taveira**, Tomás, 385, 393, 395  
**Tavares**, Edmundo, 312  
**Tavares**, Rui, 218, 240  
**Távora**, Fernando, 355, 356, 358, 359  
**Telmo**, Cottinelli, 98  
**Terra**, Miguel Ventura, 59, 88, 119, 168, 169, 170, 284, 312  
**Torgal**, Luís Gonzaga dos Reis, 185, 191, 194  
**Torrezão**, José Jorge de Andrade, 144, 145, 163, 296  
**Tostões**, Ana, 370, 375, 384, 447  
**Toulier**, Bernard, 12  
**Toussaint**, Michel, 359  
**Ulrich**, José Frederico, 344  
**Valente**, Carmo, 385  
**Vandelle**, 55  
**Varela**, António, 329, 322, 331, 445  
**Vasconcelos**, Henrique de, 148  
**Vasconcelos**, José Miranda de, 342, 343, 445  
**Vasconcelos**, Maurício, 385  
**Vasconcelos**, Pedro de, 409  
**Viana**, J.A., 289  
**Vieira**, Álvaro Siza, 359  
**Vieira**, Deolindo, 60  
**Vilaça**, Francisco, 130, 131, 162, 289  
**Voltaire**, 17  
**Voysey**, C.F.A., 173

**Webb**, Philip, 173

**Wood**, John (o velho), 18, 21

**Wood**, John (o novo), 18,21

**Wright**, Frank Lloyd, 283, 312, 359

**Wyatt**, Thomas Henry, 115, 128

**Wybo**, George, 33

## **BIBLIOGRAFIA**

### **1. FONTES**

Arquivo Histórico Municipal de Cascais, “Actas das Sessões da Câmara Municipal de Cascais”, 1878-1920

Arquivo Histórico Municipal de Cascais, “Requerimentos”, 1855-1918

Arquivo Histórico Municipal de Cascais, “Processos de Obra”, 1918-1940

Arquivo Histórico Municipal do Porto, “Processos de Obra”, 1841-1920

Arquivo Municipal de Esposende, “Documentação Geral”, 1945-1975

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos Avulsos”, 1882-1902

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos de Fontes”, 1864-1905

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos de Estradas”, 1876

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos de Concessão de Servidão, 1902-1928

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos de Alienação de Terrenos e Cedência a Qualquer Título”, 1911-1917

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, “Processos de Aquisição de Terrenos Expropriação de Terrenos”, 1913-1915

Arquivo do CCR Alentejo, Évora (Processos de Tróia, 1962-1980)

Arquivos da Torralta, Tróia (Processos de Tróia, 1962-1980)

Arquivo da Lusotur, Vilamoura (Processos de Vilamoura, 1964-1999)

Centro de Documentação do C.A.M. da Fundação Calouste Gulbenkian, (Espólios dos Arquitectos Raul Lino e L. Cristino da Silva)

### **2. VOLUMES E OPÚSCULOS**

AA.VV., *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961

AA.VV., *Dictionnaire d'Architecture du XXème Siècle Hagan*, (dir. Jean-Paul Midant), Paris, Institut Français d'Architecture 1996

AA.VV., *Dictionary of Architecture*, (James Stevens Curl), Oxford, Oxford University Press, 1999

AA.VV., *ODAM Organização dos Arquitectos Modernos 1947-1952* (compilação de Cassiano Barbosa), Porto, Edições Asa, 1972

AA.VV., *International Dictionary of Architects and Architecture*, (ed. Randal J. van Vynckt; european consultant Doreen Yarwood), Detroit, St. James Press, 1993

AA.VV., *Desenho de Arquitectura. Património da Escola de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, 1987

AA.VV., *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Lisboa, Publicações Alfa, 1996

Acciaiuoli, Luiz, *Águas de Portugal em 1940*, Lisboa, Ministério da Economia, Dir. Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1942

Ackerman, James S., *The Villa – Form and Ideology of Country Houses*, London, Thames and Hudson, 1990

*Almanak para a Ilha da Madeira*, Primeiro Anno 1868, Funchal, 1867

Almeida, Pedro Vieira de, Fernandes, José Manuel, “A Arquitectura Moderna em Portugal”, in *História da Arte em Portugal*, vol.14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

Amaral, Francisco Keil do, *A Arquitectura e a Vida*, Lisboa, Cosmos, 1942

Idem, *A Moderna Arquitectura Holandesa*, Lisboa, Cadernos Seara Nova, 1943

Idem, *O Problema da Habitação*, Porto, Livraria Latina, 1945

Andrade, Ferreira de, *Cascais Vila de Corte. Oito Séculos de História*, Cascais, C.M.C., 1964

Andrade, Ferreira de (dir.), *Monografia de Cascais*, Cascais, C.M.C., 1969

Andresen, João, *Para uma Cidade mais Humana*, Porto, Imprensa Social, 1962 (dissertação de concurso para professor da Escola do Porto)

Argan, Giulio Carlo (dir.), *Il Revival*, Milão, Mazzotta, 1974

Ariès, Philippe e Duby, Georges, (dir.), *História da Vida Privada*, (Volume 4: *Da Revolução à Grande Guerra*, dir. de Michelle Perrot e Volume 5: *Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*, dir. de Antoine Prost e de Gérard Vincent), s.l., Edições Afrontamento, 1990

Arroyo, António, *Mea Villa de Gaya, Guia Ilustrado do Concelho de Gaya*, Empreza Editora do Guia Ilustrado de Portugal, Porto, s.d.

*As Nossas Praias: Indicações gerais para uso dos banhistas e turistas*, Sociedade Propaganda de Portugal, Typ. Universal, Lisboa, 1918

Barreira, Cecília, *História das Nossas Avós – Retrato da Burguesa em Lisboa, 1890-1930*, s.l., Círculo de Leitores, 1992

Barros, José Augusto Corrêa, *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto*, Porto, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1881

Barruncho, Pedro Lourenço de Seixas Borges, *Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascaes*, Lisboa, Typografia Universal, 1873

Basto, A. de Magalhães, *A Foz há 70 anos*, Porto, Ed. do Colégio Brotero, 1939

Bastos, Ludovina Vilanova de, *Memórias de uma Avó (Autobiografia e Apontamentos de Viagem)*, Belém, Pará, Edição Particular de Domingos F. Bastos, 1977

Bastos, C., *Nova Monografia do Porto*, Porto, Comp. Port. Editora, 1938

Beauregard, G. de e Fouchier, L. de, *Voyage en Portugal*, Paris, Librairie Hachette et Cie., 1909

Benevolo, Leonardo, *Historia de la Arquitectura Moderna*, (5ª edición), Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1982

Idem, *Le Origini dell'urbanistica Moderna*, s.l., Editori Laterza, 1976

Idem, *Diseño de la Ciudad – El Arte y la Ciudad Contemporanea*, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1981

Idem, *Origines del Urbanismo Moderno*, Madrid, H. Blume Ediciones, 1977

Borges, José Pedro de Aboim, *Figueira da Foz*, Lisboa, Presença, 1991

Burnet, Louis, *Villégiature et Tourisme sur les Côtes de France*, Paris, Librairie Hachette, 1963

Idem; Allary, Daniel; Bine-Muller, Noelle, *Rêveuse Riviera*, Paris, Herscher, 1983

Butor, Michel, *Rêveuse Riviéra*, s.l., Herscher, s.d.

Cabral, Manuel Vilaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, (2ªed.), A Regra do Jogo, 1981

Cancio, Francisco, *Lisboa de Outros Séculos. Cem Anos de Pitoresco*, Lisboa, 1940

Cannas, Ruy, *Cascaes Antigo e Cascaes Moderno*, Lisboa, Escola Tipográfica Oficinas de S. José, 1931

Cardoso, Nuno Catharino, *Illustrated Guide of Lisbon, Cascaes and Cintra*, Lisboa, s.d.

Carvalho, J. Lino de, Construção Moderna, *Hygiene da Habitação*, Lisboa, Typographia da Papelaria Palhares, 1898

*Cascais e seus Lugares*, Junta de Turismo de Cascais, Cascais, 1957

Castro, António Paes de Sande e, *A Granja de Todos os Tempos (desde a Granja dos frades de Grijó e da Granja dos Ayres, até à Praia da Granja dos nossos dias)*, Gaia, Câmara Municipal de Gaia, 1973

Cavaco, Carminda, *A Costa do Estoril – Esboço Geográfico*, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1983

Idem, *A Costa do Estoril*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, I.N.I.C., 1981

César, César Figueiredo, *Ilha da Madeira «Paraíso Terrestre»*, Funchal, Madeira, s.e., 1985

Choay, Françoise, *The Modern City: Planning in The 19th Century*, New York, G. Braziller, 1969

Idem, *L'Urbanisme (Utopies et Réalités) – une anthologie*, Paris, Édition du Seuil, 1965

Idem, *La Règle et le Modèle*, (2ª edição), Paris, Seuil, 1996

Colaço, Branca de Gonta e Archer, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1943

Conrado, Júlio, *Lugares de Cascais na Literatura*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995

*Considerações Acerca de Grandes Estabelecimentos Publicos de Banhos, de Piscicultura e de Recreio Construidos no Littoral Oceanico pelo Sistema Privilegiado de C. Marnay*, Porto, 1885

Corbin, Alain, *O Território do Vazio – A Praia e o Imaginário Ocidental*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989

Correia, Marquez de Jacome, *A Ilha da Madeira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927

Costa, D. António da, *No Minho*, Porto, Editora António Figueirinhas, 1900

Coutinho, D. José (de Lencastre), *Digressão Recreativa – Passatempo Alegre (ou revista do viver das praias, na época dos banhos de mar, no corrente ano de 1870)*, Lisboa, Typografia Portuguesa, 1871

Idem, *Passeio de Lisboa a Cascaes* (opúsculo), 1868

Curtis, William J. R., *Modern Architecture since 1900*, London, Phaidon Press, 1987

Dalgado, D. E. *The Climate of Lisbon and of The health resorts in its neighbourhood Mont'Estoril, on The Riviere of Portugal*, and Cintra, London, H. K. Lewis, 1906

Idem, *The Thermal Springs and The Climate of Estoril*, Paris, Henri Jouve, 1910

**Dias, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, vol. III**

D'Esaguy, Eva-Renate, *Cascais – Terra de Reis e de Pescadores*, Lisboa, Editorial Império, 1953

Dumazedier, J et Ripert, A., *Le Loisir et la Ville, Loisir et Culture*, Paris, Éditions du Seuil, 1966

Elleray, D. Robert, *Brighton – A Pictorial History*, Chichester, Phillimore & Co., 1987

*Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, Typ. A Editora Limitada, 1914

Falcão, Pedro, *Cascais Menino*, Cascais, Junta de Turismo da Costa do Sol, 1970

Fernandes, Castro, *A Organização das horas livres: um problema do nosso tempo*, Lisboa, s.e., 1944

Fernandes, José Alberto Vieira Rio, *A Foz, entre o rio, o mar e a cidade*, Porto, Ed. O Progresso da Foz, 1988

Ferreira, Dr. H. Amorim, *Elementos para o Conhecimento do Clima do Estoril*, Cascais, Junta de Turismo de Cascais, 1941

França, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1966

Idem, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, (2ª edição), Lisboa, Livraria Bertrand, 1984

Idem, *Os Anos 20 em Portugal (Estudo de Factos Sócio-Culturais)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992

Idem, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1910-1990)*, (3ª edição), Lisboa, Livros Horizonte, 1991

Gama, Augusto, *Dois Escritores Coevos*, Coimbra, Coimbra Editora Lda. 1933

Gans, Deborah, *Le Corbusier*, Guias de Arquitectura, Barcelona, Gustavo Gili, 1988

Gomez, Alberto Luis, *Aproximción historica al Estudio de la Geografía del Ocio – Guia Introdutoria*, Barcelona, Anthropos, 1988



**Guia dos Banhos da Poça em S. João do Estoril, *Lisboa*,  
*Typ. Francisco Luís Gonçalves, 1895***

*Guia Ilustrado de Lisboa e Regiões Circunvizinhas*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1891

**Hitchcock, Henri-Russel, *Arquitectura de los Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1985**

Jefferys, C. P. B., *Newport – A Short History*, 1992, Newport Historical Society, Newport

José, Augusto (pseudónimo de ?), *Chronicas de Cascaes – ao correr da pena*, Lisboa, Typografia do “Tempo”, 1898

Laborit, Henri, *L’Homme et la Ville*, Paris, Flammarion, 1971

Le Corbusier (ed. Boesiger, Willy; Stronov, O.; Bill, Max), *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: oeuvre complète*, (9ª ed.), 8 vol., Zurique, Les Éditions d’Architecture, 1967-1970

Leal, Pinho, *Portugal antigo e moderno*, 14 vols. Lisboa, 1873-1890

Leitão, Joaquim, *Guia Ilustrado da Foz, Mattosinhos, Leça e Lavadores*, Porto, Livraria Magalhães e Moniz Editores, 1907

Leite, Ana Cristina, *A arquitectura premiada em Lisboa com o prémio Valmor*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988

Leite, Arnaldo, *O Porto de 1900*, Porto, Figueirinhas, 1952

Lino, Raul, *A Nossa Casa – Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, 3ª edição, Lisboa, Typographia do Anuario Comercial, s.d.

Idem, *L’Évolution de l’Architecture Domestique au Portugal*, Lisboa, Institut Français au Portugal, Ateliers “Coimbra Editora, Lda.”, 1937

Idem, *Casas Portuguesas – alguns apontamentos sobre o architectar de casas simples*, 6ª ed., Lisboa, Cotovia, 1992

Lisboa, Maria Helena, *Os Engenheiros em Lisboa – Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

Machado, Helena Cristina Ferreira, *A Construção Social da Praia*, Lisboa, Instituto Camões e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996

Machado, Júlio César e Chagas Pinheiro, *Fora de Terra*, Porto, Livraria Internacional, 1878

Maia, Sebastião de Oliveira, *Onde o Rio Acaba e a Foz do Douro Começa*, Junta de Freguesia da Foz do Douro, Edições “O Progresso da Foz”, 1988

Martins, Couto, *Horário de Trabalho*, Lisboa, ed. de Couto Martins, 1934

Moholy-Nagy, Sibyl, *Urbanismo y Sociedad: Historia Ilustrada de la Evolucion de la Ciudad*, Barcelona, Editorial Blume, 1970

Monteiro, Andrade, *Plantas Antigas da Cidade, Documentos e Memórias para a História do Porto*, XI, Porto, 1943

Monterey, Guido de, *O Porto à Beira-Mar*, Porto, Edição do Autor, 1973

Idem, *De Relance ao Longo do Tempo – Foz do Douro*, Porto, Secção Cultural do Club Infante de Sagres, 1965

Narciso, Armando, *A Evolução da Crenoterapia e as Águas Medicinais Portuguesas*, s.l., Portugal-Brasil, Lda.- depositária, Soc. Editora, s.d.

Idem, *As Termas na Guerra e na Paz*, Lisboa, Editora Médica, 1944

Neves, Pedro Almiro, *A Praia da Granja no último quartel do século XIX*, Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984

Nunes, Pe. Pinho, *Monografia da Praia da Aguda*, s.l., Edição do Autor, 1954

Oliveira Marques, A. H.de, *História de Portugal*, vol. III (Das Revoluções Liberais aos nossos Dias), Lisboa, Palas Editores, 2ª Edição, 1981

Ortigão, Ramalho, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943 (1ª edição, 1876)

Idem, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944

Idem, *As Farpas: O país e a sociedade portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943 (1ª edição, 1887)

Idem, “Arte Portuguesa”, in *Arte Portuguesa*, tomo III, Lisboa, Clássica Editora, 1947

Idem, “Culto da Arte em Portugal”, in *A Arte Portuguesa* (1ª edição 1896), Lisboa, Clássica Editora, 1943

Pereira, Álvaro, *Espinho – Monografia*, Espinho, Edição do Autor, 1970

Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*, Lisboa, s.e., 1908

Pimentel, Alberto, *Manhãs de Cascaes*, Lisboa, Livraria Férrin, 1893

Pina, Paulo, *Cronologia do Turismo Português, 1900-1929*, s.l., Lucidus, 1982

Idem, *Portugal. - O Turismo no Século XX*, s.l., Lucidus, 1988

Pinto, Alfredo (Sacavém), *Cartas de Cascais (Notas – Impressões – divagações – com uma inovação em verso de João Maria Ferreira)*, Lisboa, Livraria Férrin, 1943

Pinto, Maurício e Esteves, Raimundo, *Figueira da Foz Praia da Claridade*, Figueira da Foz, Edição da Comissão Municipal de Turismo, 1959

*Plano de Urbanização da Costa do Sol – Relatório Geral*, Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, s.d.

Portas, Nuno, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação”, in Zevi, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, II Vol., Lisboa, Arcádia, 1977

Portoghesi, Paolo (dir.), *Dizionario Enciclopedico d’Architettura e Urbanistica*, Roma, Instituto Editoriale Romano, 1968

Pedreirinha, José Manuel, *Dicionário, dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994

Idem, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988

Proença, Raul (dir.), *Guia de Portugal. Lisboa e Arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 (1ª edição 1924)

Ragon, Michel, *Histoire Mondiale de l’Architecture et de l’Urbanisme Modernes*, 2 vols., (2ª ed.), s.l., Casterman, 1972

Ramos, Felix, *Roteiro do Porto*, Porto, 1896

Rattazzi, M., *Le Portugal à vol d’Oiseau. Portugais et Portugaises*, Paris, Degorce-Cadot, 1879

Reis, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993

Rodolfo, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002

Rosas, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)* in Matoso, José (dir.), *História de Portugal*, Sétimo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

- Rosenau, Helen, *La Ciudad Ideal*, Madrid, Alianza Editorial, 1983
- Rouillard, Dominique, *Le Site Balnéaire*, s.l., Pierre Mardaga éditeur, 1984
- Sica, Paolo, *Storia dell'Urbanistica*, vol. II e III, Roma, Editori Laterza, 1985
- Shields, Rob, *Places on The Margin – Alternative Geographies of Modernity*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1991
- Silva, Raquel Henriques da, *Cascais*, Lisboa, Editorial Presença, 1988
- Sociedade Propaganda de Portugal, *As Nossas Praias – indicações para uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918
- Tafuri, Manfredo, *Teorias e História da Arquitectura*, (2ª edição), Lisboa, Editorial Presença, 1988
- Távora, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Porto, Cadernos de Arquitectura, 1947
- Toussaint, Michel (texto), *Casa de Férias em Ofir / Summer House at Ofir*, Lisboa, Editorial Blau, 1992
- Vasconcelos, Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936
- Ventura, Maria da Graça Mateus e Marques, Maria da Graça Maia, *Portimão*, Lisboa, Edotorial Presença, 1993
- Viegas, João da Cruz, *As Comunicações de Cascais para Lisboa – Terrestres, Ferroviárias, Marítimas, Postais, Telegráficas e Telefónicas*, Cascais, Edição do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1940
- Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo, a Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos Mais, 1989

### 3. DISSERTAÇÕES ACADÉMICAS

- Acciaiuoli, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991
- Barata, Ana Cristina, *Lisboa: projectos urbanísticos e ficção literária*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1999
- Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de Veraneio – Os Estoris – 1880/1930*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1989

Carvalho, Maria Filomena Barros de, *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, dissertação de mestrado em História da Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997

Coutinho, Bárbara dos Santos, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 2001

Curado, Hermínio de Carvalho, *Figueira da Foz (Contributo para o Estudo da Evolução do seu Espaço Urbano)*, dissertação de mestrado em Geografia Humana, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1987

Fernandes, José Alberto Vieira Rio, *A Foz: Contributo para o estudo do Espaço Urbano do Porto*, dissertação de mestrado em Geografia Humana, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Ordenamento Territorial do Noroeste Português, 1985

Figueiredo, Rute Maria Pinto, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 2002

Gomes, Maria João Bastos da Cunha, *Praia da Granja 1860-1950. Génese, Apogeu e Declínio de uma estância Recreativo-Balnear*, dissertação de mestrado em História da Arte, Porto, Universidade Lusíada, 1998

Jesus, Francisco José da Cruz de, *Arquitectura Balnear e Modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Santa Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, dissertação de mestrado em História da Arte, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999

Lobo, Margarida Sousa, *Duas Décadas de Planos de Urbanização em Portugal (1934-1954)*, dissertação de doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1993

Martins, Luís Paulo Saldanha, *Lazer, Férias e Turismo na Organização do Espaço do Noroeste de Portugal*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana – Ordenamento Territorial, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993

Martins, Maria Luísa M. Afonso, *A Vilegiatura Marítima no Século XIX: de Belém a Cascais*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1996

Pacheco, Ana Ruela Ramos de Assis, *Porfírio Pardal Monteiro / 1897-1959 – a obra do arquitecto*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1998

Paixão, Maria da Conceição Bravo Ludovice, *Norte Júnior: Obra Arquitectónica*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1989

Perdigão, Maria José Araújo Lima, *O Arquitecto Miguel Ventura Terra – Vida e Obra*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1988

Pereira, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana – O Exemplo da Costa do Sol*, dissertação de doutoramento em Geografia, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1994

Ribeiro, Ana Isabel de Melo, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa (1863-1953)*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1993

Tostões, Ana Cristina, *Arquitectura Portuguesa nos Anos 50, “Os Verdes Anos” ou o Movimento Moderno em Portugal*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1994

#### 4. CATÁLOGOS

*Arquitectura Portuguesa Contemporânea, anos Sessenta / anos Oitenta* (Portas, Nuno e Mendes, Manuel), Porto, Casa de Serralves, 1991

*Carlos Ramos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

*Cassiano Branco / Uma Obra para o Futuro*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa (Pelouro da Cultura), 1991

*Cassiano Branco*, Lisboa, Exposição promovida pela Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986

*Francisco da Conceição Silva*, 1922-1982, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987

*Ideias e Edifícios 1933-86. Atelier de Leslie Martin e seus associados*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio/Junho 1986

*Keil do Amaral. O arquitecto e o humanista*, Lisboa, C.M.L., Divisão de Museus, 1992

*Keil do Amaral, Arquitecto 1910-1975* (coord. Francisco Pires Keil do Amaral), Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992

*Paris-Haussmann* (Cars, Jean, Pinon, Pierre), Paris, Édition du Pavillon de l’Arsenal, Picard Éditeur, 1991

*Raul Lino – Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

*S. João do estoril e os Banhos da Poça. A Localidade e as Termas*, 1838-1923, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2003

*The House Book*, London, Phaidon, 2001

*Trouville-Deauville – société et architectures balnéaires*, Paris, Institut Français d'Architecture, Norma, 1992

*Villes d'Eaux en France* (dir. Grenier, Lise), Paris, Édition Institut Français d'Architecture, 1985

## 5. ARTIGOS

“A Carta de Atenas”, in *Arquitectura*, 2ª série, nºs 20-32, Lisboa, Fevereiro 1948 – Setembro 1949

Amaral, Francisco Keil do, “O Arquitecto Keil do Amaral Fala do Problema da Habitação e Critica a Obra das Casas Económicas”, in *Diário de Lisboa*, 18 de Janeiro 1949

Almeida, Fialho de, “Lisboa Monumental”, in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, vol.II, 19 de Novembro 1906

Almeida, Joaquim de, “Para uma Bibliografia Gaiense. Monografias”, in *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, VIII, Vila Nova de Gaia, 1980

Amaral, Francisco Keil do, “As Maleitas da Arquitectura” (série) in *Arquitectura*, Ano XX, 2ª série, nºs 18-24, Lisboa, 1948

Andresen, João, “O Planeamento Regional e a Formação dos Urbanistas”, in *Arquitectura*, Lisboa, nº98, Junho-Julho 1967

Araújo, Ilídio de, “Quintas de Recreio”, in *Bracara Augusta*, nº63 (75), 1973

Assunto, Rosario, “El revival y el problema del tiempo”, in *El pasado en el presente*, Barcelona, Gustavo Gili, 1989

Barreira, João, “A habitação em Portugal”, in *Notas Sobre Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol.II, 1909

Basto, A. De Magalhães, “Alberto Pimentel e a Foz”, in *O Tripeiro*, V série, nº 6, Porto, 1955

Braga, Alberto, “A Praia da Granja”, in *Revista Ilustrada*, 2º ano, nº 36, Lisboa, 30-09-1891

Branco, Duarte Castelo, “Implicações Urbanísticas do Lazer”, in *Arquitectura*, Lisboa, nº99, Setembro-Outubro 1967

Briz, Maria da Graça Gonzalez, “A Arquitectura do Estoril – da Quinta do Viana ao Parque Estoril – 1880-1930”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, Cascais, C.M.C., nº8, 1989

Idem, “A Arquitectura Modernista do Estoril: 1930-1940”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº10, 1991

Campos, Ezequiel, “A Urbanização da Cidade do Porto nos Séculos XVIII e XIX”, in *Civitas*, ano V, nºs 1, 2, 3 e 4, Porto, 1949

Carvalheira, Rosendo, “Architectura – Rapido Esboceto”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Raacap*, T. IX, nº 3, 1901

Cassou-Mounat, Micheline, “Tourisme et urbanisme des anciennes stations de la Côte Aquitaine”, *Coloquio Hispano-Françês sobre Espacios Urbanos*, Madrid, 1985

Cavaco, Carminda, “Monte Gordo: Aglomerado Piscatório e de Veraneio”, in *Finisterra* (separata), Revista Portuguesa de Geografia, Vol. IX – 18, Lisboa, 1974 (pp.85-99)

Idem, “Geografia e Turismo no Algarve (Aspectos Contemporâneos)”, in *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. IV – 8, Lisboa, 1969 (pp. 216-269)

Coelho, Alfredo de Magalhães, “O Planeamento e o Sector do Turismo”, *Boletim do Comissariado do Turismo*, nº3, Lisboa, 1967

Correa, Federico, “Considerações Visuais sobre a Cidade-Jardim”, in *Arquitectura*, Lisboa, nº107, Janeiro-Fevereiro 1969

Cunha, Amadeu da, “Os Ingleses e o Porto”, in *O Tripeiro*, 1º Ano, nº4, 1ª série, 1 de Agosto de 1903

Encarnação, José d’, “Para uma História do Turismo no Estoril”, in *III Congresso Nacional de Turismo – Documentos*, Porto, 1986, pp. 65-70

Hamon, Françoise, “Architecture Privée”, in *Dictionnaire du XIXème Siècle Europeen*, Paris, PUF, 1997

Lino, Raul, “O Romantismo e a Casa Portuguesa”, in *Estética do Romantismo em Portugal*, 1º Colóquio – 1970, Centro de Estudos do Grémio Literário, Coimbra, Imprensa de Cimbra, Lda., s.d.

Martins, Luís Paulo Saldanha, “As praias portuenses: génese, apogeu e declínio de um espaço de lazer”, in *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992

Peixoto, Rocha, “A Casa Portuguesa”, in *Serões*, 2ª série, 1905

Redacção, A, “I Congresso Nacional de Arquitectura”, in *Arquitectura*, Lisboa, nº29, Fevereiro-Março 1949

Sanches, Rui Afonso, “O Design e a Decoração em Portugal 1900-1994”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. III, pp. 437-503



Silva, Raquel Henriques da, “Sobre a Arquitectura do Monte Estoril, 1880-1920”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº5, 1984

Idem, “Arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº7, 1988

Idem, “Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva – As Etapas de um Projecto”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº 10, 1991

Toulier, Bernard, “L’architecture des bains de mer: un patrimoine marginalisé”, in *Revue de l’Art*, nº101, Paris, 1993, pp. 29-40

## 6. PERIÓDICOS

*A B C*, Lisboa, 1920-1932

*A Construção*, Lisboa, 1893-1899

*A Construção Moderna*, Lisboa, 1903-1918 (dir. Nunes Colares)

*A Gazeta da Foz*, Porto, 1907-1908

*A Praia*, S. João do Estoril, 1896 ( direcção de Luís da Matta, José Graça, A. de Vasconcelos Cohen)

*Almanach da Foz*, Porto, 1884-1886-1887-1889

*Archivo Pittoresco*, Lisboa, 1857-1868

*Arquitectura*, Lisboa, 1927-1974

*Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1908-1919

*Binário*, Lisboa, 1958

*Brasil-Portugal*, Lisboa, 1899-1914

*Cascais e os seus Lugares*, Boletim da Junta de Turismo de Cascais, 1945-1956

*Correio de Cascais*, Cascais, 1899-1903

*Boletim Cultural*, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, 1979-1990

*Boletim Cultural do Município*, Arquivo de Cascais, Câmara Municipal de Cascais

*Diário de Lisboa*, (anos de 1962 a 1972)

*Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 1902-1924

*Jornal de Cascais*, Cascais, 1911-1912 (director Abeilard de Vasconcelos)

*Panorama*, Lisboa, 1941-1943 (ed. S.P.N.)

*Ocidente*, Lisboa, 1878-1915

*Revista dos Estoris e Cascaes*, 1909 (5 números)